

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

LUCILI GRANGEIRO CORTEZ

**O DRAMA BARROCO
DOS
EXILADOS DO NORDESTE**

RECIFE
2003

LUCILI GRANGEIRO CORTEZ

O DRAMA BARROCO DOS EXILADOS DO NORDESTE

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora:
Profa. Dra. Socorro Ferras Barbosa

Co-orientador:
Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro

Recife
2003

FICHA CATALOGRÁFICA

C827d	<p>Cortez, Lucili Grangeiro. O drama do barroco dos exilados do Nordeste / Lucili Grangeiro Cortez. – Fortaleza, 2003. 430p. ; il. Orientador: Prof^a Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 1. Exílio. 2. Exilado político. 3. Drama 2. barroco- Nordeste. 4. Romantismo. 5. Illuminismo. I. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 341.545609813</p>
-------	---



ATA DA DEFESA DA TESE DA ALUNA LUCILI GRANGEIRO CORTEZ

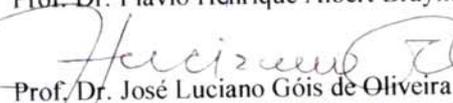
Às 9:00 do dia 15 (quinze) de outubro de 2003 (dois mil e três), no Curso de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna LUCILI GRANGEIRO CORTEZ intitulada “O DRAMA BARROCO DOS EXILADOS DO NORDESTE”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito “**APROVADA**” em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: MARIA DO SOCORRO FERRAZ BARBOSA (ORIENTADORA), ANA MARIA BARROS DOS SANTOS, FLÁVIO HENRIQUE ALBERT BRAYNER, JOSÉ LUCIANO GÓIS DE OLIVEIRA E REGINA BEATRIZ GUIMARÃES NETO. Assinam também a presente ata, a Coordenadora, Prof^a Maria do Socorro Ferraz Barbosa e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.

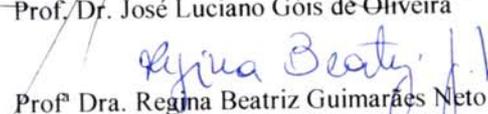
Recife, 15 de outubro de 2003


Prof^a Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa


Prof^a Dra. Ana Maria Barros dos Santos


Prof. Dr. Flávio Henrique Albert Brayner


Prof. Dr. José Luciano Góis de Oliveira


Prof^a Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto


Luciane Costa Borba

À memória de Lúcio de Almeida Falcão Grangeiro, meu
pai, de quem herdei o amor pela leitura.
À memória de minha neta Mariana que desejava trabalhar
nesta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Aos professores Socorro Ferraz Barbosa e Antônio Torres Montenegro, pela orientação deste trabalho.

Ao professor Francisco José Rodrigues Loyola, interlocutor constante, agradeço a cooperação.

Ao professor Manassés Claudino Fonteles, Reitor da Universidade Estadual do Ceará, pelo estímulo e apoio.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, pela gentileza e cooperação.

Aos colegas: profa. Hulda Lenz César, tradutora juramentada, e prof. José Albio Moreira de Sales pela cooperação competente.

À família de Jean Benevent pela acolhida fraterna no Recife.

À minha família, agradeço a compreensão durante este “exílio interior”.

RESUMO

A tese tem como objetivo o estudo da trajetória de exilados políticos nordestinos com a instauração da ditadura militar no Brasil (1964- 1984), buscando compreender quais os mecanismos adotados no exílio com o sentido de reaver a identidade política. O exílio vivenciado por esses personagens pode ser identificado em diferentes períodos históricos da humanidade, e seus questionamentos sobre a moral, a sociedade e a vida cotidiana têm um caráter de universalidade, sendo, também, temas do teatro do período barroco. Trata-se de uma história do presente, a qual é iluminada pelo passado, buscando compreender a perda da identidade cultural e política dos exilados do Nordeste como personagens de um “drama barroco”, com inspiração em Walter Benjamin, através dos elementos por ele trabalhados como o mundo em ruínas, a melancolia, o discurso alegórico e o “eterno retorno”. Como no drama barroco, que aborda a política e o poder como temática universal e os diálogos têm conteúdo ético, filosófico e histórico, objeto de atenção dos exilados e da característica melancólica que lhes é inerente, a tese apresenta as tramas políticas que antecedem o golpe de Estado e o desenrolar dos acontecimentos em que perduram a ditadura militar e o exílio. Portanto, com base na memória desses personagens leva-se em conta a “seletividade da memória” e, ainda, de se tratar de um fenômeno construído através de “modos conscientes e inconscientes”. A tese tem como pressupostos: 1- O romantismo, em suas diferentes formas, é a visão de mundo comum aos exilados diante da diversidade de tendências ideológicas, predominando o romantismo revolucionário, através das formas humanista e jacobina. A oposição entre o romantismo dos nacionalistas contra o iluminismo conservador dos defensores do grupo multinacional e associado foi um dos fatores que desencadeou o golpe de Estado. 2- O marxismo-leninismo foi um recurso alegórico adotado pelos movimentos de esquerda na defesa dos ideais nacionalistas, com o acirramento das lutas políticas no Continente. Portanto, conclui-se que a experiência dos nordestinos nos países de exílio provocou a reflexão sobre o discurso e a prática política anteriormente adotada sem a devida correspondência na realidade brasileira ou latino-americana. A vivência política no exílio estimulou a revisão dos conceitos, possibilitando uma nova compreensão da realidade brasileira e da Região Nordeste, fortalecendo, também, os valores culturais e nacionais e o surgimento de uma identidade internacional.

Palavras-chave: Exílio, Exilado político, Melancolia, Romantismo, Alegoria, Nacionalismo, Iluminismo.

ABSTRACT

The purpose of this thesis was the study of the political trajectory of those Northeastern expatriates under the Brazilian Military Dictatorship establishment (1964-1984), trying to understand the ways adopted by them in the exile abroad, aiming at recovering their political identity. Exile lived by expatriates may be identified in different Mankind's historic periods and their questionings on morals, society and every day life, reveal universal characteristics, that had also been drama themes during the baroque period. It is a present-day history, but it is illuminated by the past, in its search to understand the loss of political and cultural identity of the Northeastern expatriates as actors of a "baroque drama", inspired on Walter Benjamin's [through elements elaborated by him] "world in ruins", "melancholy", "allegoric discourse" and the "eternal return". As in the baroque drama, which approaches politics and power as universal themes, the dialogues reveal ethical, historical and philosophical contents, objects of concern of the expatriates, and the melancholy inherent to them, this thesis presents the political conspiracies that anticipated the coup d'état and stretched out the events in which the Military Dictatorship and the exile lasted for a long time. Thus, based on memories of such expatriates, and taking into consideration the "memory selectivity", a phenomenon built through "conscious and unconscious ways", our assumptions were: 1. Romanticism, in its different forms, is the expatriates' vision of the common world at the diversity of ideological trends, predominating the expatriates' revolutionary romanticism, under both jacobinical and humanistic trends. Opposition of their nationalistic romanticism against Conservative Illuminism of the multinational group defenders, unleashed the coup d'état. 2. Marxism-Leninism was an allegory adopted by Leftist movements into the justification of nationalistic ideals, with incitement towards political fights throughout the Continent. Therefore we have been led to the conclusion that the experience lived by Northeastern expatriated abroad has encouraged the reflection both on the political discourse and praxis, adopted without due correspondence to Brazilian and Latin American reality. Political survival in exile has encouraged the historical revision of concepts, and a new understanding of both the Brazilian and Northeastern region realities, also fortifying cultural and national values and the emergence of an international identity.

Key words: Exile, Expatriates, Melancholy, Allegoric discourse, Romanticism, Illuminism, Nationalism.

LISTA DOS EXILADOS CITADOS NA TESE

Miguel Arraes

Governador do Estado de Pernambuco

Abelardo Jurema

Ministro da Justiça

Waldir Pires

Consultor da República do Brasil

Josué de Castro

Embaixador do Brasil na ONU

Celso Furtado

Superintendente da Sudene

Djalma Maranhão

Prefeito de Natal

Francisco Julião, Clodomir dos Santos Moraes e Neiva Moreira.

Deputados

Pe. Arquimedes Bruno, Frei Tito de Alencar,

Juarez Barreira Filho (Frei Valeriani) e Pe. Almeri Bezerra de Melo.

Clero

Francisco Oliveira e Nailton Santos.

Diretor e Funcionário da SUDENE

**Francisco Alencar (UFC), Frank Svensson (SUDENE/ UNB), Paulo Freire (UFPE),
Fernando Pedrão (UFBA), Milton Santos (UFBA), Heron de Alencar (UNB).**

Professores universitários

Moema São Thiago, Pedro Albuquerque Neto, Tereza Cristina de Albuquerque, João de Paula Monteiro, Paulo Lincoln Carneiro Leão de Matos, Ângela Figueiredo de Albuquerque, Rute Albuquerque, Gilvan Rocha (CE); Vandevaldo Nogueira, Manuel Messias, Nelson Rosas, Elivan Rosas, Liana Aureliano, Bruno Maranhão, Suzana Maranhão, Juliana da Rocha, Aécio Gomes de Matos, Sérgio Buarque (PE); Maria Laly Carneiro (Meignant), Berenice Freitas, Marcos José de Castro Guerra (RN).

Estudantes

Ednaldo Miranda de Oliveira, Ricardo Zarattini, José Hamilton Suarez Claro.

Engenheiros

Diógenes Arruda, Gregório Bezerra (PE), Manoel da Conceição (MA), David Capistrano(PE e CE).

Dirigentes do PC do B e PCB

Carlos Timoschenko

Policial e estudante

José Barbosa Monteiro

Líder sindical

Ferreira Gullar (MA)

Poeta e presidente do CPC da UNE

Familiares:

Violeta Arraes Gervaiseau: irmã de Miguel Arraes

Madalena Arraes: esposa de Miguel Arraes

Elza Freire: esposa de Paulo Freire.

Fátima Freire: filha de Paulo Freire e esposa de Ladislav Doubor

Tereza Costa Rego (Joana): companheira de Diógenes Arruda.

Maria Lucila Bezerra: esposa de Ednaldo Miranda de Oliveira.

- Os personagens citados, objeto de estudo desta tese, representam uma amostragem do total de exilados saídos da Região Nordeste, embora nem todos tenham sido entrevistados, mas foram identificados na bibliografia ou citados nas entrevistas. A forma como estão aqui organizados correspondem à estrutura de apresentação, por ordem de relevância, dos personagens nos dramas históricos e políticos de Shakespeare.

LISTA DE ENTREVISTAS

Com exilados:

- Daniel Aarão Reis Filho. Rio de Janeiro, 25 jul. 1990.
- Leandro Konder. Rio de Janeiro, 02, jan. 1991.
- Celso Furtado. Rio de Janeiro, 20 out. 1997**.
- João de Paula Monteiro. Fortaleza: 29 out. 1998.
- Nelson Rosas. Recife, 04 nov. 1998*.
- Manuel Messias. Recife, 02 nov. 1998*.
- Vando Nogueira. Recife, 18 dez. 1998*.
- Pedro Albuquerque Neto. Fortaleza: jul. 1999.
- Rute Cavalcante. Fortaleza: 1999***.
- Elivan Rosas. Recife, 31 ago. 1999*.
- Gilvan Queiroz Rocha. Fortaleza: 08 set. 1999.
- Bruno Maranhão. Recife, 21 fev. 2000*.
- Frank Algot Svensson. Brasília: 28 ago. 2000.
- Violeta Arraes Gervaiseou. Crato, CE: 22 ago. 2000.
- Moema São Thiago. Fortaleza: 29 set. 2000.
- Fernando Cardoso Pedrão. Salvador: jul. 2001.
- Carlos Timoshenko Soares de Sales. Fortaleza: 29 ago. 2001.
- Paulo Lincoln Carneiro Leão de Matos. Fortaleza: 17 nov. 2001
- Maria Lucila Bezerra. Recife: 14 dez. 2001
- Marcos José de Castro Guerra. Natal: 25 mar. 2002.****
- Aécio Gomes de Matos. Recife: 11 abr. 2002.
- Almeri Bezerra de Mello. Olinda, PE: 10 abr. 2002.
- Sérgio Buarque. Recife: 11 abr. 2002.
- Suzana Maranhão* Recife: 21 fev. 2000.
- Francisco Valdir Pires de Souza. Brasília, DF: 04 jun. 2002.
- Liana Aureliano. Recife, 08 jun 2000*.
- Tereza Costa Rego. Olinda, PE: 10 abr. 2002 e jan. 2003.
- Juarez Barreira Filho, Fortaleza, out. 2002.

Berenice de Freitas, Guatemala (por telefone), mar. 2002, out. 2003.

Outros entrevistados*****

Luiz Cruz Lima. Fortaleza, 1998.

Luzianeide Coriolano. Fortaleza, 1999.

Maria Luiza Fontenele. Fortaleza, 1999***.

Maria Amélia Leite. Fortaleza, 1999.***

Nildes Alencar (irmã de Frei Tito Alencar). Fortaleza: 29 ago. 2001.

Tarcísio Leitão (vereador na época do golpe).Fortaleza, 17 out. 2001.

Anatailde Crespo (filha de Francisco Julião). Recife: 14 dez. 2001.

Jackson Furtado. Fortaleza, 2001.

Marcos Maranhão (filho de Djalma Maranhão). Natal: 22 jan. 2002.

* Entrevistas cedidas gentilmente por Oserias Ireno Gouveia.

** Entrevista cedida gentilmente por José Salmito Filho, o qual inseriu questões de interesse desta pesquisa.

*** Entrevistas realizadas pela auxiliar de pesquisa Ana Raquel de Mendonça.

**** Entrevista realizada com a presença de Ernesto, filho de Marcos Guerra.

***** São entrevistas realizadas com familiares e outros militantes, ou personagens com ativa participação política no período em estudo, mas que não foram exilados, ou que presenciaram acontecimentos citados na tese.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Pátria Nua ou Ceia Larga Brasileira.	23
Figura 2. Edinaldo Miranda de Oliveira e Roberto Zarattine, acusados do atentado a bomba no Aeroporto do Recife. Reportagem do Diário de Pernambuco, 12 dez. 1968.	253
Figura 3. Foto do atentado a bomba no Aeroporto do Recife, publicada na Revista Veja, em 19 mai. 1999.	253
Figura 4. Reportagem do jornal O POVO, publicada no dia 16 out. 1968.	254
Figura 5. Superior Tribunal Militar eleva a pena de Carlos Timoschenko para 14 anos de prisão. Jornal O POVO, 29 mar. 1973.	254
Figura 6. Jornal O POVO divulga Congresso de Ibiúna.	255
Figura 7. Carlos Timoschnko e Moema São Thiago na relação publicada no Jornal O Povo de 28 set. 1970.	255
Figura 8. Reportagem publicada no jornal O POVO, em 17 jan. 1948.	368
Figura 9. Gregório Bezerra preso em Abril de 1964, no pátio do quartel, após ter sido amarrado na traseira de um Jipe e arrastado pelas ruas de Recife. Foto publicada no livro “A Ditadura envergonhada” de Elio Gaspari.	368
Figura 10. Abelardo Jurema como Ministro da Justiça, ao lado de Virgílio Távora, Leonel Brizola, Presidente João Goulart e Darci Ribeiro.	369
Figura 11. Abelardo Jurema por ocasião dos afazeres domésticos na Bolívia e como vendedor de charutos brasileiros na Bolívia.	369
Figura 12. Cerimônia fúnebre de Frei Tito de Alencar, celebrada na Catedral de Lyon, na França.	381
Figura 13. Cartão de estudante de Frei Tito na Faculdade de filosofia e Teologia de Paris. Acervo do Museu do Ceará.	381
Figura 14. Foto publicada no livro Batismo de Sangue de Frei Betto.	381
Figura 15. Folha de São Paulo, em 26 nov. 1979, noticia morte de Diógenes Arruda.	382
Figura 16. Reportagem do Jornal MOVIMENTO, de 03 a 09 dez. 1979, com a divulgação da morte de Diógenes Arruda.	382
Figura 17. Tereza Rego no enterro de Diógenes Arruda. Jornal República, 27 nov. 1979.	383

LISTA DE SIGLAS

ABDIB	Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias de Base
AC	Ação Cristã
ACUEDEVE	Action Écummenique pour le Développement
ACNU	Association Communautaire de Nations Unies
ADEP	Ação Democrática Popular
ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADUFPE	Associação de Docentes da Universidade Federal de Pernambuco
AIFLD	<i>American Institute for Free Labor Development</i>
AID	<i>Agency for International Development</i>
ALN	Aliança Nacional Libertadora
ANDES	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
AP	Ação Popular
AP-ML	Ação Popular Marxista-Leninista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BCP	Batalhão de Caçadores da Polícia
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CBI	Comitê Brasileiro de Informação
CBP	Consórcio Brasileiro de Produtividade
CCFD	Comitê Catholique Contre la Faim et pour le Développement
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CEPLAR	Campanha de Educação Popular
CESE	Centro de Estudos Sociais e Econômicos
CEU	Centro de Estudantes Universitários
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIELA	Centro Inter Universitário de Estudos Latino-Americanos
CIESP	Centro das Indústrias de São Paulo
CIMADE	Comitê Intergovernamental pour les Migrations
CLAE	Congresso Latino-Americano de Estudantes
CLEC	Centro Liceal de Educação e Cultura
CLUSA	<i>Cooperative League of South America</i>
CNRS	<i>Conseil Nationale de Recherches Sociaux</i>
CODENO	Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste
COLINA	Comandos de Libertação Nacional
CONSULTEC	Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda.
CORA	Corporação da Reforma Agrária
CONCLAP	Conselho das Classes Produtoras.
CONSIR	Comissão Nacional para Sindicalização Rural
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
CORA	<i>Corporación de la Reforma Agraria</i>
CPCs	Centros Populares de Cultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ESG	Escola Superior de Guerra
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FLN	<i>Front de Libération Nationale</i>
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FMP	Frente de Mobilização Popular
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GE	Grupo de Estudo
GEA	Grupo de Estudos e Ação
GTA	Grupo de Trabalho e Ação
HCR	<i>Haut Commissariat des Nations Unies pour les Réfugiés</i>
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IDAC	Instituto de Ação Cultural
IEDES	Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
IRAM	Instituto de Pesquisa Aplicada em Métodos de Desenvolvimento
IRFED	<i>Institut de Recherche Française pour l'Education et le Développement</i>
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
JEC	Juventude de Estudantes Secundaristas Católicos
JK	Juscelino Kubitscheck
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LEC	Liga Eleitoral Católica
MASTER	Movimento de Agricultores sem Terra
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MFA	Movimento das Forças Armadas
MIR	Movimento Internacional Revolucionário
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MPL	Movimento Popular de Libertação
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MSD	Movimento Sindical Democrático
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRS	Movimento Renovador Sindical
OBAN	Operação Bandeirantes
OCML-PO	Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária
OEA	Organização dos Estados Americanos
OFA	<i>Office Français</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONPR	<i>Office National de Promotion Rurale</i>
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista-Política Operária
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCCH	Partido Comunista Chinês
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PCP (R)	Partido Comunista Português (Revolucionário)

PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDC	Partido Democrático Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PESMEC	Pesquisa de Mercado de Capitais
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC	Partido Operário Camponês
POLOP	Política Operária
POR(T)	Partido Operário Revolucionário (Trotskista)
PRT	Partido Operário Tiradentes
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RO	Regimento de Obuses
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SAR	Serviço de Assistência Rural
SEC	Serviço de Extensão Cultural
SECULT	Secretaria de Cultura e Desporto
SNI	Serviço Nacional de Informações
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UIE	União Internacional de Estudantes
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
UNB	Universidade Nacional de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais
UNETI	União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais
UNESCO	<i>United Nations</i>
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UNICEF	<i>United Nations Children Found</i>
UNITA	União Nacional pela Independência Total da África
UNTAC	<i>United Nations Trade Agreement Commission</i>
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USES	União Sergipana de Estudantes Secundaristas
USIS	<i>United States Information Service</i>
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PARTE I	
<i>CAPÍTULO 1. UMA HISTÓRIA BARROCA</i>	
A História barroca de um acontecimento recente	25
A odisséia dos exilados como um drama barroco	32
História e memória. Narrativa	38
<i>CAPÍTULO 2. A CULTURA POLÍTICA DO NORDESTE</i>	
O sentimento nativista e as idéias libertárias	45
A repercussão das idéias políticas dos anos 1960 no Nordeste	65
PARTE II	
<i>CAPÍTULO 3. CENÁRIO: a questão do Nordeste na conjuntura nacional</i>	
Proscênio	82
Nacionalismo romântico x iluminismo conservador	91
O romantismo da liderança nacionalista do Nordeste	96
O romantismo revolucionário dos movimentos sociais	103
O liberalismo dos defensores do projeto iluminista	146
<i>CAPÍTULO 4. O MUNDO EM RUÍNAS</i>	
A Repercussão do Golpe de Estado no Nordeste	166
As Tentativas de Reação ao Golpe	181
A Cassação dos Mandatos da Liderança Nacionalista	187
O Retorno aos Métodos Barrocos de Justicamento	189
As Prisões Barrocas do Nordeste. As Masmorras	193
<i>CAPÍTULO 5. DO HUMANISMO ROMÂNTICO AO ROMANTISMO JACOBINO</i>	
Da Clandestinidade à Luta Armada	201
As Conseqüências do Congresso de Ibiúna	228
A Luta Armada: os “Novos Josués”	233
<i>CAPÍTULO 6. EXÍLIO e MELANCOLIA: a busca da identidade perdida</i>	
Asilo e Refúgio.	256

A Luta pela Identidade Latino-Americana	263
A Busca da Identidade Perdida na outra América	288
O Refúgio na Europa	297
A Busca da Identidade Política na África	327
A Resistência à Ditadura no Exílio	343
Questões da Identidade Cultural e Política	354
O Exílio Permanente	364
<i>CAPÍTULO 7. O ETERNO RETORNO</i>	
“A Bile Negra”, a Doença do Melancólico	372
“O Pensamento do Eterno Retorno de Todas as Coisas”	384
O Despertar do Sonho	392
A Desconstrução da Teoria no Discurso Alegórico. Socialismo e Keynesianismo	405
A Social-democracia é a Alternativa?	417
Onde está meu lar? .	422
Sou Brasileiro, sou Latino-Americano, sou um Cidadão do Mundo	430
EPÍLOGO	444
REFERÊNCIAS	455

INTRODUÇÃO

O tédio é o pássaro de sonho que choca os ovos da experiência. O menor sussurro nas folhagens o assusta. Seus ninhos – as atividades intimamente associadas ao tédio – já se extinguíram na cidade e estão em vias de extinção no campo. Com isso desaparece o dom de ouvir, e desaparece a comunidade de ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual.

Walter Benjamin

A compreensão da trajetória política dos exilados nordestinos na construção da memória do exílio durante o período da ditadura militar é o tema central desta tese com base na história de vida desses personagens. Por se tratar de um acontecimento recente, a pesquisa dá ênfase ao estudo da história política do presente com inspiração nos escritos de Walter Benjamin, onde o processo da narrativa encontra ressonância ao longo desta tese. Pesquisar a trajetória política de exilados do Nordeste brasileiro em decorrência da instauração da ditadura militar (1964-1984), como personagens de um “drama barroco”, seguindo o tipo de abordagem histórica adotado por Walter Benjamin, pode ser considerado uma “aventura” ou uma “viagem”, pois Benjamin, ao escrever *Origem do drama barroco alemão*, foi criticado por analisar um tipo de teatro que não mais existia, sendo acusado de estar trabalhando com literatura morta. Essas críticas também podem ser endereçadas a esta autora; entretanto, a ousadia é uma aventura da qual não se pode furtar o pesquisador, principalmente o historiador, ao trabalhar um acontecimento recente à luz do passado, como é recomendado em *Sobre o conceito da História*.¹

Para estudar o tema dos exilados, há uma tendência de se voltar aos gregos, diante do caráter de universalidade do fenômeno do exílio. Entretanto, o exilado ou o “herói” no

¹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222 - 234.

pensamento grego tem uma finalidade ou condição diferente do exilado na sociedade contemporânea, o “herói da modernidade”.² As afinidades dos exilados políticos com esse tipo de herói são encontradas no drama barroco, pois o conteúdo é a “própria vida histórica” de acordo com a concepção da época, distinguindo-se da tragédia grega, cujo objeto era o mito e não a história, e seus personagens dramáticos tinham origem numa “condição pré-histórica, radicada no heroísmo passado”. O drama barroco trata de questões políticas, do martírio do herói ou do monarca, um “estóico radical e seu momento de provação se dá durante um conflito com a coroa ou uma disputa religiosa, cujo desfecho significa para ele a tortura e a morte”. O drama trata também da função do tirano na “restauração da ordem, durante o Estado de Exceção: uma ditadura cuja vocação utópica será sempre a de substituir as incertezas da história pelas leis de ferro da natureza”.³

Portanto, a escolha do teatro barroco e não da mitologia grega deve-se ao fato de o golpe de Estado de 1964 ter ocorrido na era moderna e contemporânea, uma temática já discutida e apresentada na dramaturgia de Shakespeare e Calderón, tendo este último, segundo Benjamin, criado a forma artística mais acabada do drama barroco.⁴ Ao adotar o drama barroco como uma alegoria, busca-se compreender a ditadura militar no Brasil, pois este drama “tem como objeto e conteúdo próprio a história,”⁵ e trata de questões de Estado e do poder de acordo com o que era entendido na época. Portanto, a partir da concepção de História em Walter Benjamin, parte-se do pressuposto da possibilidade de aplicar os elementos por ele trabalhados em *Origem do drama barroco alemão*, ao se constatar, na trajetória política desses indivíduos, vários indícios de afinidade ou semelhança com seus elementos teóricos. Através dessa abordagem, são apresentados os acontecimentos que provocaram o banimento ou a saída do País desses atores

² Idem. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras Escolhidas/Walter Benjamin, v. 3). Nessa obra, Benjamin identifica esse tipo político nos escritores ou literatos, principalmente em Baudelaire, o personagem central na sua crítica à modernidade. Partindo da análise de Marx desenvolvida no *Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* sobre a política do período de Napoleão III, Benjamin, ao trabalhar com a literatura francesa de meados do século XIX, retrata também o tipo do intelectual revolucionário que incorpora o papel do “herói”, como também o *habitus* político e a vida em sociedade. Entre as características do “herói da modernidade” estão os conceitos de “conspirador político” e de “boêmia”, já trabalhados por Marx na resenha das “*Memórias do Agente Policial de la Hode*”, publicadas em 1850 na Nova Gazeta Renana”.

³ Idem, **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 97.

⁴ Ibidem, op. cit. p. 86 – 87, 104 - 105.

⁵ ROUANET, Sérgio. **Apresentação**. In: Benjamin, op. cit., p 28.

sociais⁶, através de uma possível “história barroca”, que “se depara com o efêmero, o acaso, entra em contato com um mundo de ruínas e de morte”, de “progresso e de eterno retorno”. A representação dos acontecimentos do período em estudo através da história de vida dos exilados é reconstituída levando-se em conta a “teatralidade da história” ou uma “visão trágica da história”, tomando-se de empréstimo os termos adotados por Olgária Matos.⁷

No início da pesquisa, o termo exilado foi entendido como uma categoria de análise que abrangia apenas os indivíduos que exerciam cargos políticos no governo João Goulart ou os que exerciam militância ativa nos partidos e organizações de esquerda. Entretanto, essa noção teve de ser ampliada, com a descoberta de outras situações que extrapolaram o enquadramento inicial, as quais não tinham sido descortinadas inicialmente, nem na bibliografia consultada, nem os próprios personagens se identificavam como tal. Assim sendo, a situação de exilado, no período em estudo, envolve, tanto os brasileiros pressionados para sair do País, mas com permissão das autoridades no poder, como os banidos, os que fugiram ou os que já se encontravam no Exterior e foram impedidos de retornar. Portanto, a tese trata, também, do “mal do exílio” segundo o apresenta Maria José de Queiroz, no livro *Os males da ausência ou A literatura do exílio*, para a qual “as expressões *mal du pays* (fr.), *homesickness* (ingl.), *Heimweh* (al.)” vinculam-se ao termo exílio por interação, como um “largo espectro dos males da ausência”. A partir da idéia de perda e desarraigamento, essa autora relaciona as conseqüências ou sintomas desse mal, ou seja, da “saudade portuguesa, da *morriña* galega, da *soledad* castelhana, da *Sehnsucht germânica*”, tendo o termo nostalgia, uma “história à parte”, diante do uso corrente “nas línguas românicas e no inglês”. Para essa autora, o “adjetivo exilado” passou a ser adotado na língua portuguesa e no castelhano, só a partir de 1939, tendo origem “do latim *exsilium*, (de *exsilire* ii, derivado de *exsilire* – *ex salire*, saltar fora) desterro, degredo”.⁸

As fontes orais da tese foram coletadas através das entrevistas com exilados, seus familiares e testemunhas oculares dos fatos. A coleta de outras fontes primárias restou dificultado, pois é escasso o material fornecido pelos exilados ou familiares e os arquivos do Departamento de

⁶ Embora se reconheça que os exilados eram atores sociais diante do papel que representavam na sociedade brasileira, no entanto estão caracterizados nesta pesquisa como “personagens alegóricos” (idem, p. 23 a 24) pelo caráter eventual da situação do exílio e, também como elemento da representação, pois “o drama barroco não tem heróis somente configurações” (idem, p. 9).

⁷ MATOS, Olgária C. F. **Os arcanos do inteiramente outro**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 31 - 123.

⁸ QUEIROZ, Maria José de. **Os males da ausência ou a literatura do exílio**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 20 - 21.

Ordem Política e Social (DOPS) só estão parcialmente disponíveis aos pesquisadores, apesar do direito constitucional de acesso à informação. Embora a Folha de São Paulo informe que, dos recentes regimes militares da América Latina, só se tem conhecimento dos arquivos secretos do Paraguai (1954-89) e do Brasil (1964-85), entretanto, os únicos com acesso amplo ao público são os das polícias políticas do Rio e de São Paulo. “No Paraguai, a Justiça ainda está com os papéis encontrados em 1992. Na Argentina (1976-83), no Chile (1973-89) e no Uruguai (1973-84), há pouquíssimos documentos confidenciais conhecidos. Não se sabe se o resto foi destruído ou está escondido”.⁹ Portanto, no decorrer da pesquisa, foi consultado apenas o Arquivo Público de São Paulo, mas em Pernambuco, no Ceará e no Rio Grande do Norte, as tentativas de acesso foram em vão, pois os arquivos individuais só estão disponíveis, quando autorizados pelo processado.

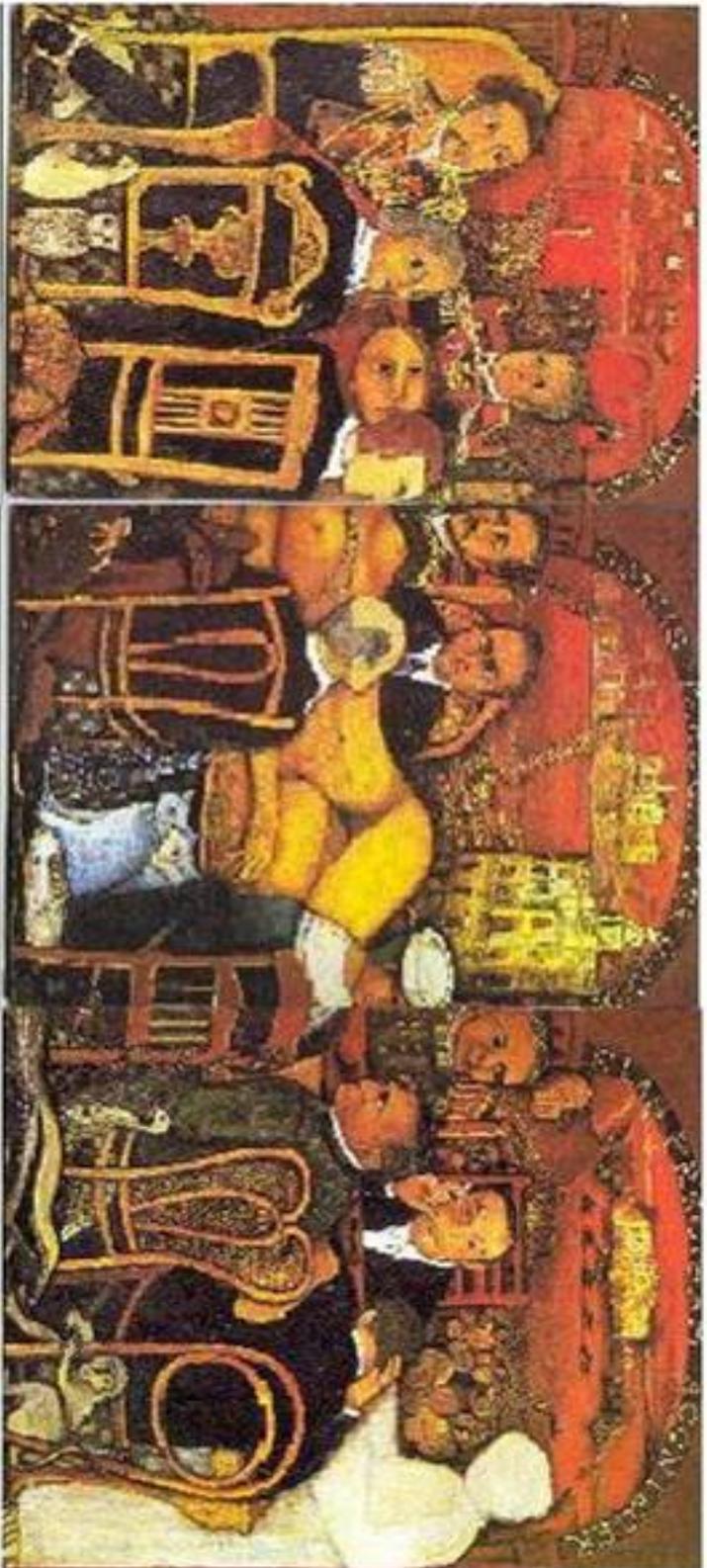
As fontes secundárias, pesquisadas em jornais e livros, foram colhidas nas Bibliotecas do Senado e da Câmara Federal, em Brasília; nas bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco e no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, no Recife; no Arquivo Público do Estado do Ceará, em Fortaleza; na biblioteca do Núcleo de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal. Há também farto material colhido em jornais e revistas pela pesquisadora durante os últimos oito anos, os quais estão citados na bibliografia.

A Tese está organizada de acordo com a seguinte estrutura: na Primeira Parte, no Capítulo 1, são apresentadas as questões teóricas e metodológicas da pesquisa e a concepção de História adotada. No Capítulo 2, são discutidas as origens da cultura política do Nordeste e as idéias políticas dos anos 1960 que influenciavam a intelectualidade brasileira e latino-americana com repercussão na Região. A Segunda Parte, como uma alegoria, tem como conteúdo o “drama barroco” do exilado. O capítulo 3 apresenta o cenário: as lutas políticas que descortinam o Nordeste como uma região efervescente, como uma ameaça ao hemisfério sul e ao imperialismo norte-americano, as idéias românticas que mobilizavam os movimentos sociais, como também as idéias dos defensores do projeto iluminista ou dos defensores do capital transnacional. No cenário também é discutido o papel dos militares e da Escola Superior de Guerra na ação que vai desencadear o golpe de Estado. Os capítulos 4, 5, 6 e 7 estão desenvolvidos de acordo com

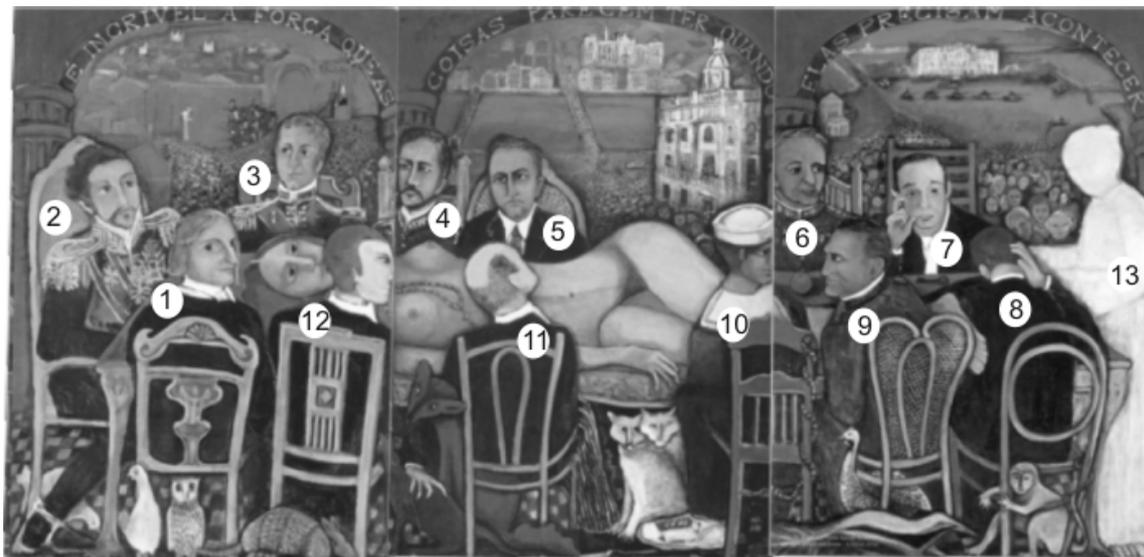
⁹ **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 set. 2000.

elementos do drama barroco trabalhados por Walter Benjamin. No capítulo 4, através da representação barroca das ruínas, são apresentadas a repercussão do golpe de Estado no Nordeste e a perda dos direitos políticos, com as deposições, prisões, inquéritos etc. O capítulo 5 relata a memória da clandestinidade, através da visão de mundo romântica que motivou as tentativas de resistência das organizações e partidos que adotaram a luta armada; a tortura que vai marcar profundamente a vida dos exilados e a saída ou a fuga do país. A situação do exílio é apresentada no capítulo 6, onde se busca, através da memória da odisséia dos exilados, as alternativas por eles adotadas no sentido de resgatar a identidade perdida nos diferentes países da América Latina, da Europa e da África, e como passam a conviver com a situação de refugiado político. No capítulo 7, o “eterno retorno”, contém a desconstrução do discurso alegórico, como os exilados enfrentam o retorno ou não ao país, o significado ou a representação que vão atribuir à experiência vivenciada, e como passam a ver a sociedade brasileira no retorno. No Epílogo, o final do drama, são apresentadas as apreciações sobre o fenômeno pesquisado.

PARTE I



Pátria Nua ou Ceia Larga Brasileira. Tríptico de Tereza Costa Rego. O painel faz parte da Série Sete Luas de Sangue, tratando-se de um trabalho sobre a liberdade no Brasil, através de uma ceia antropofágica, onde a mulher deitada na mesa, tendo apenas um terço como adorno, representa a Pátria e que está sendo cômoda sem talheres e sem pratos. Neste tríptico, os governantes do Brasil alimentam-se da pátria, enquanto, ao fundo, são retratados momentos dramáticos, como o fuzilamento de Frei Caneca, a repercussão, em Recife, da deposição de Getúlio Vargas, em 1945, tendo ao fundo a multidão que sai da Faculdade de Direito de Pernambuco e se dirige para o comício, no qual duas pessoas foram mortas: um estudante e o carvoeiro Elias, que se encontrava na sacada do prédio do Diário de Pernambuco, próximo de Gilberto Freire e da pintora; e a cena da deposição do governador Miguel Arraes com os tanques em frente ao Palácio das Princesas e na praça do Teatro Isabel.



Legenda: Os nomes dos personagens e os símbolos que foram atribuídos pela artista plástica Tereza Costa Rêgo no tríptico *Pátria Nua ou Ceia Larga Brasileira*. 1. – José Bonifácio, uma coruja. 2- D. Pedro I, aves ou galinhas. 3- Almirante Cochrane. 4- Marechal Floriano Peixoto. 5- Getúlio Vargas. 6- General Eurico Gaspar Dutra. 7- Juscelino Kubitschek. 8- João Goulart, um macaco. 9- Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, uma galinha D`Angola ou um pavão, confabulando com um marinheiro norte-americano (10) calçado com sapatos tênis. 11- Tancredo neves, uma raposa. 12- Fernando Collor de Mello acariciando um rato. 13- A figura representa um pacificador, uma figura no lugar de Cristo, que também pode ser interpretada como Tiradentes.

Capítulo 1

UMA HISTÓRIA BARROCA

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio artesão – no campo, no mar e na cidade – é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

Walter Benjamin

A história barroca de um acontecimento recente

Ao ser adotado o “drama barroco” como um recurso alegórico para compreender um acontecimento recente, pode-se constatar que a conjuntura política do Brasil do início dos anos 1960 até o final dos anos 1970 tem muitas semelhanças com a política do “mundo barroco” de meados do século XVI aos meados do século XVII. Na concepção dos autores do livro *El hombre barroco*, esse período não deve ser considerado um “conglomerado de caracteres estáticos”, porém deve ser visto como uma fase histórica, na qual mudam os problemas, as situações e até os tipos humanos. As alterações do cenário a partir da segunda metade do século XVI, o marco inicial do barroco e o período em seu conjunto, identificam-no como uma época de aceleração de transformações. Segundo Villari, nesse aspecto, o século XVII é de certo modo, embora “com grandes e óbvias diferenças de conteúdo e intensidade, muito semelhante a nosso tempo”.¹⁰

Villari aponta o “aspecto endêmico do protesto”, os conflitos, a desordem, a rebeldia e a anarquia que o Estado busca dominar e controlar com dificuldade. Nesse período, as revoluções e as guerras “alcançaram dimensões que não haviam conhecido os séculos imediatamente anteriores”, situação semelhante à conjuntura política internacional de meados do século XX, que é um período recém-saído de duas grandes Guerras Mundiais e da Guerra Fria, da Guerra do

¹⁰ VILLARI, Rosario et. al. **El hombre barroco**. Madri: Alianza, 1992. p. 17.

Vietnã, da contestação do movimento *hippie*, da revolta estudantil que provoca o movimento de Maio de 68, na França, e que repercute não só na Europa como na América Latina. No período barroco, são aprimoradas as técnicas e estratégias da arte da guerra e o século XX também desenvolve armamentos que provocam o maior morticínio e violência contra a humanidade, como o apresenta Hobsbawm em *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*.¹¹

As estratégias adotadas pelo poder absolutista no período barroco em muito se assemelham à prática política adotada no período anterior e posterior da ditadura militar no Brasil, tanto pela direita “conservadora” como pela esquerda “radical”. Um exemplo é o uso da propaganda ideológica através de canais diferentes, como: meios de comunicação social, púlpitos das Igrejas Católica e Protestante, ajuntamentos ou comícios, imprensa, legislação, teatro, etc. O conteúdo do drama barroco utilizado pela Igreja Católica, para controlar a opinião pública e educar a população nos princípios e dogmas religiosos da Contra-Reforma, aponta os perigos da desobediência, e é, também, utilizado pelos protestantes reformistas nos mesmos princípios de encenação. Segundo Rousset, os temas privilegiados do barroco, “alternância da ilusão e da desilusão”, eram definidos como “a inconstância (modo de expressão das paixões contraditórias do homem), o efêmero, a teatralidade, a máscara”.¹²

Nas situações vivenciadas por militantes, intelectuais, lideranças políticas e governantes, o “mal do exílio”, em decorrência do drama, da melancolia e da angústia, pode ser identificado em diferentes períodos históricos da humanidade, pois seus questionamentos sobre a moral e a vida cotidiana têm um caráter de universalidade e são, também, temas do teatro barroco que ainda repercutem na sociedade moderna e pós-moderna. Trata-se, portanto, de um estudo sobre a questão da identidade cultural e política, partindo-se do pressuposto da possibilidade de aplicar a teoria do drama barroco ao estudo dos exilados nordestinos pela identificação de vários pontos de afinidade ou semelhança com os elementos teóricos trabalhados por Benjamin. Ao adotar, como esse autor, uma “orientação necessária para os extremos”, busca-se uma “visão completa e

¹¹ Idem, p. 15; HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995. p. 21 - 23.

¹² ROUSSET, 1983, apud ANGOULVENT, Anne-Laure. **O barroco**. Portugal: 1996. (Coleção Saber, n. 234) p. 10 - 11.

imparcial do objeto”, guiada pelo pressuposto “de que os elementos vão acabar se unindo, nos conceitos adequados, como partes integrantes de uma síntese”.¹³

A adoção do drama do período barroco, como uma alegoria para compreender um fato da Era contemporânea, é aqui considerada o método mais indicado, pois, de acordo com a definição etimológica, “alegoria é o discurso por meio do ‘outro’”. Além dessa definição, Willi Bolle explica a alegoria como “a antítese da mercadoria”, por ter sido “um instrumento de desvalorização da iconografia pagã” na Idade Média e “um signo de legitimação do poder” no período do Absolutismo. Esse autor ressalta a descoberta do potencial dialético da utilização metodológica da alegoria por Baudelaire e Benjamin que passaram a adotá-la “como um meio de desmascarar o fetichismo mercantil e de descobrir os mitos da modernidade (Novidade, Progresso, Eterno Retorno)”. Portanto, para esse autor, a alegoria não tem um caráter apenas destruidor, “mas pode resgatar potenciais de sentido contido nos mitos”.¹⁴

Assim sendo, derivar “a idéia de uma historiografia alegórica” para estudar uma época a partir de outra, favorece “uma percepção mais aguda” da própria época ou da cultura. Portanto, é possível estabelecer uma íntima relação entre uma “história barroca” ou “historia alegórica” com os pressupostos da história contemporânea ou da história política no presente, possibilitando a pesquisa de um acontecimento recente a partir dos elementos de uma época longínqua, o que favorece a compreensão do tema em estudo.

As dificuldades para trabalhar com esse tipo de abordagem situam-se mais no campo da historiografia. A primeira dificuldade refere-se à origem da história política e à aplicação dos pressupostos metodológicos da história do presente diante da análise do golpe militar como um “acontecimento” recente na sociedade contemporânea. Trata-se de um difícil percurso, pois é um campo de trabalho recém iniciado e que sofreu restrições da historiografia tradicional por lidar com acontecimentos ainda latentes e de não ter sedimentado uma prática que possibilitasse um “verdadeiro enquadramento” ou uma conceituação adequada. A segunda dificuldade refere-se ao

¹³ BENJAMIN, 1984, op. cit. p. 81 - 82.

¹⁴ BOLLE, Willi. As siglas em cores no Trabalho das Passagens de W. Benjamin. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 10, n 27, p. 66, maio./ago. 1996; Idem, Gêneros Literários Urbanos. Berlim, Paris, São Paulo. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 132, p. 89 – 90, jan./mar.1998.

fato de ter sido “rechaçada” nos meios acadêmicos, até um período recente pela tradição historiográfica que a antecedeu. Como não era aceita a possibilidade “material” de realizar uma “história contemporânea”, entendia-se que a história deveria ser “científica”, pois as fontes essenciais eram as existentes em arquivos, as quais necessitavam permanecer incomunicáveis por, no mínimo, cinquenta anos; não se respeitando esses critérios, tudo o que fosse realizado seria “aleatório, subjetivo e discutível”. As primeiras gerações de historiadores duvidavam também da possibilidade de atingir a objetividade ao trabalhar com acontecimentos nos quais o historiador estivesse mais ou menos envolvido, ou que tivesse testemunhado, observado, suscitado reações, engajamentos, tomadas de posição. Conseqüentemente, esperavam que o tempo cumprisse seu papel e que o “distanciamento” acalmasse as paixões para trazer à tona o acontecimento.¹⁵

Outra dificuldade, apontada por historiadores como Lacouture e Pierre Nora, é que a história contemporânea ainda não encontrou identidade nem autonomia.¹⁶ A investigação para os historiadores do presente, segundo Nora, ao contrário dos historiadores da história metódica, é uma “operação histórica”, “próxima, participante, ao mesmo tempo rápida na execução e produzida por um ator ou uma testemunha vizinha do acontecimento da decisão analisada...” Trata também de acontecimentos, embora ocorridos há algum tempo, cuja evolução prossegue no presente em que o ator está “intimamente implicado”. Por ser um tipo de “história imediata”, foi “vulgarizada” no início dos anos 1960, ao permitir a palavra aos “atores da história”, passando a ser elaborada ou construída com “arquivos vivos”. Para Nora, “não se trata de privilegiar o oral, de vilipendiar o documento escrito”, pois “a imediação de certa história que se elabora hoje...”, “baseia-se tanto em sua instantaneidade (...) quanto na relação afetiva entre o autor e o objeto da sua pesquisa”. Entretanto, para dotar a história contemporânea de uma identidade, deve-se considerar o fato de que em nenhuma época anterior a nossa se vive “o presente como já possuído de um sentido histórico”. Nora baseia esse argumento, citando como características da sociedade contemporânea a mobilização geral das massas, as guerras totais e as transformações

¹⁵ BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **Las escuelas históricas**. Espanha: Akal, 1992. p. 146; RÉMOND, René. Por que a História Política. **Estudos Históricos, CPDOC 20 Anos**, FGV, n 13, p. 252 - 253, jan.-jun. 1994; Idem, (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Fundação Getúlio Vargas, 1996; NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história: revista do Programa de Pós-Graduados em História da PUC-SP**. São Paulo: PUC, 1993. p. 180.

¹⁶ Sobre o assunto ver também JULLIARD, J. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História** : novas abordagens. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1984. p. 184.

revolucionárias, a rapidez das comunicações e a penetração das economias modernas nas sociedades tradicionais o que, segundo ele, pode ser entendida como “mundialização”.¹⁷

A essas considerações os autores citados acrescentam que nas sociedades contemporâneas o controle do acontecimento, função anterior do historiador positivista, vai ser assumido pelos *mass media*, os quais passaram a monopolizá-lo e produzi-lo através da publicidade. Portanto, acontecimentos capitais podem ocorrer sem que o público deles tenha conhecimento, ou serão conhecidos retrospectivamente, ou seja, muito após o acontecido, pois, para os *media*, nem todos os fatos, por terem acontecido, são históricos. “Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido”, o afirma Nora e, assim, o fato histórico é construído e produzido. O desenvolvimento da história imediata ou do presente resulta do imperativo atual da sociedade contemporânea em ser informada, ou seja, de ser “uma sociedade alucinada por informações e no direito de exigir inteligibilidade histórica próxima”. Entretanto, apesar da aproximação entre a atividade do jornalista e a do historiador, Lacouture explica que, na “operação histórica”, na sua prática, o historiador busca os “harmônicos”, os “ecos” da história.¹⁸

Le Goff, em *História e Memória*, demonstra como, em diferentes campos do conhecimento os cientistas ou pensadores recorrem ao estudo do presente na elaboração das teorias e defende a necessidade de ser mantida a relação entre o passado e o presente, questionando os que estabelecem um corte entre esses dois tempos históricos, propondo, ao citar Marc Bloch, um método com um duplo movimento: “compreender o presente pelo passado, compreender o passado pelo presente”, chamando a atenção para a importância da recorrência em história.¹⁹

Em Walter Benjamin há uma posição bastante definida quanto à relação do historiador com o passado. Para ele, a fonte do historiador é o presente, tratando algumas vezes da relação entre o presente e o passado como “aquilo que foi”. Nas teses apresentadas em *Sobre o Conceito de História*, Benjamin constrói uma figura do historiador materialista, o historiógrafo que estudou os escritos de Marx. Entretanto, trata-se de um materialismo histórico diferente daquele do seu precursor, um projeto mais complexo. Trata-se de um método dialético, no qual o ofício

¹⁷ LACOUTURE, J. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A nova história**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 216 - 217; NORA, P. op. cit. p. 179 - 181.

¹⁸ Idem, LACOUTURE, op. cit. p. 231- 234; Idem, NORA, op. cit. p. 181 - 184.

¹⁹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 219 – 225.

fundamental do historiador é a interpretação, com fundamento teórico numa Hermenêutica Histórica, onde o ponto de partida é a motivação.²⁰

Na *Tese 14*, Benjamin declara:

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’. Assim, a Roma antiga era para Robespierre um passado carregado de ‘agoras’, que ele fez explodir do continuum da história. A Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta...²¹

Portanto, o “agora” é a possibilidade, é o passado compreensível. Assim, o historiador deve trabalhar o passado de forma a iluminar o presente, no que consiste uma relação, pois aquilo que desperta o passado é despertado por elementos do presente. O que define esse conhecimento é o “sonho”, um misto de sonho que desperta do pesadelo. A tarefa do historiador é entender esse sonho, cabendo-lhe despertar e interpretá-lo. Portanto, a fonte de percepção da História está situada no presente do historiador.²²

Na *Tese 8*, Benjamin defende a posição do historiador como um guardião da história da humanidade, referindo-se à situação da Europa nos conflitos da Segunda Guerra Mundial, situação que ainda pode ser identificada, não só no período da ditadura militar no Brasil, como também no momento atual:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável.²³

A partir de 1916, Benjamin começou a preparar o esboço de sua proposta para entender a literatura como um *organon* da História, concluindo *Origem do Drama Barroco Alemão*, em 1925, onde trata a Literatura como um elemento da História Geral. Em *Origem*, Benjamin vai retomar a idéia de *Darstellung* (ator) e a representação enquanto se passa o drama. Nessa obra, Benjamin analisa peças de teatro escritas por autores alemães que foram pouco conhecidas e não

²⁰ Informações colhidas junto ao prof. Willi Bolle na disciplina Walter Benjamin: Historiografia da cidade, ofertada pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em nov. de 1998.

²¹ BENJAMIN, 1987, op. cit. p. 229 - 230.

²² BOLLE, Willi. Cf. apontamentos de aula.

²³ BENJAMIN, 1987, op. cit. *Tese 8*, p. 226.

encenadas. Ao ser acusado de escrever sobre “literatura morta”, estava, na realidade, realizando uma revisão do “barroco” como conceito e da forma como era utilizado pelos “historiadores de literatura”. Segundo Olgária Matos, o *Trauerspiel* abrange “o Barroco, os elizabetanos, Calderón e os dramaturgos alemães, devendo ser mais caracterizado como *cenário*”, um cenário fúnebre.²⁴ Assim, em meio de uma crise geral, apresenta uma nova forma de História, influenciada por Nietzsche, criticando a visão historicista e entendendo haver necessidade de desconstruir o discurso do vencedor. Para ele, “o verdadeiro sujeito da história são os oprimidos, pois eles carregam consigo o sentido supremo da história que é a busca da felicidade”.²⁵

Escolher pesquisar o acontecimento histórico, tomando como modelo elementos da literatura, tem sido também uma tendência recente, como o demonstra Stepan Bann, ao analisar o discurso da História. Trata-se, portanto, não só de levar em conta a leitura da história “a partir de outras fontes”, como também da “construção de um novo método para a abordagem do passado e até do presente, um método crítico e libertário”, identificado com a “história dos vencidos”, como também o realizou De Decca.²⁶

Reconstruir a trajetória política dos exilados como personagens da Era contemporânea através dos elementos do drama barroco não se apresenta como uma incoerência, nem entra em contradição com o momento presente, pois Suassuna, ao citar as reflexões de Matias Aires Ramos da Silva... (*Reflexões sobre a vaidade dos homens*), mostra a relação entre suas características e as idéias ou visão de mundo e a forma como elas são apresentadas ou representadas na presente tese:

O Barroco em geral e o Barroco brasileiro em particular têm três características principais: a unidade de contrastes, a busca do grandioso, e não do belo, a visão do mundo como se fosse um palco, no qual a vida é uma representação e os homens são atores.²⁷

Ao se tratar da representação da prática política no período da ditadura militar através da memória dos exilados nordestinos, busca-se refletir como esses indivíduos “apreendem” e

²⁴ MATOS, op. cit., p. 33; BARROS, Marcos A. de. **História e utopia: a crítica e a ampliação da concepção de história na modernidade em Walter Benjamin.** 1995. 187f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. p. 49 – 50.

²⁵ BENJAMIN, 1987, op. cit. p. 222 - 232.

²⁶ BANN, Stephen. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista/Biblioteca Básica, 1994. p. 51 – 86; De DECCA, Edgard .S. **O silêncio dos vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

²⁷ SUASSUNA, Ariano. In: REGO, Tereza C. **Sete luas de sangue.** Portifólio. Recife: MAMAM, 2000.

“estruturam” um discurso que os leva à defesa de uma utopia e ao enfrentamento de uma realidade adversa, através da adoção de variadas práticas políticas. Assim, a reconstrução dos acontecimentos do período da ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1984, é buscada através da memória dos exilados políticos do Nordeste, adotando-se os elementos do “drama barroco” como uma alegoria. Os diálogos nos discursos alegóricos do drama barroco, como nos dos exilados, têm conteúdo ético, filosófico, histórico, sociológico etc., no trato das questões políticas, objeto de atenção e da característica melancólica que lhes são inerentes. Através do discurso alegórico dos exilados, podem ser identificados a utopia, as idéias românticas, os fatos e as situações vivenciadas, como o banimento, a tortura, a morte, a melancolia etc. Embora o fenômeno do exílio de brasileiros, objeto deste estudo, seja um acontecimento recente, essas questões já são tratadas no teatro barroco há mais de quatrocentos anos. Como o presente deve ser iluminado pelo passado, uma tarefa que cabe ao historiador, segundo as recomendações de Benjamin, essa abordagem metodológica é considerada a mais indicada por tratar de um acontecimento recente, cujos personagens deste drama ainda estão vivos em sua maioria e as feridas do exílio ainda não cicatrizaram. O historiador, segundo esse autor, deve também “escovar a História a contrapelo”, buscando resgatar o que não foi dito, o que foi omitido.²⁸

A odisséia dos exilados como um drama barroco

O “drama barroco”, uma forma de representação característica da dramaturgia européia, teve importante repercussão na cultura universal, sendo Shakespeare um dos mais importantes autores barrocos, senão o mais importante. Harold Bloom acentua que Shakespeare inventou o humano, o qual, como um dramaturgo da Era barroca, transformou-se num marco para compreender as transformações desse período. Segundo Bloom, antes de Shakespeare, os personagens literários eram “relativamente, imutáveis”, quando homens e mulheres eram representados como na tragédia grega, “envelhecendo e morrendo” no decorrer do

²⁸ BENJAMIN, 1987, *Tese 7*, op. cit. p. 225.

relacionamento com os deuses e não a partir de “alterações interiores”. Nas peças de Shakespeare, “os personagens não se revelam, mas se desenvolvem, e o fazem porque têm a capacidade de se auto-recriarem. Às vezes, isso ocorre porque, involuntariamente, escutam a própria voz, falando consigo mesmo ou com terceiros”.²⁹

Para Angoulvent, um primeiro sinal importante para a compreensão do barroco é a constatação de que seus personagens são seres desdobrados, como o herói, participando em realidades diferentes. Algumas vezes eles são andróginos, o que remete para o mito platônico do *Banquete*, em que os protagonistas são seres incompletos, destinados a “serem encastrados”, para a boa compreensão do mundo. Ela se pergunta “se não será isto a evocação do pensamento barroco como pensamento esquizofrênico, através do jogo do desdobramento das personalidades?”³⁰ A questão remete, também, ao drama dos exilados torturados ou perseguidos com métodos semelhantes aos do período barroco, e que serão acometidos por distúrbios psicológicos. Dentre as seqüelas decorrentes, a esquizofrenia será uma das causas que provoca a morte, em alguns casos extremos, ou à tensão constante, tanto na clandestinidade como nos países de refúgio.

Bloom destaca que Shakespeare, ao criar os personagens do drama barroco, “nos inventou”, embora reconheça que “a idéia do personagem ocidental, do ser como agente moral” tenha origem tanto em Homero e Platão, Aristóteles e Sófocles, na Bíblia e em Santo Agostinho, Dante e Kant, em outros mais etc. Mas sua idéia volta-se para o sentido de que a personalidade do homem ocidental surge, não só, como uma “invenção shakespeariana, mas também, como a razão maior de sua perene presença” na sociedade ocidental. Portanto, quando valoriza ou despreza a própria personalidade, o indivíduo da sociedade ocidental torna-se herdeiro “de Falstaff e Hamlet, e de todos os outros indivíduos que preenchem o teatro shakespeariano”, através do que Bloom denomina de “cores do espírito”. Para esse autor, a excepcional capacidade de Shakespeare representar a personalidade está além de explicações, pois seus personagens parecem tão “reais” que consegue criar uma ilusão de modo convincente. Assim, Shakespeare se torna o grande mestre da sondagem do abismo entre o ser humano e seus ideais, o que leva

²⁹ BLOOM, Harold. **Shakespeare: a invenção do humano**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 19.

³⁰ ANGOULVENT, Anne-Laure. op. cit., p. 36 - 37.

Bloom a perguntar se a “invenção” do que é hoje entendido como “personalidade” não será o resultado dessa sondagem. Como os exilados políticos são personagens em constante conflito interno, daí decorre a semelhança com a dramaturgia de Shakespeare, ao criar um Hamlet que é “agente – em lugar de efeito – de percepções conflitantes”. No dizer de Bloom,

Convencemo-nos da realidade superior de Hamlet porque Shakespeare o liberta, ao torná-lo conhecedor da verdade, verdade a qual não conseguimos enfrentar. Com relação à obra de Shakespeare, o público é como os deuses em Homero: a tudo assiste e tudo ouve, mas não é tentado a intervir. Porém somos diferentes dos deuses de Homero: sendo mortais, confundimos conhecimento com conhecimento.³¹

Como a dramaturgia histórica³² de Shakespeare aborda o conteúdo das questões de política e do poder como temática universal, os elementos barrocos da sua dramaturgia podem ser identificados nas tramas que precederam o fato político que provocou a ditadura de 1964, no Brasil, e no desenrolar dos acontecimentos em que milhares de brasileiros buscaram refúgio em outros países. As questões de Estado, das lutas pelo poder e do exílio, estão dramatizadas por Shakespeare em *Hamlet*, *Henrique IV*, *Henrique V*, *Rei Lear*, *Júlio César*, *Coriolano* etc. Os diálogos de conteúdo ético, filosófico, histórico, sociológico etc., tratam de questões políticas, objeto de atenção dos exilados e da característica melancólica que lhes é própria.³³

Embora o protagonista principal do barroco tenha “uma condição principesca”, o objetivo do drama é “ilustrar a fragilidade das criaturas”, que é “mais visível nas de alta linhagem”, mas os personagens do drama barroco não pertencem apenas à aristocracia. Olgária Matos indica que o *Trauerspiel*³⁴, como forma, “reflete a visão barroca da história como crônica, como o girar sem

³¹ Idem, p. 29, 31, 35.

³² Sobre a atualidade da dramaturgia histórica de Shakespeare, além de Herold Bloom (cit.), ver os comentários de Ana Amélia Carneiro de Mendonça e Bárbara Heliodora em SHAKESPEARE, W. **Ricardo III e Henrique V**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 1-16; Idem, **Coriolano**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 7 - 41.

³³ Sobre a melancolia ver BENJAMIN, 1984, op. cit. p. 168 - 180; GIVONE, Sergio. El Intelectual. In: FURET, François et al. **El hombre romântico**. Madrid: Alianza Editorial, 1997. p. 259 - 263.

³⁴ ROUANET, S. P. Apresentação. In: Benjamin, 1984, op. cit., p. 17 - 18, explica: “A palavra *Trauerspiel* – drama barroco – em sua existência empírica é o fenômeno, e como Nome é a idéia... Se desmembrássemos a palavra em seus elementos constitutivos, obteríamos *Trauer*, luto, e *Spiel*, jogo, espetáculo, folguedo... Num primeiro nível de análise, podemos dizer que *Spiel*, como espetáculo e ilusão, designa o caráter fugidio e absurdo da vida, e *Trauer*, a tristeza resultante dessa percepção. Teríamos, assim, uma primeira interpretação: o drama designa a tristeza de um homem privado da transcendência, numa natureza desprovida de Graça... São esses elementos que a investigação estrutural descobrirá no drama, e que coincidem com a concepção barroca da história... *Spiel*, que agora significa jogo e folguedo, remete ao estado de natureza, em que os sons são ‘a esfera da locução livre e primordial da criatura’. *Trauer* designa a tristeza do exílio, que expulsou os sons, esfera da linguagem adamítica, escravizando ‘as coisas nos ‘amplexos’ da significação”.

descanso da roda da fortuna, sucessão que não pode ser contida, de acontecimentos no palco do poderio do mundo: príncipes, papas, imperatrizes, cortesãos, mascarados e envenenadores”.³⁵

Rouanet complementa a idéia de um fim irreversível dos personagens do barroco:

No drama barroco, o destino é onipotente, e a culpa é a sujeição da vida da criatura à ordem da natureza. Movido pelo destino, o drama barroco não tem tempo, ou está sujeito ao tempo do eterno retorno. A maldição se perpetua, a morte individual não significa o fim, porque a vida se prolonga depois da morte, através das aparições espectrais.³⁶

O drama barroco, numa primeira interpretação, “designa a tristeza de um homem privado da transcendência (pois com ela a vida não seria absurda), numa natureza desprovida de Graça”. Para Rouanet, esses são “os elementos que a investigação estrutural descobrirá no drama, e que coincidem com a concepção barroca da história”, concluindo que “no drama barroco não tem heróis, mas somente configurações, pois heróico é o personagem que desafia o destino, morrendo, e não o que morre, submetendo-se ao destino, e eternizando a culpa”.³⁷

Benjamin, ao contrapor o “drama barroco” à tragédia clássica, entende que essas duas formas de expressão representam dois universos espirituais distintos:

... a tragédia, através da piedade e do terror, provoca a catarse purificadora, e nela, no palco, um acontecimento único manifesta um conflito que está sendo julgado por uma instância mais alta; o ‘drama barroco’ se passa num palco que não é um lugar real, que é um lugar ‘dialeticamente dilacerado’, transformado em espaço interno do sentimento, ‘sem nenhuma relação com o cosmo’. O ‘drama barroco’ pressupõe espectadores inseguros, submergidos na iminência do movimento da história, condenados a refletir melancolicamente sobre problemas insolúveis; a ‘instância mais alta’ não é a mais competente para formular julgamentos claros, os valores absolutos estão morrendo. Por isso, os ‘dramas barrocos’ recorrem a uma ostentação que era desnecessária para a tragédia clássica: como seu nome indica, os *Trauerspiele* precisavam corresponder às expectativas de seres humanos enlutados.³⁸

Ao discutir as semelhanças entre o barroco e a tragédia, Angoulvent aponta uma relação intrínseca entre os conceitos, pois o homem barroco está “predestinado, no sentido agostiniano do termo, ao estatuto da criatura trágica”, acreditando “escapar do seu destino através da ilusão de seu futuro”. O herói trágico, de igual modo o exilado político do Nordeste, enfrenta uma situação

³⁵ MATOS, op. cit., p. 33.

³⁶ ROUANET, op. cit. p. 28 - 29.

³⁷ Idem, p.18, 29.

³⁸ KONDER, Leandro. **Walter Benjamin**: o marxismo da melancolia. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 28.

surgida com a secularização política que caracteriza o século XVII, pois, ao assumir o papel do “herói barroco” vai ser ao mesmo tempo:

... confrontado com a história, com o mundo, com a sua família, enfim, consigo próprio e com as suas paixões. Pode ser constante pela sua vontade, inconstante pelo seu desempenho, fiel por vocação, infiel por fraqueza, generoso por ambição, virtuoso por natureza ou por casualidade. Qualquer que seja, o herói traz consigo a polissemia inerente ao homem barroco... Tornando-se ele próprio criador da própria ordem na qual quer evoluir, pretende ser, igualmente, libertador. O herói é, por natureza, um ser trágico, desde o momento em que está condenado a falhar em todos os empreendimentos que irá conduzir; quer seja morto, ou sacrificado pelo Estado, ou ainda substituído por um outro herói.³⁹

Benjamin identifica em Calderón de la Barca o autor que apresenta a forma mais acabada desse drama, entretanto, os dramas criados por Shakespeare se tornaram mais conhecidos e apreciados do público e de estudiosos em geral, fato já identificado por G. W. F. Hegel que se perguntava: “Como criar seres que são ‘artistas livres de si mesmos’?” Segundo Bloom, as peças de Shakespeare nos remetem, ainda, ao “universalismo” das questões encenadas e “a Hamlet, acima de tudo, o maior dos espíritos, refletindo a busca da verdade, e em decorrência da qual perece”.⁴⁰

As questões abordadas por Shakespeare ainda são atuais, fato que pode ser identificado na apresentação da “ambivalência primordial” que está no cerne do conteúdo dos dramas e que foi teorizada por Sigmund Freud alguns séculos depois. Trata-se de uma ambivalência cognitiva e afetiva, associada a Hamlet, mas que, segundo Bloom, é engendrada por Shylock, em *O Mercador de Veneza*, o primeiro dos heróis-vilões internalizados na dramaturgia shakespereana: “um Maquiavel piedoso e patriótico, embora a piedade e a realeza sejam acessórias e a hipocrisia, fundamental...” A sombra do niilismo perpassa em quase toda sua obra como em Nietzsche e Benjamin, embora Shakespeare celebre a vida em suas peças, indo além da tragédia, o que leva Bloom a dizer:

Uma vez que a eloquência de Shakespeare tem um caráter abrangente, e sendo o seu senso dramático algo quase constante, fica difícil atribuir precedência ao aparente niilismo das peças e à nítida noção da indiferença da natureza, ou ao problema e ao sofrimento humanos... Nietzsche, conforme Montaigne, psicólogo dotado de força quase comparável à de Shakespeare, ensinou-nos que a dor é a origem primeira da memória humana.⁴¹

Nessa relação intrínseca entre a literatura e o acontecimento político, Shakespeare é considerado um fenômeno cultural por ter produzido suas peças a partir de crises sócio-políticas.

³⁹ ANGOULVENT, op. cit. p. 36.

⁴⁰ HEGEL apud BLOOM, op. cit. p. 35; BENJAMIM, 1984, cit. p. 102, 108.

⁴¹ Idem, BLOOM, p. 30, 35 - 37, 39, 222.

Para alguns críticos, estas “foram escritas pela energia social, política e econômica da época”; para outros, o modo de estudar a “perene supremacia” de Shakespeare parte do pressuposto dele ser “universalmente considerado o autor que melhor representou o universo concreto, em todos os tempos”, uma noção corrente desde o meados do século XVIII, e, embora desgastada, permanece procedente.⁴²

Portanto, o “drama barroco” fornece os elementos subjetivos, psicológicos e analíticos para compreensão do drama no qual é envolvido o exilado político do Nordeste do Brasil, ao ser despojado da identidade social e política. Nos relatos dos exilados são identificadas as cenas de terror, a sensação de um mundo em ruínas, fragmentado, decadente, que são os elementos conceituais de Benjamin, como também a tragédia, a melancolia e a *acedia*⁴³, o discurso alegórico através do qual representa o papel do herói como um tipo político e a correspondente visão de mundo romântica. Os fatos que decorrem do golpe de Estado no Brasil são apresentados nos capítulos a seguir, através dos elementos e das tramas da dramaturgia barroca, na qual o poder é apresentado como fenômeno de caráter universal, onde o exílio ou banimento são situações que decorrem desse acontecimento. Através do resgate da memória dos exilados como personagens do drama, é narrada a violência sem limites, um dos elementos do drama barroco, desencadeada após o golpe militar, ao serem desrespeitados os direitos humanos assegurados desde o século XIX, não sendo observada a legislação em vigor quanto aos direitos políticos em um país que se declara democrático. A prática barroca da tortura volta a ser praticada com a exposição e humilhação de presos nas ruas, como exemplo e ameaça para os cidadãos, o que se constata nos relatos sobre a prisão de Gregório Bezerra e na narrativa de Pedro Albuquerque; e, ainda, a prisão de menores no mesmo cárcere de presos políticos adultos, como no caso do filho de David Capistrano, em Recife. Esses personagens foram presos sem mandado de prisão, presos sem julgamento e torturados física e psicologicamente.

⁴² Idem, p. 42.

⁴³ BENJAMIN, 1984, op. cit. p. 177 - 178, apresenta o conceito teológico da melancolia de Albertinus, o qual entende a *acedia* como um dos pecados capitais, “a inércia do coração”. No drama barroco, a *acedia* ou indolência é a indecisão do Príncipe. Nos fundamentos astrológicos, há uma relação entre a *acedia* e o melancólico, produzida pela luz baixa e a lentidão da órbita de Saturno. Sobre o mesmo assunto, ver MATOS, 1989, p. 33; GADAMER, 1997, p. 212 - 218; ARISTÓTELES. O homem de gênio e a melancolia: o problema XXX, 1. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.

História e Memória, Narrativa

*Mnemosyne, a deusa da reminiscência, era para os gregos a musa da poesia épica. Esse nome chama a atenção para uma decisiva guinada histórica. Se o registro escrito do que foi transmitido pela reminiscência – a historiografia – representa uma zona de indiferenciação criadora com relação às várias formas épicas (como a grande prosa representa uma zona de indiferenciação criadora com relação às diversas formas métricas), sua forma mais antiga, a epopéia propriamente dita, contém em si, por uma espécie de indiferenciação, a narrativa e o romance...*⁴⁴

A narrativa de um acontecimento histórico como uma peça de teatro tem sido um recurso metodológico adotado no campo das Ciências Humanas, pois se entende que a Arte e a Estética têm fundamento ou inspiram-se na realidade cotidiana. Daí resultam as imbricações com o romantismo como visão de mundo que, além de ser identificado na Literatura, na Pintura, no Teatro, na Escultura, na Arquitetura, representa também “uma emergência histórica, um evento sócio-cultural”.⁴⁵ Na citação de Gadamer em *Verdade e Método*, pode ser identificada essa relação intrínseca, pois, para esse autor, o que “vale para o trágico” vale também para algo mais “abrangente”.

Para o poeta de obras literárias, a livre invenção sempre continua sendo apenas uma faceta da intermediação através de uma validade pré-existente. Não inventa livremente sua fábula, por mais que imagine que assim o faça. Antes, permanece até os nossos dias algo do antigo fundamento da teoria da *mimesis*. A invenção livre do poeta é representação de uma verdade comum, que vincula também o poeta.⁴⁶

Portanto, através da reconstrução da memória e da análise do discurso dos exilados, verdadeiros “arquivos vivos”, a história da ditadura militar como um acontecimento político ocorrido na sociedade brasileira e a história desses personagens como um drama, são aqui narrados a partir do cenário que compreende início do governo do Presidente João Goulart até o retorno do País à legalidade. A narrativa envolve o cenário político que antecede o golpe, as lutas travadas pela manutenção ou derrubada do pólo de poder, o imaginário ou as idéias como visão

⁴⁴ Idem, Benjamin, op. cit. p. 211.

⁴⁵ GINSBURG, Jacó. **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 13 - 14.

⁴⁶ GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997. p. 218.

de mundo que davam lugar à ação política e à representação dos exilados nordestinos como personagens de um drama político.

Através da noção de tempo, o tempo do calendário, um dos objetos do presente estudo, ao contrário do tempo do relógio, busca-se demarcar a existência desses sujeitos políticos através dos “dias de recordação” e de momentos que capturam o tempo em “pontos de concentração”. Difere do tempo dos relógios, o “tempo homogêneo e vazio”, preenchido qual um recipiente, que vai acomodando, indiferente, acontecimentos que caem “dentro dele”, desenrolando-se mecanicamente. Entretanto, no tempo do calendário, nesses “dias de recordação”, nos “momentos de recordação”, as coisas lembradas subitamente se tornam “atuais”, retornam à existência. Segundo Olgária Matos, este é o caráter diferencial do tempo histórico: “não a badalada regular do relógio que nivela todas as ocorrências em um contínuo indiferente, mas a súbita pausa do colecionador; não o frio avanço do progresso infinito, mas sua transgressão”. Portanto, a noção de tempo é tomada como um indício na observação da narrativa dos acontecimentos durante as entrevistas, pois os exilados relutam em divulgar o nome de seus protetores, mesmo os que estavam ligados ao campo de poder no período de exceção ou no atual; os abusos e a tortura a que foram submetidos ainda produzem sofrimento, quando são estimulados a falar sobre o assunto. Em várias sessões de entrevista, os exilados choram ao lembrar fatos ou fogem do assunto, embora, no atual momento, estejam chegando ao conhecimento público documentos e denúncias que antes não eram divulgados. A mesma importância é dada aos relatos dos exilados com maior ou menor peso político ou com participação no campo de poder, e, assim, através da memória e da análise das histórias de vida dos exilados, busca-se distinguir “o tempo controlado por relógios do tempo pontuado pelo calendário”.⁴⁷

Embora Pollack alerte o pesquisador sobre a “seletividade da memória” e de se tratar de um “fenômeno construído”, essa alternativa é a mais indicada para compreender o objeto em estudo, pois, como ensina Nora, a memória “é vida, sempre carregada por grupos vivos”, embora esteja “em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”. Assim sendo, através dos “elementos constitutivos da

⁴⁷ MATOS, op. cit. p. 32 - 33.

memória, individual ou coletiva”, são identificados os acontecimentos que provocaram o banimento desses personagens; os acontecimentos que Pollack define como “vividos por tabela”, vivenciados pelos grupos dos quais os exilados participavam; e o significado ou a representação destes acontecimentos que esses indivíduos vão atribuir à experiência do exílio.⁴⁸

Como a ditadura militar é um acontecimento recente, cujos personagens do drama ainda estão vivos em sua maioria, tanto os que assumem o poder, como os dominados ou vencidos, e muitos fatos não são do conhecimento público, há, portanto, necessidade de se trabalhar com as “memórias fragmentadas” para compor o “mosaico” ou construir um mapeamento na elaboração da trama.⁴⁹ Essa também é a perspectiva epistemológica aberta por Carlo Ginzburg, ao descrever o “método morelliano”,⁵⁰ a qual possibilitou a descoberta de uma trilha no decorrer da pesquisa, diante das dificuldades de acesso aos Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Assim sendo, a alternativa encontrada durante a pesquisa foi a de trabalhar, não só com as fontes orais, como também com os “indícios”, com “elementos pouco notados”, numa perspectiva “centrada sobre os resíduos, sobre os dados marginais considerados reveladores” etc.⁵¹ Como ainda há, no atual momento, o temor de trazer ao conhecimento público os fatos que venham prejudicar esses atores, situação várias vezes identificada durante as entrevistas, foi possível perceber, em algumas ocasiões a consolidação, em senso comum, de um “aparato narrativo e ideológico”. Portanto, levou-se em conta a recomendação de Portelli para o pesquisador identificar os “narradores gabaritados, e até alguns especialistas ‘temáticos’, versados em partes ou episódios específicos da história”, como também, estar atento, durante o

⁴⁸ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, p. 201 – 202, 204, 1989; NORA, op. cit. p. 9.

⁴⁹ BENJAMIN, 1984, op. cit. p. 50 - 51.

⁵⁰ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 143 - 179. Nesta obra, Guinzburg explica o modelo epistemológico surgido no âmbito das Ciências Humanas, para o qual não foi dada muita atenção. A partir dele, analisa a questão do método e da cientificidade ou não neste campo. O método tem por base as idéias do italiano Giovanni Morelli ao demonstrar que os museus estavam cheios de quadros atribuídos incorretamente, pois era comum identificar na época os autores de obras de arte com base nas características “mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros”. Morelli, ao contrário, vai descobrir e catalogar obras de arte, examinando “os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés”. As analogias do “método indiciário” de Morelli com o “método detetivesco” e com o método psicanalítico em Freud são apontadas por Ginzburg, pois se baseiam “em indícios imperceptíveis para a maioria”.

⁵¹ *Ibidem*, p. 143, 145, 150.

processo de rememoração, ao “elemento de controle social” na forma de relatar os acontecimentos.⁵²

Assim, a recomendação de Walter Benjamin para seguir a trilha de Leskov⁵³ e ouvir a “voz da natureza” é também levada em conta, na expectativa de que a narrativa deixe o leitor descobrir e interpretar o sentido da história:

...a experiência que passa de pessoa para pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos.⁵⁴

Benjamin descreve a capacidade do narrador em assimilar “à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer”, no caso específico, aquele que narra os relatos das histórias de vida, como também chama a atenção para o entrevistado, aquele que tem o “dom”... “de contar sua vida *inteira*”, pois o que tem a qualidade de narrar “é o homem que poderia deixar a luz tênue da sua narração consumir completamente a mecha de sua vida...”⁵⁵

Segundo Juergen Franzke, atualmente é aceito o pressuposto de que a nossa vida é um grande filme dirigido e manipulado, no qual a pessoa que recorda desempenha também o papel de produtor e de montador, apresentando uma identidade unificada da própria personalidade, ignorando as memórias que lhe possam prejudicar a auto-imagem; bem assim, é aceito o fato de que o narrador é consciente de que a versão de sua história é muito suave e assim, resolve “acidentá-la”. Segundo esse autor, a teoria da recordação desenvolvida por Husserl, Bergson, Schutz e, principalmente, Maurice Halbwachs, elucidou os processos mediante os quais são elaboradas e construídas as recordações. Num desses processos, as situações ou fatos captados passam por uma modificação, no momento de retroceder à memória. Um segundo ponto é que, para poder reproduzir as memórias, aplica-se um método seletivo de eleição perceptiva. A atribuição de um valor simbólico e o ato de valorizar constituem os pré-requisitos necessários para a memorização de eventos e, conseqüentemente, para o significado atribuído ao que é

⁵² POLLACK, op. cit. p. 108.

⁵³ BENJAMIN, 1987, op. cit., p. 209 - 210, cita Nicolai Leskov (1831-1895), escritor russo nascido em São Petersburgo, que tinha afinidades com Tolstoi, por se interessar pelos camponeses, e com Dostoievski, pela orientação religiosa. Benjamin, ao constatar as dificuldades enfrentadas no processo de reconstrução da memória, lembra a obra de Nicolai Leskov como a que “mais claramente demonstra esse fenômeno”.

⁵⁴ Idem, p. 198, 218.

⁵⁵ Idem, p. 221.

experimentado ou vivenciado. Esses processos de atribuição de valor e de importância simbólicos, como um processo geral, o autor designa como a “teoria motivada da memória”. Nessa teoria, entende que devem ser incluídos todos os fenômenos que dão um significado e alteram, ao mesmo tempo, uma história de vida pessoal.⁵⁶

Franzke recomenda ao pesquisador estar atento aos seguintes fenômenos: ao atender o convite para contar a própria história de vida, é desencadeado, no narrador, um padrão linguístico concreto aprendido na infância e praticado na escola, que o autor denomina de “esquema narrativo”; a narração, além de implicar a adesão a certas regras formais do esquema linguístico apropriado, também significa ter presente a motivação, ou seja, a narração de uma história que seja interessante e atraente ao mesmo tempo. Portanto, na apresentação da própria história de vida, o motivo estético desempenha um importante papel na criação da narrativa, para a qual o termo “aura”, adotado por Benjamin⁵⁷, permite aprofundar a idéia. Embora questione a tese de Benjamin sobre a perda da “aura com a reprodução da obra de arte”, Franzke adota este conceito, ao entender que mistério, distância, a imagem do mundo pré-histórico anuviado por lágrimas de nostalgia são as imagens empregadas para caracterizar as impressões da consciência que mostram o poder da beleza como elemento formativo das construções retrospectivas da realidade do ser humano. A percepção estética não configura uma imagem da realidade verdadeira, e sim um mito da realidade, a forma ilusória desta. Portanto, as histórias de vida são produtos literários que também são formulados segundo as leis da beleza, devendo possuir unicidade e permanência. O poder da estética converte a apresentação de nossas histórias de vida em produtos literários que contêm a tendência para a transfiguração.⁵⁸

Para possibilitar a aplicação das histórias de vida como material científico, ou acadêmico, Franzke faz as seguintes recomendações: ser crítico, tanto com as fontes como com os padrões linguísticos, para identificar os elementos mitológicos, o que dá um certo valor arqueológico; tratar as histórias de vida com “olho etnológico” e não permitir que a visão do transcurso da vida

⁵⁶ FRANZKE, Juergen. El mito de la historia de vida. In: **Historia e fuentes orales**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1992. p. 59 - 60.

⁵⁷ Para Benjamin, 1984, op. cit., p. 170, a aura como uma “figura singular” compõe-se de elementos “espaciais e temporais”. A aura é a “aparição única de uma distância, por mais perto que ela esteja. Observar em repouso, numa tarde de verão, uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que projeta sua sombra sobre nós, significa respirar a aura dessas montanhas, desse galho”.

⁵⁸ FRANZKE, op. cit., p. 60 - 61.

em questão seja obscurecida pela névoa lingüística; ler nas entrelinhas, escutar o não dito, investigando criticamente, a fim de descobrir os mitos e não ser por ele enganado. Franzke amplia e traduz o pensamento de Benjamin, alertando o pesquisador para aperceber-se de que “a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução. A memória é a mais épica de todas as faculdades”.⁵⁹

Portanto, a narração dos acontecimentos é aqui “entendida criticamente” por se apoiar “nas estruturas mediadoras da linguagem”, a qual recebeu influência do ambiente social em que o exilado conviveu, da religião que professava ou não, da posição que ocupava no campo da política, pois, segundo registra Portelli, “o luto, como a memória, não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado (“elaborado”) no tempo histórico...”⁶⁰

As questões que dizem respeito ao estudo do período da ditadura militar no Brasil ainda repercutem na sociedade e em seus personagens remanescentes, principalmente nos exilados políticos, cujas marcas físicas e psicológicas ainda estão doloridas, ainda não cicatrizaram. Portanto, ao se tratar das questões do período da ditadura militar, buscou-se esclarecer e desmistificar os fatos ocultados, não só pelo grupo de poder, como também pelos próprios exilados diante do temor da repercussão de trazer a público declarações que os colocassem em risco e expusessem ao perigo seus companheiros, familiares e amigos.

O exílio de políticos nordestinos no período de 1964 a 1984, por se tratar de um acontecimento recente, levanta, não só, problemas historiográficos e metodológicos, como também questões de ordem legal e burocrática, moral, psicológica, acadêmica etc. Portanto, a interdisciplinaridade é a alternativa adotada para possibilitar a compreensão da trajetória do pensamento político dos exilados nordestinos. Através dessa perspectiva, a pesquisa recorre, além da História política, aos fundamentos teóricos da Filosofia política, da Sociologia política e da

⁵⁹ Idem, 65 - 66; BENJAMIN, 1987, op. cit., p. 210.

⁶⁰ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes (Org). **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 108.

Ciência política, pois só assim é possível cobrir as ações multifacetadas e os diferentes aspectos do fenômeno em sua riqueza.

Na perspectiva de René Rémond, esse tipo de abordagem é possível, pois a história se apresenta como uma totalidade não dividida e global, e quem introduz as distinções entre os diferentes campos de investigação é o espírito humano, admitindo a existência de uma história econômica, uma história social, história cultural, história das idéias, história militar, história religiosa ou uma história política, as quais representam uma parte da realidade e correspondem à diferenciação do real, requerendo uma abordagem adequada do historiador. Para Rémond, é fundamental, para resolver esse problema epistemológico, a maneira como determinar nesse conjunto de histórias o lugar da chamada história política, pois o campo político não é de interesse exclusivo dos profissionais da política ou de assunto relativo a eles, e, nos países democráticos, é uma atividade que atinge o maior número de homens e mulheres. Portanto, esse autor conclui que “o princípio segundo o qual todos os cidadãos são iguais entre si e são chamados a participar das grandes escolhas políticas, faz da política a ‘coisa de todos’”, concluindo que, mesmo os que não se interessam por ela, mesmo a abstenção, é um fenômeno político.⁶¹

Adotar a interdisciplinaridade não é uma inovação, pois este tipo de abordagem surgiu nos últimos dez anos como o fato intelectual mais importante, em consequência da aproximação progressiva das problemáticas de análise do político e de especialistas oriundos de várias disciplinas.⁶² Para Rosanvalon, são obras autônomas em sua origem e que compartilham uma certa dimensão filosófica, mas este não é um traço suficiente para caracterizar as semelhanças. O que vai configurar, progressivamente, um “espaço comum”, a unidade desses trabalhos, é um pressuposto metodológico e uma questão que derivam da definição implícita do político em que

⁶¹ RÉMOND, René. Por que a história política. **Estudos Históricos CPDOC 20 Anos**. Rio de Janeiro, n. 13, jan.-jun. 1984. p. 12, 17,18.

⁶² ROSANVALON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 30, 1995. p. 11. Nesse artigo, Rosanvalon cita Robert Michels e Moisés Ostrogorski, Anni Kriegel, Maurice Duverger e Georges Lavau como os responsáveis pela introdução dos trabalhos interdisciplinares: que se tornaram clássicos no estudo do PCF e no estudo dos partidos políticos. E ainda: C. Nicolet, P. Manent, P. Benichou ou L. Dumont, na “redescoberta e renovação” da história das idéias; de F. Furet ou de Baczko na renovação filosófica da história política; de C. Lefort com os ensaios sobre a Filosofia política do acontecimento; de P. Clastres e de M. Gauchet e G. Swain no *Trauerspiel* – desenvolvimento da Antropologia política. Deve-se acrescentar a este rol a obra de W. Benjamin e de M. Foucault.

se baseiam: “O político não é para eles uma ‘instância’ ou um ‘domínio’ entre outros da realidade: é o lugar para onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”. A questão fundamental que lhes traz preocupação é a da modernidade, sua instauração e seu trabalho.⁶³

Montenegro também coloca a “problemática da interdisciplinaridade como uma questão angular” pela necessidade atual de registrar as memórias, defendendo a indissociabilidade entre memória e identidade. Segundo ele, o “registro oral, enquanto visita ao passado individual/coletivo remete à própria relação das experiências e significados historicamente vividos”, sendo a “perspectiva caleidoscópica”, um “fator indissociável” para compreensão do presente e romper com os parâmetros históricos institucionais, que se mantiveram por longos períodos. As “características sociais/históricas da memória coletiva e individual” provocam “transformações permanentes e incontrolláveis da história humana”. Como grifa esse autor, o passado “não é um modelo para o presente, pois nele o rosto da barbárie fazia-se predominante”. Entretanto, a reconstrução do período histórico em estudo através da memória dos exilados do Nordeste é, não só, uma forma de lutar “contra a barbárie que nos domina e atormenta” na vida cotidiana, mas também de evitar que voltem a ocorrer acontecimentos que tragam o retorno da barbárie instituída em 1964.⁶⁴

Os estudos preliminares e o material na elaboração do projeto desta pesquisa conduziram, inicialmente, para a discussão da perda da identidade política. Entretanto, no decorrer da busca e das narrativas, a condição de exilado ou refugiado político foi ampliada com a descoberta de outras características e o romantismo se descortinou como a visão de mundo comum a esses personagens. Portanto, além de demonstrar como os exilados do Nordeste buscam recuperar a identidade política perdida, a tese parte também do pressuposto da existência de características românticas no discurso e na ação política, tanto dos nacionalistas e comunistas, como dos militantes das organizações da luta armada. O romantismo, em suas diferentes formas, é considerado o elemento teórico que permite categorizar os exilados políticos diante da diversidade de tendências ideológicas, sendo aqui entendido como “visão de mundo” que, por sua

⁶³ Ibidem, p. 11 - 12; REMOND, René, op. cit. p. 26 - 31, 1996.

⁶⁴ MONTENEGRO, Antônio. T. História oral e interdisciplinaridade: a invenção do olhar. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (org.). **Os desafios contemporâneos da História Oral**. Campinas (SP): CMU/UNICAMP, 1997. p. 211 - 212.

diversidade de interpretações e tendências, ora à esquerda, ora à direita, tem como “eixo comum (...) a oposição ao capitalismo”. Apesar de o Romantismo ser apresentado muitas vezes como uma reação anti-revolucionária, como uma corrente político-cultural conservadora e retrógrada, o presente estudo, através da conceituação de Michael Löwy e Roberto Sayre, aceita-o como uma vertente que crítica a “civilização burguesa em nome dos valores do passado – valores sociais ou culturais pré-modernos ou pré-capitalistas”. As várias correntes do “romantismo revolucionário” foram identificadas no decorrer da pesquisa, chegando-se à conclusão de ser esta a categoria de análise que permite entender a especificidade dos discursos e a prática política adotada pelos exilados das diferentes tendências ideológicas. Nesse tipo de romantismo, “a nostalgia do passado pré-capitalista é, por assim dizer, ‘investida’ na esperança de um futuro pré-capitalista”, pois há uma recusa, tanto da “ilusão de um retorno puro e simples às comunidades orgânicas do passado quanto a aceitação resignada do presente burguês”. Por isso, os românticos revolucionários aspiram, de modo mais ou menos radical e explícito, conforme o caso, à abolição do capitalismo e ao advento de uma utopia.⁶⁵

Atendendo às recomendações dos autores citados, essa tipologia é manejada com precaução porque nem sempre os personagens correspondem totalmente ao “tipo ideal”, por causa dos “movimentos, transmutações, negações e reviravoltas tão habituais no romantismo”, ocorrendo mudanças de uma posição a outra no “interior do espectro de cores românticas anti-capitalistas”.⁶⁶ Como exemplo, Löwy e Sayre citam o itinerário de Friedrich Schlegel e de Göres, do republicanismo jacobino ao monarquismo mais conservador; o de Georges Sorel, do sindicalismo revolucionário à Ação Francesa (e vice-versa); o de Lukács, do romantismo desencantado e trágico ao bolchevismo revolucionário; o de William Morris, da nostalgia romântica da Idade Média ao socialismo marxista; o de Robert Michels e de Arturo Labriola, do sindicalismo revolucionário ao fascismo etc.⁶⁷

Portanto, o objetivo da tese é o estudo da trajetória política dos exilados nordestinos, buscando compreender o significado do exílio através da memória dos que tentaram reaver a

⁶⁵ LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. **Romantismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 31 - 35; Idem, **Revolta e melancolia**: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis (RJ): 1995. p. 113 - 127.

⁶⁶ Sobre a noção de “espectro de cores românticas” ou a *Doutrina da Cores* de Goethe, ver Romano, Roberto.

Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

⁶⁷ Löwy; Sayre. 1995, p. 33 - 34.

identidade cultural e política perdida envolvendo-se com o cotidiano social e político nos países que os receberam. A proposição subjacente à pesquisa é responder por que os exilados que adotaram uma postura política radical após o golpe, ao retornarem ao Brasil, não abandonaram a atividade política ou engajaram-se em partidos de coloração ideológica diferente. Diante desses questionamentos, o estudo busca responder às seguintes perguntas: Quais os mecanismos que os exilados adotam no sentido de recuperar a identidade política e social perdida e como se inserem na estrutura de poder ao retornarem ao país? Como os exilados se confrontam com a realidade do exílio? De que forma eles conseguem recobrar a identidade? Os exilados que adotam na clandestinidade a estratégia da “luta armada” para resistir à tomada do poder, ao retornarem ao país e engajarem-se em diferentes partidos políticos, mantêm a mesma concepção ideológica? Se eles mudaram, quais os fatores que provocaram a mudança? Como o “sonho” nacional – desenvolvimentista se refletiu numa situação de exílio?

CAPÍTULO 2

A CULTURA POLÍTICA DO NORDESTE

*Entre Marília e a pátria
Coloquei meu coração:
A pátria roubou-m' o todo;
Marília que chore em vão.*

Frei Caneca.

O sentimento nativista e as idéias libertárias

Há, no Nordeste, uma tradição de luta e de defesa dos ideais de liberdade e cidadania, fenômeno constatado nos movimentos revolucionários e nas insurreições que antecedem a formação do Estado brasileiro. As questões levantadas pelo Padre Vieira no *Papel forte*, no qual propõe a D. João IV a entrega de Pernambuco para conseguir um armistício, após a invasão da colônia pelos holandeses em março de 1627, e a permanência do Príncipe Maurício de Nassau, que veio ao Brasil como “governador” das terras conquistadas pela Companhia das Índias nos anos de 1637 a 1642, ainda repercutem na organização espacial e social da Região. Nos inconvenientes descritos para a retomada da Capitania através da guerra, Vieira aponta, além das questões religiosas, a perda da reputação do rei em caso de rendição, a dívida dos senhores de engenho e a escassez de mantimentos numa terra fecunda.⁶⁸

O despertar da “consciência de espécie” provocada pela invasão dos holandeses, nesse momento a “lusu-brasileira”, transformou-se hoje “em consciência nacional” segundo Gilberto Freire. O surgimento desse sentimento nativista também foi identificado com a expulsão dos holandeses da Região, em 1642, e renovou-se anos depois (1666), diante das medidas tomadas

⁶⁸ Sobre o assunto, ler VIEIRA, Antônio. **Escritos históricos e políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 1955. p. XV, 337 - 402; MELLO, José Antônio G. de. **Tempo dos flamengos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1987.

pela Metrópole ao privilegiar os portugueses no governo de Pernambuco em lugar de brasileiros.
69

Saldanha identifica as primeiras manifestações nativistas apenas no século XVIII, a partir de 10 de novembro de 1710, na ocasião em que Bernardo Vieira de Melo propôs a independência de Pernambuco diante da insatisfação dos olindenses por ter a cidade do Recife obtido o título de Vila, local onde predominava a burguesia mercantil portuguesa. A saída do Recife da jurisdição de Olinda, residência dos “fidalgos ligados ao latifúndio e acastelados em nobreza regional”, provocou a reação contra a Metrópole, expressando-se num “nacionalismo tosco e ainda mal explicitado” dessa aristocracia local. Os rebeldes tinham a pretensão de conquistar a emancipação política com a modificação da forma de governo, atribuindo-se a Bernardo Vieira de Melo, um dos líderes do movimento, a primeira reivindicação republicana numa província, o “chamado brado da república”, que pretendia seguir o modelo veneziano e holandês.⁷⁰

O período do regime pombalino (1750-1777) que antecedeu a separação da Colônia, durante o reinado de D. João VI, também foi marcado por um tipo de nativismo, diante da crise que se estabeleceu entre a Metrópole e a Companhia de Jesus, cujos membros desafiaram a autoridade da Coroa e criaram um “Estado próprio”, opondo-se aos interesses do Estado português.⁷¹ Com a expulsão dos Jesuítas da Colônia, ocorreu a perda do poder que a Companhia de Jesus tivera na Corte portuguesa antes da época do Marquês de Pombal. Embora os negócios eclesiásticos da Colônia sempre estivessem nas mãos do rei, que os controlava através da Mesa de Consciência e Ordens, a Igreja de Roma exercia uma influência indireta. Depois da expulsão dos Jesuítas (1759), o clero e negócios eclesiásticos do Brasil ficaram inteiramente entregues ao poder soberano da Coroa, tornando-se a Igreja Católica um “simples departamento da administração portuguesa, e o clero secular e regular seu funcionalismo”.⁷²

⁶⁹ FREYRE, Gilberto, Prefácio. In: MELLO, op. cit., p. 15.

⁷⁰ SALDANHA, Nelson N. **História das idéias políticas no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1968. p. 56 - 57.

⁷¹ MARQUES, A. H. de O. **História de Portugal: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes**. Lisboa: Palas, 1984. p 346 - 347.

⁷² PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. p. 332.

O sentimento nativista era, ainda, estimulado pela posição de destaque que o Nordeste passou a assumir na economia da Coroa, ao produzir dois dos mais importantes artigos de exportação da Colônia - o açúcar e o algodão - situação que favorecia a manutenção de relações comerciais desta região diretamente com o mercado internacional. No ano de 1798, o sentimento nativista inspirou a Conjuração Baiana ou Revolução dos Alfaiates, a qual foi também influenciada pela repercussão da revolta dos negros no Haiti, comandada por Toussaint Louverture, e pelas idéias liberais da Revolução Francesa. Esse movimento denunciava a exploração da Metrópole e reivindicava reformas sociais. Dele participaram não só artesãos, soldados e escravos, mas também “maçons, oficiais graduados, os bacharéis e os membros das Academias, os quais liam Rousseau, Volney, Boissy d’Anglais: nomes insistentemente presentes nas alusões doutrinárias dos rebeldes”. Saldanha, ao comparar a Revolta dos Alfaiates com a Inconfidência Mineira, entende que ainda faltava um “sentido de nacionalidade” nesses movimentos que ocorriam na Colônia. Os panfletos e pronunciamentos pecavam pelo “localismo”, pois, “se num passo se falava no ‘continente do Brasil’”, noutro se chamava pelo “povo baiano”. Embora o desafio vivido já fosse nacional, esses movimentos importavam “idéias e fórmulas” e pleiteavam “utópicas ajudas estrangeiras”. Apesar da influência norte-americana na Inconfidência Mineira, as idéias que mobilizavam esses movimentos vinham da Europa, principalmente da França, predominando o “formalismo liberal e o fermento igualitarista, o racionalismo dos direitos individuais e já, também, o contraponto dos radicalismos clássicos avessos ‘à propriedade e às diferenças sociais’”.⁷³

Com a vinda de D. João VI e sua corte para o Brasil, os privilégios perdidos pelos portugueses, após a invasão das tropas de Napoleão Bonaparte, em 1808, foram retomados no Brasil, quando ocorreu a recuperação do comércio, intensificando-se as relações comerciais a partir de 1814-1815, ocasião em que os portugueses assumiram a função de agentes intermediários nas transações comerciais entre o Brasil e outras nações. Assim, a intensificação desse tipo de relação provocou o aumento da acumulação de capital, não só na Metrópole como também na Colônia, especificamente em Pernambuco, que ocupava o terceiro lugar no rol das regiões exportadoras do Brasil, contribuindo para a formação de excedente comercial, mas os beneficiados eram os comerciantes portugueses e seus representantes. Essa era uma situação

⁷³ SALDANHA, op. cit. p. 59 - 62.

insistentemente contestada pelos senhores de engenho, diante da importância econômica da Região e da insatisfação com a política fiscal opressiva, acrescentando-se, também, a alta taxa de crescimento populacional, principalmente entre Ceará e Alagoas, que atingia índices mais altos do que a média do Brasil.⁷⁴

Apesar das perdas para os brasileiros foi este o momento do término da “treva intelectual”, pois se anularam os impedimentos do Governo português que cerceavam o livre pensamento na Colônia através da censura à entrada de livros, dificuldades de criar escolas, e do impedimento de fundar uma Universidade. Com a vinda da corte portuguesa foi criada a Imprensa Régia, sendo o Brasil o último país das Américas a instalar uma tipografia, e outras instituições como o Banco do Brasil, escolas, o Jardim Botânico, a Biblioteca Nacional etc. Embora permanecessem a mentalidade e as condições remanescentes dos séculos anteriores, ocorreu uma efervescência no “ritmo vital” do País, favorecendo a eclosão de um “verdadeiro ‘pensamento’ de raiz nacional”, de uma atividade intelectual e política nacional *in statu nascendi* nos principais centros urbanos.⁷⁵

Surgiram, assim, as condições que produziram o sentimento nativista e o “espírito liberal” da Revolução Pernambucana de 1817, inspirada no ideário da Revolução Francesa e no modelo norte-americano e que se estendeu ao Ceará. Embora o liberalismo europeu dos séculos XVIII e XIX afirmasse os valores de “liberdade, legalismo etc.”, opondo-se ao passado feudal e ao absolutismo vigente, o liberalismo brasileiro buscava “uma afirmação de autonomia: em torno da idéia de fundação de nacionalidade livre”, à qual se juntaria a de governo legal, a de atenção ao povo. Havia um consenso na maioria da população nativa de que o “rompimento dos laços coloniais e a reformulação das bases do poder político legítimo” estavam a indicar que “a alternativa ao colonialismo consistia no liberalismo, que representava a liberdade, o progresso, a modernização e a civilização”.⁷⁶

Bernardes demarca o período iniciado em 1817, com a Insurreição Pernambucana, como o ano fundamental para a “história coletiva” da Região e para a biografia de Frei Caneca como um herói desse movimento. Na “Lei orgânica da República de Pernambuco de 1817”, esse autor

⁷⁴ LEITE, Glassira L. **A insurreição pernambucana de 1817**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 10 - 13, 28, 30.

⁷⁵ SALDANHA, op. cit. p. 68 - 69.

⁷⁶ Idem, p. 71 - 72; SANTOS, C.N. G. Q. dos, apud ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 41.

identifica um “rascunho de nação”, através de “três idéias fundamentais de uma corrente política que teria no Nordeste seu terreno mais favorável: soberania popular, regulação constitucional dos poderes e pacto social”.⁷⁷ São elementos políticos que, para Faoro, têm pertinência com um “liberalismo irado” ou “exaltado”, o que para Ferraz se trata de “liberalismo mazombo”.⁷⁸

O movimento surgiu, assim, como uma reação ao agravamento da centralização econômica e política no Sudeste e do aumento da carga de tributos aos proprietários rurais, reforçado pela ação das lojas maçônicas e das sociedades secretas, de militares, do clero e de elementos expulsos do meio rural com a expansão dos canaviais. Embora esse segmento populacional tenha interesses próprios e até conflitantes com o grupo dominante e seja mobilizado pelas idéias liberais, a tensão social que o atinge o leva a se envolver com o movimento no sentido de mudar a situação, entretanto não chega a participar do poder, sendo responsabilizado pela violência desencadeada nos conflitos. Ocorria, portanto, uma situação de mal-estar na sociedade, o que provocava constantes conflitos e ofensas entre brasileiros e portugueses. Em 1817, após violentos embates, os insurgentes vitoriosos empenharam-se na organização de um Governo Provisório da República de Pernambuco, buscando reconhecimento da Inglaterra, Estados Unidos e da Argentina, o que não aconteceu diante do caráter regional da insurreição, e, com o bloqueio dos portos e outras medidas para reprimir o movimento, ocorreu a rendição. Entretanto, o rompimento com Portugal, nesse curto período, representou grandes prejuízos e trouxe à tona as contradições vividas pela sociedade pernambucana e brasileira, permanecendo o clima de tensão.⁷⁹

Após a derrota da “efêmera e frágil república nordestina”, alguns são mortos, outros presos e depois anistiados. Beneficiado pela anistia, em 1821, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca entende que “o absolutismo o trancafiara e que o movimento constitucionalista o libertara”,

⁷⁷ BERNARDES, Denis A. de M. A idéia do pacto social e o constitucionalismo em Frei Caneca. **Teoria Política**, v. 21, São Paulo, USP, 1996. 20f. p. 6 – 7.

⁷⁸ FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1996. p. 127 - 146. A autora adota os termos “liberalismo mazombo” para indicar a posição dos liberais defensores do movimento constitucionalista contra os liberais defensores do absolutismo. Sobre o nascente liberalismo brasileiro e o “romantismo político dos deputados paulistas”, ver FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 301 – 315; MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O liberalismo radical de Frei Caneca**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

⁷⁹ LEITE, op. cit., p. 28; SALDANHA, op. cit., p. 69 - 71; MOREL, Marco. **Frei Caneca: entre Marília e a Pátria**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 34; NOBRE, Geraldo. A revolução de 1817 no Ceará. In: SOUZA, Simone (coord.). **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 141 – 142.

favorecendo o surgimento de condições para o exercício da atividade política. Tratava-se para ele de uma situação inteiramente nova, pois a “iniciativa política não está mais nos palácios” e sim nas ruas. Estes fatos explicam, segundo Bernardes, a defesa entusiasta de Frei Caneca à monarquia constitucional, ao escrever a “Ode a Portugal”, comemorando a chegada de D. João VI a Lisboa, um de seus primeiros escritos após a volta da prisão.⁸⁰

O humanismo e o nativismo de Frei Caneca representam a visão de mundo de um segmento dos sacerdotes brasileiros que pode ser vista como uma continuidade da tradição humanística e política de Pe. Vieira desde o século XVII. Segundo informa Pécora, o Pe. Vieira participou, integralmente,

... da forma de um século que não concebe meio de falar a Deus e de Deus, sem experimentar ou aprender a letra diversa do mundo, tão desfigurada pelos da ocasião quanto impregnada da Graça permanente de seu Criador. Nesse sentido, não há escrito do jesuíta que não seja político: não sê-lo, para ele, equivaleria a renunciar à prática da caridade cristã, deixar de intervir nas formas da vida social do homem de modo a prepará-lo para tornar-se, pela boa escolha de seu livre arbítrio, co-autor da Providência...⁸¹

Essa tradição explica o posicionamento político de Frei Caneca, em Pernambuco, e de tantos outros sacerdotes, uma situação que se entende ao ano de 1824, incluindo o Ceará, com a participação do Pe. Mororó (Gonçalo Ignácio de Loiola Albuquerque e Mello) e do Pe. José Martiniano de Alencar, filho de Bárbara de Alencar; padre Carlos José dos Santos, Frei Francisco de Sant’Ana Pessoa, Pe. Miguel Carlos Saldanha, vigário do Crato; Pe. Miguel Gonçalves da Fonte, vigário de Pau dos Ferros.⁸² O movimento de 1817 “nasceu de uma elite intelectual”, nela incluído o clero, “mas recebeu apoio do povo a quem seduziu pelo seu intenso nativismo e sentido democrático”. No Seminário de Olinda, em Pernambuco foi o local onde se ordenaram os cearenses Senador Pompeu e Senador Alencar, este último conhecido como o pai do escritor José de Alencar. O historiador José Murilo de Carvalho comenta que a obra mais importante do bispo Azeredo Coutinho foi a criação deste Seminário, “concebido na melhor tradição do iluminismo português”, o qual “teria grande impacto na formação do clero nordestino e afetaria as idéias e o comportamento político de toda uma geração de padres”.⁸³

Para Saldanha este foi um movimento “já romântico”, pois os valores que motivaram o movimento de 1817, “a propriedade e a liberdade, bem como uma certa igualdade vaga e mal

⁸⁰ BERNARDES, op. cit., p. 7 - 11.

⁸¹ PÉCORA, Alcir. *Prefácio*. In: VIEIRA, A. op. cit., p. VIII.

⁸² GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1962. p. 163 – 186.

⁸³ CARVALHO, José Murilo, **O POVO**, Memória, Fortaleza, 26 maio 2002.

explicada, mais a ‘republicanidade’”, que, ao mesmo tempo “era ou não queria ser inteiramente, anti-portuguesa”. Influenciado pelo ideário da nascente república dos Estados Unidos, o movimento surgiu em Pernambuco e estendeu-se até o Ceará. Esse romantismo, segundo Saldanha, diferentemente do que ocorrera no século XVIII, encontrava na Colônia um ambiente social mais amadurecido, “uma receptividade mais idônea”, citando o preceito de Victor Hugo, “segundo o qual o romantismo em letras e o liberalismo em política eram solidários”. Entretanto, não só essas idéias como as trazidas da Europa e incorporadas pela elite não eram ainda compreendidas pelo povo.⁸⁴

Após a Independência da Colônia, Frei Caneca centrou suas expectativas em um “novo pacto”, fiado nas promessas de D.Pedro como Imperador do Brasil em fundar “uma nova nação” ao convocar uma Assembléia Constituinte. Frei Caneca baseava suas esperanças nas “virtudes do Príncipe, vastidão do território e das riquezas do Brasil e a história aguerrida do seu povo...” O Império Constitucional estaria colocado “entre a monarquia e o governo democrático”, reunindo “as vantagens de uma e outra forma”, expulsando “os males de ambas”. O Imperador não poderia causar nenhum dano, pois “a Constituição com sábias leis fundamentais e cautelas prudentes tira ao imperador o meio de afrouxar a brida às suas paixões, e exercitar a arbitrariedade”. No “pacto social” proposto, as noções de contratualismo e constitucionalismo eram inseparáveis, pois estava “fundado na renúncia da independência do estado natural”. A sociedade civil seria “constituída para a felicidade humana”, embora esta só fosse “plenamente realizada sob o império da lei”. Bernardes considera as idéias contidas no Sermão da cerimônia mandada celebrar pelo Senado da Cidade do Recife, em homenagem à aclamação de Dom Pedro I, um dos textos fundamentais para compreensão do pensamento de Frei Caneca.⁸⁵

Entretanto, a crise desencadeada pela não-aceitação das prerrogativas defendidas pela Assembléia Constituinte e sua dissolução pelo Imperador, em novembro de 1823, provocaram o fortalecimento do movimento liberal e nativista.⁸⁶ Para Frei Caneca, o projeto da Constituição de 1824 oferecido pelo Imperador não deveria ser adotado ou jurado, por se tratar de “sumo perigo para a independência do Império, sua integridade, sustentação da liberdade dos povos e

⁸⁴ SALDANHA, op. cit., p. 70 – 71, 77 - 79.

⁸⁵ FERRAZ, Socorro (Org.). **Frei Caneca: acusação e defesa**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000. p. 80 - 98; BERNARDES, op. cit., p. 7 – 11, 21.

⁸⁶ Sobre o assunto ver FAORO, op. cit., p. 503 – 566; ARAÚJO, Maria do Carmo R. A participação do Ceará na Confederação do Equador. In: SOUZA, op. cit. p. 145 – 154.

conservação sagrada da sua propriedade”. Segundo Ferraz, esse liberalismo defendido por Frei Caneca contrapunha-se aos escritos de Silvestre Pinheiro Ferreira, defensor do “pensamento liberal permitido e até patrocinado pelo poder absolutista”,⁸⁷ de cujas idéias José Bonifácio se constituía um desdobramento. Este último defende uma “concepção orgânica” de liberalismo que vê o Estado como uma totalidade anterior e superior às suas partes...”, onde o Estado é “a fonte do progresso nacional e, no seu fortalecimento, a única garantia para a paz e tranqüilidade dos povos”...⁸⁸ Entretanto, as críticas de Frei Caneca são “juridicamente bem fundadas” na rejeição ao conteúdo do documento, por degradar os pernambucanos que deixavam de ser um povo livre para se transformar num “valongo de escravos e curral de bestas de carga”. Frei Caneca não admite a assinatura da Carta Constitucional sancionada por D. Pedro, diante do fato de não ter sido dada pela soberania popular e sim, como uma *bénesse* do Imperador. Como o movimento revolucionário não conseguiu apoio internacional, foi reprimido pelo Governo Constitucional de D. Pedro I. Talvez respeitando a condição de sacerdote ou do fato ocorrer no início da formação do Império, a Comissão Militar, encarregada do julgamento sumário dos cabeças da Confederação do Equador, condenou Frei Caneca à “morte natural” e não à “morte natural para sempre”, quando o cadáver do condenado era mutilado e permanecia exposto, não sendo enterrado.⁸⁹ Em Pernambuco foram enforcados mais dez revolucionários e, no Ceará, foi fuzilado o padre Gonçalo Mororó, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Feliciano José da Silva Carapinima, Luiz Inácio de Azevedo e Pessoa Anta.⁹⁰

Saldanha identifica nesse período, no ideário liberal dos republicanos nordestinos, a entrada em outra fase, “embora mantendo seus supostos sociais e culturais”, a “das reconstituições românticas”. A eclosão do movimento nativista da Confederação do Equador em 1824 e a atitude de Frei Caneca, em conseqüência da recepção do pensamento liberal europeu, são interpretados por Saldanha como um liberalismo associado a um “republicanismo otimista, em que as idéias de pacto social e de democracia vestiam a crença racionalista e individualista”. Na Europa, embora

⁸⁷ Para FERRAZ, 1996, op. cit., p. 60 - 61, a tarefa de Silvestre Pinheiro Ferreira, recomendada pelo Rei de Portugal, era a de “‘harmonizar a teoria liberal’ com o absolutismo da monarquia portuguesa.”

⁸⁸ Idem, p. 23, 60 - 61, 73, 86; BERNARDES, op. cit., p. 16 - 18.

⁸⁹ Há uma suposição de que o corpo de Frei Caneca foi colocado nas paredes do Convento de Nsa. Sra. do Carmo, em Recife, para evitar que a sepultura e o corpo do sacerdote fossem violados pelos soldados da Guarda Imperial. Cf. MOREL, op. cit., p. 15 - 17.

⁹⁰ Idem, op. cit., p. 89 - 92; SALDANHA, op. cit., p. 94; FERRAZ, op.cit., p. 192 - 194; BERNARDES, op. cit., p. 19; GIRÃO, op. cit., p. 177-186.

ainda influenciada pelo “contratualismo rousseauiano”, o liberalismo já entrara noutra fase. Diferentemente dos europeus que mantiveram o Estado Monárquico, a recepção do liberalismo pelos latino-americanos, a adoção do credo liberal equivalia a “negar e renegar inteiramente o passado; querer fazer independência nacional com constituição e princípios liberais queria dizer: agora começam a existir a nação e o Estado”.⁹¹

Adorno acrescenta que a ideologia liberal, ao ser introduzida na sociedade brasileira, fornece “os fundamentos ético-políticos para reformulação da legitimidade do poder”, sendo elaborada uma legislação que convive com princípios liberais quanto aos direitos democráticos e individuais, mas são direitos civis sem participação política e que se omite quanto aos direitos de igualdade. Há uma diluição do poder no campo da política, apesar de serem instituídos os primeiros partidos políticos do Brasil, o Partido Conservador e o Partido Liberal, predominando o tipo de “dominação tradicional” com a instituição do Poder Moderador, através da nova Carta constitucional de 1824. Para Adorno,

... por mais contraditório que possa parecer, a instituição do poder moderador foi peça estratégica para concretizar a conservação do Estado patrimonial nos quadros do modelo liberal de exercício do poder. E foi estratégica justamente por haver, de certo modo, atendido a interesses das partes envolvidas na direção política do Estado.⁹²

Apesar dos levantes citados no primeiro quartel do século XIX, o sentimento nativista teve sua maior expressão durante a Regência, um período em que fermentaram confusões e levantes. Nos anos de 1832 a 1835, ocorreu a “Revolta dos Cabanos” nas províncias de Alagoas e Pernambuco, estendendo-se até 1836 no Pará. Esse levante era movido, também, pelo sentimento nativista e pelas concepções liberais, contando com a participação de chefes efetivamente saídos do povo, alcançando áreas rurais. Na Bahia, estourou a Sabinada (1837-38), breve e feroz escaramuça que pretendeu desmembrar a província e instaurar uma “República Baiense”, a qual existiria apenas enquanto durasse a menoridade de Pedro II. No Maranhão, a “Balaiada”, de 1838 a 1841: “conflito entre facções locais, arregimentação de vaqueiros e cangaceiros para participação nos combates, e também de negros liderados pelo ex-escravo Cosme, que se intitulava barrocamente ‘Dom Cosme Bento das Chagas, tutor e defensor das liberdades bem-te-vis’”. Saldanha entende que a Praieira (1848), uma rebelião surgida a partir de meados do século XIX, em Pernambuco, pode ser vista como um “verdadeiro laboratório de ação e concepções

⁹¹ SALDANHA, op. cit., p. 75 - 77.

⁹² ADORNO, op. cit., p. 54, 60 - 61.

políticas”, tratando-se de uma “investida liberal contra as manobras conservadoras do ministério de Araújo Lima, em dezembro de 1848”. Essas revoltas recebiam influência dos socialistas utópicos, cujas idéias eram divulgadas por escritores e jornalistas da terra, como no jornal *O Progresso*⁹³, editado pelo célebre mulato Antônio Pedro de Figueiredo, o “*Cousin fusco*”, um autodidata que lia Victor Cousin, Theodore Jouffroy e “alguns dos socialistas românticos franceses” e, eventualmente, expunha questões socialistas, denunciando a miséria que atormentava “as classes laboriosas”. Antônio Pedro entendia o socialismo como um “magnífico movimento” que arrastava “as sociedades modernas para a pacífica organização de todos os elementos que entram no phenomeno tão complexo da atividade humana”.⁹⁴ As revoltas que ocorreram a partir dos meados do século XIX,⁹⁵ como o Ronco da Abelha (1851 a 1852), Quebra-Quilos (1874 a 1875), a Guerra das Mulheres, (1875 a 1876), resultaram da crise econômica que se abateu sobre a região. Monteiro considera o culto à memória histórica das lutas nordestinas um dos traços mais fascinantes de sua história, ao assinalar que:

Os líderes revolucionários de 1874 lembraram em panfletos os heróis de todas as revoltas anteriores, desde 1817 a 1848, numa prova de que as repressões passadas não haviam conseguido torná-los esquecidos entre a população pela qual morreram.⁹⁶

No período dessas revoltas, que ocorreram na segunda metade do século XIX, durante o Segundo Reinado, os grandes proprietários rurais da Região encontravam-se entre dois fogos com a crise do setor exportador. Os que não estavam arruinados tinham uma situação econômica instável, mas eram chamados de “potentados” por Euzébio de Queiroz. Nesse momento, os trabalhadores viam nos grandes proprietários os seus aliados, passando o Estado, defensor da maçonaria, a ser o inimigo real contra o qual deveriam reagir. Os diferentes grupos no Segundo

⁹³ Cópias de **O Progresso** fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado de Pernambuco e também do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGPE).

⁹⁴ SALDANHA, op. cit., p. 154 - 157.

⁹⁵ MONTEIRO, Hamilton de M. **Nordeste insurgente (1850-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 44 – 46, 72, 73 – 76. O autor apresenta o quadro das revoltas que ocorreram no Nordeste a partir da segunda metade do século XIX: Ronco da Abelha (1851-1852) nas províncias de Pernambuco, Paraíba e Alagoas e com menor intensidade no Ceará e Sergipe. A revolta surgiu em oposição aos decretos 797 e 798, de 18 de junho de 1851, os quais instituíam o Censo Geral do Império e o Registro Civil dos nascimentos e óbitos; Quebra-Quilos (1874-1875), nas comarcas da Zona da Mata e no Agreste de Pernambuco, na Paraíba e outras localidades de Alagoas e do Rio Grande do Norte, diante da revolta contra o “imposto do chão”, uma reação contra o aumento dos impostos, contra a lei de recrutamento militar e o novo sistema métrico decimal; Guerra das Mulheres (1875-1876), revolta contra a alteração da forma de recrutamento de soldados para o Exército e a Armada. O Decreto de 1841 ordenava o recrutamento de homens brancos e solteiros com idade entre 18 a 35 anos, podendo ser liberado o indivíduo mediante o pagamento de quatrocentos réis. Diante do boato de que se tratava de nova lei para escravidão, as mulheres temeram perder os filhos e os maridos e invadiram as igrejas onde estavam instaladas as juntas de recrutamento, rasgando os editais e leis, destruindo móveis e utensílios.

⁹⁶ Idem, p. 33.

Império, que compunham a estrutura da sociedade nordestina, reagiam de formas diferentes: da mão-de-obra abundante e barata, que perambulava de propriedade em propriedade, saíam os jagunços, os cabras e os cangaceiros; das camadas médias urbanas, saíam os “conspiradores”, a liderança intelectual, instigando os motins e revoltas; os grandes proprietários de terra lutavam uns contra os outros, agindo com violência contra os agregados e contestando o poder público. Nesse clima de insatisfação, havia uma “efervescência revolucionária”, favorecendo o surgimento de movimentos insurrecionais e atos de violência.⁹⁷ Conseqüentemente, a “fermentação política” voltada para a contestação do regime, não só no Nordeste⁹⁸ como em todo o Império, mobilizava a ação política dos liberais no plano nacional, fossem eles políticos, intelectuais ou jornalistas, e atacavam não só o Gabinete⁹⁹, mas também a administração da Província. O distanciamento das elites decorria das dificuldades da Monarquia em resolver questões por eles consideradas prioritárias, como: em 1873, a reforma da Guarda Nacional; em 1874, a nova lei de recrutamento militar, a falta do financiamento estatal e os problemas econômicos agravados com a “grande seca” de 1877-79.¹⁰⁰

O Nordeste que fora o principal produtor mundial de açúcar, passou a enfrentar problemas econômicos ao perder competitividade no mercado internacional, com a queda real do preço do produto e, também, com a redução da produção pelo esgotamento do solo. Esses fatos concorreram, por um lado, para o empobrecimento crescente dos assalariados e, por outro lado, para a ampliação das áreas de cultivo dos grandes proprietários de terra que se voltavam para a exportação, fato gerador do aumento da concentração da renda e da redução das áreas de produção da agricultura de subsistência. Assim, ampliou-se o poder político dos “senhores de engenho” da região canavieira do Nordeste ou dos “coronéis”, os criadores de gado e produtores de algodão da região do agreste, o qual assumiu várias características do patrimonialismo no meio rural, sendo o clientelismo uma de suas formas e cujas origens remontam ao período

⁹⁷ Idem, p. 33, 65.

⁹⁸ Apesar de aqui estar citada como região Nordeste, durante o Império, a região era denominada região Norte. Sobre a divisão espacial do Brasil ou a área das regiões Norte, Nordeste ver MELLO, E. C. de, **O Norte agrário e o Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 191 - 195, onde explica que, durante o Governo Imperial, o Brasil estava compreendido em duas grandes regiões: as províncias da região sul e as do norte. Ao citar o “velho norte açucareiro e algodoeiro”, refere-se a Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe e Paraíba; o “novo norte da borracha”, às províncias do Pará e do Amazonas; para esse autor, estão incluídas na Região Norte as províncias da Bahia, do Maranhão e do Piauí.

⁹⁹ Sobre as crises políticas do Primeiro e Segundo Reinados, ver FAORO, op. cit., cap. IX e X.

¹⁰⁰ MONTEIRO, op. cit. p. 16 - 18, 31 - 32.

barroco.¹⁰¹ Essa prática política, que foi adotada pelos grandes proprietários de terra do Nordeste, decorreu não só da concentração da posse da terra como também da “omissão ou ausência do poder público”. O grande proprietário de terra, o “coronel Todo-Poderoso da Guarda Nacional”, era o senhor “de fato da região sob sua influência”, exercendo um tipo de dominação, cuja característica principal eram a violência e o compadrio. O coronel exercia autoritariamente a posse de seus domínios, assim agindo, não só, contra outros proprietários de terra, mas também contra o Estado Monárquico quando contrariava seus interesses. Na pessoa do “coronel” ou do “senhor de engenho”, na região açucareira, estava concentrado o poder econômico, jurídico, político, influenciando, também, as decisões do vigário local. Na relação de compadrio ou clientelismo, ao envolver ligação pessoal e laços de afetividade entre o coronel e o trabalhador, cabe, ao primeiro, prestar “assistência social, moral e jurídica” e, também, permitir a moradia nas suas terras assegurando a proteção ao “morador”; ao segundo, são atribuídos a fidelidade política e a disponibilidade para servir como milícia de reserva quando o coronel necessitar.¹⁰²

Para Saldanha as revoluções do período monárquico, que resultaram desse cenário, eram portadoras, quase sempre, de significados expressivos. A Independência do Brasil não havia realizado as aspirações republicanas das reformas sociais com as rebeliões nativistas da Colônia, pois o “formalismo” da Constituição fora arquitetado segundo as idéias de juristas e dos parlamentares, sem uma relação com os problemas e a vida cotidiana do povo. Ao apresentar o conteúdo das reivindicações populares contidas nos levantes ocorridos durante a Regência e que vão até o Segundo Império, Adorno destaca que o “povo pretendeu a liberdade; porém antes de tudo a igualdade”, entretanto não era essa a “intenção da fração dominante liberal e ilustrada. Quis, sim, liberdade; todavia, reconheceu como inevitável a desigualdade”. Desses movimentos, foram excluídos os escravos que representavam no período grande maioria da população,

¹⁰¹ Segundo FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**, 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980, o patrimonialismo, de acordo com o pensamento de Weber, “é a mais corrente forma de domínio tradicional. Aproxima-se da burocracia pelo fato de recusar também o excepcional e de ser uma instituição durável e contínua, embora a norma preexistente à qual ele se refere não tenha nada de racional nem de técnico, mas possua um conteúdo concreto, a saber, a validade do costume considerado como inviolável... Não é um código constitucional... mas sim a pessoa do soberano que perpetua o ‘eterno ontem’... A autoridade nesse caso é fundamentalmente pessoal, independentemente de qualquer fim objetivamente racional...” In: VILARI, op. cit. p. 25 - 47, o patrimonialismo é apresentado por Kamen como uma característica política marcante dos governantes do período barroco, o qual era praticado através de múltiplas formas, aqui englobadas em três grandes grupos: riqueza, nepotismo e *clientage* ou clientelismo. Para mais informações ler ADORNO, op. cit. p. 54 - 75; COHN, Gabriel (org). **Weber**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

¹⁰² BERGER, Manfredo. **Educação e dependência**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1980. p. 111 - 118; GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 61 - 76, 121 - 156.

havendo, assim, uma diferença entre o dizer e o fazer, pois foram invocados os princípios liberais para anunciar algo distinto do que pretenderam evocar.¹⁰³

Para Saldanha esses conflitos, que ocorreram no período monárquico, revelavam “o nascimento de uma mentalidade urbana” e o surgimento de uma classe média que já apresentava idéias liberais, embora fossem “peculiares” por ocorrerem “entre a massa maior, inerte ou desordenada, e as cúpulas mandantes, minoritárias e avessas por instinto a toda mutação”. Os conflitos, ao serem influenciados pelas idéias francesas, tinham, de um lado, o povo que não as entendia e, do outro lado, essas idéias “não convinham aos de cima” e que “já toleravam Benjamin Constant e Blakstone”. A nascente classe média, desejando instaurar a república e o federalismo, inspirava-se no modelo norte-americano, defendendo o voto livre e a liberdade de expressão, que favoreceria o sentido democrático e liberal. Em Pernambuco, berço da “Confederação”, como no Nordeste em geral, as tradições democráticas eram mantidas e “alimentadas desde o século XVIII nos agrupamentos intelectuais e sociedades maçônicas, onde o iluminismo tinha deixado a marca da oposição à autocracia e ao obscurantismo”.¹⁰⁴

Portanto, o liberalismo radical foi o motor e impulsionador dos sentimentos nativistas e libertários no Nordeste, sendo possível identificar em seus defensores a existência de um romantismo revolucionário em oposição ao liberalismo conservador. Com a instauração da República, no final do século XIX aos primórdios do século XX, surgiram novos atores sociais cujas idéias mobilizaram os movimentos libertários e políticos do Nordeste através de novas vertentes políticas.

O surgimento do socialismo utópico na região nordeste.

A repercussão das idéias socialistas no Nordeste, que já se faziam sentir desde o período da monarquia, favoreceu o surgimento de novos atores sociais, novos personagens que entraram na cena política para fazer oposição ao liberalismo conservador. As primeiras idéias socialistas que chegam ao Recife, segundo Leandro Konder, são citadas por Paulo Cavalcanti no livro *Eça de Queiroz, Agitador no Brasil*, ao informar a reprodução do jornal pernambucano *O Seis de Março*, nos dias 17 a 19 de março de 1872, de uma matéria originalmente publicada na revista *Ilustração*

¹⁰³ SALDANHA, op. cit. p. 150; ADORNO, op. cit. p. 53.

¹⁰⁴ SALDANHA, op. cit., 158, 206.

Espanhola sobre o impacto da Comuna de Paris e comentários de jornalistas a respeito da Internacional Comunista, e que tal artigo teria sido lido por Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Tobias Barreto, Araripe Júnior e outros. Konder informa, ainda, que em 1883, no discurso proferido durante a solenidade de colação de grau de uma turma de advogados da Faculdade de Direito do Recife, Tobias Barreto citara Marx, tendo antes se referido à Internacional no volume três das *Obras Completas*, editadas em Sergipe.¹⁰⁵

Em Pernambuco, a cidade do Recife “continuava sendo cenário de lutas políticas”, através da atuação de uma militância comunista influenciada pela via evolucionista e anarco-sindicalista e de grupos ligados aos programas baseados na doutrina social da Igreja Católica. Embora não houvesse “um operariado urbano expressivo”, as greves dos operários, ocorridas nos anos de 1917 e 1919, refletiam “as insatisfações com as condições de vida e trabalho da época”. As “agitações” dos trabalhadores continuaram no ano seguinte com a greve na *Great Western*, num protesto contra a recusa da Companhia em conceder aumento salarial. No movimento desses trabalhadores Rezende identifica diferentes tendências ideológicas, através da presença dos “anarco-sindicalistas ligados à Federação de Resistência”, o grupo comunista que formou o Partido em 1922, e o “grupo social-reformista, antigos simpatizantes do anarquismo”,¹⁰⁶ ressaltando o aspecto combativo, a característica da cidade do Recife e o papel desempenhado no cenário nacional:

Todas essas tramas políticas mostram um lado importante da cidade do Recife: a luta social que sempre teve espaço em suas ruas desde os tempos coloniais. Não eram, apenas, manifestações das elites. Nos tempos republicanos essas manifestações continuam. Envolvem trabalhadores, com idéias que defendem a revolução e combatem as injustiças sociais. Era o lado ‘moderno’ das lutas políticas, em um contexto autoritário e profundamente antidemocrático. Mas os resultados desses confrontos iniciais da década de vinte não levam a uma modernização das relações políticas, no sentido mesmo que os liberais costumam dar. Ao contrário, reforçam a posição centralizadora do Estado, as alianças funcionam, apenas, para desarticular as forças ditas populares e garantir que o processo de modernização no Brasil prescindia, pelo menos inicialmente, da ampliação dos direitos políticos.¹⁰⁷

Rezende interpreta o cenário político do início dos anos 20, na cidade do Recife, como “uma vocação natural para a rebeldia política”, por ter sido o “cenário de muitos confrontos e

¹⁰⁵ KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 72.

¹⁰⁶ REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARTE 1997. p. 28, 33 - 34.

¹⁰⁷ Idem, p. 37.

insatisfações que ajudaram a debilitar os laços coloniais”, como também por ter sediado a Província de Pernambuco e, ainda, por ter sido, no Nordeste, o epicentro dos movimentos nativistas e revolucionários desde o período colonial.¹⁰⁸

No Ceará, “os ecos da Segunda Internacional” estimularam a criação de um partido de operários por Aderson Ferraz, liderando dentistas, alfaiates, mecânicos, pedreiros, ourives, sapateiros etc.¹⁰⁹ Predominava, entretanto, a tendência conservadora da Igreja Católica, contrapondo-se à tendência secularizante e mantendo-se fiel ao processo de “romanização”, uma corrente mais conservadora e diferente da tendência iluminista do Seminário de Olinda. Em 29 de junho de 1913, o bispo D. Manoel da Silva Gomes criou o Círculo Católico de Fortaleza que, além de se opor às idéias secularizantes, se transformou numa “escola política de um grupo homogêneo ideologicamente aos valores defendidos pela Igreja na época”, tornando-se posteriormente, na “escola política que seria seguida por Dom Leme, então arcebispo do Rio de Janeiro, ao fundar o Centro D. Vital, em 1922”. Assim, a Igreja Católica organizou e ocupou espaços políticos da sociedade civil cearense em consequência da sua fragilidade. Foi um processo de organização intenso nos anos 1920, desembocando na década seguinte como a grande força política de uma elite, que tinha como característica o “centralismo na sua condução”. A quebra do centralismo do grupo político da Igreja aconteceu quando Fernandes Távora organizou o PSD, um partido político em oposição à Liga Eleitoral Católica (LEC) e que, em 1945, se transformou na UDN. No Ceará, o Integralismo como um partido, “feito à imagem e semelhança da Igreja”, surge da Legião Cearense do Trabalho (LCT), “uma confederação de entidades operárias lideradas pelo tenente Severino Sombra”, aliado ao recém-ordenado padre Helder Câmara, que provocam o grande impulso para o crescimento da organização neste Estado. O episódio de 1935, no Município de Sobral, quando ocorreu a morte de um policial numa escaramuça com os integralistas, afastou o padre Helder dos integralistas, o qual assumiu uma Secretaria no governo de Meneses Pimentel. O Partido Socialista, com origem nos sindicatos e Círculos Operários da Igreja Católica, foi criado no Ceará, em 1919, passando a influenciar o surgimento de sindicatos de categorias diversas, dividindo-se em uma tendência de direita e outra de esquerda, mantendo, a última, ligações com as organizações e movimentos de Pernambuco,

¹⁰⁸ Idem, p. 37.

¹⁰⁹ KONDER, op. cit. p. 79.

Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1927, essa tendência fundou, em Fortaleza, uma seção do Partido Comunista e uma do Bloco Operário Camponês.¹¹⁰

O sentimento nativista ainda pode ser identificado no nascente socialismo com a publicação da revista *O Tacape*, publicada no Recife durante os anos de 1928 a 1929, pelo cearense Joaquim Pimenta e seus colaboradores Metódio Maranhão, João Barreto de Meneses, Hercílio de Souza, Raul Azedo, Baltazar Mendonça e outros... Embora considerado radical pelos “espantados conservadores”, o cearense Joaquim Pimenta era adepto de um “socialismo evolucionista”, apesar de liderar grandes “agitações” de operários. A revista veiculava idéias “muito avançadas” para este período e seus redatores cultivavam “um naturalismo e um positivismo um tanto ao gosto do cientismo oitocentista”, como também o grupo da revista *Evolução*. O romantismo revolucionário e jacobino pode ser identificado no conteúdo das publicações: publicavam frases de George Washington, elogiavam Carlos Prestes, escreviam o artigo “Contra as águias imperialistas”, buscavam educar o povo e lutar contra o atraso “feudal”, denunciavam a entrega de terras ao capital ianque “(concessão de terras ao grupo Ford no Pará), clamavam contra o latifúndio e o usinismo”.¹¹¹

O conteúdo romântico e o forte apelo social dos anos 1920 a 1930 foi dado pelo movimento dos tenentes ou do tenentismo¹¹² que contou com uma representação de nordestinos, os quais passaram a exercer marcante influência na Região e na política brasileira, como os cearenses Juarez Távora e Juraci Magalhães, este último radicado na Bahia. Juarez desempenhou um importante papel na Revolução de 1930 para consolidação do governo Vargas, conseguindo manter o controle e a unidade dos Estados através da criação do sistema de interventorias, o que possibilitou a legitimação do Estado Novo, tornando-se posteriormente Ministro da Agricultura.

¹¹⁰ PARENTE, Francisco J.C. **Anauê**: os camisas verdes no poder. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999. p. 78 - 88; idem, **A fé e a razão na política**: conservadorismo e modernidade das elites cearenses. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Universidade do Vale do Acaraú, 2000. p. 76 - 95.

¹¹¹ SALDANHA, op. cit. p. 281, nota 281.

¹¹² Sobre o assunto, ver MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Siciliano, 1991. p. 135 - 169. Termo adotado pelo autor citado para identificar as idéias políticas de militares e de movimentos como o levante do Forte de Copacabana, que culminou com a “épica caminhada” de dezoito tenentes (os 18 do Forte), os quais se expuseram às balas dos militares sob as ordens do regime oligárquico a que se opunham.

Após a derrota da Revolução Paulista de 1932, com o fim da guerra civil, são aceleradas as providências para o início do processo de constitucionalização do País, tornando-se necessária a reorganização dos partidos políticos. A idéia de criar uma organização nacional foi defendida pelos “revolucionários nortistas” e pelos tenentes, ao considerarem que os “partidos sobreviventes estariam viciados pela politicagem, prática considerada condenável dentro da nova e reformadora concepção de administração pública”. O papel de articulador político vai ser desempenhado por Juarez Távora que, mesmo não exercendo cargo oficial junto ao Governo Provisório, passa a aceitar o processo de constitucionalização e a propor tarefas aos interventores nordestinos na criação de um ambiente eleitoral favorável à escolha de uma representação significativa de elementos revolucionários na Assembléia Nacional Constituinte, com o objetivo de garantir a continuidade do processo. Dos constantes encontros e reuniões, resultou a organização do Congresso Revolucionário, cuja presidência foi por ele exercida, conseguindo grandes vitórias políticas, entre as quais uma proposta sobre a organização do Estado brasileiro, resultante das discussões preparatórias. Assim, foi aprovada a organização do Partido Socialista Brasileiro, devendo este defender, na Assembléia Nacional Constituinte, as teses aprovadas no Congresso, dando relevância à “implantação de um sistema federativo sob forma parlamentar e o fortalecimento da unidade da pátria, que deveria sobrepor os interesses nacionais aos interesses regionais”. Embora efetivamente criado, o Partido não atinge os objetivos propostos e não consegue se impor nacionalmente.¹¹³

As idéias socialistas e libertárias continuaram a motivar os intelectuais e políticos nordestinos, muitos dos quais passaram a ocupar postos relevantes e a influenciar as decisões políticas dos governos JK, Jânio Quadros e João Goulart, como Celso Furtado, Miguel Arraes, Paulo Freire, Valdir Pires e outros. Nesse período, não foi mais o liberalismo da Revolução Francesa que mobilizou as ações da vanguarda política e intelectual da Região, e sim um nacionalismo com as características de um socialismo utópico e humanista que se opôs ao discurso dos defensores do liberalismo conservador influenciado pela política econômica norte-americana.

¹¹³ GOMES, Ângela Maria de Castro; PANDOLFI, Dulce (Org.). O NORTE: da revolução à constitucionalização. In: **Regionalismo e centralização política**: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 359, 361 - 364.

A repercussão das idéias políticas dos anos 1960 no Nordeste

Durante a presidência de João Goulart, não só os grupos políticos que apoiavam seu governo, mas também os que lhe faziam oposição, tinham uma compreensão diferente a respeito das transformações políticas, sociais e econômicas que poderiam levar a sociedade brasileira a superar o subdesenvolvimento.

Essa compreensão da realidade brasileira expressava posições políticas divergentes quanto à condução da coisa pública e às diretrizes nacionais, as quais, desde o início do século XIX, surgiram no cenário brasileiro nos pronunciamentos de Martin Francisco, o primeiro Ministro da Fazenda do Brasil, e de Manuel Jacinto Nogueira Gama, principalmente, no “realismo liberal” ou “liberalismo democrático” de José Bonifácio, contra o “liberalismo radical”, ou “liberalismo mazombo” de Frei Caneca.¹¹⁴

As diferentes posições políticas ou visões de mundo dentro da mesma matriz liberal podem ser identificadas em *História da Burguesia Brasileira*, onde Nelson Werneck Sodré apresenta as discussões do Legislativo brasileiro, quando predominavam os interesses dos que defendiam a predestinação do Brasil como produtor de matérias-primas para o mercado externo em detrimento dos que defendiam o direito de desenvolver seu processo de industrialização. Diante dessa concepção, o nascente empresariado brasileiro ou a nascente “burguesia brasileira”, para subsistir, necessitou realizar acordos e contratos para importar equipamentos, diante da Instrução nº 113, da SUMOC, espécie de antecessora do Banco Central, a qual proibia a compra de equipamentos industriais do Exterior.¹¹⁵

A discussão iniciada no segundo governo de Vargas, a partir de janeiro de 1951, continuou nos anos seguintes, sendo identificada por Skidmore em diferentes concepções ideológicas através da defesa de “três fórmulas principais”: “a neoliberal, a desenvolvimentista-nacionalista e a nacionalista radical”.

¹¹⁴ FERRAZ, 1996, cit. p. 61 - 98.

¹¹⁵ CORTEZ, Lucili G. **O pensamento político dos intelectuais marxistas do Brasil: 1964-1984.** 1993. 248f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 178 - 185. MANTEGA, Guido. **A Economia política brasileira.** 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. p. 74.

A “fórmula neoliberal” foi defendida por economistas norte-americanos e brasileiros, entre os quais Eugênio Gudín, Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, sendo apoiada também pelos jornais *O Globo* e órgãos ligados aos Diários Associados. Seus defensores seguiam os “princípios ortodoxos estabelecidos pelos teóricos e praticantes da política de banco central dos países industrializados”, aconselhando a entrada no País do capital estrangeiro e a limitação das restrições à sua movimentação pelo Governo brasileiro. Segundo Skidmore, a fórmula neoliberal baseava-se na seguinte suposição:

... o mecanismo de preços deveria ser respeitado como a determinação principal da economia. As medidas fiscais e monetárias, bem como a política de comércio exterior, deveriam seguir os princípios ortodoxos estabelecidos pelos teóricos e praticantes da política de banco central dos países industrializados. Os orçamentos governamentais deveriam ser equilibrados e as emissões severamente controladas. O capital estrangeiro deveria ser bem recebido e estimulado, como ajuda indispensável para um país falto de capitais. As limitações impostas pelo governo ao movimento internacional do capital, do dinheiro e dos bens, deveriam ser reduzidas ao mínimo. Esta autodisciplina aumentaria ao máximo a mobilidade dos fatores, e relegaria o Brasil ao seu papel econômico natural, inevitável e inapelável, sob a lei inexorável da vantagem comparativa.¹¹⁶

A “fórmula desenvolvimentista-nacionalista” começou a surgir nesse período, sendo designada também como o pensamento da “escola estruturalista”, recebendo influência “tanto teórica como empírica através de pesquisas e publicações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)”. Seus formuladores partiram do pressuposto de haver “necessidade imperiosa de industrialização”, entretanto argumentavam “que as forças que haviam conseguido a industrialização no Atlântico Norte seriam inadequadas ao Brasil”. Consideravam a “fórmula neoliberal” um obstáculo à industrialização no Brasil, defendendo o incentivo à formação de uma “economia mista, no sentido de romper os pontos de estrangulamento e assegurar o investimento (estatal) em áreas nas quais faltasse, ao setor privado quer a vontade, quer os recursos para se aventurar”. Essa estratégia era defendida, não só por “uma geração mais jovem de tecnocratas e intelectuais”, mas também por militares nacionalistas e remanescentes dos “tenentes radicais”. Entre os defensores dessa ideologia, destacaram-se os economistas e administradores Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Cleanto de Paiva Leite e Celso Furtado, os quais formaram a assessoria econômica do governo Vargas em 1951.¹¹⁷

¹¹⁶ SKIDMORE, Thomas E. **BRASIL**: de Getúlio a Castelo Branco. 7 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 118. Sobre as diferentes conotações do uso do termo “neoliberalismo” ver ALCÂNTARA, Eurípedes, *O neoliberalismo já foi de esquerda*. **Veja**, São Paulo, Ed. Abril, 19 maio 2003.

¹¹⁷ Idem, p. 117 - 118.

Essa ideologia também foi defendida por intelectuais, predominantemente do campo das Ciências Sociais, que foram conhecidos posteriormente como o “grupo de Itatiaia”, nome originado do local onde se reuniam, situado a meio caminho do Rio de Janeiro e São Paulo, no intuito de aproximar, “numa mesma reflexão”, pensadores paulistas e cariocas que estavam “separados por tradições políticas muito afastadas”. Das discussões resultou a publicação de cinco números da revista *Cadernos de Nosso Tempo*, entre 1953 a 1955, cujo conteúdo envolvia “análises dos problemas políticos, econômicos, sociais e culturais do Brasil”. Desse grupo, também fizeram parte Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Ewaldo Correa Lima, os precursores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).¹¹⁸

Para Mantega, o ideário nacional-desenvolvimentista desenvolveu um “veio crítico, que auxiliou a compreensão das ‘velhas’ relações de produção ligadas ao passado agro-exportador, e ainda começou a deslocar o eixo analítico para a dinâmica interna”, contribuindo, também, para a implementação e legitimação do capitalismo industrial, tornando-se uma ideologia social adotada por diferentes classes ou segmentos da sociedade brasileira. Entretanto, o nacional-desenvolvimentismo não foi defendido por todos grupos teóricos do País, sendo questionado, principalmente, pelos discípulos do professor Gudin.¹¹⁹

Os defensores do “nacionalismo radical” questionavam o sistema vigente e defendiam o controle estatal da economia. Skidmore assinala: “Os defensores de tal posição incluíam uma faixa mais ampla dos que eram comunistas ativos (membros do PCB) e intelectuais marxistas. A teoria do subdesenvolvimento baseada na ‘espoliação’ sensibilizava muitos brasileiros, inclusive muitos intelectuais que não estavam preparados para aceitar a disciplina do Partido Comunista, na prática”. O “forum principal do nacionalismo radical” tornou-se a *Revista Brasiliense*, cujo primeiro número foi publicado em 1955, tendo como editor Caio Prado Júnior, o “intelectual orgânico” desse grupo de intelectuais e, também, Nelson Werneck Sodré, um dos fundadores do ISEB, como colaborador da Revista.¹²⁰

¹¹⁸ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política brasileira**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. p. 108; SKIDMORE, op. cit. p. 119 – 120, nota 12, p. 434; MANTEGA, Guido. Op. cit.. p. 12.

¹¹⁹ Ibidem, MANTEGA, op. cit., p. 74 - 75.

¹²⁰ SKIDMORE, op. cit., p. 120 - 121.

Mantega, entretanto, identifica duas tendências ou duas linhas ideológicas que polarizam a discussão sobre os rumos da economia brasileira ou a “controvérsia sobre o desenvolvimento econômico” nesse período. Uma tendência que “defendia o liberalismo econômico, preocupada em garantir a ‘vocalização agrária’ do Brasil, e uma corrente desenvolvimentista, que pregava a intervenção do Estado na economia para implementar a industrialização do país”. Tratava-se da discussão sobre o “intervencionismo desenvolvimentista e o liberalismo econômico”, uma polêmica que surgira na década anterior entre o líder empresarial Roberto Simonsen e o professor Eugênio Gudin, “o principal porta-voz do monetarismo neoclássico no Brasil”. Nos anos 1950 a discussão se transformou num “verdadeiro confronto teórico, com a entrada em cena de vários intelectuais e mesmo de instituições especializadas”.¹²¹

No início dos anos 1960, a questão de fundo permaneceu, então com outra coloração. Para os defensores do liberalismo econômico, a saída do subdesenvolvimento se daria através do processo de industrialização e dos investimentos do capital estrangeiro. Para os nacionalistas, tanto os liberais nacionalistas, como os socialistas e comunistas, a entrada desses investimentos seria prejudicial à Nação, aumentando o endividamento externo que manteria a situação de dependência aos países industrializados. Portanto, a compreensão da sociedade brasileira e das transformações necessárias para a saída do “atraso” ou do “subdesenvolvimento”, ou da relação de “dependência” dos países Centrais que mobilizavam a ação política dos movimentos sociais nacionalistas tinham suporte em diferentes vertentes teóricas.

As matrizes teóricas em que se fundamentavam surgiram a partir dos anos 1950, não só no Brasil, como também na América Latina, e eram buscadas nos documentos produzidos pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no ISEB, como também na concepção terceiro-mundista originada do marxismo-leninismo, a qual teve ainda uma versão nacionalista no PCB.

A visão terceiro-mundista

A visão terceiro-mundista é uma concepção teórica que situa os países da América Latina como participantes de um Terceiro Mundo. Essa categorização deve ser compreendida, segundo

¹²¹ MANTEGA, op. cit., p. 11 - 12.

Hobsbawm, de dois modos: primeiro, em decorrência das lutas para libertação dos povos da Ásia, da África e da América Latina; segundo, esses países que saíam da descolonização, ao buscarem alternativas para o “atraso”, sentiam-se atraídos pelas “palavras de ordem”, “pelas estruturas estatais e pelas estratégias” dos movimentos associados ao marxismo, inspirando-se nas experiências dos países socialistas.¹²²

Para Hobsbawm, o conceito "Terceiro Mundo" não tem suporte teórico no marxismo; é "um termo equívoco" particularmente para a América Latina, pois a expressão passou a ser adotada para identificar os “países atrasados”, que não atingiram o estágio dos “países industrializados” do campo capitalista ou Primeiro Mundo, e para distinguí-los daqueles em expansão no campo socialista ou Segundo Mundo. É, também, "irrealista" pelas dificuldades de adaptação às análises do marxismo clássico. Hobsbawm desaconselha a utilização desse conceito por não considerar a Argentina e o Chile, dos anos 80, dentro do mesmo parâmetro da Birmânia ou da Nigéria. Entretanto, demarca que muitos foram os intelectuais marxistas preocupados com a explicação da “natureza” do Terceiro Mundo e com a denúncia das forças que o haviam tornado pobre e dependente, entendendo que esse quadro “parecia adaptar-se a um modelo novo de exploração imperialista de um mundo colonial ou neocolonial empobrecido e essencialmente não industrial devido à natureza das atividades do capitalismo”; ou ainda, “porque as perspectivas de uma revolução social, que pareciam mais distantes nos países do capitalismo desenvolvido, aparentemente, persistiam só na Ásia, na África e na América Latina.”¹²³

Essas dificuldades também foram identificadas em Marx e seus intérpretes nas tentativas de descobrir “alguma chave” para entender a América Latina e justificar as “especificidades históricas” que criaram obstáculos à concepção socialista ou marxista nesse Continente. Portantiero, professor universitário e ex-ministro de Educação da Argentina, informa que esses autores ressaltaram a “forma que assumiam aqui as relações entre Estado e sociedade” ou, a forma pela qual “se articulavam os processos de construção do Estado com aqueles de construção da nação”. Para eles, “o desenvolvimento dos Estados nacionais na América Latina aparecia, evidentemente, como um processo de sinal trocado: transformação ‘pelo alto’, caráter estatal (e,

¹²² HOBBSAWM, Eric. O Marxismo hoje: um balanço aberto. In: HOBBSAWM, E (Org.). **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v. 11. p. 22.

¹²³ *Ibidem*, p. 19 - 28.

portanto, de certo modo arbitrário, segundo um ideal sociocêntrico) do processo de *nation-building*”¹²⁴; identificavam o surgimento de "semi-Estados" que, modelando a si mesmos, modelavam a sociedade. Portanto, explicavam que esse “espaço social virtualmente vazio” passou a ser ocupado pelos exércitos, os quais “erigiram os Estados territoriais e criaram as bases para um mercado econômico a partir do qual a América Latina pudesse se integrar no capitalismo mundial”. Portantiero critica esse tipo de explicação, concluindo ter Marx preferido lançar a América Latina “no cemitério hegeliano das 'nações sem história'”,¹²⁵ ao se deter diante dos obstáculos ou “desvios” com relação ao modelo europeu e também ao modelo asiático.

A noção de Terceiro Mundo, apesar dos questionamentos apontados, foi adotada como chave para compreensão dos países latino-americanos, e se transformou em senso comum, não só para os marxistas no discurso intelectual e acadêmico, como também para o campo político e burocrático. Hoje, diz-se, usualmente, países periféricos, em contraposição aos Estados ricos e industrializados, ditos países centrais.

A teoria do desenvolvimento da CEPAL

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas criado em fins de 1940, propunha um “desenvolvimento nacional”, não nacionalista. Um desenvolvimento baseado nas atividades industriais e na dinâmica interna da economia, com menor dependência ao mercado internacional de produtos primários, porém sem maiores restrições para a ajuda externa que viesse reforçar o chamado desenvolvimento “para dentro”. Suas idéias eram consideradas o “marco teórico decisivo” para compreender o período em estudo, pois, no entender de Mantega, “qualquer trabalho de investigação sobre a gênese da economia política latino-americana ou brasileira” deveria, automaticamente, passar pelo pensamento da CEPAL.¹²⁶

¹²⁴ PORTANTIERO, Juan Carlos. O Marxismo Latino-Americano. In: HOBSBAWM, E. op. cit. p. 336. A expressão “*nation building*” é utilizada por DREIFUSS, in op. cit. e em Portantiero, embora não seja explicada claramente. No artigo de Portantiero, pode ser entendida como o caráter estatal de um tipo do processo de transformação do Estado “pelo alto” e, portanto, de certo modo arbitrário, segundo um ideal sociocêntrico.

¹²⁵ Idem, p. 336.

¹²⁶ MANTEGA, op. cit., p. 32; TOLEDO, Caio N. de. ISEB. In: MORAES, Reginaldo, et. al. **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 50; MOTA, Carlos Guilherme. Ciências Sociais na América Latina. In: MORAES, op. cit., p. 289 - 290.

Os trabalhos de Raul Prebisch, *El Desarrollo Económico de América Latina e Estudio Económico de América Latina* (1950 e 1951), representam o pensamento da CEPAL, de onde se originaram as principais teses sobre o desenvolvimento. Nele inspirados, os brasileiros, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares e outros elaboraram o Modelo de Substituição de Importações. De acordo com a CEPAL, a partir dos anos 1940, algumas nações latino-americanas procuravam superar a imagem de meras colônias ou apêndices dos países adiantados, para se firmar como nações relativamente independentes. As novas classes sociais, surgidas com o incremento das atividades urbano-industriais, buscavam capitanear o “desenvolvimento” desses países. A Argentina e o México já estavam mais avançados do que o Brasil nesse processo e se transformaram em “pontos de referência” para a elite brasileira.¹²⁷

Para Novaes, o diálogo da “economia cepalina” revitaliza o marxismo latino-americano, o qual passa de uma “concepção um tanto tosca para uma visão mais aberta e refinada”. Igualmente, Gorender afirma que a “tese da estagnação econômica duradoura”, elaborada por Celso Furtado pouco antes do golpe de 64, era amplamente aceita pela esquerda que vinculava “a ditadura militar ao impasse do capitalismo no Brasil”, reforçando a “perspectiva socialista”. A teoria da dependência também obtinha aceitação e confirmação nos grandes centros de pesquisa do Ocidente, cujas matrizes teóricas remontavam às idéias de Trotsky e Rosa Luxemburgo, pois entendiam que, desde que o sistema imperialista mundial estivesse “maduro” para o socialismo, “todos os países nele integrados e dele dependentes, não importando as peculiaridades diferenciais”, também estariam prontos para realizar a revolução socialista.¹²⁸

As economias periféricas, “se deixadas ao sabor das livres forças de mercado”, segundo a CEPAL, nunca sairiam “do atoleiro e do subdesenvolvimento, permanecendo essencialmente agrárias, voltadas para o mercado externo, com baixo nível de integração e de expansão industrial, com alta margem de desemprego, com problemas crescentes de balanço de pagamentos (uma vez que o grosso da demanda de bens industriais precisava ser atendido com importações cada vez mais caras) e, finalmente, com a transferência para o exterior dos incrementos de produtividade”. Dever-se-ia reverter o eixo básico da economia, até então voltada

¹²⁷ MANTEGA, op. cit., p. 32, 34, 47 - 48.

¹²⁸ NOVAES, Fernando A. Caio Prado Jr. In: MORAES, op. cit. p. 24 - 25; GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 75.

“para fora”, para o desenvolvimento voltado “para dentro”, ou seja, dever-se-ia promover a industrialização voltada para o mercado interno. Portanto, o processo de industrialização foi defendido como a forma mais eficiente para aumentar a renda nacional e a produtividade, no sentido de “evitar a deterioração dos termos de intercâmbio” e, assim, reter os frutos do progresso técnico, o que deveria ocasionar “economias nacionais sólidas e autônomas, com maiores níveis de renda e de consumo para toda a população”. Por isso, a CEPAL defendia a participação do Estado na economia como principal promotor do desenvolvimento e com a responsabilidade de planejar as modificações necessárias para fortalecer as economias locais, propiciando “maior poder de barganha” junto ao mercado internacional, que auferia os lucros da “fraqueza e o subdesenvolvimento periférico”.¹²⁹

Mantega conclui que a CEPAL, ao situar o Estado “acima das classes” para indicar o caminho e as medidas que levariam ao desenvolvimento, estimulava a formação de uma casta privilegiada de técnicos e burocratas encastelados no aparato estatal, os quais conduziriam “as desnorteadas classes sociais latino-americanas”. Portanto, “o Estado empreendedor e modernizador, ao invés de representar as classes ou expressar as forças em conflito, as substituiria, tornando-se o sujeito da história”. Essas doutrinas assumiram uma “coloração nacionalista” ao promover a “acumulação capitalista em bases locais” e estimular uma “natural hostilidade em relação ao imperialismo comercial e financeiro, baseado na exploração agroexportadora”. Entretanto, tratava-se de um nacionalismo que não hostilizava completamente o capital estrangeiro, criticando o imperialismo ocupado, mais especificamente, nas atividades agroexportadoras. Um dos principais méritos da CEPAL foi mostrar os efeitos das transações internacionais, entre centro e periferia, na manutenção das desigualdades entre os países industrializados e os fornecedores de matérias-primas.¹³⁰

Assim as idéias da CEPAL ganharam força e repercussão nos anos 1950, considerada a “década do otimismo”. Seus teóricos entendiam que, dadas as “condições estruturais favoráveis à decolagem desenvolvimentista e criados os instrumentos e mecanismos adequados (ideologia do desenvolvimento, política do desenvolvimento ou técnica de planejamento), a América Latina, finalmente, deixaria de ser um imenso continente de miséria e subdesenvolvimento”. Essas idéias

¹²⁹ MANTEGA, op. cit., p. 38 - 39.

¹³⁰ Idem, p. 40, 42 - 44.

influenciam, tanto as elites estatais como a intelectualidade, pois criam que seus países, rapidamente, ingressariam na fase do “desenvolvimento capitalista auto-sustentado e eminentemente nacional”.¹³¹

O “nacional-desenvolvimentismo” do ISEB e a questão da identidade nacional

Criado em meados de 1955, o ISEB, inicialmente, elaborou a ideologia desenvolvimentista do governo Kubitscheck, definindo-se como “centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário”. Tinha a finalidade de estudar, ensinar e divulgar as Ciências Sociais, principalmente, Sociologia, História e Economia Política, “para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira”, com o objetivo de elaborar instrumentos teóricos que permitissem “o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”. Atuando, inicialmente, como aparelho ideológico de Estado, centrou as atividades, até o final dos anos 1950, na defesa do desenvolvimento econômico capitalista, mas posteriormente, ao predominar a tendência socialista de seus intelectuais, o ISEB seguiu um sentido diferente à proposta inicial, buscando “fabricar um ideário nacionalista” para “diagnosticar e agir” sobre os problemas nacionais. Após o golpe de 1964, o ISEB encerrou definitivamente as atividades; entretanto, a ideologia do grupo ganhou terreno, pouco a pouco, junto aos setores progressistas e de esquerda, penetrando também no pensamento social da Igreja Católica no Brasil.¹³²

Os intelectuais do ISEB, Nelson Werneck Sodré,  lvvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e outros, receberam influência do humanismo francês do final dos anos 1940. Segundo Ortiz, as fontes originárias dos escritos dos isebianos devem ser buscadas em Hegel, no jovem Marx, em Sartre e Balandier, principalmente nos conceitos de “alienação” e “situação colonial”. Influenciado por Balandier, no ensaio sobre a cultura brasileira, Corbisier afirmava que as “sociedades coloniais” eram “globalmente alienadas”. Embora seja possível identificar a nítida influência de Sartre e de Balandier, os conceitos adotados estavam subsumidos   realidade brasileira e latino-americana. A categoria nação, ausente dos autores citados,   fundamental, no

¹³¹ TOLEDO, op. cit. p. 225.

¹³² Idem, p. 225, 227; ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 45 - 47; PÉCAUT, op. cit., p. 150; Cortez, op. cit., p. 114 - 125.

entanto, para os pensadores do ISEB ou do “mundo periférico”, pois a “superação colonialista” estava associada aos movimentos nacionalistas concretos, dos quais esses teóricos políticos faziam parte.¹³³

No estudo comparativo do pensamento dos isebianos e de Franz Fanon, cujo pensamento também influenciou as ações políticas no período em estudo e inspirou organizações da esquerda que aderiram à luta armada, Ortiz encontra semelhanças, não admitindo, entretanto, haver uma “filiação direta ou influência de um sobre o outro”. Para ele, o que existe de comum entre a temática social abordada pelos isebianos e por Franz Fanon, dedicado ao estudo do processo de descolonização dos países africanos, é que, tanto os movimentos de negros quanto os movimentos nacionalistas, têm “uma necessidade premente de busca de identidade”. Sob a influência hegeliana, a qual favoreceu a identificação ideológica dos isebianos com Fanon, relacionando o “senhor ao colonizador” e o “escravo ao colonizado”, os pensadores latino-americanos articularam um discurso político que se insurgia contra a dominação colonialista. Ao tratarem a situação colonial em termos de “alienação”, imediatamente eles podiam conceber a sua contrapartida, o processo de desalienação do mundo colonizado.¹³⁴

Apesar das semelhanças, diferentemente de Fanon que via o Estado argelino como utopia, os intelectuais do ISEB não compreendiam a Nação brasileira como algo que se encontrasse situado no futuro; pelo contrário, a existência de uma sociedade civil atestava que ela era uma realidade presente, mas que não se encontrava ainda plenamente desenvolvida. Ao mito utopia de Fanon, eles contrapunham um programa de desenvolvimento. Assim, Vieira Pinto, ao associar o conceito de totalidade aos princípios da dialética hegeliana, entendia que o homem, ao viver numa nação subdesenvolvida, só poderia realizar o seu Ser ao transformar esse mundo e, para os isebianos, transformação significava desenvolvimento, cabendo às massas trabalhadoras impor o tipo de desenvolvimento, pois só elas, ao serem detentoras de uma consciência crítica ou verídica, poderiam revelar “as direções objetivas”. Portanto, para esse autor, o desenvolvimento é “um

¹³³ ORTIZ, op. cit. p. 53 - 54.

¹³⁴ Idem, p. 50, 55, 66 - 67. Segundo Ortiz, Franz Fanon dedicou-se ao estudo do processo de descolonização dos países africanos. Para ele, tanto os movimentos de negros quanto os movimentos nacionalistas, têm “uma necessidade premente de busca de identidade”. Para este autor, Fanon privilegiava o nacional em detrimento da luta de classes, mas sua perspectiva não deixava de ser revolucionária, exaltando a violência “como poucos escritores o fizeram na literatura política mundial” e defendia o equacionamento das idéias no interior das “histórias concretas dos povos”.

humanismo porque restitui à nação a sua essência”, devolvendo ao colonizado “sua dimensão humana”, tornando possível o surgimento de um novo homem das cinzas do anterior, o que só se concretizaria se o mundo colonizado superasse a história do colonialismo, criando um Estado “verdadeiramente nacional”.¹³⁵

Os isebianos definiam-se como ideólogos, embora não constituíssem um “bloco monolítico” de idéias. Toledo assinala que Sodré “nunca entendeu o nacionalismo como uma ideologia – singularizando-se, pois, dentro do ISEB na medida em que os demais autores propunham o nacionalismo como a ‘política ideológica’ por excelência”. Mas, como eles estavam presos à realidade histórica brasileira e só podiam elaborar uma ideologia conforme a hegemonia da classe dirigente que desejava modernizar o País, conseqüentemente, faziam a opção pelo desenvolvimento, o qual significava planificação, eficácia, racionalização, formação tecnológica e maximização do ritmo de crescimento. Diante de tais pressupostos, entendiam que os intelectuais teriam como função diagnosticar os problemas do País para apresentar um programa a ser desenvolvido.¹³⁶

Como Portantiero, Ortiz conclui que esse tipo de análise marxista também não é suficiente para compreender a situação colonial. Fanon privilegiava o nacional em detrimento da luta de classes, mas sua perspectiva não deixava de ser revolucionária, exaltando a violência “como poucos escritores o fizeram na literatura política mundial” e defendia o equacionamento das idéias no interior das “histórias concretas dos povos”. O ISEB agia de forma inversa, apesar de manter a perspectiva socialista, e de conviver com as várias tendências ideológicas de seus membros, o que deve ser compreendido pelo fato da questão nacional não estar posta em oposição à luta de classes, mas de pensá-la “a partir de uma determinada posição social no interior da história brasileira”. Em lugar da “utopia revolucionária” de Fanon, seus intelectuais defendiam um “programa de modernização”.¹³⁷

¹³⁵ Idem, p. 60; TOLEDO, op. cit. p. 249 - 250.

¹³⁶ Idem, TOLEDO, op. cit., p. 241; MANTEGA, op. cit., p. 57 - 63. Em CORTEZ, op. cit., p. 114 - 115, Sodré explica nunca ter sido comunista e sim, marxista, pois a condição de militar não lhe favorecia ou permitia o engajamento em partidos políticos. O termo nacionalismo não poderia significar ideologia para Sodré, pois, como marxista ortodoxo, ele entendia ideologia como “falsa consciência”.

¹³⁷ ORTIZ, op. cit., p. 66 - 67; PORTANTIERO, op. cit., p. 333 - 339.

O nacionalismo da esquerda brasileira

O nacionalismo do início de 1957, como um novo fato da realidade, após quase três anos de crise, converteu-se, rapidamente, em movimento político de caráter nacional, desnordeando os comunistas. Com o surgimento da política de Frente Única, era necessário “absorver algumas teses renovadoras” reclamadas pela realidade, no sentido de evitar o isolamento do Partido.¹³⁸

Carone explica essa mudança, destacando que “o clima de tolerância política e de euforia econômica criado com o governo Kubitscheck” favoreceu a alteração da linha política do PCB através da elaboração da *Declaração de Março*, em 1958, a qual foi formalmente aplicada após aprovação no Comitê Central. Esse é o momento em que o Partido e seus líderes passam a ter liberdade de atuação ao serem finalizados os processos judiciais contra Luis Carlos Prestes e outros militantes. De acordo com esse documento, aos intelectuais caberia a participação junto às forças nacionais e progressistas, as quais passaram a envolver, não só o proletariado, como também a pequena burguesia, a burguesia nacional, as organizações sindicais, os camponeses, as camadas médias urbanas - como os pequenos comerciantes, o funcionalismo civil e militar, os estudantes, os defensores do movimento nacionalista - fossem eles partidos políticos, parlamentares, militares e mesmo setores do governo.¹³⁹

A política nacionalista defendida pela *Declaração de Março* conseguia atrair a intelectualidade brasileira, embora muitos não fossem militantes do Partido. As teses nacionalistas e a possibilidade da “revolução brasileira” se realizar de forma pacífica ensejavam um senso comum “a partir do qual se reconheciam os intelectuais progressistas; e mesmo que alguns duvidassem da validade dessas teses, eram obrigados a se posicionar com relação a elas. Em torno do Partido comunista e de sua interpretação do nacionalismo formou-se toda uma cultura política singularmente fecunda, que se afirmou sobretudo, após 1960, e iria sobreviver ao golpe de Estado de 1964”.¹⁴⁰

¹³⁸ SANTOS, Raimundo. Crise e Pensamento Moderno no PCB dos Anos 50. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et. al. **História do marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 151 - 152.

¹³⁹ Declaração sobre a Política do PCB. In: CARONE, Edgard. **PCB (1943 a 1964)**. São Paulo: Difel, 1982. v.2. p. 176 - 192.

¹⁴⁰ PÉCAUT, op. cit. p. 141.

Para o PCB, o processo de transformação da sociedade brasileira, ou seja, o seu desenvolvimento, seria obtido com o rompimento das relações que favoreciam o imperialismo, o que só seria possível através da conquista da hegemonia política pelo proletariado dirigido por seu Partido de vanguarda, conforme o exposto na *Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas* (V Congresso), em agosto de 1960. Para Chilcote, o V Congresso representou o rompimento do grupo stalinista no Partido, o qual passou a rejeitar “a política soviética de coexistência pacífica” e se voltou para a China comunista. Apesar dos “rachas” e da saída de vários grupos, a orientação definida a partir deste Congresso facilitou e impulsionou a militância dos filiados do PCB, pois a possibilidade de realizar a “revolução brasileira”, através da via pacífica e do compromisso com “uma política de soluções democráticas”, estimulou também a adesão de intelectuais e de militantes de estratos diferentes da sociedade brasileira, principalmente das classes médias. Assim o PCB tornou-se um partido relativamente forte, com cerca de 200 mil filiados na época do golpe, apesar de não ser oficialmente reconhecido, tendo uma certa expressão entre os setores organizados da sociedade, na classe operária, nos trabalhadores urbanos, entre estudantes, entre os militares e mesmo entre os trabalhadores rurais.¹⁴¹

No período que antecede o golpe de Estado, predominava, nesse Partido, a interpretação do Brasil como “formação social ‘atrasada’, semi-colonial e semi-feudal, que teria necessidade – para superar suas contradições e encontrar o caminho de um progresso social – de realizar uma revolução ‘democrático-burguesa’ ou de ‘libertação nacional’”. Portanto, através da nova linha política definida na *Declaração Política de Março de 1958*, o PCB defendia a realização da revolução brasileira em duas etapas. A primeira teria características de “revolução nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal”; com a vitória nessa etapa, só então seria iniciada a da “revolução socialista”.¹⁴²

¹⁴¹ CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 123 - 126.

¹⁴² COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 104; GORENDER, op. cit., p. 30; CORTEZ, op. cit., p. 203 - 205.

A estratégia do Partido determinava a participação das seguintes forças sociais: o proletariado, os camponeses,¹⁴³ a pequena burguesia e a burguesia nacional ou burguesia nacionalista, isto é, a burguesia não comprometida com o capital estrangeiro. Nesse documento, a “tarefa dos comunistas” seria a “luta pelas reformas de estrutura” a fim de facilitar o desenvolvimento capitalista quando o proletariado atingiria a consciência política e possibilitaria a “revolução nacional e democrática”. A passagem para o socialismo seria viável através do “caminho pacífico da revolução”, com a ressalva de que, não sendo tal fato possível, os comunistas estariam obrigados “a um caminho diferente – o da luta armada”.¹⁴⁴

Embora a *Declaração de Março* tenha sido elaborada pelo grupo dirigente do PCB, que chegara a um consenso diante de pontos comuns, não refletia as profundas divergências com relação ao “gradualismo” do processo de tomada do poder ou “etapismo”, e da concepção de socialismo como “evolução da democracia burguesa”. Tal problema levou, conseqüentemente, à primeira cisão no Partido, provocando o surgimento do Partido Comunista do Brasil, o PC do B, o qual passou a reivindicar o direito de ser o verdadeiro partido comunista fundado e “reorganizado em 1962”. Portanto, o PC do B passou a adotar como objetivo a “conquista de um governo popular revolucionário” e a rejeitar as lutas pelas “reformas de base”. Rejeitava o caminho pacífico para a revolução socialista, defendia a tese de “novo regime – antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista” e, como o PCB, mantinha as duas etapas da revolução. Como não encontrou reconhecimento no Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o PC do B alinhou-se ao Partido Comunista Chinês (PCCH), quando passou a reconhecer em Mao-Tsé-Tung o “maior teórico vivo do movimento comunista internacional, colocado no nível hierárquico de Marx, Engels, Lenin e Stalin”. Reconhecia no PCCH o “destacamento de vanguarda e força dirigente da revolução mundial”.¹⁴⁵ Apesar das divergências e cisões na estrutura organizacional desses partidos comunistas, Guido Mantega acrescenta a linha trotskista e garante que os representantes da esquerda marxista brasileira foram os pensadores que mais contribuíram para a formação de uma economia política crítica no Brasil. A polarização nas tendências da esquerda brasileira acompanha a polarização das vertentes do marxismo no plano internacional. No Brasil,

¹⁴³ Alguns autores questionam a aplicação do termo camponês, afirmando a inexistência de um campesinato no Brasil, pelo fato de não ter as mesmas características que provocaram o uso do termo na Europa.

¹⁴⁴ GORENDER, op. cit. p. 30.

¹⁴⁵ Idem, p. 34.

por um lado, havia os “que se reclamavam herdeiros da concepção revolucionária leninista e da III Internacional, aglutinados no PCB” até agosto de 1961 e, do outro lado, “os partidários das idéias de Trotsky, defendendo as teses da IV Internacional, representados por vários pensadores e organizações políticas afins”. Surgiram, assim, duas interpretações da realidade brasileira: “uma inspirada nas teses da III Internacional e identificando relações semi-feudais ou pré-capitalistas no grosso da estrutura sócio-econômica brasileira, e a outra, de inspiração trotskista, menosprezando a existência de relações pré-capitalistas na economia brasileira, ou melhor, subordinando-as às relações capitalistas subdesenvolvidas. Em vista disso, o PCB orientava-se para uma revolução democrático-burguesa, anti-feudal e antiimperialista como meta política prioritária na luta pelo socialismo no Brasil, enquanto as correntes de inspiração trotskista propunham a revolução permanente que desembocaria no socialismo sem a etapa intermediária prevista”. Essas correntes criticavam a política do PCB e sua fragilidade teórica¹⁴⁶.

Outro partido de tendência à esquerda, o Partido Socialista Brasileiro, também reivindicou as “reformas de base”, mantendo um discurso nacionalista e social-democrata. E, finalmente, o brizolismo, com um discurso caracterizado por Gorender como “nacionalismo pequeno-burguês” que se torna forte corrente da esquerda desde 1961, passando a influenciar a política brasileira. Brizola forma a liderança política nacionalista ao lado de Miguel Arraes e Prestes, atraindo multidões aos comícios para ouvir seus discursos inflamados.¹⁴⁷

¹⁴⁶ MANTEGA, op. cit., p. 134 - 135; ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (Orgs.) **Na contracorrente da história**: documentos da liga comunista internacionalista. 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 66 - 72.

¹⁴⁷ GORENDER, op. cit., p. 38 - 39, 46 - 54; CHILCOTE, op. cit., p. 123 - 139.

PARTE II

CAPÍTULO 3

CENÁRIO: a questão do Nordeste na conjuntura nacional

O drama barroco pressupõe espectadores inseguros, submergidos na iminência do movimento da história, condenados a refletir melancolicamente sobre problemas insolúveis; a “instância mais alta” não é a mais competente para formular julgamentos claros, os valores absolutos estão morrendo.

Sérgio Rouanet. In: W. Benjamin, 1984.

Proscênio¹⁴⁸

A Região Nordeste, a partir do governo do Presidente Juscelino Kubitschek, foi considerada região de iminente perigo para a segurança nacional diante dos problemas decorrentes da seca de 1958, da reação da população ao eleger políticos da oposição, como Miguel Arraes para a prefeitura do Recife, em 1959, e de ser a região de Juarez Távora, candidato derrotado por JK nas eleições presidenciais. Ocorria, ainda, na Região, o questionamento crescente contra a política econômica que favorecia o Sudeste e os prejuízos acarretados para a Região, com a construção de Brasília.

Juscelino Kubitschek, ao se preocupar em resolver as questões do Nordeste, convidou o economista Celso Furtado para criar uma política para a Região, a qual foi conhecida como “Operação Nordeste”. Para tal fim, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) foi

¹⁴⁸ No antigo teatro grego ou no teatro elizabetano (barroco), o proscênio (antecena), o espaço entre a orquestra e a cena, era o lugar onde se passava a parte mais importante da ação. Era o local de onde se falava o que ia acontecer ou o local de onde alguém falava o que ia acontecer. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. NOVO DICIONÁRIO da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

criado, em 25 de abril de 1959, com a missão de “começar a transformar o Nordeste” como algo que representasse uma mudança tangível no estilo do governo, através de programas prioritários e realização de obras de grande porte. O Conselho Deliberativo do CODENO abria-se, também, para outras atividades, ao atender às reivindicações específicas dos governadores, estimulando-os a tomar conhecimento da situação de outros Estados da Região, favorecendo o debate dos problemas regionais que repercutiam na imprensa local.¹⁴⁹

Embora fosse discutida a alternativa da industrialização para o Nordeste, Furtado entendia que as dificuldades maiores deveriam ser resolvidas com a agricultura, mas as iniciativas voltadas para a criação de “projetos de colonização orientados para a produção de alimentos” eram bloqueadas com o início da nova fase de expansão do mercado açucareiro, após a abertura das importações dos Estados Unidos diante do bloqueio dos produtos de Cuba. Portanto, não eram liberadas as terras para os colonos e a alternativa encontrada era a irrigação na busca do aproveitamento do potencial de recursos hídricos e a distribuição espacial. O projeto de lei, elaborado rapidamente como iniciativa para alterar o “quadro de estagnação e miséria” nas bases da estrutura social da Região colocava muitos governadores ligados à “indústria da seca”¹⁵⁰ em situação incômoda, principalmente o governador Parsifal Barroso, do Estado do Ceará, que tentava demonstrar sua inconstitucionalidade. Cid Sampaio, governador de Pernambuco, foi o único a apoiar o projeto, pois em seu Estado era menor o peso político da “classe de latifundiários de bacias de açude”. O apoio ao projeto, surpreendentemente, foi dado pelo coronel Afonso de Albuquerque Lima, o qual discordava da posição do Governador do Ceará e da campanha voltada para caracterizá-lo como “reforma agrária disfarçada”, reafirmando a crença das Forças Armadas de que o projeto não contribuiria para a “intranquilidade social da região”. O Coronel Albuquerque Lima reconhecia, entretanto, que o projeto sofreria contestações e mesmo forte oposição, modificando os alicerces da região nordestina, atingindo a classe dos grandes proprietários de terra. Esses fatos repercutiram na imprensa nacional, sendo divulgado que o “CODENO atacava o caroço duro do problema nordestino”.¹⁵¹

149 FURTADO, Celso. **A Fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 59 - 60; CARVALHO, Inaiá Maria M. de. **O Nordeste e o regime autoritário**. São Paulo: Hucitec-Sudene, 1987. p 63 - 65.

¹⁵⁰ FURTADO, op. cit. p. 64. Ao adotar os termos, Furtado refere-se à prática clientelista nos períodos de grande estiagem no Nordeste, quando os políticos da Região aproveitavam a situação com a barganha de verbas do Governo Federal para distribuir alimentos ou favores em troca de votos.

¹⁵¹ Ibid, p. 63 - 65.

Conseqüentemente, as forças de dentro e de fora do Congresso que estavam comprometidas com os interesses do latifúndio mobilizaram-se contra Furtado, acusando o Governo de entregar os postos de liderança aos nordestinos e dificultaram o avanço do projeto. Sem amplo apoio da opinião pública do Sudeste, nada de importante poderia ser feito no Nordeste, pois a classe dirigente e a elite política da Região nada fariam para modificar o quadro estrutural. Uma corrente viu nos movimentos dos camponeses a ameaça maior à tranqüilidade da região, passando também a considerar Furtado perigoso e tenta desestabilizá-lo junto ao Presidente. O senador paraibano Argemiro de Figueiredo acusou-o de ser “astuto economista empenhado em bolchevizar o Nordeste” e, ainda, de permitir infiltração comunista no CODENO. A SUDENE também sofre esse mesmo tipo de pressão, tendo Celso Furtado ameaçado deixar o Nordeste caso não fosse aprovada a Lei de sua criação, o que levou o Presidente da República a interferir pessoalmente nas negociações para desobstruí-la no Congresso, fato que ocorreu em 15 de novembro de 1959.¹⁵²

Substituindo Kubitschek, Jânio Quadros assume a Presidência como um ator político que se opõe ao “sistema”, principalmente ao legado de Vargas. A política externa de Jânio leva-o a visitar Cuba em março de 1960, acompanhado de Francisco Julião, buscando estimular as relações comerciais com o bloco socialista. Este último, ao representar as Ligas Camponesas de Pernambuco, esperava conseguir ajuda econômica do Governo cubano. Jânio manteve a política da SUDENE no Nordeste, mas suas posições e atitudes em relação à política internacional despertaram incerteza e temor na estrutura de poder do País e sua renúncia desencadeou, em agosto de 1961, a crise política que surpreendeu a sociedade civil e a sociedade política, embora houvesse alívio em Brasília com a saída. Entretanto, os militares mais graduados viam com receio a possibilidade de a Presidência ser ocupada pelo vice-presidente João Goulart, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e herdeiro político de Vargas.¹⁵³

A alternativa encontrada pelo Legislativo foi a instauração do sistema parlamentarista de governo, criando amarras para João Goulart que assumiu, assim, a Presidência da República do Brasil, em 07 de setembro de 1961, enfrentando, ainda, as crises desencadeadas pela correlação de forças antagônicas do empresariado e da classe trabalhadora. Esta última fortalecera-se, não só, com o acelerado processo de industrialização e urbanização do País, como também com a

¹⁵² Ibid, p. 65 – 68, 76 - 80.

¹⁵³ SKIDMORE, Thomas. op. cit., p. 231 - 251; CHILCOTE, Ronald. op. cit., p. 129 - 130; DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987. p. 125 - 130.

expansão das atividades terciárias, formando mais segmentos de empregados assalariados, o que enfraqueceu o domínio ideológico das classes dominantes e favoreceu a mobilização dos trabalhadores rurais. Ocorria, também, intensa mobilização no meio estudantil e no interior das Forças Armadas para o debate das questões do nacionalismo. Weffort entende que algumas dessas “formas de ação popular” fogem aos modelos tradicionais, embora o populismo, desde a ditadura Vargas, permaneça uma constante na política brasileira.¹⁵⁴

Ainda no início do governo de Jango, em 14 de dezembro de 1961, foi aprovado o I Plano Diretor da SUDENE, considerado por Tancredo Neves, então governador do Estado de Minas Gerais, uma “autêntica reforma de base”, o qual, entretanto, sofreu restrições do programa da Aliança para o Progresso, criada pelo governo norte-americano durante o período da Guerra Fria, principalmente após a Revolução Cubana. Embora aceito por Edward Kennedy em visita a Pernambuco, o programa da SUDENE foi visto, posteriormente, pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados dos Estados Unidos (ou do Congresso), “em desacordo básico” com esse País. A situação agravou-se em 1962, quando Miguel Arraes venceu as eleições para o governo de Pernambuco, “apoiado por uma coalizão de partidos esquerdistas”, substituindo o usineiro Cid Sampaio. No discurso de posse, Arraes apontou as desigualdades regionais, defendeu a participação popular nas decisões políticas e a interferência do Estado para melhorar as condições do Nordeste; entendeu não ser possível “liquidar o subdesenvolvimento sem liquidar a exploração do capital estrangeiro no país”, o qual não poderia ser eliminado “sem adequado planejamento do desenvolvimento da economia nacional”.¹⁵⁵

No plano nacional, os diferentes grupos políticos em luta se dividiam entre os que estavam a favor da política de Jango e os que lhe faziam oposição. Os antigetulistas tradicionais preocupavam-se com a tática do Presidente em antecipar o plebiscito e, principalmente, por não haver punido a liderança envolvida na greve geral de 1962, fatos que os convencia de estarem “tratando com o mesmo Jango, cuja renúncia os coronéis forçaram em fevereiro de 1954”,¹⁵⁶ e

¹⁵⁴ SKIDMORE, op. cit. p. 259 - 260; MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. p. 62 - 81; WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 24 - 25, 77.

¹⁵⁵ FURTADO, op. cit., p. 129 - 132; SKIDMORE, op. cit., p. 282.

¹⁵⁶ SKIDMORE, op. cit., p. 164 - 165, 274 - 275. Esse autor explica que Getúlio foi forçado a demitir João Goulart, o Ministro do Trabalho, e o General Espírito Santo Cardoso, em janeiro de 1954, na tentativa de acalmar os ânimos dos coronéis que reclamavam maior atenção do governo diante da “negligência” com que estava tratando o Exército pela falta de equipamentos e dos baixos salários. Embora o documento não fizesse referência a Jango, os coronéis

conspiravam para derrubar o presidente. A liderança militar desse grupo era representada pelo antigo Ministro da Guerra, Odílio Denys, e pelo antigo Ministro da Marinha, Sílvio Heck, como também os generais Cordeiro de Faria e Nelson de Melo. A liderança civil estava representada por Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal O Estado de São Paulo. A Frente Patriótica Civil-Militar, a “ala esquerda” desses grupos de oposição, também conspirava contra o Governo, buscando mobilizar as massas, tendo como objetivo a substituição do “sistema corrupto” de Vargas.¹⁵⁷

A tensão e o acirramento dos conflitos trouxeram João Goulart à Paraíba, motivado, também, segundo Furtado, para a disputa do poder na Região com Arraes. O deputado federal Francisco de Assis Lemos cita ainda a presença do futuro presidente da República, General Costa e Silva, “disfarçado em camponês”, na passeata organizada em comemoração ao Dia do Trabalho, em 1º de maio em 1962. Ao ser entrevistado como testemunha ocular do fato, o disfarce foi desmentido pelo cel. Jacques Furtado, que esteve presente à passeata como militar responsável pela segurança do Presidente da República.¹⁵⁸

A partir de janeiro de 1963, João Goulart tentou, ao conseguir se libertar das amarras impostas pelo regime parlamentarista, reconstruir o sistema e regime político presidencialista, envolvendo a composição de um novo bloco de poder agroindustrial, apoiado pelos trabalhadores urbanos e rurais, e também de facções dissidentes da UDN, do PSD e do PDC. O grupo que apoiava João Goulart era formado por organizações “mais complexas, politizadas e definidas ideologicamente”, como a Frente de Mobilização Popular (FMP), a qual incluía a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), um pacto interpartidário de parlamentares esquerdistas e as Ligas Camponesas; a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ação Popular (AP), de orientação Católica. Tinha, ainda, o apoio de oficiais militares, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, embora estivesse na ilegalidade, buscava forçar o governo a ser mais “nacionalista e democrático”, e do Partido Comunista do Brasil (pró-China), uma dissidência do PCB, organizada em 1962. Esse “bloco nacional-reformista”, segundo o conceitua Dreifuss, também se expressa no “apelo carismático e ideológico” de figuras populares como Francisco Julião, líder

alegavam que sua proposta de um aumento do salário mínimo em 100% colocaria o trabalhador do comércio e da indústria num patamar mais alto do que o de um cidadão de nível universitário.

¹⁵⁷ Ibid, p. 274 - 275.

¹⁵⁸ LEMOS, Francisco de A. **Nordeste**: o Vietnã que não houve. João Pessoa: Paraíba: Ed. Universidade Estadual de Londrina/Universidade Federal da Paraíba, 1996. p. 125 - 133.

das Ligas Camponesas no Nordeste; Mauro Borges, governador do Estado de Goiás; Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul; Miguel Arraes, Governador de Pernambuco; Sérgio Magalhães, líder nacionalista das classes médias; o jornalista Neiva Moreira, Max da Costa Santos e Almino Afonso. O peso da liderança nordestina no poder pode ser identificado, principalmente, no apoio de intelectuais como, por exemplo, do economista Celso Furtado, Superintendente da SUDENE; do pedagogo Paulo Freire, de Valdir Pires, Consultor Geral da República, e do médico e geógrafo Josué de Castro, os quais, ao lado de Darcy Ribeiro, faziam parte do grupo de ideólogos nacionalistas do governo de Jango.¹⁵⁹

A fragilidade do governo João Goulart impediu o enfrentamento às investidas do “bloco multinacional e associado”¹⁶⁰, como também de contornar o agravamento da crise política diante da diversidade ideológica e disputa do poder dos grupos que o apoiavam, pois a liderança nacionalista e o Partido Comunista Brasileiro não conseguiam formar um bloco hegemônico para possibilitar uma base de sustentação ao seu governo, sendo acusado de “reformista” pelos setores mais radicais. A conjuntura política agravou-se também, pelo fato de a esquerda não aceitar a formação de uma “frente ampla” de sustentação sugerida por San Tiago Dantas, incluindo partidos de centro, isto é, o PSD e a facção conservadora do PTB. Apesar do quadro de instabilidade e crise, Goulart conseguiu aprovar o Decreto da Reforma Agrária e criar a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), reforçando o apoio recebido da classe camponesa e dos setores nacionalistas.

O baiano Francisco Valdir Pires de Sousa, Consultor Geral da República do governo João Goulart, participou da elaboração e discussão de alguns dos atos importantes dessa fase, pois os aspectos institucionais dos atos da Presidência passavam pela Consultoria. Segundo ele, o governo Goulart realizou um “esforço” no sentido de produzir modificações na estrutura da sociedade brasileira, as chamadas “reformas de base”, na tentativa de exercer a soberania

¹⁵⁹ DREIFUSS, op. cit., p.131; SKIDMORE, op. cit., p. 269 - 272

¹⁶⁰ DREIFUSS, op. cit., p. 72 - 73. Para Dreifuss a estrutura de poder política do “bloco multinacional e associado”, cuja característica é a ação “modernizante conservadora”, envolve a *intelligentsia* empresarial que atua como “verdadeiros intelectuais orgânicos” desse bloco em surgimento. São diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados; administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais da tecnoburocracia; oficiais militares. Ao participarem de uma burguesia internacional “eles se preocupavam com crescimento e não com independência nacional” e formavam “uma série de anéis de poder burocrático-empresariais, objetivando a articulação de seus próprios interesses. Esses anéis a princípio diminuíram e mais tarde deslocaram a influência dos políticos tradicionais na formulação das diretrizes econômicas. Eles conseguiram promover uma verdadeira ‘administração paralela’ durante o governo de JK, a qual era livre de escrutínio público e do controle populista...”

nacional e, ao mesmo tempo, mudar a “chaga das diferenças e das desigualdades sociais em nosso país”. Valdir Pires relata que chegou a ter um diálogo com o Embaixador Lincoln Gordon, um diálogo “mais ou menos duro ainda que cordial”, sobre a posição do Brasil num projeto em que fosse possível o crescimento do País através do “acesso ao desenvolvimento econômico, material”, mas que possibilitasse relações sociais mais “fraternas com todo o seu povo, que pudessem ser solidárias”. Ele assim narra as medidas adotadas:

O controle, p. ex., dos capitais estrangeiros, como a conveniência da aplicação dos capitais estrangeiros em que setores da nossa economia; o controle da remessa de lucros e dividendos, também isso foi uma coisa de que eu participei ativamente. A própria, também, disciplina da política de petróleo no sentido de que fossemos capazes de ter autonomia para importação mundial de qualquer país do mundo que produzisse e o Brasil adquirisse com liberdade e segundo as condições do mercado, ao invés de ter intermediário de grandes empresas internacionais... que faziam essas importações. Então escrevemos o decreto do monopólio das importações para assegurar ao Brasil uma posição independente ao mesmo tempo conveniente no campo econômico, pois nós tínhamos disponibilidades cambiais muito raras, muito pequenas. Também, no setor da capacidade que o Brasil deveria ter não só para produzir seu petróleo, mas também para refiná-lo; fazer o refinamento do petróleo, sobretudo para que o país atingisse, pelo menos no refinamento, a autonomia completa de seu consumo. Fizemos esse decreto do monopólio do refino do petróleo, isso ainda, no governo do presidente João Goulart. A luta, também, para que houvesse reforma agrária, para que nós tivéssemos uma modificação da política de terras, em que não fosse possível continuar com o grande latifúndio, segurando a terra, cercando-a, e não permitindo que ela produzisse alimentos necessários seja para a população, seja para o próprio comércio internacional de alimentos que nos dessem mais divisas. Essas batalhas foram batalhas travadas no governo João Goulart, das quais eu participei.¹⁶¹

As medidas adotadas por João Goulart diferenciaram sua administração dos governos populistas anteriores. Através da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), ele regulamentou a entrada de capital estrangeiro e limitou a remessa de lucros para o Exterior, obrigando as companhias multinacionais a reinvestir os lucros no País; tentou conseguir o monopólio estatal da importação de petróleo e desapropriar as cinco refinarias privadas do Brasil e rever as concessões de mineração dadas às corporações multinacionais. Na frente trabalhista, buscou aumentar o salário mínimo, reajustando o poder aquisitivo dos trabalhadores e empregados, estabelecendo uma política de controle de preços e supervisionando a política de bens básicos de consumo.

Portanto, essas medidas ensejaram problemas ao tipo de industrialização baseada no capital estrangeiro, como a queda dos índices de crescimento econômico e a perda do controle da

¹⁶¹ As falas sem a fonte de referência têm a autoria indicada no parágrafo imediatamente anterior. Para identificar o local e data das entrevistas ver a Lista de entrevistas.

inflação que favoreceram o aumento da especulação em investimentos de curto prazo na busca de retornos econômicos imediatos. Esses fatos econômicos acarretaram demandas salariais crescentes, situação agravada pelo recrudescimento das greves do setor público e das classes trabalhadoras. Há um descontentamento nas classes médias que, com a inflação, têm a capacidade de consumir bens duráveis reduzida, situação que afeta os interesses do “bloco multinacional e associado”. A instabilidade política agravou-se pela forma anterior de acumulação que ensejara extrema concentração de riqueza, baixa capacidade de emprego e baixos salários e, ainda, insatisfação diante das medidas governamentais ao atingir privilégios e reduzir investimentos do capital transnacional. A política do Governo, ao se voltar para a criação de melhores condições de vida das camadas populares, favorecia maiores investimentos de recursos públicos em educação, saúde, habitação e transporte público; regulava os preços dos bens de consumo na tentativa de controlar os lucros desmedidos. Buscava redirecionar o tipo de produção de interesse das camadas médias, principalmente para produtos alimentícios, vestuário e aparelhos eletrodomésticos básicos, estimulando as indústrias de porte médio e setores agrários.

Os inúmeros grupos de estudantes, de intelectuais, clérigos, militares e militantes de partidos políticos, surgidos no início da década de 1960, tanto no plano nacional e principalmente no Nordeste, preocupavam-se com o papel do Estado na superação do subdesenvolvimento e na realização das reformas para atingir os “objetivos nacionais”. Assim, o movimento dos trabalhadores passou a adotar a greve geral que assume um cunho político para reivindicar medidas redistributivas e pressionar a formação de um Ministério no apoio das reformas. Esse tipo de movimento trabalhista organizado cada vez mais se desvincilhava do controle político e ideológico da liderança populista. Desse modo, era possível juntar, em plataforma única, as demandas e reivindicações dos sindicatos, do movimento camponês, do movimento estudantil, dos políticos e mesmo de alguns militares nacionalistas. Entre os grupos e movimentos sociais envolvidos com a temática, além dos citados no item anterior, podem ser identificados: “setores radicais” da Igreja Católica, através da ação do Movimento de Educação de Base (MEB); a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os Centros Populares de Educação e Cultura (CPCs), entre outros.¹⁶²

Esses grupos apresentavam propostas para a reforma universitária e educacional, para a socialização dos setores essenciais da economia, participação dos trabalhadores nos órgãos

¹⁶² DREIFUSS, op. cit., p.282, 306; Ortiz, op. cit., p. 68 - 78.

governamentais e uma proposta de união de estudantes, trabalhadores, camponeses, intelectuais progressistas, militares democratas e outros setores da vida nacional. Tinham a reforma agrária como bandeira de luta e esperavam que a reforma do ensino se tornasse aspiração de trabalhadores e camponeses. Assim, a sociedade brasileira encontrava-se em intensa atividade nesse período, discutindo questões como: reforma agrária; lei contra a remessa de lucros das multinacionais para o Exterior; ampliação dos direitos civis e políticos de cabos e sargentos; imperialismo; reformas de base etc. O envolvimento com essas questões motivavam, também, a discussão de outros segmentos da sociedade civil e da sociedade política, tais como: empresariado - principalmente o ligado ao mercado internacional - sindicatos, partidos políticos, Forças Armadas, meio artístico e cultural, através de artistas de teatro, cinema e televisão, pintores, cineastas, jornalistas, escritores, professores etc.

A política desenvolvida pela SUDENE, ao ser vista de forma ambivalente, também foi um dos fatores contribuintes para a crise instalada. Para os liberais conservadores, para os coronéis e grandes proprietários de terra ou usineiros e para os que utilizavam a “indústria da seca”, a SUDENE punha em risco seus interesses ao tolher a política clientelista e patrimonialista. Para os liberais envolvidos com o mercado internacional e com a política externa, o programa da SUDENE estimulava a ocupação das terras e o surgimento de outro Vietnã ou de outra Cuba, principalmente para o Governo norte-americano, diante da política externa do período da Guerra Fria, transformando-se num risco para a política e a economia do Continente, o que tornava a Região passível de sofrer intervenção armada.¹⁶³ Para os oponentes de Jango, esse quadro era considerado “ineficiência” do Estado como empresário e empreiteiro, pois o grande capital exigia a estabilização da economia, a qual deveria ser alcançada através de um controle rígido de salários, de medidas para diminuir a inflação e de cortes nas despesas públicas com políticas sociais, requerendo, ainda, reorientação das diretrizes econômicas no favorecimento da concentração de renda. A tensão política agravou-se, ainda mais, pela desarmonia entre o Executivo e o Congresso Nacional, motivada pela suspeita de haver “intenções continuistas” em João Goulart e de seu governo apresentar uma “tendência estatizante”. Essas suspeitas são consideradas não só uma ameaça aos investimentos privados como também por facilitar a

¹⁶³ FURTADO, op. cit., p. 169 - 190; LEMOS, op. cit., p. 2, 6 - 8, 119 - 123 ; CARVALHO, op. cit., p. 62.

infiltração comunista de líderes grevistas nas paralisações sucessivas da produção com objetivos políticos.¹⁶⁴

Os conflitos de terra também contribuíram para agravar a tensão política, despertando maior interesse pela Região, não só no País como no Exterior, atraindo, nos anos de 1962 e 1963, a visita de personalidades ligadas ao Governo norte-americano, como Robert e Edward Kennedy, George Mc Govern, Adlai Stevenson, Henry Kissinger, não tendo ocorrido a programada visita do então Presidente dos EEUU, John Kennedy, pois foi assassinado em 22 de novembro de 1963.

Valdir Pires relata que, diante dos rumores do golpe de Estado, os dias que o antecederam foram momentos de muitas lutas e resistência na tentativa de se utilizar todos os meios pacíficos para evitá-lo, tendo participado, na ocasião, do último ato, “da última declaração do governo João Goulart”, embora “o Presidente já não estivesse em Brasília”, tendo saído para o Rio Grande do Sul. Na Granja do Torto, onde o Presidente a rigor habitava, pois gostava mais de lá do que do Palácio Alvorada, foram definidas as linhas da resistência, através da mobilização de estudantes, setores dos trabalhadores e outros, para impedir o golpe de Estado. Valdir Pires assim relata os acontecimentos que culminaram com a deposição de Goulart:

Já era madrugada do dia 2 de abril, quando o líder do governo do presidente João Goulart, ele era do PTB, deputado Doutel de Andrade, chegou ao Palácio do Planalto. Encontrávamos nós, Darcy Ribeiro e eu, e uma série de outros companheiros: a Casa Militar que tinha ficado fiel ao presidente, comandantes, coronéis, capitães etc. Quando Doutel chegou lá dizendo que o Congresso queria precipitar, não fazer o que eles inicialmente tinham planejado, que era tentar o *impeachment*, porque era um processo muito demorado. Estavam ameaçando afastar o Presidente da República com uma grande mentira, que era dizer que o Presidente João Goulart tinha saído do País, o que não era verdade. Então naquela ocasião nós não tínhamos nem mais uma datilógrafa nessa hora da madrugada de 1º de abril para o dia 2, e eu botei o papel na máquina e bati a última declaração do presidente João Goulart para o Congresso Nacional, comunicando que o Presidente tinha deixado Brasília no exercício de sua competência constitucional, dirigindo-se ao RGS, onde o comandante do 3º Exército se declarou fiel ao governo, fiel à República, fiel às instituições democráticas. Comunicava que estava disposto a resistir e ele, como chefe das Forças Armadas, Chefe Supremo, iria assumir o comando da legalidade, da constitucionalidade, etc, etc. E que lá se encontrava, em Porto Alegre e tal... Essa foi a última comunicação. Eu bati isso rapidamente e chamei Darcy Ribeiro e disse: Darcy, você como chefe da Casa Civil assina em nome do Presidente da República e leva para o Congresso. Isso foi lido no Congresso Nacional e foi publicado no Diário do Congresso Nacional, no dia 3 de abril. O senador Auro de Moura Andrade, que era o Presidente do Congresso, fez a grande chantagem e a grande fraude. Ele declarou que o Presidente da República estava fora do País, tinha se ausentado do País, que tinha fugido do País. Ficava, então, vaga a Presidência e convocava o Presidente da Câmara dos Deputados, que era o sr. Ranieri Mazzili para

¹⁶⁴ DREIFUSS, op. cit., p. 132, 135; SKIDMORE, op. cit., p. 259 - 269.

assumir a Presidência nos termos da Constituição... É o golpe. O Congresso é cercado de forças militares e, duas horas depois, antes do amanhecer, já o Presidente Johnson, dos Estados Unidos, declarava o reconhecimento dos EEUU ao governo brasileiro, dando uma entrosagem completa. E pouco tempo depois nós tínhamos notícias claras de que a esquadra americana estava descendo o Atlântico Sul. Quando se tornou evidente de que não haveria uma guerra civil no Brasil a esquadra então fez volta e rumou para sua base nos EEUU.

Diante desse acontecimento ocorreu uma “diáspora” e o início de uma “odisséia”, quando a liderança do poder constituído teve de fugir ou sair imediatamente do País. O mesmo aconteceu com os comunistas ou com os que fizeram posteriormente oposição ao regime de força instaurado para fugir da prisão e da tortura física ou psicológica.

Nacionalismo romântico x iluminismo conservador

O termo romantismo traz uma carga pejorativa quando visto através do senso comum, sendo constantemente adotado para criticar posições políticas consideradas irrealizáveis, sonhadoras ou irresponsáveis. Entretanto, o Romantismo no meio acadêmico recebe diferentes qualificações e interpretações e, no campo das Humanidades é considerado uma “escola, uma tendência, uma forma, um fenômeno histórico, um estado de espírito”. Além dessas diferentes qualificações, Ginsburg e Russell identificam o Romantismo como uma “emergência histórica”, um “evento sócio-cultural”, um “movimento” cultural e político. Para o primeiro, o Romantismo não é apenas uma das “modalidades polares e antitéticas – Classicismo e Romantismo – de todo o fazer artístico do espírito humano”. É, também, “uma escola historicamente definida”, que surge em “condições concretas e com respostas características” diante de situações diferentes. Assim sendo, o Romantismo “é um fato histórico e, mais do que isso é o fato histórico que assinala, na história da consciência humana, a relevância da consciência histórica. É, pois, uma forma de pensar que pensou e se pensou historicamente”. O segundo explica que o Romantismo surgiu em oposição ao racionalismo iluminista do Século das Luzes que abandonara “uma visão de História que se mantivera desde a instauração do Cristianismo”, substituído-a pela noção de progresso, de um “mundo sempre melhor” e dependente, exclusivamente, da ação e da razão humanas. Para Russell, o “iluminismo foi essencialmente uma revalorização da atividade intelectual independente que pretendia, literalmente, difundir a luz onde até então prevaleceram as trevas”.

Embora fosse uma causa defendida com uma certa “devoção e intensidade”, mas “não foi uma concepção de vida que favorecesse ardentes paixões”, como o Romantismo, uma visão de mundo que surgiu, tomando-se o exemplo do modelo francês, cultivando as emoções “como reação contra a objetividade um tanto fria e distante dos pensadores racionalistas”. O movimento romântico apareceu assim, como reação aos valores iluministas da sociedade moderna.¹⁶⁵

Guinsburg assim explica o afloramento do Romantismo como visão de mundo em oposição ao iluminismo, transformando o discurso histórico:

... se a Ilustração acredita fundamentalmente no poder exemplar e didático da razão natural, que se propõe enquanto código cartesiano em e para o indivíduo ou a pessoa humana, e atua em termos de “bom senso”, equilíbrio, verdade lógica (não é à-toa que, metafisicamente exaltada ou cientificamente contida, projeta o cosmo como uma harmonia universal operada por leis e funções mecânico-matemáticas de um Deus não intervencionista ou de uma máquina-mundo), promovendo pelo exercício reformador do entendimento crítico e do juízo esclarecido a história pela civilização, o Romantismo, aprofundando a trilha aberta por Vico, o grande precursor da sócio-história da “sociedade civil” e do historicismo, inverte em toda linha essa maneira de ver. O discurso histórico sofre mudança revolucionária. Deixa de ser meramente descritivo e repetitivo, para se tornar basicamente tanto interpretativo quanto formativo, genético. É a história que produz civilização. Mas não a História e sim as histórias. Suas fontes propulsoras estão menos na ação isolada do homem abstrato, singularizado na sua *ratio*, do que, de um lado, no indivíduo, fantasioso, imprevisível, de alta complexidade psicológica, centrado na sua imaginação e sensibilidade, gênio intuitivo investido de missão por lance do destino ou impulso inerente à sua personalidade, que é o herói romântico, encarnação de uma vontade antes social do que pessoal, apesar da forma caprichosamente subjetiva de seus motivos e decisões, e, de outro lado, num ser ou organismo coletivo dotado de corpo e alma, de alma mais do que de corpo, cujo espírito é o centro nevrálgico e alimentador de uma existência conjunta.¹⁶⁶

Russell também explica essas oposições, ao entender o iluminismo como uma força que não conheceu limites políticos, pois os “grandes esforços intelectuais da ciência e da filosofia haviam estado essencialmente isentos de sentimento nacional”, embora não tenha se desenvolvido em países predominantemente católicos, como a Itália e a Espanha. Entretanto, no movimento romântico ocorre o ressurgimento do nacionalismo, “aguçando as diferenças nacionais e favorecendo concepções místicas de nacionalidade”, cujo corolário é o *Leviathan* de Hobbes. Assim, esse novo nacionalismo passou a considerar uma nação como uma pessoa em

¹⁶⁵ GUINSBURG, Jacó. *op. cit.*, p. 13 - 14; RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: a aventura das idéias dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 332 - 333.

¹⁶⁶ GUINSBURG, *op. cit.*, p. 15.

grande escala, dotada de uma espécie de vontade própria, cujo ideário provocou a revolução de 1789.¹⁶⁷

O nacionalismo que surge em cena arrasta “consigo boa parte dos povos europeus em direção às suas aspirações políticas e sociais”, segundo Falbel. Afloram novas ideologias e teorias acerca do Estado, acompanhando as rápidas mudanças que se operam; ocorre uma ampliação no campo das ciências e se abrem áreas de investigação; várias formas de expressão incorporam-se às artes que “recebem novos elementos gerados em tais circunstâncias...”, já anteriormente preparados com a revolução intelectual dos séculos XVII e XVIII.¹⁶⁸

As primeiras manifestações do romantismo na literatura despontam na Inglaterra, “país onde as relações capitalistas se desenvolvem mais cedo e de modo mais completo”, através dos escritos de Richardson e do romance policial, segundo o estudo de Löwy e Sayre, e que identificam em Rousseau, nesse mesmo período, na França, uma temática romântica mais “contundente que os românticos mais tardios”. Entretanto, na Alemanha, onde o desenvolvimento capitalista é mais lento, esses autores assinalam o movimento romântico mais importante com o *Sturm und Drang* dos anos 1770, principalmente com o *Werther* de Goethe.¹⁶⁹

Portanto, o Pré-Romantismo e o Romantismo, como fenômenos, devem ser compreendidos, também, como resposta às transformações lentas e profundas da ordem econômica e social com o advento do capitalismo, irrompendo no período anterior a 1789, pois são a consequência de dois grandes acontecimentos na história da humanidade desse período - a Revolução Industrial e a Revolução Francesa - as quais provocaram as modificações que resultaram na formação da sociedade moderna. As instituições políticas tradicionais foram abaladas diante da contestação dos problemas acarretados com o desenvolvimento industrial e o ideário da Revolução Francesa, que alteraram as fronteiras entre os povos “criando novo equilíbrio entre as nações”.¹⁷⁰

Diante da tendência atual de delimitar o encerramento do período romântico a 1848 ou ao final do século XIX, Löwy e Sayre não consideram válidas tais propostas para delimitar esse fenômeno ou seu desaparecimento a esse período, por não considerarem esta visão de mundo em

¹⁶⁷ RUSSELL, op. cit., p. 333.

¹⁶⁸ FALBEL, Nachman. **Fundamentos históricos do romantismo.** In: GUINSBURG, op. cit., p. 24.

¹⁶⁹ LÖWY; SAYRE, 1993, op. cit., p. 11 – 19; Idem, **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. p. 28 – 33; GOETHE, J. W. **Os sofrimentos do jovem Werther.** São Paulo: Estação Liberdade, 1999. Sobre o surgimento do romantismo ver, também, DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

¹⁷⁰ FALBEL, op. cit. p. 23 - 24.

declínio, diante da influência significativa que ainda exerce na produção cultural e no surgimento de movimentos sociais. Embora tenha sido um “fenômeno amplamente ocultado”, representa, ainda, uma das “estruturas” mais importantes dos últimos séculos, sendo apenas mais uma das correntes da cultura moderna. Como a crise da civilização que se formou com o nascimento e desenvolvimento do capitalismo industrial não foi resolvida, a atualidade do Romantismo persiste, sendo “por essência uma reação contra as condições de vida na sociedade capitalista”, uma visão que se estende ao próprio capitalismo. Este se modificou constantemente desde seu início, entretanto conservou suas características essenciais, ou seja, as que provocaram o surgimento do primeiro romantismo, como o comprovam as revoltas culturais e políticas dos jovens dos países industriais avançados, nos anos 1960 e 1970 e o aparecimento do movimento ecologista. A essência do Romantismo, para Löwy e Sayre, está no fato de ele ser “uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno)”.¹⁷¹

A característica que determina esse passado difere da realidade vivida, pois é o tempo em que “as alienações do presente ainda não existiam”, provocando a nostalgia que está quase sempre acompanhada da “busca daquilo que foi perdido” no passado. Löwy e Sayre identificam “no cerne do romantismo” um princípio ativo ¹⁷² sob diversas formas: inquietação, estado de devir perpétuo, interrogação, busca, luta que pode ser empreendida, tanto “no plano imaginário ou plano real”, como na perspectiva de uma realização presente ou futura.¹⁷³

Portanto, o fundamento dessa hostilidade ao capitalismo ocorre, segundo Löwy e Sayre - que tomam como referência o cenáculo de *Ilusões Perdidas*, de Balzac - porque a *intelligentsia* tradicional vive num universo mental regido por valores qualitativos, valores éticos, estéticos, religiosos, culturais ou políticos; “toda sua atividade social de produção espiritual (termos de Marx em *A Ideologia Alemã*) é inspirada e modelada por esses valores que constituem, por assim dizer, sua razão de ser enquanto intelectuais”. Como a “característica central do capitalismo é a de ser um sistema cujo funcionamento é inteiramente determinado por valores quantitativos - o

¹⁷¹ LÖWY; SAYRE, 1993, op. cit., p. 20, 25; Idem, 1995, op. cit., p. 33 - 34

¹⁷² Sobre as contradições e conflitos que levavam à melancolia, ver RUSSELL, op. cit., p. 332. Esse autor entende que, enquanto no século XVIII, a França cultivava *as emoções, como reação contra a objetividade um tanto fria e distante dos pensadores racionalistas*, o pensamento político dos ingleses, desde Hobbes, procurava manter a estabilidade política e social. Os românticos eram a favor de uma vida perigosa e buscavam a aventura, desprezando a segurança e menosprezando o conforto e a tranqüilidade como degradantes *e uma vida precária, pelo menos em teoria, era tida como algo mais nobre.*

¹⁷³ LÖWY; SAYRE, 1993, op. cit. p. 22 - 24

valor de troca, o preço e o lucro –” existe, portanto, entre esses dois universos uma “oposição fundamental”, produtora de “contradições e conflitos”. Entretanto, os autores entendem que essa “*intelligentsia* de tipo antigo”, na proporção em que se desenvolve o capitalismo industrial, está sujeita a certas pressões do mercado, ou seja, à necessidade de vender seus “produtos espirituais”. E, assim, “uma parte dessa categoria social acabará aceitando a hegemonia do valor de troca desdobrando-se interiormente (às vezes até mesmo com entusiasmo e fervor) a suas exigências”; os outros, “fiéis a seu universo cultural pré-capitalista de valores qualitativos”, recusaram o que os intelectuais no cenáculo apontavam como “a escolha de traficar sua alma, seu espírito, seu pensamento”, e tornaram-se “o foco produtor da visão de mundo romântica anti-capitalista”. Essa *intelligentsia* difere da originária, da “*intelligentsia* clássica”, pois formada por cientistas, técnicos, engenheiros, economistas, administradores, agentes dos media e outros.¹⁷⁴

Através do estudo dos intelectuais românticos, Löwy e Sayre identificam diferentes tendências do Romantismo nas características gerais que surgem em virtude do relacionamento dessa visão com o capitalismo e da “maneira específica” que se estabelece nessa relação, chegando à concluir que o pensamento romântico é “uma reação contra o capitalismo e a sociedade burguesa”, que envolve, ao mesmo tempo, os campos econômico, social e político. Ao construir “tipos ideais” no sentido weberiano, classificam e enquadram os autores estudados num ou noutro tipo de romantismo, de acordo com o elemento dominante em seus escritos: o “restitucionista”, o “conservador”, o “fascista”, o “resignado ou desencantado”, o “liberal”, e o “revolucionário ou utópico” em suas diferentes formas: “jacobino-democrático”, “populista”, “socialismo utópico-humanista”, “libertário ou anarquista” e “romantismo marxista”.¹⁷⁵

Löwy e Sayre reconhecem que em muitos elementos dessa tipologia – notadamente nos tipos “conservador”¹⁷⁶ e “liberal” - podem ser feitas aproximações ao tipo burguês e ao *status quo* de um presente burguês. Consideram, entretanto, “casos limite em que o romantismo corre o risco de negar-se e tornar-se o seu oposto”. Para evitar qualquer confusão, explicam que “existe um conservadorismo, um liberalismo, um socialismo e um marxismo não-românticos e até mesmo, em certos casos, anti-românticos”. Definem como não romântica toda forma de pensamento que se vale do progresso técnico, da industrialização ou do capitalismo, recusando categoricamente qualquer referência do passado pré-capitalista, admitindo a existência, também,

¹⁷⁴ Ibidem, p. 38, 39.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 28; Idem, 1995, op. cit., p. 15 – 16; 91 - 92.

¹⁷⁶ Sobre o romantismo conservador, ver ROMANO, Roberto. op. cit.

de “toda uma gama de formas de pensamento que não são nem românticas, nem anti-românticas, mas antes uma combinação eclética das duas (Durkheim) ou a tentativa da superação dialética delas (Hegel e Marx)”.¹⁷⁷

Os elementos da tipologia citada podem ser observados na visão de mundo dos exilados com ativa participação no cenário político que antecedeu o golpe militar, como também nos que surgiram no momento posterior durante o período da clandestinidade ou da luta armada em oposição ao regime instaurado pelos defensores do iluminismo conservador. A percepção desses elementos se foi consolidando no decorrer das narrativas dos exilados, embora não se busque uma demarcação rígida ou definitiva diante da fluidez ou das gradações no *spectrum* das “cores românticas anti-capitalistas”.¹⁷⁸

O Romantismo da Liderança Nacionalista do Nordeste

Os elementos e características do pensamento romântico da liderança nordestina, que perdeu os direitos políticos e foi exilada após o golpe militar, podem ser identificados nos pronunciamentos publicados antes deste acontecimento e na rememoração dos motivos para o engajamento e a prática política adotada. O nacionalismo desses nordestinos pode ser entendido como um tipo de “romantismo revolucionário”,¹⁷⁹ semelhante ao “tradicionalismo romântico”

¹⁷⁷ LÖWY; SAYRE, 1993, op. cit. p. 34 - 36.

¹⁷⁸ ROMANO, op. cit., p. 67, explica a *Doutrina das Cores*, de Goethe, que se opõe à de Newton, o qual defendia o princípio de que “as cores existem na luz solar, surgindo em sua diversidade ao decompor-se o raio luminoso no seu espectro, devido ‘a sua maior ou menor refrangibilidade’”. Goethe afirma que a teoria por ele defendida se opõe à newtoniana, mas também “se ocupa da luz branca e recorre às condições exteriores para produzir fenômenos cromáticos”. Entretanto, “reconhece a estas condições valor e hierarquia. Não pretende extrair cores na luz, mas apenas demonstrar que a cor é determinada ao mesmo tempo pela luz e por aquilo que a ela se opõe”. Para a *Doutrina das cores*, portanto, “estas não se originam da diversidade própria da luz, mas de seu choque com a sombra. As cores seriam uma síntese frágil entre dois elementos”.

¹⁷⁹ Idem, p. 83 - 97. O “romantismo revolucionário”, segundo Löwy e Sayre, é um típico movimento romântico da Revolução Francesa, que envolveu tanto os jacobinos quanto os antijacobinos (os girondinos), representando “uma tendência que se valeu dos valores de 89 e projetou a nostalgia do passado no sonho de um futuro emancipado”. Essa corrente, paradoxalmente, é ao mesmo tempo “politicamente moderada e socialmente radical”. Ela recusa os

aparecido na Alemanha quando os intelectuais passaram a exaltar as tradições da Nação alemã. Essa primeira forma de romantismo alastra-se pelos países europeus, tornando-se um dos traços marcantes da cultura do Continente no século XIX, manifestando-se no Brasil com características semelhantes. Por um lado, é adotado o conceito de nação, composto de elementos tradicionais, como raça, língua, costumes, religião; por outro lado, o “povo” é defendido nos discursos e na prática política cotidiana através da defesa do respeito à vontade e aos interesses comuns dos indivíduos.¹⁸⁰ Os elementos desse tipo de romantismo são identificados no discurso adotado por esses personagens com intensa atividade política na busca da transformação da realidade da Região e da sociedade brasileira.

Ao serem adotados os elementos trabalhados por Löwy, pode-se identificar o romantismo dos exilados nordestinos nas motivações para o engajamento político, as quais representam uma reação contra as condições de miséria da maior parte da população da sociedade nordestina e as injustiças sociais por ela vivenciada. Os exilados organizaram um movimento político e social nesse período no Nordeste, principalmente em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e em Sergipe, provocando uma “revolução” cultural, educacional, econômica e política que se irradia por todo o País. Os “intelectuais orgânicos” desse movimento são: o paraibano Celso Furtado, os pernambucanos Paulo Freire, Francisco Julião e Josué de Castro, o cearense tornado pernambucano Miguel Arraes, o riograndense do norte Djalma Maranhão e o baiano Valdir Pires. Estes personagens representam a primeira leva de exilados, que apresenta comprovada militância partidária ou ativo exercício em cargos públicos.

Miguel Arraes procede de uma família de proprietários de terra e de indústria de beneficiamento de algodão, em Araripe, no Estado do Ceará. Ao concluir o curso de Direito, tornou-se funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool. Em 1947, foi nomeado Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco pelo então governador Barbosa Lima Sobrinho, ocasião em que iniciou a militância política, sendo eleito deputado estadual em 1950, assumindo o primeiro

“excessos da Revolução”, ”mas aspira a uma espécie de socialismo utópico ou igualitarismo radical, fundado sobre a divisão ou a comunidade de terras”. Seus adeptos são originários ou não de um meio rural tradicional e “buscam com frequência, nas tradições comunitárias camponesas, sua aspiração para essa utopia de um ‘socialismo agrário’ - assim como para a crítica dos ricos, da corrupção e do ‘luxo’ burguês”.

¹⁸⁰ Sobre o romantismo ver “romanticismo” em ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982. p. 827 - 829.

mandato em 1951. Em 1959 assumiu a Prefeitura de Recife e, em 1962, o governo de Pernambuco.¹⁸¹

A questão social e a defesa dos direitos da população recifense refletem-se na motivação da atividade política do advogado Miguel Arraes, desde o início da carreira política, ao participar do movimento da Frente Popular do Recife¹⁸², quando ainda não se vinculara a um partido político. Do conteúdo e dos objetivos deste movimento, Arraes consolidou um tipo de romantismo, cujo discurso populista se transformou na linha básica do seu pensamento, conforme pode ser identificado na concentração de mais de cem mil trabalhadores, no dia 28 de julho de 1963, no Recife, quando o então governador Miguel Arraes denunciou, na presença do presidente João Goulart, as desigualdades regionais, a necessidade de superar o subdesenvolvimento, o paternalismo político, a miséria, o analfabetismo, a estrutura agrária semifeudal, e afirmava que esse encontro tinha por objetivo o compromisso pelas reformas de base. Arraes entendeu que a forma de romper este círculo vicioso seria a realização da reforma agrária, embora o Estatuto do Trabalhador Rural tenha sido aprovado em março desse mesmo ano, mas com erros e falhas “que só a luta política dos trabalhadores” conseguiria corrigir e melhorar. Na ocasião, ele denunciou os entraves políticos que impediam a aprovação da Lei proposta pela SUDENE para utilização das áreas próximas aos açudes públicos; denunciou a ação do IBAD ao lado dos latifundiários, do “imperialismo”, o que para ele constituía o “antipovo, a antinação”. O povo brasileiro, no discurso de Arraes, é o operário, o campesinato, as camadas médias da sociedade e a burguesia identificada com os interesses nacionais.¹⁸³

O romantismo populista¹⁸⁴ do discurso de Arraes deu ênfase à participação popular, transformando o povo em agente ativo do processo de transformação da realidade nordestina e

¹⁸¹ ARRAES, Miguel. **O jogo do poder no Brasil**. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1975. p. 7.

¹⁸² Frente Popular do Recife era um movimento apartidário, ali surgido, que se propunha resolver questões sociais e econômicas da sociedade pernambucana. Para mais informações sobre a Frente, ver SOARES, Arlindo. **Nacionalismo e crise social: o caso da Frente do Recife (1955/1964)**. 1988. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco.

¹⁸³ ARRAES, Miguel. **Pensamento e ação política**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 35 – 47.

¹⁸⁴ Diferentemente da conotação depreciativa que o termo populismo carrega no campo da Ciência Política, principalmente a brasileira, o populismo, na tipologia de Lowy e Sayre, refere-se ao movimento que teve na Rússia o seu maior desenvolvimento como filosofia social e como movimento político. Expressou-se politicamente através do movimento Narodnaya Volya (a vontade do povo) que desejava “ir ao povo” e ganhar o campesinato para as novas idéias revolucionárias. Tolstoi, dentre os escritores russos, é o que “tem mais afinidades com o culto populista do campesinato”; seus outros defensores são: Sismondi, Herzen, Mikhailovski. Esse tipo de populismo se opõe tanto ao capitalismo industrial quanto à monarquia e à servidão, e aspira a salvar, restabelecer ou desenvolver, como alternativa social, formas de produção e de vida comunitária, camponesa e artesanal do “povo” pré-capitalista. (LOWY; SAYRE, 1993, op. cit. p. 32).

denunciou o latifúndio e o imperialismo como a causa da exploração e dos conflitos da Região. Soares ressalta que o povo, no discurso de Arraes, era “entendido na maioria das vezes como os humildes e desprotegidos – em oposição aos poderosos e privilegiados”, deixando transparecer a influência do pensamento do ISEB, e envolvia todos os que estivessem identificados com as reformas de base, incluindo a “burguesia nacional” e os que quisessem colaborar com o processo de mudanças em curso.¹⁸⁵ Estas reformas e a visão dos interesses nacionalistas eram também a linha política do PCB definida na Declaração de Março de 1958.

Nos discursos da liderança nacionalista e no caráter transformador da ação política identifica-se um “socialismo utópico-humanista”, como pode ser constatado na militância política e nos pronunciamentos do ex-prefeito de Natal, Djalma Maranhão. Este iniciou a vida política no Partido Comunista, depois, nos anos 1940, passou para os quadros do Partido Trabalhista Nacional e, posteriormente, ingressou no Partido Socialista Brasileiro. O seu nacionalismo tem origem na tradição familiar por ser descendente de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, fundador de Natal, “e que na guerra para a expulsão dos franceses foi o primeiro brasileiro nato a exercer o comando de general. General nacionalista”.¹⁸⁶

A defesa do nacionalismo pode ser identificada no discurso pronunciado na Câmara, em 28 de outubro de 1960, quando Djalma Maranhão exercia o mandato de deputado federal. Ao se declarar nacionalista, defendeu essa ideologia como “um movimento, uma revolução em marcha, para se transformar, no futuro, no mais poderoso Partido de toda a história do Brasil”, uma força que se refletiu no cenário político brasileiro desse período, quando todos se diziam nacionalistas, diferentemente dos chamados “entreguistas” durante a Campanha do Petróleo é Nosso. Ao explicar esse momento da conjuntura nacional e internacional, remete ao nativismo da Região:

A polarização das forças se deslocando rapidamente para o nosso lado. É como se soprasse um vendaval. É o tufão nacionalista que vem da Ásia, das Américas e da África. Esse vento já levou Sukarno, Nasser, Nheru, Fidel Castro e tantos outros ao Poder. Este vento está varrendo a Argélia e o Congo, e se espraia pelos quatro cantos da Terra e agita os Sete Mares. Ele também está presente no Brasil. O sangue nativista começa a borbulhar. Estamos frente a frente com a Rebelião das Massas, teoria que os sociólogos difundiram e os nacionalistas levarão ao terreno prático.¹⁸⁷

¹⁸⁵ SOARES, A. Op. cit., p. 67.

¹⁸⁶ MARANHÃO, Djalma. **Cartas de um exilado**. Natal: Clima, 1984, p. 35. (Coleção Edições Clima).

¹⁸⁷ MARANHÃO, Marcos (Org.). **Djalma Maranhão: pensamento político**. Natal: Editora do RN/Imprensa Oficial, 1985. (Discursos parlamentares). p. 117.

Com um discurso típico do socialismo utópico,¹⁸⁸ Djalma Maranhão denunciava o imperialismo e a Guerra Fria; lutava pela formação de um governo popular e democrático, apoiava as reformas de base, o pluralismo político, a reforma agrária, a Revolução Cubana. Influenciado pelas idéias de Paulo Freire, que criara o método de alfabetização em 40 horas, a partir de 1961, Djalma Maranhão investiu maciçamente no programa De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, buscando erradicar o analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte. Este programa superou vários entraves da educação no Brasil: construiu acampamentos escolares onde não havia escolas de alvenaria; qualificou professores com seus próprios recursos humanos; redigiu e atualizou os próprios textos educacionais; organizou o acompanhamento técnico-pedagógico na proporção de um supervisor para vinte professores. O programa de Pé no Chão Também se Aprende a Ler conseguiu matricular 34 mil alunos durante os três anos de atuação, quando a cidade de Natal tinha 160.000 habitantes, representando um percentual de 21% da população.¹⁸⁹

O problema da fome da humanidade foi a temática que notabilizou o médico pernambucano Josué de Castro através da produção de vasta literatura, na qual pode ser identificado um discurso com elementos do “socialismo utópico-humanista”. Era embaixador do Brasil junto à ONU, na cidade suíça de Genebra, quando teve os direitos políticos cassados em 1964, sendo impedido de retornar ao Brasil. No exílio, entre outras obras, escreve *O ciclo do caranguejo*, onde relata a motivação política:

Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis do Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi minha Sorbonne – a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo... Vê-los agir, falar, viver e morrer era ver a própria fome

¹⁸⁸ Nas correntes de pensadores identificadas com o discurso do “socialismo utópico-humanista”, Löwy e Sayre, cit., p. 68, identificam os que aspiram a uma “utopia coletivista (pós-capitalista)”, não vendo no proletariado industrial o “defensor histórico desse projeto”. O discurso dos que podem ser identificados nessa categoria se dirige “à humanidade como um todo (ou à humanidade sofredora em particular)”. Também é possível designá-los pelo termo “socialistas utópicos”, embora Löwy e Sayre alertem para a probabilidade de se incorrer em equívocos, pois a maioria das formas do romantismo revolucionário é utópica no sentido etimológico da palavra, pois eles aspiram a uma sociedade ainda não existente e, ao mesmo tempo, alguns pensadores que historicamente são considerados “socialistas utópicos” nem sempre são românticos. Como exemplo citam Owen e Saint Simon, os quais são “antes de tudo homens das Luzes, do progresso e da indústria”. Por outro lado, são do tipo romântico socialista: na França – Fourier, Cabet, Infantin (e a maioria dos saint-simonistas) Pierre Leroux, George Sand; na Alemanha – Moses Hess (ver o caráter messiânico de seus escritos e a influência em Marx), e no século XX, certos escritores expressionistas como Ernst Toller e os marxistas humanistas como Erich Fromm e outros.

¹⁸⁹ Informações disponíveis em: <http://www.dhnet.org.br/memoria/DJALMA/textosAPRESENT.HTM>. Acesso em 15 mar. 2001.

modelando com suas despóticas mãos de ferro, os heróis do maior drama da humanidade – o drama da fome.¹⁹⁰

O nacionalismo de Francisco Valdir Pires de Sousa se manifestou desde cedo. Embora nascido em 1926, em Cajutimba, município da Bahia, ainda criança passou a residir com a família em Amargosa, distrito do Município de Salvador. Participou ativamente dos movimentos de juventude desde secundarista, influenciado pela idéia de que o Brasil deveria ajudar a derrotar o nazismo, o fascismo, principalmente ao tomar conhecimento dos afundamentos dos navios na costa brasileira, durante a II Guerra Mundial. Ao concluir o curso de Direito em 1949, na Faculdade de Direito da Bahia, participou ativamente de todos os movimentos que defendiam o desenvolvimento e afirmação da soberania do País, sem fazer parte dos quadros de nenhum partido político, embora tivesse uma posição muito alinhada ao movimento estudantil. O Partido Comunista exercia grande influência na juventude desse período, mas não se tornou militante de nenhuma agremiação porque estava influenciado pela leitura de alguns teóricos do socialismo democrático, compreendendo que não se conquistaria um regime, uma sociedade razoavelmente igualitária, suprimindo as liberdades. A leitura de Harold J. Laski, que escreveu o livro *Reflexões Sobre a Revolução de Nosso Tempo*, publicado em espanhol no começo dos anos 1940, foi decisivo para sua compreensão da realidade e a formação de uma visão de mundo mais próxima ao socialismo utópico-humanista. Influenciado por esse grande teórico do Partido Trabalhista Inglês, comenta:

Ele seguia muito a linha de uma sociedade que, ao mesmo tempo, preservasse as conquistas das liberdades individuais, garantisse os direitos e fosse uma sociedade que se transformasse para acolher a todos seres humanos, contanto que assegurasse as garantias de trabalho e de vida a todos seres humanos. Esta concepção, digamos assim, foi muito decisiva na minha reflexão. No Brasil quem desenvolveu muito isso foi o velho João Mangabeira que era presidente do Partido Socialista.

Valdir Pires foi professor de História no curso secundário e, em 1954, como deputado estadual e líder do governo de Antônio Balbino, na Bahia, ajudou a fundar a Faculdade Católica de Direito, tornando-se, posteriormente, professor titular da Universidade Católica, na cátedra de Direito Constitucional. Eleito deputado federal em 1958 pelo PSD/PTB, passou a residir em Brasília e, com Darcy Ribeiro, lutou pela concretização do “sonho” para criar uma “universidade

¹⁹⁰ CASTRO, Josué de. Apud BÁRBARAS PRODUÇÕES / UERJ VÍDEO. **Josué de Castro**: cidadão do mundo. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

para o Planalto”. E, assim, participou da implantação e organização da primeira fase da UNB como professor, tornando-se, depois, coordenador do Curso de Direito. Ao terminar o mandato de deputado federal, não tendo sido eleito Governador da Bahia por uma margem mínima de votos, continuou em Brasília como professor universitário e abriu um escritório de advocacia. Logo após, em 1962, o presidente João Goulart o convidou para ser o consultor geral da República, cargo em que permaneceu até o golpe de 1º de abril de 1964.

O nacionalismo e o humanismo de Celso Furtado podem ser identificados no papel de agente que atribuía ao povo brasileiro na proposta para suscitar um processo endógeno na realização das transformações estruturais que se faziam necessárias na Região Nordeste. Nos programas e projetos da SUDENE, estava implícita uma reforma agrária que envolvia grande esforço de mudança de mentalidade, não só no campo político como também nas áreas acadêmica, econômica e social. Para Furtado,

... a sociedade ideal seria aquela em que o indivíduo alcançasse elevado grau de integração social, no sentido de viver em harmonia com o todo. Harmonia não no sentido de Fourier, que se preocupava em compatibilizar instintos. No sentido de um desenvolvimento pleno, de preferência não competitivo, das personalidades.¹⁹¹

Nessa busca da transformação da realidade nordestina, Celso Furtado foi considerado comunista e subversivo, tanto pelos brasileiros, que temiam a perda do poder político na Região, como por alguns setores da política norte-americana. Portanto, é mais um exilado que apresentou no discurso os indícios de um socialismo utópico-humanista. A questão do imperialismo, formulada através da teoria do subdesenvolvimento, um dos objetos de suas investigações, expressou-se através da visão estrutural da realidade sul-americana para escapar às implicações da conotação marxista, a qual não era tida como científica no meio acadêmico. Furtado assim comenta sua atuação no período:

Sou sertanejo da fronteira do Ceará com a Paraíba, mas estudei em Cambridge e na Sorbonne, e passei dez anos trabalhando na América Latina para as Nações Unidas. Quando retornei ao Brasil em 1958, o mundo da política ainda era dominado por advogados. Eu, com a minha bagagem de conhecimento da moderna economia levava boa vantagem, daí a influência que tive, mesmo sem partido político que me apoiasse. O que marcou minha presença no Nordeste foi conseguir a união da Região. Esta é a diferença fundamental com o quadro de hoje, quando cada Estado do Nordeste quer lutar contra o vizinho para atrair indústrias, por vezes o prejudicando. A grande vitória da SUDENE foi criar uma unidade no Nordeste, colocar seus problemas como regionais.

¹⁹¹ FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 92.

A formação keinesiana e neoclássica de Celso Furtado indica uma contradição na análise do conteúdo romântico de seu discurso, embora na proposta política para o desenvolvimento do Nordeste buscasse envolver os governadores da Região em programas amplamente debatidos, onde o interesse coletivo prevalecesse acima do interesse partidário.¹⁹² A explicação para o discurso e a prática de Furtado pode ser encontrada em Russell, ao entender que os movimentos utópicos ou as “noções utópicas em geral”, quer sejam puramente intelectuais, quer relativas a questões sociais, são produtos típicos do racionalismo romântico, pois há uma tendência do romantismo que enfatiza exageradamente a razão. Trata-se de uma “espécie de racionalismo romântico ausente nos pensadores do século XVII”, mas que “figura na obra dos idealistas alemães, e mais tarde na filosofia de Marx”. Entretanto, há outra tendência do pensamento romântico que subestima a razão, com uma “atitude irracionalista, da qual o existencialismo talvez seja a espécie mais notória, em certos aspectos é uma rebelião contra a crescente invasão da sociedade industrial sobre o terreno individual”. Essa ambigüidade no Romantismo e o fato de não ser um movimento típico de uma determinada classe social são reconhecidos por Löwy e Sayre como problemáticos em qualquer determinação mais precisa das diferentes tendências românticas, pois “os mesmos indivíduos passam freqüentemente de uma posição a outra no interior da gama romântica das cores”.¹⁹³

O Romantismo Revolucionário dos Movimentos sociais

Ação Católica: do “personalismo” ao “socialismo humanista”

A Igreja Católica no Brasil passou a se preocupar com a atividade do leigo e sua relação com a sociedade, a partir do papado de Pio XI, após a publicação, em 1931, do documento *Sobre as necessidades e os caracteres da Ação Católica*, uma organização distinta das já existentes, no

¹⁹² Ibidem, op. cit., p.50; MANTEGA, op. cit., p. 13.

¹⁹³ LÖWY; SAYRE, op. cit., 1993. p. 39 - 40; RUSSELL, op. cit., p. 334.

qual estava definida a estrutura e metodologia específica de seu campo de atividade, cujas ramificações seriam organizadas de acordo com a idade e o sexo, como também a função de colaboração ou participação do leigo no “apostolado da hierarquia”.

O primeiro núcleo desse tipo de organização surgiu no Brasil, em junho de 1932, com a criação da Ação Católica (AC), do Recife, iniciada através da Juventude Feminina Católica (JFC), a qual foi fundada por Dom João do Porto Carneiro e continuada por Dom Mousinho, Reitor do Seminário. Para Oliveira Jr., antes da oficialização da AC do Recife, foram criados os primeiros agrupamentos, no Rio de Janeiro, da Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Também surgem grupos da JEC em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Ceará. Entretanto, a instalação mais definida da AC no Brasil teve como base o Centro Dom Vital e só ocorreu em 9 de junho de 1935 após a assinatura de seus “mandamentos” por bispos e arcebispos. O modelo adotado seguiu o padrão italiano da Ação Católica, cujo estatuto, previamente aprovado em Roma, tinha um conteúdo anticomunista. Seus estatutos definiam como finalidade espiritual “dilatar e consolidar o reino de Jesus Cristo” através da formação do “apostolado dos católicos leigos”, como também a de “coordenar todas as associações e obras católicas existentes”, estando, entretanto, “sob a imediata dependência da hierarquia”.¹⁹⁴

Com a polarização provocada na Igreja Católica diante do apoio dado ao integralismo, a tendência mais voltada para a questão social “ganhou terreno” e Dom Helder Câmara rompeu com esse movimento, sendo nomeado assistente nacional da Ação Católica em 1947, a qual começou uma nova fase a partir de 1950, quando a problemática social penetrou cada vez mais nos círculos católicos, ocasião em que surgiu o “dilema”: “matar a fome para depois ensinar a religião ou ensinar a religião para depois matar a fome”. Assim, a AC tornou-se um campo de disseminação ideológica e de conscientização política desde os anos 1950, através das associações leigas, como a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), a dos profissionais - a Juventude Independente Católica - (JIC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC). O cenário mundial do final da década de 1950 também influenciou a atuação da AC. Esse período foi marcado pelos conflitos políticos na América Latina, principalmente, com a Revolução Cubana, cujos temores do Governo norte

¹⁹⁴ LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da ação popular:** da JUC ao PCdoB. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. p. 25 - 26; OLIVEIRA JR., Franklin. **Paixão e revolução:** capítulos sobre a história da AP. 2000. 2 v. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. p. 54 - 56.

americano sob a Guerra Fria fizeram com que o presidente John Kennedy desenvolvesse o programa Aliança para o Progresso no Brasil. Em consequência dos conflitos mundiais, em 1958, o Papa João XXIII, através da *Encíclica Pacem in Terris*, fez, pela primeira vez, uma referência ao fenômeno da socialização no mundo, voltando a tratar da questão social e reconhecendo a “gradual ascensão das classes trabalhadoras”.¹⁹⁵

Naquele momento, a Igreja Católica no Brasil passou a se preocupar em preparar melhor uma liderança leiga ou religiosa através do intercâmbio com teólogos e padres europeus. Dessa tradição surgiu o pernambucano Almeri Bezerra de Melo, sacerdote assistente da JUC do Recife, uma referência da AC no plano nacional no início dos anos 1960, um ardoroso defensor desse movimento ainda hoje, aos 76 anos. Encontra-se entre os que são considerados responsáveis pela elaboração “de um pensamento original, ou que tiveram influência sobre as opções dos católicos nos anos 50 e início dos 60”, ao lado dos padres Henrique de Lima Vaz, Francisco Lage; dos frades Carlos Josaphat, Mateus Rocha e Thomas Cardonnel; dos leigos Paulo de Tarso, Herbert de Souza (Betinho) e Cândido Mendes. Almeri é filho de João Batista Bezerra de Melo e Eliezer Domingues de Melo e nasceu em Pernambuco, em 1927. O pai era guarda-livros, tendo exercido essa profissão um certo tempo na indústria têxtil, no comércio, mas quase sempre em usina de açúcar perto de Olinda, onde faleceu aos sessenta e poucos anos. A mãe, atualmente com 96 anos, sempre exerceu atividades domésticas, cuidando de uma prole de dez filhos. Almeri, como o pai, foi para o Seminário de Olinda aos onze anos, onde cursou o primário, o secundário e o colegial. Em Olinda, estudou Filosofia, após o que foi para Roma cursar Teologia “num colégio bastante reacionário”, envolvendo-se, a seguir, com os movimentos operários na Bélgica, na Alemanha e na França, também mantendo contato com teólogos franceses de renome como Chenu, Velibato e outros. Retornando ao Brasil, em 1951, com 23 anos, passou a ensinar no Seminário como professor de Filosofia e Teologia, embora a preocupação inicial fosse trabalhar com operários. Em seguida, passou também a ensinar Filosofia na Universidade Católica, na Escola de Serviço Social do Recife, ocasião em que começou a trabalhar com estudantes universitários católicos “da JUC que estava no Recife” como era conhecida na época.¹⁹⁶

Violeta Arraes, outra liderança desse movimento, recebeu marcante influência de Dom Helder e do Padre Lebret, na França. Procedente de uma família de industriais do ramo de

¹⁹⁵ LIMA; ARANTES, op. cit., p. 26 - 27; OLIVEIRA JR. op. cit., p. 69.

¹⁹⁶ OLIVEIRA JR, op. cit., p. 101.

beneficiamento de algodão, nasceu no Município de Araripe da região do Cariri, no Ceará e em 1944 passou a estudar no Rio de Janeiro, residindo com o irmão Miguel Arraes, que lá trabalhava no Instituto do Açúcar e do Alcool. Entretanto, seu mentor intelectual, conselheiro religioso e familiar foi Dom Helder Câmara, que a orientou nos caminhos da Ação Católica, inicialmente na JEC. Nessa ocasião, conheceu Alceu do Amoroso Lima (Tristão de Athaide) e passou a trabalhar no Centro Dom Vital, uma das primeiras organizações de cunho social no Brasil, realizando o recenseamento de todas as seções culturais e religiosas do Rio de Janeiro. O curso universitário foi realizado na PUC do Rio de Janeiro, graças a uma bolsa de estudos conseguida por Dom Helder, e se engajou na JUC, tornando-se presidente nacional.¹⁹⁷

Violeta explica as transformações ocorridas com a Igreja Católica a partir dos anos 50 por ser “muito marcada pelo século XIX e, por isso, era um pouco decadente”. Para ela, Dom Helder foi um dos precursores da mudança da idéia de religiosidade no Brasil, pois recomendava:

Nós não tínhamos que ser devotos. Nós tínhamos de ser cristãos. Devoção é fácil, é afetividade. Com Dom Helder a gente estudava, debatia, comparava as coisas... Isso nos deu um alimento intelectual realmente significativo. Era muito mais pensamento do que sentimentalismo... Acho que essa foi uma época importante... Preparou a mudança de mentalidade de toda uma geração.

O ideário da AC trazido para o Brasil, por alguns padres formados em Roma, apoiava-se no pensamento dos pensadores católicos “mais avançados” ou pensadores franceses da “esquerda cristã”, como: Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Jacques de Maritain, Lebreton e outros. O Centro de Estudos do padre Lebreton era uma instituição que mantinha constante intercâmbio com a AC, para onde Violeta foi enviada para estagiar por um ano, retornando à França no início dos anos 1960, quando conheceu Pierre Gervaiseau, com quem se casou.¹⁹⁸

A adoção dos pressupostos de *O Personalismo*, de Mounier, exerceu “considerável influência” na AC, surgindo como “uma terceira posição entre o ‘idealismo desencarnado’, desligado da realidade, e o marxismo, que supostamente não levava em conta os valores do indivíduo”. Embora a AC fosse considerada muito importante na Itália, pois era um grande movimento, Almeri discordava do que se fazia na Ação Católica Romana, estando muito mais atento ao que se passava na França e na Bélgica. Tratava-se mais de uma diferença política, pois

¹⁹⁷ MERCADOR, Tonico. Violeta Arraes: a menina do Crato e a rosa de Paris. **REVISTA PALAVRA**. Arte + Comportamento + Cultura + Idéias. Minas Gerais, Ano 1, n. 7, p. 10 - 12, out. 1999.

¹⁹⁸ Idem.

a AC romana era mais um braço da hierarquia da Igreja Católica, entretanto, a AC francesa e a belga eram mais autônomas, pois nelas predominava o trabalho leigo. Para Almeri, o interesse com o movimento estudantil, ao começar a trabalhar na Universidade Católica com a JUC, decorreu do fato de ter vivido em Roma, mesmo que antes, no Seminário, já estivesse interessado neste trabalho. Esta experiência o habilitou a participar da liderança nacional do movimento ao lado de José Serra, Betinho, Vinícius Caldeira Brandt e outros.¹⁹⁹

Os valores defendidos pelos pensadores e teólogos franceses situavam os estudantes diante do dilema de definir a prática política do cristão sem a interferência da hierarquia eclesiástica. No Encontro Preparatório da Equipe Nacional, no 2º semestre de 1958, e no Conselho Nacional da JUC, de 12 a 18 de julho de 1959, realizados em Belo Horizonte, Almeri propôs a discussão da busca de um sentido para o movimento ao apresentar o estudo *Da Necessidade de um Ideal Histórico*, o qual passou a ser conhecido como o *Ideal Histórico*.²⁰⁰ Almeri assim relata o acontecimento que mudou os rumos dessa organização:

Foi um grande discurso que eu fiz em Belo Horizonte, à moda do Fidel, falando o dia inteiro para universitários... Lá estavam Scchetini, José Serra, Caldeira Brandt, e outros... Eles eram o pessoal que já aparecia naquela época, em 59,60... Enfim, a importância desse discurso foi tirar um pouco o pessoal universitário, o intelectual, de um dilema muito grande, que era aquele de que a Igreja, os bispos pretendiam que o movimento social católico, o movimento social da Igreja, tivesse a resposta para tudo quanto era de problema, etc... E a gente achava, essencialmente, que nós tínhamos ali era uma inspiração e alguns princípios que eu chamei de princípios médios que nos davam as diretrizes para depois confrontarmos com a realidade histórica e econômica; isso permitiria saber aquilo que nós deveríamos fazer. Não era a Igreja que devia dizer o que fazer. Nós é que deveríamos saber o que fazer... Isso foi um alívio muito grande para o pessoal. A nossa inspiração era Cristo na Juventude. Mas se outra (entidade) era de inspiração marxista ou de outra religião, pouco importava se nós concordássemos com a realidade, com as propostas de uma modificação da realidade. Isso fez com que os estudantes católicos da JUC, sobretudo, pudessem se aliar aos comunistas. Pouco importava se eram comunistas... A motivação pode ser de qualquer um. A inspiração pode ser bem diferente. Esse foi um dos temas pelos quais nós fomos muito marcados pela direita.²⁰¹

O discurso despertou o “entusiasmo” nos mais novos, mas também o ‘descontentamento’ nos mais antigos”, sendo moderadas as divergências entre os sacerdotes por Dom Helder. No

¹⁹⁹ OLIVEIRA JR., op. cit. p. 84 - 94. Para compreender o personalismo, ver MARTINS, Antônio Colaço. *Metafísica e ética da pessoa: a perspectiva de Emmanuel Mounier*. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1997.

²⁰⁰ LIMA; ARANTES, op. cit., p. 27.

²⁰¹ ALVES, Márcio M. *O Cristo do povo*. Ed. Sabiá, [1969]. p. 246 – 247. O autor informa que o documento foi apresentado a presos políticos, indiciados em IPMs, para opinar sobre o conteúdo, juntamente com outros materiais considerados subversivos.

discurso de Almeri, se refletia a influência de Maritain na proposta de “construção de um ideal histórico” e na adoção de “princípios médios”, mas também na prática de um “cristianismo revolucionário”. Segundo Almeri, o pronunciamento foi objeto de muitas publicações, de muitos comentários, tanto no meio acadêmico como também no Exterior e nos jornais brasileiros de grande circulação, como o Estado e a Folha de São Paulo. As idéias desse pronunciamento aliviaram a preocupação dos estudantes, os quais passaram a se manifestar como uma força política e, no Congresso dos 10 anos, realizado em 1960, no Rio de Janeiro, a JUC aprovou um documento intitulado *Diretrizes Mínimas Para o Ideal Histórico do Povo Brasileiro*, fazendo a opção por um “socialismo democrático” e pelo que entendia ser a “revolução brasileira”. Foi no XXIII Congresso Nacional dos Estudantes, realizado nesse mesmo ano, que a JUC aparecerá, pela primeira vez, como força política organizada ao fazer aliança política com grupos do PC do B, ganhando posteriormente eleições na UNE e elegendo a maioria da diretoria. Esta aliança provocou críticas do clero, não agradando aos setores conservadores nem aos “progressistas”, os quais não concordavam com a “frente” e advertiam para o que consideravam “despreparo, falta de esperteza e ingenuidade da JUC”.²⁰²

No clero também repercutia o embate das lutas políticas e ideológicas do início dos anos 1960, sendo identificadas diferentes tendências:

Uma tendência progressista conta, entre os bispos, com Helder Câmara, Antônio Fragoso e Vicente Távora. Entre os padres, Francisco Lage, Alípio de Freitas, Frei Carlos Josaphat, Almeri e Sena, estes assistentes da JUC de Recife; José Luiz e Dom Jerônimo, assistente e colaborador da JUC da Bahia; Pereira, assistente e colaborador da JUC de Goiás; Henrique de Lima Vaz, colaborador da JUC, e Frei Romeu Dale, assistente nacional. Uma outra tendência, de extrema-direita, se organizou na Tradição, Família e Propriedade (TFP), para combater as reformas de base e, sobretudo, a reforma agrária. E uma direita não tão radical era composta pelo Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro, pelo Cardeal da Silva da Bahia, pelo Cardeal Vicente Scherer, do Rio Grande do Sul, e por outros. Evidentemente que havia ainda o que devia ser a parte preponderante do clero não atuando politicamente.²⁰³

Portanto, mesmo com as pressões sofridas pela JUC ou a Ação Católica como um todo e o Partido Comunista, essas duas instituições foram responsáveis pela formação da consciência política e social de um sem-número de pessoas que se destacaram ou não. Violeta assim relata o ambiente intelectual da juventude nesse período:

²⁰² OLIVEIRA JR., op. cit., p. 82 - 102; LIMA; ARANTES, op. cit., p. 28.

²⁰³ Idem, LIMA; ARANTES, op. cit. p.30.

Elas deram à mocidade uma consciência física, um conteúdo de fé e de formação intelectual. Nós estudávamos, tínhamos debates muito sérios e contraditórios. Fui estudar na PUC graças a uma bolsa, mas as filhas do Dr. Alceu estudavam na Nacional e vivíamos em discussão sobre isso... O Lacerda já era uma coisa séria... Financiava uma campanha dentro da Universidade. O ambiente político, religioso, literário era efervescente...²⁰⁴

No início dos anos 1960, a AC no Nordeste tinha uma forte liderança na Região, não só por ter a pessoa de Dom Helder como assistente nacional e de Almeri Bezerra de Mello, que se tornara Secretário Assistente da Região sediada em Recife, mas também, no Ceará, pelos sacerdotes Arquimedes Bruno, Tarcísio Santiago e Dom Frágoso, então bispo da Diocese de Crateús. Nesta diocese funcionavam os grêmios (agremiações estudantis), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), embora no município atuasse o movimento secundarista.

Apesar da vertente conservadora da Igreja Católica, os grupos JAC, JEC, JIC, JOC e JUC despertavam a consciência política de seus membros, daí resultando o engajamento político de cearenses posteriormente exilados, como Frei Tito de Alencar, Rute Cavalcante e Paulo Lincoln Carneiro Leão Matos, os quais, ainda adolescentes, participaram da JEC e depois da AP. A JEC era dirigida pelo então padre Tarcísio Santiago, e recebia, ainda, a orientação e apoio do então padre Arquimedes Bruno.

Desde os doze anos, Tito se aproximou da Ação Católica, acompanhando a irmã Nildes Alencar que participava da JEC, e, nos anos de 51 ou 52, ao ingressar no Liceu do Ceará, a partir da 4ª série do 2º grau, engajou-se neste movimento, além de se tornar congregado mariano, trabalhando nas comunidades pobres como a Favela do Dendê, em Fortaleza, enquanto se ampliava a dimensão social de sua visão religiosa. Assim, ao fazer parte da AC, ele viveu intensamente os movimentos da política estudantil e do cristianismo, numa época em que o engajamento no trabalho social dos católicos era questionado frente à liderança exercida pelos comunistas. Ao concluir o curso científico, Tito se definiu pela vocação religiosa, surpreendendo a família ao entrar para a Ordem Dominicana, principalmente ao seu genitor que via nele um futuro médico, pois era muito estudioso, gostava de namorar, de festas e era muito brincalhão, embora tivesse uma vida de comunhão e reflexão diária. Na fase inicial do golpe, Tito não foi perseguido, embora a família tenha recebido informações de que teria sido indiciado, enquanto

²⁰⁴ ARRAES, Violeta, apud Mercador, op. cit. p. 12.

muitos outros militantes da Ação Católica foram presos, fato que provocou a extinção uns dois a três anos mais tarde dessa entidade no Ceará.

Rute Cavalcante também se envolveu com a AC na adolescência, aos quinze ou dezesseis anos de idade, ainda na 4ª série ginásial ou do 2º grau, como é entendido atualmente, tornando-se líder do colégio e presidente do Grêmio do colégio. Ela assim relata como se dava o engajamento na Ação Católica, o despertamento para a militância política e a preparação da liderança:

Então eu já participava da JEC desde o tempo do colégio. Eu sempre estudei em colégio de freira, interna e a grande saída que eu encontrei, inclusive para expandir um pouco meu nível de consciência foi através da JEC, porque a Ação Católica trabalhava muito a metodologia de Paulo Freire e em cima da conscientização. Então, as pessoas que trabalhavam na Ação Católica estavam muito voltadas para a questão social, de aumentar o nível de consciência, consciência crítica, não só a atuação religiosa, mas a sua atuação no mundo. A JEC era uma atuação em grupo, não era trabalhar na evangelização no caso; era mais um envolvimento do ponto de vista cristão, mas um envolvimento com o grupo, fosse ele qual fosse. A atuação da JEC era mais ou menos isso. Trabalhava muito nessa questão da consciência, muito voltada para a leitura da realidade. Então a JEC já começou a me abrir, desde os quinze anos, a responsabilidade com a questão política, a atuação no grêmio já era uma atuação política, não era uma atuação simplesmente literária.

A militância nas entidades religiosas também influenciou a visão de mundo romântica de Paulo Lincoln Carneiro Leão Matos, que fez parte da AC, como militante da Juventude Estudantil Católica, com 16 a 17 anos, nos anos de 62 a 64, iniciando a atividade política como secundarista, quando ainda estudava no Colégio Cearense. Seu pai, Lincoln Mourão Matos era professor das faculdades de Direito e de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará e sua mãe, Ruth Carneiro Leão, oriunda de família pernambucana, da cidade do Recife, desempenhava apenas atividades domésticas.

A “inquietação” que reinava em todo o Brasil, do final dos anos 1950 ao começo dos anos 1960 foi a causa da motivação política de Sérgio Buarque, filho de pequeno empresário que trabalhava com representação de tecidos. O seu interesse pela política começou aos 16 a 17 anos, ainda na adolescência ou “pós-adolescência”, como resultado da convivência com um grupo de rua, do qual participavam amigos de esquina e também do despertamento de um processo muito intuitivo como o resultado das leituras de jornais. Ao entrar para a Universidade, aos 18 anos, começou a ter acesso à literatura política e nacionalista através do irmão mais velho, lendo também sobre a luta pelo petróleo e, posteriormente, sobre Julião e as Ligas Camponesas. Mesmo considerando-se um “ateu convicto e materialista intuitivo”, desde os 15 anos participava da JUC e depois da AP. Esta, segundo Sérgio Buarque, foi a trajetória para se tornar intelectual e político.

Paralelamente ao trabalho na AC, os estudantes atuavam também no Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961, através do acordo firmado entre o Governo Federal e a Igreja Católica, após o encontro de Jânio Quadros com Dom José Távora, arcebispo de Aracaju, e que se tornou o primeiro presidente.²⁰⁵ Dessa relação, surgiram outros tipos de financiamento para criação de outras atividades com o SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco.²⁰⁶

O envolvimento de Rute Cavalcante com a JEC, ainda secundarista, ao entrar para a Universidade, possibilitou o ingresso automático na JUC, pois já era professora da área de cultura e, posteriormente, no MEB. Os estudantes da JUC também atuavam, simultaneamente, nas Ligas Camponesas, através das Frentes Agrárias do MEB. Para o riograndense do norte Marcos Guerra, esses movimentos simultâneos poderiam até ser considerados “concorrentes na cabeça de alguns dirigentes”, mas para ele é importante ressaltar a relevância do trabalho dos estudantes da JUC no Movimento de Educação de Base. A integração nos quadros da JUC durante a vida acadêmica propiciava aos estudantes “uma excelente ligação com colegas de todo o Brasil, mais particularmente do Nordeste”, o que os tornou participantes, também, dos primórdios da Ação Popular.

Os programas do MEB também eram realizados através da Rede Nacional de Emissoras Católicas, sendo mais uma forma de utilizar os meios de comunicação como veículos de penetração no campo, o qual era adotado não só pelo segmento conservador dos sacerdotes como também, pelo segmento progressista. O programa do MEB voltava-se para a educação básica através de “escolas radiofônicas” instaladas nas zonas mais pobres do País, tratando-se da “primeira grande tentativa católica de desenvolver práticas pastorais inovadoras junto às classes populares”. O projeto inicial do MEB seguia os padrões da UNESCO para a educação de base, eram batizados de “educação popular” e dirigidos na maioria pelo pessoal da Ação Católica. A Rádio Rural foi criada por D. Eugênio Sales, arcebispo de Natal, e seus programas radiofônicos, espalhados por todo o País, eram levados ao ar, diariamente, por uma hora, com o objetivo de formar e informar a opinião pública. Os programas de Educação de Base também eram desenvolvidos pelo setor progressista da Igreja Católica, seguindo a orientação de Paulo Freire. Ao retornar da França, onde realizara curso de pós-graduação em Sociologia na Universidade Católica de Paris, Almeri, mais ou menos no início de 1963, torna-se assessor de Paulo Freire,

²⁰⁵ Para mais informações sobre o MEB, ler ALVES, Márcio M, op. cit., p. 70 - 74, 84 – 85, 163 - 169.

²⁰⁶ OLIVEIRA JR., op. cit., p. 149; ALVES, op. cit., p. 84 - 85.

ligando-se ao MEB e a todo o Movimento de Cultura Popular do Recife, tornando-se depois secretário executivo e assumindo, posteriormente, a direção do Centro de Extensão Universitária da UFPE, quando Freire foi para Brasília.

A estratégia adotada para alfabetizar o grande contingente de analfabetos era assim desenvolvida:

No início da noite, como escolas de educação de base, alguns programas eram levados ao ar nos fins de semana, dirigidos à comunidade. O processo era feito através de escolas radiofônicas. Ou seja, numa determinada comunidade era instalada uma rádio e organizados setores desta para se dedicarem à educação básica. Entre os adultos alfabetizados era escolhido um monitor que recebia um treinamento e atuava como intermediário entre a escola radiofônica e a turma de alfabetizados.²⁰⁷

Marcos José de Castro Guerra, ainda estudante, passou a trabalhar em uma “escola radiofônica”, desde 1958, como jornalista, “para ganhar a vida”, embora fosse filho de renomado advogado do Rio Grande do Norte. Na Rádio, fazia a crônica do meio-dia, no horário nobre; à noite era o responsável pela edição de um jornal importante que durava uma hora e, aos sábados, levava ao ar outro programa com Luiz Sávio de Almeida. Como estudante do curso de Direito, participou da AC, ocasião em que o padre Sena e o padre Almeri eram os assistentes eclesiásticos da JUC do Nordeste, os quais exerciam grande influência na juventude da época.

O MEB realizou uma revisão nos objetivos estratégicos a partir de 1962, no Encontro de Coordenadores, no Recife, os quais, segundo Oliveira Jr., deixaram de visar “uma instrumentalização social” para adotar a “instrumentalização política”, direcionando a ação educativa para uma dimensão comunitária, passando a Rádio Rural a contar com a participação da comunidade, com a transmissão de “programas de animação popular”.²⁰⁸

O líder camponês Manoel da Conceição que militou na AP até seus momentos finais e foi posteriormente exilado, assim explica a atuação do MEB junto aos trabalhadores rurais:

Com esse curso do MEB comecei a estudar os mecanismos de eliminação (...) começamos a trabalhar e a fundar pequenas escolas de alfabetização, porque o trabalhador rural, nessa época, não adiantava falar para ele em sindicato que ele nem sabia o que era isso. Então a gente fundava escola de alfabetização (...) a gente aproveitava o MEB para elevar o nível de consciência, de conhecimento (...) O fato é que por volta de agosto de 1963 nós já tínhamos vinte e tantas, quase trinta escolas, fundadas com essas características próprias (...)

²⁰⁷ OLIVEIRA JR, op. cit., p. 150.

²⁰⁸ Ibidem, op. cit., p.151.

fazíamos reunião na aldeia, discutíamos o analfabetismo, a pobreza, a miséria, uma série de coisas, enfim. E nessas escolas, de dia as crianças lá, aprendendo a ler, e para os adultos não era escola de aprender a ler, isso era muito secundário. Eram muito mais escolas de discutir os problemas da gente.²⁰⁹

Diante da participação intensa nos programas do MEB e da AC, que estava organizada de acordo com a divisão regional do Brasil, os estudantes recebiam total apoio de Dom Helder – que lhes cedia um local para residência - a Casa dos Permanentes - dividida numa área para homens e outra para mulheres. O cearense Tito Alencar passou a residir nesta Casa, no Recife, na sede Regional do Nordeste, onde concluiu o curso científico, após ser escolhido representante da AC do Ceará. Posteriormente, ingressou na Ordem Dominicana, realizando o noviciado em Minas Gerais, dirigindo-se depois a São Paulo, onde ingressou no Curso de Ciências Sociais.

Os militantes da JUC envolviam-se com atividades profissionais do campo laico, como também nas atividades profissionais do campo religioso como leigos. Marcos Guerra, no movimento de Natal, participou, com os colegas da Faculdade de Direito, da criação de associações de trabalhadores rurais, pois a CLT nesse período só admitia a legalização de sindicatos urbanos. A estratégia adotada era realizar o que a Lei permitia e depois, então, pedir uma carta sindical. Durante o governo João Goulart, cujo Ministro do Trabalho era Paulo de Tarso, várias associações foram a Brasília para modificar a CLT e pressionar para a criação dos sindicatos rurais. No movimento da Igreja, por um lado, havia o interesse em “apressar o processo de sindicalização rural”, o que, segundo declarações do governador Pedro Gondim ao jornal União da Paraíba, provocava “muitas vezes, emulação com outras entidades ou grupos”, havendo “verdadeira competição ou maratona para a instalação de sindicatos rurais”. Por outro lado, a maioria dos padres do Nordeste preservava os compromissos tradicionais da IC, mantendo uma “perfeita identificação com os interesses dos donos da terra”. Entretanto, após 1964, ocorreu uma “mudança radical” nessa posição, como também relativamente à situação política do País, fato que pode ser identificado pela invasão do Palácio Episcopal na chegada de Dom Helder Câmara, em 10 de abril, no novo arcebispado do Recife e Olinda, quando o exército tentou prender Violeta Arraes, irmã de Miguel Arraes.²¹⁰

²⁰⁹ CONCEIÇÃO, Manoel. In: Oliveira Jr. loc. cit. Entrevista concedida ao **Pasquim**, p. 20, jan. 1980.

²¹⁰ LEMOS, Francisco de A. op. cit., p. 99.

Outros canais de comunicação também eram adotados com o objetivo de conscientizar politicamente a sociedade, não só através de meios de divulgação da Ação Católica, mas também da imprensa leiga como do jornal de Samuel Weiner, uma folha de esquerda, que oferecia a Almeri um espaço de uma página inteira para discutir assuntos como: O Cristianismo hoje e temas afins, embora “o que aparecia naquela página tivesse um tom mais de esquerda”.

No Ceará, os estudantes da Ação Católica também questionavam a ação política do cristão na sociedade para “salvar o meio estudantil”, segundo a proposta da JEC e a relação com os comunistas. Segundo Nildes Alencar, irmã de Tito, “salvar o meio estudantil não era salvar do pecado para ir para o céu, não. Salvar o meio estudantil era tirar da miséria dar os direitos, tinha essa conotação”. O termo “salvar” recebia, então, um conteúdo “social, político e religioso”. E, diante da convivência na escola do irmão mais velho com o professor Américo Barreira, que conquistou quase toda a turma para se filiar ao Partido Comunista, as idéias socialistas chegaram à casa de Tito, provocando um conflito característico nas pessoas religiosas desse período.

E minha mãe a rezar e a gente a rezar para meu irmão se converter. Era congregado mariano, como é que podia... Mas as idéias que ele falava em casa, a gente via, que não eram erradas... Ora! Veja a contradição e o conflito que criava na gente. Quando a Ação Católica veio trazendo essas respostas socialistas também, isso foi dando uma certa tranqüilidade. O conflito foi que a própria Ação Católica no Brasil inteiro, pensou em trabalhar junto. Porque comunista (você deve ter vivido essa experiência) era considerado um monstro.

A reação da família de Tito Alencar era um reflexo do que acontecia no plano nacional pelos que não aceitavam a Ação Católica como um agente político, e assim surgiu a Ação Popular (AP), cujos militantes eram considerados comunistas pelos conservadores. Entretanto, os estudantes cearenses românticos como Tito, “desejavam ver a pátria livre”, como também “os irmãos sofridos, tanto do ponto de vista religioso como do ponto de vista político”. O humanismo romântico de Tito o levou ao engajamento nos movimentos estudantis como o CLEC - Centro Liceal de Educação e Cultura.

A criação da AP resultou dos atritos provocados pela aliança da JUC com a UNE em 1961, levando Aldo Arantes à direção do movimento estudantil, fato que provocou sua expulsão da JUC pelo Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, atritos agravados também pelo reconhecimento da União Internacional dos Estudantes (UIE). Premidos por esses acontecimentos e, diante do

interesse “de uma atuação especificamente política, permanente, prioritária e disciplinada”, uma parte da liderança política da JUC foi induzida a pensar na criação de uma organização própria durante a UNE-Volante. A articulação nacional para a criação da AP foi realizada durante essa “grande maratona estudantil”, através dos membros da esquerda da JUC no Brasil, os quais se reuniram com a liderança estudantil, com padres, profissionais liberais, parlamentares e intelectuais católicos ou protestantes. No início de 1962, foi realizada em São Paulo a primeira de uma série de três reuniões que fizeram parte do processo de fundação da AP, durante as quais foi aprovado o “Estatuto Ideológico” com a defesa da “revolução brasileira” e do “socialismo”. Em decorrência do papel desempenhado no movimento estudantil, a AP ganhou força política e passou a eleger seus candidatos à presidência da UNE nos XXV e XXVI Congressos.²¹¹

Lima e Arantes antecipam, na análise do conteúdo do Documento-base, os pressupostos anteriormente defendidos, ao apontarem a opção ideológica de um grupo recém-saído de uma frente de trabalho religiosa para uma “terceira posição”, entendida como posição “crítica do ‘idealismo’ e do ‘materialismo’”, com uma “perspectiva realista”, buscando distinguir “as existências do ser e da consciência” sob o primado da última. Para os ex-militantes dessa organização, com a opção pelo socialismo, embora criticassem a tese marxista para realizá-lo através da ditadura do proletariado, eles resvalaram para a “defesa de um socialismo utópico” a que chamavam de “socialismo como humanismo”. Ao optar pelo “socialismo humanista” a partir de 1963, a AP se desvinculou dos elos que a prendiam à hierarquia da Igreja Católica para ter maior liberdade de ação, possibilitando além da “vertente católica”, o surgimento de uma “vertente protestante” e outra sem confissão religiosa e de formação marxista.²¹²

O “romantismo marxista” dos militantes do PCB

Há um “aspecto romântico” na obra de Marx e Engels constatado, de “modo indiscutível”, segundo Löwy e Sayre, na “simpatia” que ambos votavam aos populistas russos e “na esperança de ver a comunidade rural tradicional (*obchtchina*) servir de germe para o futuro socialista da Rússia”, uma idéia muito influenciada pelo evolucionismo, o positivismo e o fordismo, que foi deixada de lado pelo marxismo oficial da II e da III Internacional. Para Konder, como a

²¹¹ ARANTES; LIMA, op. cit., p. 30 – 31, 35.

²¹² Idem, p. 38; GORENDER, op. cit., p.36 - 38; OLIVEIRA JR. op. cit., p. 97; CHILCOTE, op. cit., p. 238 - 241.

juventude de Marx transcorreu no “período áureo do Romantismo”, sua formação e pensamento não poderiam escapar às influências da “atmosfera romântica” de seu tempo, embora tenha reagido contra as posições sustentadas por teóricos conservadores do Romantismo, como Schelling e Chateaubriand. Por isso, para serem entendidas certas características do pensamento marxiano, é necessário levar em conta “a força das tendências que ele combatia, mas que de algum modo condicionavam a sua sensibilidade”.²¹³

Os elementos do romantismo que podem ser observados em Marx referem-se ao seu “anticapitalismo” que não “visa a negação abstrata da civilização industrial (burguesa) moderna, mas a seu *Aufhebung*, isto é, ao mesmo tempo que sua abolição, a conservação de suas maiores conquistas, sua superação por um modo superior de produção”, pois afirma que, apesar dessas conquistas, o sistema capitalista “transforma cada progresso econômico em uma ‘calamidade pública’ (*O Capital*, vol. 1, cap. 25)”. Esse outro lado da “medalha ‘civilizadora’” é demonstrado na abordagem dialética quando Marx denuncia as calamidades sociais provocadas por este sistema. A tradição romântica também pode ser nele identificada pelo interesse nas comunidades pré-capitalistas.²¹⁴

Löwy e Sayre afirmam que nos escritos de Kautsky, de Plekhanov, de Bukharin e, principalmente, de Stalin, seria “inútil procurar vestígios de uma herança romântica”. Os elementos do romantismo retornam de modo relevante em alguns autores considerados “marginais” para a ortodoxia marxista. O primeiro a realizar a tentativa de “reinterpretação neo-romântica do marxismo” foi William Morris, no final do século XIX, o qual, apesar da adesão às idéias de Marx em 1883 – 1884, manteve a antiga visão de mundo ao escrever que a “paixão dominante” de sua vida “foi e é sempre, o ódio ‘à civilização moderna’”. Por causa dessas idéias, Morris foi rejeitado pelos marxistas, mas seu pensamento foi recentemente resgatado por E.P. Thompson e Raymond Williams, dois importantes historiadores marxistas britânicos que, ao compartilharem a tendência romântica, ressaltaram a importância de seu pensamento para o marxismo. Na Alemanha, surgiram outros autores e “correntes marxistas”, embora sem relação com a tendência inglesa, os quais são identificados por Löwy e Sayre como “fortemente coloridos

²¹³ KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 20 - 21.

²¹⁴ LÖWY; SAYRE, 1995, op. cit., p. 134 - 135.

de romantismo”: como György Lukács, Ernest Bloch e a Escola de Frankfurt (em particular Walter Benjamin e Herbert Marcuse). Na França citam Henri Lefebvre.²¹⁵

O “romantismo marxista” interessa-se, como o marxismo, por alguns problemas considerados essenciais: “luta de classes, papel do proletariado como classe universal emancipadora, possibilidade de utilizar as forças produtivas modernas em uma economia socialista, etc. – ainda que as conclusões a esse respeito não sejam necessariamente idênticas às de Marx e Engels”, o que o diferencia das outras correntes socialistas ou revolucionárias com “sensibilidade romântica”.²¹⁶

O florescimento dessa dimensão romântica no Brasil foi prejudicado, segundo informa Leandro Konder, diante do tipo de recepção do marxismo, a partir dos anos 1930. Foi o período da hegemonia stalinista no mundo socialista, ocorrendo uma difusão em larga escala da política de Stalin através de seus escritos, como também de folhetos e publicações que faziam propaganda do Estado Soviético. Na recepção das idéias de Marx pelo Partido Comunista, correu “discreta combinação do stalinismo com o modo de pensar positivista, que se tornara influente na vida espiritual brasileira desde a campanha republicana, no século passado”. Nos documentos do PCB, permaneceram os conceitos de “estratégia, etapa e nação”, os quais foram introduzidos por Stalin na doutrina comunista.²¹⁷

Essas questões dividiam a liderança do PCB, principalmente entre os membros do Comitê Central e da Diretoria Executiva, levando à cisão que provocará a saída de uma parte do Comitê Central, dos que eram mais abertamente stalinistas, dentre estes o pernambucano Diógenes Arruda Câmara, posteriormente exilado.

A ambivalência da visão de mundo romântica pode ser identificada em Diógenes Arruda Câmara, nascido em Pernambuco, em 1916. A compreensão não romântica da realidade pode ser identificada ao participar do grupo dos “fechadistas” no Partido. Arruda Câmara iniciou a militância no PCB com o movimento estudantil universitário quando chegou à Bahia, em 1934, onde trabalhou no Ministério do Trabalho. Ao se transferir para São Paulo, conseguiu reaproximar os ex-membros da organização regional do Partido, formando a Comissão Nacional de Organização Provisória, unificando-a com outro grupo de comunistas do Rio de Janeiro. No

²¹⁵ Idem, 1993, p.33; Ibidem, 1995, p. 125 - 127. Sobre o romantismo revolucionário em E. P. Thompson ver: PALMER, Bryan D. **E.P. Thompson**: objections and oppositions. London: Verso, 1994

²¹⁶ LÖWY; SAYRE, 1995, p. 126 - 127.

²¹⁷ KONDER, op. cit. p. 177 - 180; MORAES, J. Q. Op. Cit. p. 47 - 87.

documento publicado na Tribuna Popular, de 27 de junho de 1946, estão registrados os acontecimentos relacionados à reorganização do Partido na 2ª Conferência Nacional, que passou a ser chamada de Conferência da Mantiqueira, em 1943, sendo Arruda Câmara um dos conferencistas, ao lado de Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Jorge Herlein, Lindolfo Hill, Francisco Gomes, Milton Caíres de Brito, Armênio Guedes, Amarílio Vasconcelos, Germano Santos, Vitorino Antunes, Francisco Chaves Draga, Militão, Celso Cabral, Mário Alves, Ritacínio Pereira, Joviliano e outros. Nesse Congresso, Carlos Prestes foi eleito secretário geral do Partido.²¹⁸

Arruda Câmara foi eleito suplente de deputado federal pela Bahia na sigla do PCB, em 1945; em janeiro de 1947, elegeu-se deputado federal pelo PSP de São Paulo, ao lado de Pedro Pomar, mesmo sendo o PCB considerado ilegal e seus representantes cassados. Arruda e Pomar não perderam os mandatos por terem sido eleitos sob a legenda do PSP. Desde 1946, Arruda tornou-se membro do Comitê Central e da Comissão Executiva do PCB e era o “homem forte” do Partido, tendo elaborado, em 1946, o documento *Forjemos um poderoso partido comunista*, no qual apresentava as perspectivas do PCB como partido político. Foi, ainda, o responsável por outros documentos relativos à tática, aos objetivos e ao programa do PCB.²¹⁹

O grupo de Arruda ou o grupo liderado por Arruda foi o “núcleo de poder” que dominou o PCB entre os anos de 1943 a 1956 e dele faziam parte João Amazonas, Maurício Grabois, Carlos Marighella e Pedro Pomar, o grupo do cisma que provocou a formação do PC do B em 1962.²²⁰

O documento apresentado no Pleno do PCB, em janeiro de 1956, quando da convocação de Arruda para analisar a vitória de Juscelino Kubitschek e João Goulart, possibilita a identificação dos pressupostos de seu pensamento. No documento apresentado, apesar de privilegiar a “ação das massas”, que decorreria da ênfase na aliança operário-camponesa e da avaliação do “processo unitário das forças políticas presentes no movimento anti-golpista”, Arruda manteve os mesmos pressupostos do Programa de 54, o que para Santos significa a impossibilidade de romper a “courage ideológica” da visão conservadora que isolava os comunistas da realidade.²²¹

²¹⁸ CAVALCANTI, Pedro C. U.; RAMOS, Jovelino (Coor.). **Memórias do exílio**. Brasil 1964/1977. Lisboa: Editora Arcádia, 1976. p. 119 - 122; CHILCOTE, op. cit., p. 186.

²¹⁹ Ibidem, CHILCOTE, p. 99 - 100, nota 26, 313, 317, 337.

²²⁰ Idem, p.296 - 297; MORAES, op. cit., p. 121 - 126, 152 - 154.

²²¹ SANTOS, Raimundo. op. cit., p. 139 - 140.

Em 1956, Arruda Câmara foi convidado para visitar a China como parte das tentativas para enfrentar a hegemonia soviética sobre o PCB, depois de assistir ao XX Congresso do partido soviético. Retornou ao Brasil entusiasmado com a China, não trazendo a público, por decisão da cúpula do Partido, a denúncia dos crimes de Stalin, nem as questões levantadas sobre o “culto à personalidade” que surgiram no Congresso. Quando os fatos foram debatidos, no período de 1956 a 1957, as divergências tornaram-se acirradas, ocasião em que Arruda, João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, participantes do grupo conservador mais ligado a Prestes, ficaram isolados pelo “anti-stalinismo”, que passou a vigorar no Partido e perderam os cargos de dirigentes, embora ainda exercessem forte influência sobre muitos quadros partidários. O V Congresso do PCB, realizado em agosto de 1960, representou o rompimento com os stalinistas que então rejeitavam a política soviética de coexistência pacífica e se voltavam para a China comunista. A pequena facção liderada por Amazonas, Grabois e Pomar foi expulsa do PCB ao ser acusada de atacar sistematicamente “contra a unidade e disciplina do movimento comunista”, assumindo o poder o “grupo baiano”, liderado por Jacob Gorender e Mário Alves, enquanto Arruda Câmara era relegado à obscuridade e Prestes sobrevivia à custa da crítica das atividades e posições políticas anteriores. Embora a expulsão dos três tenha sido considerada um retrocesso para os chineses, o PCB acabou se dividindo, pois os dissidentes (exceto Arruda) formaram seu partido, o PC do B, pró-China, no começo de 1962. Chilcote entende que o grupo de Arruda foi conformista e se entrincheirou atrás de Prestes. Ele interpreta a perda de poder desse grupo pelo relativo distanciamento das bases do partido, fato que não lhes assegurou a permanência como dirigentes quando se defrontaram com a cisão do mundo comunista internacional. Do grupo, apenas Arruda e Giocondo Dias se mantiveram ligados ao PCB após a saída dos companheiros, diante do “longo tempo de militância, a lealdade e a confiança nos velhos princípios partidários”.

222

Embora Arruda Câmara tivesse perdido a posição hegemônica e fosse tido como stalinista, ainda mantinha a confiança do Comitê Central, sendo enviado ao Recife para apresentar a posição do PCB que condenava a política de “reconciliação” da militância de Pernambuco com o governo de Miguel Arraes. O Partido Comunista era muito ativo em Pernambuco e, por volta de 1957, participou do movimento nacionalista da Frente do Recife, apoiando a candidatura do marxista Pelópidas Silveira para prefeito, em 1955, e como vice-governador, em 1958; participou

²²² CHILCOTE, op. cit., p. 126,190, 294 - 297; SANTOS, op. cit., p. 153 - 154.

também da eleição de Miguel Arraes para prefeito do Recife, em 1959, e para governador em 1962. Apesar de Arraes realizar uma administração de esquerda e tolerar a atividade comunista, excluía, entretanto, os quadros desse Partido dos cargos dirigentes.²²³

Quando Arruda veio para Recife nessa ocasião, logo depois da criação do PCdoB, ele encontrou sua futura companheira, a artista plástica Terezinha da Costa Rego ou Tereza, como era conhecida, que assim descreve a atividade e a figura desse personagem:

Era uma época muito difícil... Eu conheci Diógenes aqui na SUDENE. Ele veio prestar uma assessoria a Artur Lima e Arraes nesse período. Aconteceu que todo mundo tinha curiosidade. Era um personagem que apareceu no Recife e que causava, muito, muito interesse entre as pessoas. Ele era um homem muito inteligente, muito charmoso. Ele chegou antes do golpe e ficou fazendo assessoria na SUDENE e na Secretaria de Planejamento, a Arraes... Ele assessorava uma porção de pessoas aqui...

Entretanto, Peralva, que disputara o poder ao lado de Agildo Barata, os chamados “reversionistas” e posteriormente expulsos do Partido, ao apresentar o perfil dos dirigentes do partido, mostra outra feição da personalidade de Arruda, embora seja considerado tendencioso por Chilcote. Em *O Retrato*, ele é descrito por Peralva como um dirigente “rude, abrupto e arrogante”, “semi-analfabeto, mas inteligente, com uma personalidade estranha”, explicando como ele passou a dominar o núcleo interno e a manobrar as atividades do Partido.²²⁴

O outro aspecto que demonstra a ambivalência em alguns tipos que se aproximam do romantismo revolucionário pode ser identificado em Arruda Câmara, através da preservação dos valores, da moral e das características de um dirigente de partido comunista, os quais podem ser identificados na leitura de *O Inconsciente: O episódio da prostituta em Que fazer? e em O subsolo*, artigo de Alain Besançon, cujo interesse é apresentar “uma contribuição da psicanálise à compreensão histórica da *intelligentsia*” dos anos 1960, na Rússia. Para esse autor, o romance *Que fazer?*, de Tchernichevski, tornou-se o “manual de perfeição do homem revolucionário”, e, após ter a leitura proibida na Rússia, passou a circular em cópias manuscritas servindo como “livro sagrado em ritos de iniciação de jovens niilistas”. Neste artigo o autor apresenta, também, a crítica de Dostoievski em *O subsolo*, ao analisar a concepção do “homem novo”,²²⁵ a concepção

²²³ Ibidem, CHILCOTE, op. cit., p. 272 - 273.

²²⁴ Ibidem, op. cit., p. 186, nota 43, 192.

²²⁵ BESANÇON, Alain. *O Inconsciente: o episódio da prostituta em Que fazer? e em O subsolo*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 33 – 34, 49 – 50; SCHNAIDERMAN, Boris. **Folha de São Paulo**, Folha Inéditos, São Paulo, 2 set. 2000. Schnaiderman, tradutor da obra de Dostoievski, comenta não só a obra desse autor como o romance traduzido para o português com o título *Memórias do Subterrâneo* ou *Memórias escritas num subterrâneo*. Ver edição em português:

de moral e o utilitarismo nesse romance. Besançon demonstra, no artigo citado, como esses dois romances, “nascidos sob uma forma local de opressão, mostram, num, como ela se reproduz; no outro, através de quais mecanismos suaves e inconscientes ela se perpetua”. O romance de Tchernichevski produz um impacto em Lenin e Plekhanov, os quais sabiam vários capítulos de cor, tornando-se a leitura preferida. Entretanto, Lênin desprezava *O subsolo* de Dostoievski e Stalin o proibiu.²²⁶

Embora Löwy e Sayre ressaltem não haver a possibilidade da existência de um romantismo revolucionário nos stalinistas, pode-se identificar o perfil do militante comunista ou do revolucionário russo na idéia romântica do “*homem novo*” em Tchernichevski ou “a outra face do homem novo, sua verdade” em *O subsolo* de Dostoievski. O depoimento de Dimitrov, citado por Besançon, ilustra a influência dessas leituras na moral e nos valores de comunistas, marxistas-leninistas ou stalinistas:

Durante meses vivi literalmente com os heróis de Tchernichevski. Rakhmetov era meu preferido. Estabeleci para mim mesmo, como objetivo, ser tão firme, tão senhor de mim, temperar minha vontade na luta com as dificuldades, subordinar minha vida pessoal à grande causa da classe operária, em uma palavra, ser como esse herói irrepreensível.²²⁷

A preservação dos valores morais da sociedade e da ética, em alguns casos, chega ao extremismo, uma característica também dos comunistas brasileiros, e que pode ser identificada no depoimento de nordestinos posteriormente exilados, nas restrições impostas a Suzana e Bruno Maranhão, por terem origem na elite pernambucana, e Liana Aureliano, por não ser virgem. Liana relata ter sido impedida a comparecer ao V Congresso do PCB por duas ou três bases do Partido e, ao solicitar o desligamento a David Capistrano e Gregório Bezerra, o pedido não foi

DOSTOIEVSKI. **Memórias escritas num subterrâneo**. Lisboa: Arcádia. 1965 (Obras completas de Dostoievski. vol. 2). Para Schnaiderman, o herói de Dostoievski é um “anti-herói (como ele mesmo se define) enojado em face da hipocrisia que impera na sociedade em que vive”... “Suas memórias são uma espécie de vômito, um protesto contra o raciocínio e a mentalidade positivista que imperava em meados do século XIX.” Embora no estudo citado Schnaiderman cite Besançon, que identificou nessa obra elementos trabalhados por Freud, ele chama a atenção para o detalhe de que “o romance apareceu em 1864, muito antes de Sigmund Freud expor a sua teoria do inconsciente e de explicar o ‘mal-estar na cultura’”.

²²⁶ Nicolai Tchernychevski (1828-1889), também exilado por 19 anos, concebeu a “literatura como meio de ação social”. Seu romance *Que fazer* (1863) foi “a bíblia da juventude revolucionária” da Rússia. (TCHERNYCHEVSKI, Nicolai. In: NOVÍSSIMA Enciclopédia Delta Larousse, v.7, Rio de Janeiro, 1982). Com o mesmo título do romance, Lênin publicou, em março de 1902, um artigo analisando os problemas do socialismo, indicando a estratégia a ser adotada. Ver LÉNINE, V. I. **Que Fazer?** Lisboa: Avante, 1977. (Obras Escolhidas, v 1). p.79 – 214).

²²⁷ BESANÇON, op. cit., p. 34.

aceito, tendo estes insistido no seu comparecimento a uma reunião para discutir o assunto, fato que não aconteceu em consequência do desencadeamento do golpe.²²⁸

Entretanto, o comportamento e a postura dos comunistas despertavam a motivação para o engajamento político, fato identificado pela irmã de Frei Tito ao comparar a atividade dos estudantes envolvidos com a militância no Partido Comunista e na Ação Católica:

Foi exatamente a época em que se constituiu aquela coisa: Por que os cristãos católicos não tinham a liderança, essa liderança que os comunistas tinham na época? Porque naquela época, justiça seja feita, havia uma mística nos comunistas. Era quase como uma religião também. Então eles tinham que ser os melhores alunos; tinham que dar o exemplo; tinham que tirar seis, ter a melhor conduta, ter a melhor postura, então como eles faziam oposição ao sistema governamental, ao sistema organizado, e apresentavam propostas também, então o discurso deles era um discurso que empolgava mais do que o discurso do cristão.

A postura política dos militantes e o movimento nacionalista definido pela proposta do PCB, a partir da Declaração de Março de 1958, conseguiam atrair muitos intelectuais e estudantes, mesmo que não fossem militantes do Partido. Embora o Partido Comunista não dispusesse de registro legal nos anos 1960, a defesa da política nacionalista e das “reformas de base” conseguia mobilizar diferentes segmentos da sociedade brasileira, mesmo setores ligados à indústria nacional. Segundo Pécaut, a defesa das teses nacionalistas e a possibilidade da “revolução brasileira” ser realizada de forma pacífica “gerava uma espécie de senso comum a partir do qual se reconheciam os intelectuais progressistas; mesmo que alguns duvidassem da validade dessas teses, eram obrigados a se posicionar com relação a elas”. Em torno do Partido Comunista e de sua interpretação do nacionalismo, formou-se toda uma cultura política singularmente fecunda, que se firmou, sobretudo após 1960, e sobreviveu ao golpe de Estado de 1964.²²⁹

O nacionalismo romântico predominou na nova geração de comunistas, cuja motivação para a militância política, além do desejo de lutar pela defesa dos interesses nacionais e contra a desigualdade social, também recebeu influência da tradição familiar. O marxismo de Frank Algot Eugen Svensson teve origem na educação recebida de pais europeus, embora tenha nascido em Belo Horizonte, em 1934. O casal veio da Suécia para o Brasil, em 1928, para a cidade de Belém no Pará, onde o pai de Svensson passou a trabalhar como missionário evangélico da Igreja

²²⁸ Para exemplificar “o clima moral vigente no Partido” esse fato também é relatado em VENTURA, Zuenir. **O ano que não terminou:** a aventura de uma geração. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988. p. 37 – 38.

²²⁹ PÉCAUT, op. cit., p. 141.

Assembléia de Deus e, concomitantemente, numa tipografia como vendedor de livros, sendo, já nessa época, “uma pessoa bastante politizada, sindicalizado e social democrata”. Em decorrência dessas origens, Svensson trouxe consigo uma dualidade de identidade nacional bastante presente na sua existência, pois o pai queria conquistar os brasileiros para seu objetivo, mas, na intimidade do lar, os valores eram “muito suecos”. Apesar de incorporar os valores de culturas diferentes, Frank Svensson “decidiu ser brasileiro” cumprindo o serviço militar na Força Aérea Brasileira e, posteriormente, graduando-se em Arquitetura. Após a morte do pai, a mãe retornou para a Europa, mas ele permaneceu no Brasil.

A motivação de Frank Svensson para a política surgiu não só da tradição familiar e religiosa como também da constatação da desigualdade social com a qual conviveu durante a atividade do genitor:

Então, eu convivi como filho de pastor de olhos azuis, galego como dizem no Nordeste, com uma população muito pobre. Em Minas Gerais conheci a pobreza sem participar dela intensamente, mas conheci de perto e isso despertou, além da herança de meu pai que tinha sido aficcionado do trabalhismo getulista... Eu me lembro que ele recomendou aos membros da Igreja que votassem no Fiúza, não era do Partido, era um aliado, mas ele achava que eles tinham uma linha mais trabalhista, mais próxima. Meu pai esteve um tempo, antes de vir ao Brasil, também na Inglaterra... Então havia uma visão de mundo, assim, bastante aberta, arejada. Quando meu pai morreu, em 59, eu já estava na Universidade e começando a perceber que essa busca do conhecimento, do desconhecido, através da prática religiosa perfeitamente respeitada, não me dava resposta para certas questões em nível de sociedade. E, aos poucos, eu fui excluído da Igreja sob a alegação de minhas idéias socializantes. Eu já tinha entrado para a Universidade, entrei para o Diretório Acadêmico e, de repente, me vi, do ponto de vista mais psicológico, me vi tremendamente só. Mas, do ponto de vista de reflexão, eu ia me aproximando cada vez mais daquele conhecimento que favorecia a classe trabalhadora e outros desfavorecidos, também. Naquela época, a política estudantil, isso eu entrei para a Universidade em 58, não era tão marcada pelas posições humanistas que hoje caracterizam a centro-esquerda deste país. Elas refletiam, muito mais, a polarização mundial entre os dois grandes blocos, e a gente ia de noite escutar a Rádio Moscou para ver a outra versão da realidade, coisas desse tipo.

Os valores e a moral do “homem novo” também transparecem em Svensson, pois, além do posicionamento político, sua atitude “profissionalista” foi muitas vezes criticada pelos companheiros de trabalho, mas passou a ser recomendada pelo PCB, principalmente a partir de 1968, durante o regime militar, tornando-se indispensável para o comunista ser bom profissional. Sobre este assunto, Svensson informa que vários intelectuais escreveram “uma compilação, um pequeno livro”, juntamente com outros intelectuais, que se tornou, “uma linha política” para intelectuais e estudantes, recebendo a assinatura de Nelson Werneck Sodré que “tinha tempos mais fáceis”, do que os outros autores.

Diante dessa postura política, Svensson optou pelo convite para trabalhar na SUDENE logo após concluir o curso de Arquitetura em Minas, pois “queria como que sentir o Brasil, mesmo na sua crueza”, em lugar de permanecer em Brasília para cursar pós-graduação em Arquitetura. A proposta de criação de uma Universidade Operária para formação profissional de trabalhadores da metalurgia na Vale do Rio Doce, sediada em Governador Valadares, granjeou-lhe um prêmio na Bienal de São Paulo. Embora a Universidade não tenha sido criada, a idéia repercutiu e foi convidado para trabalhar na SUDENE.

No Recife, Frank Svensson participou do primeiro curso do PCB, ministrado por Apolônio de Carvalho nos fundos de uma carpintaria, à noite, para onde os militantes se dirigiam discretamente. A primeira reunião que freqüentou foi dirigida por Agildo Barata, falecido posteriormente num desastre de avião, quando se dirigia a Carajás com Marcos Freire, o qual era presidente da Juventude Comunista, em Belo Horizonte. Svensson passou a assistir às reuniões, chegando a dirigir uma sessão do Sindicato dos Bancários a pedido do Partido diante da impossibilidade do convidado comparecer. Ele explica que, com a anterior “experiência de Igreja, esse negócio de reunião” não lhe era “muito estranho”, saindo-se bem. Entretanto, foi o contato com Mário Alves que lhe tirou as dúvidas e estereótipos em relação à imagem do militante comunista.

Eu o achei muito simpático, sábio, muito calmo. E fez uma exposição muito lógica... Porque eu tinha uma série de imagens distorcidas do que era comunismo e comunista. O comunista devia ser uma pessoa inflamada. Ele não. Ele era calmo e me cativou enormemente.

O “marxismo romântico” do segmento mais jovem de estudantes que foi posteriormente para o exílio, também teve motivação política originada na tradição política dos pais, pois alguns são filhos de militantes do PCB ou oriundos de família progressista e aberta, como os cearenses João de Paula Monteiro, Carlos Timoschenko e Pedro Albuquerque Neto e a pernambucana Liana Aureliano.

João de Paula Monteiro, ao narrar o envolvimento com a política, considerou-a “meio hereditária”, pois seu genitor, pequeno comerciante de Crateús, município do interior do Ceará, era membro do Partido Comunista, em cuja loja “se dava grande parte da vida política da cidade”.

E aquilo tinha para mim uma atração muito grande. Eu identificava aquelas pessoas, e aí com um destaque, evidentemente, na figura de meu pai, como lutadores pela

transformação de nossa sociedade, que eu na minha coisa de criança, já percebia como muito injusta. Via a miséria dali no balcão do meu pai, nos pedintes, nas pessoas que desfilavam nas praças de Crateús, nas dificuldades dos agricultores. Então eu diria que a minha motivação social e política mais precoce foi essa. Eu localizo aí a origem da minha motivação, do meu interesse pela vida social e política.

Os pais de Carlos Timoschenko eram operários e militantes do Partido Comunista, os quais lhe propiciaram uma educação de classe média na infância, pois primavam pela educação dos filhos, mas os problemas familiares e econômicos surgiram quando o pai se tornou alcoólatra em consequência da morte da esposa. Diante disso, os filhos passaram a residir com as tias e Timoschenko casou-se aos dezesseis anos, deixando de estudar para trabalhar. Como persistisse o desejo de voltar aos estudos, buscou recuperar o tempo perdido, conseguindo concluir o 2º grau e, logo após, submeteu-se a concurso para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, tornando-se servidor público. O engajamento político é por ele interpretado, também, como uma reação às injustiças sociais em consequência da política imperialista dos países Centrais, pela exploração e o lenocínio de jovens procedentes do interior do Estado do Ceará:

Eu, por ser filho de operário, vivi as injustiças e passei a conviver com isso muito cedo. Meu pai era comunista e sempre dizia: “Oh! Quando você vir um homem grande e branco, esse é um americano que vem tirar as coisas do Brasil”. Naquela época da Aliança para o Progresso eu era pequeno, mas me lembro. E, desde pequeno eu venho vendo esse lado da exploração do imperialismo, do capitalismo contra o Brasil e os países subdesenvolvidos. Aí, entrei na Secretaria de Segurança e, felizmente, não sei bem, fui trabalhar na Seção de Lenocínio e de Entorpecentes e daí eu entrei para a Faculdade de Direito. Então, eu vi o lenocínio crescendo demais. Num dia tinham seis, cinco prostitutas inscritas, de repente tinham mil. Aí, eu perguntei: “Por que essa razão?” Comecei a investigar lá dentro mesmo da polícia o porquê disso. Eu cheguei à conclusão de que era exploração. Os próprios policiais, alguns, traziam mulheres do interior pra trabalhar e botavam nos cabarés, e passei a denunciar isso na Faculdade de Direito. Aí, o pessoal viu que eu não era simplesmente um policial, eu era um lutador social. Eu vivia pelas causas do povo, da pobreza e me requisitaram para fazer parte da ALN.

As lutas contra o imperialismo também motivaram o engajamento político de Pedro Albuquerque Neto no PCB quando na adolescência e, também, pela tradição de pais militantes. Por volta de 1959, aos 15 anos, passou a se envolver com intensa atividade política e cultural, comprometendo-se com a transformação da realidade social, conforme pode ser constatado no seu relato:

Nós andávamos todos com a fitinha verde-amarela no peito, porque naquela época a luta era uma luta antiimperialista e a gente tinha o CLEC, tinha a Juventude Comunista e tinha a Frente Nacionalista Inicial. Essas eram as três frentes nas quais eu trabalhava, além

da área da cultura também. O cinema de Fortaleza era a atividade onde a esquerda sempre estava presente.

Em 1961, aos 16 anos, Pedro abandonou os estudos no Liceu do Ceará e fugiu para o Recife com dois amigos, para trabalhar nas Ligas Camponesas com Julião e na campanha de Miguel Arraes para Governador, viajando pelo interior de Pernambuco, ocasião em que passou a conhecer melhor essa região do que a do Ceará, seu Estado de origem. Após a eleição de Arraes e concluir os estudos secundários no Recife, retornou a Fortaleza, em 63, para estudar na antiga Escola Industrial de Fortaleza, hoje CEFET, no Curso de Estradas, onde organizou uma célula (base) do PCB, no momento em que este partido já controlava, no plano nacional, a União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais (UNETI). Pedro tornou-se secretário executivo da UNETI em Fortaleza, e posteriormente, após a organização desta entidade no plano estadual – que se chamou UETIC, União Estadual dos Estudantes Técnicos Industriais, foi seu presidente.

A abertura do ambiente familiar, acompanhada da formação religiosa, também estimulou o engajamento político das pernambucanas Elivan Rosas e Liana Aureliano no Partido Comunista. O engajamento político de Liana Aureliano, como o dos personagens citados, ocorreu muito cedo, aos 15 anos, por ter origem em uma família sensível às questões sociais, e ligada à tradição católica, cujo pai era médico com “sólida formação intelectual, um homem de esquerda bastante progressista”. Diante disso, Liana passou a conviver desde cedo com um ambiente em que se discutia política, tornando-se uma das lideranças mais expressivas do meio estudantil nesse período.²³⁰

E foi exatamente isso que me levou para o Partido Comunista. Porque eu era muito católica e a injustiça social me doía muito. Comuniquei a um padre, meu amigo ainda hoje, eu ia entrar para a Juventude Comunista, e ele disse: ‘Claro, você tem que entrar, ali é o lugar onde o cristão deve estar’. Mas depois, no curso da minha militância, deixei de ser católica. Acredito, portanto, que as influências principais que me fizeram entrar para o Partido Comunista foram essas: uma casa onde se discutia muito política e o meu cristianismo. Foi isso que me levou ao Partido: a busca de uma utopia, de um mundo melhor.²³¹

²³⁰ GOUVEIA, Oserias Ireno. **Os (des) caminhos da utopia**. 2001. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. p.102.

²³¹ *Ibidem*, p. 113.

Além da família e da formação religiosa, os valores éticos decorrentes dessa tradição cultural também provocaram o engajamento de Elivan Rosas, cujas preocupações políticas levam-na, juntamente com outros colegas, a procurar o Partido Comunista. Assim, Elivan Rosas explica sua motivação política diante da constatação da desigualdade social em sua cidade:

Essas pessoas eram ou não meus irmãos? Eram pessoas com quem eu tinha deveres de fraternidade. Com quem eu devia ter atos de caridade. Depois eu passei a contestar a própria caridade, porque a caridade era somente um paliativo, que supria determinadas coisas momentaneamente, mas que não resolvia a vida dessas pessoas no essencial. Então, nesse período, eu vivi dividida entre mim própria, na minha formação de pequeno-burguesa, e as coisas que me perturbavam e que estavam à minha volta. Eu era uma pessoa que freqüentava a sociedade. Estava sempre nas colunas sociais, em chás no Clube Internacional, coisas assim, extremamente fúteis e, ao mesmo tempo, tinha sensibilidade. A situação do povo sempre me sensibilizava e eu sentia uma tristeza muito grande. Essa divisão foi seguindo vida a fora até que eu fiz um cursinho pré-vestibular para arquitetura e, entre os colegas, me aproximei de uns quatro que foram muito importantes para minha cabeça. Eram rapazes pobres, que trabalhavam de dia e estudavam a noite. Nós divagávamos muito, nos intervalos dos estudos, sobre problemas sociais, problemas políticos, etc... Então a gente dizia: “Será que não existe um Partido Comunista? Deve existir qualquer coisa por aí que a gente possa encontrar”. Chegamos a fazer pichações de nossa própria cabeça, escrever coisas nos muros, achando que assim podíamos alertar as pessoas. Achávamos que as pessoas não tinham uma postura comunista porque ignoravam aquelas coisas, estavam entretidas, não prestavam atenção aos problemas da sociedade e da vida. Enfim, acabei sem entrar para a arquitetura. Então, fiz vestibular para o curso de Economia e depois entrei na roda-viva da política.²³²

O nacionalismo, como um dos elementos do romantismo revolucionário surgido no Brasil, pode ser identificado no conteúdo do discurso da maioria desses personagens como mais um indício da motivação para o engajamento político de uma geração de jovens ainda estudantes no Partido Comunista. Esta foi a experiência de Nelson Rosas que ocorreu após a mudança para Recife, em 1958, através do grupo com o qual se preparou para o vestibular. Nessa ocasião, passou a se envolver com discussões políticas e de conteúdo nacionalista, aceitando o ideário comunista ao entrar na Escola de Engenharia, situação que o levou a romper “definitivamente com a religião”. Como a inquietação, tanto de ordem política como filosófica, as explicações e a prática religiosa já não representassem uma solução, Nelson Rosas buscou “outra alternativa” ao ingressar no PCB através da Juventude Comunista, pois, no Recife “se falava muito em comunismo”. E, assim, buscou o aprofundamento do assunto em *O ABC do Comunismo*, de

²³² Ibidem, p. 101.

Bukharin, e no *Curso de Filosofia*, de Georges Politzer, as leituras circulantes no meio estudantil.²³³

Embora as idéias fossem aceitas pelos militantes, permaneciam o mito e o preconceito em relação aos comunistas, através de imagens e valores incorporados pela tradição religiosa e conservadora. Ao procurar contato com os comunistas na Escola de Engenharia e na cidade do Recife, Nelson Rosas encontrou “em vez de operários barbados, um grupo de jovens alegres”, sendo este o primeiro contato com a Juventude Comunista, e assim, entrou no PCB, em 1962. Como o grupo na Universidade fosse muito pequeno, um ajuntamento de uns quinze a vinte jovens sem muita capacidade organizativa, o grupo de Nelson Rosas formou a base do Partido na Escola de Engenharia e esse embrião original, por ocasião do golpe militar já estava composto de 40 militantes, transformou-se numa organização extremamente ativa.²³⁴

Apesar das leituras dos autores citados e que circulavam entre os comunistas, diante da inexistência de um operariado, o discurso e a prática política dos estudantes ligados às organizações estudantis do PCB se voltavam para a expectativa de encontrar nos trabalhadores rurais ou camponeses do Nordeste o segmento que conduziria a sociedade à transformação socialista.

Ao entrar para a Faculdade de Ciências Econômicas, Elivan conheceu Nelson Rosas e começou a ler os livros que ele enviava, persistindo, entretanto, um preconceito com relação aos comunistas, pois os achava “anticlericais”, anti-religiosos e ateus, embora ela mesma não se definisse como uma pessoa religiosa. Entretanto, ao participar de debates com outros estudantes, chegou à conclusão de que estas eram questões secundárias: “verifiquei que o fundamental, o essencial de um partido político era de fato a política, tanto a ideologia quanto a política propriamente dita”. Portanto, a motivação política de Elivan Rosas foi despertada ao perceber a dicotomia que existia em seu pensamento diante dos ensinamentos religiosos baseados, fundamentalmente, na caridade, igualdade, fraternidade e a constatação da “condição social” em que vivia a maior parte das pessoas que a rodeavam.

Para a pernambucana Susana Maranhão, a ruptura, inicialmente, se deu no campo religioso, após a estadia nos Estados Unidos, onde realizou um curso com duração de um ano, quando começou a refletir e comparar a realidade desse país com a realidade brasileira:

²³³ Ibidem, p. 199.

²³⁴ Ibidem, p. 110.

Eu que era uma pessoa extremamente católica, lá, onde o catolicismo é minoria, passei a achar que não existia essa coisa de verdade única. E, quando voltei, já estava absolutamente sem religião. Então foi nos Estados Unidos que se abriu uma porta em mim para os questionamentos. Voltei pouco antes do golpe... O golpe teve o efeito de apressar a minha definição pela esquerda, e por isso entrei de cara na política estudantil. Acho que o golpe me desnudou.²³⁵

Bruno Maranhão é mais um personagem que relata como a formação familiar e o choque com a percepção da espoliação do trabalhador rural provocaram as motivações para seu engajamento político. Bruno Maranhão assim relata como a percepção da realidade vivida provoca o engajamento político no PCB:

Eu me criei numa casa da aristocracia canavieira pernambucana... E fui educado com um certo sentimento cristão de justiça, por parte de meus pais, que, embora fossem pessoas, digamos assim, da elite pernambucana, tinham um sentimento de justiça social. Tinham uma postura assistencialista em relação às pessoas do engenho. Com 20 anos entrei para a Escola de Engenharia e comecei a conviver com o pessoal da esquerda, ligado ao partido e à Ação Popular. Aí vem o lado da consciência. Logo no primeiro ano do curso, voltei a ir para o engenho, e comecei a ver que aquelas pessoas da minha infância, com idade igual à minha, agora com 20, 21 anos, já eram uns velhos, sem dentes, lascados, me chamando de senhor. Então eu via aquilo e me chocava. Aqueles amigos meus de molecagens de menino, me chamando de senhor, aquela deferência, aquela distância. E a miséria em que viviam... Saiam para trabalhar muito cedo, todos com as mãos cheias de calos. Foi um choque.²³⁶

Ao ingressar na Escola de Engenharia da UFPE, a política estudantil não despertou o interesse de Bruno Maranhão, que preferiu, inicialmente, trabalhar no meio rural, mas só conseguiu se filiar ao PCB em 1965, pelo fato de pertencer à elite canavieira de Pernambuco, sofrendo restrições por parte da militância do PCB, que lhe dificultou o acesso ao quadro do Partido, tendo que “derrubar a porta do PC para poder entrar”, embora já se envolvesse, também, com a Ação Popular.

A motivação para a militância de Aécio Gomes de Matos foi despertada pelo interesse intelectual, buscando estabelecer relacionamento com pessoas que tivessem envolvimento com questões políticos e culturais. Aécio é filho do comerciante Ezael Rodrigues de Medeiros e Maria Gomes de Matos, tendo nascido no Município do Crato, no Ceará, em 1941. Já era estudante da Escola de Engenharia na Universidade Federal de Pernambuco no período que antecedeu o golpe, desenvolvendo a atividade política no Diretório da Faculdade. Nesse momento, apesar de ser

²³⁵ GOUVEIA, op. cit. p. 98.

²³⁶ Ibidem, p. 97.

ainda muito jovem, começou a tomar conhecimento da realidade brasileira no ambiente da Universidade, através das informações obtidas com os próprios colegas, considerando-as “muito motivadoras para o desenvolvimento de um processo político”, filiando-se, posteriormente, ao PCB.

Raros eram os estudantes comunistas, como Manuel Messias, que, embora não tivesse terminado a Faculdade porque relegou os problemas pessoais em função da atividade política, tinha já uma visão política formada na Europa, principalmente em Moscou, onde cursou Economia e Filosofia, na Escola Superior do Partido Comunista. Também estudou Economia na Alemanha, na França e no Chile. Manuel Messias já percebia as dificuldades de sustentação teórica do sistema socialista desde a primeira vez em que esteve na União Soviética, em 1960.

Através da análise dos relatos dos estudantes, pode-se identificar que a passagem para o comunismo ou para as organizações da esquerda dava-se através da formação familiar, fosse esta uma motivação religiosa ou uma consequência da militância dos pais no Partido, e, também, o resultado da constatação da desigualdade social na Região. O peso dessa tradição provocava a nostalgia diante da convivência com uma realidade, em que os valores incorporados no passado entravam em contradição com a situação constatada no presente, ou seja, valores éticos, sociais, culturais, uma característica dos românticos, em oposição aos “valores quantitativos” que identificavam na sociedade nordestina, onde predominavam o “cálculo racional mercantil do valor de troca”, do preço e do lucro em detrimento dos direitos do ser humano.²³⁷

As Ligas Camponesas e Julião: do socialismo utópico ao romantismo jacobino-democrático

O movimento pela posse da terra que passou a ser conhecido como Liga Camponesa surgiu em Pernambuco, mas foi se alastrando pela Paraíba, Sergipe e outros Estados. A primeira Liga Camponesa organizou-se no Município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, no Engenho Galiléia, quando seu proprietário, Oscar de Arruda Beltrão, ao transferir a residência para o Recife, dividiu as terras do Engenho entre os moradores (umas 140 famílias), os quais lhe passaram a pagar foro em produtos ou dinheiro. O administrador do Engenho, José Francisco de Souza, o “Zezé da Galiléia”, fundou uma Associação com José dos Prazeres, líder dos camponeses do Engenho, ex-militante do PCB no Recife, a qual, além da finalidade de “comprar caixão de defunto, adquirir sementes e contratar professora”, tinha também o objetivo “de obter

²³⁷ Cf. LÖWY, Michael. **Para uma Sociologia dos intelectuais revolucionários**: a evolução política de Lucács (1909-1920). São Paulo: LECH, 1979. p. 38.

recursos para construir escola e garantir assistência médica e jurídica para os camponeses”. Fundada em 1º de janeiro de 1955, a Associação foi reconhecida como Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), com estatutos redigidos pelo juiz da Comarca de Vitória de Santo Antão, Dr. Rodolfo Aureliano, tendo como Presidente de Honra Oscar Beltrão, o proprietário da terra.²³⁸

Ao assumir a direção do Engenho, o filho do proprietário resolveu substituir as plantações dos moradores por pastagens e criação de gado, convencendo o pai a extinguir a Sociedade. Os agricultores não concordaram e, organizados em Comissão, dirigiram-se ao Governador Cordeiro de Faria e à Assembléia Legislativa do Recife, onde Francisco Julião Arruda de Paula (Julião), advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), concordou em defendê-los sem cobrar honorários. Como a causa na Justiça demorasse bastante tempo, Julião decidiu trabalhar o lado político, conseguindo aprovar na Assembléia Legislativa o projeto de desapropriação das terras do Engenho, de autoria do deputado Carlos Luís de Andrade, o qual foi sancionado pelo usineiro Cid Sampaio, da UDN, então governador de Pernambuco, tendo como Secretário da Fazenda Miguel Arraes. Diante desse acontecimento, a associação ganhou destaque na imprensa local e nacional.²³⁹

Francisco Julião veio de uma família de latifundiários, cujo pai herdou um dos engenhos mais modernos de Pernambuco, possuindo caldeira importada da Inglaterra e terras de boa qualidade. Diante da crise que o País atravessava nos anos 1930 e, posteriormente, com o surgimento das usinas, o engenho entrou em decadência. Para contornar as dificuldades econômicas, ao concluir o curso ginásial com 18 anos, Julião abriu uma escola primária para meninas com um colega. Como a escola tinha poucas alunas e a maior parte delas era pobre, eles dispensavam a mensalidade, tendo de compensar as despesas com aulas particulares de Matemática, Francês e História. Portanto, para enfrentar esta situação, teve de abrir mão do interesse em cursar Medicina, optando pelo Curso de Direito, em 1939, o qual admitia a presença facultativa. Julião já se considerava de esquerda ao entrar para a Faculdade, por ser iniciante da leitura das obras de Marx e Engels, embora não tivesse tempo para a militância estudantil, fato que não impediu sua prisão pelo DOPS, no período da ditadura de Vargas, quando foi

²³⁸ LEMOS, Francisco de A op. cit., p. 13 - 15; MARTINS, José de S. Op. cit., p. 76; SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador.** Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. (Perfil Parlamentar, v. 8). p. 27 - 33.

²³⁹ LEMOS, op. cit., p. 16; SANTIAGO, op. cit., p. 27 - 29.

interceptada uma carta que enviara a um colega, na qual elogiava Marx. Diante disso, permaneceu preso por um dia e uma noite durante o Estado Novo, no Departamento de Ordem Política e Social, sendo considerado “um estudante com idéias exóticas, não um subversivo perigoso”, após ser revistada sua casa, onde encontraram como “prova” os livros *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, e *Jesus Cristo é um Mito*, de J. Balmes.²⁴⁰

Ao concluir o curso de Direito, em 16 de dezembro de 1939, Julião iniciou a atividade profissional em um escritório de advocacia, defendendo camponeses diante do conhecimento das injustiças que presenciara na infância, entre elas a prática do “cambão”.²⁴¹ Embora o trabalho trouxesse satisfações pessoais, não lhe trazia dinheiro e, para garantir a subsistência atuava como advogado em causas de desquites, investigação de paternidade e defesa de prostitutas.²⁴²

Os instrumentos de luta de Julião eram o Código Civil e a Bíblia, apesar de ser deputado do Partido Socialista Brasileiro, assim justificando sua atitude: “O primeiro, como condição essencial para lidar com o legalismo arraigado dos camponeses. A segunda, para aproveitar a religiosidade (eivada de misticismo) deles”. Como o essencial para ele era conhecer o mundo dos camponeses, do seu cotidiano, entendia que não bastava “pensar no camponês e oferecer a solução correta para libertá-lo”, propondo um envolvimento mais profundo através da convivência e da participação do seu cotidiano, de sua vida. E, assim, Julião adotava como condição indispensável para conquistar a adesão do camponês ou do trabalhador do campo, a aceitação de “seu individualismo, o seu imediatismo e o seu misticismo”.²⁴³

A visão de mundo de Julião tem semelhanças com o romantismo do personagem principal do livro de Goethe intitulado *Os Sofrimentos do Jovem Werther*²⁴⁴, e na explicação de Russell

²⁴⁰ SANTIAGO, op. cit., p. 37 - 41.

²⁴¹ LEMOS, op. cit. p. 22, explica que o “cambão” era um velho costume de exploração feudal que consistia no trabalho gratuito ao dono do engenho, como forma de pagamento do foro, ou seja, do aluguel da terra em que residia e plantava culturas de subsistência. Os camponeses lutaram para eliminar a prática do “cambão”, substituindo-o pelo pagamento, tanto do foro quanto do trabalho, sempre em dinheiro, com a proposta do trabalhador rural receber os dias trabalhados com base no salário mínimo e pagamento, em dinheiro, do aluguel da terra que utilizasse.

²⁴² Ibidem, p. 42 - 46.

²⁴³ Ibidem, p.56.

²⁴⁴ GOETHE, op. cit., p. 153. No Posfácio desse livro, Erlon José Pascoal explica que esta obra se tornou uma verdadeira expressão de sua época, pela força poética da linguagem de Goethe e por captar a necessidade de

para o idealismo romântico, embora esse último não identifique especificamente um autor, mas que pode ser entrevisto na leitura desse livro.

Daí surge a noção idealizada do camponês, que arranca do seu pedaço de terra um viver miserável, mas que é recompensado por ser livre e não corrompido pela civilização urbana. Atribuía-se uma virtude especial ao fato de estar perto da natureza. A espécie de pobreza aprovada era essencialmente rural. O industrialismo era anátema para os primeiros românticos, e é verdade que a revolução industrial produziu muita feiúra, tanto social como física.²⁴⁵

Como os românticos revolucionários do século XIX, o romantismo de Julião assumiu, na liderança das Ligas Camponesas em Pernambuco, conotações, em determinados momentos, de um “socialismo utópico-humanista” e, noutros, as características de um romantismo do tipo “jacobino-democrático”. Essa, para Löwy e Sayre, é uma característica de alguns românticos como Heine, que, por um período, se aproximou de Marx e, embora estivesse tentado a se engajar no comunismo, nunca aderiu a essa doutrina. Shelley também é citado como outro representante do “extremo limite do romantismo jacobino-democrático”, que se transmuta em outro tipo de “revolucionário-utópico”. Nestes dois autores, a visão do mundo está em vias de mudar, fato que diferencia seus últimos representantes dos que os precederam.²⁴⁶

Os elementos do tipo do romantismo “jacobino-democrático” podem ser identificados em Julião desde o período anterior ao golpe militar, pois aspirava de modo radical e explícito à abolição do capitalismo e ao advento de uma utopia futura. Logo após visitar Cuba pela primeira vez, ao acompanhar o presidente Jânio Quadros, em 1961, passou a adotar os *slogans*: “Reforma agrária na lei ou na marra” ou “Reforma agrária ou revolução”, contrapondo-se à proposta do PCB, que propunha uma reforma agrária que seria realizada através de etapas e de reformas parciais. Ao mesmo tempo, em Julião pode ser identificado, também, um tipo de “socialismo utópico-humanista”, por defender o papel do camponês no processo revolucionário, em lugar do proletariado industrial defendido pelos comunistas, pois, para ele, o camponês era diferente do operário na maneira de pensar.

transcendência que agitava os espíritos juvenis, passando a servir de referência comportamental a quase toda a juventude européia. Neste livro são apresentados os conflitos entre o amor e o casamento, a relação com a natureza e o homem do campo, como também são postos em xeque o sentido da moralidade, as conveniências impostas pela sociedade e a força irracional da paixão.

²⁴⁵ RUSSELL, op. cit., p. 332 - 333.

²⁴⁶ LÖWY ; SAYRE, op. cit., p. 116.

O seu mecanismo de ação se ajusta à sua maneira de viver. Isolado com a mulher e os filhos, traz o pensamento voltado para a terra que absorve as suas energias, limita os seus passos e dita a sua conduta. Se a terra lhe pertence, luta desesperadamente para não perdê-la, e, em caso contrário, sempre alimenta a esperança de chegar um dia a possuí-la. É que a terra é a sua vida. O operário, ao contrário, trabalha ao lado de dezenas e centenas de outros companheiros de igual categoria. A fábrica não é seu objetivo imediato, mas o salário e outros direitos, como o horário de trabalho, o repouso semanal remunerado, as férias, a estabilidade e a aposentadoria. Seu pensamento está dirigido para os demais companheiros com os quais convive diariamente e de cuja solidariedade necessita para não perder os direitos que ganharam juntos.²⁴⁷

Portanto, as Ligas Camponesas de Pernambuco que, inicialmente, apresentavam reivindicações de conteúdo legalista, após a visita de Francisco Julião a Cuba, passaram a adotar pressupostos socialistas, tornando-se a primeira organização de esquerda a defender uma das “idéias-chave” dos anos 60, ou seja, “o papel principal dos camponeses na revolução socialista”, em detrimento da “função revolucionária hegemônica”, que era atribuída ao proletariado pelo marxismo e defendida pelo PCB.²⁴⁸

Na Paraíba surgiu a segunda Liga Camponesa do Nordeste, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, fundada em fevereiro de 1958, em reunião realizada no Grupo Escolar Gentil Lins, vinculando-se à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada pelo Partido Comunista, em 1957. Essas associações organizadas na Paraíba recebiam influência das Ligas de Pernambuco, tinham caráter civil e estatutos, nos quais constava a proibição de discutir política partidária ou ideologia ou, ainda, pregação religiosa e qualquer tipo de discriminação. Como cada município tinha uma associação e havia problemas idênticos, foi organizada a Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, no dia 25 de novembro de 1961, com a representação de 14 associações. Esse “movimento unificado” contava com o apoio de operários, estudantes, intelectuais, jornalistas e camponeses. A criação das Ligas criou dificuldades para usineiros e latifundiários, os quais passaram a adotar a violência para amedrontar os trabalhadores rurais, situação que provocou, na Liga de Sapé, o aperfeiçoamento do processo de organização. Assim, em 1961, foi criada a “figura do Delegado”, o qual era escolhido democraticamente pelos camponeses dentre os mais atuantes e se transformou numa extensão da diretoria das Ligas. A partir de 1962, com o aumento da confiança dos camponeses na Associação, consolidou-se o entendimento “de que o mais

²⁴⁷ JULIÃO, F. In: SANTIAGO, op. cit., p. 56 - 57.

²⁴⁸ LEMOS, op. cit., p. 19, 135; MARTINS, op. cit., p. 89, 90.

importante seria a Liga, e não as pessoas”, não sendo permitido o “culto à personalidade”, o que, segundo Lemos, se tornou uma “verdadeira disciplina militar”.²⁴⁹

As Ligas da Paraíba atuavam, também, nas propriedades dos usineiros, cujas terras não eram utilizadas para o cultivo da cana-de-açúcar, mas depois, tomaram outra orientação. Enquanto, em Pernambuco, os trabalhadores rurais lutavam pelo direito à Legislação Trabalhista, na Paraíba, a luta se voltava para o direito de plantar e colher nas terras arrendadas com pagamento do “foro com o cambão”. Nas lutas para eliminar essa prática feudal, durante as reuniões da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, era escolhida a região a ser objeto da investida dos trabalhadores e, em dia, local e hora aprazada, 500 ou até 5000 camponeses compareciam “com seus instrumentos de trabalho: foice, facões e espingardas”, pois temiam encontrar resistência e assim poderiam se defender. E assim, entravam nas fazendas e cercavam a casa grande, conforme o relato do deputado federal Francisco Assis Lemos, que também participava dessas ações com outros dois dirigentes ou delegados, e entravam na casa grande para anunciar ao fazendeiro o propósito da “visita”, argumentado a necessidade de acabar com a prática do “cambão”.²⁵⁰

Diante do fortalecimento do movimento dos camponeses, usineiros e latifundiários reagiram e fundaram a Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba, em João Pessoa, no dia 26 de abril de 1962, com o objetivo de defender seus direitos, recebendo da imprensa a designação de Liga dos Latifundiários (LILA). Ocorreu, a partir daí, a radicalização dos confrontos, a prática da “pistolagem”, espancamento de camponeses, expulsão das terras sem indenização, principalmente à noite, enquanto estes dormiam, com a queima de casas e pequenas lavouras de subsistência. Havia, portanto, um temor às emboscadas e um clima de terror na região, com enfrentamentos e até uma chacina, em 15 de janeiro de 1964.²⁵¹

A partir de 1962 apareceram divergências entre as Ligas Camponesas de Pernambuco e da Paraíba, provavelmente, segundo Lemos, porque as últimas não concordavam com a passagem do movimento camponês para a prática da guerrilha. O “romantismo jacobino” das Ligas Camponesas, sob o comando de Francisco Julião, atraía o interesse do público e, principalmente, de jovens estudantes, como aconteceu com o cearense Pedro Albuquerque Neto e o

²⁴⁹ LEMOS, op. cit., p. 19, 20, 31 - 36, 58.

²⁵⁰ Ibidem, p. 66.

²⁵¹ Ibidem, p. 47 - 48, 92 - 93, 172.

pernambucano Gilvan Rocha, os quais, ainda adolescentes, participaram desse movimento. Gilvan, aos 17 anos, engajou-se nesse movimento, em 1958, no Recife, através do PCB, passando a exercer a atividade política nas Ligas Camponesas, afastando-se posteriormente do Partido com um grupo dissidente, pois eram influenciados pela Revolução Cubana, e pelo próprio radicalismo das Ligas Camponesas. E, assim, participou da tentativa de Julião para organizar, em Goiás, um movimento guerrilheiro, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que chegou a montar uns “dispositivos” ou “focos de guerrilha” com esse objetivo, ou seja, foram compradas fazendas para instalação de um campo de guerrilha. Gilvan permaneceu em Goiás durante o ano de 1962, quando foi descoberto pela “repressão”, sendo preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional.²⁵²

Gilvan assim relata o retorno a atividade após ser libertado:

Em 63 eu voltei para o Nordeste e passamos a atuar na Paraíba, Pernambuco, mas já como um grupo dissidente, um grupo que fazia oposição ao Arraes, que denunciava o nacional-reformismo do partidão e do governo Goulart, pois tinha uma visão mais de esquerda. Tínhamos uma simpatia pelos chineses, tínhamos simpatia por Cuba, até que veio o golpe de 1964.

A Igreja Católica, ao constatar o crescimento das Ligas ou do “avanço dos comunistas no meio rural”, passou a incentivar e apoiar a formação de sindicatos rurais em oposição às ligas “atéias”. Assim, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) foi fundado em 1961, sob a direção do Pe. Paulo Crespo, principal estrategista do movimento, numa reunião promovida pelo Bispo de Natal, Dom Eugênio Sales, contando, aproximadamente, com vinte e seis padres da zona rural e alguns outros bispos de Pernambuco, incluindo Dom Carlos Coelho e Dom Manuel Pereira. O SORPE contava também com a participação do Pe. Antônio Melo, que passara a atuar no Município do Cabo, opondo-se a Julião ao ligar-se aos camponeses na luta contra as expulsões das terras, e se tornou conhecido nacionalmente, por também defender o confisco de terras não produtivas para distribuí-las entre os camponeses. Era, ao mesmo tempo, anticomunista e anticapitalista, declarando-se socialista e, nas eleições para o governo de Pernambuco, apoiava Miguel Arraes, chegando a competir com a liderança de Julião. Segundo Lemos, Pe. Melo era financiado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e, após o golpe de 64, desmascarou-se ao aceitar a liderança dos sindicatos comprometidos com os golpistas.²⁵³

²⁵² GORENDER, op. cit. p. 47 e 48 ; GOUVEIA, op. cit., p. 131.

²⁵³ DREIFUSS, op. cit., p. 302; LEMOS, op. cit., p. 97, 98.

A tarefa principal do SORPE consistia no treinamento de líderes camponeses em potencial, para combater as organizações revolucionárias e seus ideólogos, mantendo as massas rurais “dentro da Igreja”. Também encorajava a formação de cooperativas e oferecia cursos de alfabetização em oposição aos do Movimento de Educação de Base (MEB) e a outros grupos que adotavam o método de Paulo Freire. O SORPE recebia apoio de empresários e advogados como também de organizações norte-americanas, como a Liga Cooperativa dos Estados Unidos da América (CLUSA) e a *Central Intelligence of América* (CIA).²⁵⁴

Os padres Melo e Crespo exerciam clara oposição às Ligas Camponesas e dominavam os sindicatos rurais do Cabo e Jaboatão e a Federação Estadual dos Sindicatos Rurais de Pernambuco, fundada em junho de 1962. Nos Municípios de Vitória de Santo Antão, onde o Engenho Galiléia estava localizado, e Bom Jardim, onde Julião nasceu, esses padres controlavam os sindicatos dos trabalhadores rurais. No Município de Quixadá, no Ceará, o padre Edgar C. Gouveia fundou um sindicato; o padre Francisco Lage saiu de Minas Gerais para a Paraíba e, de Portugal, veio o Padre Alípio de Freitas, um português radical, nascido em Bragança, e que foi preso em 1964. A ação desenvolvida por esses padres possibilitou aos sindicatos controlados pela Igreja, em maio de 1962, a posição hegemônica no decorrer do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste, realizado na Bahia.²⁵⁵

Portanto, a vertente conservadora da Igreja Católica entrou na questão agrária, segundo Martins, “por uma porta extremamente reacionária”. Estimulada por D. Inocêncio, a pastoral surgiu de um encontro de fazendeiros, padres e professores rurais preocupados “com a agitação que estava chegando no campo, com a possibilidade da Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários”. A questão principal, para este grupo, era fixar o trabalhador rural à terra para evitar o êxodo e a proletarização, havendo, assim, necessidade de impedir que se tornasse vulnerável à agitação e ao aliciamento dos comunistas. A alternativa adotada foi transformar esse trabalhador em pequeno proprietário, pelo temor que os comunistas estivessem preparando as guerrilhas no campo, fato que, para Martins, não tinha fundamento, porque, desde 1958, a política do PCB estimulava as alianças com a burguesia nacional e outros setores para combater o imperialismo.²⁵⁶

²⁵⁴ DREIFUSS, p. 302; LEMOS, p. 98.

²⁵⁵ LEMOS, op. cit., p. 98. Para mais informações sobre os padres Melo e Crespo, ver ALVES, Márcio M. op. cit. p. 127 - 129.

²⁵⁶ MARTINS, op. cit., p. 88.

A Igreja estimulava também a organização de sindicatos com o apoio de grandes empresários rurais e grandes proprietários de terra mais “modernos”. Havia, portanto, a proliferação de sindicatos rurais, o primeiro dos quais, criado em 1949 como uma organização assistencial, passou para uma ação ativa com o apoio de Dom Eugênio Sales, através do Serviço de Assistência Rural (SAR), no Rio Grande do Norte. Em Pernambuco, depois no Rio Grande do Norte, os sindicatos rurais opunham-se ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), de Brizola, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás. Surgiram os sindicatos rurais dos setores radicais com o MEB, no Maranhão e em Minas Gerais, e da AP, em outros Estados.²⁵⁷

Diante da “agitação” com os movimentos surgidos no meio rural, na tentativa de organizar e mobilizar os camponeses, o Ministério do Trabalho criou a Comissão Nacional para a Sindicalização Rural (CON SIR). Esta Comissão compunha-se de três representantes do Ministério, três da Superintendência da Reforma Agrária e um camponês indicado pelos órgãos rurais. Assim, nesse mesmo período, ampliaram-se os círculos de discussão sobre a reforma agrária, sendo a ULTAB uma das mais importantes e que daria origem à Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG).²⁵⁸

Apesar de permitida a formação de sindicatos de trabalhadores rurais desde 1944 e, no final da década de 1950 serem reconhecidos cinco sindicatos pelo Ministério do Trabalho (dois em São Paulo e outros no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, em Barreiros), só em 02 de março de 1963, o Congresso Nacional aprovou o projeto do deputado Fernando Ferrari, líder do PTB na Câmara dos Deputados, criando o Estatuto do Trabalhador Rural, através da Lei nº 4.214. Com a promulgação da Lei, a Igreja e o Partido Comunista buscaram o reconhecimento de seus sindicatos junto ao Ministério do Trabalho, disputando a liderança do movimento sindical, chegando a um acordo com a criação da CONTAG, excluindo as Ligas Camponesas de Pernambuco. A Lei estendia aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, sendo regulamentada a organização dos trabalhadores rurais, através da portaria do Ministro Almino Afonso. E, assim, foram transformados em sindicatos, na Paraíba, as Ligas Camponesas de Sapé, Mari, Itabaiana, Alhandra, Mamanguape e Rio Tinto e criados os

²⁵⁷ DREIFUSS, op. cit. p. 303 - 305.

²⁵⁸ Ibidem, p. 299; GORENDER, op. cit., p. 37 - 39; MARTINS, op. cit., p. 87 - 89; REIS FILHO, op. cit., p. 38.

sindicatos em São Miguel de Itaipu, Souza, Caiçara e Bananeiras, os três últimos organizados pela Igreja Católica.²⁵⁹

O humanismo do socialismo utópico dos MCPs

O Movimento de Cultura Popular (MCP) foi criado no Governo de Miguel Arraes, em 1960, com sede no Sítio da Trindade como um “departamento autônomo” da Prefeitura do Recife, em consequência da escassez de recursos, embora houvesse um convênio com o Governo do Estado. Diante dos entraves da estrutura burocrática e da insuficiência de meios, a alternativa encontrada foi a de “movimentar a máquina burocrática municipal, mas também mobilizar a população interessada em melhorar a educação, o que se verificou com a participação direta de variados setores da comunidade, até mesmo na execução de obras”. O comércio e a indústria contribuía para o pagamento de professores, mas havia, também, indivíduos dos mais diferentes segmentos da sociedade pernambucana, que se dispunham a colaborar na criação e manutenção das escolas. Outras entidades, tanto religiosas como esportivas, cediam suas sedes para serem usadas no ensino de crianças, cujas famílias não tinham condições de custear seus estudos. Arraes não considera esse um fato extraordinário, e sim, “uma inovação” naquele período, havendo resultado uma “mudança de conceituação política”, uma alteração da própria linha política e que foi originada de uma “experiência concreta, e não de elucubrações”.²⁶⁰ Arraes ressalta dois aspectos que norteavam a ação do MCP:

... em primeiro lugar, transcendeu os limites da burocracia; em segundo lugar, era preciso não ficarmos restritos a um só partido, a uma força, a um setor da população, mas integrar todas as pessoas, quaisquer que fossem as suas tendências, espíritas, protestantes, maçons, umbandistas, desde que tivessem por denominador comum os problemas reais e concretos da população”.²⁶¹

O programa foi criado com a ajuda de Violeta Arraes, nos moldes do modelo adotado pela Resistência francesa durante a Segunda Guerra, começando com a mobilização da mocidade, de estudantes, e se alastrou pelo Brasil. Violeta relata a experiência:

Baseados nessa experiência nós criamos o nosso MCP. Convidamos vários intelectuais a participarem de nossos encontros, divulgando e valorizando nossa cultura... Havia também um outro lado, que era o da alfabetização, utilizando o método Paulo Freire.

²⁵⁹ LEMOS, op. cit., p.146; MARTINS, op. cit., p. 87 - 88.

²⁶⁰ SOUTO, Eliezer Queiroz de. **O discurso de Arraes como reflexo de um projeto político: uma visão retórica e gramsciana**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1989. p. 152 - 153; TAVARES; MENDONÇA, op. cit., p. 11.

²⁶¹ ARRAES, Miguel. In: TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando. **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Vega, 1979. p. 11.

Quer dizer, você alfabetizava já criando a consciência no indivíduo, quem ele era, qual era o seu ambiente... Não tinha aquele negócio de ‘Ivo viu a uva’, não!²⁶²

O Movimento da Cultura Popular²⁶³ alfabetizava a população de baixa renda do Estado, através do Centro de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, chefiado por Paulo Freire e com o apoio do governo de Arraes. Violeta Arraes compara esse período com o momento atual:

Havia um élan, um nicho da população e da juventude e um voluntariado nesse sentido, fantástico. Eu comecei minha vida de militância ainda em Pernambuco. Meu Deus! O que é que não tinha de gente ensinando comparativamente a agora, hoje... “Se aprende até de pés descalços”, era esse o *slogan*, de uma campanha fantástica que foi a maior premissa para a educação desses anos todos, que suscitou o Mobral, as CEBs da Igreja.

É esse o quadro que Callado relata nas reportagens publicadas no Jornal do Brasil entre 7 de dezembro de 63 a 19 de janeiro de 64, após a experiência vivida em Pernambuco e os fatos por ele observados, como um tipo de jornalismo euclidiano:

Como existe hoje em Pernambuco uma bela exaltação revolucionária, fala-se menos em dar voto ao analfabeto do que em alfabetizá-lo para que conquiste seu voto contra um país e uma Constituição esnobe. Numa aula dada pelo Sistema Paulo Freire, um lavrador juntou pela primeira vez duas sílabas, **ti** e **to**, e bradou:

- Tito é nome de gente e o papel que a gente vota!

Tinha pescado ao mesmo tempo, do meio do **letrume**, um ser humano e sua carta de alforria na mão. Um retrato do Brasil possível, futuro.²⁶⁴

Paulo Freire nasceu no Recife, em 1921 e faleceu em 1997, tendo exercido uma atividade política bastante diferente de Julião, pois os pressupostos da ação política estavam centrados na educação popular. O Método Paulo Freire, inovador e tido como revolucionário, buscava “tirar da situação de submissão, de imersão e de passividade” os indivíduos que não conheciam a “palavra escrita”, e ultrapassou as fronteiras do Brasil tornando seu criador um dos educadores e pensadores brasileiros mais premiados em todo o mundo. Como a preocupação de Paulo Freire era a de criar uma estratégia para a politização do povo brasileiro, ele jamais pensou que o

²⁶² ARRAES, Violeta. Apud MERCADOR, op. cit., p. 12.

²⁶³ Os objetivos do MCP, segundo o art. 1º de seus Estatutos eram: 1 - Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos; 2 - Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através de educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo; 3 - Proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; 4 - Colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; 5 - Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular. (ROSAS, Paulo, 1986. p. 23 - 4. In: SOUTO, Eliezer Q. op. cit., p. 153).

²⁶⁴ CALLADO, Antônio. **Tempos de Arraes**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1980. p. 150.

método seria adotado por outros países.²⁶⁵ O programa orientado por Paulo Freire estendeu-se por todo o Brasil, recebendo a denominação de Centros Populares de Cultura (CPCs), da União Nacional dos Estudantes (UNE), e se voltava para a formação da consciência política do povo. Para Renato Ortiz, trata-se de um problema análogo ao estudado por Gramsci ao analisar a formação de uma cultura “nacional-popular” na Itália. Ortiz, entretanto, admite diferenças com relação ao caso brasileiro diante do significado do termo “cultura” atribuído pelos CPCs, como também pelas outras organizações políticas e culturais no Brasil. Esta ação desenvolvia-se de modo diverso ao preconizado por Gramsci, pois eram os intelectuais brasileiros que levavam a cultura às massas. Para estes, cultura tinha o mesmo significado do termo “conscientização”, não considerando a existência de um saber popular e enfatizavam, em suas atividades, a formação de uma “cultura popular”, tratando-se, na realidade, da tentativa de formação da consciência política da sociedade brasileira.²⁶⁶

Na entrevista concedida a Antônio Callado, Paulo Freire assim explica o método:

Entre as várias relações que o homem estabelece com a sua realidade existe uma específica – de sujeito para objeto -, de que decorre o conhecimento. Esta relação também é feita pelo analfabeto. A diferença entre a relação que ele trava nesse campo e a nossa está em que a sua captação do dado se faz pela via sensível, e a nossa, pela via crítica. Da captação via sensível surge uma compreensão da realidade preponderantemente mágica, a que corresponde uma ação também mágica. O que teríamos de fazer, baseados nas experiências e nas pesquisas de Paul Legrand, era colocar, entre a compreensão mágica da realidade que informava a ação mágica sobre a realidade, um termo novo: pensar. Estaríamos assim levando o homem a substituir a captação mágica por uma captação cada vez mais crítica...- Outro dado que partimos é o de que a educação trava uma relação dialética com a cultura. O método ativo e dialogal usa os dados da vida e das dificuldades que encontra o educando. Por isso é que os analfabetos, que aprendem a ler e a pensar ao mesmo tempo, não ficam idolatrando o mestre. Antes dizem, como tantos, que ali “não tem nada de novo, a gente está é refrescando a memória”.²⁶⁷

Ao comentar o método do marido, Ana Maria Araújo Freire declara que o trabalho de Paulo Freire, mais do que alfabetizar, “é uma ampla e profunda compreensão da educação que tem como cerne de suas preocupações a sua natureza política”. O cerne da aprendizagem em Paulo Freire é fazer com que o homem aprenda ao mesmo tempo “a ler, a pensar e a dizer o que pensa. De chofre, gestalticamente”. Seu método ensina o educando, através de imagens visualizadas

²⁶⁵ FREIRE, Ana Maria. **A voz da esposa**: a trajetória de Paulo Freire. <http://www.ppbi.com/ipi/bio/esposa.htm>. Acesso em 04 mar. 2000. p. 9 - 10.

²⁶⁶ ORTIZ, op. cit. p. 72 - 74.

²⁶⁷ FREIRE, Paulo. In: CALLADO, op. cit. p. 153.

através de desenhos, “a dividir o mundo da natureza do mundo da cultura”, aprendendo a “separar o mundo natural do mundo feito pelo homem”.²⁶⁸

A adoção dessas imagens ou símbolos, adotadas por Goethe no romance *Os sofrimentos do jovem Werther*, é uma característica romântica já identificada em Julião, e que também é encontrada em Paulo Freire. Nos autores românticos há uma relação fundamental entre a vida cotidiana, a natureza, a cultura e a moral da época, assumindo uma atitude crítica diante da realidade constatada. Aproveitando os recursos da natureza e do cotidiano, Freire contou com a ajuda de intelectuais e do artista plástico Francisco Brennand, que realizou os desenhos com as “palavras geradoras”, as que tinham maior “significado existencial” para os trabalhadores rurais, eram características da região, com as quais mantinham uma relação cotidiana e que eram trabalhadas com os educandos através de *slides* ou papel.²⁶⁹

O Método Paulo Freire passou a ser utilizado nas Ligas da Paraíba para alfabetizar os camponeses desde o final de 1962, através da Campanha de Educação Popular (CEPLAR), cujo material de divulgação buscava conscientizá-los para a necessidade de aprender a ler e a escrever. Seu pessoal treinava nas sedes das Ligas as futuras professoras e, em contrapartida, os camponeses assumiam a construção dos barracões para as escolas nas fazendas. As aulas eram programadas para que o aluno, em 12 ou 13 aulas, lesse e escrevesse o necessário para desenvolver suas atividades. A imprensa rotulou o programa como “Revolução em 40 horas”, por serem necessárias apenas 40 horas de aprendizagem.²⁷⁰

No Rio Grande do Norte, o programa *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, foi desenvolvido com sucesso pela Prefeitura de Natal na administração de Djalma Maranhão, tendo como base o Método Paulo Freire. Entretanto, a experiência do Município de Angicos foi considerada é considerada Por Lemos a mais bem-sucedida, sendo realizada através de um projeto com a USAID. Esse projeto também envolveu um grupo de jovens estudantes no processo de alfabetização em massa, entre eles: Marcos José de Castro Guerra, Berenice Freitas, Maria Laly Carneiro e Mailde P. Galvão.²⁷¹

²⁶⁸ FREIRE, Ana Maria. op. cit., p. 8 - 9; CALLADO, p. 153, 154.

²⁶⁹ Ibidem, CALLADO, op. cit., p. 154, 155.

²⁷⁰ LEMOS, op. cit., p. 19, 115 – 117.

²⁷¹ GALVÃO, Mailde Pinto. **1964**: aconteceu em Abril. Natal (RN): Clima Artes Gráficas, 1994.

Marcos Guerra era estudante da Faculdade de Direito em 1960, militando no Diretório Acadêmico e, principalmente, na União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Norte. Participou, em 1962, da organização do Congresso Latino-Americano de Estudantes (CLAE), no RN, considerado muito importante para o movimento estudantil brasileiro, fazendo parte, também, do grupo que reformulou os Estatutos da União Estadual dos Estudantes. Marcos Guerra foi o primeiro presidente eleito nessa mudança por uma diferença mínima de 1 a 5 votos, aproximadamente, quando, nessa época, o candidato da oposição era financiado pela extrema direita, a partir do Rio de Janeiro, pelo IBAD.

No RN eram desenvolvidas duas ações educativas baseadas no método de Paulo Freire: o programa *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, coordenado pela Prefeitura de Natal, tendo como secretário de Educação Moacir de Góis; e o Movimento de Educação de Base, o qual começou em Angicos, em 1962 e, depois, foi se alastrando por todo o Estado, sendo dirigido por Marcos Guerra. Os estudantes atuavam nas várias frentes, mesmo que fossem militantes da Ação Católica, da AP ou do Partido Comunista ou ainda, simpatizantes dos três grupos. Atuavam no campo da educação, nas Ligas Camponesas com os militantes do Partido Comunista e nos sindicatos rurais com o pessoal mais ligado ao movimento católico. Entretanto, num dado momento, o trabalho ligado a Paulo Freire tornou-se incompatível com a militância no movimento estudantil, quando Marcos Guerra passou a ser questionado por ser dirigente da UNE e coordenar um trabalho com Paulo Freire. Assim ele explica o impasse surgido:

Fui convocado a um Conselho da UNE, em Vitória do Espírito Santo, onde colegas denunciaram que trabalhar com Paulo Freire era trabalhar para a Aliança para o Progresso. Era impossível para um dirigente estudantil ligado à UNE, dirigir uma atividade financiada pela Aliança para o Progresso. Era estar a favor do imperialismo. Eu demonstrei que não era esse o entendimento de Paulo Freire, nem era esse o resultado concreto... Mas, recebi a recomendação de dissociar. Então era preciso ou que eu ficasse do movimento estudantil, denunciando o trabalho, ou que me afastasse do movimento estudantil para evitar uma mistura na imagem pública. A mesma atitude foi tomada pela direção de AP, que considerou ser preciso uma fronteira clara entre as coisas. Eu fiz a escolha que me pareceu lógica na época, que foi a escolha de continuar, então, no trabalho com o Paulo Freire. Foram discussões duras, difíceis, para quem tinha menos de 25 anos, eu tinha 21, 22. É difícil romper com grupos de amigos, com Partido, com idéias, ficando em cima de uma coisa que é convicção. Esse diálogo foi muito bonito, foi muito respeitoso. Foi aí que eu aprendi, talvez, como a gente pode, democraticamente, ter divergências profundas e, ao mesmo tempo, sem perder o respeito nem a amizade, ter a coragem de tomar as posições que precisam ser tomadas. É o resumo desse conflito que eu sei que apareceu pouco, ainda não foi escrito. Talvez seja até novidade...

Apesar do posicionamento político dos estudantes, Marcos Guerra afirma que o programa que dirigia com Paulo Freire, como consultor, em Angicos, “nunca teve ingerência da Aliança para o Progresso”, pois “o próprio Paulo Freire só concordou em trabalhar com o Aluísio Alves, se a direção do Programa de educação fosse entregue à liderança estudantil, exatamente para garantir a autonomia”. Portanto, a verba para execução dos programas era entregue pela Aliança à SUDENE, que a repassava para os programas desenvolvidos e os estudantes prestavam contas a esta entidade. Apesar dessa manobra financeira, os estudantes ficaram receosos com a primeira visita da Aliança para o Progresso e fecharam os escritórios, encerraram as aulas e o pessoal da Aliança não pôde verificar as atividades. Marcos Guerra entende, agora, que foi uma atitude “infantil, mas era previsível no período”. Já na segunda visita, pragmaticamente, os estudantes perceberam que tal atitude era irrelevante e que os técnicos da Aliança não poderiam interferir.

O Movimento de Cultura Popular, ao manter estreita relação com os militantes do Partido Comunista, despertava o entusiasmo dos jovens estudantes, não só em Pernambuco e no Rio Grande do Norte como no Ceará, ocorrendo marcante influência desse Partido nas organizações estudantis, fato comprovado nas entrevistas. Os estudantes, predominantemente, eram filhos de comunistas e a militância começava desde o curso secundário, através da criação de células do Partido nos colégios, onde funcionavam várias organizações de base do MCP. Elivan Rosas participou dessas atividades, ocasião em que se tornou secretária política do comitê organizador.²⁷² Liana Aureliano também trabalhou muito no MCP, considerando este um trabalho fundamental para sua formação e “entendimento do mundo”:

Nós todos éramos absolutamente incessantes. Tínhamos teatro, coral, inclusive um coral falado que abriu quase todos os grandes comícios e manifestações da Frente do Recife. Declamávamos Manuel Bandeira, Vinícius de Moraes, Ascenso Ferreira, Drumond, etc. Eu não tenho a menor dúvida que, para minha formação, a melhor coisa que aconteceu foi, naqueles anos, ter militado na Juventude Comunista no Recife. Foi uma parte importante da minha vida. Eu era muito menina – já lá se vão muitos anos – e ali ganhei muito em termos de consciência do mundo, consciência de responsabilidade, consciência de dever.²⁷³

²⁷² GOUVEIA, op. cit., p. 101.

²⁷³ Idem, p. 103.

Para esses estudantes, para a liderança nacionalista, para Diógenes Arruda, Frank Svensson, Julião, Paulo Freire, a desigualdade social e a defesa dos interesses nacionais eram valores que deveriam ser perseguidos, sendo, portanto, indícios que permitem a identificação de elementos de conteúdo romântico no discurso e na visão de mundo dos nordestinos, posteriormente exilados. O romantismo marxista desses personagens era motivado pela preocupação e o compromisso com a transformação da sociedade brasileira através da superação da desigualdade social, da defesa dos direitos humanos e do País, através da erradicação do analfabetismo, levando-os ao engajamento nos programas desenvolvidos na área da cultura e educação, como também com a discussão da política nacional, que envolvia, não só a questão do imperialismo, mas também, principalmente, a crise política na Região agravada com a seca de 1958, os problemas dela decorrentes, e o acirramento das lutas no campo.

O liberalismo dos defensores do projeto iluminista

Como citado no início deste capítulo, o iluminismo foi uma força que não conheceu limites políticos e esteve ligado à difusão do conhecimento científico, diferentemente do passado, quando as explicações eram “aceitas com base na autoridade de Aristóteles e da igreja, agora a moda era seguir o trabalho dos cientistas”. No campo da religião, os reformadores protestantes, ao lançarem a idéia de que cada qual deveria julgar por si, de igual modo, no campo científico, os homens passaram a “observar a natureza por si mesmos, em vez de confiar cegamente nos pronunciamentos daqueles que representavam doutrinas há muito estabelecidas”.²⁷⁴ Essa liberdade de opinião favoreceu o surgimento de uma “certa forma de liberalismo”, desenvolvida na esfera intelectual da Prússia, a qual, segundo Russell, baseava-se, inicialmente, no trabalho manual e na pequena propriedade rural, mas não “era suficientemente flexível para enfrentar os novos e grandes problemas da sociedade industrial” e que passou por lentas reformas para corrigir os primeiros erros. O surgimento do “industrialismo” provocou uma “certa ênfase na

²⁷⁴ RUSSELL, op. cit., p. 332.

utilidade”, a qual era “fortemente combatida pelos românticos”, que a menosprezavam ao se apoiarem em “padrões estéticos”, padrões de “conduta e moral, bem como a questões econômicas, quando esse aspecto lhes ocupou o pensamento”.²⁷⁵

Para Russell, o utilitarismo transformou-se, ao mesmo tempo, em uma filosofia “um tanto insípida”, que “produziu mais reformas necessárias em questões sociais do que toda a indignação romântica de poetas e idealistas”²⁷⁶. A partir dos princípios do utilitarismo no sentido de procurar o próprio prazer, sem prejudicar o “idêntico propósito dos demais”, sendo também um movimento que partia do princípio de garantir a “maior felicidade para o maior número de pessoas”, estes elementos foram adotados pelos economistas liberais como “uma justificativa para o *laissez-faire* e para o livre comércio”, pois entendiam que a “busca livre e sem controle, por parte de cada homem, do seu maior prazer, produziria a maior felicidade à sociedade, graças à jurisprudência”.²⁷⁷

O liberalismo teve então uma primeira fase “individualista”, seguindo-se a outra “estatista”. Os partidos políticos, que dos primórdios do século XIX em diante elevaram a bandeira liberal, inspiraram-se a uma ou a outra dessas diretivas fundamentais, isto é, ou ao individualismo ou ao estatismo. Após a I Guerra Mundial, o sentimento de liberdade e a crença no progresso das nações caíram por terra. “Os sentimentos nacionalistas, que haviam sido reprimidos sob a superfície desde o Congresso de Viena, passaram a se expressar sob a forma de novas nações, cada qual desconfiando dos vizinhos”.²⁷⁸

A ação “modernizante conservadora” dos defensores do capital transnacional

O projeto iluminista dos representantes dos setores agroexportadores ligados ao mercado internacional decresce nos meados dos anos 1950 ao início dos anos 1960, período em que se consolida a nova face de um Brasil “urbano-industrial”, pois novos segmentos sociais vinculados à acumulação industrial passam a ganhar terreno no cenário nacional, ocasião em que o desenvolvimento econômico se torna uma das principais questões que mobilizam a sociedade brasileira.

²⁷⁵ Ibidem, p. 333, 334, 376.

²⁷⁶ Ibidem, p. 378.

²⁷⁷ Ibidem, p. 434.

²⁷⁸ Ibidem, p. 434. Para mais informações sobre o liberalismo ver ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

Entretanto, Mantega assinala que essa é uma temática discutida, já no início dos anos 1950, quando o grupo defensor do “nacionalismo desenvolvimentista” influencia Vargas na implementação de uma “política mista”, embora este também adote medidas contraditórias no sentido de atender aos compromissos da campanha eleitoral.²⁷⁹ Através da aliança com partidos de várias tendências ideológicas, Vargas tenta conciliar as reivindicações de empresários, de políticos, classes urbanas e representantes de interesses agrários, principalmente do Sul.²⁸⁰

Assim sendo, a ideologia “nacional-desenvolvimentista” ou o “populismo desenvolvimentista” de Vargas, segundo a concepção de Cardoso e Faletto, através da “coexistência de medidas contraditórias, buscou “lograr um grau razoável de consenso” e de legitimação do “sistema de poder”, impulsionando a política de industrialização da economia pelo Estado, assumindo, este, não só a criação e administração de empresas estatais, como também favorecendo as iniciativas da “burguesia industrial” ao atender aos incentivos da política de “industrialização substitutiva”.²⁸¹

Após o suicídio de Vargas, em 1954, e a ascensão de Café Filho à Presidência da República, as diretrizes econômicas foram formuladas por Eugênio Gudin, professor de Economia, diretor de empresas estrangeiras de serviços e defensor do liberalismo, cuja política econômica favoreceu explicitamente às corporações multinacionais, defendendo a necessidade de o Brasil receber grandes investimentos estrangeiros, concedendo incentivos especiais. Durante a administração de Gudin as reservas monetárias foram restringidas e aumentado o saldo de caixa mínimo exigido pelos bancos comerciais, estabelecendo, além disso, a decisão de que metade dos novos depósitos bancários deveriam ser recolhidos à SUMOC, o órgão monetário nacional. Skidmore assim explica a controvérsia entre os defensores do liberalismo na política econômica e os nacionalistas:

... essa abertura ao capital estrangeiro foi o resultado da firme convicção do Ministro da Fazenda, Gudin, sempre defendida no passado, de que o Brasil tinha grande necessidade de investimentos estrangeiros e deveria ser complacente dando aos mesmos incentivos especiais. A instrução da SUMOC, junto com a boa vontade de Gudin em cooperar com o

²⁷⁹ Segundo Skidmore (cit. p. 110 - 111) e Dreifuss (cit. p. 31), Vargas foi eleito através de uma coalizão de partidos políticos, compondo os seus ministérios com representantes do PTB, PSD, PSP e UDN em Pernambuco, o que reflete as diversas alianças realizadas na campanha eleitoral de 1950.

²⁸⁰ MANTEGA, op. cit., p. 11; SKIDMORE, op. cit., p. 110 - 111, 132 - 133; DREIFUSS, op. cit., p. 31.

²⁸¹ CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 6. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 93 - 94.

FMI no programa de estabilização, irritou os nacionalistas, que se tornaram cada vez mais atuantes após a campanha eleitoral de Vargas em 1950.²⁸²

Diante da crise instaurada em decorrência dessas medidas, Gudin se demitiu e o banqueiro paulista José Maria Whitaker assumiu o Ministério da Fazenda, aliviando a política monetária, mas suspendendo o programa da compra do café, medida que provocou violentos protestos. A reforma cambial elaborada por Whitaker e pelo FMI não foi aprovada, pois o gabinete de Café Filho, principalmente os ministros militares, consideraram “inoportuna medida de tal envergadura nos últimos dias de um Governo transitório”, fato que o levou a pedir demissão, sendo substituído por Mário Câmara.²⁸³

O projeto “nacional-desenvolvimentista”, baseado na expansão da indústria no Brasil, anseio da “Frente Nacional”, resultou na coligação de forças sociais que elegeu Juscelino Kubitschek à Presidência da República em 1956. A Frente resultou de alianças com o PSD/PTB, incorporou a burguesia industrial, um setor da burguesia comercial especializado no comércio de produtos industriais locais e as classes médias progressistas (profissionais liberais, administradores), assim como políticos do meio urbano e sindicalistas. O governo de Juscelino, ao implementar uma política de desenvolvimento que resultou na mudança do modelo de acumulação, reforçou “um padrão de ‘desenvolvimento associado’” com o Plano de Metas de 1956 a 1961. Nesse período, as relações internas do Brasil resultavam de uma combinação “original”, no dizer de Dreifuss, diante da “convergência de classe populista e sua forma de domínio interagindo com o capital monopolista transnacional”. Os responsáveis pela política de estabilização econômica de JK eram Lucas Lopes, o Ministro da Fazenda, e o economista Roberto Campos, o Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ambos responsáveis pelo programa de estabilização econômica.²⁸⁴

O Plano de Metas do Governo JK, elaborado para os anos de 1956 a 1961, segundo Mantega, foi a primeira experiência de planejamento estatal efetivamente posta em prática no Brasil, constituindo-se “o coroamento da política de desenvolvimento traçada pela comissão Mista Brasil-Estados Unidos e pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL”. Este Plano distinguia-se de outros semelhantes pela “mobilização de um volume inédito de recursos”, favorecendo a concessão de incentivos ao setor privado em parceria com instituições e empresas estatais. Para

²⁸² SKIDMORE, op. cit., p. 194 - 202.

²⁸³ Idem, p. 200 - 202.

²⁸⁴ Idem, p. 221 - 225; DREIFUSS, op. cit., p. 34.

realizar tais programas, “foram criadas entidades administrativas, formadas por representantes das principais instituições estatais e empresariais, incumbidas de formular a política de desenvolvimento de cada atividade industrial”, surgindo “grupos executivos”, dos quais os mais importantes foram os da indústria automobilística (GEIA) e o da construção naval (GEICON), prioridades do governo JK.²⁸⁵

Dreifuss explica que a estrutura de poder do bloco multinacional e associado, durante o governo JK, compunha-se de uma *intelligentsia* empresarial, os “verdadeiros intelectuais orgânicos” desse bloco em surgimento, cuja atuação caracterizava-se como ação “modernizante-conservadora”.²⁸⁶ Eram diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados; administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais da tecnoburocracia e oficiais militares, que se preocupavam “com crescimento e não com independência nacional”, formando “uma série de anéis de poder burocrático-empresariais” e criando uma “administração paralela”, nas quais articulavam seus interesses. Esse bloco de poder ligado ao capital transnacional organizou escritórios de “consultoria tecno-empresarial”, como o Consórcio Brasileiro de Produtividade (CBP) e a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (CONSULTEC); renovou associações de classe empresariais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP); a *Federation of the American Chambers of Commerce* do Brasil; e associações de classe que expressavam as novas atividades setoriais como a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias Básicas (ABDIB) e novas associações de classes empresariais de cunho mais abrangente como o Conselho das Classes Produtoras (CONCLAP). Essas organizações, entre outras, tornaram-se os mais importantes focos de pressão política na década de 1960, representando os grupos industriais locais que estavam ligados, em sua maioria, aos grupos multinacionais e que expressavam interesses empresariais “modernizantes-conservadores”.²⁸⁷

Assim, o Plano de Metas reforçou as atitudes tomadas nos governos anteriores no sentido de facilitar ao máximo a entrada do capital estrangeiro na economia brasileira, não somente em termos de empréstimos ou financiamentos, como também sob a forma de investimentos. Após a

²⁸⁵ MANTEGA, op. cit. p. 72 - 74.

²⁸⁶ DREIFUSS (op. cit. p. 62, 71 - 73, 83 - 104) adota o conceito “ação modernizante-conservadora” para identificar o processo adotado pelo “novo conjunto de agentes sócio-políticos” que se tornam visíveis a partir das reformas adotadas pelo governo de Kubitschek, formando um “aparelho civil e militar modernizante responsável pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado”.

²⁸⁷ Idem, p. 66, 72 - 73; 83 - 104.

desvalorização cambial do cruzeiro, em outubro de 1953, o investimento para o capital estrangeiro tornou-se atrativo e, mais ainda, com os privilégios concedidos pela Instrução 113 da SUMOC,²⁸⁸ de 1955. Esses privilégios eram mais ampliados, ainda, para os investimentos que incidissem nas áreas prioritárias, cujo resultado, para Mantega, “foi a invasão da economia brasileira pelos capitais estrangeiros, não tanto sob a forma de investimentos diretos, mas, principalmente, de empréstimos e financiamentos. Mesmo assim, os investimentos diretos localizaram-se em áreas estratégicas e foram rapidamente engrossados pela estupenda lucratividade dos empreendimentos”. Entretanto, as críticas do empresariado nacional em relação a essas medidas econômicas referiam-se apenas ao tratamento diferenciado que era dado às empresas brasileiras, colocadas em desvantagem diante das empresas estrangeiras, ocasião em que se manifestaram a FIESP, a CIESP, vários empresários, dentre eles “José Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantin, considerado um dos expoentes da burguesia nacionalista brasileira” que, em 1957, declarara ser “favorável à contribuição do capital estrangeiro na industrialização brasileira, solicitando, porém, condições de igualdade para o capital nacional, em franca desvantagem a partir dessa Instrução”. Mantega explica que, apesar dos discursos reivindicatórios dos representantes da elite industrial brasileira, não é possível identificar um posicionamento nacionalista, “ao menos enquanto concebido como um projeto de desenvolvimento autonomista que excluísse o capital estrangeiro”. Segundo ele, pode-se notar apenas “o empenho para que este participasse amplamente do desenvolvimento nacional”, com “facilidades e até de igualdade no tratamento vis-à-vis com as empresas nacionais”.²⁸⁹

Uma parte do empresariado, entretanto, assustava-se diante da “autonomia relativa do Estado populista”, havendo muita polêmica sobre a intervenção estatal na economia que alguns setores achavam imprescindível para respaldar a acumulação monopolista num país de capitalismo incipiente. Portanto, era muito discutida a questão da “ajuda externa”; se ocorreria sob a forma de empréstimos e financiamentos ou sob a forma de investimentos diretos. Havia, entretanto, um consenso, contando com grande parte dos comunistas, na ênfase dada à industrialização ou ao desenvolvimento capitalista com a crença nos benefícios que deveria trazer para a Nação.²⁹⁰

²⁸⁸ Sobre o Decreto 113 da SUMOC, que restringia a importação de equipamentos pelo empresariado nacional, ver SKIDMORE, op. cit., p. 202; MANTEGA, op. cit., p. 195; DREIFUSS, op. cit. p. 33.

²⁸⁹ MANTEGA, op. cit. p. 74, 195 - 196.

²⁹⁰ *Ibidem*, p. 74 - 75.

Entretanto, esse tipo de produção capitalista que se foi consolidando no Brasil ao longo dos anos 1950, frustrou as expectativas dos que “esperavam colher os prometidos frutos sociais do desenvolvimento”. Os desníveis sociais, em lugar de desaparecerem ou diminuir, ampliaram-se e a “dependência semicolonial foi substituída por uma forte presença do capital estrangeiro”, reforçando o imperialismo no Território Nacional, tornando-se evidente que “o principal efeito da industrialização capitalista era a valorização do capital e não exatamente o ‘progresso’ e o bem-estar social de toda a coletividade”. A crise agravou-se nos momentos finais do governo JK, pois os nacionalistas “moderados” defendiam “a vinda da ‘poupança externa’ como a melhor forma de aumentar a produtividade e de potenciar a acumulação”, ao contrário dos “nacionalistas ‘radicais’, que refutavam a presença estrangeira”, alegando que o país colheria os inconvenientes sociais do capitalismo e, ainda mais, teria de arcar com um “capitalismo medíocre”. Portanto, Mantega conclui:

... a burguesia brasileira e seus intelectuais orgânicos foram mais espertos do que os seus conselheiros de esquerda e abriram as portas ao capital estrangeiro, que lhes assegurava maiores taxas de lucros, pouco se importando com as demais conseqüências para a nação... Em síntese, pode-se concluir que o nacional-desenvolvimentismo não atendia propriamente aos interesses do grosso da nação brasileira, como sustentavam os seus ardorosos adeptos, mas beneficiava, sobretudo, as frações mais modernas da burguesia, vinculadas à acumulação monopolista.²⁹¹

Embora a maioria da população brasileira apoiasse um programa de reformas populares, sociais, de desenvolvimento nacionalista, de austeridade e eficiência administrativas, o “bloco multinacional e associado” tinha outros interesses e outra concepção da realidade, das demandas da sociedade e da noção de “progresso” ou desenvolvimento do País, daí resultando as investidas para ocupar o poder. Para Skidmore, a última tentativa eleitoral civil do grande capital para compartilhar o poder de Estado com o bloco populista vigente, ocorreu com a eleição de Jânio Quadros, em 1960, tendo João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas como vice-presidente, eleito que foi por uma coalizão de forças lideradas pelo PTB e por seu posicionamento público distributivo e reformista. Jânio Quadros, no início de seu governo satisfez os interesses das forças modernizantes-conservadoras, ao compor seu Ministério com a administração paralela criada por JK, incluindo representantes de importantes grupos econômicos multinacionais e associados, influentes associações de classe empresariais, membros da

²⁹¹ Ibidem, p. 75 - 76.

CONSULTEC e o núcleo da ESG, da FIESP, da CONCLAP, do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) criado em fins da década de 1950. E, assim, voltou a predominar a escola de Gudin, sendo incentivada a abertura ao capital estrangeiro e a cooperação com o FMI. Após os primeiros meses de curta administração, o “populismo udenista” de JQ não conseguiu produzir as medidas de crescimento distributivo esperadas pelas forças populares, diante da “inflação incontrolável, a estagnação agrária, dificuldades na balança de pagamentos, bem como a exaustão do mercado de consumo de bens duráveis de que se beneficiava a classe média alta”.²⁹²

A ascensão de João Goulart à Presidência da República, após a renúncia de Jânio, favoreceu a política populista, fortalecendo os grupos defensores do “nacional-desenvolvimentismo” e do “nacionalismo radical” dos comunistas. A reação do “bloco multinacional e associado”, ao serem colocados em risco seus interesses, resultou na criação do IPES, em 29 de novembro de 1961. Dreifuss cita uma versão de Carlos Lacerda, governador do então Estado da Guanabara, de que o IBAD teria sido criado por membros da Associação Comercial do Rio de Janeiro, das *American Chambers of Commerce*, da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, da CONCLAP e da ADESG para “defender a democracia, as instituições efetivas e o regime”. O IPES foi criado oficialmente, após a renúncia de Jânio, com a finalidade de defender “uma limitada participação do governo na economia e a livre empresa”, sendo bem recebido por órgãos de imprensa como o Jornal do Brasil, O Globo, Correio da Manhã e a Última Hora. Contava, também, com a aceitação de Dom Jayme de Barros Câmara, então Arcebispo do Rio de Janeiro, ao lado de outras importantes figuras do meio intelectual, político e eclesiástico. A “elite orgânica” do IPES, centralizada no Rio de Janeiro e em São Paulo, formava o Comitê Nacional e coordenava centros similares nos Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, e nas cidades de Manaus, Santos e outras... O IPES mantinha organizados Grupos de Estudo (GE) que eram unidades operacionais ideológicas, políticas e militares e os Grupos de Trabalho e Ação (GTA) eram grupos operacionais. Deles faziam parte os generais Golbery do Couto e Silva, Heitor de Almeida Herrera, Liberato da Cunha Friedrich, João José Batista Tubino, como também o empresário cearense Fernando de Alencar Pinto. O IPES apresentava “uma face visível, pública e outra encoberta”. Na primeira, identificava-se como organização de respeitáveis homens de negócio e de intelectuais ao defender a “participação nos acontecimentos políticos e sociais”; apoiava reformas moderadas das

²⁹² SKIDMORE, op. cit., p. 126 – 128, 192 - 202.

instituições políticas e econômicas; propunha-se estudar e analisar as reformas propostas pelo governo de João Goulart, ressaltando a “responsabilidade democrática do empresário”, embora se definisse como “agremiação apartidária com objetivos educacionais e políticos”. A “face encoberta”, coordenava “uma sofisticada e multifacetada campanha política, ideológica e militar”.²⁹³

O objetivo importante da luta ideológica da elite empresarial no começo da década de 1960, ao criar esses institutos era, segundo Dreifuss, “esvaziar o ‘valor reformista’ das propostas do Governo, do trabalhismo e da esquerda e dissociar os empresários do sistema político oligárquico”. A estratégia desenvolvida pela “elite orgânica” do empresariado buscava minar a base de poder da direita tradicional, centrada nos interesses oligárquicos agrários e achar uma forma de lidar com o campesinato mobilizado que começara a se insurgir contra a estrutura populista e cuja luta passara a exercer forte atração emocional nas classes médias. Buscavam, também, a mobilização crescente de intelectuais, jornalistas, estudantes universitários e militares da Forças Armadas em direção a uma “vontade comum” e o fortalecimento dos diferentes grupos do bloco de poder. Essas atividades eram realizadas através dos Grupos de Doutrina, os quais proviam o material ideológico entre os associados do IPES/IBAD, como também para a burguesia em geral, visando a destituir João Goulart da Presidência e conter a mobilização popular. Portanto, o alvo estratégico da elite orgânica consistia em se estabelecer no poder de Estado e realizar mudanças econômicas, administrativas e políticas. Além de manipular a opinião pública, buscava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas da direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças “nacional-reformistas” no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a “massa de manobra” da própria elite orgânica.²⁹⁴

O envolvimento político dos empresários multinacionais e associados foi exitoso em obter apoio de frações economicamente subalternas que faziam parte do bloco populista oligárquico-industrial, através da influência exercida sobre os partidos nacionais e regionais, a mídia e os governos de Estado, os quais se tornaram extremamente úteis, não somente na contenção das classes trabalhadoras mobilizadas pelo trabalhismo, a esquerda e o Executivo, como também na

²⁹³ DREIFUSS, op. cit. p. 101 – 103, 162 – 163, 176.

²⁹⁴ Ibidem, p. 240, 252, 281.

desmobilização das classes médias e de segmentos das classes trabalhadoras. Os partidos políticos e governadores que apoiavam a “elite empresarial” bloqueavam as diretrizes do Executivo no Congresso Nacional e nos legislativos estaduais, como também exerciam influência nos militares da oposição a João Goulart, que estavam fora da influência da ESG. Para diluir a presença multinacional e associada inseriram suas demandas em um programa “modernizante-conservador” mais amplo, apoiado pela maior parte possível das classes dominantes, no que foi reforçado com algum apoio popular oferecido pelas classes médias mobilizadas, principalmente através de organizações femininas e grupos de operários maleáveis como o Movimento Sindical Democrático (MSD) e o Movimento Renovador Sindical (MRS). Assim, a esquerda perdeu seu objeto de oposição claramente definido, significando que a intervenção militar poderia ser então legitimada em nome do “povo”.²⁹⁵

Principalmente nos Estados de Pernambuco e da Paraíba, o complexo IPES/IBAD desenvolvia “programas de doutrinação específica”, contando com a participação de intelectuais, religiosos, militares etc., tentando reduzir, sem êxito, o poder de mobilização popular de um segmento da Igreja Católica, das lideranças de associações populares, das organizações sindicais nas cidades e, principalmente, no campo, as quais recebiam apoio de João Goulart. O principal escritório das atividades do IPES/IBAD na Região Nordeste estava sediado no Recife, tendo à frente os advogados Osório Filho e Herculano Carneiro, cujo trabalho era realizado conjuntamente com o pessoal civil e militar local das unidades da Ação Democrática Popular (ADEP) e do IPES. Paralelamente à fachada de agência de serviço social, a ADEP oferecia assistência médica e alimentos, bem como distribuição de sementes e ferramentas de trabalho; operava como um centro de propaganda e unidade de ação política no campo, coletando informações sobre a organização camponesa e sobre as pessoas envolvidas; participava de campanhas intimidadoras contra militantes de esquerda e estimulava o temor ao “comunismo”. Através do próprio sistema de Cursos de Formação Democrática para camponeses e líderes rurais, o IBAD contrapunha-se ao método de alfabetização de Paulo Freire e do MEB, patrocinado pelo Ministério da Educação.²⁹⁶

No Recife foi organizada a maior operação da USAID, que recebia, também, especial atenção do *American Institute for Free Labor Development* (AIFLD). Através do coronel J.C.

²⁹⁵ Ibidem, p. 483.

²⁹⁶ Ibidem, p.301.

King, Chefe de Serviços Clandestinos no Hemisfério Ocidental, a CIA dirigia de Washington as operações contra Miguel Arraes, em Pernambuco, conseguindo infiltração nas Ligas Camponesas. No livro *Thy Will Be Done*, os jornalistas americanos Gerard Colby e Charlotte Denett, ao escreverem sobre os Rockefeller, apresentaram as relações destes empresários com a América Latina, demonstrando como funcionavam “em conjunto com políticas anticomunistas que levaram às operações encobertas dos EUA e ao apoio a ditaduras por toda a região”. Na entrevista concedida à Folha de São Paulo, Gerald Colby confirma as ligações de Rockefeller com Lincoln Gordon e com os militares, quando da estada no Brasil em 1969, ocasião em que se encontra com a liderança militar e recebe relatório do SNI.²⁹⁷

O SORPE de Pernambuco, apoiado pela Igreja Católica, por empresários e advogados, recebia, também, apoio de organizações norte-americanas, como a CLUSA e a CIA. Os coordenadores do SORPE, Pe. Crespo e Pe. Melo, exerciam clara oposição ao trabalho das Ligas Camponesas, fato percebido pela CIA, no que resultou o aumento do número de vice-cônsules na região.²⁹⁸

Além destas organizações, a *American Chambers of Commerce* era outra organização norte-americana atuando nesse período, no Brasil, como também o Rearmamento Moral que apoiava o IPES, servindo-lhe de canal de propaganda, principalmente ao equiparar a situação do Brasil à da Hungria de 1956 e de ressaltar os aspectos negativos de um iminente golpe comunista. Essa organização mantinha relações com o AIFLD, organização americana ligada ao sindicalismo, aos empresários americanos e às agências governamentais como a *Agency for International Development* (AID), a *Central Intelligence Agency* (CIA) e com ramificações em praticamente todos os países da América Latina e da região do Caribe, envolvendo-se, também, com uma variedade de atividades como projetos habitacionais de baixo custo, cooperativas de crédito e serviços comunitários. O Rearmamento Moral destacava-se entre as organizações norte-americanas do período da “guerra fria”, cuja campanha de propaganda coincidia com a do IPES, para o qual a CONCLAP produzia filmes, cujas cópias ficavam com o cearense Luiz Severiano Ribeiro, o maior proprietário de cinemas no Brasil. Também produzia filmes com duplo apelo às Forças Armadas e ao público em geral, difundindo e legitimando o papel dos militares na

²⁹⁷ Cf. Entrevista concedida por Gerald Colby à **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 20, 18 ago. 1996; LEMOS, op. cit., p. 98.

²⁹⁸ LEMOS, op. cit., p. 98; DREIFUSS, op. cit., p. 302.

“construção nacional”. No Nordeste, o general Juarez Távora fazia campanha em prol da causa do Rearmamento Moral, contando, também, com a adesão e apoio de outros militares, como o marechal Henrique Teixeira Lott, general Hugo Bethlem, o coronel Moreira Burnier, antigo líder das revoltas de Jacarecanga e Aragarças durante o governo JK. A Associação dos Amigos das Nações Cativas (ou dos Amigos das Américas) era outra organização norte-americana que desenvolvia intensa atividade no Brasil com o mesmo objetivo, exercendo também ações comunitárias.²⁹⁹

As estratégias adotadas pelo IPES/IBAD no período anterior e posterior à ditadura no Brasil, em muito se assemelham às adotadas pela estrutura de poder no período barroco. Em ambos os períodos o uso da propaganda ideológica era comum através de diferentes canais, como meios de comunicação, púlpitos das Igrejas Católica e Protestante, ajuntamentos ou comícios, imprensa falada e escrita, legislação, teatro etc. O conteúdo do drama barroco utilizado pela Igreja Católica, para controlar a opinião pública e educar a população nos princípios e dogmas religiosos da Contra-Reforma e que, ao mesmo tempo era utilizado pelos protestantes reformadores nos mesmos princípios de encenação, também foi adotado pelo bloco multinacional com o apoio dos militares, apontando os perigos de o País se transformar em uma “outra Cuba” e as conseqüências de se tornar um país comunista.

Portanto, o IPES/IBAD desenvolvia uma campanha ideológica, visando a “infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista”. No Nordeste, o Diário de Pernambuco promovia sérias denúncias anticomunistas e acusações ao governo de Miguel Arraes.

As áreas de propaganda preferidas pela elite orgânica assemelhavam-se, também, às dos nacionalistas. Referiam-se às mudanças das condições básicas da vida dos trabalhadores, mas sob a denominação de “ação comunitária”, e se desenvolviam, basicamente, com esquemas de assistência e filantropia social. Esses serviços eram também realizados no centro-sul, mas tinham uma ênfase especial em Pernambuco, onde o IBAD desenvolvia intenso programa com vários e diferentes esquemas de assistência social, todos visando à criação de “ilhas de contentamento” entre as classes trabalhadoras. O IPES também assegurava ajuda material e de propaganda a líderes sindicais amigos e potenciais elementos de apoio, de modo a assegurar o seu prestígio e a fortalecer as posições políticas. Estas informações foram confirmadas por Arraes no discurso

²⁹⁹ DREIFUSS, p. 170, 315 - 317.

pronunciado na presença do Presidente João Goulart, no Recife, durante a grande concentração de trabalhadores, ocasião em que denunciou a instalação no Nordeste de “uma máquina de desinformação, de suborno e de mentira”, cujo responsável era o IBAD.³⁰⁰

Nos programas para formação da opinião pública brasileira, através do rádio e da televisão, com vistas às eleições de 1962, predominavam as apresentações de nordestinos, juntamente com o carioca Carlos Lacerda e o paulista Carvalho Pinto. Entre os nordestinos influentes, contavam com o cel. Juraci Magalhães, governador da Bahia; com o pernambucano Gilberto Freire, historiador e diretor do Instituto Joaquim Nabuco; com a cearense Raquel de Queiroz, que escreveu o *Falso Nacionalismo* e transformava artigos em “linguagem de donas de casa”; a paraibana Leda Collor de Melo; o cearense, então Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara; e Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte. Os programas seguiam uma linha mista, tendo como ponto central a democracia, entendida como ampla plataforma capitalista oposta a João Goulart, ao posicionamento populista e ao da esquerda.

Mantega interpreta a estratégia da “burguesia industrial” como uma “tendência autoritária” que começou a surgir desde o fim do Estado Novo, manifestando-se em várias outras ocasiões, entretanto, ainda não conseguira chegar ao poder diante da posição e influência das demais classes. A ascensão da “burguesia industrial e financeira” consolidou-se como classe economicamente hegemônica após o governo Quadros, ao mesmo tempo em que se intensificou a mobilização popular. Portanto, Mantega considera insustentável a hipótese do modelo democrático-burguês, do PCB, ao defender a idéia de que a burguesia brasileira possuía “vocação democrática”, pois ocorria o oposto, tanto em seus interesses políticos quanto em seus pronunciamentos. A “burguesia nacional” participou amplamente do golpe de 1964, “não como coadjuvante de um empreendimento da oligarquia agro-exportadora”, mas como “protagonista principal, ao lado de outros segmentos sociais conservadores, concretizando uma velha aspira o ensaiada ao longo de praticamente todo o período democrático”. E assim Mantega sintetiza seu pensamento:

... a burguesia brasileira, tanto a grande quanto a m dia e pequena, não tinha voca o democrática e muito menos interesse em divorciar-se do grande capital estrangeiro, que lhe abria novos mercados, novas oportunidades de investimentos, vale dizer, que lhes proporcionava altas taxas de acumula o. Pelo contrário, prevalecia a associa o, a complementa o e a convivência pacífica (dentro naturalmente, dos parâmetros normais da concorrência), numa plena integra o entre burguesia nacional e burguesia alienígena. Em

³⁰⁰ Ibidem, p. 308, 331 - 332; ARRAES, 1997, op. cit., p. 41.

outras palavras, elas compartilhavam, grosso modo, os mesmos interesses e apostavam num mesmo projeto de desenvolvimento.³⁰¹

Os militares e o papel da Escola Superior de Guerra

A aproximação ideológica entre militares brasileiros, militares americanos e empresários ligados ao mercado transnacional e seus pontos de vista em comum quanto aos caminhos que levariam ao crescimento industrial, estão traduzidos no acordo militar firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, em 1952.³⁰² Em decorrência do intercâmbio mantido através desse acordo militar, a ESG, criada em 1952, adotou as idéias e as “atitudes maniqueístas” dominantes no cenário internacional da Guerra Fria. A ESG foi criada para ser a “instituição-chave responsável pela sistematização, reprodução e disseminação do *corpus* oficial da Doutrina de Segurança Nacional e seu relacionamento com a *polis*”, e, embora não fosse uma entidade executiva, transformou-se na “fonte autorizada da ideologia militar”. No período anterior ao golpe, a ESG oferecia cursos regulares de tempo integral (nos quais a metade dos estudantes era, quase sempre, civil) e um curso de extensão três vezes por ano, em suas instalações, com duração de 70 horas para 150 líderes civis aspirantes. A Associação dos Diplomados da ESG (ADESG), com auxílio da Escola, também oferecia um curso de extensão de dezesseis semanas em vinte e uma cidades brasileiras.³⁰³

A ESG encorajava, dentro das Forças Armadas, normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um programa de crescimento econômico, cujo curso industrial era traçado pelas multinacionais para um Estado guiado segundo “razões técnicas” e não “políticas”³⁰⁴, ou seja, seria estável através do autoritarismo político incorporado à “doutrina de segurança nacional”. Segundo Dreifuss, as Forças Armadas do Brasil eram estimuladas a intervir pelo

³⁰¹ MANTEGA, op. cit., p. 205 - 206, 208.

³⁰² Sobre a aproximação ideológica entre militares brasileiros e americanos Dreifuss (pp. 78 a 79) cita o acordo militar de 1952 e a seção 516 da lei “de Segurança Mútua”, onde está exposto que deve ser encorajada “a eliminação de barreiras e de se proporcionar incentivos para um aumento constante na participação da empresa privada no desenvolvimento dos recursos dos países estrangeiros... e ... desencorajar, na medida do possível e sem interferir na realização dos objetivos dessa lei, a prática de monopólio e cartel que prevalece em certos países...”

³⁰³ STEPAN, Alfred C. **Os militares**: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 57 - 58; DREIFUSS, op. cit., p. 78 - 79.

³⁰⁴ HABERMAS, Juergen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1987. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea). p. 45 - 76. Nesse livro, o autor demonstra como a dominação nos países com sistema capitalista regulado pelo Estado é buscada na legitimidade, não através da “realização de fins práticos”, mas por meio da “resolução de questões técnicas”, provocando a “despolitização das massas”. Assim, a ciência e a técnica são usadas como ideologia.

complexo IPES/IBAD no desencadeamento da crise do “bloco histórico-populista”, criando uma atmosfera de inquietação política, diante do que entendiam ser o “caos, a corrupção populista e a ameaça comunista”. Esses institutos estimulavam, também, o envolvimento e desencadeamento de ações paramilitares, através das milícias estaduais, muitas delas mais bem equipadas do que o exército, utilizando o prestígio popular de figuras nacionais e de governadores dos Estados como os de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Guanabara.³⁰⁵

Os movimentos político-militares, coordenados no Rio de Janeiro e em São Paulo, estavam centrados no complexo IPES/ESG, ao qual estavam ligados os militares de linha dura e os conspiradores históricos, os extremistas de direita e os tradicionalistas. Os membros principais do grupo da ESG no IPES eram os generais Golbery, Herrera e Liberato, os quais estavam ligados a um movimento maior que envolvia vários outros generais. Além de ativistas civis, Golbery cercou-se da oficialidade jovem, dentre os quais João Batista de Figueiredo, que se tornou Presidente da República no período da ditadura e foi elemento instrumental na liderança de um amplo círculo de oficiais de médio escalão. Esses militares eram úteis para pressionar oficiais jovens e mais velhos na ação contra o Executivo e na infiltração de grupos políticos dos escalões mais baixos nas conspirações antigovernistas. O grupo aproveitava, ainda, oficiais da reserva e estimulava outros a saírem da ativa, muitos deles saídos da ESG para assumir importantes cargos em empresas privadas, ou de economia mista, ou ocuparem “postos-chave” no governo de Goulart. Como resultado desse trabalho, formaram um Comando Geral Democrático dentro do Exército, centralizado no Rio de Janeiro, composto de oficiais de médio escalão, de majores a coronéis. Estavam encarregados de controlar as atividades de seus próprios pares que não estivessem envolvidos no movimento contra Goulart, e os tenentes e capitães..³⁰⁶

Portanto, o envolvimento do maior número de oficiais na mobilização popular contra o governo resultou da ação do complexo IPES/IBAD entre os militares, visando, principalmente, neutralizar o dispositivo popular de João Goulart e a minimização do apoio militar a diretrizes políticas socialistas ou populistas. O papel fundamental do complexo IPES/IBAD no setor militar foi o de transformar as Forças Armadas num instrumento para liderar um movimento civil-militar que, finalmente, causou a destituição de João Goulart. Os militares extremistas de direita formavam, basicamente, um grupo marginal, com posições fanáticas anticomunistas e

³⁰⁵ DREIFUSS, op. cit., p. 79, 338.

³⁰⁶ Ibidem, 364 – 369, 371 - 379.

antipopulistas, a favor da modernização industrial conservadora, um ponto que tinham em comum com a corrente central do movimento civil e militar contra Goulart. Acreditava-se, inicialmente, que esse grupo seria formado por agentes isolados tendo contatos incidentais com outros grupos. Entretanto, para Dreifuss esses oficiais estavam, na realidade, ligados a alguns dos mais agressivos membros do IPES em São Paulo e a Júlio de Mesquita Filho, diretor do Jornal *O Estado* de São Paulo. Os tradicionalistas eram considerados os oficiais que não receberam treinamento na ESG e que não compartilhavam de uma proposta de mudança social, política e econômica para o Brasil, tão elaborada e ampla quanto à da “elite orgânica” do grupo IPES/ESG. Eram contra o comunismo em sentido amplo e queriam sustar a política de mobilização no lugar de se oporem às atitudes populistas propriamente ditas, de cujo tecido ideológico e político eram parte integrante. Três importantes oficiais tradicionalistas faziam parte do comando direto do exército: o general Justino Alves Bastos era o comandante do IV Exército no Recife, o responsável pelas regiões Norte e Nordeste, esta última a “região-chave” do ponto de vista político, pois havia necessidade de forte apoio militar “para neutralizar as Ligas Camponesas, os sindicatos rurais e o Governador Miguel Arraes, bem como para contê-los uma vez que o golpe fosse desencadeado”. O segundo, o ex-ministro da Guerra, General Amaury Kruehl, à frente do poderoso II Exército, era o responsável por São Paulo (“Estado-chave”) e áreas adjacentes. O terceiro, oficial tradicionalista “sem meias medidas” no comando de tropas, era o Gen. Olímpio Mourão Filho, que conduzia o que parecia ser uma “campanha personalizada” contra o governo de João Goulart e foi o responsável pelo desencadeamento do golpe de março de 1964, conspiração a que chamou de “a maior das Américas”, sem o conhecimento real do grupo que lhe deu suporte.³⁰⁷

A tendência nacionalista dos militares pode ser identificada nos cabos, sargentos, fuzileiros e marinheiros, os quais surgiram como novo elemento nas campanhas “antiimperialistas e populares”. Esses militares eram atraídos pelo “nacionalismo belicoso” de Brizola, pois a linha pacifista do PCB não era bem aceita por eles. Rompendo as limitações impostas pelos regulamentos da corporação militar, traziam a público as reivindicações profissionais e o apoio ao movimento nacionalista. O movimento desses militares, que inicialmente aflorou com idéias de rebelião, foi canalizado para a fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, em 25 de março de 1962, com sede na rua São José, no Rio de Janeiro. Mesmo não sendo

³⁰⁷ Ibidem, p. 361 - 362, 368, 370 – 373, 379.

reconhecida a entidade pelo Ministro da Marinha, almirante Sílvio Mota, dela participaram milhares de militares. A Associação passou a editar o periódico *Tribuna do Mar* e ofertava um curso para preparação de Exames de Madureza, tendo como professores os universitários ligados à UNE. Entretanto, um segmento de oficiais nacionalistas do Exército era atraído pelas idéias do PCB, fato “singular no movimento comunista mundial”. As figuras principais eram o coronel Nelson Werneck Sodré, cuja tese sobre o “caráter democrático das Forças Armadas” está fundamentada em *A história militar do Brasil*³⁰⁸, o ex-capitão do Exército Luis Carlos Prestes e o capitão Carlos Lamarca são exemplos emblemáticos desse segmento.³⁰⁹

Para Dreifuss o complexo IPES/IBAD liderou e organizou um “movimento civil-militar” próprio, baseado na infra-estrutura de oficiais da ESG, colocada no centro da campanha político-militar contra João Goulart. A queda do governo seria a culminância de um movimento civil-militar e não um golpe das Forças Armadas. Gorender discorda desse “grau elevadíssimo de coordenação” apresentado por Dreifuss e afirma que a “conspiração partiu de golpes desconexos” desde que Jango tomou posse, havendo conjecturas sobre a possibilidade de mantê-lo sob controle até o término do mandato. Para Gorender, há uma aplicação equivocada da teoria gramsciana por Dreifuss, pois a “articulação golpista não visou à conquista da hegemonia da fração multinacional-associada da burguesia” e sim, o oposto, ou seja:

... a cessação do controle já ineficiente das classes subalternas por meio da ideologia consensual do populismo e sua substituição pelo controle coercitivo extremado. Em termos gramscianos, tratava-se de realçar o elemento da força em detrimento do elemento do consenso. Na execução dessa reviravolta, a fração modernizadora da burguesia agiu de maneira que lhe coubesse a cheia de toda a classe burguesa.³¹⁰

Entretanto, Gorender concorda com Dreifuss sobre o papel primordial da ESG e do IPES ao afirmar:

³⁰⁸ Para mais informações sobre a tendência de esquerda nos militares ver MORAES, J. Q.de, op. cit.

³⁰⁹ GORENDER, op. cit., p. 49, 53.

³¹⁰ Ibidem, p. 51 - 52.

Em ambas, estabeleceram-se vínculos entre o grande empresariado e a alta oficialidade das Forças Armadas, que permitiram a unificação de idéias e ações na montagem da operação de derrubada do Governo Goulart. O golpe não veio de Washington. Veio mesmo do Brasil. Mas o imperialismo norte-americano incentivou e ajudou de muitas maneiras. Contou para isso com a competência do embaixador Gordon, provavelmente o diplomata de maior destaque na história do Brasil.³¹¹

Na entrevista concedida à Revista Veja, Lincoln Gordon admite a participação no golpe que depôs João Goulart por considerá-lo fraco e despreparado, mas que não previra um regime de exceção tão prolongado. Afirmou ser de sua autoria a operação *Brother Sam*, colocando nas proximidades da costa brasileira navios para transportar cidadãos americanos para fugir do Brasil em caso de guerra civil. Informa ainda que, a pedido de empresários de São Paulo, a CIA chegou a encomendar “ao governo americano três navios tanques cheios de petróleo”, para o caso dos oleodutos serem dinamitados, sendo a operação suspensa, pois “o golpe sucedeu pacificamente”.³¹²

Segundo Dreifuss, da “íntima cooperação” entre civis e militares e entre as Forças Armadas dos Estados Unidos e do Brasil e seus serviços de segurança, resultava a convicção, no Exército, de que os militares deveriam desempenhar um papel de “moderadores” nos conflitos entre as facções das classes dominantes. “Esse mito do ‘poder moderador’ societário do Exército foi aceito e legitimado por muitos estudiosos de política brasileira em seus escritos históricos”, embora tenha provocado confrontações com os que tinham identificação partidária, pois muitas das figuras centrais da conspiração militar de 1961-1964, assim como figuras da administração pós-64, eram líderes de partidos políticos e que tinham se candidatado a eleições para o Congresso ou à Presidência, e que se identificavam publicamente com certos partidos de centro-direita, principalmente com a UDN, o PDC e o PSD.³¹³

Portanto, a polaridade existente na sociedade brasileira, a partir de visões de mundo diferentes, refletem as questões que remontam ao século XVIII quando os românticos começaram a reagir contra os caminhos trilhados pela sociedade moderna conduzida pelo projeto liberal da tradição iluminista.

³¹¹ Ibidem, p. 52.

³¹² GORDON, Lincoln. *Veja*, p. 30, 15 out. 1997.

³¹³ DREIFUSS, *op. cit.*, p. 81. Sobre a relação ESG e SNI ver STEPAN, *op. cit.*, p. 26 - 39; e SKIDMORE, *op. cit.*

Os nacionalistas românticos não viam no “velho liberalismo” ou no modelo clássico da economia liberal a solução para enfrentar os novos e grandes problemas da nascente sociedade industrial brasileira. Russell comenta que, nos países europeus onde o industrialismo pioneiro se desenvolveu, as reformas vieram lentamente, e os primeiros erros foram corrigidos. Para esse autor, “algumas dificuldades que envolvem o desenvolvimento de uma sociedade industrial foram menos cruéis porque, na ocasião, já se compreendia melhor os problemas”.³¹⁴ Mas, tal não aconteceu no Brasil. No final dos anos 1950, a ênfase no utilitarismo e no individualismo trazida pelo industrialismo do modelo liberal era também combatida pelos nacionalistas brasileiros, a exemplo do que faziam os românticos do século XVIII e XIX. Os utilitaristas, como os defensores do bloco ligado ao capital transnacional, buscavam realizar “reformas parciais e ordenadas, e a revolução estava muito longe dos seus objetivos”, ao contrário dos românticos revolucionários, defensores do nacionalismo radical que buscavam: uns poucos, transformação da ordem através de etapas, apoiando o poder institucionalizado, embora mantendo um jargão revolucionário; outros, nacionalistas-desenvolvimentistas, ou reformistas como eram chamados, buscavam mudanças graduais e progressivas dentro da ordem vigente e com apoio popular. E, assim, o utilitarismo e o individualismo dos defensores do liberalismo econômico no Brasil era combatido pelos românticos nacionalistas e populistas.

Portanto, João Goulart, na Presidência do País, ao pretender realizar “as reformas de estrutura”, provocou a crise do regime populista em atender, por um lado, aos interesses dos movimentos sociais mobilizados e, por outro, ao desafiar os “interesses multinacionais e associados”, cujo poder se fortalecera durante a concentrada industrialização da segunda metade da década de 1950. As dificuldades de Goulart foram agravadas, pois o Congresso transformara-se numa plataforma cada vez mais eficiente para a expressão dos interesses do “capital monopolístico transnacional”, que controlava as decisões de Estado, a “burguesia tradicional e setores oligárquicos”, restringindo, desse modo, a capacidade de tomada de decisão autônoma do governo.³¹⁵

Em 1964, a derrubada do governo do presidente João Goulart pelo bloco defensor do capital estrangeiro e por um “complexo político-militar” composto pela burguesia tradicional, a oligarquia, a UDN e militares, decorreu das propostas de reformas por este admitidas

³¹⁴ RUSSELL, op. cit., p. 376.

³¹⁵ WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.78; DREYFUSS, op. cit., p. 105; SKIDMORE, op. cit., p. 258 - 262.

publicamente e pela ascendência crescente das organizações sindicais nas decisões de Estado, atingindo os interesses desses grupos.

Dreifuss toma como modelo básico para a interpretação dos golpes na América Latina e, particularmente do Brasil, o da intervenção “bonapartista” dos militares. Para esse autor, a visão bonapartista do Estado pós-64 foi reforçada pela crença na autonomia “relativa” do Estado de exceção que, de acordo com Poulantzas, requer autonomia relativa para “reorganizar a hegemonia e o bloco de poder”. Os pesquisadores, ao supervalorizarem o papel dirigente das Forças Armadas e da função estratégica da “tecnoburocracia”, em detrimento da presença e das atividades dos empresários na política nacional, deixaram de lado diversos problemas, como a noção de uma classe ou de um bloco de poder governante. Assim, passaram a envolver o Estado na “aura de uma ‘autonomia relativa’”, eximindo-o das responsabilidades sociais e da prestação de contas aos cidadãos.³¹⁶

Como no período barroco, tanto os defensores do capital transnacional e da UDN como a esquerda nacionalista aliada ao governo de João Goulart, desenvolviam estratégia semelhante à adotada não só pela Igreja Católica no período da Contra-Reforma, como também pelos reformadores protestantes, os quais partiam dos mesmos pressupostos. Os diferentes grupos em luta adotavam o teatro como propaganda ideológica, cujo conteúdo do discurso alegórico e das dramatizações acentuava o lado grotesco e agressivo das questões relativas à obediência e à desobediência do poder instituído e ao perigo da subversão da ordem. Apresentavam a punição através do martírio do herói, que tanto podia ser um governante ou um homem do povo, tendo como cenário um mundo dilacerado, em ruínas. De igual modo, no período que antecede à ditadura militar no Brasil, o teatro, o púlpito das igrejas e diferentes meios de comunicação foram utilizados: por um lado, pelos movimentos de esquerda, principalmente pelos estudantes e intelectuais envolvidos com o Movimento Popular de Cultura, os CPCs, buscando transmissão uma cultura política para conscientizar as massas; e, por outro lado, pela direita ligada ao pólo multinacional e associado, através dos institutos e da cooperação de intelectuais de destaque e de militares, buscando transmitir uma contra-ideologia para controlar o poder do Presidente e a ascensão das massas.

Embora o apoio do governo às classes trabalhadoras ou aos grupos de esquerda e ao trabalhismo fossem vistos, pela direita conservadora, pelos militares e pela “elite orgânica” do

³¹⁶ DREIFUSS, op. cit., p. 487.

empresariado ligado ao mercado internacional, como o resultado do incitamento subversivo das massas, esta mobilizou, também, as classes médias numa campanha ofensiva, projetada para acentuar o clima de inquietação e insegurança e dar a aparência de um apelo popular às Forças Armadas para a intervenção militar. Essa “elite” que representava os interesses do capital transnacional, ao controlar o IPES e o IBAD, desenvolveu um trabalho semelhante ao do ISEB, embora partindo de outros pressupostos ideológicos. Através da inculcação de “valores modernizantes-conservadores”, alertava às classes média e popular sobre os riscos da quebra da hierarquia militar, sobre o perigo das greves constantes, sobre os riscos de organizações “paramilitares” (o “grupo dos onze” de Leonel Brizola) e a tomada do poder pelos comunistas.

A discussão dessas questões provocou o fortalecimento da sociedade nordestina, principalmente, no momento em que os segmentos médios da sociedade brasileira discutiam as questões regionais e nacionais. Diante dos fatos citados, nos anos de 1962 e 1963, a Região Nordeste passou a despertar a atenção não só do País, como do Exterior, transformando-se num dos fatores alegados para o desencadeamento do golpe militar de 1964.

Capítulo 4

O MUNDO EM RUÍNAS

A fisionomia alegórica da natureza-história, posta no palco pelo drama, só está verdadeiramente presente como ruína. Como ruína a história se fundiu sensorialmente com o cenário. Sob essa forma, a história não constitui um processo de vida eterna, mas de inevitável declínio. Com isso, a alegoria reconhece estar além do belo. As alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas. Daí o culto barroco das ruínas... 'A fachada partida, as colunas despedaçadas, têm a função de proclamar o milagre de que o edifício em si tenha sobrevivido às forças elementares da destruição, do raio, e do terremoto. Em sua artificialidade, essas ruínas aparecem como o último legado de uma Antiguidade que no solo moderno só pode ser vista, de fato, como um pitoresco monte de escombros'.

Walter Benjamin.

A repercussão do golpe de Estado no Nordeste

A efervescência política que agitava a sociedade brasileira produziu o cenário do golpe. Para Furtado, as tensões e o “clima que se criara no país, particularmente no Rio de Janeiro”, nos primeiros meses de 1964, indicavam que o presidente João Goulart não concluiria o mandato:

Tudo se passava como se ele estivesse preparando uma saída wagneriana. A tentativa falha do estado de sítio, último gesto para demonstrar aos militares que ia estabelecer autoridade no país, servira apenas para pôr a claro a fraqueza de seu ‘dispositivo militar’ e a falta de unidade das forças de esquerda.³¹⁷

O comício de 13 de março, na Central do Brasil, foi tomado pelos diferentes pólos de poder como uma virada decisiva de Jango à esquerda. Para Violeta Arraes, o golpe começou ali: “Foi impressionante... O clima estava esquisito e acho que Miguel foi muito discriminado nesse comício”. No dia seguinte, Miguel Arraes, a convite de sindicalistas, foi a Juiz de Fora, sendo desaconselhado por muitas pessoas a não comparecer, pois o ambiente político estava muito tenso. Entretanto, decidiu ir porque se sentia muito isolado em Pernambuco, e lá encontrou

³¹⁷ FURTADO, op. cit., p. 28.

evidências de violência iminente: “baionetas, soldados, tanques nas ruas e praças”. Nesse mesmo dia, dirigiu-se a Brasília e informou suas preocupações, ressaltando que achara Magalhães Pinto muito estranho, embora Jango se mostrasse confiante.³¹⁸

No Nordeste, os conflitos também estavam acirrados, principalmente na Paraíba. A visita programada a João Pessoa, por Carlos Lacerda, Governador do Estado da Guanabara, para 3 de março de 64, como candidato à Presidência da República nas eleições de 1965, não ocorreu. Os estudantes contrários à sua candidatura, no dia anunciado para a visita, organizaram manifestação de protesto, tendo como base a Faculdade de Direito da Universidade da Paraíba, situada na Praça João Pessoa, ao lado do Palácio do Governo. O grupo lacerdista, liderado pelos deputados Joacil Pereira e Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, na época estudante de Direito, arrombou o portão principal e invadiu a Faculdade. Na ação, contaram com o apoio do coronel Ednardo D’Ávilla Mello, comandante do 15º Regimento de Infantaria, na ocasião respondendo, também, pelo comando da Guarnição Federal. O Governo da Paraíba, em nota distribuída à imprensa, informou que a polícia havia encontrado coquetéis *molotov* e cigarros de maconha, declaração questionada pelo deputado Francisco Lemos, segundo o qual, antes da invasão policial, o Diretor da Faculdade de Direito, acompanhado do prof. Hélio Soares e do coronel Eduardo D’Ávilla, percorreu todas as dependências, não encontrando qualquer sinal de anormalidade e que os cigarros de maconha pertenciam à cadeira de Medicina Legal.³¹⁹

A “Chacina de Mari”, também na Paraíba, foi outro violento acontecimento ocorrido diante do clima de tensão no Nordeste, quando, da luta entre camponeses, policiais e milicianos, resultou a morte de onze pessoas de ambos os lados, tendo o Governador Pedro Gondim mandado instalar um quartel da Polícia Militar, em Sapé, com cento e vinte milicianos. Com a finalidade de manter a ordem e evitar novos conflitos, designou o coronel Luiz de Barros para o comando dessa operação, o qual, entretanto, mantinha “notórias ligações” com os líderes da LILA. Este ato significou para Lemos um dos sinais de mudança do Governador da Paraíba quanto à questão agrária, e de já estar comprometido com os golpistas. O fato ensejou protestos da esquerda e, embora o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, tivesse pleiteado junto ao Governo estadual a retirada do policiamento ostensivo, o governador da Paraíba não cedeu, pois tinha o apoio da Guarnição Federal. Diante desse fato, a reação dos camponeses de Sapé foi a de

³¹⁸ Cf. ARRAES, Violeta. **Revista PALAVRA**, op. cit., p. 14.

³¹⁹ LEMOS, op. cit., p. 183 - 185.

tomar de assalto o quartel e, para tal empreitada, já estavam organizados, sendo dissuadidos por Lemos para aguardar o resultado de sua ida ao Rio de Janeiro, a fim de obter apoio das lideranças políticas, sindicais e estudantis numa campanha nacional, com o intuito de forçar o Governador a refluir sua posição. Após denunciar as ocorrências no Congresso Nacional, Lemos recebeu o apoio das mais expressivas lideranças nacionais, não ocorrendo o encontro marcado para 5 de abril em decorrência do golpe.³²⁰

No Recife, Violeta Arraes Gervaiseau, ao rememorar os fatos, informa que viviam em “vigília cívica”: estudantes, lideranças sindicais, deputados, os servidores da SUDENE etc. “Todos os dias iam ao Palácio das Princesas em busca de notícias, saber o que estava acontecendo e o que não estava acontecendo. Uma ansiedade de doer”.³²¹

Atendendo o convite de Miguel Arraes, ao retornar de Brasília, o deputado Lemos se dirigiu ao Palácio das Princesas, antes mesmo de voltar à Paraíba. Em lá chegando, Arraes declara:

Voltei do Sul convencido de que graves problemas estão para acontecer no País. O esquema militar de Jango é fraco, os Grupos dos Onze de Brizola não têm qualquer peso. Precisamos tomar algumas providências aqui, no Nordeste, para nossa defesa, porque não podemos confiar em mais nada... Vamos marcar uma reunião, inicialmente, com um representante de cada Estado do Nordeste e, para isso, estou convidando você, pela Paraíba, o prefeito de Natal, Djalma Maranhão, pelo Rio Grande do Norte, o Moura Beleza, pelo Ceará, o ex-deputado e jornalista Jaime Amorim Miranda, por Alagoas, e o Gilberto Azevedo por Pernambuco. Após as concentrações na Paraíba precisamos tomar as primeiras providências, porque a situação é gravíssima.³²²

Na Paraíba, no dia 31 de março, em Cruz das Armas, a manifestação programada foi desfeita por um “choque” do 15º Regimento de Infantaria, que desligou a energia elétrica, efetuou prisões e apreendeu o caminhão que serviria de palanque. Como também tivessem cortado as ligações telefônicas, Lemos só tomou conhecimento das declarações do Secretário do Interior de Minas Gerais através das emissoras de rádio, quando este informava que o levante dos Generais Mourão Filho e Carlos Guedes contara com o apoio do Governador Magalhães Pinto e, também, o apoio do Governador Ademar de Barros, de São Paulo. As emissoras de rádio também emitiram a proclamação do Presidente João Goulart, determinando que as tropas do I Exército, sediadas no Rio de Janeiro, se deslocassem para enfrentar as tropas rebeladas. Ao ouvir as notícias, Lemos e

³²⁰ Ibidem, p. 197.

³²¹ ARRAES, Violeta. **Revista Palavra**, op. cit., p. 14.

³²² In: LEMOS, op. cit., p. 200.

Laurindo se dirigiram altas horas da noite para o Recife para receber orientação de Arraes, com a intenção de mobilizar camponeses, operários, estudantes e a população em geral “em favor da legalidade e do Presidente João Goulart, contra o golpe em marcha”.³²³

O clima de fermentação política que antecedeu o golpe no Recife é assim contado por Celso Furtado em *A fantasia desfeita*:

Na SUDENE, nossa atividade era febril, pois eu desejava que tudo estivesse em ordem para qualquer eventualidade. No dia 31 de março, estava em meu gabinete quando, às 22h30, entrou um auxiliar para informar-me de que ouvira pela Voz da América que uma sublevação militar brotava em Minas Gerais, citando os nomes dos cabeças, etc. Engoli meu travo de humilhação pensando que seria sempre pelos “irmãos do Norte” que tomaríamos conhecimento do que de importante acontecia entre nós. Várias confirmações chegaram em seguida. À meia-noite, um vigia subiu nervoso informando que militares haviam postado uma metralhadora em face do edifício. Saí do meu gabinete à 1h30 de 1º de abril, e a metralhadora havia sido escondida, ou eu não a vi.³²⁴

Ao sair da SUDENE, Furtado dirigiu-se imediatamente ao Palácio das Princesas, sede do Governo de Pernambuco, para atender o convite do Governador do Estado. No início da reunião, convocada para as 8 horas, chegou ao recinto do Palácio, sede do Governo do Estado de Pernambuco, o prefeito de Recife Pelópidas Silveira. Celso Furtado avisou que o “Reporter Esso” acabara de anunciar o apoio ao golpe militar do general Justino Alves, o comandante do IV Exército, sediado na Região. Nelson Rosas, delegado da Secretaria Assistente para a região, com sede na cidade do Cabo, assim relata os acontecimentos:

Eu me lembro que saí do Palácio do Governo no dia 31, à noite, e as pontes já estavam tomadas pelo Exército. Tinha quase certeza que no dia seguinte não conseguiria voltar. Mas consegui. Eu me lembro que ouvi no Repórter Esso, em edição extraordinária, por volta das oito horas da manhã, a leitura de uma declaração dos chefes militares locais pondo-se ao lado dos golpistas. Quer dizer, Arraes, pelo menos pela conversa que estava tendo conosco naquela ocasião, não imaginava que o comandante do IV Exército tomasse aquela posição. Ainda jogava na solidariedade dele a João Goulart, que o comandante do IV Exército não aderiria ao golpe. E a informação da adesão foi ouvida pelo rádio, em plena reunião com secretários e auxiliares. Ninguém estava preparado, e muito menos o governo.³²⁵

Apesar de o general Justino Alves ter assegurado solidariedade ao Presidente Goulart, Arraes não estava seguro de sua fidelidade e já havia antes solicitado sua substituição do comando do IV Exército pelo General Altair Franco Ferreira. O general Justino, apesar de ter

³²³ Idem, p. 204 - 206.

³²⁴ FURTADO, op. cit., p. 190.

³²⁵ In: GOUVEIA, op. cit., p. 110.

renovado sua fidelidade ao Presidente, manteve o Parque 13 de Maio totalmente tomado por tanques, metralhadoras e centenas de soldados. Solicitou, depois, a interferência do governador Arraes junto às lideranças sindicais para evitar a participação na greve geral decretada pela CGT, PUA e Federação Nacional dos Ferroviários; e para sustar a construção de barricadas no Quartel da Polícia Militar. Alegou que, sem perturbação da ordem, ele poderia contornar a reação de alguns coronéis para manter o IV Exército na legalidade e fiel ao Presidente João Goulart.³²⁶

Furtado assim descreve o estado físico e emocional do Governador Miguel Arraes e a cena da qual faz parte:

Tinha aspecto cansado, e mesmo doente, exibindo uma forte inflamação em um dos olhos. Vestia roupão, como se houvesse saído da cama. Enquanto ele falava, observei as fisionomias apreensivas dos presentes”. ...“Estavam aqueles generais em revolta, a mais de dois mil quilômetros de distância, modificando o nosso destino. As fisionomias tensas, vincadas de rugas, de olhos esbugalhados fixos no governador, lembravam-me um quadro de pintor clássico flamengo. Muitas das pessoas presentes haviam vivido intensamente aquele curto período de tempo em que o campo do possível, sempre tão estreito no Nordeste, se abria, permitindo que fossem feitas algumas coisas importantes. Como por um passe de mágica, tudo agora estava suspenso no ar, na dependência do que decidissem aqueles generais.³²⁷

Arraes estivera ao telefone falando com o presidente da República, tendo este solicitado a união dos governadores do Nordeste “em torno de um manifesto legalista em defesa dos mandatos e da Constituição”, sendo realizada a tentativa de trazer ao Recife os governadores da região. Para isso, Francisco Oliveira colocou aviões da SUDENE à disposição dos governadores, entretanto, apenas se manifestaram a favor Petrônio Portela, do Piauí, e Seixas Dória, de Sergipe. O governador da Paraíba, ao consultar o secretariado, ficou sob a pressão do grupo dividido, não aderindo ao chamado de Arraes. Ao telefonarem para o Sul, não conseguiram maiores informações de Brizola, nem do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema. Para Furtado, parecia que eles estavam “voando sem nenhuma visibilidade”, até que chegou a primeira notícia com a informação de que o general Amaury Krueel, tido como “amigo” de Goulart e comandante do II Exército, com sede em São Paulo, aderira ao movimento.³²⁸

³²⁶ LEMOS, op. cit., p. 211, 212; CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como foi**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 338 - 339. Sobre outra versão da prisão de Miguel Arraes e da posição assumida pelo gen. Justino Alves Bastos, ver SILVA, Hélio. **1964: golpe ou contragolpe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

³²⁷ FURTADO, op. cit., p. 191.

³²⁸ Idem, p.191; LEMOS, op. cit., p. 209 - 210.

A representação da cena shakespeareana da deposição de Arraes é assim relatada por Celso Furtado:

Eu acompanhava pela janela a cena de pantomima militar em torno do Palácio, e quando me voltei vi que estava na sala um capitão do Exército, acompanhado de um praça que trazia uma metralhadora e de um praça que trazia um fuzil de baioneta calada. Arraes estava no banheiro. Quando saiu, recebeu ordem de prisão.³²⁹

Arraes recebeu uma comissão formada pelos coronéis Costa Cavalcanti, Dutra de Castilho e Ivan Rui que tentavam negociar, através de três propostas: convencer Jango a renunciar; aceitar que o IV Exército indicasse o Secretário de Segurança; demitir o cel. Hango Trench do comando da Polícia Militar. Havia grande nervosismo no Palácio, pois tropas do exército cercaram a área enquanto parlamentavam. Como Arraes não concordasse com as propostas, ao sair, numa certa distância, o coronel Castilho parou, como para esperar o governador e disse em voz alta: Governador, o senhor está deposto por ordem do IV Exército. Arraes retrucou: “Deposto não. Poderei estar preso. Ninguém pode tirar o mandato que me outorgou o povo. Considero uma desatenção que me hajam cercado enquanto conferenciávamos a portas fechadas”. Meio desorientado, o coronel respondeu: “Não houve cerco, apenas mudança de guarda. O senhor pode retirar-se para sua residência”. Violeta, do alto da escada faz um sinal para Arraes que retruca: “Aqui é minha casa. Só saio preso”.³³⁰

Como em um drama barroco, principalmente na dramaturgia de Shakespeare, nas questões e decisões que envolvem o poder de Estado, além do governante e de seus ministros ou do grupo de poder, a família também estava presente e interferia nas grandes decisões. E, assim, Violeta Arraes Gervaiseau, irmã de Miguel Arraes, relata os fatos que presenciou no Palácio das Princesas, após a noite de vigília:

... e estavam lá muito tempo: o Celso, Chico Oliveira, o pessoal da SUDENE... Todos (os familiares) tinham saído para tomar café em casa e Pierre (esposo de Violeta) e Madalena (esposa de Arraes) tinham saído para atender uma determinação nossa, da família, de que em vários momentos importantes como no governo anterior, quando do Estado de Sítio (e Miguel, aliás, foi dos poucos oradores, ele e Carlos Lacerda, que foram contra o Estado de Sítio), quando houve sempre vários momentos de tensão (houve invasão de polícia), havia sempre uma decisão nossa. Era que, acontecesse o que acontecesse, nada haveria que alterasse o ritmo normal da vida das crianças.

Violeta ficara no Palácio para apoiar o irmão e dar assistência aos que lá se encontravam e, quando o marido retornou, o palácio estava cercado, não lhe sendo permitido entrar. Embora o

³²⁹ FURTADO, op. cit., p. 195 - 196.

³³⁰ LEMOS, op. cit. p. 212.

Governador estivesse preocupado em que todos saíssem por se tratar de uma situação que assumia as características de um golpe de Estado, recomendando que deveriam “cuidar de suas vidas”, mas alguns, como Celso Furtado, o Secretário de Governo, e outras lideranças, tentavam resistir e permanecer juntos, até que foram obrigados, por um oficial do Exército, a abandonar o local, só permitindo ficar, além dos que lá trabalhavam, uns poucos familiares. Ao permanecer no Palácio, Violeta olhava constantemente através da janela, buscando contato com o marido e os filhos, quando viu o marido nas grades do prédio, ocasião em que um oficial lhe assegurou que eles iriam entrar: “E aí, só nós ficamos até o anoitecer... Teria esperado o fim do dia”...

O jornal *Diário da Noite*, no dia 2 de abril, divulgou a notícia de que o vice-governador Paulo Guerra, antecipando-se aos acontecimentos, às 15 horas, ocupou o primeiro andar do Palácio do Governo, antes mesmo da saída de Miguel Arraes que se encontrava no 2º andar.³³¹ Entretanto, os militares só retornaram às sete horas da noite, conforme Violeta rememora a cena:

Estavam impecáveis em seus uniformes de gala. Tinham até luvas. Entregam um documento a Miguel. Ele abre o envelope e lê em voz baixa. Vai passando o papel para nós: o documento dizia em linguagem sóbria e oficial que, dado o contexto geral do País, o Exército brasileiro se sentia obrigado a custodiá-lo, garantindo sua integridade física e moral.³³²

Após a prisão do governador Miguel Arraes, os direitos civis de sua família e dos correligionários políticos, também, não foram respeitados. Uma das primeiras providências do coronel Castilho foi interditar a entrada e saída de pessoas do Palácio, pois os militares temiam que a família do governador Miguel Arraes, ajudada pelos correligionários, deixasse Pernambuco e organizasse a resistência ou fugisse quando este fosse libertado. Diante da alegação de Violeta de que não poderiam fugir, pois as roupas dos sobrinhos e da família estavam no Palácio, o coronel permitiu-lhes retornar escoltados, já à noite, para retirar os pertences. O intuito do general Caldeira e do coronel Aquino, movidos por questões pessoais, era o de manter na prisão os familiares de Arraes. Os militares pediam a identidade de quem chegava e de quem saía, embora se desculpassem. Segundo a narrativa de Violeta, um deles, ao pedir desculpas a dona Benigna, mãe de Arraes, declarou:

A senhora nos desculpe. Nós estamos aqui em missão. Sempre fomos fiéis a seu filho, mas temos obrigações. A senhora saiba que temos muito reconhecimento a ele porque nenhum governador tratou tão bem a polícia: tivemos importantes reformulações, tivemos

³³¹ Arraes afastado pelo Exército: Paulo Guerra assumiu o governo. *Diário da Noite*, Recife, 2 abr. 1964.

³³² ARRAES, Violeta. *Revista Palavra*, op. cit., p. 15.

professores tão importantes quanto os das Universidades, mas, no entanto, se ele tivesse sido deposto por ser ladrão, assassino... Mas, por essas razões, eu só tenho orgulho.

As pressões sobre a família eram constantes. O Exército, em lugar da Polícia Militar, passou a vigiar a casa e, quando os soldados começavam a dar notícias e estabelecer algum vínculo de amizade com a família, eram substituídos. Violeta, ao tentar sair de casa para solicitar ajuda de Dom Helder, foi impedida pelos militares, salvando-se da prisão por ter apresentado um cartão que lhe tinha sido dado por um coronel do Exército. Só assim conseguiu falar com Dom Helder e, através da interferência deste junto ao General Castelo Branco, que assumira a Presidência da República, a família permaneceu em prisão domiciliar, preferindo permanecer junta, mesmo sem permissão para sair, pois a polícia de Pernambuco havia cercado a casa. Os militares exerciam outros tipos de pressão, principalmente sobre o marido de Violeta, o francês Pierre Gervaiseau, quando saía para resolver problemas no Município do Crato, no Ceará. Ao retornar, sempre voltava escoltado por dois militares e o carro da polícia passava constantemente em frente de sua residência. Violeta assim expressa sua angústia: “Eu só tinha um desejo: era melhor que eles viessem me pegar porque eu já não agüentava mais aquela pressão”.³³³

Como o personagem da peça Rei Lear, de Shakespeare, Violeta Arraes Gervaiseau e família e Almeri Bezerra de Mello são obrigados a sair do País em cinco dias, uma situação bastante semelhante à do Conde de Kent, que é expulso da Grã-Bretanha pelo pai:

*Hear me, recreant!
On thine allegiance, hear me! –
Since thou hast sought to make us break our vow, -
Which we durst never yet, - and with strain'd pride
To come betwixt our sentence and our power, -
Which nor our nature nor our place can bear, -
Our potency made good, take thy reward.
Five days we do allot thee for provision
To shilde thee from disasters of the world;
And on the sixth to tourn thy hated back
Upon our kingdom: if, on the tenth day following
Thy banish'd trunk be found in our dominions,
The moment is thy death. Away! By Jupiter,
This shall not be revok'd.*³³⁴

³³³ Idem, p. 15.

³³⁴ SHAKESPEARE, William. **O Rei Lear**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. Ato I, cena I, p. 30 - 31.

Lear- “Ouve covarde, em tua servidão!
Pois queres que quebrems nosso voto
– O que jamais fizemos – e entre nosso
Poder e nossa ordem te intrometes,
Afrontando-nos cargo e natureza,

Após a visita do secretário da Embaixada da França, diante da cidadania francesa do casal, o caso foi tratado com o repatriamento de Pierre Gervaiseau e família, uma situação para ser resolvida administrativamente, sob a ameaça de se tornar um caso diplomático entre o Brasil e a França. Violeta assim rememora o fato: “de repente, eles me avisam e me chamam lá na Delegacia e foi para dizer que eu estava expulsa do País, no avião que saia no dia seguinte às 5, eu tinha que ir embora. Mas nós tínhamos mandado os nossos filhos, o Cônsul tinha conseguido isso. Por que foi isso?” A interpretação dos fatos para ela é que, com a viagem dos oficiais que vinham atuando no caso de sua família para a Bahia, assumiu o posto um coronel, do qual não se lembra do nome, que obedeceu às ordens do Itamarati e do Presidente Castelo Branco. Daí a interpretação de que certas situações ocorridas nesse período fugiram ao controle do grupo que assumiu o poder, ficando o País “dividido em capitânias hereditárias”, pois “as zonas do Brasil eram dominadas, praticamente por pessoas, sobretudo militares, que tinham contribuído para esse jogo”.

O mesmo tipo de pressão caiu sobre Almeri Bezerra de Melo que, às vésperas do golpe de 64, se encontrava em Belo Horizonte numa reunião convocada pela AP, uma “reunião dos sábios da AP”, como era chamada na época, da qual também faziam parte Paulo Freire, Betinho, Vinícius Caldeira Brandt, José Serra e outros. Embora Almeri não compreendesse, no momento, por que a reunião estava muito agitada, entretanto, “o clima do golpe já estava solto no ar”. No retorno, quando ainda se encontrava no Rio de Janeiro, o golpe eclodiu “nesse exato momento”. Ao chegar no Recife, tentou continuar as atividades junto à AP, mas passou a sofrer pressões... Ele assim narra a situação:

Ocorreram tentativas de criar fatos, criar coisas para que pudessem justificar minha prisão e, finalmente, terminou na pressão eclesiástica. A pressão foi feita sobre Dom Helder para que eu deixasse o país. Diziam eles, os coronéis que foram ao Palácio, inclusive um cearense, que era o Ibiapina, o Murici, que era muito amigo, mais o coronel Bandeira, que era daqui de Recife, foram a Palácio para informar que não garantiriam a minha vida se eu não saísse do Brasil.

De nossa autoridade eis a resposta:
 Em cinco dias junta o necessário
 Para que enfrentes os males do mundo;
 No sexto volta as costas odiosas
 Ao nosso reino: e se acaso no décimo
 Teu tronco banido ainda se veja
 Em nossos domínios, morrerás. Fora!
 Por Júpiter, não voltarei atrás.

Por conta de suas idéias e da atividade educativa e política, Almeri foi considerado perigoso para o regime: por um lado, pelo fato de ser apresentado como “pai de uma idéia subversiva”, o “ideal histórico” e, por outro lado, diante do fato de ter trabalhado com Paulo Freire, que representava um perigo, pois seu método, através do processo de conscientização do analfabeto, alteraria o tipo de dominação tradicional exercido sobre a massa de analfabetos.

... o fato de eu ter trabalhado no programa de educação de adultos de Paulo Freire, foi um motivo muito forte, também, porque: com aquela história de que você podia alfabetizar em 40 horas, o alfabetizando poderia tirar carta de eleitor, o analfabeto virava, portanto, eleitor. Isso era percebido como uma grave ameaça. Eu tive uma entrevista com o governador do Ceará, o Távora. Fui lá fazer uma campanha para lançar o método Paulo Freire e ele me disse: “Olhe, aqui no Ceará, o equilíbrio político foi conseguido com muito cuidado e com muita dificuldade e eu não permito nada que venha quebrar esse equilíbrio”. Quer dizer, na cabeça dele, você alfabetizar um pessoal que era tido de esquerda; você alfabetizar, de repente, em quarenta dias, quarenta horas, não sei quantos milhares... Na cabeça dele era isso. Você criava uma força eleitoral, necessariamente de esquerda, ameaçava o equilíbrio do Estado. “Isso aqui eu não permito”, ele disse claramente. Muito na brincadeira... “Não permito, não interessa”. Então esse foi o outro motivo.

Portanto, a mudança do peso da balança que tendia, predominantemente, para a elite empresarial e latifundiária, era uma situação temida pelo grupo de poder que se opunha a João Goulart, sendo identificada por Antônio Callado como uma das características da elite brasileira que elaborara uma Constituição, a de 1946, na qual se admitia ser o País “governado por analfabetos” que não fossem “eleitos por analfabetos”, ou seja, existia o impedimento do analfabeto votar, mas, para governar nada o impedia. Embora Callado admita haver uma certa simplificação na frase citada, entretanto, corresponde à realidade do eleitorado brasileiro, cuja “metade de sua população” não tinha direito a voto em consequência de “governos tão analfabetos” que transformavam a pasta da Educação em “um prêmio de consolação de partidos políticos ou Estados menos aquinhoados”.³³⁵

O outro fato que pesava na decisão de retirar Almeri do Brasil estava na atividade política desenvolvida. Publicava semanalmente artigos de página inteira no jornal Última Hora, de Samuel Weiner, cujo tema era “o cristianismo hoje” etc., mas seus escritos tinham “um tom mais de esquerda”. Esses fatos foram suficientes para os militares pressionarem para sair do Brasil, uma situação rejeitada inicialmente por Almeri, mas que tornou sua vida “bastante perigosa”, tendo que esconder documentos para não constarem como provas de sua atividade.

³³⁵ CALLADO, op. cit., p. 149.

Como eu tinha o hábito de guardar, gostava de colecionar documento do movimento estudantil, tinha um arquivo bastante bom na sede da JUC numa igreja. Uma igreja, mais ou menos abandonada, que se tinha transformado num lugar, numa espécie de ossuário, um cemitério, coisa assim. Já tinham tirado os restos e tinham muitos túmulos vazios. E quando veio o golpe, o grupo de JUC decidiu esconder essa documentação num túmulo e alguém denunciou à polícia. Então eles estavam atrás de encontrar esse túmulo para me denunciar como profanador de túmulos. Quer dizer, um negócio assim, para a opinião, um padre profanando os túmulos era uma coisa muito séria. Infelizmente ou felizmente para mim, o Ibiapina não se conteve e denunciou para D. Helder. Eles estavam procurando porque sabiam que eu tinha escondido. Nem que não tivesse sido eu, pessoalmente. D.Helder me chamou e disse: “Mande tirar isso imediatamente”. ... A gente conseguiu e, na hora mesmo em que estava fazendo, a polícia tentou abrir a porta, mas estávamos com chave e se tomou providência para bloquear e tal...

Embora Dom Helder não tenha aceitado as pressões, comunicou-as a Almeri que as apresentou à “sua Igreja”, como ele considerava o grupo da JUC e da Ação Católica. Durante uma “grande reunião”, esses grupos concluíram ser prudente a saída de Almeri, já que o Estado, “a força que estava dominando”, não lhe dava condições para assegurar a integridade moral e física. Para Almeri, o general Murici e os coronéis citados eram os “cabeças do golpe”. A atitude deles em pressionar Dom Helder, uma autoridade eclesiástica, decorrera do fato de ele ser “uma pessoa conceituada na cidade” e de ter relações de amizade com o general Murici, que o avisara poucos dias antes do golpe para se “precar”. Outra pessoa que interferiu na situação de Almeri foi a filha do coronel Antônio Bandeira, enviando um telegrama para o pai, ameaçando-o de que, se alguma coisa lhe acontecesse, ela viria para o Recife. E, assim, ele saiu do Brasil para a Europa, viajando como passageiro VIP do mesmo avião que transportava Violeta e o marido, numa situação privilegiada por ter cedido o lugar a Pierre, que preferira viajar ao lado da esposa, pois o governo francês não tivera a gentileza de conceder a ela a mesma regalia de seu importante funcionário público.³³⁶

Assim, a resposta desses nordestinos banidos poderia ser a mesma do Conde de Kent:

*Fare thee well, king: sith thus thou wilt appear,
Freedom lives hence, and banishment is here.*³³⁷

Francisco Julião pressentia a possibilidade “de alguma coisa acontecer”, mas não via a possibilidade de ser desfechado um golpe militar, diante da mobilização popular, do entusiasmo,

³³⁶ MELLO, Almeri Bezerra de. **Para além dos verdes mares**. Olinda (PE): Ago. 2000, p. 4 - 5.

³³⁷ SHAKESPEARE, op. cit., p. 32 – 33.

Kent - Adeus, rei, se queres ser o que ouvi;
Liberdade é lá fora, o exílio aqui.

das liberdades, da força adquirida pelo Congresso que se transformara “num cenário importante na ampliação da democracia no Brasil...” Às vésperas do golpe, no dia 31 de março, dirigiu-se para o Congresso em Brasília, ocasião em que fez seu último discurso como parlamentar. Acreditando que esses direitos seriam respeitados, permaneceu nos dias seguintes na Câmara com outros parlamentares, só afastando-se para dormir. Embora avisado no dia 7 de abril pelo senador Aarão Steinbruck da iminência da cassação de seu mandato e de outros parlamentares, dirigiu-se ao plenário e solicitou um aparte ao deputado Tenório Cavalcante, fazendo rapidamente um pronunciamento, quando reafirmou sua posição contrária ao “Movimento” e fez a sua “profissão de fé marxista, com toda a tranqüilidade”, solicitando que suas declarações constassem nos anais da Casa. Ao sair apressadamente, já encontrou os tanques do Exército postados diante do Congresso, que ali estavam para “‘garantir’ o seu funcionamento e assegurar a tranqüila ‘eleição’ do novo Presidente, um marechal”. Julião aceitou a carona do deputado Aduardo Lúcio Cardoso, líder da UDN e, portanto, da oposição, que lhe reafirmou a amizade e, durante o trajeto, rabiscou no jornal uma mensagem: “Está tudo perdido”. A partir desse momento, Julião iniciou imediatamente os preparativos para a fuga.³³⁸

Na prefeitura de Natal, como no Palácio das Princesas, no Recife, o clima que antecedeu o golpe era de expectativa e tensão. No dia primeiro de abril, ao tomar conhecimento através de noticiário radiofônico, do movimento deflagrado no País, Djalma Maranhão, diante de suas convicções de defesa da ordem legal, redigiu e divulgou um Manifesto, no qual definia suas posições diante dos acontecimentos. Instalou na Prefeitura “o Quartel General da legalidade”, com três aparelhos receptores para acompanhar os acontecimentos. Maranhão tentou entrar em contato com os comandos militares sediados em Natal, mas estes nada informaram sobre o assunto. Durante o dia e à noite, dezenas de pessoas compareceram à Prefeitura para colher informações sobre o desenrolar dos acontecimentos e prestar solidariedade. Às 22 horas desse dia, o Exército invadiu o prédio da Prefeitura e expulsou os presentes, conforme relata Mailde Pinto Galvão, assessora de Djalma.

No gabinete do prefeito, isolados de qualquer informação oficial, continuávamos juntos, mas nada restava a fazer ou dizer. Surpresos e assustados, ouvimos os passos fortes e apressados de pessoas subindo as escadas. Logo, um oficial do Exército, chefiando uma patrulha compostas por muitos soldados, empurrava, com um chute, a porta lateral do gabinete. Apontando uma metralhadora em nossa direção, o oficial gritava, muito nervoso: “Acabou a baderna. Pra fora, seus comunistas!” ... Perplexos e paralisados ficamos em

³³⁸ SANTIAGO, op. cit., p. 147 - 169; JULIÃO, Francisco. **Até quarta Isabela**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986. p. 19.

silêncio. Djalma ensaiou um passo em direção ao militar; talvez tentasse um diálogo, mas recuou. O líder sindical Evlin Medeiros foi reconhecido pelo nervoso oficial, preso e levado para as celas do 16º RI. Foi ele o primeiro preso político da ditadura militar no Rio Grande do Norte. Sem alternativas fomos saindo, sem palavras, estonteados, cada um com o seu espanto e o seu medo. Tivemos uma longa noite de insônia.³³⁹

Apesar da invasão da Prefeitura e da confirmação do golpe, Djalma Maranhão e sua equipe comparecem ao expediente no dia seguinte. Às 17 horas, os militares chegaram à Prefeitura para prendê-lo, conduzindo-o ao Quartel-General do Exército, onde foi apresentado ao coronel Mendonça Lima. Assim Djalma Maranhão relata o fato:

Fui traído pelo comandante da Guarnição, em Natal, Coronel Mendonça e Lima, que me assegurou lealdade ao Presidente da República e que, se bandeando para o golpe, após invadir a prefeitura com tropas militares, convocou-me ao Quartel General, oferecendo-me liberdade em troca de minha renúncia. Recusei em nome da minha honra e do respeito ao povo que me conferira o mandato por mim desempenhado... preso, fui entregue ao IPM dirigido pelo Capitão Ênio de Lacerda. Este, com técnicas da GESTAPO de Hitler devassou a prefeitura, sindicatos, Estradas de Ferro, Correios e Telégrafos e Diretórios Estudantis, prendendo dezenas de pessoas e chegando a torturar presos políticos. Enodoava, assim, o Exército de Caxias do qual enverguei a gloriosa farda, marchando, em São Paulo, nas lutas de 1932, nos anos de minha juventude.³⁴⁰

Diante da recusa de renunciar ao cargo em nome da honra e do povo que o elegeu, o Prefeito foi levado preso. Moacir Góis, também assessor de Maranhão, relata que ele “sai com um rádio debaixo do braço – sua única arma”, sendo preso no Quartel General em cela exígua com sentinela na porta.³⁴¹

A prisão de Marcos de Castro Guerra e de seus companheiros envolvidos com o *Programa de Pé no Chão Também se Aprende a Ler* ocorreu em Sergipe, antecedendo a prisão do Prefeito de Natal. Diante dos resultados obtidos no processo de alfabetização, os grupos do Rio Grande do Norte e do Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco (SEC), que era dirigido por Paulo Freire, foram convidados para abrir o programa experimental de Sergipe, dividindo o trabalho com a manutenção do programa no RN. Marcos Guerra assim relata a prisão:

³³⁹ GALVÃO, Mailde Pinto. op. cit., p. 19 - 20.

³⁴⁰ MARANHÃO, Djalma. 1984, op. cit., p. 69 - 73.

³⁴¹ GÓIS, Moacir de (org.). **Dois livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal (RN): Gráfica do Banco do Nordeste, 1999, p. 74 - 75; GALVÃO, op. cit., p. 21 - 26; MARANHÃO, Djalma. In: Inquérito Policial Militar. 29 jul. 1964. p. 277 - 289.

No dia 01 de abril eu estava com a equipe em Sergipe. Tentamos durante dois dias alguma articulação para poder fazer alguma coisa, vimos que não adiantava muito e, tomamos a estrada para voltar pra cá, por terra e fomos presos em Caruaru, transportados algemados em cima de *jeeps* e presos em Recife, na 2ª Cia. de Guardas. No dia dois de Abril os nossos escritórios de Sergipe foram visitados por forças do Exército tentando descobrir o material subversivo que nós produzíamos. A mesma coisa aconteceu no RN.

Na 2ª Companhia de Guardas, Marcos Guerra permaneceu preso ao lado de Paulo Freire e da maior parte do secretariado de Miguel Arraes “nas mãos do coronel Ibiapina”, que fazia a triagem dos prisioneiros. Por alguma circunstância, Marcos teve o privilégio de ficar sempre na Cia. de Guardas, entendendo na época que o coronel queria que estivesse sempre à disposição. Os outros presos eram transportados para outros lugares, após a triagem e os interrogatórios mais duros. Entretanto, Marcos compreendeu o fato, posteriormente, em decorrência da posição assumida por seu pai:

Talvez uma das razões que fez Ibiapina me guardar junto à Cia de Guardas foi que papai foi me visitar, não sei quando... Na primeira semana de abril... E vê aquele filho sendo acusado de comunista por estar dirigindo um programa de educação... Ouve o coronel dizendo que o programa do Paulo Freire era orientado pela União Soviética... “Nós não temos condição de alimentar toda a população brasileira, nem dar casa para toda a população. É subversão. O povo compreenderia que teria esse direito, que ele poderia exigir. Isso é para derrubar governo. Isso é subversão”. Papai, liderança católica bem democrática, comprometido com a distribuição de renda e direitos... Ele me olhou e disse: “Meu filho, agüente, não baixe a cabeça”. Isso foi, seguramente, o melhor estímulo que um jovem poderia receber para não baixar a cabeça naquele processo que se iniciaria.

O pronunciamento do coronel em alegar que o programa de Paulo Freire era subversivo porque o povo compreenderia seus direitos e tentaria tomar o poder, demonstra como os militares atuavam diante do exercício do tipo de dominação tradicional, uma situação que também pode ser constatada na rejeição do governador do Ceará, coronel Virgílio Távora, em adotar o método para erradicar o analfabetismo no Ceará. Para Marcio Moreira Alves, o processo contra Marcos Guerra tornou-se uma tentativa do coronel Hélio Ibiapina envolver o governador Aluísio Alves, mas também, um processo contra o método Paulo Freire, tendo sido apresentada farta documentação pelos seus defensores na tentativa de demonstrar “que alfabetizar adultos não era, propriamente, promover a subversão da ordem jurídica do país, como o entendiam seus carcereiros”.³⁴²

Foram tantas as prisões e solturas que Marcos Guerra não conseguiu reter na memória a duração do tempo em que esteve preso. Seu pai, professor Oto Guerra, militante e advogado,

³⁴² ALVES, Marcio Moreira, op. cit., p. 193.

“comendador papal e uma das figuras mais respeitadas do laicato tradicionalista do Estado”, segundo o relato de Márcio Moreira Alves, e, com outros três advogados de Natal, Roberto Furtado, Carvalho Neto e Varela Barca, defendiam a maioria dos que estavam envolvidos em questões de educação popular ou de sindicato, conseguindo *habeas corpus* para libertá-los, mas eram novamente presos.

Então, eu saí de prisão não me lembro se doze, quatorze, ou dezesseis vezes, porque se podia fazer um *habeas corpus* e tinha que se contar 90 dias de prisão para fazer outro. Eu me lembro da primeira vez que saí de prisão em Recife. Dormi no Colégio Salesiano, voltei para Natal e fui preso de novo. Depois a coisa se aperfeiçoou e éramos presos na calçada de saída. Éramos soltos da Cia de Guardas e a liberdade durava cinco minutos e éramos presos de novo. E eles, então, nos obrigavam a contar 90 dias para caracterizar uma prisão arbitrária. Então eu fui preso várias vezes, saí por alguns períodos, depois se conseguiu a transferência aqui para Natal, permaneci preso no 16º Regimento de Infantaria e depois conseguimos uma prisão domiciliar com obrigação de me apresentar ao Quartel General uma vez por semana e o direito de ir, exclusivamente, à Faculdade. Não tinha direito de ir a outro lugar. De maneira que o que ficou muito claro para mim é que qualquer resfriado de algum dirigente militar, ou qualquer coisa que fosse interpretada como uma nova ameaça ao regime que eles tinham instaurado, representava uma nova prisão arbitrária. E isso cansa qualquer um. Além do mais, em cada prisão você tem riscos. E o risco maior de nós todos era o risco de ser desaparecido. Eu não estou falando no *désagrément*, ou do inconveniente na prisão de sofrer tortura, tentativa de desmoralização que era o cotidiano da Cia. de Guardas. Quando eu vim para Natal fui isolado, não participei da prisão com os colegas, nem do banho de sol com os colegas, eu fiquei no Corpo da Guarda. Isolado. Aprendi, não é?

As tentativas de reação ao golpe

Em Brasília, na madrugada de 1º para 2 de abril, Valdir Pires, após a última tentativa de manter a legalidade do governo João Goulart, decidiu com outros companheiros, principalmente com Darcy Ribeiro, organizar a resistência ao golpe. Entretanto, a rapidez nos acontecimentos fez o grupo desistir, pois o Congresso foi cercado por forças militares e, duas horas depois, antes do amanhecer, o Presidente Johnson já declarava o reconhecimento dos EEUU ao novo governo brasileiro. Pouco tempo depois, surgiram notícias fidedignas de que a esquadra norte-americana estava descendo o Atlântico Sul, pois se tornara evidente “que não haveria uma guerra civil no Brasil”. Diante desses fatos, Valdir Pires e Darcy Ribeiro tentaram sair para o Rio Grande do Sul, entretanto não mais foi possível. Após despedir-se da esposa e dos filhos, Valdir Pires dirigiu-se com Darcy Ribeiro para “casas de amigos que seriam incapazes de serem lembrados”,

conseguindo, no dia 3, realizar uma reunião com os companheiros para tomarem uma decisão definitiva, pois já era sabido que estava em curso a elaboração de um Ato Institucional que iria cassar cidadanias e mandatos. O grupo decidiu, então, pela permanência, em Brasília, dos que tivessem mandato, na tentativa de “coibirem atos autoritários, os atos de violência constitucional com o manto da aprovação do Congresso Nacional”. Os que não tivessem mandato deveriam ir para o Rio Grande do Sul, para tentar “a luta da legalidade constitucional e a retomada dos princípios constitucionais do Estado de Direito que tinha sido interrompido”. Na madrugada do dia 4, pela manhã, Valdir Pires e Darcy saíram para o Rio Grande do Sul numa operação montada pelo deputado Rubens Paiva, posteriormente torturado e morto pela ditadura, cujos restos mortais nunca foram devolvidos à família. Os dois embarcaram num pequeno avião bimotor, que se dirigiu para Mato Grosso com o objetivo de descer na fronteira da Bolívia e de lá seguir na direção do RS. Porém, não foi possível continuar a viagem porque o avião que lhes traria a suplementação de gasolina não chegou e, em plena mata do oeste brasileiro, na fronteira quase com a Bolívia, não era possível obtê-la. Valdir Pires assim relata as agruras da fuga de Brasília:

... A essa altura... Esse avião tinha sido contratado por Rubens e o piloto não tinha nada a ver com nada... Não tinha nada de política na cabeça... Só um cidadão admirável, admirável, Almir. Ele disse: “Agora estou sabendo quem são vocês, eu acho que eu estou de acordo também com isto e, se vocês quiserem nós podemos continuar a viagem. Eu já viajei muito com gasolina de caminhão. De modo que se vocês quiserem nós vamos ter que atravessar o Pantanal. Só podemos fazer isso de avião mesmo...” Então, se você já fez, se você é o piloto, está com a gente, então é claro que nós vamos também.

A alternativa encontrada pelo aviador ao sobrevoar algumas fazendas foi pousar na que tinha uma certa estrutura, onde comprou umas latas de gasolina, que, naquele tempo tinham capacidade para 20 litros. O aviador abasteceu o avião, “que tinha ainda uma boa parcela de gasolina de alta octanagem, e mais duas latas de gasolina foram transportadas nas pernas por Valdir e Darcy até o Paraguai, onde o avião foi reabastecido. Ao chegarem a esse país, souberam que o Presidente João Goulart tinha saído do Brasil, no dia 4 de abril, para Montevidéu, onde pediu asilo político ao Governo uruguaio. O temor de retornar ao Brasil e serem presos fê-los desistir da idéia de organizar a resistência aos golpistas, por não se tratar mais de luta da legalidade com a saída do Presidente e de não conseguirem prever o que aconteceria, pois não poderiam mais entrar em Porto Alegre. Segundo a narrativa de Valdir Pires, a saída para o exílio no Uruguai era vista, naquele momento, como um afastamento por um período de trinta a sessenta dias e, assim, desistiram, nesse momento, de continuar a tentativa de reação.

Outra tentativa de resistência foi esboçada por Francisco Julião que, ainda acreditando na possibilidade de uma reação, saiu de Brasília disfarçado de camponês e foi levado até o Estado de Minas Gerais por um amigo que se fazia passar como proprietário de terras na região. De lá dirigiu-se para Belo Horizonte e escreveu um manifesto posteriormente publicado na revista uruguaia *La Marcha*, editada por Eduardo Galeano, no qual conclamava, inutilmente, os brasileiros à resistência armada:

O manifesto caiu no vazio, porque ninguém estava, absolutamente preparado para tomar as armas. Todos nós acreditávamos que as eleições de 64, em outubro, iriam se realizar. E todos estavam preparados para enfrentar as urnas. Daí a razão por que caiu no vazio o meu manifesto com um apelo ao povo para que se unisse e defendesse a Constituição com armas na mão.³⁴³

De Belo Horizonte, Julião retornou para a mesma cidade de Minas onde primeiro se hospedara e foi reconhecido pelo camponês que o acolheu, sendo levado por este para um local mais seguro, onde permaneceu por 20 dias. Embora fosse considerado marxista e materialista, os ensinamentos da Bíblia também faziam parte das conversas com o camponês que o hospedara na fuga por Minas Gerais.³⁴⁴

O personagem preferido de Julião para representar um clandestino e revolucionário era o camponês ou o homem que está próximo do povo, adotando um disfarce semelhante ao do Conde de Kent na peça *Rei Lear*:

*If but as well other accents borrow
That can my speech diffuse, my good intent
May carry through itself to that full issue
For which I rais'd my likeness.*³⁴⁵

E, assim, disfarçado de camponês e carregando o cachorro que pedira ao seu hospedeiro, saiu de Minas e se dirigiu a Brasília, permanecendo por uns dias na residência do jornalista Flávio Tavares. Francisco Julião buscava organizar uma reação, tentando conseguir dinheiro nesta cidade para iniciar a resistência. De lá foi para a cidade de Bauzinho, disfarçado de pastor,

³⁴³ In: SANTIAGO, op. cit., p. 159 - 160; JULIÃO, op. cit., p. 20 - 21.

³⁴⁴ Idem, SANTIAGO, p. 163.

³⁴⁵ SHAKESPEARE, op. cit., cena 4, p. 50.

KENT - Se igualmente eu transformo a minha voz
E o modo de falar, meu justo plano
Bem poderá chegar aos resultados
Para os quais transformei minha figura.

portando uma Bíblia e um rádio transistor para ouvir as notícias, onde foi preso no dia 23 de junho de 64.³⁴⁶

O movimento estudantil nos Estados do Nordeste também realizou tentativas para reagir ao golpe militar. Os estudantes pernambucanos afluíram para o salão nobre da Escola de Engenharia da UFPE, conhecido como “Moscuzinho”, porque ali a esquerda nunca perdia eleição”, era “uma espécie de base vermelha da Universidade”. Para esse local, acorreram militantes da esquerda, funcionários da SUDENE e sindicalistas ferroviários, portuários, tecelões, bancários etc. A passeata organizada pelos estudantes foi violentamente reprimida pelo Exército. O então estudante de Engenharia, Aécio Gomes de Matos, assim relata os fatos:

No dia do golpe em 1º de abril nós nos mobilizamos. A Universidade de Pernambuco se mobilizou e fomos em massa para o Palácio do Governo quando houve um confronto militar, com mortos. E uma das pessoas que ia junto de mim foi baleada. Eu terminei levando essa pessoa para o hospital e ela morreu comigo no carro. Era um estudante secundarista, eu não o conhecia.

O fato foi também presenciado por Paulo Cavalcanti, após sair do Palácio das Princesas, depois da reunião com Arraes e seus correligionários, tornando-se outra testemunha ocular da tragédia:

Da sede da Prefeitura avistei uma passeata de estudantes que se deslocava da Escola de Engenharia para o centro da cidade, aos gritos de “Abaixo o golpe” e “Viva Miguel Arraes”. Minutos depois, ouvimos o matraquear das armas do Exército, ruídos de tiros, de fuzis automáticos ressoando pelos lados da Praça da Independência, onde está situado o Diário de Pernambuco. Testemunhas de vista dos fatos afirmam que os soldados se haviam negado a atirar contra os estudantes em passeata, perto da Rua Ubaldo Gomes de Matos, por trás da SUDENE. Um certo Major Hugo, do Exército, tomou das mãos de um praça uma arma automática e, ele próprio, atingiu dois jovens estudantes, um nas costas, outro no rosto, estraçalhando-os.³⁴⁷

Os mortos Jonas de Albuquerque Barros, de dezessete anos, e Ivan Rocha Aguiar, de vinte e três, eram estudantes secundaristas. Paulo Cavalcanti acrescenta que os disparos foram da autoria de um elemento de confiança do General Justino Alves Bastos, tendo acompanhado este quando de sua transferência para o III Exército, no Rio Grande do Sul.³⁴⁸

Outra reação foi tentada pelo paraibano Nelson Rosas, estudante de Engenharia no Recife, que exercia a militância política como delegado na Secretaria Assistente do Governo de Arraes, a qual abrangia a região do Cabo, Escada, Ribeirão e Ipojuca. Nelson Rosas saiu da vigília do

³⁴⁶ SANTIAGO, op. cit. p. 164 - 168.

³⁴⁷ CAVALCANTI, Paulo, 1978, op. cit., p. 339.

³⁴⁸ Idem, loc. cit.

Palácio das Princesas no dia 31 de março, à noite, e atravessou as pontes sobre o rio Capibaribe, já tomadas pelo Exército, conseguindo, entretanto, retornar no dia seguinte. No trajeto de volta ao Palácio, às oito horas da manhã, ouviu a inesperada divulgação pelo noticiário Repórter ESSO, em edição extraordinária, da notícia de que o comandante do IV Exército aderira ao golpe, conforme relata:

Na porta do Palácio eu me lembro que havia meia dúzia de sacos de areia, com uns políciaizinhos, coitados, com uns fuzizinhos vagabundos da Segunda Guerra Mundial. Aquilo não era lugar, nem forma de defender ninguém. Portanto o perigoso (em tom de ironia) governo de Miguel Arraes não era absolutamente perigoso, era inofensivo diante do golpe militar que estava sendo deflagrado. A partir desses fatos, eu me lembro que a decisão mais ou menos desesperada que se tomou, era os delegados saírem cada um para a sua região, a fim de se organizar a resistência. Foi essa a decisão tomada pelos heróicos membros (tom de ironia) das delegacias da Secretaria Assistente.³⁴⁹

Para Nelson Rosas, esta era “uma loucura”, mas achava que era seu dever. E, assim, conseguiu sair do Palácio, passar pelas tropas do Exército que vieram de fora do Estado e furar bloqueios nas estradas, voltando para a região do Cabo com o intuito de organizar a resistência. Tentou decretar uma greve geral, bloquear estradas, mobilizar os camponeses para ocupar as usinas e desarmar os proprietários, mas suas ordens foram muito pouco executadas por não haver mais tempo. Ao tentar a adesão dos delegados de polícia com os quais mantinha amizade, foi desestimulado, sendo aconselhado pelo capitão Toscano que, paternalmente, lhe deu conselhos e informou ter já recebido ordens para prendê-lo. Embora Nelson tenha prometido desistir e voltar para casa, fez justamente o contrário, buscando conseguir a adesão de outro delegado que o tentou prender. Procurou, então, o ex-deputado Clodomir de Moraes, que tinha um “aparelho”³⁵⁰ na região de Ipojuca, onde atuava. Ao encontrá-lo, Clodomir ficou espantado por constatar que o local onde se escondia era conhecido, não só por Nelson como também pelo capitão Toscano, entretanto marcaram um encontro em que o primeiro deveria comparecer com armas de grosso calibre. Nelson Rosas relata o encontro:

... O Clodomir deveria vir com armas de grosso calibre, e eu verifiquei que ele não tinha arma nenhuma, e mais ainda, ele apareceu com mais uma outra pessoa e foram presos. Por pouco eu não fui. Foram presos pelo tenente Veras, que era tido como homem de esquerda e progressista, mas que se passou completamente avacalhado para o lado dos golpistas e prendeu o Clodomir e o Rildo. Não me prendeu porque eu sou muito bom de corrida. Foi a grande aventura de me embrenhar no canavial, que foi cercado, e seguir pelo

³⁴⁹ GOUVEIA, op. cit. p. 109 – 110.

³⁵⁰ “Aparelho”: termo adotado pelos comunistas ou militantes da “esquerda armada” para designar os esconderijos nas situações de perigo ou de clandestinidade.

único caminho que eles não imaginavam que eu poderia usar, que era por dentro do canavial. Com a minha capacidade de orientação pelas estrelas, durante catorze horas eu andei por dentro do canavial. Até atravessá-lo e sair num lugar onde eles não pensavam que eu poderia estar. Daí em diante eu vivi um período de organização de guerrilha que nunca deu um tiro, mas que foi interessante. Durante uns dez ou quinze dias internado no mato com um grupo de camponeses que eu conhecia, até o momento em que eu tive a consciência e o bom senso de verificar que o governo tinha sido deposto e que, com as poucas armas que havia e com os poucos homens de que eu dispunha, não tinha nenhuma condição de resistência.

Manoel Messias, secretário do Partido Comunista em Caruaru, como Nelson Rosas também era sub-secretário da Secretaria Assistente do Governo de Pernambuco, prestando serviços na delegacia desse Município, onde buscava estabelecer o entendimento entre as forças políticas, o movimento sindical e os empresários, realizando um trabalho de consultoria política. Após o golpe participou da tentativa de resistência, tendo recebido de David Capistrano, no dia 3 de maio, a incumbência de procurar Romero Figueiredo:

Fui então à casa de um tio de Romero que eu conhecia de vista. Tinha estado lá uma vez. Ele me disse que Romero estava escondido numa casa vizinha, que eu esperasse cinco minutos que ele ia chamá-lo. Voltou com a polícia. Ele era informante da polícia. Então fui preso nesse dia, 3 de maio e fui muito torturado. Passei por vários quartéis da polícia e do Exército aqui em Pernambuco.

Em Aracaju os rumores do golpe chegaram no dia 1º de abril. Como os defensores do Governo de Goulart entendiam que a situação estava indefinida, propunham uma reação, pois, na véspera, haviam sido presos Marcélio Bonfim, líder do PCB, e muitos líderes ferroviários da Leste. O encontro de estudantes, funcionários públicos, operários ocorreu na Secretaria Urbana de Obras Públicas (SUOP). Muitos deles, principalmente os comunistas, acreditavam que João Goulart poderia resistir com o dispositivo militar, e imaginavam que ele “conseguiria barrar o golpe e até sair fortalecido politicamente”. Wellington Mangueira comandou a passeata pelas ruas com estudantes e trabalhadores, conclamando à luta, pois a “legalidade estava posta”. A passeata contou com o apoio do Grêmio Cultural Clodomir Silva, do Colégio Atheneu, da USES, da UEE, e da CGT local.³⁵¹

Os estudantes cearenses do Diretório Central da UNE, ao tomarem conhecimento dos rumores do golpe, entre eles o líder estudantil João de Paula Monteiro, organizaram, no dia 1º de abril, no Clube do Estudante Universitário (CEU), em Fortaleza, uma assembléia com alunos de diversas Faculdades, na qual ficou decidida a realização de manifestação pública na Praça José de Alencar, logradouro central da Cidade. Tratava-se da tentativa de reação ao golpe que ainda não

³⁵¹ Informações prestadas pelo professor José Vieira da Cruz, residente na cidade de Aracaju.

estava completamente vitorioso, buscando apoio através de contatos com o movimento dos sargentos da Base Aérea de Fortaleza, os quais esboçaram alguma resistência e com o ativo Sindicato dos Bancários. João de Paula Monteiro, estudante de Medicina na ocasião, relata que a manifestação de rua do movimento estudantil no Ceará foi reprimida pela Polícia Militar, que prendeu alguns estudantes, e outros conseguiram escapar ao se refugiarem na Faculdade de Odontologia, então localizada nesse logradouro público.

Outra tentativa frustrada foi empreendida pelo então vereador Tarcísio Leitão, parlamentar com assento na Câmara Municipal de Fortaleza que, ao tomar conhecimento da saída de Jango, escondeu-se na casa de um parente, William Nogueira Sá, membro da direção do PCB no Ceará. Através da Rádio Dragão do Mar, emissora de propriedade do empresário e político Meneses Pimentel, Tarcísio conclamava os cearenses à reação, ameaçando os opositores do Governo, ao declarar: “Querem a revolução, tê-la-ão!”. Entretanto, ao descer as escadas da emissora, recebeu um telefonema de seu colega dr. Luiz Edgar Cartaxo de Arruda, que o repreendeu e aconselhou: “Você está ainda nessa Rádio? Pois você está dando um atestado de burrice e ‘doidura’. Saia se você ainda tem condições”. Só nesse momento Tarcísio compreendeu a gravidade do acontecimento e fugiu imediatamente.

A cassação dos mandatos da liderança nacionalista

A cassação dos mandatos, mais um ato do drama dos exilados, vai ser representada no palco das assembleias legislativas dos Estados do Nordeste e das câmaras municipais nos dias subseqüentes ao golpe, logo após o dia 1º de abril, quando se desencadeou uma busca desenfreada para aprisionar os nacionalistas, comunistas ou mesmo os que apoiavam o governo de João Goulart. Diante dos depoimentos, pode-se constatar que, tanto no Congresso Nacional, como foi relatado por Valdir Pires, como nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores, os representantes do Poder Legislativo submeteram-se à pressão dos golpistas e armaram um cenário para simular uma legitimidade inexistente.

Na Assembleia Legislativa de Sergipe, em Aracaju, nesse mesmo dia, os deputados se manifestaram sobre o “anunciado golpe” com posições políticas antagônicas. Os deputados

Gilton Garcia, Viana de Assis e Cleto Maia defendiam a legalidade e o governo de João Goulart, sendo contrapostos pelos Ribeiros de Lagarto e pelos que eram contra as “reformas de base”, porque entendiam que o Presidente estava conduzindo o País a um processo de “comunização”, transformando-o numa república sindicalista. No decorrer da sessão e, com o acirramento das discussões, um dos deputados sacou uma arma, direcionando-a para a galeria, sendo impedido pelo deputado Santo Mendonça. A partir desse momento, o Presidente da Assembléia determinou a evacuação do plenário, saindo os manifestantes aos chutes e empurrões, e, pouco depois deste acontecimento, a Praça Fausto Cardoso se transformou em “um ninho de metralhadoras”. Ao chegar ao conhecimento público “a fuga de João Goulart para o Paraguai”, ocorreu um estado de perplexidade e de desânimo em todos seus defensores em Sergipe, porque esperavam que ele resistisse.³⁵²

No Recife, no dia 2 de abril, o plenário da Câmara Municipal, composto por vinte e um vereadores, dos quais vinte pertenciam à bancada do prefeito Pelópidas Silveira, votou seu impedimento por vinte votos contra um. A Assembléia Legislativa de Pernambuco, no dia 18 de abril, também buscou encontrar “uma fórmula jurídica” para justificar “o ato de força” contra o Governador do Estado. Paulo Cavalcanti relata que, depois de acirrados debates, quase à meia-noite, um advogado solucionou o impasse:

Foi quando o advogado, de uma penada, soluciona a questão com o seguinte esboço de projeto a ser votado pela Assembléia Legislativa, depois de alguns “consideranda”:

“Art. 1º - Fica impedido o Governador Miguel Arraes”.

“Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário”.³⁵³

Assim, a Assembléia Legislativa de Pernambuco, por 45 a 17 votos, destituiu Arraes do Governo, cassando, também, os mandatos dos deputados Cícero Targino Dantas, Cláudio Braga e Gilberto Azevedo.³⁵⁴

A cidade de Natal estava dividida entre “vitoriosos e derrotados, entre os democratas silenciosos e os entusiastas do novo regime que eram massificados pelas promessas de redenção política e econômica para o país”. O Prefeito Djalma Maranhão e o vice-prefeito Luis Gonzaga dos Santos foram presos e os militares informaram à Câmara Municipal da impossibilidade deles continuarem a exercer os mandatos por serem comunistas. Como os vereadores divergissem

³⁵² Ibidem.

³⁵³ CAVALCANTI, op. cit., p. 342.

³⁵⁴ Ibidem, p. 342 - 343; LEMOS, op. cit., p. 212; Assembléia Legislativa declarou Arraes impedido: Paulo Guerra empossado à noite. **Diário de Pernambuco**. Recife, 02 abr. 1964.

sobre a alternativa a ser adotada, solicitaram um comunicado por escrito. Os militares atenderam à solicitação dos vereadores e o prefeito e seu vice foram cassados, com a unanimidade dos votos, e a seguinte declaração:

Declaramos que votamos o *impeachment* do prefeito Djalma Maranhão e vice-prefeito por estarmos certos de que estamos defendendo a Democracia, que se define na liberdade de pensamento individual. Tomamos tal atitude por não estarmos coagidos por ninguém e reconhecemos a plena vigência da Democracia.³⁵⁵

No dia 9 de abril, no Ceará, a Assembléia Legislativa reuniu-se extraordinariamente para cassar os mandatos dos deputados Blanchard Girão, Amadeu Arraes, Pontes Neto, Ivan Oliveira, Fiúza Gomes e Aníbal Bonavides por “falta de decoro parlamentar”, diante da constatação de não haver outra alternativa ou respaldo legal. Os deputados cassados, que pertenciam a diferentes partidos políticos, foram presos às primeiras horas do dia 10, permanecendo incomunicáveis muitos dias por serem acusados de “subversão”. Na tarde do dia 14 de abril, foram fichados pelos funcionários da Polícia Técnica de Fortaleza. Aníbal Bonavides relata o fato: “Qualificação, impressões digitais e fotografia batida com número vistoso à altura do peito. Como se fôssemos criminosos comuns”. Américo Barreira, ao ser interrogado sobre a profissão que exercia, respondeu: “Batedor de carteira na Praça do Ferreira...”³⁵⁶

O retorno aos métodos barrocos de justicamento

No Nordeste, principalmente em Pernambuco, onde Miguel Arraes exercia forte liderança, ocorreu uma “caça às bruxas” com cenas que reproduziram a violência das cenas do teatro barroco e os abusos da perseguição religiosa do período da Inquisição e da Contra-Reforma.

Ao ser preso, Miguel Arraes foi levado, sem a família saber para onde, de um a outro quartel, permanecendo por algum tempo na Base Aérea Militar sob a alegação de falta de segurança. Gregório Bezerra, ao sair do Palácio das Princesas, no dia 1º de abril, dirigiu-se a Palmares e outros municípios da zona canavieira, na tentativa de organizar a resistência ao golpe, mas foi descoberto e preso pela Polícia Militar que o entregou ao Exército sob a guarda do

³⁵⁵ GALVÃO, op. cit., p. 29 - 31.

³⁵⁶ BONAVIDES, Aníbal. **Diário de um preso político**. Fortaleza: Gráfica O POVO, 1986. p. 11 - 17.

Tenente Coronel Darcy Ulsmar Villocq, sendo amarrado pelos comandados deste e obrigado “a passear, descalço, sobre ácido, espalhado propositadamente no chão, provocando-lhe queimaduras nos pés, a ponto de ficarem em carne viva. Espancaram-no com golpes profundos na cabeça”.³⁵⁷

Como ocorria com os presos e condenados do período barroco, Gregório Bezerra, além de torturado, foi exibido ensangüentado pelas ruas de Recife, reproduzindo cenas do período colonial e do Império, quando os condenados eram expostos e ultrajados nas ruas. Lemos relata que Villocq fazia questão de exibi-lo, chegando a levá-lo até à própria residência, cuja esposa ficou traumatizada com o “espetáculo” proporcionado pelo marido. A cena também foi presenciada pela esposa do Governador, quando passava pelo local que ficou horrorizada com a cena e telefonou para o General Justino. Segundo Lemos, o fato foi noticiado pelas emissoras de rádio e mostrado ao vivo pela televisão.³⁵⁸

O desrespeito ao direito parlamentar, outra prática adotada pelos militares, também reproduziu as cenas dos dramas barrocos e provocou um retrocesso nos direitos de cidadania e de representação política, e que fez remontar ao período barroco.³⁵⁹ Tanto Francisco de Assis Lemos, deputado federal do Estado da Paraíba, como o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aduino Lúcio Cardoso, acreditavam que a situação tenderia a normalizar com o PSD no governo por ter o Presidente do Congresso Nacional, Ranieri Mazzilli, assumido a Presidência da República, e que este, naturalmente, agiria em defesa das imunidades parlamentares. Portanto, Lemos escondera-se na residência de Osmar de Aquino, ao sair do Palácio das Princesas, e não se preocupava muito com a segurança. Entretanto, esse direito constitucional não foi respeitado pelos militares, que o prenderam no dia 06 de abril, às 23 horas, quando, ao ser avisado sobre uma patrulha que rondava as imediações, tentava saltar o muro do quintal da residência de Osmar, ocasião em que foi levado para a entrada da casa e obrigado a sentar-se no chão. Colocaram-no numa camioneta Rural Willys e o espancaram até o Quartel General, no Parque 13 de Maio, no Recife, sendo posteriormente transferido para o Quartel da 2ª Cia. de Guardas. Durante o trajeto, os militares pararam nas imediações para discutir se deveriam ou não levá-lo até à praia “para uma sessão de afogamento”. No dia 9 de abril, Lemos foi retirado do Quartel,

³⁵⁷ LEMOS, op. cit., p. 232.

³⁵⁸ Idem, p. 232 – 233; GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 132.

³⁵⁹ Sobre o assunto ver A tortura, o que é, como evoluiu na história. In: ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: nunca mais**. São Paulo: Vozes, 1986. p. 281 - 290.

quase à meia noite, e levado para o bairro Macaxeira, na periferia do Recife, quando foi submetido a uma sessão de sevícia e tortura, sendo pendurado num “pau-de-arara”³⁶⁰, após o que lhe colocaram um jornal no ânus e depois atearam fogo, com o objetivo de intimidá-lo.³⁶¹

Os direitos da criança e do menor, assegurados em Carta internacional e na Constituição brasileira, também não foram respeitados. Em Fortaleza, no Ceará, Pedro Albuquerque Neto, ainda menor, pois não tinha completado dezoito anos e já presidente da UNETI no Ceará, ao retornar à Escola Técnica, depois de permanecer escondido por três dias, foi levado por um oficial do Exército ao Diretor José Roberto de Melo Barreto para ser pressionado a deixar a Presidência desta entidade. Como não o fizesse, foi levado para o Quartel da 10ª Região Militar, sendo entrevistado pelo Coronel Perboyre e, diante da recusa, o Coronel declarou: “Pedro você tem de compreender que o novo governo não é o antigo. Eu sei que o que nós estamos fazendo é um pouco de fascismo, mas nós temos que fazer. Portanto, eu sugiro que você renuncie”. Como Pedro não aceitasse a proposta, ocorreu a intervenção na Entidade e, cinco dias após, ele foi preso num domingo por um major e um soldado “conhecido pela truculência”. Pedro assim rememora a invasão de sua casa e a cena da prisão:

Eles invadem a minha casa e me retiram de casa. Retiraram-me porque não tinham nenhum mandado de prisão, não havia nada. Arrastam-me... Primeiro eles me levam para os prostíbulos da área, eu morava em Parangabussu, dizendo que eu era preso deles. Depois me levaram para a delegacia, na época no Campo do Pio, perto do Parque Araxá, hoje Parquelândia... Eu era irresponsavelmente noivo da filha de um coronel da Polícia Militar que tinha força política. Então, quando eu chegava na delegacia eu dizia: “Sou noivo da filha do Coronel Marcondes Márcio Dourado”.

Assim Pedro Albuquerque Neto conseguiu não ser torturado, e ao ser levado para a delegacia do bairro de Otávio Bonfim, o delegado argumentou que, por ser preso do Exército, não permitiria que lhe provocassem algum dano e que o levassem de lá. Daí foi enviado para o Quartel da 10ª Região, no antigo Forte Schoonenborck, o mesmo local onde permaneceram presos os heróis cearenses da Confederação do Equador, sendo interrogado e depois encaminhado ao Quartel do 23º Batalhão de Caçadores, lá permanecendo por 17 a 20 dias. Ao ser ouvido no Inquérito Policial Militar, chefiado pelo Coronel Hugo Hortêncio de Aguiar, tendo como escrivão o Major Botelho, seu vizinho, pai de seu amigo, só aí se dá conta de que já era adulto:

³⁶⁰ O “pau-de-arara” era uma técnica adotada para torturar indivíduos no período da ditadura, através da qual os presos políticos eram amarrados pelos pés e pendurados de cabeça para baixo.

³⁶¹ Lemos, op. cit., p. 215 - 223.

Quando eu vi o major Botelho, que para mim era um homem inalcançável, batendo à máquina o que eu estava falando e um coronel me ouvindo, eu disse: Puxa vida, isso aqui é sério. Eu me sentia um menino. E me lembro que ele me perguntou se eu fazia proselitismo político na Escola. Eu disse: Coronel, eu não sei o que é proselitismo e aí ele não quis mais falar de proselitismo.

Os métodos de pressão do período barroco ainda podem ser identificados com a prisão de David Capistrano Filho no Quartel da 2ª Cia. de Guardas, no Recife, aos nove anos de idade, no mesmo cubículo dos adultos. Seu carcereiro, o coronel Hélio Ibiapina de Lima, além da prática da tortura psicológica, pois mantinha os presos sob tensão constante, infringia também os Direitos Internacionais da Criança. Com “humor negro”, o coronel chegou a se dirigir ao filho de David Capistrano, chantageando-o em troca de sua liberdade, da mãe e das irmãs se informasse o local onde o pai se encontrava. David Capistrano Filho, posteriormente Prefeito de Santos, em 1996, é filho do ex-deputado comunista David Capistrano e de Maria Augusta de Oliveira. O garoto respondeu: “Estou muito bem aqui, não sei onde ele está e, se soubesse, não diria”.³⁶²

A prática da Inquisição no campo da educação também foi adotada após o golpe de 64, ocasião em que foram encerradas as atividades da Campanha da Educação Popular (CEPLAR), a qual adotava o método Paulo Freire, tendo o jornalista Nelson Coelho registrado os fatos no livro *O jogo da verdade*: “Vi cenas terríveis, como aquela do padre Manuel Batista e do seu colega, José Augusto, capelão de PM, arrombando as portas da CEPLAR, uma entidade que visava erradicar o analfabetismo, e destruírem, auxiliados pela soldadesca, documentos e estudos importantes”.³⁶³

O grotesco dos inquéritos policiais militares ocorriam como numa cena do teatro barroco, o que pode ser constatado no relato de Mailde Galvão sobre a sessão do interrogatório a que foi submetida:

As coisas se passavam como num teatro. Parecia que todos representavam. Do ato de terror passamos à tragicomédia quando o tenente, nervoso, supôs encontrar em meus pertences a pista que procurava para me incriminar. Leu um soneto do poeta Ledo Ivo, que se encontrava em minha bolsa, intitulado “*Soneto de Abril*” e considerou que os versos, “Agora é abril e o mar se ausenta/ secando-se em si mesmo, como um pranto”, eram uma senha preparada pelos guerrilheiros da esquerda para, naquele mês, desencadear uma luta armada. Foi muito difícil argumentar e meu espanto era enorme. Sequer podia rir da loucura do tenente. Além do mais, ele exigia respostas imediatas, pisava duro ao caminhar em redor da mesa, falava sem entender sobre os livros das bibliotecas populares, sobre a campanha “*De pé no chão também se aprende a ler*” e voltava ao “*Soneto de Abril*”.³⁶⁴

³⁶² LEMOS, op. cit., p. 219.

³⁶³ Apud Lemos, p. 117.

³⁶⁴ GALVÃO, op. cit., p. 39.

O interrogatório de Julião, em Brasília, cercado de oficiais, foi menos agressivo, mas não deixou de ter um cenário imponente, trágico e ambíguo, como nas cenas de *Júlio César* no fórum onde os romanos discutiam a morte de César:

Antônio *Ó julgamento! Foste para o meio
Dos brutos animais, tendo os humanos
O uso perdido da razão. Perdoai-me;*³⁶⁵

A situação de desalinho e higiene em que se encontrava Julião, o choque emocional de ter sido preso e a perda das ilusões quanto à possibilidade de resistência do País ao retorno das liberdades democráticas, contrastavam com a imponência da sala do interrogatório do Batalhão de Caça Presidencial, levando-o a divagar sobre as circunstâncias que motivam os homens no poder a não mais respeitar os direitos de cidadania e oprimir os mais fracos:

A sala para onde fui levado é imensa com móveis leves e bem dispostos, o soalho polido como um espelho, a iluminação mais do que suficiente para se enxergar um alfinete a cinco metros... Eu estava imundo. Cabelo e barba sem fazer há dois meses, botinas e roupa ainda com o barro de Bauzinho e com a poeira vermelha da estrada. Mas por dentro me sentia limpo como os teus olhos. Atrás do Coronel, acima de sua cabeça, vi uma estatueta de Napoleão a cavalo. De bronze. Perguntei a mim mesmo: “Por que Napoleão e não Gêngis-Khan?” Napoleão tinha inveja desse mongol analfabeto que há mil anos chegou a comandar um exército de duzentos mil homens e conquistar quase todo o mundo antigo. E não foi mais bárbaro do que Napoleão, Alexandre ou Aníbal. E me lembrava da ordem seca de Bonaparte, na campanha do Egito, mandando assassinar dez mil homens, dez mil prisioneiros turcos, porque não havia ração suficiente para eles. O curso genial justificara: “Os exércitos marcham sobre estômagos”. Por que Napoleão e não Bethoven que foi seu contemporâneo? Tive de reprimir um impulso de indagar ao coronel: “Coronel. O senhor prefere Austerlitz ou a Nona Sinfonia?” E de responder eu mesmo: “Prefiro a Nona porque Bethoven ao compô-la não derramou uma gota de sangue de ninguém.” Mas tive que voltar a mim mesmo, despertado pela primeira pergunta do coronel: “Seu nome...”³⁶⁶

As prisões barrocas do Nordeste. As masmorras

Os fortes construídos na Colônia pelos portugueses para defender as cidades dos invasores foram transformados em prisões, no decorrer dos séculos, pelo Estado brasileiro. As fortificações

³⁶⁵ SHAKESPEARE, W. *Júlio César*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d. ATO III, Cena II. (Obras Completas, vol. 9) p. 79.

³⁶⁶ JULIÃO, F. op. cit., p. 35.

do norte, posteriormente do nordeste,³⁶⁷ além da defesa da ocupação do solo, asseguravam à Metrópole o monopólio do açúcar produzido nas províncias e as relações de comércio com o Exterior. Os holandeses, ao invadirem o Nordeste, trataram de reconstruir as fortificações, realizando preliminarmente um relatório, em 1638, assinado por Nassau e dois “altos e secretos Conselhos”, no qual informavam os locais e o estado das edificações das Capitânicas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, que nessa época correspondiam à região do atual Estado de Pernambuco até o Estado do Ceará. Os portugueses voltaram a se preocupar com a restauração das fortificações após a expulsão dos holandeses, e, nos documentos que compõem a *Informação da Capitania de Pernambuco – 1750*, é encontrada uma relação onde constam descrições e plantas das edificações.³⁶⁸

O Forte Frederick, posteriormente denominado Forte das Cacimbas e, depois, das Cinco Pontas - atualmente Quartel das Cinco Pontas - foi edificado antes da ocupação dos holandeses, sendo reconstruído após a expulsão com “apenas quatro baluartes, mas com área superior à antiga”. O Forte de São João Batista do Brum, ou Fortaleza do Brum, teve a construção iniciada pelo donatário Duarte de Albuquerque Coelho, sendo concluído e ampliado pelos holandeses que o denominaram “Forte de Bruyne”, em homenagem ao Presidente do Conselho Político de Olinda, John de Bruyne. A Fortaleza dos Três Reis Magos, ou Fortaleza do Rio Grande, está localizada no litoral da capital do Estado do Rio Grande do Norte, Natal. No relatório enviado ao Rei de Portugal, João Fernandes Vieira informa que era “uma obra ‘grandiosa’”, com “abóbadas e cantaria”. A Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção foi construída em 1816, no mesmo local em que foi erigido pelos holandeses o Forte Schoonenborck, de onde se originou a cidade de Fortaleza, tornando-se, posteriormente, sede do Quartel da 10ª Região Militar e que ainda preserva o local onde foi presa Bárbara de Alencar. Sobre o Forte da Ilha de Fernando de Noronha, nada consta nos documentos holandeses. Os mapas da Costa do Siara Grande e da Ilha de Fernando de Noronha não constam nos documentos dos holandeses e fazem parte do acervo da Coleção do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.³⁶⁹ A jornalista Lourdes Coelho, na série de reportagens publicadas no *Jornal do Comércio*, informa que, embora o arquipélago tenha sido descoberto por Américo Vespúcio, só começou a ser explorado pelos portugueses em 1737,

³⁶⁷ Sobre a divisão espacial da Região, ver nota 91, p. 44 desta Tese.

³⁶⁸ Sobre o assunto ver o BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 1985.

³⁶⁹ Idem.

quando foi instalada na ilha uma “colônia correcional”. Segundo o artigo, “embora haja poucos registros desse primeiro período de ocupação pela queima de arquivos durante a Revolução de 1817, sabe-se que os ciganos foram lá confinados em 1739, como vadios e que, em 1740 começou o envio regular de sentenciados para o já conhecido ‘sítio do degredo’, onde eram adotadas práticas medievais de tortura”.³⁷⁰ Estes fortes sofreram modificações, mas permaneceram, no geral, com a mesma estrutura de uma fortaleza da Era barroca, sendo os locais para onde foram enviados os presos políticos, como também para os quartéis de construção mais recente e em presídios destinados a sentenciados por crimes comuns.

Em Natal, no Regimento de Infantaria, eram trancafiados os presos políticos. Djalma Maranhão, inicialmente, permaneceu preso neste quartel, entretanto, diante do estado de saúde, foi transferido para o Hospital da Polícia Militar e, posteriormente, para o presídio da Ilha de Fernando de Noronha, sendo novamente internado em hospital do Exército, no Recife, pois havia o receio do “escândalo” de seu falecimento na Ilha. Posteriormente, permaneceu preso no Regimento Guararapes, nesta cidade.³⁷¹

No Recife, os presos foram transferidos do Quartel General para o Quartel da 2ª Companhia de Guardas, na rua Visconde de Suassuna, sendo o deputado Lemos o primeiro, após o que começaram a chegar outros prisioneiros “numa seqüência assustadora”: o escritor e deputado Paulo Cavalcanti, o deputado Cícero Targino Dantas, o Prefeito de Paulista Severino Cunha Primo, o vendedor de livros José Sobreira de França, os advogados Ubiracy Barbosa e Miguel Dália, além de técnicos da SUDENE, professores universitários, secretários de Governo, camponeses, operários, estudantes, e até uma criança conforme já foi citado. O xadrez do Quartel da 2ª. Cia. de Guardas tinha dois cubículos, o X-1 e o X-2, com capacidade para abrigar cinco ou seis pessoas cada um, passando a receber quinze presos ou mais. Muitos presos foram depois transferidos para o Forte das Cinco Pontas e, quando chegaram, ao olharem admirados a placa do prédio, um deles, Abelardo da Hora, afirmou: “Esta é uma prisão medieval”.³⁷²

Paulo Freire teve a oportunidade de solicitar asilo numa embaixada, mas, como preferia permanecer no Brasil, escondeu-se na residência de um amigo em Brasília, evitando ser preso logo após o golpe, pois, conhecendo profundamente a sociedade nordestina, sabia da “dureza

³⁷⁰ COELHO, Lourdes. A rota dos condenados. I, II, III. **Jornal do Comércio**, Caderno Cidades, Recife, 10, 23, 30 nov. 1992.

³⁷¹ MARANHÃO, 1984, op. cit. p. 67 - 68.

³⁷² LEMOS, op. cit., p. 215 – 218, 228 - 231.

bastante grande nas prisões”, dos níveis de violência “sempre altos”, antevendo a situação que enfrentaria como preso político. Diante disso, esperou algum tempo e voltou para o Recife, onde foi preso em junho de 64.³⁷³

E, assim, Paulo Freire passou 75 dias na prisão, sendo visitado apenas pela esposa e as filhas adolescentes, evitando traumatizar os dois filhos menores diante da situação enfrentada pelo pai. Fátima Freire, a filha mais velha, assim relata as idas e vindas à prisão:

Quando soube da saída, o problema do pai já estava... ou seja, ele já não corria perigo. Foi uma tranqüilidade não só para mim, mas, sobretudo pra mãe, que sofreu bastante, foi duríssimo para ela. Uma coisa que me marcou foram as feijoadas, os quilos de feijoada que a gente fazia pra levar pro quartel... E o ônibus, o feijão quente cheirando, a gente segurando as panelas...³⁷⁴

Além da falta de acomodação e privacidade, os presos eram também submetidos a tortura psicológica ou “guerra de nervos” sistematicamente praticada pelo Coronel Hélio Ibiapina, ameaçando transferi-los para outros locais e prender os familiares. O escritor e ex-deputado Paulo Cavalcanti relata como o coronel tratava os presos, no livro *O caso eu conto como foi*.

Raro o dia em que o Coronel Ibiapina não vinha à porta das grades para insultar os presos... Seus alvos prediletos eram os deputados Assis Lemos, da Paraíba, e Cícero Targino, de Pernambuco. Sádico, o Coronel ficava nos olhando, uns deitados no chão frio, de cimento, outros sentados junto às paredes – todos em trajes menores. O calor tornava quase insuportável a convivência naquela situação de aprisionamento. À presença de Ibiapina, todos nos levantávamos, perfilando-nos. Eram ordens transmitidas pelos oficiais do dia. Numa discussão do “coletivo”, foi tomada a deliberação de não mais se porem em pé, ficando como estivessem.³⁷⁵

Francisco Julião enfrentou esta situação após a saída de Brasília, quando foi transportado de avião para Pernambuco, permanecendo por um dia no quartel de Olinda e depois, transferido para o Quartel da 2ª Cia de Guardas, no Recife. Após ser revistado minuciosamente pelo sargento comandante da escolta e levado para a 2ª Cia de Guardas, foi conduzido por um corredor estreito e escuro, ocasião em que este o agrediu pelas costas com um cassetete de madeira “com toda violência, três vezes seguidas, um pouco acima da nuca”. Julião foi atirado na cela “sobre o cimento frio”, pensando ter sido enterrado vivo. A cela tinha “nove palmos de comprimento por quatro de largura”; era “revestida por um cimento negro e áspero com saliências agudas” que

³⁷³ FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida**. Depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Ática, 2001. p. 50.

³⁷⁴ COSTA, Albertina de Oliveira et. al. **Memória (das mulheres) do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 103.

³⁷⁵ CAVALCANTI, Paulo. 1978, op. cit., p. 347 - 350.

espetavam, necessitando ser cuidadoso com os movimentos para evitar ferimentos e com um estreito corredor de acesso de apenas 50 centímetros. A única alegria de Julião era ter um metro e sessenta e seis centímetros de altura ao se comparar com De Gaulle ou Fidel, os quais “teriam que dobrar os joelhos para se acomodar nela”. Como nas prisões do período barroco, o cárcere estava programado para imobilizar o prisioneiro e “quebrar-lhe a resistência física, torturar-lhe os nervos”, o que para Julião se tornava “um suplício medieval”, pois tinha o hábito de andar a pé.

³⁷⁶

A comida e os utensílios destinados aos prisioneiros também são descritos por Julião em *Até Quarta, Isabela*, não havendo muita diferença em relação aos dos soldados, nem com relação aos utensílios fornecidos aos prisioneiros do período medieval:

Atirados no chão, um bule de zinco e uma lata de flandres. Ambos velhos e sujos. O bule contém água. A lata exala um cheiro acre de urina. “Tenho que matar a sede com esta água e usar aquela lata”, deduzo... “Tu não sabes, Isabela, o que significa para um encarcerado uma colher. Com ela a gente come, parte a carne e descasca a laranja que uma mão amiga nos oferta pela grade. O soldado traz sempre uma no bolso. Pode esquecer o fuzil, a continência, tudo o que o Regimento ordena que não esqueça, mas nunca se esquece de sua colher embora o Regimento silencie sobre ela. Por aí tu vês que alcançamos a civilização... A colher merece um monumento. É digna de uma ode. De um canto. De um poema. E o caneco também. Sim, meu amor, ia esquecendo o caneco. Sem ele, o pão desce seco. Sem o caneco a água é tomada na concha da mão. Posso te garantir que sem esses dois utensílios não se vai à guerra, pois são tão indispensáveis no campo de batalha como a granada e o canhão. Antes não dava nenhuma importância a um nem a outro. Mas agora dou. São companheiros indispensáveis.³⁷⁷

Julião sofreu, também, a prática da censura inquisitorial, outro tipo de tortura herdada do período barroco, também praticada pelo coronel Ibiapina, que dava rigorosas instruções aos carcereiros para proibir o acesso a livros ou jornais, impedindo-o de tomar conhecimento do que se passava fora do espaço restrito da cela e de amenizar o frio por não ter cobertas.

Livros? Absolutamente proibidos. Tentei obter um exemplar da Bíblia. Negaram-me. Foi então, que ousei pedir *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Era uma temeridade. Creio haver estimulado ainda mais o sadismo de Ibiapina, ao fazê-lo recordar outro coronel, Moreira César, cujas façanhas de decapitador de prisioneiros políticos em Florianópolis acabaram tragicamente, em Canudos, sob a mira certa dos jagunços de Antônio Conselheiro.³⁷⁸

Diante da proibição, a alternativa encontrada por Julião foi desfazer-se da cédula de cinquenta ou cem cruzeiros, escondida na dobra da calça que escapara à rigorosa vistoria do

³⁷⁶ JULIÃO, op. cit., p. 40.

³⁷⁷ Ibidem, p. 32, 40.

³⁷⁸ Ibidem, p. 8.

sargento antes de jogá-lo na “cela-tumba”. Colocou a cédula na bandeja que trazia a “gororoba” e sussurrou ao soldado: “Papel e lápis”. No dia seguinte, descobriu, surpreso, um maço de folhas de papel e uma caneta esferográfica ocultos na farinha. E, assim, Julião escreveu com dificuldade, por estar privado das lentes e ter apenas poucas horas de luz, o que entendia ser o seu testamento político, no qual pode ser identificado o humanismo de seu romantismo. Nesse documento, Julião adota a imagem da filha recém-nascida como uma alegoria, a quem destina um tipo de testamento histórico, para expressar as aspirações utópicas frustradas: “O poeta, o escritor, o agitador social, o militante político, o marxista, o socialista, o humanista, tudo isso que eu sonhara ser, desde os 18 anos, quando descobri o pensamento científico, é o que contém essa Carta, em doses diminutas, comprimidas, homeopáticas”. Na carta transparecem os fundamentos do cristianismo, lembrados por Julião quando escreve para a filha, ao citar a Epístola de São Paulo aos Filipenses (talvez se referisse à carta aos Coríntios), apresentando o amor como doação:

Esta é uma carta de amor, somente de amor, que te escrevo do cárcere, na esperança de que um dia, daqui a dez anos, já possas lê-la e entendê-la no seu conjunto e em cada uma de suas partes. É uma carta longa como nenhum pai escreveu jamais a uma filha que tem, como tu, dois meses de idade... Ao escrevê-la penso em ti como mais uma fonte que se veio juntar à imensa caudal – a humanidade – mas penso também nela de que és, agora, parte integrante... Falarei, assim, do amor que me une a ti e me une à humanidade. Procurarei ser o ponto de encontro entre ti e ela... Escrevo-te na esperança de um dia ler-te de viva voz esta carta, assim que puderes discernir as coisas e entender o mundo, e também porque posso partir antes de alcançar esse dia... É com amor que te escrevo como foi este amor que te fez nascer e este mesmo amor que me trouxe ao cárcere.³⁷⁹

Como adoecesse em decorrência das condições em que estava detido, foi-lhe recomendado pelo médico da prisão beber diariamente um pouco de leite, que lhe era trazido por uma irmã. E, assim, concebeu a estratégia de receber papel e enviar as folhas escritas bem dobradas, colocando-as dentro da tampa da garrafa, burlando a censura. O volume maior, com as páginas escritas anteriormente, saiu do presídio dentro das fraldas de Isabela, quando, surpreendido, Julião recebeu sua visita nos braços da irmã.³⁸⁰

O quartel do 23º Batalhão de Caçadores (23º BC), em Fortaleza, o Quartel da Polícia Militar e o Forte de Nossa Senhora de Assunção, também eram destinados a trancafiar os presos

³⁷⁹ Ibidem, p. 13 - 14.

³⁸⁰ Ibidem, p. 10 - 11.

políticos do Ceará, em consequência do golpe militar. No Quartel do 23º BC, a ala destinada aos presos, que chegavam a mais de setenta, se constituía de um grande pavilhão dividido em dois compartimentos com área de comunicação. Os presos políticos originavam-se das diferentes classes ou camadas sociais da sociedade cearense. Segundo Bonavides, eram deputados, professores, médicos, operários, advogados, jornalistas, estudantes, camponeses, funcionários públicos etc, separados de acordo com a lei, em “presos políticos titulados” dos “não titulados”. O fato da prisão dos titulados encontrar-se defronte à dos não titulados, onde estavam encarcerados operários, camponeses, estudantes e funcionários públicos, despertava “a veia humorística” cearense. E, assim, o compartimento dos titulados recebeu a designação de “Aldeota”, bairro de Fortaleza, onde residem, predominantemente, a classe média alta, a elite política e empresarial; o compartimento dos “não titulados” passou a ser designado “Pirambu”, bairro da zona urbana de Fortaleza, onde residem trabalhadores e favelados. O espaço entre as fileiras das camas recebia os nomes de “Avenida Heitor Cony”, comentarista do jornal Correio da Manhã, cujas “crônicas de abril” eram lidas no auditório. A outra avenida recebeu o nome de “Avenida Tristão de Atayde”. Enquanto, no cárcere a ocupação do espaço reproduzia a estrutura da sociedade cearense, as oposições e lutas pelo poder entre os presidiários eram resolvidas através de batalhas musicais. José Jatahy, representante sindical, era chamado “a alma do Pirambu” pela voz de barítono ao cantar na hora do banho. Osvaldo Evandro Carneiro Martins, professor, com voz de “tenor doméstico, de estilo italiano” era chamado o “rouxinol da Aldeota”. Os dois, em 27 de maio de 1964, defrontaram-se em um “duelo musical”.³⁸¹

Portanto, o ambiente das prisões nos outros Estados do Nordeste era mais ameno, como também pode ser constatado na Paraíba, onde a situação dos presos políticos era semelhante ou com melhores condições do que o tratamento dado no Ceará. Lemos relata que no I Grupamento de Engenharia da Paraíba, no prédio do Corpo da Guarda que fora transformado em xadrez, os presos políticos eram “tratados com todo respeito”. Eram constantemente visitados pelos familiares e amigos, almoçavam no refeitório dos oficiais. Lemos foi estimulado a escrever sobre a questão agrária, na Paraíba, por solicitação do major Aquino. O Grupamento chegou a receber críticas e foi chamado de “colônia de férias, ao invés de prisão”.³⁸²

³⁸¹ BONAVIDES, op. cit., p. 26.

³⁸² LEMOS, op. cit., p. 241.

Na Ilha de Fernando de Noronha, hoje Distrito Estadual pertencente a Pernambuco, local para onde eram encaminhados os presos políticos considerados mais perigosos para o regime recém-instaurado, embora fosse considerado, tradicionalmente, região de “degredo”, eles recebiam um tratamento bastante diferente do Quartel da 2ª Companhia de Guardas e do coronel Ibiapina. O envio para a prisão na Ilha de Fernando de Noronha do ex-vereador da cidade de Fortaleza, Tarcísio Leitão, e do líder sindical Moura Bezeza, em 13 de maio de 64, ensejou apreensão entre os que permaneceram no presídio do Quartel do 23º Batalhão de Caçadores do Ceará. Graciano Macedo, anteriormente preso na Ilha, no “período do fascismo” (governo Vargas) e que conhecia bem a “Ilha-presídio”, descreveu a região para os companheiros e afirmava:

Dá pra fazer, companheiros. Dá pra fazer. Bem entendido, desde que a prisão não seja em cela. Se for, como antigamente, as grades do presídio fincadas nos limites das ondas do mar, então Tarcísio e Bezeza estarão de repouso, num sanatório.³⁸³

Esse fato foi comprovado por Tarcísio Leitão e Moura Bezeza ao chegarem na Ilha com ordem expressa do Ministro da Guerra para jogá-los no Forte, tendo o Governador da Ilha respondido ao Ministro, através de telegrama: “Recebi os presos, tê-los-ei como irmãos. Não os coloco no Forte porque ainda não estão condenados à morte”. Embora os presos fossem enclausurados em cubículos, tinham a vantagem de não sofrer tortura e de serem bem recebidos, pois o Governador era “um homem de bem, coronel, espiritualista” e, para ele “todos os homens eram irmãos”. No presídio da Ilha, permaneceram presos deputados baianos, alagoanos, pernambucanos e capixabas. Lá estiveram os posteriormente exilados: Luiz Maranhão, do RGN, assassinado pelo exército, irmão do prefeito de Natal, Djalma Maranhão; o deputado federal Mário Lima, líderes sindicais, o prefeito de Campina Grande... Miguel Arraes permaneceu preso na Ilha por um ano e meio, residindo nas instalações utilizadas pelos americanos durante a Segunda Guerra, onde mantinham uma base militar. Esse local estava separado do presídio, da Guarda Militar e do Forte.

³⁸³ BONAVIDES, op. cit. p. 32.

Contrastando com o ambiente medieval das instalações do Presídio e da natureza agreste e selvagem da Ilha, os presos políticos tinham acesso a leituras proibidas pela ditadura inquisitorial e, assim, o tempo ocioso durante a permanência na prisão era preenchido com a leitura, pois o governador facilitava aos prisioneiros o acesso aos livros que solicitassem à biblioteca. Para Tarcísio Leitão, foi possível ler no presídio os filósofos modernos: Marx, Hegel, Feuerbach, livros de Direito etc, embora censurados, proibidos e apreendidos pelos órgãos de repressão.

CAPÍTULO 5

DO HUMANISMO ROMÂNTICO AO ROMANTISMO JACOBINO

“Apague As Pegadas”

Separe-se de seus amigos na estação

De manhã vá à cidade com o casaco abotoado

Procure alojamento, e quando seu camarada bater:

Não, oh, não abra a porta

Mas sim

Apague as pegadas!

Se encontrar seus pais na cidade de Hamburgo ou em outro lugar

Passe por eles como um estranho, vire na esquina, não os

Reconheça

Abaixe sobre o rosto o chapéu que eles lhe deram

Não, oh, não mostre seu rosto

Mas sim

Apague as pegadas!

Coma a carne que aí está. Não poupe.

Entre em qualquer casa quando chover, sente em qualquer cadeira

Mas não permaneça sentado. E não esqueça seu chapéu.

Estou lhe dizendo:

Apague as pegadas!

O que você disser, não diga duas vezes.

Encontrando o seu pensamento em outra pessoa: negue-o.

Quem não escreveu sua assinatura, quem não deixou seu retrato

Quem não estava presente, quem nada falou

Como poderão apanhá-lo?

Apague as pegadas!

Cuide quando pensar em morrer

Para que não haja sepultura revelando onde jaz

Com uma clara inscrição a lhe denunciar

E o ano de sua morte a lhe entregar

Mais uma vez:

Apague as pegadas!

(Assim me foi ensinado)

Bertold

BRECHT

Da clandestinidade à luta armada

O poema de Brecht é uma peça exemplar para compreender a situação dos exilados que adotaram a atividade política romântica ao retratar o drama em que foram envolvidos, não só pelo exílio ou a fuga do País, mas também pelo sofrimento da tortura, da clandestinidade ou do banimento. O poema mostra como a instauração “desta barbárie real”, uma prática do Estado Absolutista, continuou a ocorrer no Estado Moderno, do qual a Alemanha no período do nazismo é um exemplo, acontecendo posteriormente, na América Latina, e, no caso em estudo, com os nordestinos brasileiros, através da perda dos direitos políticos e, para alguns, dos mínimos direitos humanos. A clandestinidade, primorosamente exposta neste poema, é uma situação enfrentada pela maioria dos estudantes, principalmente dos que tentaram organizar a resistência para o retorno ao Estado de Direito. O “romantismo revolucionário” dos estudantes e militantes da esquerda, que entraram para a clandestinidade e a luta armada, pode ser identificado na definição de Löwy e Sayre como uma reação do “romantismo anticapitalista”, uma demonstração da “hostilidade à realidade atual, uma recusa quase total, de grande intensidade afetiva, do presente”. De acordo com a definição analítica dos autores citados, o elemento que está na fonte desta visão de mundo é a oposição aos “princípios profundos da opressão que se exerce globalmente na sociedade”. Dessa atitude, “extremamente crítica”, resultam os outros elementos, ou seja, a “revolta contra um presente concreto e histórico”, diante da predominância do valor de troca e, conseqüentemente, do fenômeno da “reificação” e de uma “fragmentação social” pelo isolamento radical do indivíduo. Há, portanto, um sentimento de “perda”, pois faltam na realidade vivida “certos valores humanos essenciais que foram alienados”. São elementos que permitem definir ou identificar a “sensibilidade romântica” como um “sentido aguçado” da existência da “alienação do presente”, uma “alienação vivida freqüentemente como exílio”. Portanto, ocorre o ardente desejo de reencontrar o lar, retornar à pátria, pois é precisamente “a nostalgia do que foi perdido que está no centro da visão romântica anticapitalista”.³⁸⁴

Como os primeiros românticos revolucionários, os militantes pesquisados que permaneceram na clandestinidade e que foram posteriormente exilados pertencem a uma categoria social situada nos estratos médios da sociedade: são filhos de pequenos comerciantes, e pequenos e médios proprietários de terra, de profissionais liberais,

³⁸⁴ LÖWY; SAYRE, 1993, op. cit., p. 20 – 24; Idem, 1995, op. cit., p.45 - 46.

professores, políticos e outros segmentos sociais; apenas dois pertencem à elite açucareira e latifundiária de Pernambuco e dois são trabalhadores rurais. Assim, a base social dos exilados brasileiros é semelhante à dos antigos românticos e, como é muito ampla e diversificada, pois, embora predominem indivíduos oriundos dos estratos médios da sociedade, nela podem ser identificados indivíduos de todas as classes, frações de classe ou categorias sociais. Esse é o motivo por que Löwy e Sayre recomendam que não se deve reduzir o estudo dos românticos a uma categoria situada em uma única classe ou fração de classe, por não se dar conta da extensão e da complexidade das forças sociais, que podem ser reconhecidas na visão de mundo romântica, num determinado momento da história.³⁸⁵

O “romantismo jacobino”, uma manifestação do “romantismo revolucionário”, pode ser identificado na prática da nova leva de exilados nordestinos, principalmente do meio estudantil, tanto nos que já atuavam em organizações ou partidos políticos, quanto nos que se engajam nas organizações surgidas após a instauração do regime militar. A questão da desigualdade social, a educação familiar, a espoliação do trabalhador, a tradição política da família, a defesa dos interesses nacionais e a crítica ao imperialismo surgem como as mais freqüentes motivações políticas.

Após o golpe, os estudantes envolvidos com as bases do PCB, do PC do B e de outras organizações da esquerda, da AP, dos MCPs, do MEB e da UNE são perseguidos pelo DOPS, por serem considerados comunistas e perigosos ao regime instaurado. A reação dos estudantes foi a prática política clandestina através de reuniões, passeatas, panfletagem etc, e a montagem de um esquema para salvar os perseguidos políticos, alojando-os em apartamentos e encaminhando-os a outras localidades ou regiões do País, onde não fossem reconhecidos. A atividade política dos estudantes e militantes das organizações surgidas nesse período, principalmente nos anos de 64 a 68, desenvolveu-se através da arregimentação clandestina de pessoas, diante da vigilância constante dos órgãos de repressão, não só do DOPS, como também da presença do Serviço Nacional de Informação (SNI) e das Forças Armadas nas Universidades, nas escolas e nos mais diversos locais. A reorganização partidária da esquerda na conjuntura política pós-64, diante da situação de clandestinidade a que estava submetida a militância dos partidos e organizações, punha em

³⁸⁵ Idem, 1993. p. 38 - 39; 1995, p. 113.

risco qualquer tipo de esquema com estruturação mais permanente. Como os personagens políticos do mundo barroco, os militantes da esquerda, após o golpe militar, viam o mundo “às avessas, ou ‘a cambalear’, em estado de desequilíbrio”. A realidade ou a situação vivida era “instável ou ilusória, como um cenário de teatro”. O exilado ou o clandestino, após a ditadura militar no Brasil, como o indivíduo do período barroco, encontrava-se “em desequilíbrio, convencido de não ser nunca, inteiramente, aquilo que é, ou aquilo que parece ser, ocultando a sua verdadeira face sob uma máscara”, ocasião em que muitos deles passaram a usá-la tão bem que já não era possível saber quando estava com “a máscara”, ou onde estava com “a verdadeira face”.³⁸⁶

Portanto, no Nordeste, os partidos políticos ou os movimentos sociais organizados como o PCB, o PC do B, o movimento das Ligas Camponesas e a Ação Popular, forneceram os quadros para a militância nas organizações que se vão formar em oposição ao regime de exceção, principalmente para o PCBR, POLOP, POC, ALN etc.

Da clandestinidade no PCB à militância no PCBR

Apesar da política definida pela Declaração de Março, desde 1958, e da Resolução Política do V Congresso, em agosto de 1960, em que eram defendidas teses nacionalistas e a possibilidade da “revolução brasileira” realizar-se de forma pacífica, através de uma política de Frente Única³⁸⁷, os militantes do PCB foram perseguidos, presos e torturados, situação que os levou à clandestinidade.

A perseguição da liderança do Partido, ou dos comunistas envolvidos com os movimentos sociais nacionalistas, foi iniciada imediatamente após o golpe, provocando a fuga dos militantes desorientados e a pressão nos familiares para descobri-los. Imediatamente após o golpe, os agentes da repressão dirigiram-se três vezes à residência de Liana Aureliano e, como não a encontraram, prenderam seu pai e os dois irmãos, que não tinham militância política no PCB. Como não podia retornar para casa nem ser reconhecida, ela perambulou pela cidade e assim relata como conseguiu escapar:

Dormi as duas primeiras noites depois do golpe numa sorveteria. Cheguei lá e expliquei para o vigia que precisava dormir ali, e dormi muito bem guardada. Dois dias depois do golpe eu já não tinha mais dinheiro, não podia entrar em contato com

³⁸⁶ ROUSSET, J. Apud ANGOULVENT. Op. cit. p. 7.

³⁸⁷ CORTEZ, L. G. op. cit., p. 37 - 39.

ninguém, e estava com fome. Então, entrei num restaurante que havia naquela época no Parque Treze de Maio, chamado Torre de Londres e me sentei para almoçar. O garçom chegou e me disse: ‘Menina, venha comer lá no fundo porque aqui você pode ser vista’. Eu não o conhecia, mas ele me conhecia. Então lá almocei e ele não me apresentou a conta.

Ao conseguir contato com os tios, estes procuraram Dom Helder Câmara que a escondeu numa Clausura em Olinda, sendo posteriormente levada para Caruaru, quando foi delatada por uma ex-colega da Escola Normal. A angústia da família aumentava, tentando tirá-la do Recife, pois Liana Aureliano já estava com prisão preventiva decretada e o delegado Álvaro da Costa Lima afirmava que ela não sairia viva de Pernambuco. Entretanto, conseguiu salvar-se em consequência de um episódio que remonta aos primórdios da Revolução de 30, quando um remanescente da família Dantas escapou de ser assassinado com a ajuda de sua mãe e do avô. Ao saber da iminência de sua prisão, o senhor Antônio de Souza Dantas ofereceu sua fazenda para refúgio, no alto sertão pernambucano, onde permaneceu até viajar para o Rio de Janeiro e pedir asilo político à embaixada do Chile, lá permanecendo até 1966, quando retornou ao Brasil, clandestinamente, para retomar os estudos na Universidade Federal Fluminense (UFF) e concluir o Curso de Graduação em Economia.

A situação de clandestinidade também foi enfrentada com dificuldade por Elivan e Nelson Rosas, que estavam casados há um ano quando ocorreu o golpe. Como se tornou muito difícil sobreviver “por conta própria”, Nelson Rosas relata que passaram a receber apoio de algumas lideranças estudantis e de parentes.

A situação tornou-se tão séria que, quando eu consegui contatar alguém do Comitê Estadual, que eu não me lembro mais quem era, o que me foi dito que desaparecesse por minha própria conta até que o Partido organizasse alguma coisa, que não se tinha absolutamente nada, que os locais de esconder pessoas não davam para esconder os poucos que haviam conseguido escapar. Assim, eu saí do Recife e fui me esconder na Paraíba, por conta da família, onde vivi praticamente um ano.

A perseguição dos militantes das organizações de esquerda, quer fossem do PCB ou estivessem envolvidos com os MCPs, mesmo os não comunistas, tornou-se uma prática constante dos órgãos de repressão. A iniciativa de Elivan Rosas em imprimir e distribuir panfletos pela cidade foi descoberta, sendo confiscado o mimeógrafo e preso o motorista que a ajudava a transportar o material. Embora procurada pela repressão, Elivan continuou no Recife sem saber o local onde se encontrava o marido, ocupando um apartamento de

fugitivos da AP com “um comando de três pessoas que oficialmente transitavam, saíam, faziam compras etc.”, o qual passou a ser utilizado como “último recurso para salvar as pessoas da perseguição”. Várias pessoas conseguiram escapar com a ajuda desse grupo para outros lugares e alguns foram recebidos pela Sé de Olinda, que os escondeu por um tempo. Embora muitos companheiros desistissem, Elivan sentia que estava adotando a atitude correta, mantendo-se na clandestinidade, e como “achava que tinha muita coisa a entregar”, não sabendo “até que ponto seria possível resistir à tortura”, preferiu “a dor maior da fuga”. Ao reencontrar Nelson Rosas, foram juntos para João Pessoa e esconderam-se nas fazendas dos familiares, onde só tinham contato um com o outro. Nesse local, dedicaram-se à leitura, enquanto aguardavam as mensagens do Partido, que, embora mantivessem a ordem de esperar, repentinamente informaram: “Cada um se defenda como puder, não podemos fazer mais nada”. O casal decidiu, então, sair para “um pequeno exílio”, deixando o Nordeste e passando a morar no Rio de Janeiro”, em uma viagem arriscada e de ônibus.

Alguns militantes se referem à atividade clandestina em outros Estados brasileiros, ou mesmo no Estado de origem, ou na região rural, como um exílio “interno” ou “exílio interior”.³⁸⁸ Esta é uma situação referida por vários outros militantes que não saíram para o exílio e que permaneceram no País. Tarcísio Leitão relatou, ao ser entrevistado, que a tribo dos Tremembés, na região metropolitana de Fortaleza, abrigou muitos militantes que tiveram de permanecer na clandestinidade. Garcia Marquez também refere que o exílio não é apenas para os que vão embora, “como supunha até então, mas também para eles; os que ficaram”.³⁸⁹

Em 1965, Elivan e Nelson Rosas, no Rio de Janeiro, voltam a se integrar ao PCB, ficando o casal submetido a uma rígida disciplina em uma vida dupla. Enquanto Elivan mantinha a aparência de dona de casa, a residência servia como aparelho do Partido, onde era recebido o secretariado do Comitê Central, inclusive Giocondo Dias, o Secretário Geral. Como “um quadro” do PCB, ela começou a trabalhar na Seção de Agitação e Propaganda, ficando responsável pela distribuição do jornal *Voz Operária*, um trabalho muito perigoso, porque o material era escondido dentro de um carro e, repentinamente, enfrentava as

³⁸⁸ Sobre o “exílio interior” ver JACCARD, Roland. *L'exil intérieur: schizoïdie et civilization*. França: Presses Universitaires, 1975.

³⁸⁹ MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *A aventura de Miguel Littín clandestino no Chile*. Rio de Janeiro: Record, 1986. p. 43.

patrulhas no trânsito, sempre escapando do flagrante, pois conseguia disfarçar a emoção e controlar a ansiedade. Depois desse trabalho, Elivan passou para a Seção Juvenil, viajando periodicamente de ônibus, carregando documentos para o Espírito Santo, Brasília, Minas Gerais, para fazer reuniões com “os camaradas”. As reuniões ocorriam em locais distantes dos grandes centros urbanos e em regiões de acesso difícil. Os endereços e as indicações dos locais eram vagos e imprecisos.

A atividade clandestina de Nelson Rosas ao sair do Nordeste, nos anos de 1965 a 1966, desenvolvia-se junto à Comissão Juvenil do Comitê Central, quando se deslocava para várias regiões do País, tendo como única fonte de renda o salário pago pelo Partido. Como encarregado da Seção Juvenil, ele dirigia o Setor Secundarista, através da organização de alguns congressos da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), entidade estudantil que atuava na clandestinidade, uma ação perigosa porque o movimento dos estudantes “era completamente furado”. Participou, também, dos acontecimentos que levaram à crise da Universidade de Brasília, tentando agir como moderador:

O radicalismo dos estudantes de Brasília, com grande influência da ultra-esquerda do PCdoB foi terrível, e toda a ação da Seção Juvenil era para evitar que a crise chegasse ao ponto que chegou. Porque nós tínhamos certeza que a ditadura tinha força suficiente para destruir a Universidade, como efetivamente a destruiu... Se pegar os jornais da época vai ver a que nível chegou a destruição, destruição física, dos prédios, das salas de aula, dos laboratórios, com o Exército arrebentando tudo. Essa foi uma das passagens mais perigosas vividas por mim. A minha ida para Brasília naquela ocasião foi extremamente perigosa.

No Recife, Bruno Maranhão participou intensamente da política estudantil na clandestinidade, situação que o credenciou a ser escolhido o orador de parte da turma que compunha a base do PCB, por ter ocorrido um “racha” quando dos preparativos da solenidade de formatura, em virtude da escolha do paraninfo, o engenheiro Hélio de Almeida, cuja candidatura ao governo da Guanabara fora cassada pela ditadura. Temendo a repressão, o paraninfo desistiu e, com a divisão da turma que não chegou a um consenso, ocorreram duas solenidades de colação de grau. A cena da solenidade é assim lembrada por Bruno Maranhão:

Na formatura, muita gente no salão nobre, e também muitos tiras no hall. Armamos um esquema de segurança, com um pessoal com porretes de madeira. Tomei logo duas lapadas de cana, no barzinho da esquina, e fui para a formatura. Até a última hora a gente esperava que a nossa turma fosse bem maior do que a outra, mas ficou quase minoria, porque o processo de pressão das famílias que vinham do Interior em cima de seus filhos foi grande. Mas a base do PC na escola reagiu bem. A torrinha

do salão nobre estava lotada, o pessoal chamando os caras por apelidos, cantando músicas, enquanto no dia anterior, na torrinha do Teatro Isabel, não tinha uma pessoa. Boicotaram maciçamente, porque já existia uma rejeição à ditadura. A cerimônia de nossa formatura quem presidiu foi Jônio Lemos, que era vice-reitor...Quando ele anunciou que estava encerrada a sessão, eu disse: “Está encerrada não”. Eu me levantei, corri e subi no tablado... Jônio ainda desceu para sair, mas quando viu que era eu, ficou esperando, porque era amigo meu. Aí eu disse que ninguém saísse porque queria ler um telegrama de nosso paraninfo, Hélio de Almeida, e depois fiz um discurso de uns cinco minutos, bastante radical, atacando os militares, defendendo a sociedade comunista, um negócio assim muito brabo. E foi aquele rolo, os tiras querendo entrar, o pau já comendo na porta. Tinham feito um cordão de isolamento, todo mundo dentro do salão querendo sair. Foi aquele negócio.

Por conta da atividade política, Bruno Maranhão respondeu ao Inquérito Policial Militar contra a “subversão”, instaurado na Universidade, ao lado de outros cinco estudantes da Escola de Engenharia da UFPE, os quais tiveram a vida pessoal controlada tendo de se apresentar à polícia, mensalmente, durante dois anos, num prédio da Avenida Conde da Boa Vista. Entretanto, eles continuaram a atividade clandestina, apesar do controle constante dos órgãos de repressão.

Assim, os estudantes que militavam no PCB buscavam meios para continuar a atuação política após o golpe militar, mesmo enfrentando a situação de clandestinidade, embora tivessem de arrostar as prisões e a tortura. O pernambucano Manuel Messias, preso no Recife logo após o golpe, permaneceu quase dois anos na prisão, tendo sido libertado por força de *habeas corpus*, concedido pelo supremo Tribunal Federal, que nesse momento ainda estava na vigência, sendo logo depois suspenso. Mudou-se então para o Rio de Janeiro, clandestinamente, tentando organizar a vida e voltar aos estudos. No Rio de Janeiro, entrou em contato com pessoas de esquerda: professores de várias instituições, tanto da Universidade Federal como da PUC, e médicos, que muito o ajudaram e, gradativamente, começou a retomar a vida na legalidade, quando foi novamente condenado a 14 anos de prisão pela Auditoria Militar de Pernambuco, por ter participado da resistência ao golpe. Para ele tratava-se de “uma coisa antiga”, mas que despertava a represália dos militares:

A minha sentença foi igual à de Prestes, 14 anos de prisão. Prestes, que era a figura central do movimento comunista. Foi uma coisa exagerada, um absurdo. Daí eu recorri... tendo Paulo Cavalcanti como advogado aqui, juntamente com outro advogado que também me ajudou muito, e no Rio de Janeiro eu contava com Rildo Souto Maior, além de uma série de pessoas conhecidas que ajudaram a anular a sentença. Por fim a sentença foi anulada por unanimidade dos juízes, por inépcia da denúncia. Quer dizer, era uma coisa tão absurda que o Supremo Tribunal Federal

anulou por inépcia da denúncia e o Superior Tribunal Militar teve que acatar, porque realmente era um processo malfeito.

Embora o estudante universitário Aécio Gomes de Matos não tivesse uma posição de liderança no Partido Comunista, foi preso e teve de permanecer na clandestinidade. O confronto dos estudantes pernambucanos com a polícia, do qual resultaram as mortes de dois estudantes secundaristas no dia do golpe, no Recife, marcou o início da sua atuação política como estudante universitário e como militante do PCB, ficando o acontecimento na sua memória, não só pela “própria vivência do momento, da visão da morte”, como também posteriormente, pela convivência com os demais prisioneiros no período em que permaneceu detido. Para Aécio, após golpe de Estado, sua atividade política ampliou-se não só pelos protestos que se montaram, mas, também, pela necessidade de se proteger. Logo depois do golpe, foi eleito para a Presidência do Diretório da Faculdade de Engenharia, no que resultou o aumento do controle policial sobre sua pessoa e, conseqüentemente, foi preso em quartéis militares e processado “pelos motivos clássicos da organização do Partido Comunista”.

Aécio permaneceu preso um ano e meio, primeiro no BUQUE da antiga Secretaria de Segurança Pública, em seguida foi levado para a 2ª Cia de Guardas, depois para o Quartel de Olinda na praia e, posteriormente, para o Regimento de Obuses nesta cidade. Nas prisões não chegou a ser torturado, entretanto, segundo ele, o fato de permanecer preso por “90 dias numa solitária é uma tortura que mata qualquer um”. Como estava sendo fortemente pressionado, foi transferido para a Casa de Detenção, onde aguardou julgamento até receber “uma espécie de liberdade condicional”. Após o julgamento, Aécio foi condenado à prisão por dois anos sob a acusação de tentar reorganizar o Partido Comunista, embora tenha apenas realizado uma assembléia geral com os estudantes, quando foram expulsos dois colegas que haviam denunciado outros companheiros, um fato sem consistência nos processos, do ponto de vista jurídico. Ao tomar conhecimento da condenação, Aécio fugiu da própria Auditoria, permanecendo escondido e na clandestinidade ao lado dos companheiros Cândido Pinto e Fred Cals. Diante da negociação entabulada pelos advogados para retomar o processo, os estudantes se apresentaram e permaneceram presos no Quartel da Guarda da polícia até serem absolvidos por novo julgamento. Desse modo Aécio conseguiu retornar à Escola de Engenharia e concluir o

Curso, passando a trabalhar no escritório do ex-prefeito do Recife, Pelópidas Silveira, e nos escritórios de pessoas que o apoiavam, ao lado, principalmente, de economistas políticos. Entretanto, ocorreu o retrocesso nas liberdades políticas com a promulgação do AI-5, quando a repressão retornou com o aumento da perseguição política e Aécio sentiu-se pressionado a sair do País:

Eu abria o jornal de manhã e tinha minha cara nas páginas dizendo que eu tinha sido preso na véspera; todos os dias a polícia batia constantemente na porta do meu apartamento e eu tinha que sair correndo; e quando começou a pressão aumentar muito a Anistia Internacional se ofereceu para me ajudar a sair do País. E eu decidi sair, mas antes eu decidi ter um passaporte na mão para não ter que ficar na dependência de um processo mais longo de exílio. Naquela época não tinha sistemas unificados e eu morava em Recife, mas conhecia gente no Ceará. Fui para o Ceará e consegui tirar um passaporte lá. Um para mim e outro para minha mulher.

A atividade clandestina de Frank Svensson realizava-se através da organização do Partido na SUDENE e os órgãos de repressão não interferiam no seu trabalho, entretanto, foi preso, repentinamente, ao ser indicado para assumir um cargo de chefia, descobrindo posteriormente ter sido denunciado por uma pessoa desta instituição, ligada ao serviço de informação, por não considerá-lo merecedor do exercício da função de vice-diretor e com perspectivas de se tornar diretor do Departamento de Recursos Humanos, que tinha por finalidade tratar de questões de habitação, população, serviços sociais, educação, saúde. Esse departamento foi dirigido, inicialmente, por Nailton Santos, irmão do geógrafo Milton Santos, ambos exilados e falecidos recentemente. Apesar da saída de Nailton do país e das mudanças realizadas pelos militares, Svensson permaneceu na SUDENE. Ao ser acusado de subversão durante a militância na política estudantil em Minas, Svensson teve de viajar para Juiz de Fora para ser interrogado, mas foi absolvido por falta de provas, retornando ao Recife. Com o fato de sofrer vigilância constante e da SUDENE ter passado a ser administrada pelos generais Euler Bentes Monteiro e Afonso de Albuquerque Lima, Svensson sugeriu ao Superintendente a transferência para o projeto de irrigação do Vale do São Francisco, onde lá os serviços de informação do SNI poderiam ter o “controle total” de sua vida. E, assim, passou três anos trabalhando com a equipe da FAO, fazendo arquitetura no Projeto Mandacaru, um projeto-piloto, “uma experiência muito rica” no campo do desenvolvimento econômico e de novas tecnologias de irrigação”.

Na atividade política clandestina, Svensson foi para a Bahia participar de um Congresso e, ao procurar um companheiro do Partido, Juraci Picanço, encarregado do

ensino na alfabetização da Petrobrás, encontrou em sua casa Davi Capistrano, reconhecendo-o pela voz, pois estava “com cabelo pintado, bigode”, vivendo em Salvador. Segundo Svensson, de lá, Capistrano foi para o sul do País e, ao retornar, foi morto, como outros companheiros do Comitê Central “que foram trucidados”. Para ele, tanto os militantes da esquerda como um todo ou “mesmo do Partidão”, na realidade “não são heróis, são descuidados”. Não apagavam as pegadas como recomenda o poema. E, assim, “a direção do Partido foi dizimada e ficou pouquíssima gente aqui...”

A experiência no Vale do Rio São Francisco propiciou o contato com Polban e Gunnar Myrdal, que foram ao projeto para conhecer a experiência do trabalho desenvolvido e se tornaram personalidades reconhecidas mundialmente. Geralmente vinham também cientistas e observadores do sul, do Uruguai, da Argentina, mas sempre passavam pelo Recife, mas, paulatinamente, começou o esvaziamento da SUDENE. Em 1968, o Banco Mundial, os Bancos Rockfeller, com diferentes interesses puseram em xeque a política de regionalização etc; portanto, a instituição passou, praticamente, a não mais ter poder de ação. Esses fatos levaram Svensson a documentar tudo o que tinha feito e a continuar a atuação no partido, obrigando-se, em desacordo com a visão de mundo romântica, a “botar o pé na profissão liberal” com outros colegas progressistas, que se reuniam para participar de concursos, fazer projetos nas casas de amigos. Entretanto, a influência do seu romantismo se refletia no exercício da atividade profissional, elaborando projetos que permitiam expressar “alguma coisa, com a realidade espacial, reinterpretação de valores regionais etc”... No Recife, ele projetou a sede da Rede Ferroviária, junto da antiga Casa de Correção e da Estação da *Great Western*, e algumas outras coisas. Atendendo ao convite da UNB para levar a experiência da SUDENE para a Faculdade de Arquitetura, Svensson foi para Brasília.

Também foi uma experiência interessante. Nós instituímos departamentos de planejamento em 5, 6 municípios menores, principalmente ao longo das grandes rodovias que tem Brasília. Itabira, Transamazônica e descendo para o Sul, Goiás, onde os alunos iam trabalhar nas férias, fazer estágio, ou recém formados. E iam com alunos de outras áreas também: Administração Pública, Serviço Social. Uma equipe de três, quatro alunos... Eles tinham vindo para a arquitetura moderna, mas de repente, descobriam que a rodoviária estava muito ruim. Era preciso fazer um projeto para a Estação Rodoviária, uma escola nova, o mercado precisava ser ampliado, o cemitério podia precisar um necrotério e foram vendo que, a qualquer nível social, existe necessidade de lugares, não é? A arquitetura foi ganhando um sentido muito mais social e regional.

Essa atividade ocorreu dos anos 1970 a 1972, iniciando-se antes do Projeto Rondon, e provocou o engajamento político dos alunos, posicionamento não sugerido por Svensson, resultando em perseguição dos estudantes, e no fato de ele ser o “único profissional NB enquadrado na lei de Exceção 477, proibido de lecionar em todo o território nacional, por cinco anos, pelo então ministro da Educação Jarbas Passarinho”. Svensson, então, organizou uma viagem de férias, não conseguindo, inicialmente o passaporte, o qual repentinamente lhe foi concedido. Posteriormente, tomou conhecimento de que a liberação do passaporte foi iniciativa do almirante Azevedo para não ser acusado de tê-lo cassado, mas, logo ao chegar à Europa, tomou conhecimento de sua cassação.

Embora o PCB não tenha aderido à luta armada, a atividade clandestina continuou intensa, e seus militantes foram enviados temporariamente para o Exterior, no sentido de resguardá-los dos órgãos de repressão. E, assim, Nelson e Elivan Rosas realizaram um curso na União Soviética e, ao retornarem foram enviados para trabalhar no Paraná. Ele, como membro do Comitê Estadual, viajava pelo Estado para manter a ligação com as bases camponesas e operárias, enquanto Elivan mantinha contato com pessoas ligadas ao PCB, pois, em Curitiba, não existiam bases e sim “pessoas e personalidades que eram todas da classe A, pessoas conhecidíssimas”. Um era dono de joalheria, outro um judeu que era dono de movelaria, todos muito ricos e que financiavam as atividades do Partido. “Eram super fiéis e leais à linha do Partido, mas eram muito visados”. Elivan coletava, assim, uma quantia significativa, mas, como se recusavam reunir fora do local de seus negócios, ela se expunha a ser vista com essas pessoas em diferentes dias e sempre nos locais de trabalho. A atividade chamou a atenção dos órgãos de repressão, que passaram a vigiá-la, sendo avisada pelo proprietário do apartamento em que residia. Este, acompanhado de um eletricista a pretexto de ver a parte elétrica do apartamento, informou-a:

Olhe, eu vim aqui para avisar que o SNI foi à imobiliária saber especificamente quem são as pessoas que moram aqui. Eu imediatamente dei uma desconversada e vim avisar que vocês têm que se mudar. Quando eles perguntam, é porque já têm mais suspeita, e vocês têm que se mudar daqui.

Elivan saiu apressadamente com a filha para não ser apanhada pela polícia, “com a papelada toda por baixo das fraldas, um saco pesadíssimo”, e enviou um recado para Nelson que estava fora de Curitiba. Do final dos anos 1960 ao início dos anos 1970, eles passaram a residir no Rio de Janeiro, ocasião em que Nelson Rosas trabalhou na Seção de

Agitação e Propaganda, ou seja, na imprensa do Partido, adotando o nome de Paulo, sendo um dos responsáveis pela edição da revista *Estudos* e do jornal *Voz Operária*. Nesse período, o casal retornou aos estudos na Universidade Federal Fluminense e, em 1973, quando Nelson estava para concluir o curso e realizar concurso para professor, “caí na clandestinidade” novamente, quando a gráfica em que trabalhara nos anos de 71 a 72 foi descoberta, sendo apreendidas as máquinas, destruídos os equipamentos e presas as pessoas envolvidas. Como o nome de guerra adotado era o mesmo da pessoa que o substituíra, foi perseguido “furiosamente”, não sendo preso porque não informava o nome verdadeiro, nem o local de residência, mesmo aos companheiros. A perseguição nesse novo período de clandestinidade foi mais dura e mais difícil para Nelson Rosas, pois teve o escritório e a residência cercados e vigiados por vários meses, para onde não mais voltou. Durante oito meses, permaneceu escondido na casa de campo de Bibi Ferreira como caseiro.

Eu tive contato com a Bibi Ferreira através do Paulo Pontes, meu colega de infância, que naquela ocasião era teatrólogo e tinha uma posição bastante destacada no Rio de Janeiro. Ninguém sabia que ele tinha qualquer tipo de relação comigo. E uma das minhas técnicas para escapar da polícia era precisamente essa: quando eu fugia de um determinado ambiente, eu saltava para um outro absolutamente desconhecido da polícia. Então passei a circular durante quase dois anos no meio artístico do Rio de Janeiro. O que também para mim foi extremamente útil. Aprendi imensamente sobre cinema e sobre teatro convivendo com atores e com diretores de teatro e cinema da mais alta qualidade. Porque eu freqüentava a casa dela. Então estive vendo de perto a montagem, a contratação e o ensaio de peças como: “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”; “A gota d’água” e o show “Opinião”. Eu vi de perto toda a montagem deles, sendo que “A gota d’água” eu assisti desde a criação da idéia, com Paulo Pontes e Chico Buarque, e participei das primeiras reuniões. E me considero muito feliz em ter contribuído como assessor econômico da história que está por trás de “A gota d’água”. O que há de economia por trás daquilo ali saiu um bocado da minha cabeça. Como na história de “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”, também toda a parte de assessoria econômica na elaboração da peça foi minha...

Para sobreviver e se manter atuante na clandestinidade, Nelson Rosas seguia “rigorosamente” as normas de segurança que aprendera com seu “grande mestre Valentim”, sendo muitas vezes criticado: “porque não errava, eu não fazia bobagem, eu não freqüentava ambientes perigosos, e seguia com tranqüilidade”. Em consequência de tais cuidados, explica que não tem seqüelas após, praticamente, dez anos de vida clandestina, mantendo um “estado de saúde razoável”, mas considera um desastre a passagem para a clandestinidade, diante do retorno às práticas stalinistas no Partido.

Nas tentativas de conseguir apoio para sair do País, Nelson Rosas sentiu “o terror de estar sendo observado e de ser apanhado a qualquer momento”. E, assim, permaneceu na clandestinidade, continuando a dirigir a base do Partido dentro da UFF, até sair para o exílio, em 1976. Elivan, durante esse período, foi para Salvador, onde residiam dois irmãos seus e com os quais Nelson mantinha uma empresa de representação de ônibus, começando a trabalhar como empresária e adotando o nome de Lina. Como sentisse “que o cerco começava a apertar”, decidiu a contragosto sair do País e buscou informações entre as pessoas de sua confiança, sobre ela e o esposo no esquema de repressão, “ou seja, fez-se uma verdadeira rede, uma corrente para descobrir qual era a situação real”, e assim, descobriu que no Paraná não poderia tirar o passaporte; mas, com a ajuda do filho do governador de Minas Gerais, conseguiu que fosse emitido seu passaporte e, logo depois, o do marido. E, assim Elivan saiu do Brasil pela Bolívia, ajudada por um militar, “uma pessoa muito importante”, que atravessou com ela a fronteira num jipe de sua corporação. Vinte dias depois, ajudado através do mesmo esquema, o marido encontrou-se com ela em Portugal.

Manuel Messias e Bruno Maranhão participaram das controvérsias que provocaram a dissidência e a crise interna do PCB, em 1967, em decorrência das discussões para definição da linha política a ser seguida. Bruno aderiu ao grupo mais à esquerda, ao lado de Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e outros, fundando o PCBR, e assim, aos vinte e oito anos, tornou-se membro do Comitê Central ao lado da velha guarda. Manuel Messias estava ao lado do grupo que defendia a idéia de dinamizar um setor armado dentro do PCB, com um comando civil para liderar um movimento que impusesse condições para o retorno à democracia. Entretanto, Carlos Marighella, influenciado pelas decisões da OLAS ³⁹⁰, em Havana, preferia formar outro partido. A situação vai ser agravada com a viagem de Prestes para o Exterior, repentinamente, e ocorreu “um racha no Partido”. ³⁹¹ Manuel Messias assim explica o surgimento do PCBR:

³⁹⁰ A Organização Latino-Americana de Solidariedade (O.L.A.S.) com sede em Havana, foi criada na conferência de agosto de 1967. Na ocasião, a “ordem de luta armada” era proclamada como “única via de revolução da América Latina” Cf. PELA união dos comunistas brasileiros. Lisboa: **Prelo Editora**, 1975, p.139.

³⁹¹ GORENDER, Jacob. op. cit., p. 101.

Nesse exato momento o partido estava sendo comandado por um pessoal mais à direita, que queria preservar a sigla do partido, achando até que não havia o que fazer diante do golpe, diante dos militares. Era um grupo chamado de direita, comandado teoricamente pelo Armênio Guedes. Nós tínhamos um grupo forte dentro do partido, e eu fazia parte do trabalho especial, TE, que era um trabalho paramilitar, junto com o general Salomão Molina, que é o único militar brasileiro promovido a general no campo de batalha, na Itália, e era um líder comunista. Molina era o chefe do TE e eu trabalhava com ele, mas aí nós nos dividimos. Houve esses acontecimentos e nós criamos a Corrente que não aceitou as teses do pessoal liderado por Jacob Gorender, Armênio Guedes e outros. Então nós rachamos, e essa corrente deu origem a um novo partido, que foi o PCBR.

O PCBR ficou com a maioria dos comunistas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto que o PCB ficou dividido, “rachado pelo meio”, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco. No trabalho de criação do PCBR no Nordeste, Manuel Messias deu grande destaque ao papel de Bruno Maranhão, que se associara à idéia de ser possível intervir militarmente quando fosse necessário. Entretanto, Marighella, que também fazia parte dessa corrente, entendia ser esta uma formalidade, segundo a explicação dos fatos por Manoel Messias:

Ele queria uma guerrilha, um movimento guerrilheiro, e esteve em Cuba várias vezes. A última vez que o encontrei eu estava em São Paulo, trabalhando com Câmara Ferreira – tinha sido mandado do Rio para São Paulo – e foi justamente quando Marighella resolveu criar a Ação Libertadora Nacional, a ALN, que era para intervir militarmente. Ele não queria nenhum trabalho político. Ele disse: “Isso nós já fizemos a vida inteira, e ainda tem quem faça, e não resultou em nada até hoje no Brasil. Eu vou partir para a luta armada. Só me restam dois caminhos, ou o cemitério ou o poder, e eu vou tentar, qualquer um dos dois calhará muito bem”.

Entretanto, o PCBR teve um período de curta atuação, provocada, segundo Manuel Messias, pela influência de Carlos Marighella e Carlos Lamarca, pois deixou de ser um Partido para realizar um trabalho com objetivos militares, sem nenhuma estrutura política, entrando no mesmo nível das organizações que participavam da guerrilha urbana. Esta organização desenvolvia um trabalho com lideranças rurais através da Cooperart, uma entidade que desenvolvia um trabalho voluntário dentro de uma estrutura legalizada, deslocando Suzana Maranhão para realizá-lo como profissional, a partir de 1968, pois já concluíra o Curso de Ciências Sociais. No desempenho de sua atividade nessa entidade, Suzana identificava as lideranças para repassá-las à estrutura clandestina da organização, que mapeava as pessoas identificadas e, posteriormente, entrava em contato para reconstruir o trabalho no campo com os militantes da área rural que estavam dispersos após

o golpe. Na atividade “legal”, Suzana preparava “toda a parte de formação, de cursos, de sindicalização, etc.”, mas sua atividade fundamental era a de repassar os contatos para o PCBR, para o marido Bruno e outros companheiros que davam continuidade ao trabalho político. Com o marido e outros militantes, Suzana elaborou cartilhas e outros materiais didáticos, nos quais era analisada a questão do comunismo, do socialismo, temas que não podiam ser discutidos nessa época.

Ação Popular: do humanismo romântico ao “maoísmo cristão”

Após o golpe militar, o “socialismo humanista” da Ação Popular, que passara a atuar como partido político, foi substituído pelo “maoísmo cristão” e seus militantes aderiram à luta armada, substituindo as leituras de Maritain e Lebreton por Mao-Tse-Tung, os clássicos de Marx e de Lênin, ou mesmo apostilas preparadas pela liderança. Segundo Gorender havia, também, a predominância do estruturalismo de Althusser, o que provocou a desvalorização da concepção humanista do marxismo baseada nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, antes aceita por teólogos católicos e protestantes, pois abria o “caminho pacífico para a revolução”. Com a adoção do estruturalismo de Althusser, o qual considerava a questão do “humanismo um falso problema para o marxismo, uma vez que o homem inexistia”, foi eliminada “a subjetividade em favor do objetivismo absoluto”, transformando-se em “um novo formalismo com aparência cientificista” e, assim, o marxismo deixava de ser ideologia. “Era ciência. A ciência da luta de classes e da revolução”.³⁹²

Além da atuação política, a AP preparava a militância através de estudos em células e reuniões periódicas para programação das atividades, surgindo a partir desse momento várias organizações,³⁹³ entre elas o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), criado em 1969. Ao se converter em organização marxista-leninista, a AP perdeu muitos militantes, passando a ser denominada Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), em 1971 e, posteriormente, grande número de seus integrantes migraram para os quadros do

³⁹² GORENDER, Jacob, op. cit., p. 77 – 78.

³⁹³ A explicação detalhada dos fatos que levaram à criação de partidos e organizações da esquerda é apresentada em REIS FILHO, Daniel Aarão. **Imagens da revolução**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985; idem, **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PC do B.³⁹⁴ A AP criou, também, uma comissão encarregada de ministrar cursos para treinar o pessoal no emprego de armas e explosivos, cujos ensinamentos foram empregados por seus militantes no episódio trágico do atentado a bomba no Aeroporto do Recife, por ocasião da visita do general Costa e Silva, candidato à Presidência da República, em 1966, que vitimou o almirante Néelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho. No mesmo dia explodiram outras bombas sem causar vítimas, atingindo a sede da União Estadual dos Estudantes e a do Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIS), provocando apenas danos materiais. Embora a AP não tenha assumido a autoria do atentado, o fato só foi confirmado por Jair Ferreira de Sá após a anistia de 1979.³⁹⁵

Os cearenses que militavam na AP, como Paulo Lincoln, retinham os valores religiosos, mantendo o trabalho político mais ou menos na mesma linha política da AC, não se filiando a um partido político específico. Ao entrar para a Universidade em 1965, no Curso de Engenharia, ele começou, entretanto, a participar dos movimentos estudantis, sendo eleito, em 1967, secretário geral do Diretório Central dos Estudantes pela AP. Como, na época, o PC do B era o partido majoritário, Paulo Lincoln participou da composição de uma chapa com este Partido, havendo sido indicado por diversas vezes representante do movimento estudantil e dos estudantes no Conselho Universitário da UFC. Ao concluir o Curso de Engenharia Mecânica, em 1969, conseguiu um emprego e casou-se com Ângela Figueiredo de Albuquerque, no final de 1970, uma contemporânea na Universidade e que também exercia o mesmo tipo de militância, não necessariamente partidária, mas apoiando os movimentos que ocorriam à época. Em função dessas atividades, o casal foi preso em outubro de 1970, durante um mês e pouco. Para Paulo Lincoln, a prisão dele e da esposa decorreu das ligações mantidas com algumas pessoas do Estado de Pernambuco que eram procuradas pelos órgãos de repressão, e, entre elas, especificamente o Odijas, um militante do PCBR, que residiu em Fortaleza por dois anos. Poucos meses depois de sair da prisão, ao tomarem conhecimento da morte do amigo, Paulo Lincoln e a esposa decidiram sair do Brasil e foram para o Chile.

³⁹⁴ Idem, 1985, p. 4 - 8. Essas informações também foram prestadas por Rute Cavalcante durante a entrevista.

³⁹⁵ GORENDER, Jacob, op. cit., p. 112 a 113; 2 mortos e 14 feridos : o saldo do terrorismo. **Jornal do Comércio**, Recife, p. 1, 2 e 3, 26 jul. 1966; Polícia tem relação de 14 suspeitos do atentado. **Jornal do Comércio**, Recife, p. 7, 27 jul. 1966; Costa e Silva: Responderemos aos assassinos de hoje com uma mensagem de fé na democracia e nos altos destinos do Brasil. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 26 jul. 1966.

Os estudantes envolvidos com o trabalho do MEB também eram perseguidos. O fato de a cearense Rute Cavalcante ter adquirido experiência neste movimento favoreceu a participação na liderança da AP logo após entrar para a Universidade em 1966, passando a integrar também o diretório da UNE. Ao ser presa e perseguida, Rute se envolveu com a atividade clandestina.

A militância nordestina do PC do B na clandestinidade

A liderança do PC do B também foi caçada pelos órgãos de repressão, o que levou o pernambucano Diógenes Arruda, afastado das antigas funções no PCB, a assumir este Partido com Amazonas e Grabois, “a geração dele”, os “velhos dirigentes”. Arruda e Tereza retornaram para São Paulo, passando o casal a enfrentar uma situação de “semiclandestinidade”. Tereza ingressou no curso de História da Universidade de São Paulo (USP), mas, na Faculdade, as pessoas não conheciam sua verdadeira identidade, sendo conhecida como a “mulher de Pierre”, situação favorecida pelo fato de ter nascido em Pernambuco e ser a mais velha da turma. Por isso não levantava suspeita, embora desenvolvesse atividade clandestina na distribuição de panfletos e comunicados e, para ajudar na subsistência da família, ministrava aulas com uma equipe preparando alunos para o vestibular. Este é considerado por ela o tempo mais difícil de sua vida, pois as filhas eram pequenas e uma delas teve problemas de saúde, sendo atendida por médicos da amizade de Diógenes Arruda. E, em 1969, Diógenes foi preso perto da Lapa, na zona norte de São Paulo, carregando um mimeógrafo nas costas, quando se dirigia para uma reunião com filiados do partido. Segundo Tereza, os policiais revelaram que “estavam esperando um peixe pequeno e pegaram um tubarão”.

Diógenes Arruda foi “barbaramente torturado” na prisão e seu depoimento³⁹⁶ foi considerado muito importante para os militantes, sendo divulgado e traduzido em vários idiomas, e seus inquisidores, embora soubessem que pertencia à direção do PC do B, não encontraram provas contra ele, apenas “história do passado”. Para evitar problemas com Tereza, Diógenes decidiu que ela não o visitasse, temendo alguma represália, mas, como

³⁹⁶ Sobre o depoimento de Diógenes Arruda Câmara ver: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: nunca mais. São Paulo: Vozes, 1986, p. 227.

ele não fosse libertado, após o segundo julgamento, ela preferiu enfrentar a situação, mesmo contra a vontade dele:

E ai era visitar ou desistir, porque não era possível. Eu vivia uma vida muito frugal, muito difícil e, ao mesmo tempo não tinha assim, a alegria mínima de uma conversa com ele, de uma presença. Ele escrevia para mim todos os dias. Eu tenho milhares de cartas dele nessa época. Ele escrevia, mandava pela filha... Nos primeiros tempos umas cartas bem pequenininhas num pedacinho de papel, ela botava no cabelo e eu preguei essas cartas num quadro e pinteí por cima. Então, foi um período muito difícil e eu resolvi ir ao Carandiru. Primeiro Tiradentes e depois Carandiru e fiquei visitando ele até o final. Ninguém acreditava que ele saísse. Eu me lembro que Amazonas e Pomar diziam: Não adianta. Devem dizer para ela: Está certo, Tereza. Tire seu passaporte, tudo, calce-se, prepare-se, porque se ele sair acontece isso, isso, isso...

Repentinamente, sem que os advogados ou mesmo a direção do Partido esperassem, Diógenes foi solto, surgindo daí a interpretação de que seria uma estratégia dos órgãos de repressão para matá-lo, porque não havia nenhuma explicação para o fato. Segundo Tereza, só ela acreditava: “Só eu. A única coisa que eu acreditava, essa coisa de mulher, de instinto, não sei explicar não. Eu achava que ele ia sair”. Diante das suspeitas de extermínio o Partido preparou um esquema para a saída do País, fazendo Diógenes e Tereza passarem do carro de um advogado para o do outro, dirigiram-se para um bairro distante, e, só ao final da noite chegaram no Brooklyn, onde moravam. E, assim, Tereza relata a emoção de Diógenes ao sair da prisão:

Mas aí já tinha toda uma orientação do Partido para a gente sair e nós fomos para a casa de Milton Carlos em Rio das Ostras no Rio. Passamos a noite viajando para Rio das Ostras. Eu me lembro de uma cena tão bonita quando nós chegamos na praia e ele disse assim para mim: “Eu posso correr, rastejar”. Amanhecendo o dia, ele corria de um lado para o outro, entrava na água... Era uma coisa assim tão comovente, quando eu me lembro disso e ainda fico emocionada. E nós ficamos em Rio das Ostras por alguns dias, depois recebemos orientação voltar para São Paulo, fazer as malas e seguir para a Argentina, Chile, porque os boatos estavam muito grandes e o pessoal já tinha perdido muita gente e achava melhor mandar a gente embora. E então não tenho mais contato (com a Direção do PC do B), porque eu aprendi desde que eu conheci Diógenes a não perguntar nada. Ele me contava o indispensável. Então ele deve ter tido contato com o pessoal da Direção e entre a orientação, que para mim era uma forma de trabalho que a gente tinha no Exterior.

No Ceará, a ação clandestina do PC do B foi mais atuante no movimento estudantil. Os debates ideológicos dos estudantes engajados no PC do B e na AP, principalmente entre os remanescentes do PCB e dos trotskistas, durante os anos de 1966 a 1967, foram muito tensos e acirrados, tanto nas discussões internas dessas organizações como nos congressos clandestinos. Os estudantes conseguiam organizar amplos movimentos de massa em

Fortaleza, apesar da repressão e das lutas internas entre as organizações estudantis pela conquista da direção do DCE. A liderança de João de Paula Monteiro, aluno do Curso de Medicina da Universidade Federal, favoreceu, ao PC do B, a conquista da hegemonia no movimento estudantil do Ceará. O DCE, liderado por uma coligação de várias tendências da esquerda, através de uma chapa de unificação, abrangia as diferentes tendências do movimento estudantil cearense: do PC do B, João de Paula Monteiro e Pedro Albuquerque Neto, presidente e vice-presidente; dos trotskistas, José Galba de Meneses Pontes; na secretaria geral Paulo Lincoln, mais ligado à AP; outro estudante do PCB e outros independentes. Dos nomes citados somente José Galba não saiu para o exílio. Os estudantes também publicavam semanalmente um jornal de pequena tiragem, o BISU – Boletim Informativo Semanal Universitário.

Pedro Albuquerque Neto, nesse momento aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, assim relata como era desenvolvida a política do PC do B no movimento estudantil cearense:

Então, nessa época, nós dirigíamos as residências universitárias, nós dirigíamos o restaurante universitário. Eu fui diretor do restaurante da Universidade... E nós achávamos nessa época que o DCE não poderia ser um aparelho do Partido; tinha que ser uma entidade estudantil aberta a todos. Então, eu acho que foi uma marca muito grande do PC do B na época, garantir esse prestígio, prestígio muito amplo. Por exemplo: quem selecionava os alunos para a casa dos estudantes era o DCE e a seleção nós fazíamos dentro de critérios bastante objetivos em função da carência.

Entretanto, o movimento estudantil no Ceará se dividiu nos anos de 1967 a 1968: o PC do B lançou uma chapa liderada por José Genoíno; a AP lançou outra chapa liderada por Mariano Araújo Freitas; e os trotskistas lançaram outra com José Arlindo Soares. O PC do B ganhou a liderança do DCE com o dobro dos votos somados das outras chapas, conquistando, isoladamente, a hegemonia no movimento estudantil universitário, e, segundo João de Paula, passou a adotar a política de lutar “contra a ditadura e contra o imperialismo”, que significava o engajamento na “luta democrática nacional, e, ao mesmo tempo, ser muito firme na defesa dos interesses específicos dos estudantes”.

O PC do B, no Ceará, também desenvolvia atividades comunitárias na alfabetização de adultos, através do método Paulo Freire, no Lagamar, bairro da periferia de Fortaleza, atividade de responsabilidade da pernambucana Tereza Albuquerque, codinome Diana, ex-

militante do PCBR, cuja prisão fora decretada em 1969 por estar realizando panfletagem, o que provocou a fuga de Pernambuco.

A atuação dos trotskistas

Daniel Aarão identifica cinco troncos do que entende como “Nova Esquerda”, no Brasil: as organizações que surgiram da ORM-POLOP; as que se formaram a partir da Ação Popular; outras a partir do PC do B; outras do PCB, a partir de 1964, e mais um tronco com origem no “legado teórico” do trotskismo, o Movimento Estudantil 1º de Maio.³⁹⁷ A atuação dos trotskistas ocorria através da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), fundada em 1961, e as organizações dela originadas: Comandos de Libertação Nacional (COLINA), organizada em 1967; Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 1968; Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), em 1964; Partido Operário Comunista (POC), em 1968; Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO), em 1970, “da qual se destacaria pouco depois a Fração Bolchevique, e a tendência Combate do POC, formada no Exterior e que não conseguiria êxito em suas tentativas de implantação no Brasil”. No Nordeste, o rompimento da POLOP com o “posadismo”³⁹⁸ favoreceu o surgimento do POC e as organizações remanescentes.

Gorender, entretanto, explica a atuação dos trotskistas nesse período através do Partido Operário Revolucionário (POR (T)), surgido após a dissolução do Partido Socialista Revolucionário, em 1952, o qual era influenciado pela IV Internacional, cujos pressupostos teóricos se baseavam na concepção trotskista de “revolução permanente”. Este Partido vinculou-se à facção orientada por J. Posadas, recebendo a adesão de intelectuais e estudantes e aderiu à orientação “terceiro-mundista de revolução mundial”, influenciado pelo sucesso da Revolução Cubana, conseguindo organizar-se em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba e Pernambuco, atuando na zona rural. Segundo Chilcote, os comitês estaduais de Pernambuco e Paraíba eram reorganizados pelo secretário para o Nordeste, Pedro Makowsk Clemachuck, que atraiu membros do Clube de Sargentos da Aeronáutica,

³⁹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. 1985, op. cit., p. 12 – 13; idem, 1990, op. cit., p. 48 - 51.

³⁹⁸ GORENDER, Jacob (op cit., p. 34) esclarece que se trata de termo utilizado para identificar as idéias do argentino Homero Cristali, que adotou o pseudônimo de J. Posadas, e desenvolveu uma concepção terceiro-mundista da revolução mundial, entendendo que, das lutas emancipadoras dos povos atrasados, haveria a perspectiva da passagem do nacionalismo pequeno-burguês ao Estado operário.

no Recife. Em decorrência de outra cisão no Partido, uma facção passou a apoiar a Frente de Mobilização Popular e outra o brizolismo.³⁹⁹

A participação do pernambucano Sérgio Buarque no POR(T) deu-se após o engajamento no movimento estudantil na Escola de Engenharia da UFPE, pois ingressara na Universidade em 1964, na ocasião do golpe e, antes do início das aulas, o primeiro ato público de que participou foi a “marcha famosa em Recife”, quando os estudantes desta faculdade e os bancários se dirigiram ao Palácio do governo “para libertar Arraes” que a essa altura estava preso. Essa manifestação dramática da qual resultou a morte de dois estudantes foi um marco importante para o ingresso na militância política porque esses acontecimentos provocaram-lhe “um ódio muito grande”. Inicialmente, não se vinculou a um partido político e permaneceu ligado aos grupos dos movimentos de rua, após o que começou a ter contato com dois partidos. Aproximou-se do PC do B, “que era uma coisa muito incipiente em Pernambuco”, e conheceu Ricardo Zarattini. Mas depois, ao estabelecer maiores articulações com os trotskistas, Sérgio Buarque filiou-se ao Partido Revolucionário Operário (POR(T)), ocasião em que se transferiu da Engenharia para a Economia.

A atuação dos trotskistas nesse período era desenvolvida através de discussões sobre o imperialismo, uma reação dos românticos contra a sociedade capitalista, tornando-se um dos motivos para despertar o engajamento político de Vando Nogueira, em 1967, ao ser levado para uma reunião “com ar de coisa clandestina”, no Recife:

Fiquei encantado com a discussão, que era contra o imperialismo, a favor do socialismo e tal, entre pessoas que tinham aproximadamente a minha idade, mas com um nível de organização na fala que me deixou bastante impressionado... E era uma reunião de discussões de questionamentos, da influência do imperialismo, da necessidade de combatê-lo, porque no discurso do movimento essa palavra era muito forte. Não era de propor a luta armada, como mais tarde veio a acontecer. Enfim, foi um encontro de estudantes de várias partes. Daí em diante comecei a ler um pouco mais sobre isso e a identificar algumas falhas, também, na relação com esse mundo, que até então eu não conseguia identificar.

Ao passar a residir com algumas pessoas que também tinham vínculo com o movimento estudantil, Vando Nogueira, em 1968, envolveu-se com a Fração Bolchevique Trotskista e, desse modo, considera que seu engajamento político “se deu muito mais por

³⁹⁹ GORENDER, Jacob, loc.cit. e p. 35; CHILCOTE, Ronald, op. cit., p. 244 - 246.

um processo de aproximação de pessoas do que por opção consciente”, pois não tinha conhecimento de outras teorias ou ideologias. Como a Fração Bolchevique não defendia a luta armada, apesar de considerar que a luta de classes não teria um desenlace pacífico, a atividade política de Vando foi iniciada de forma “absolutamente espontânea” em Palmares, onde o movimento sindical estava completamente desarticulado e reprimido, com a liderança camponesa destituída, muitos presos, outros foragidos. O grupo de jovens ia de bicicletas para os locais do corte da cana “fazer proselitismo” de forma “absolutamente independente”.

Diante do esfacelamento do movimento sindical, a Fração estava interessada em se “reapropriar” dos sindicatos e procurar informações de militantes, de presos e Vando conseguiu, com a ajuda de outros companheiros, realizar contatos nas áreas de Barreiros, Sirinhaém e Ipojuca. A Fração também realizava congressos ou conferências no Ceará, em Canela, cidade do Rio Grande do Sul, durante um carnaval etc. Vando ficava “absolutamente encantado” ao perceber a maturidade dos companheiros, porque “tinham muito mais maturidade, muito mais história, tinha gente de várias gerações e que tinha outros conhecimentos” e lhe davam resposta a algumas de suas perguntas, despertando-o para a utopia de “uma sociedade sem explorados e sem exploradores, uma sociedade sem miséria, uma sociedade igualitária, essas coisas todas”. Mas, como era “um caminho” difícil de ser trilhado diante de uma ditadura instaurada no País, “uma ditadura que não era fraca, era muito forte, que controlava muitas coisas e que a gente tinha que fazer um trabalho de base significativo”. Para esta tarefa, nesses encontros discutiam “se a luta seria armada ou os mecanismos a serem utilizados”.

Em 1970, os meios de repressão descobriram a atividade de Vando, acontecendo o mesmo com a liderança do Partido, após ter sido apreendida toda a correspondência trocada entre os membros da Fração nos Estados do Ceará, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, que se concentrava num apartamento desconhecido até para a militância. Ao ser preso, Vando relatava uma história “tão elementar” que os militares não acreditavam, pois não identificavam antecedentes políticos, a família não se envolvia com atividades políticas, não tinha feito movimento estudantil universitário, “não tinha o perfil do que eles enquadravam como tradicional militante da esquerda”, mas suspeitavam dele por ser

“muito seguro, porque não tinha vida pregressa conhecida”, suspeitando ser ele “um grande clandestino” e, assim, sofreu espancamentos e tortura.

Descobriram uma carta com o nome de Waldeck, um nome político, “então a primeira sessão de pancadaria era para que eu dissesse que eu era Waldeck”. E eu sabia quem era Waldeck. Eles tinham pegado um saco de correspondência e um dos textos era de Waldeck, uma carta manuscrita, então era fácil de me mandarem escrever um texto e comparar a letra. Mas não. Tanto que me botaram numa sala, me espancaram bastante e os outros ficaram ouvindo, ao lado. Era muito mais uma sessão de intimidação para os outros do que propriamente de tortura aplicada em mim. Eles tinham as informações, estavam em cima da mesa.

Os órgãos da repressão não conseguiam descobrir que o nome político de Vando nessa época era Mendes e, assim, ele conseguia livrar-se por algum tempo das acusações, afirmando que nada tinha a ver com a Fração, tinha endereço fixo, etc... Mas descobriram o codinome adotado e o tipo de atividade clandestina ao distribuírem fotografias em outros Estados, sendo identificado por uma jovem. Para os órgãos de repressão, seu maior crime “não era esse de fazer um trabalho de ligação, onde comprovaram um certo compromisso”, mas o fato de pertencer a uma organização de esquerda. Embora o advogado alegasse que não houvera “uma tentativa de organização”, no que estaria enquadrado na Lei de Segurança Nacional, no Artigo 14, mas sim, “que era uma tentativa de tentativa”, e que não se realizara. Entretanto, Vando foi condenado a um ano de prisão, mas, ao ser posto em liberdade, poucos meses depois, o mesmo processo, julgado no Superior Tribunal Militar, condenou-o, novamente, a mais um ano. Diante disso, decidiu a saída do País com os companheiros “sobreviventes da Fração”, pois nessa época os militantes tinham se tornado bastante conhecidos, fichados no DOPS, e o grupo estava praticamente dizimado. Como trabalhava legalmente numa empresa de representação no Recife de propriedade de Artur Padilha, o qual mantinha uma atitude de não-envolvimento com sua atividade, ao ser condenado, Vando comunicou o fato e saiu para o Rio Grande do Sul, onde entrou em contato com o pessoal da Fração que lá atuava e foi enviado para o Chile.

Os trotskistas no Ceará reuniam-se, também, em pequenos grupos para evitar a entrada de “espiões” ou colaboradores da polícia. Luiz Cruz Lima participou de um desses grupos de, no máximo, 4 a 5 pessoas que se reuniam para discutir a “visão política, a revolucionária e a prática no cotidiano”. Nas reuniões desses grupos, os militantes liam os textos de Marx, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo etc. e material vindo do Exterior em inglês e francês, entretanto, não mantinham vinculação internacional, embora outros grupos

mantivessem essa ligação, como no de Arlindo Soares, que estava vinculado ao do Uruguai, de Posadas. Para Luiz Cruz, o grupo citado tratava a política como uma “questão de religião do marxismo. Ele estabelecia até o dia da revolução, uma coisa, assim, quase um mito, de dizer uma coisa dessas e o grupo aceitar”. Através do amigo Júlio Montenegro, engenheiro eletrônico que trabalhava na telefonia e falava francês, o grupo mantinha contato com militantes franceses, além de ler o jornal *Le Monde*, fato que lhes permitia discutir a conjuntura nacional e internacional. Embora não participassem do movimento armado, mantinham uma rede de assistência aos companheiros e suas famílias, arrecadando dinheiro ou tirando da própria manutenção, uma ação que também era realizada pelos comunistas.

Outras organizações

Tanto Gorender como Daniel Aarão concordam com a interpretação de que a decisão pela luta armada foi uma opção tomada pelos militantes das organizações que se reordenaram a partir do “racha” do PCB.⁴⁰⁰ Várias foram as organizações que proliferaram na luta clandestina, sendo quase impossível identificar claramente ou definir a atuação específica de seus militantes, diante da rede de interligações na execução das atividades, como no caso da Vanguarda Comunista, um grupo dissidente do PCB, “que fazia oposição a Arraes, que denunciava o nacional-reformismo do Partidão e do governo Goulart e tinha uma visão mais à esquerda”, mas era influenciado pelas idéias do maoísmo e do castrismo. O pernambucano Gilvan Rocha, militante dessa dissidência, entrou para a Universidade, no Recife, em 1963, no Curso de Jornalismo, atualmente Curso de Comunicação, tendo cursado apenas o primeiro semestre, pois, segundo afirmou na entrevista, sua vida estava voltada para a militância política: “... a Faculdade era um elemento apenas, não era o fundamental. O fundamental era fazer a revolução, isso era o que nos motivava, o que norteava nossas vidas”.

Após o golpe, o grupo tentou continuar a atuação na clandestinidade, entretanto seus militantes foram presos em Maio de 1964, quando os órgãos da repressão realizaram um “arrastão” em Pernambuco, pois estavam prendendo indiscriminadamente os indivíduos sob suspeita. E, assim, Gilvan, por não ser identificado, foi libertado em 1965, ocasião em que

⁴⁰⁰ GORENDER, op. cit., p. 73 - 83; REIS FILHO, 1985, op cit., p. 14, 20.

aproveitou o fato para fugir, imediatamente para o Ceará, permanecendo na clandestinidade até 1973 ou 74, quando saiu do Brasil para a Argentina.

As conseqüências do Congresso de Ibiúna

O Congresso de Ibiúna, em São Paulo, iniciado em 11 de outubro de 1968, reuniu oitocentos estudantes, segundo avaliação de Vladimir Palmeira, e levou centenas deles à prática política clandestina.⁴⁰¹ O local para realização do Congresso foi conseguido pelo cearense Frei Tito de Alencar, que já estava engajado nas organizações estudantis e conseguiu um sítio, em Ibiúna, através de d. Tereza, esposa do general Zerbini, irmão do famoso cirurgião dr. Euríclides de Jesus Zerbini, o primeiro a realizar um transplante de coração no Brasil. Frei Tito freqüentava a casa de d. Terezinha e seu marido, um intelectual que fora transferido para a reserva pelo Exército por ter posições contrárias à ditadura; ele era muito aberto e acessível. O casal desfrutava da amizade dos dominicanos, fato que os aproximou de Tito, que era tratado como pessoa da família.

Neste Congresso, a projeção do trabalho do cearense João de Paula Monteiro Ferreira no Nordeste o credenciava para a indicação da Vice-Presidência da UNE. A representatividade dos estudantes desta Região era muito elevada no Congresso, pois, dos sessenta e um estudantes presos, dez faziam parte da liderança estudantil do Ceará. João de Paula, Rute Cavalcante, Frei Tito Alencar, Pedro Albuquerque Neto e Paulo Lincoln Leão Matos foram presos no grupo de trinta delegados e entre os dez condenados à prisão preventiva, os quais permaneceram, posteriormente, em uma “semiclandestinidade”, durante os meses de outubro a dezembro de 1968.

⁴⁰¹ A participação de Frei Tito no Congresso de Ibiúna é relatada por Nildes Alencar e João de Paula Monteiro. Mais informações sobre o assunto ver o livro de DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 163 - 170.

A “queda” de João de Paula na clandestinidade aconteceu após o Congresso de Ibiúna, pois, ao ser libertado, sua prisão preventiva foi decretada. Em 12 de dezembro de 1968, ao “cair a prisão preventiva”, os estudantes esperavam sair da clandestinidade, mas no dia seguinte, no dia 13, com a promulgação do AI-5, todos voltaram a se esconder. E, assim, ele foi novamente preso por um ano, tendo assumido outra identidade adotando o nome de Iran Vieira Dias, quando participava de outro Congresso no Paraná com o objetivo de realizar as eleições da UNE.⁴⁰²

Após a promulgação do Ato Institucional nº 5, ampliou-se o aparato repressivo, ocorrendo a crise que agravou a relação entre o Executivo e o Legislativo, culminando com o fechamento do Congresso Nacional, apesar de estar em vigor a Lei 4.898, de 9 dezembro de 1965, promulgada pelo então Presidente da República, general Humberto de Alencar Castello Branco, que regulava “o direito de representação e o processo de responsabilidade civil e penal, nos casos de abuso de autoridade”. Esses acontecimentos repercutiram, principalmente no meio estudantil, com a posterior promulgação do Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, o qual instituiu “a repressão política no âmbito do Ensino Superior e Secundarista, tanto em relação aos estudantes como aos professores que tivessem qualquer tipo de participação contrária ao regime militar”. Em consequência dessas medidas repressivas, em Pernambuco, foram cassados vinte e três estudantes da UFRPE, vinte e quatro da UNICAP (suspensão aplicada com base no Regimento Interno por pressão dos militares) e, apenas, nove estudantes da UFPE – três da Faculdade de Medicina e seis da Faculdade de Engenharia. Oito estudantes secundaristas também foram atingidos pelo ato de exceção.⁴⁰³ No Ceará, os estudantes José Arlindo Soares, Inocêncio Rodrigues Uchoa e Pedro Albuquerque Neto foram atingidos pelo mesmo Decreto e, em junho de 1969, o juiz federal Roberto Queiroz negou o mandado de segurança impetrado contra o reitor Fernando Leite da UFC, que determinara o trancamento de suas matrículas por estarem sendo processados por atentados à segurança nacional. O magistrado só lhes asseguraria o retorno à Faculdade se suas condutas continuassem “normais”.⁴⁰⁴

⁴⁰² OLIVEIRA JR. op. cit. p. 347; Dissolvido Congresso da UNE e presos mais de mil estudantes. **O POVO**, Fortaleza, 14 out.1968. Esses fatos também são relatados nas entrevistas com João de Paula e Rute Cavalcante.

⁴⁰³ GOUVEIA, op. cit. p. 40, nota 62.

⁴⁰⁴ O Povo há 30 anos. Jornal **O Povo**. Fortaleza: 13 jun. 1969.

Por conta das atividades no Congresso de Ibiúna, Frei Tito foi novamente preso em 4 de novembro de 1969, em São Paulo, quando a equipe do delegado Fleury invadiu o “convento da rua Caiubi, 126”, sendo encaminhado à Penitenciária Tiradentes, no mesmo local onde se encontravam Frei Betto e outros 103 presos políticos. Ao ser retirado do presídio e novamente levado ao DOPS para ser interrogado pela Operação Bandeirantes (OBAN), lá permaneceu por três dias, sob a alegação da necessidade de ser submetido a uma acareação. O fato ocorreu depois de Tito estar com prisão decretada, com o processo em andamento, quase no fim do período da pena, pois, segundo seu advogado, ele cumpriria dois anos de prisão. Durante o interrogatório Frei Tito foi torturado pelo próprio Fleury, recebendo choques elétricos, palmatórias e pancadas na cabeça.⁴⁰⁵

Nessa ocasião Frei Tito tentou o suicídio pela primeira vez, cortando os pulsos com um pedaço de metal amolado, na tentativa de se resguardar das sessões de tortura e de não denunciar os companheiros dominicanos, diante das ameaças dos torturadores de que iriam trazê-los para fazer o mesmo. E, assim, Nildes Alencar relata como Tito explicou o fato:

Era preciso acontecer alguma coisa para salvar os dominicanos. E outra coisa, morria lá e ninguém sabia, também, ninguém dava notícias... Tanto que o Prior da Ordem passava lá para pedir notícias e eles diziam que estava bem. Estava na sessão de tortura. Três dias que ele passou. E, desta sessão de tortura, em que o Tito passou tudo isso, ficou sendo considerado, no retorno dele para a Penitenciária, um ato de coragem. Foi logo examinado pelo psiquiatra para saber o estado em que ele se encontrava, o estado de espírito. Ele fez uma coisa em plena sã consciência, dentro dos seus limites normais, intelectuais, mas sempre na intenção, ele dizia: “Se eu não morrer, se alguém não morrer eles vão continuar com isso aqui”.

A renovação dos votos religiosos de Frei Tito, que deveria ocorrer em fevereiro de 1970, coincidia com a permanência no presídio e, para isso, Frei Domingos, o Provincial da Ordem dos Dominicanos, solicitou à Auditoria Militar uma licença para celebrar a missa neste local, sendo-lhe negada sob a alegação de que poderia ser visto como um ato de afronta ao governo. Entretanto, Frei Domingos “era um homem difícil de envergar, impossível de quebrar”, e o ato aconteceu, mesmo diante da proibição, com Tito ainda convalescente e impossibilitado de andar, conforme a narrativa da celebração por Frei Betto que reproduz a cena trágica de um drama barroco:

⁴⁰⁵ Frei Betto, **Batismo de Sangue: a luta clandestina contra a ditadura militar**. 12. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001. p. 270. Os fatos também foram relatados na entrevista concedida por Nildes Alencar.

No primeiro dia de visita aos presos, em março de 1970, Tito desceu ao pátio carregado pelos companheiros. Ali mesmo, como nas catacumbas, o provincial recebeu os votos religiosos de Tito, indiferente às preocupações do juiz.⁴⁰⁶

Até então, a tortura a que eram submetidos os presos políticos ainda não viera a público, pois nada fora publicado sobre o assunto. As autoridades no poder mantinham um discurso cujo conteúdo era a defesa da legalidade, da democracia e dos direitos do povo brasileiro. O primeiro testemunho sobre as torturas que ocorriam na Operação Bandeirantes foi realizado por Frei Tito em comum acordo com os dominicanos que estavam presos. Ele escreveu e assinou um documento que foi levado primeiro para fora do País para burlar a censura a que estavam submetidos os órgãos de divulgação e comunicação. Como os visitantes eram cuidadosamente revistados, sendo quase impossível passar informações para os parentes ou visitantes, as informações sobre a saída do documento são imprecisas, entretanto, foi aceita a versão de que Tito teria entregado a carta a uma senhora idosa durante o horário de visita, que a passou para terceiros e foi enviada para o Exterior. A carta foi publicada pela primeira vez no jornal *Publik*, da Alemanha, e depois em vários países, sendo objeto de “prêmio especial de reportagem da revista norte-americana *Look*, em 1970”.⁴⁰⁷ Como não era conhecida a situação a que estavam submetidos os presos políticos no Brasil, o fato despertou a comoção internacional e foi considerado algo extraordinário.⁴⁰⁸

Os dominicanos também passaram a ser perseguidos e presos em consequência da atividade clandestina, pois elaboravam passaportes falsos, colaborando para saída dos perseguidos políticos do País e tudo o mais que fosse possível fazer. Nessa ocasião, estavam começando a acontecer os seqüestros para desarticular o sistema, um plano político traçado por Marighella, pela Aliança Libertadora Nacional e pela VPR, comandada por Carlos Lamarca. Carlos Marighella era uma pessoa ligada aos dominicanos, que lhe dedicavam um tratamento especial, não só como deputado federal que era, mas também por ser defensor das lutas políticas. Quando a VPR seqüestrou o embaixador suíço Giovanni Enrico Bücher, em dezembro de 1970, Tito foi posto na lista dos setenta presos políticos que deveriam sair do País em troca da liberdade do Embaixador. Nas organizações, havia

⁴⁰⁶ Ibidem, op. cit. p. 270 - 271.

⁴⁰⁷ Ibidem e cf. entrevista com Nildes Alencar.

⁴⁰⁸ FREI BETTO, op. cit. p. 255 - 269; fatos também citados por Nildes Alencar.

uma norma para incluir no grupo um religioso ou uma religiosa e, diante da repercussão internacional do seu caso, os seqüestradores o incluíram no resgate. Como faltavam dois meses para concluir a pena de dois anos de reclusão a que fora condenado, ele não teria necessidade de sair para o exílio, mas, diante da denúncia que realizara e pela perseguição que poderia enfrentar, seria mais indicada a saída do Brasil. Estas ponderações foram realizadas por Nildes Alencar ao visitá-lo quando esteve na penitenciária Tiradentes, na última vez, em São Paulo. Diante disso, Frei Tito preferiu ser banido do Brasil em 11 de janeiro de 1971, e na ocasião da saída do presídio, das galerias, os presos cantavam o Hino da Independência:

Ou ficar a Pátria livre

*Ou morrer pelo Brasil.*⁴⁰⁹

Outra militante estudantil que participou do Congresso de Ibiúna, a cearense Rute Cavalcante, foi novamente presa após a promulgação do AI - 5, no dia 16 de dezembro, em Fortaleza, quando tentava avisar aos universitários da impossibilidade de continuar ministrando aulas para professores dos cursos de alfabetização de adultos do MEB, os quais se deslocariam para outros municípios do Estado do Ceará. Rute permaneceu presa até o dia 14 de abril do ano seguinte, quando fugiu espetacularmente do hospital onde se encontrava, ajudada pela irmã e dois companheiros da AP, Luciano Fonseca e Osvald Barroso, este último hoje teatrólogo, jornalista, escritor, professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE), diretor do Museu da Imagem e do Som da Secretaria de Cultura e Desporto (SECULT). Informada pelo advogado, Rute teve conhecimento de que estavam preparando a transferência para um presídio de São Paulo, onde seu destino tomaria um curso indefinido. Inconformada, e diante da proximidade de seu aniversário, a fuga foi organizada pelos companheiros com os recursos de uma cena teatral:

Então a fuga foi toda programada. Entrou a minha irmã que tinha a mesma estatura minha, com uma roupa, uma peruca, uns óculos e mais dois companheiros da AP. Entrou o Fonseca, a Neuma e o Barroso. Entrou essa cena com a roupa da Neuma dentro da bolsa. Lá dentro, então, eu troquei a roupa e vesti a roupa com que ela entrou

⁴⁰⁹ Ibidem, op. cit. p. 271 - 273.

e ela vestiu a minha roupa que trazia dentro da bolsa, já que ela era da minha mesma estatura. Então, eu saio com os dois rapazes que tinham entrado com ela e ela saiu depois. Então a mesma cena que entrou saiu. A única diferença foi que saiu uma pessoa a mais, mas era tanta a gente que me visitava. Eu tenho 20 irmãos, vinte comigo. No começo eles controlavam muito bem a visita, depois era impossível. Essa multidão de gente, familiares, tudo... Então eles relaxaram um pouco o controle das saídas.⁴¹⁰

Os companheiros levaram Rute para um sítio, onde lá permaneceu escondida por três a quatro meses, para burlar a vigilância incessante dos órgãos de repressão, após o que saiu para Recife e depois para o sul do País, permanecendo na clandestinidade. Em São Paulo, Rute manteve a ligação com a AP e tornou-se a responsável pela articulação dos militantes de todo o País com a direção nacional. Recebia, em diferentes pontos da cidade, os recados de pessoas que vinham de várias regiões e se identificavam através de uma senha, passando-lhe as informações do que estava acontecendo no País. Como tinha excelente memória, retransmitia as informações à noite, para as pessoas responsáveis pela direção de cada setor: o setor estudantil, o setor operário, o setor camponês e, nos casos de ter de se encontrar com alguma pessoa, já remarcava um local para o encontro.

A atividade clandestina também propiciava as uniões ou casamentos. Moema São Thiago explica que nesse período ninguém casava com pessoas fora dos grupos de atuação, pois as organizações envolvidas com a resistência armada mantinham uma estrutura militar: “uma postura de vida, de normas e regras militarizadas”. Dessa forma, casou com o Antônio Carlos Bicalho Lama, posteriormente assassinado numa emboscada com Sônia Maria Stuart Angel no dia 31 de outubro de 1971, em Santos.

De igual modo, ao se dirigir para o Rio Grande do Sul, Rute reencontrou João de Paula, o ex-namorado que, ao ser libertado, permanecera clandestino neste Estado, enfrentando a mesma situação e se casaram. Diante da dissolução da AP, quando uma parte foi absorvida pelo PC do B, Rute e João de Paula, por defenderem a concepção maoísta, aderiram a esta organização, sendo enviados para o meio rural, vivendo como camponeses em uma região que ela prefere não declarar. Por discordarem da forma isolada que estavam

⁴¹⁰ Os fatos narrados na entrevista tiveram ampla divulgação nos jornais de Fortaleza. Ver: Militante teve fuga espetacular. **O POVO**, Fortaleza, 10 mai. 1998. O artigo do jornal informa que a fuga foi noticiada no jornal **O Estado**, em abril de 1969, com a seguinte manchete na primeira página: “Subversiva foge ao som de Jerry Adriani”. O fato foi explicado posteriormente pela irmã de Rute, que abriu a torneira do chuveiro, fechou a porta e, antes de sair colocou um disco na vitrola.

vivendo, o casal retornou a São Paulo, onde passaram a residir por mais um ano e meio, até que ocorreu a prisão de vários companheiros, entre estes a irmã de Rute e, então, o casal decidiu sair do Brasil com a ajuda da direção do PC do B.

A luta armada: “os novos Josués”

O “romantismo jacobino”⁴¹¹ dos militantes da esquerda que se manifesta nas reações ao poder instaurado, diante do impedimento do exercício das liberdades democráticas e do “endurecimento do regime”, é uma alternativa de luta e reação que pode ser identificada na explicação alegórica de Benjamin, a partir dos fatos históricos da Revolução Francesa:

A consciência de fazer explodir o continuum da história é própria às classes revolucionárias no momento da ação... O dia com o qual começa um novo calendário funciona como um acelerador histórico... Assim, os calendários não marcam o tempo do mesmo modo que os relógios. Eles são monumentos de uma consciência histórica da qual não parece mais haver na Europa, há cem anos, o mínimo vestígio. A Revolução de julho registrou ainda um incidente em que essa consciência se manifestou. Terminado o primeiro dia de combate, verificou-se que em vários bairros de Paris, independentes uns dos outros e na mesma hora, foram disparados tiros contra os relógios localizados nas torres. Uma testemunha ocular, que talvez deva à rima a sua intuição profética, escreveu:

‘Qui le croirait! On dit qu’ irrités contre l’heure

De nouveaux Josués, au pied de chaque tour,

*Tiraient sur les cadrans pour arrêter le jour.”*⁴¹²

⁴¹¹ LÖWY; SAYRE (1995, op. cit. p. 114 a 116 e nota 26) definem o romantismo *jacobino-democrático* como a primeira manifestação dos romantismos revolucionários, cuja principal característica é a crítica radical “contra a opressão das forças do passado” como a monarquia, a aristocracia e a Igreja e, ao mesmo tempo, “contra as novas opressões burguesas”. Os jacobino-democratas não aceitavam “lentas evoluções, compromissos e soluções moderadas, mas antes as rupturas revolucionárias e reviravoltas profundas”; tinham como “referência apaixonada uma Antiguidade idealizada”, o que caracteriza a nostalgia romântica. O “jacobinismo-democrático” começa com Rousseau e se concentra no período revolucionário na França, terminando com Heine, seu último representante, ao apresentar um libelo acusatório radical contra a modernidade em nome dos valores da Revolução.

⁴¹² Quem o creeria!

Um dos pressupostos da presente tese já é identificado por Skidmore ao perceber, na força “mais expressiva da esquerda”, mas também a “menos experimentada”, a “visão romanticamente revolucionária”, mesmo antes do desencadeamento do golpe de Estado. Esse autor caracterizou-a como esquerda “jacobina” ou “fidelista”, cujos seguidores usavam a “linguagem do marxismo, mas estavam longe de aceitar a disciplina do PCB ou do PC do B”. Segundo esse autor, os militantes dessa esquerda eram “nacionalistas militantes, concentrando suas baterias contra os Estados Unidos como o principal agente do ‘imperialismo’”.⁴¹³

Embora esse tipo de romantismo revolucionário esteja demarcado no tempo, e tenha passado por uma transformação ou uma transmutação ao se consolidar o período revolucionário na Europa, para Löwy e Sayre a “única exceção” é o Terceiro Mundo, cuja continuidade se manteve por causa do estágio atrasado de desenvolvimento dos países desse bloco, onde subsistia um “romantismo jacobino-democrático autêntico” em um “J. Martí, e um Castro do primeiro período etc.”⁴¹⁴

As dificuldades para manter as discussões e a definição de estratégias teoricamente orientadas provocaram o surgimento desses *nouveaux Josués*, desencantados com a possibilidade da “via pacífica” para a transformação da sociedade brasileira após o golpe de Estado, principalmente, nas organizações controladas por militares e estudantes, levando-os a privilegiar a “prática”, ou seja, passaram a privilegiar acontecimentos que produzissem ação imediata contra o “poder recém-estabelecido”, principalmente, após a instituição do AI-5. Os militantes acusavam o PCB de não ter preparado adequadamente a resistência ao golpe militar, por defender uma transição pacífica, e acataram a proposta do PC do B, que defendia a luta armada como a estratégia para derrubar a ditadura. Com o recrudescimento da repressão, principalmente a partir de 1968, após a promulgação dos atos institucionais,

Diz-se que irritados contra a hora

Os novos Josués, ao pé de cada coluna

Atiraram contra os relógios a fim de deter o dia. BENJAMIN, 1987, op. cit. Tese 15, p. 230.

⁴¹³ SKIDMORE, op. cit. p. 338 - 339.

⁴¹⁴ LÖWY; SAYRE, 1995, loc. cit.

não houve mais espaço para movimentos políticos, ocasião em que proliferaram outras organizações de luta.

O “completo fechamento da ditadura” ocorreu em 1969, com o afastamento de Costa e Silva, acometido de AVC, assumindo o poder a Junta Militar constituída pelos três ministros militares: o Ministro da Guerra Aurélio de Lyra Tavares, Augusto Hamann Rademaker Grüneald, da Marinha e Márcio de Souza Mello, da Aeronáutica, não permitindo o vice-presidente Pedro Aleixo assumir a Presidência da República e mantendo o Congresso Nacional fechado. Esses militares reagem ao seqüestro do Embaixador do Estados Unidos, baixando os atos institucionais nº 13 e nº 14, de 19 de setembro de 1969, estabelecendo, no primeiro, a pena de banimento do Território Nacional e no segundo “a pena de morte e de prisão perpétua em tempo de paz”. No dia 28 do mês citado, através do Decreto-Lei 898, entrou em vigor a nova Lei de Segurança Nacional e no dia 17 de outubro, a Junta promulgou a Emenda Constitucional nº 1, que impôs a Constituição adequada à situação real desse momento.⁴¹⁵

Diante das medidas repressivas ocorreu a dissolução de várias organizações, as quais se agruparam noutras, fato que se deu com a AP, cuja direção nacional recomendou aos seus militantes o ingresso no PC do B. Outros do PCBR foram para a ALN etc., aumentando o número de presos e clandestinos, o que provocou uma nova leva de exilados, na maioria estudantes e, para os que permaneceram no País, a “luta armada” passou a ser considerada a alternativa viável de oposição à ditadura.⁴¹⁶

Assim, os que permanecem no País, influenciados pelas idéias do marxismo-leninismo da III Internacional como matriz teórica, aderem à luta armada incorporando os diferentes modelos revolucionários oriundos da conjuntura internacional, ou seja, o “maoísmo”, o “castrismo” ou o “bolchevismo”, não sendo percebido que o Brasil passara à fase do “capitalismo monopolista de Estado”, persistindo a compreensão de que o “capitalismo no Brasil só poderia se desenvolver com a eliminação do latifúndio e do

⁴¹⁵ GOUVEIA, op. cit. p. 44 - 45; SKIDMORE, 1988, op. cit. p.160 - 181, 206 - 207; GORENDER, op. cit. p. 166 - 169.

⁴¹⁶ GORENDER, op cit., p. 73 - 83; REIS FILHO, op. cit. p. 14, 20; Os fatos também foram narrados na entrevista concedida por Daniel Aarão Reis Filho, no Rio de Janeiro, em 25 jul. 1990.

imperialismo”. Havia, ainda, a repercussão das revoluções socialistas no Terceiro Mundo, cujas lutas partiram do campo, principalmente de Cuba, Albânia e Vietnã.⁴¹⁷

Embora tais organizações adotassem estratégias e táticas diferentes do PCB que decidira pelo “caminho pacífico”, as premissas teóricas eram semelhantes. Entretanto, o PC do B, Ala Vermelha, PCR e AP, privilegiavam o pensamento de Stalin e Mao Zedong; já as dissidências do PCB, VPR e ALN seguiam a orientação de Guevara e Debray. Portanto, a influência das experiências e da pressão externa gerava a proliferação das diferentes tendências e siglas na “vanguarda armada”. Assim, Daniel Aarão Reis Filho conclui que essa Nova Esquerda⁴¹⁸ foi buscar, não na realidade brasileira, mas em Mao, Guevara e Debray “a legitimidade teórica de que precisava para lançar-se à luta armada”. Segundo esse autor, a “esquerda armada” partia das seguintes premissas para justificar sua ação: a) que o capitalismo no Brasil chegaria a um impasse, ocorrendo assim, uma tendência natural para o socialismo; b) só através da ação e intervenção da vanguarda armada haveria a possibilidade de “inverter a relação de forças”, de “transformar a realidade”.⁴¹⁹

Essa é uma característica da representação do drama barroco e dos românticos que pode ser identificada na definição de Benjamin, o qual justifica a adoção da alegoria como um recurso “imposto pelas condições históricas em que nos encontramos”, pois “somos sobreviventes de uma destruição paulatina de todos os grandes valores antigos, que foram aviltados e transformados em escombros pela mercantilização da vida”. (...) Segundo Benjamin, como “as alegorias são, no reino dos pensamentos, o que as ruínas são no reino das coisas”, pode-se identificar uma relação com a situação dos exilados e militantes clandestinos ao verem desabar a utopia sonhada. Trata-se também de uma característica do brasileiro em incorporar, sem muito discernimento, idéias transplantadas de outros países

⁴¹⁷ COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio, op. cit., p. 104, 105, 133; REIS FILHO, op. cit. p. 16 - 19 e entrevista citada.

⁴¹⁸ Para Daniel Aarão Reis Filho (1985, op. cit. p. 7 a 12), a Nova Esquerda envolve as organizações ou partidos políticos clandestinos que surgem a partir de 1961 em “oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro – PCB”. Para esse autor, este ano é o “marco inicial” dessas organizações políticas, ocasião em que ocorre o I Congresso da Organização Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), durante o qual são rompidas suas ligações com o PCB, surgindo a partir daí organizações que adotam o marxismo-leninismo como concepção teórico-prática e que “supervalorizam a capacidade de ação das vanguardas no quadro de um suposto impasse irreversível no nível da dominação de classe” e que viam o Brasil como um “barril de pólvora”, bastando uma chama para “atear fogo à pradaria”.

⁴¹⁹ Idem, p. 14, 20; entrevista citada; GORENDER, op. cit. p. 73 - 83.

como já demonstrado na primeira parte, pois “cada pessoa, cada coisa, cada relação pode significar qualquer outra”...⁴²⁰

Assim, os teóricos que valorizavam o “lumpem-proletariado” e o “campesinato” eram aceitos pelos militantes das organizações da “luta armada”, principalmente os estudantes. A prática da “guerrilha no campo”, defendida pelo PC do B, chegou a ser desenvolvida, pelo menos em documento, tendo como base as descrições das batalhas da guerra de Canudos, por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*.⁴²¹ Apoiavam-se, também, nos escritos de Lin-Biao (impulsionador da Revolução Cultural Chinesa), Franz Fanon⁴²² (“identificado com a revolução argelina”), Marcuse e outros, que colocavam o proletariado em descrédito e elevavam os camponeses, os despossuídos e os marginalizados, à força que impulsionaria a revolução nos países do Terceiro Mundo. “O campo seria o *locus* da revolução através da guerra de guerrilhas”, daí resultando a influência na esquerda brasileira das teses e concepções sobre “foco guerrilheiro ou foquismo”. Portanto, as “matrizes intelectuais da luta armada” eram o “foquismo”⁴²³, a concepção chinesa de “guerra popular”⁴²⁴ e da “revolução permanente”.⁴²⁵

⁴²⁰ BENJAMIN, 1984, op. cit. p. 196 - 200.

⁴²¹ Esse documento, de autoria não identificada, foi encontrado por esta autora na pesquisa Brasil: Nunca Mais, no Arquivo Edgard Leuenroith da UNICAMP, na pasta de um processo judicial não identificado, fls. 8258 a 8342, onde é apresentada a tentativa de fundamentar uma “teoria da guerrilha do campo” no Brasil com base na descrição das lutas de Canudos por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*. O autor do documento justifica seu argumento ainda, na experiência internacional de luta guerrilheira no Vietnã e na China, e nos escritos de Mão-Tse-Tung, e Che-Guevara.

⁴²² GORENDER, op. cit., p. 57, nota 130.

⁴²³ Idem, p. 76, 80 – 81. Para Gorender, a “teoria do foquismo”, ou do “foco”, ou as teses para a estratégia do “foco guerrilheiro” resultavam do modelo adotado inicialmente por Fidel Castro na Revolução Cubana, o qual tomava como ponto de partida um pequeno foco de guerrilheiros numa região camponesa, preferentemente montanhosa. Este modelo era defendido por Guevara que identificava “condições objetivas amadurecidas em todos os países latino-americanos”, afirmando ainda “que a revolução latino-americana seria continental, impondo-se por cima de diferenças secundárias, e diretamente socialista”. Desde que fosse aceita essa premissa, as condições subjetivas seriam criadas a partir da “ação de um foco guerrilheiro”. Assim sendo, este seria o “pequeno motor” que acionaria o “grande motor- as massas”. A inovação do foquismo era a “primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido... Todo o processo revolucionário estaria subordinado à dinâmica da guerrilha rural, desde a luta de massas nas cidades à formação de um novo partido revolucionário”.

⁴²⁴ Idem, p. 82 - 83. O autor explica que o modelo chinês de “guerra popular” ou maoísmo, surgido no Brasil, em 1966, era influenciado por Lin-Biao, e suas idéias estavam apresentadas no folheto “*Salve a vitória da guerra popular!*”. Os pontos comuns com o “castro-foquismo” eram o “privilegiamento do campesinato e da guerrilha rural, a ênfase no caráter revolucionário dos povos do Terceiro Mundo e o belicismo”. As expressões de Mao - “os imperialistas e os reacionários são tigres de papel, o poder nasce da boca do fuzil” – tornaram-se “senhas mágicas” e contribuíam para “forjar uma atmosfera militarista da esquerda brasileira dos

No Nordeste, no Município de Imperatriz, no Maranhão, foi iniciada a montagem de um “foco guerrilheiro”, sob a liderança de Leonel Brizola após ver fracassadas as tentativas de luta por outros meios. Em torno de sua pessoa, é organizado, no Uruguai, um grupo de resistência formado por sargentos e marinheiros e também exilados, como “uma espécie de Estado-Maior” constituída pelo ex-deputado maranhense Neiva Moreira; o seu assessor no governo do Rio Grande do sul, Paulo Schilling; o ex-deputado pelo PSB, Max da Costa Santos; e o coronel Dagoberto Rodrigues.⁴²⁶

Esse grupo montou a estratégia para implantar três focos: um na serra de Caparaó, outro no norte do Mato Grosso e outro, inicialmente programado para a região norte de Goiás, mas foi implementado em Imperatriz, no Maranhão, surgindo, assim, o Movimento Nacionalista Revolucionário, MNR, que foi apoiado por Cuba através de treinamento guerrilheiro e ajuda em dinheiro também da China. E, assim, os sargentos, marinheiros e fuzileiros exilados no Uruguai começaram a sair para Cuba a partir do final de 1965, para treinamento num período de cinco meses e, a partir de outubro de 1966, quatorze homens chegaram à serra de Caparaó, onde permaneceram “isolados da população e enfrentando todo tipo de dificuldades”. No início de abril de 1967, foram descobertos pelos moradores da região e presos pelas forças da polícia de Minas Gerais, do Exército e da Aeronáutica. Diante de tais fatos, Brizola deu ordens para desmobilizar o pessoal envolvido com o foco de Imperatriz.⁴²⁷

No Ceará, o início da reação mais radical do movimento estudantil é assim relatado por Pedro Albuquerque Neto:

anos 60”. Entretanto, apresentava divergências fundamentais com o “foquismo”: primeiro, subordinava o fator militar ao político, ficando o exército guerrilheiro sob a “direção absoluta do partido comunista”; assim o partido precederia a guerrilha, pois “esta não surge e se desenvolve senão mediante o trabalho político dos camponeses”, surgindo daí a concepção de “guerra prolongada; segundo, a defesa da “revolução em duas etapas” e “a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa de revolução antiimperialista e anti-feudal”.

⁴²⁵ Idem, p. 83. A revolução permanente tornou-se o “enfoque” ou ideologia defendida pelos “agrupamentos trotskistas ortodoxos” que rejeitavam o “foquismo” e a “guerra popular”. Inspiravam-se no modelo soviético de revolução e priorizavam as lutas do operariado sob a direção do partido de vanguarda.

⁴²⁶ ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001. p. 28.

⁴²⁷ Idem, p. 32 - 34; TAVARES, Flávio. **Memórias do Esquecimento**. 4. ed. São Paulo: Globo, 1999. p. 202 - 204.

... nós saíamos nas passeatas armados com bombas *molotov*, alguns revólveres com alguns companheiros e aí o objetivo era realmente gerar fatos políticos enfrentando a polícia. E na época a polícia não conhecia a bomba *molotov* e quando a gente jogava a bomba ela realmente corria.

As bombas eram produzidas pelos estudantes do Curso de Química, os quais, no começo, tinham dificuldades para acender o estopim, mas, depois, descobriram um processo em que bastava lançá-las e, ao baterem no chão, incendiavam. Pedro explica a estratégia para transportar as bombas, burlando a vigilância da polícia: “Aí, a gente levava isso no carrinho de picolé. A polícia nem desconfiava que aquilo ali era uma bomba”. Por serem acusados de preparar coquetéis *molotov*, com a “finalidade de atirá-los contra os seguranças durante os comícios e passeatas proibidos em Fortaleza”, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional os estudantes Fabiani Cunha, Jaime de Andrade Freitas Júnior, Gilberto Telmo Sidney Marques, Antônio Aldenor de Holanda, Silvio Albuquerque Mota e José Sales de Oliveira.⁴²⁸ Esse tipo de enfrentamento provocava a prisão de muitos militantes, mas a liderança do DCE continuava a receber o apoio do meio estudantil e de outros segmentos da sociedade, conseguindo arregimentar 20.000 pessoas na passeata organizada por ocasião da morte do estudante carioca Edson Luis, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968.

Embora os estudantes sofressem por conta da repressão, a vigilância era burlada porque tinham amigos que os escondiam e muitas informações sobre as medidas repressoras chegavam antes, possibilitando a fuga ou a desmobilização dos movimentos políticos, conforme a explicação de Pedro Albuquerque:

Havia uma situação privilegiada. A gente recebia informações também de gente da área governamental e judicial, antes que eles pudessem ir às ruas. Porque tinha mãe, por exemplo, que era mulher de uma pessoa que era delegado não sei de que e ela simpatizava com a nossa luta, tinha filho na Universidade; e esse delegado não queria se meter, mas dizia: “Diga aos meninos que vai acontecer isso, alerte-os...”

Os militantes do Nordeste envolvidos com a “luta armada” deslocavam-se constantemente para diferentes Estados brasileiros, diante das ramificações surgidas após a criação da Aliança Libertadora Nacional (ALN), em São Paulo, no ano de 1967, por Mariguella, em consequência das divergências com o PCB após 64, e das “dissidências” que se integraram a esta organização como a Corrente e o POC. Vários estudantes

⁴²⁸ Sobre o assunto ver: Bombas molotov, tiros, agressões e cassetetes nas ruas. Jornal **O POVO**, Fortaleza, p. 8, 16 out. 1968.

cearenses que militavam no PC do B passaram a atuar também na ALN, como no caso de Carlos Timoschenko Soares de Sales e Moema São Thiago, alunos da Universidade Federal do Ceará, ambos do Curso de Direito. No Ceará, inicialmente, a ALN tinha uma atividade mais voltada para a política no meio estudantil e, posteriormente, voltou-se para a luta armada, realizando assaltos e seqüestros, nos quais se envolviam os estudantes citados, o que impediu Timoschenko de concluir o Curso de Direito por ter sido condenado à prisão perpétua e Moema São Thiago, de igual modo, por ter de responder a inquérito policial.⁴²⁹

Diferentemente de Timoschenko, que vem de uma família de operários, Moema São Thiago pertence a uma família de tradição militar e de marcante influência política no Estado do Ceará. O avô paterno de Moema, Luiz Moraes Correia, nasceu no Piauí, mas a vida profissional ocorreu no Estado do Ceará. Segundo Moema, foi um grande advogado, um grande jurista e professor da Faculdade de Direito, sendo “um homem muito avançado para época, não só no nível espiritual, mas inclusive, político”, com teses e livros publicados sobre esses dois temas”. Foi Secretário da Fazenda e da Justiça, após a Revolução de Trinta, durante a ditadura de Getúlio Vargas, e participou da Aliança Libertadora Nacional. As tias do lado materno casaram com homens públicos e políticos do Ceará. Seus tios são o ex-deputado e ex-vice-governador Flávio Marcílio; o padrinho de Moema, o ex-deputado, posteriormente, senador, na época governador do Estado, o coronel Virgílio Távora, da tradicional família Távora. Apesar do peso dessa tradição ou por causa dela mesma, Moema interpreta seu engajamento político em decorrência da experiência vivenciada nos EEUU, através de uma bolsa de estudos do *American Field Service*. Ela assegura que, para muitos estudantes esse intercâmbio se transformou num tipo de lavagem cerebral, mas, em seu caso e em “alguns poucos”, (como no de Suzana Maranhão), essa experiência despertou a consciência política, fazendo-a ver a realidade brasileira com outra perspectiva.

Eu estava na Universidade de Yale. Meu “pai americano” era professor desta Universidade e o Celso Furtado que em 64 era visto como um comunista, um diabo aqui no Brasil, foi recebido como um herói... Mas eu tomei um choque, porque vi uma pessoa que estava sendo perseguida no Brasil e, de repente, sendo recebido pelos estudantes e professores americanos como um Deus. Lembro da biblioteca americana. Tinha estudante até nas estantes, nas janelas, em pé, no chão, em todo lugar para ouvir o Celso Furtado. Já nessa época, a imprensa americana batia bastante na violação dos direitos humanos. Ditadura, seca, miséria no país e tudo isso reforçou, chamou mais a minha atenção para um trabalho de consciência social, consciência política e social.

⁴²⁹ Treinados em Cuba. Relação dos terroristas. **O POVO**, Fortaleza, 28 set. 1970; Auditoria condena subversivos. **O POVO**, Fortaleza, 3 mar. 1973.

Aí, voltando para o Brasil, passo em dois vestibulares: História e Direito. E foi uma consequência natural me engajar no movimento estudantil.

Após 1968, com a promulgação do AI-5, Moema São Thiago continuou a atuar, não só no movimento estudantil como também na resistência armada. Apesar de ter sido “formada politicamente pelo pessoal do PC do B e, depois, mais pelo pessoal do PCBR, Moema, na Universidade, passou a atuar na ALN, na “militância armada”.

O período e as situações enfrentadas por Carlos Timoschenko transformaram-no em um tipo exemplar para compreender a clandestinidade dos militantes e as estratégias adotadas pelas organizações da “esquerda armada”. Timoschenko considera um erro ter sido envolvido numa “ação armada”, pois já desenvolvia um trabalho político da ALN dentro da própria Secretaria de Segurança do Ceará. Embora não tenha participado diretamente do acontecimento que ficou conhecido como “ação de São Benedito”, ao ceder a arma da qual era portador, fato descoberto quando os militantes foram presos em 1970, foi “queimado” segundo a gíria das organizações. “Fui queimado e tive de passar para a clandestinidade”. Timoschenko não revela os nomes dos companheiros porque lhes prometeu, embora a imprensa tenha divulgado.

Quando “estourou” a ação ocorrida na cidade de São Benedito,⁴³⁰ para fugir à perseguição da polícia, Timoschenko refugiou-se na serra de Maranguape, em município do mesmo nome, no Estado do Ceará, na área metropolitana de Fortaleza, na residência da companheira Jane Vasconcelos, que também participava da mesma Organização. Como o pai dela se mostrou desconfiado, saíram de lá para Fortaleza e se esconderam em um escritório no centro da cidade, em frente à Secretaria de Segurança Pública, onde Timoschenko trabalhava.

Estava todo mundo me procurando e eu em frente à Secretaria, no escritório de um amigo meu. Hoje, ele é advogado, aposentado do Banco do Nordeste (também todo mundo sabe quem é, de quem eu estou falando) (risos). E eu fiquei escondido no escritório dele, num quatinho lá no fim do escritório. Passava todo o dia com a minha companheira na época, que era a Jane Vasconcelos. E à noite, as companheiras vinham me trazer também informações.

⁴³⁰ Advogados pedem desclassificação de pena de prisão perpétua para terroristas de São Benedito. **O POVO**, Fortaleza, 1º set. 1971.

O sigilo exigido pelas organizações para não revelar o nome dos companheiros evitando colocá-los em risco, ainda é mantido, apesar de muitos deles já terem chegado ao conhecimento público, o que impede Timoschenko de declinar os nomes das companheiras, citando apenas uma delas, a Maria, codinome de Moema São Tiago, que lhe trazia informações à noite. Esta, diante de acontecimentos ocorridos no Ceará, viajou para o Sul, para prestar informações à Organização. Em São Paulo, recebeu a notícia de que a casa da avó fora cercada por seis homens armados com metralhadoras e, daí, percebeu que, embora fosse sobrinha e afilhada do Governador do Estado, não teria mais condições de retornar.

Se voltasse seria presa, responderia a um processo. Claro que a família tentaria ajeitar, mas na ocasião a gente fez realmente a opção por ficar na clandestinidade. Aí, foram anos de clandestinidade. Eu fiquei na clandestinidade de 70 a 73 e saio pro exílio.

Durante os anos de 1970 a 1973 Moema permaneceu na clandestinidade como militante da ALN, uma “guerrilheira urbana”, atuando em ações militares, redação de jornais, panfletagem, pichações, expropriações, falsificação de documentos, ou seja, um amplo campo de atividades de acordo com as necessidades do comando da Organização. Ao sair do Ceará, Moema atuou, inicialmente, em São Paulo e depois no Rio de Janeiro.

Diante do agravamento da situação e da falta de contatos com a ALN, após a saída de Moema, Timoschenko saiu do esconderijo no escritório e escondeu-se em outro local, embora já tivesse passado por outros “aparelhos”, como: “uma casa grande, com coqueiros, uma casa de uma senhora; depois numa casa de um operário, depois num escritório e depois me escondi num buraco”. Timoschenko não sabe onde era o local porque foi levado de olhos vendados, de acordo com as normas de segurança. O buraco ficava no quintal de uma casa “clandestina”, de onde ele só saía à noite para dentro da residência, como o Espectro de *Hamlet*,⁴³¹ ocasião em que encontrava outros militantes clandestinos, muitos dos quais vinham do Recife, conforme ficou sabendo depois. Desse local, Timoschenko foi para Natal, engajando-se no “PCBR ou BR como era chamado na época”, pois a ALN fora extinta e depois para Recife, onde, pela primeira participou de uma discussão teórica com os companheiros, porque antes só fora envolvido em “ações”. Nessa ocasião foi incumbido de uma missão para levar dinheiro para a Organização no Rio de Janeiro e teve de

⁴³¹ SHAKESPEARE, W. **Hamlet**: príncipe da Dinamarca. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d. (Obras Completas, v. 12). p. 42 – 52.

transportá-lo camuflado, pois fora alertado: “é perigoso, mas, em nome da revolução você tem que fazer isso”. Só quando chegou na Rodoviária do Rio de Janeiro, após ser identificado pela senha, tomou conhecimento de que tinha um companheiro lhe dando cobertura durante a viagem. Era um pernambucano, aluno da Faculdade de Medicina, posteriormente preso no Recife, cujo codinome era Ivan, e que, ao ser preso posteriormente e apresentado nos meios de comunicação, “negou os princípios da ‘revolução’, mas o fez sob pressão por ter as mãos algemadas em baixo da mesa, sendo obrigado a dizer o que os militares queriam”.

E, assim, no Rio de Janeiro e enquanto esteve no Brasil, Timoschenko envolveu-se com ações das organizações da “luta armada”, embora fosse muito procurado na época e tivesse o retrato estampado diariamente nos jornais. Por esse motivo, permaneceu clandestino no Rio de Janeiro e sem participar diretamente das ações do PCBR, porque não conhecia bem a cidade, dando apenas apoio logístico. Esta organização apoiava as ações da VPR, dirigida por Lamarca, o qual planejou e organizou o seqüestro do embaixador *Ehrefried von Holleben*, da Alemanha, que ocorreu em 11 de junho de 1970. Timoschenko não lembra bem as datas nem sabe com certeza se participou do seqüestro do embaixador alemão ou do embaixador suíço *Giovanni Enrico Bucher*, que ocorreu em 7 de dezembro de 1971, quando essas organizações conseguiram a saída de setenta presos políticos do Brasil.⁴³²

No Rio de Janeiro, Timoschenko residia em “aparelhos”, as casas clandestinas, não se recordando mais o nome do bairro onde ficou ao chegar, indo, depois, para São João do Meriti, Belford Roxo e outros locais, até passar a dormir num banco de rua no Centro do Rio, conhecido como “banco dos mutilados” que ficava perto da Secretaria de Segurança. Neste local, tinha a companhia de um militante clandestino muito procurado que se chamava Soares. Ele assim descreve as agruras de um clandestino e foragido da justiça:

Sabia que era um dos mais procurados, mas tinha que morar com ele. É mais uma das experiências da minha vida. E, um dia, nós chegamos e tinha um policial em baixo. Desconfiava porque já conhecia as regras do policial. Aí eu subi e disse: Soares, vamos sair porque tem gente aí nos vigiando. Fugí e aí nos separamos... Eu tinha um ponto que se chamava ponto de segurança... Pergunta-se onde você mora, você tem um ponto de segurança. É um de manhã e outro à noite. Aí, eu fui no ponto da manhã, que era às oito horas, e depois você repetia às oito da noite. Aí não encontrei o meu contato

⁴³² Os seqüestros citados por Timoschenko são também relatados por Jacob Gorender (op. cit. p. 193 - 196).

que se chamava Teórico. Só sabia que era um rapaz alto... Teórico, tinha pinta de teórico mesmo. Usava óculos, pinta de americano até, mas era carioca. E o Teórico não foi. Não estava no ponto de segurança nem de manhã, nem à noite. E eu fiquei só, no Rio de Janeiro. Sem dinheiro, com pouco dinheiro, sem ter pra onde ir. Aí eu fui e me hospedei numa pensão de quinta categoria, no centro da cidade e passava o tempo comendo café e pão. Era minha alimentação.

Ao refletir sobre a situação, Timoschenko viu-se sozinho, procurado, clandestino, sem conhecer a cidade, com nome falso de Paulo Meneses de Medeiros. Então tomou a decisão de pedir asilo no Consulado do México, na Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro. O cônsul o recebeu, mas declarou a impossibilidade de mantê-lo na Embaixada, mostrando-lhe o jornal, onde sua foto estava estampada. Aconselhou-o, então, a procurar a Embaixada do Chile, dando-lhe dinheiro, uma passagem para Brasília e levou-o até a Rodoviária. Na Embaixada do Chile disseram-lhe o mesmo, pois precisava de um salvo-conduto para sair do Brasil. Como a fronteira do Brasil com a Bolívia, governada por Juan José Torres, “que se dizia de esquerda”, estava muito vigiada, e a alternativa sugerida pelo Embaixador, foi a saída para o Uruguai porque, apesar deste país enfrentar uma ditadura, seria mais fácil entrar clandestinamente, segundo o informaram: “É uma rua. De um lado é o Brasil, do outro é o Uruguai”. E assim, Timoschenko foi para Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul e de lá para Rivera, na fronteira, saindo de trem para Montevideú, onde, ao chegar à noite, foi preso imediatamente, por não conduzir a *tarjeta* de entrada.

A atividade de Bruno e Suzana Maranhão, embora atuassem em atividades semi-clandestinas e de ações armadas, foi bem diferente da atuação de Carlos Timoschenko. O casal saiu de Pernambuco para São Paulo em decorrência da saúde da filha e, pouco tempo depois, a Cooperart, onde atuavam, foi fechada pelo Exército que prendeu muitos militantes do PCBR. Ao ser procurada pelo DOPS, Suzana decidiu entregar a filha doente aos cuidados de sua genitora e acompanhou o marido para viver clandestinamente na Bahia, e, como o fizera Francisco Julião em *Até Quarta Isabela*, escrevia para a filha de onze meses:

A minha saída da vida legal foi feita de uma forma muito dilacerada. Mas a opção estava muito clara para mim. Eu estava muito animada com a decisão, muito certa, muito segura daquela vida que a gente iria levar depois, na clandestinidade, apesar de eu ter o problema da separação da minha filha. A separação dela foi uma coisa muito difícil para mim. Ela tinha nessa época onze meses, não se movimentava, não falava, mas eu acreditava que aquele trabalho que estava fazendo poderia levá-la a uma melhora. Então eu deixei cartas para ela, dizendo que eu não a tinha abandonado, que ela não tomasse aquilo como abandono, mas que aquilo tinha sido uma opção feita

num momento da minha vida. E continuei escrevendo cartas para ela, para o caso de eu morrer.

Bruno Maranhão assim relata como o casal passou à “clandestinidade barra pesada” nos final dos anos 1960 a 1971, nos confrontos armados, assaltos a bancos etc.

Fui aprendendo nesse processo em 68, 69, 70, 71, processo de confronto mais pesado... Eu era muito procurado, vivo ou morto, por isso mudava muito de Estado. Quando Apolônio, Mario Alves e outros companheiros caíram, um dos integrantes da direção e que não agüentou o pau, simplesmente reconheceu que eu era o dirigente do Partido, o responsável pela atividade militar, e aí a barra ficou pesada para mim. Foi quando nós viemos para a Bahia e tal e tivemos que sair do país...

Na Bahia o casal continuou a atividade política clandestina, fugindo para Sergipe e depois para Alagoas, quando o comando do PCBR cancelou a ação planejada para seqüestrar o cônsul dos Estados Unidos, diante da suspeita de que Bruno e Antônio Prestes de Paula estivessem sendo seguidos, ocasião em que ocorreu a “queda” de Teodomiro dos Santos. Após um período de militância em Alagoas, o casal se refugiou no sertão pernambucano até sair para o exílio em 1971.

Outro casal que também teve de optar pela luta armada ao entrar para a clandestinidade, em 1971, foi Pedro Albuquerque Neto, ex-militante do PCBR, e Tereza Cristina Albuquerque. Enviados para o Araguaia pelo PC do B, lá permaneceram por nove meses. O casal, ao sair para essa região, nada sabia do que iria enfrentar, mas apenas que estavam sendo enviados para uma missão.⁴³³ Em lá chegando, Tereza, que apenas há um mês tinha entrado no Partido, ficou chocada com o tipo de atuação política adotada pelo grupo, segundo informa Pedro:

O que na verdade nós defendíamos era a visão chinesa da revolução, a revolução partia do campo e cercava a cidade, mas de massa, e éramos anti-foquistas que era a tese defendida por Debray e Guevara. Mas lá na mata nós verificamos que não era a visão chinesa e era a visão foquista. Era uma mata, mata sem gente, não tinha povo. A distância de uma base para a outra era de duas léguas.

⁴³³ Sobre a guerrilha no Araguaia ler POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a guerrilha**. São Paulo: Brasil Debates, 1980. (Coleção Brasil. Estudos, v. 2)

Esse tipo de ação era, na verdade um “foco”⁴³⁴, segundo declaração de Pedro, uma estratégia que não defendia e a situação agravou-se pela gravidez da esposa e do grupo ter determinado que deveria ser praticado o aborto. Como não aceitasse a imposição do grupo, o casal retornou para Fortaleza, onde Pedro foi preso quase um ano depois. Ao ser levado para a Polícia Federal, nessa cidade, foi interrogado e torturado para denunciar os companheiros e o local onde se encontrava a filha, nascida dois dias após sua prisão, e a esposa que tinha prisão preventiva decretada. Nessas situações a orientação do PC do B era: “não abrir e se tiver muitas informações que sejam arriscadas, você tinha que se matar”. Pedro então, tentou o suicídio na cela da Polícia Federal, conforme o relato do fato:

Não sei porque eles colocaram lá um menino com gilete. Eu acho que essa coisa toda é preparada. Aí eu pedi ao menino a gilete e fui ao banheiro e cortei os dois braços. Então me levaram para o IJF e fui salvo porque tive sorte de amigos meus estarem lá. Depois eles me levaram para o hospital da Polícia Militar e de lá eles me levaram para Brasília, mas eu não sabia que ia para lá... Só soube quando cheguei. Lá a tortura continuou, a tortura conhecida, você sabe, choque elétrico nos testículos, no anus, na cabeça, nos ouvidos, no local que estava inflamado.

Na tentativa de conseguir de Pedro a informação do local onde estava a esposa, condenada pela Justiça Militar, os agentes da Polícia Federal adotaram outro tipo de tortura psicológica, pois entendiam que, ao prendê-la, os dois fariam tudo a respeito dos companheiros do PC do B, pois já suspeitavam que se encontravam na região do Araguaia.

Então me levaram para a prisão; passavam lá com uma criancinha dizendo que era minha filha, que iam matar, mas, como nas cartas clandestinas que minha mulher mandava, eu sabia que ela não era branquinha. Eles me mostravam uma menina branca. Hoje ela é branca, mas na época ela era morena. Então eu dizia: “não é ela”. Botavam a voz de mulher gritando ao meu lado como se fosse minha mulher. Tudo se fazia... Eles tentaram me despersonalizar, essa é a verdade. Eu passei mais de um mês urinando e defecando dentro da prisão, sem ter aparelho sanitário... Eu me lembro muito bem que me sentia um bicho: uma vez eu achava que era um jumento, outra vez um inseto... A luz era todo tempo acesa, não tinha noção de tempo... Levaram-me para a chácara, voltavam e continuavam as torturas em Brasília comandadas pelo coronel Antônio Bandeira.

Outra estratégia adotada pelos militares, já relatada por Marcus Guerra, era soltar o prisioneiro por um, dois ou três dias e prendê-lo novamente, para descobrir os possíveis contatos que levassem à descoberta de outros militantes. E, assim, Pedro foi novamente preso, sendo levado de volta para Brasília e solto logo depois, ocasião em que retorna a

⁴³⁴ Para mais informações sobre a guerrilha no campo, na Bahia, ver: MIRANDA, Oldack e JOSÉ, Emiliano. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. 5 ed. São Paulo: Global, 1980.

Fortaleza. Para driblar esse esquema, Pedro decidiu morar em Teresina, tendo visto a esposa e a filha apenas uma vez, quando esta completou oito meses, pois moravam no Recife. Pedro decidiu, então, ir para o primeiro aniversário da filha, mas, em lá chegando, descobriu que estava sendo procurado por um agente da Polícia Federal, segundo informações do antigo companheiro do DCE, Homero Castelo Branco (ex-deputado federal pelo PFL). Diante da pressão que também sofria em Teresina, pois tinha que se apresentar diariamente à Polícia Federal, e temendo que o matassem informando ao público que fora morto numa ação, ou que descobrissem sua esposa, Pedro decidiu sair do Brasil, deixando a filha com os avós maternos.

Outros militantes que não participaram das atividades das organizações envolvidas com o movimento guerrilheiro também sofreram perseguição e tortura, ou mesmo foram apenados por acusações infundadas. O fato de o militante da esquerda exercer atividade política clandestina representava o risco potencial de ser torturado ou preso. Essa foi a situação enfrentada por Ednaldo Miranda de Oliveira, Manuel Messias e Sérgio Buarque, entre outros.

O atentado a bomba no Aeroporto Guararapes, em junho 1966, no Recife, no dia marcado para a visita do marechal Costa e Silva, então candidato da ARENA à Presidência da República, teve um impacto muito forte na imprensa local e nacional, agravado pela morte de duas pessoas, uma delas com as pernas amputadas e mais catorze feridos. Inicialmente, circulou a versão de que o atentado teria sido de responsabilidade da extrema direita, entretanto, os órgãos de repressão procuravam encontrar nos grupos de esquerda os responsáveis, mas o autor intelectual só foi divulgado posteriormente, depois da Anistia, em 1979. Jair Ferreira de Sá revelou ter sido um ato realizado por Raimundo Machado, codinome Chico, militante da AP transferido para a VAR-Palmares e que, posteriormente, morreu em um tiroteio em 27 de abril de 1971, no Recife.⁴³⁵

⁴³⁵ GORENDER, op. cit. p. 112 - 113; Costa e Silva escapa mas terroristas matam 2 e ferem 14 nos Guararapes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 jul. 1966, p. 1; Idem, Costa e Silva: “Responderemos aos assassinos de hoje com uma mensagem de fé na democracia e nos altos destinos do Brasil.”, p. 3; Idem, Autoridades apertam as diligências em torno do boliviano Coronado para chegar aos terroristas do Aeroporto dos Guararapes. 27 jul 1966, p. 7; 2 mortos e 14 feridos: o saldo do terrorismo. **Jornal do Comércio**, Recife, 26 jul. 1966, p. 2; Idem, Matar Costa e Silva era meta dos terroristas. p. 2; Idem, Polícia tem relação de 14 suspeitos do atentado. p. 7; Idem, Terroristas ainda fora do alcance das autoridades. 27 jul. 1966, p. 7; Idem, Terrorismo repercute na Câmara e deputados vislumbram bolchevismo. 28 jul. 1966, p. 2; Idem, Autoridades

Muitas pessoas foram presas na ocasião do atentado, entre elas o boliviano Ciro Augusto Coronado, integrante da Juventude Comunista Boliviana, que chegara ao Recife 60 dias antes, mas, só em dezembro de 68, a Delegacia de Ordem Política e Social prendeu num apartamento, em Boa Viagem, os engenheiros Ednaldo Miranda de Oliveira, com vinte e seis anos, Ricardo Zarattini Filho e José Hamilton Suarez Claro, todos solteiros e que residiam juntos. Os engenheiros foram presos e envolvidos num processo judicial e apresentados como “autores intelectuais do atentado”, embora não tivessem provas suficientes para incriminá-los, mas pelo fato de serem engenheiros em eletricidade e dominarem os conhecimentos para construção de bombas e outros artefatos explosivos e de se dedicaram há algum tempo ao “ensinamento de táticas de guerrilha aos camponeses, manufatura de bombas caseiras”, obedecendo a orientação do PCBR. O Diário de Pernambuco divulgou longas matérias com as “provas do atentado” que foram montadas pelos policiais do DOPS, inclusive que Ednaldo se parecia com o retrato falado feito pela polícia dias depois do ocorrido.⁴³⁶

Maria Lucila Bezerra, viúva de Ednaldo, rememora o fato, explicando que ele residia no interior de Pernambuco e aceitou o convite de Hamilton para morar em seu apartamento. A eles se juntou o paulista Ricardo Zarattini Filho quando chegou ao Recife, pois tinha sido colega de Hamilton no ITA, em São Paulo. Após serem presos, Zarattini o convida para se evadir da prisão, entretanto a proposta não é aceita por Ednaldo porque, como se declarava inocente, preferia aguardar que lhe fosse feita justiça. Hamilton permaneceu preso por pouco tempo, pois a justiça militar considerou o fato de ele ter emprego fixo e de ser mais velho. Ednaldo foi o único que permaneceu na prisão e cumpriu pena de dois anos e dois meses e, ao sair, preferiu ficar no interior de Pernambuco, em Carpina, município próximo à região metropolitana do Recife. Ele estava muito inseguro por não ter havido unanimidade no julgamento, pois o processo foi enviado para a instância superior, para o Supremo Tribunal. Lucila assim explica o estado emocional de Ednaldo:

reuniram-se para analisar atentado. 29 jul. 1966, p. 7; Idem, Prédios fiscalizados para evitar ação terrorista. 30 jul. 1966, p. 7; Idem, Trabalho de seis dias ainda não revelou terroristas. 31 jul. 1966, p. 12.

⁴³⁶ Professores de guerrilha presos no Recife seriam terroristas do Aeroporto. **Diário de Pernambuco**. Recife: 12 dez. 1968, p.1; Idem, Jovem que fabricou cano da bomba é a última pista do DOPS para acusar ou não engenheiros Zarattini e Ednaldo. Primeiro Caderno, 15 dez 1968, p. 10; Idem, Auditoria Militar já tem autos de inquérito contra Zarattini e Ednaldo. Primeiro Caderno, 18 dez. 1968, p. 8; Idem, Na casa de Zarattini polícia encontra detentores de bombas e 1 metralhadora. Primeiro Caderno, 21 dez. 1968, p. 8.

...o sonho da vida dele era construir uma vida organizada, ... Ele sofreu muito com a injustiça, por ter ficado tanto tempo preso inocente. Isso o perturbou muito, tanto é que durante o tempo que esteve preso ele teve crises psicológicas. Ele recebeu um tratamento especial psicológico porque ficou meio perturbado. Quer dizer, coisas desse tipo, pelo fato dele, na verdade, sempre ter uma atuação política, mas ele nunca foi dos radicais. Ele não acreditava em luta armada, não acreditava...

Ednaldo era militante do PCB e, com a dissidência, passou para o PCBR. Ele criou e coordenava um grupo conhecido como Núcleo de Intelectuais do Nordeste, em função do qual viajava constantemente para Maceió, para o RN etc. Era muito atuante, muito respeitado entre os intelectuais desde que foi designado para fazer esse tipo de articulação, embora fosse engenheiro, mas tinha uma sensibilidade muito grande, gostava muito de literatura, de arte, de cultura de uma forma geral. Nessas circunstâncias, Ednaldo conheceu, em junho de 1971, Maria Lucila Bezerra, mestranda do Curso de Ciências Sociais, que se tornou sua companheira, mas não formalizaram a união para evitar a perseguição dos órgãos de repressão. Tratava-se de uma questão de segurança, mas era difícil para Lucila enfrentar a situação por ser de família conservadora e de classe média. Diante da possibilidade de Ednaldo retornar à prisão, apesar das tentativas dos advogados para inocentá-lo, e, como tal não ocorreu e ele preferiu sair para o exílio, passando, antes, seis meses clandestino no Rio de Janeiro, ocasião em que nem a namorada nem os parentes sabiam onde se encontrava. Em dezembro de 1972, Lucila foi procurada por um amigo que montou um “esquema seguro” para o casal se encontrar no Rio de Janeiro. Como personagens de um drama barroco, o casal discutiu os riscos da fuga e a possibilidade de sair do País e morar no Chile:

Se eu iria logo com ele para atravessar a fronteira, correria todos os riscos, ou se ele iria sozinho e depois eu me encontraria com ele na medida em que eu não tinha nenhum problema político. Não tinha não tinha nenhum compromisso, não tinha passado político, nada. Ele considerou que era melhor que eu ficasse e que ele iria por terra, até ultrapassar a fronteira, depois pegaria um vôo para o Chile e em seguida eu ia... E assim foi feito. Ele foi embora e eu fui, no dia 7 de agosto, me encontrar com ele... O passaporte saiu para uma pessoa que ia fazer turismo no Chile... E eu fui embora, me encontrei com ele no Chile.

O movimento armado que se organizou a partir de 1969, inicialmente não contou com a adesão do PCB e da POLOP. Sérgio Buarque relata que os militantes trotskistas recusavam, inicialmente, o engajamento na luta armada por ideologia ou por medo, ou talvez as duas coisas. Com o aumento da repressão, em consequência do Decreto-Lei 477,

Sérgio foi expulso da Faculdade e entrou num processo de forte depressão diante da impossibilidade de enfrentar a ditadura, reduzindo a participação política e o comprometimento com o Partido nos anos de 1969 a 1971. A idéia de enfrentamento do poder instaurado com um “destacamento minúsculo”, “insignificante”, lhe “dava um sentido de isolamento e de impotência muito grande” e, ao mesmo tempo em que ocorria o rompimento com a Organização, persistia uma “dúvida política muito grande, numa insegurança pessoal”. Nesse momento, a POLOP já deixara de existir ao romper com o “posadismo” e seus remanescentes, e um segmento do Partido, vai se transformar no POC. E, assim, embora não participasse das decisões, Sérgio Buarque continuava ligado ao grupo, dando muito apoio, quando, em abril de 1971, foi preso, ocasião em que ocorreram prisões em massa.

Todo mundo foi preso. O Brasil inteiro e aí, eu fui junto. E aí eu fui preso junto com Arlindo... E aí, na prisão, eu terminei assumindo outra postura de preso político, igual aos universitários. Como eu era muito respeitado entre eles terminei por segurar um pouco a barra. Acho que ninguém foi torturado, caiu todo mundo assim. Foi tudo muito desorganizado, muito amadorista, pegaram os endereços e caiu massivamente o país inteiro... Passei um ano preso.

Ao sair da prisão e reiniciar os estudos, faltando três meses para concluir o curso, tendo voltado ao trabalho, em setembro de 72 o Superior Tribunal Militar dobrou a pena a que fora condenado para dois anos e, diante disso, decidiu sair do Brasil. Sérgio conseguiu sair pelo Rio Grande do Sul, na fronteira de Santana do Livramento com Rivera, tendo a fuga organizada pelo pessoal remanescente do antigo grupo da POLOP, que o ajudou a atravessar a fronteira a pé, acompanhado por um garoto e, quando chegou no Uruguai, foi-lhe entregue um salvo-conduto.

A entrada na guerrilha urbana também era considerada um erro por Messias, que se afastou do PCBR por entender que sua liderança estava “cometendo um suicídio”, agravado pela situação de não estar preparada. A opção defendida por ele era a de “um partido forte dentro do movimento sindical, um movimento associativista, dividido em setores políticos e com um braço armado capaz de intervir, quando fosse necessário”, mas uma intervenção apenas “em momentos especiais, ligados à situação interna e internacional”.

A idéia de um organismo paramilitar dentro do partido não se identificava com a guerrilha, não se identificava com a Revolução Cubana. A idéia de Che Guevara, da mancha de óleo dentro d’água, que se espalhava, que era a guerra de guerrilhas na América Latina, que isso precisava tão somente de coragem das pessoas para brigar,

isso não era verdadeiro, infelizmente. Eu sou admirador de Che Guevara, mas com relação a isso tinha uma posição crítica, já naquela época.

Nenhuma dessas versões era acertada para a realidade brasileira, segundo Manuel Messias, tendo discutido o assunto em vários momentos com os companheiros de organização, inclusive com Lamarca, entretanto, seu ponto de vista não foi aceito. Mas, em “menos de 30 dias depois foi preso Apolônio de Carvalho e foram mortos Mário Alves, Carlos Marighella e Câmara Ferreira. Diante desses acontecimentos, Manoel Messias concluiu que não poderia mais participar desse tipo de movimento, abandonando a atividade clandestina e voltou a estudar na Escola Brasileira de Economia, buscando reconstituir a vida profissional. Como desejasse retornar à militância política, percebeu a força do MDB e se engajou na campanha para eleição de Negrão de Lima a governador do Rio de Janeiro. Trabalhou, também, mais de um ano no *Correio da Manhã*, com Marcelo Alencar, no setor de economia e de política, realizando pesquisas econômicas e outras atividades no campo da política, lá permanecendo antes do jornal fechar; depois passou a prestar serviços como técnico aos interessados em investimentos na Bolsa de Valores. Ao encerrar essa atividade, montou por conta própria e com ajuda de amigos, uma empresa, a PESMEC (Pesquisa de Mercado de Capitais, Análise e Planejamento), a qual prestava serviços ao mercado de capitais, por conta da grande euforia na Bolsa de Valores nesse momento. E, assim, os negócios iam bem quando Manuel Messias sofreu, novamente, os infortúnios da repressão:

E ia bem, tocando nossos negócios, até que o Exército invadiu o escritório e me prendeu em pleno trabalho. Foi uma cena muito curiosa porque, assim que eles entraram de supetão na sala, eu tive a preocupação de tirar a gravata, uma reação instantânea, com medo que eles me enforcassem ali. Como se isso fosse evitar um enforcamento se eles quisessem realmente me enforcar. Então fui preso e muito torturado, espancado, passei uns seis meses preso. Depois que saí da prisão foi quando resolvi ir embora para o Exterior.

Diante dos relatos, pode-se constatar a violência barroca instaurada nesse período era, não só a desencadeada pelos militares dos órgãos de repressão, como também se tornou a alternativa dos personagens envolvidos com as organizações da esquerda armada, os quais encontraram como forma de resistência a adoção do discurso alegórico e uma prática com estratégia e ideologia política transplantada de outros países, de outra realidade que não correspondia à realidade brasileira.



Edinaldo Miranda de Oliveira e Roberto Zarattine, acusados do atentado a bomba no Aeroporto do Recife. Reportagem do Diário de Pernambuco, 12 dez. 1968.



Foto do atentado a bomba no Aeroporto do Recife, publicada na Revista Veja, em 19 mai. 1999.



Bombas Molotov, Agressões, Tiros e Cassetetes Nas Ruas



De cassetetes à mão, a polícia conseguiu dispersar os manifestantes

- 1 — Apesar de em pequeno número grupos civis de estudantes convulsionaram, ontem, o centro de Fortaleza, enfrentando a Polícia pela primeira vez, aqui com bombas "molotov".
- 2 — Prões dos manifestantes já enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Um dos detidos e moço aluno da Faculdade de Filosofia Federal.
- 3 — Fomento de O POVO foi atacado por estudantes e a Polícia tomou-lhe a máquina, devolvendo-a depois.
- 4 — Está batendo sua normalmente na Universidade, enquanto o DCE anuncia que "a luta vai continuar" e a Polícia diz que tem 5.500 homens treinados para reprimir "baterias como a de ontem" (Na página 8).

OLIMPIADAS:

BRASIL VOLTOU A GANHAR EM PASQUETE E DEPEDIEM DO'O

México (City AP) — O Brasil conseguiu ontem, à noite, a sua terceira vitória consecutiva em basquetebol nas Olimpíadas do México.

Reportagem do jornal O POVO, publicada no dia 16 out. 1968.

STM Eleva Pena de Subversivos Cearenses

Brasília, 29 — O Superior Tribunal Militar elevou de cinco para doze anos de reclusão a pena imposta a Hélio Pereira Ximenes e de oito para 14 anos a condenação de Fabiani Cunha, José Jerônimo de Oliveira, Carlos Timoschenko e José Sales de Oliveira.

Em Fortaleza, usando falso mandado de intimação, obrigaram, de madrugada, um casal de velhos a abrir a casa em que morava e se encontrava dormindo, obrigando-o a abrir o cofre da qual retiraram Cr\$ 4.000,00 e um revólver.

A DENÚNCIA

Os réus foram denunciados na Auditoria Militar de Fortaleza como incurso no artigo 28 da Lei de Segurança (devastar, saquear, assaltar, roubar, sequestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, ato de massacre, sabotagem ou terrorismo. Pena: de 12 a 30 anos).

O Conselho Permanente de Justiça, no entanto, desclassificou o crime para o artigo 25 da mesma lei

(praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Pena: reclusão de cinco a 15 anos). Desse modo, Hélio Ximenes foi condenado a cinco e os demais a oito anos, isso porque Ximenes — segundo expediente do Conselho de Justiça ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça Alfredo Buzaid — mostrou-se arrependido e disposto a colaborar com as autoridades.

RECURSO

O Promotor da Auditoria da 10a. Região Militar, no entanto, não concordou com a desclassificação e a sentença e recorreu ao Superior Tribunal Militar, o que também fizeram os condenados.

O STM, acompanhando o voto do relator, ministro Waldemar Torres da Costa, e do revisor, ministro Augusto Fragoço, deu provimento ao apelo do Ministério Público e condenou Ximenes a doze anos e os demais a 14 anos de reclusão, todos pelo artigo 28 da Lei de Segurança, suspendendo-lhes ainda, por dez anos, os direitos políticos.

Superior Tribunal Militar eleva a pena de Carlos Timoschenko para 14 anos de prisão. Jornal O POVO, 29 mar. 1973.

DCE NÃO SABE SE DELEGADOS DO CEARÁ ESTÃO PRESOS

O Diretorio Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceara, não sabe ainda quais dos seus delegados ao 30.º Congresso Nacional da UNE foram presos em São Paulo mas já hoje analisará a situação em assembleia geral às 17h30m e ameaça manifestação de rua para amanhã.

O vice-presidente João Luis Simões tomou a frente do movimento na ausência do Presidente do DCE, José Genuíno Neto, que integra também a delegação cearense. Hoje pela manhã, ele orientou os diretores e centros acadêmicos no sentido de que paralisassem as aulas para discutir a prisão dos colegas.

SEM INFORMAÇÃO

Embora não tenha recebido qualquer informação oficial de São Paulo, o DCE acredita que todos os 30 representantes do Ceara foram presos, no meio dos 1.200 estudantes cercados pela Polícia numa fazenda no interior paulista. "A esta altura não faz qualquer diferença", como disse fonte sua, mas o DCE se escusa a revelar os nomes dos enviados ao proibido congresso da extinta União Nacional dos Estudantes.

Assim que o conclave foi aberto sexta-feira passada, "em qualquer ponto do Estado de São Paulo", informa o Diretorio Central que saiu às ruas através de comícios relâmpagos, em ponto de aglomeração humana. Quase ao mesmo tempo, o seu órgão oficial de divulgação, o "Bisnu", circulava em edição extra, anunciando a abertura

do congresso e anunciando que a tese da delegação cearense versava sobre os problemas da universidade brasileira e a reforma que se faz necessária.

PEDAGOGIA CONTINUA

Anunciou oficialmente o DCE que prosseguira na cobrança de pedágios, como ajuda aos seus delegados. Até o momento, foram arrecadados, aproximadamente, 2,5 mil cruzeiros novos.

NOMES DOS DELEGADOS

As últimas horas da manhã de hoje, a Sub-delegacia de Polícia Federal no Ceara forneceu a O POVO a relação de que dispõe dos cearenses que participavam do Congresso da UNE. São eles: Inácio de Almeida, representando a Escola de Administração do Ceara; Aristeu Holanda e Deudy, da Faculdade de Ciências Econômicas; Maria Ruth Cavalcante e Roseli, da Filosofia Federal; Inocêncio Uchôa e José Arlindo Soares, da Faculdade de Direito; Marcos Costa Sampaio e Carlos Augusto, da Escola de Engenharia; João de Paulo Monteiro e Raimundo Penaforte, da Faculdade de Medicina, e José Genuíno Neto, como Presidente do DCE.

A Polícia Federal não sabe, porém, se todos foram presos, muito embora diga ter certeza de que todos participavam do congresso proibido. Além dos nomes citados, tem ainda uma lista de possíveis delegados. Não a divulga por não ter absoluta certeza de que eles se encontram em São Paulo.

Relação Dos Terroristas

Eis a relação dos terroristas do Ceara, fornecida pela Polícia Federal:

Carlos Timoschenko Soares de Sales (cognome "Timô"), envolvido na execução de São Benedito e no assalto ao Banco de Maranguape.

Carlos Cristiano (cognome "Zezinho" e "Antônio Carlos Bicalho Lana") envolvido no levantamento do caso de São Benedito).

Fabiani Cunha (cognome "Chico") identificado como participante de várias ações terroristas.

Francisco Wilian de Montenegro Macedo, (cognome "Roberto") participante da ação de São Benedito.

Guilberto Theimo Sidney Marques (cognome "Guil") participou da chacina de São Benedito e é indicado noutras operações.

José Bento da Silva, natural de Quixadá, incluído também no caso de São Benedito.

João Batista de Lima, vulgo "João Emiliano", de São Benedito, fotógrafo, participante também da execução do comerciante.

João Xavier de Lacerda, de Conceição da Paraíba, residente em Carnaubal, envolvido no caso do comerciante.

José Sales de Oliveira ("Marcus"), que fugiu com o dinheiro do comerciante assaltado e da agência do Banco do Brasil em Maranguape.

Jane Vasconcelos Dantas, professora primária, de 22 anos, apontada como namorada do agente Timoschenko e integrante também da organização.

José Jerônimo de Oliveira, vulgo "Recreio", um dos principiantes no grupo.

Moema Corrêa São Thiago, esportista, envolvida nos movimentos políticos vinculados à resistência, Aliança Libertadora Nacional.

Newton Ouzes Bezerra, outro membro atuante na organização.

Waldemar Rodrigues de... ex-se

Carlos Timoschnko e Moema São Thiago na relação publicada no Jornal O Povo de 28/09/1970

Jornal O POVO divulga Congresso de Ibiúna.

CAPÍTULO 6

EXÍLIO E MELANCOLIA: a busca da identidade perdida

Marine-Terrace.

Certa manhã no fim de novembro, dois dos habitantes do lugar, o pai e o mais jovem dos filhos, estavam sentados na sala térrea. Calados, como náufragos que pensam.

Lá fora chovia, o vento soprava, a casa estava como que ensurdecida pelo ribombo exterior. Ambos divagavam, talvez absorvidos pela coincidência entre o começo do inverno e o começo do exílio.

De repente, o filho levantou a voz e perguntou ao pai:

O que pensa desse exílio?

Que será longo.

Como pretende preenchê-lo?

O pai respondeu:

Vou contemplar o oceano.

Fez-se silêncio. O pai retomou:

E você?

Eu – disse o filho – vou traduzir Shakespeare.

Victor Hugo.

Asilo e refúgio

O exílio em países da América Latina, como no Chile, no Uruguai, em Cuba, na Argentina e no Peru; da Europa: em Portugal, na França, Alemanha, Suécia, Suíça; e nos países da África, é relatado pelos nordestinos, que saíram do Brasil após o golpe militar, como a alternativa de sobrevivência física e política. A luta pela derrubada do regime salazarista, pela independência das colônias portuguesas na África e a reorganização socioeconômica e política desses países, tornaram-se para grande parte dos exilados a alternativa para manter os ideais políticos e a crença na construção do socialismo em países atrasados e do Terceiro Mundo, continuando a militância política romântica na “luta de barricadas” como “conspiradores profissionais”.⁴³⁷

⁴³⁷ BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo.**, 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras Escolhidas, vol. 3) p. 9 - 11, passim. Nessa obra, Benjamin adota os conceitos de “conspirador político” e de “boêmia”, já trabalhados por MARX na resenha das “*Memórias do Agente Policial de la Hode*”, publicadas em 1850 na Nova Gazeta Renana” e no *Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. Citando MARX, Benjamin explica que os “conspiradores políticos” ou “conspiradores profissionais” tinham como “único requisito da revolução” a organização de sua conspiração. E assim, a atividade política desses

Diante do cenário político brasileiro, os nordestinos que perderam os direitos políticos ou estavam sob a ameaça constante dos órgãos de repressão ou os que foram presos, torturados e banidos do Brasil, encontraram como alternativa para recuperar a identidade perdida, a saída para a Argentina, o Uruguai e principalmente para o Chile, que naquele momento eram países com regimes democráticos, buscando continuar o que entendiam ser, para uns, “a luta pela vitória do socialismo”; para outros, a luta pelo retorno do País à democracia. Nesse período, a revolução cubana representava o modelo simbólico e ideológico dos grupos e partidos políticos da esquerda, entretanto, poucos exilados brasileiros passaram a residir em Cuba, constatando-se que muitos militantes realizavam viagens de curta permanência, de acordo com a informação de Moema São Thiago, para conseguir outros “quadros” e treinamento para as organizações da luta armada. A busca de uma opção que lhes permitisse retomar os direitos políticos cassados no Brasil fez com que, inicialmente procurassem os países limítrofes, como o Uruguai e Argentina, na tentativa de retornar ao País, diante das dificuldades enfrentadas e do controle exercido pelos órgãos de repressão; outros buscaram asilo nos países com os quais mantinham identidade cultural e política.

Os exilados do Nordeste destituídos dos postos na estrutura de poder do Brasil enfrentaram situações totalmente novas diante do padrão social e do tipo de vida estável a que estavam acostumados, passando, em alguns casos, a sofrer riscos e perdas de uma situação tornada marginal. Os exilados que exerciam atividade clandestina, principalmente os estudantes, enfrentaram também as dificuldades de adaptação ao chegarem nos países de exílio; entretanto, serão diferentes as condições, seja na continuação da atividade política clandestina no Brasil, seja no engajamento no mercado de trabalho no exílio.

A partir da perspectiva dos países que os receberam, esses personagens foram considerados asilados ou refugiados, pois estavam num lugar seguro, num “refúgio”, de acordo com a concepção dos organismos internacionais da Era Moderna. Embora a noção de um lugar de refúgio para os desterrados, apátridas ou exilados políticos, já fosse

indivíduos se volta para “invenções que devem levar a cabo maravilhas revolucionárias: bombas incendiárias, máquinas destrutivas de efeito mágico, motins que deverão resultar tanto mais miraculosos quanto menos bases racionais tiverem. Ocupados com esse frenesi de projetos não têm outra meta senão a mais próxima - ou seja, a derrubada do governo existente - e desdenham profundamente o esclarecimento mais teórico dos trabalhadores sobre seus interesses de classe”.

identificada no mundo antigo, na cultura grega, egípcia, judaica e, posteriormente, no Direito Romano, no qual recebeu um caráter jurídico, na Era Medieval, tornou-se um campo reconhecido como de responsabilidade da Igreja. Com a decadência do poder eclesiástico em consequência da Reforma Protestante e do fortalecimento do Estado Moderno, surgiu grande leva de exilados provenientes de quase todos os países europeus, ao mesmo tempo em que à “filosofia política universalista” juntava-se a idéia de liberdade de opção religiosa, de aceitação do princípio de tolerância, com liberdade de pensamento e de opinião. No século XVII, ocorreu a laicização do direito de asilo, quando a concessão deixou de ser prerrogativa da Igreja e foi assumida pelos nascentes “Estados nacionais”, em consequência do “surgimento de um poder civil soberano em seu interior”.⁴³⁸

Só no século XVIII, o direito de asilo surgiu pela primeira vez na legislação de um país, quando os franceses, no artigo 120 da sua Constituição, de 24 de junho de 1793, proclamaram que a França “dá asilo aos estrangeiros exilados de sua pátria por causa da liberdade. Recusa-o aos tiranos”. Andrade assim comenta o conteúdo do texto da Assembléia Nacional francesa:

... em nome da Revolução francesa, conceder-se-ia fraternidade e socorro a todos os povos que desejassem readquirir sua liberdade, encarregando o Poder Executivo de dar aos generais as ordens necessárias para que se levasse socorro a esses povos e para que se defendessem seus cidadãos quando tivessem sido prejudicados, ou ainda pudessem sê-lo, por amor à liberdade. Foi precisamente esse texto que originou a tradição francesa mantida até o presente – ainda que em menor escala –, quanto à concessão de proteção aos perseguidos.⁴³⁹

A partir do século XIX surgiu “um desmembramento normativo do gênero ‘asilo’ em duas espécies: ‘asilo político’ e ‘refúgio’”, pois na América Latina desenvolveu-se “um estatuto jurídico próprio”, aplicado pelos países desse continente aos chamados “asilados políticos”, tratando-se de uma “normatização jurídica internacional regional” pertinente ao asilo político, em suas modalidades “territorial e diplomática”. O “asilo diplomático” passa a envolver “o uso de uma residência diplomática ou consular ou de navio de guerra como

⁴³⁸ ANDRADE, José A. F de. Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados. In: ARAÚJO, Nádia; ALMEIDA, Guilherme Assis de (coord.). **O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 100 - 110.

⁴³⁹ Idem, p. 110 - 111; LUCHAIRE, François. Droit d’asile et révision de la constitution. **Revue du Droit Public et de la Science Politique en France et a l’étranger**, 1. p. 5 - 10, 1994, L.G.D.J. Para mais informações sobre o assunto, ler BACLET-HAINQUE, Rosy. Conseil d’état et extradition en matière politique. **Revue du Droit Public et de la Science Politique en France et a l’étranger**. 1. p. 197 - 248, 1991, LGDJ.

local de refúgio” e o “asilo territorial ou político”, é concedido para as “pessoas acusadas de ofensas políticas ou vítimas de perseguição política que se encontram no território do Estado ao qual se solicita o asilo”. Esses conceitos foram definidos por ocasião do I Congresso Sul-Americano de Direito Internacional, dele resultando o Tratado sobre Direito Penal Internacional, em 23 de janeiro de 1889, que em seus artigos 15 a 19, contemplou o asilo, “relacionando-o, *inter alia*, às regras atinentes à extradição e aos delitos políticos”, numa época em que alguns países latino-americanos lutavam pela independência e outros pela consolidação do Estado.⁴⁴⁰

Paralelamente a essa concepção de asilo político desenvolvido nos países latino-americanos, surgiu “outra regulamentação jurídica do gênero ‘asilo’” no âmbito internacional, normatizando a condição do exilado como “refugiado”. Esta concepção do país como “refúgio” que acolhe o exilado, surgiu na Europa, no século XX, a partir de 1921, no marco da Liga das Nações e, posteriormente, da Organização das Nações Unidas, diante da necessidade de proteger os refugiados de forma “coordenada e institucionalizada”, em decorrência dos acontecimentos que provocaram a deflagração da I Guerra Mundial. Embora na regulamentação de “asilado” e “refugiado” no Direito Internacional, estes termos sejam tratados como “institutos jurídicos diferentes, buscam ambos a mesma finalidade, i.é., a proteção do ser humano, podendo-se afirmar que ‘entre a instituição regional do asilo [político] e a universal do refúgio’ existe complementaridade”.

441

Ao comparar os “institutos de asilo e de refúgio” Piovesan chega às seguintes conclusões:

O refúgio é um instituto jurídico internacional, tendo alcance universal e o asilo é um instituto jurídico regional, tendo alcance na região da América Latina. O refúgio é medida essencialmente humanitária, que abarca motivos religiosos, raciais, de nacionalidade, de grupo social e de opiniões políticas, enquanto que o asilo é medida essencialmente política, abrangendo apenas os crimes de natureza política. Para o refúgio basta o fundado temor da perseguição, já para o asilo há a necessidade da efetiva perseguição. No refúgio, a proteção, como regra, se opera fora do país; já no asilo, a proteção pode se dar no próprio país ou na embaixada do país de destino (asilo diplomático). Outra distinção está na natureza do ato de concessão de refúgio e asilo: enquanto a concessão de refúgio apresenta efeito declaratório, a concessão de asilo apresenta efeito constitutivo, dependendo exclusivamente da decisão do país. Ambos

⁴⁴⁰ ANDRADE, J. A. F. In ARAÚJO ; ALMEIDA, op. cit. p. 114 - 115; PIOVESAN, F. O direito de asilo e a proteção internacional dos refugiados. In: ARAÚJO; ALMEIDA, op. cit. p. 56 - 57.

⁴⁴¹ Ibidem, ANDRADE, J. A. F. p. 115 - 116 e nota 56.

os institutos, por sua vez, identificam-se por constituírem uma medida unilateral, destituída de reciprocidade e, sobretudo, por objetivarem fundamentalmente a proteção da pessoa humana. Daí a necessária harmonização e complementaridade do dois institutos que integram o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, destinado a garantir a dignidade e os direitos de todos os seres humanos, em todas e quaisquer circunstâncias.⁴⁴²

Para esse autor há, nos dois conceitos, uma íntima relação com o princípio de *non-refoulement* (não-devolução) e o respeito aos direitos da pessoa humana, principalmente na perspectiva da Declaração Universal de 1948, no artigo 14, “que estabelece o direito de asilo, bem como sua relação com o instituto do refúgio”. Posteriormente, a Convenção de 1951, realizada com o sentido de criar instrumentos legais para a reconquista da dignidade humana diante dos horrores da II Guerra Mundial, estabeleceu um limite temporal e geográfico no seu artigo 1º, onde o refugiado recebeu a seguinte definição:

... toda pessoa que, ‘em virtude de eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e, devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, participação em determinado grupo social ou opiniões políticas, está fora do país de sua nacionalidade, e não pode ou, em razão de tais temores, não queira valer-se da proteção desse país; ou que, por carecer de nacionalidade e estar fora do país onde antes possuía sua residência habitual não possa ou, por causa de tais temores ou de razões que não sejam de mera conveniência pessoal, não queira regressar a ele’.⁴⁴³

Como a Convenção estabelecia um limite temporal e geográfico, foi elaborado, em 31 de janeiro de 1967, o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados que suprimiu no artigo 1º as referidas limitações, ampliando o direito para os refugiados de todo o mundo. E, assim, de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, o indivíduo na condição de refugiado passou a ser “aquele que sofre fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, participação em determinado grupo social ou opiniões políticas, não podendo ou não querendo por isso valer-se da proteção de seu país de origem”. Assim sendo, passou a ser refugiada a pessoa que não é respeitada pelo Estado do qual faz parte, como também seja por este Estado perseguida, ou que não possa protegê-la quando estiver sendo perseguida. Para Piovesan, essa é a “suposição dramática” de onde se origina o refúgio, tornando-a distinta da situação do estrangeiro sem essas implicações.⁴⁴⁴

Portanto, há uma íntima relação na condição de refugiado e na violação de direitos humanos básicos, consagrados na Declaração Universal de 1948 e, conseqüentemente, há

⁴⁴² PIOVESAN. In: ARAÚJO; ALMEIDA. op. cit. p. 63 - 64.

⁴⁴³ Ibidem, PIOVESAN, p. 32.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 27, 33 - 34.

estreita relação com o direito de solicitar asilo e dele gozar, conforme está previsto no artigo 14. Ao assegurar o valor da liberdade e da igualdade, proibindo discriminações de qualquer natureza, a Declaração assegura ao refugiado o direito fundamental de não sofrer perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, participação em determinado grupo social ou emitir opiniões políticas. Por sua vez, desse fundamento decorre o direito de toda pessoa que for vítima de perseguição procurar e gozar asilo em outros países. Todo refugiado tem direito à proteção internacional e os Estados têm o dever jurídico de respeitar a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, no qual muitos dos direitos fundamentais, relevantes à proteção dos refugiados, estão assegurados desde a Declaração Universal. Conseqüentemente, a não-observância dos direitos fundamentais provoca a condição de refugiado, pois “cada refugiado é conseqüência de um Estado que viola os direitos humanos...”

A proteção internacional dos refugiados tem como fundamento a universalidade dos direitos humanos, que afirma a dignidade inerente à pessoa e dessa condição decorrem direitos, independentemente de qualquer outro elemento. Os refugiados são titulares de direitos humanos que devem ser respeitados em todo momento, circunstância e lugar. A proteção internacional dos refugiados tem ainda por fundamento a indivisibilidade dos direitos humanos, que devem ser concebidos como uma unidade indivisível, independente e inter-relacionada, ou seja, essa proteção alcança tanto direitos civis e políticos como direitos sociais, econômicos e culturais...⁴⁴⁵

Há, portanto, nos países de asilo ou refúgio, tanto no plano internacional como em cada país, uma estrutura organizada para acolher o refugiado político e que concede uma bolsa de sobrevivência, uma ajuda para instalação física. Na França, no período em estudo, a entidade responsável pela acolhida dos refugiados era o *Office Français* (OFA), através do estímulo do *Haut-Commissariat des Nations Unies pour les réfugiés* das Nações Unidas (HCR). Para Marcos de Castro Guerra, ex-exilado na França e professor de Direito Internacional, havia “uma estrutura de acolho”, mas que era, ao mesmo tempo “uma camisa de força”, porque quem aceitava essa condição não podia se pronunciar, aceitava “emudecer” e “não agir politicamente”, sobretudo com relação ao país de origem para não criar dificuldades diplomáticas no país de acolhida. Os que não encontravam a alternativa escolhiam o OFA para ter direito a uma bolsa para sobrevivência, ajuda para o apartamento e para o mobiliário. Entidades não governamentais e solidárias do tipo *Comité*

⁴⁴⁵ Ibidem, p. 37 - 39; CASELLA, Paulo B. In: ARAÚJO; ALMEIDA, op. cit. p. 37 - 39.

Intergovernmental pour les Migrations (CIMADE) e outras tinham um *foyer*, casas para acolher refugiados políticos que não entravam nos critérios das Nações Unidas.

O indivíduo banido do país de origem é candidato, com direito quase adquirido, a ser refugiado quando chega no país que o recebe. Na legislação da época, o brasileiro nesta situação era considerado banido pelo Direito interno do Brasil, mas, ao chegar a outro país, ele tinha o “direito de acolhido” na sistemática das Nações Unidas, da Convenção de Genebra de 49, e recebia um documento de circulação, um tipo de passaporte, mas acabava de “lona azul”. Segundo Marcos Guerra, “os passaportes em geral primam por tentar uma capa bonita, com as cores do país, mas é uma capa de lona”, que é um passaporte do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, e há períodos para renovação. O refugiado ou asilado não pode sair do país sem uma licença específica, e qualquer movimento seu tem que ser declarado com antecedência. Há, também uma carta que lhes dá direito a trabalhar no país de refúgio.

Apesar das restrições da legislação internacional, foi montada nos países da América Latina uma “coordenação de informações”, a Operação Condor, para investigar e acompanhar os passos dos refugiados, a qual surgiu, após o encontro de “países com inclinações ideológicas semelhantes”, durante a Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Santiago, no Chile, cujos arquivos começaram a ser abertos ao público. O ex-secretário Henry Kissinger afirmou em Londres que não se negava a prestar depoimento sobre a Operação Condor, mas as perguntas seriam respondidas pelo governo de seu país.⁴⁴⁶

Assim sendo, neste capítulo, busca-se mostrar como os exilados foram recebidos nos países de asilo ou refúgio e, ao mesmo tempo, procura-se demonstrar como a questão da identidade social, cultural e política foi buscada pelos exilados, através da identificação

⁴⁴⁶ OPERAÇÃO Condor. Brasil ‘caçou’ argentinos no país em 1976. **Folha de São Paulo**, Caderno A, 20 mai. 2000, p. 10; OPERAÇÃO Condor. Governo não acha ficha de argentinos; Idem, Caderno A, 26 mai. 2000, p. 12; GASPARI, Elio. A história do Brasil está liberada, no exterior. **Folha de São Paulo**, Caderno A, 21 mai. 2000, p. 14; CARDOSO, Maurício. Ferida Aberta. **Veja, São Paulo**, 17 mai. 2000, p. 42 - 45. DIEGUEZ, Consuelo; SOARES, Lucila. Nova história Oficial. **Veja, São Paulo**, 24 mai. 2000, p. 52 - 54; BRASIL vai receber cópia do ‘Arquivo do Terror’. **O POVO**, Fortaleza, 30 mai. 2000; Idem, **O POVO**, 25 abr. 2002.

dos elementos que facilitaram a inserção nos países de refúgio ou de asilo, a partir, não só da compreensão do contexto histórico, mas também da conjuntura política, da situação socioeconômica e da visão de mundo que defendiam.

A luta pela identidade latino-americana

O asilo no Uruguai: como um ex-prefeito vira açougueiro, um policial transmuda-se em tupamaro e um ex-procurador da República se faz um professor

O Uruguai, até o fim dos anos 1960, era um país democrático, tendo recebido grande parte da liderança do governo brasileiro deposto. Lá se encontravam: o ex-presidente João Goulart e o ex-governador do RS, Leonel Brizola; o almirante Cândido Aragão, o coronel Dagoberto Rodrigues; o ex-prefeito de Natal, Djalma Maranhão; o ex-Procurador da República, Valdir Pires e o ex-chefe da Casa Civil, professor Darcy Ribeiro; o ex-deputado maranhense Neiva Moreira, o jornalista Flávio Tavares e muitos outros. Desde a chegada a esse país, os exilados começavam a conspirar, mas desta atividade nada sabiam, não tinham conhecimento nem treinamento como os comunistas. Para Tavares, o clima de Montevideú era propício à conspiração:

... liberdade absoluta, partidos de todos os matizes, e todos legalizados (até os trotskistas e anarquistas, estigmatizados no resto do mundo, lá tinham sede, bandeiras, jornais e congêneres). E, além de tudo, muitos livros e revistas contando da utopia e da revolução. Tudo à mostra, tal qual aquelas centenas de brasileiros exilados, que enchiam os cafés da avenida 18 de Julio ou da rua San José ou de Pocitos e sonhavam com a volta... A capital do Uruguai era a Meca da revolução nacional-popular no Brasil.⁴⁴⁷

Entretanto, no Uruguai, os exilados recebiam tratamento diferenciado, fato relatado por Flávio Tavares, explicando que, embora restringisse a concessão de asilo, na embaixada desse país, “quando alguém se julgava perseguido era lá que ia bater”, havendo, entretanto, necessidade de consulta e acordo prévio, sem os quais dificilmente o embaixador aceitava receber alguém na situação de exilado.⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ TAVARES, op. cit. p. 175 - 176.

⁴⁴⁸ Ibidem, p. 56 - 57.

Esta foi a situação do cearense Carlos Timoschenko Soares de Sales, diferentemente da situação enfrentada pelo baiano Valdir Pires e o riograndense do norte Djalma Maranhão, que saíram do Brasil para o exílio no Uruguai. As dificuldades da condição de asilado são enfrentadas por estes personagens desde a chegada a esse país.

Valdir Pires e Darcy Ribeiro que saíram do Brasil num avião bimotor, desceram num campo de pouso do Uruguai, sendo conduzidos a Montevideú, onde lhes foram concedidos o direito de asilo e a carteira de refugiado político. Nesse país, Valdir Pires permaneceu por um ano, até 1965, mas enfrentou dificuldades para conseguir emprego, situação não enfrentada por Darcy Ribeiro, por ser professor de Antropologia com renome internacional, sendo logo contratado pela Universidade de Montevideú. A condição de asilado para Valdir Pires foi agravada porque tinha cinco filhos e, apesar da solidariedade de familiares e de amigos para manter a família, esta situação “pesava enormemente” na sua consciência e temia complicações futuras. Preocupado em superar esse quadro, passou três ou quatro meses num esforço pessoal de aprender francês para tentar trabalho na Europa, pois a leitura de autores franceses era habitual na sua formação jurídica, mas não falava o idioma. Portanto, entrou como aluno na Aliança Francesa de Montevideú e conheceu uma professora francesa, ex-mulher de um diplomata uruguaio que se tornou sua amiga, passando a lhe dar aulas de conversação duas vezes por semana, gratuitamente. E, assim, decidiu ir para a Europa, aproveitando o ensejo do convite para participar de um seminário do Conselho de Desenvolvimento Internacional, na França, ocasião em que se candidatou a Professor Associado da Universidade de Dijon, apresentando o currículo e as idéias de um plano de curso, o qual foi aprovado no Conselho do Departamento de Direito. Diante disso, acertou com a esposa o envio dos filhos de volta para a Bahia, embora já estivessem integrados em Montevideú e falassem bem o espanhol e viajou para a França.

Djalma Maranhão também conseguiu asilo político no Uruguai após a permanência de nove meses de prisão no Brasil, tendo respondido, em 29 de julho, ao inquérito policial militar, no qual relatou a militância política e reafirmou ter agido em defesa da legalidade, sendo libertado após a publicação de um manifesto na imprensa do Rio de Janeiro, *O General Fome está nas Ruas*. Ao ser libertado por meio de *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 1964, dirigiu-se à Embaixada do

Uruguai, onde solicitou asilo e conseguiu o salvo-conduto do Governo brasileiro para exilar-se nesse país.

Do Uruguai, Djalma Maranhão denunciou os motivos do golpe e de sua deposição, publicando a *Mensagem ao Povo Brasileiro*, na qual os elementos do “romantismo populista” se tornaram mais visíveis desde o parágrafo inicial, como a oposição ao imperialismo, a defesa dos ideais nacionalistas e o nativismo.

Fui deposto porque luto contra aqueles que submetem os interesses econômicos do Brasil à voragem insaciável dos grupos estrangeiros, responsáveis diretos pela inflação e conseqüentemente, pelo estado de miséria em que vive a maioria do nosso povo. Defendi a reforma agrária e a limitação da remessa de lucros dos trustes para o exterior. É o destino histórico de descender de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, fundador de minha cidade e que na guerra para a expulsão dos franceses foi o primeiro brasileiro nato a exercer o comando de general. General nacionalista.⁴⁴⁹

Em *Memórias de 64*, livro escrito no exílio, Djalma Maranhão comenta a liderança política de Miguel Arraes e aponta-o como um futuro presidente da República brasileira, diante da relação mantida com os camponeses, considerando-o também “o líder capaz de concretizar as aspirações do nosso potencial econômico, da burguesia, do capitalismo nacional asfixiado pelo imperialismo”. Considera-o, ainda, um líder nacional como o foram “o índio Juarez” para o México e “o nativo Sukarno para a Indonésia”. Nesse documento, Maranhão traz à luz a mágoa e a nostalgia do exílio diante dos valores nativistas e do sonho ou da utopia desfeita:

O Movimento de Cultura Popular (hoje tristemente transformado em Fundação Kennedy, para vergonha dos altivos pernambucanos, que tiveram nas batalhas dos montes Guararapes, o feito maior das lutas nativistas para expulsar do território brasileiro, na época do Brasil Colônia, o invasor estrangeiro) foi o magnífico instrumento da democratização da cultura, na administração Miguel Arraes na Prefeitura do Recife e no Governo do Estado.⁴⁵⁰

No exílio, Djalma Maranhão vivia basicamente dos proventos de deputado federal aposentado, fato decorrente da gentileza do senador Dinarte Mariz, um amigo que, apesar de ser da UDN, um partido da situação, providenciou a documentação para conseguir esse direito, possibilitando-lhe pagar o aluguel de um apartamento em Montevideú, perto do

⁴⁴⁹ MARANHÃO, 1984, op. cit. 69.

⁴⁵⁰ GÓIS, op. cit. p. 214 - 215.

local onde moravam outros exilados: o deputado Neiva Moreira, hoje líder do PDT do Maranhão; o ex-ministro Jaguaribe Aparício Silva e o Capitão Dault, ex-ajudante de ordens do Presidente João Goulart. As dificuldades financeiras eram constantes, e muitos dos exilados dependiam da ajuda de familiares ou dos partidos, outros dos proventos de alguma aposentadoria, os quais eram insuficientes. Para garantir a sobrevivência, Djalma Maranhão, inicialmente, montou um frigorífico perto do local de residência, depois uma agência de turismo com edição de jornal, tornando-se também correspondente do Correio da Manhã e do Jornal do Brasil. Entretanto, não descurou das atividades políticas, pois, embora estivesse na condição de asilado, tornou-se presidente da Associação de Exilados Brasileiros, no Uruguai. Como a legislação que rege o asilo político na América Latina proibia ao asilado o envolvimento com política, a associação atuava como um “círculo social” para manter-se na legalidade no Uruguai.

A situação enfrentada por Carlos Timoschenko, que entrara no Uruguai pela fronteira com o Brasil, foi bem diferente, não lhe sendo concedido o direito de asilo. No mesmo dia em que chegou clandestinamente a Montevideú, foi trancafiado por um ano, permanecendo, inicialmente, no Centro de Instrução da Baía, um quartel da Marinha do Uruguai e, depois, foi levado para o Campo de Concentração de Punta, um “horrrível” campo de refugiados, o qual, segundo ele, “era um tipo de Campo de Concentração do tipo do Hitler, do nazismo”. Nessa ocasião passou a ter contato com o grupo Tupamaro, tornando-se um de seus militantes. Os tupamaros eram muito exigentes e insistiam que falasse bem o espanhol para se passar por uruguaio quando saísse da prisão. Timoschenko considerou que essa exigência do grupo lhe proporcionou “uma boa experiência”, pois, na ocasião, teve acesso a boas leituras e nunca esqueceu dos ensinamentos encontrados em *Princípios Elementares de Filosofia*, de Georges Politzer, livro também citado pelos jovens militantes brasileiros, o qual era estudado detalhadamente com outros dois companheiros de cela. Timoschenko conseguiu a liberdade com a ajuda do advogado Ari Korjak, segundo ele “muito conhecido internacionalmente” e que o enviou para o Chile.

O asilo no Peru: como um Ministro da República se tornou um vendedor de charutos

O ex-líder do governo de Juscelino Kubitschek e ex-Ministro da Justiça do governo João Goulart, o paraibano Abelardo Jurema, considerado “um servidor público correto e

inatacável”, após ter os direitos políticos cassados, solicitou asilo na Embaixada do Peru, sediada na Avenida Pasteur, no Rio de Janeiro, lá permanecendo por 37 dias, durante os meses de abril a maio de 64. A saída do Brasil para Lima foi tensa e cautelosa diante da descoberta, pelo serviço secreto da Embaixada, que Ademar de Barros, então governador de São Paulo, dera ordens para seqüestrá-lo durante a escala para abastecimento do avião no aeroporto deste Estado.⁴⁵¹

No Peru, apesar de ser ajudado financeiramente pelos amigos, Abelardo Jurema não desejava continuar nessa dependência para sobreviver, e, entre as opções estudadas após um levantamento sobre as possibilidades de venda de produtos brasileiros, descobriu que poderia vender charutos. Conseguiu a representação dos “puros” como lá eram chamados, através do jornalista Odorico Tavares, da Bahia, e tenazmente visitava as “3.726 *tiendas*” nas ruas de Lima, fazendo “a praça”.

Apesar de ter sido líder da oposição no governo de Jânio Quadros, foi por ele visitado quando de passagem por Lima, “num *tour* a bordo de um velho navio cargueiro norueguês”. Ao lhe perguntar o que ocorrera com a vista esquerda, Jânio respondeu: “Perdi-a Ministro. Também, para que duas vistas no nosso país? Uma só chega...” Nesse encontro Jânio confidenciou ter havido um “desencontro histórico” entre ele e Juscelino Kubitschek: “Os dois deveriam estar juntos e participaram na história, separados. O que faltava em um, o outro completava, mas ambos tinham um ponto em comum que os tornava invencíveis: apoio popular. Em campos opostos, abriram brechas para intervenções perigosas à democracia”.⁴⁵²

Abelardo Jurema cita a presença de onze brasileiros exilados em Lima, no Peru. Inicialmente eram três: ele, o engenheiro Otto da Rocha e Silva e o radialista Hiran de Aquino, e três dias depois o grupo cresceu com a chegada de Yara Aquino, esposa deste último; o psiquiatra Clidenor de Freitas Santos, Antônio Luiz Prazeres e sua companheira Josephina Fraga Ribeiro, Olga Bogolometz Henríquez (cientista do Instituto Butantã, de São Paulo) seguindo-se Afrânio Azevedo com a sua esposa, Joana Azevedo, e Júlio Ximenes. “Uns serviram diretamente ao Governo João Goulart, outros em setores de empresas privadas ou estatais, outros simpatizantes do seu Governo, gente vinculada por

⁴⁵¹ JUREMA, Abelardo. **Exílio**. João Pessoa, Paraíba: Acauã, 1978. p. 25 - 28.

⁴⁵² *Ibidem*, p. 149 - 151.

este ou aquele caminho a uma situação derrubada pelas armas”. Abelardo Jurema relata que aos poucos esses personagens foram saindo para outros países e só ele permaneceu em Lima “exportando farinha de peixe para o mundo como representante de empórios comerciais de Portugal”.⁴⁵³

Cuba e o apoio ao movimento guerrilheiro no Brasil

A permanência de brasileiros em Cuba antecede a eclosão do golpe militar, como já foi citado no capítulo 3, quando o contato dos brasileiros com Fidel Castro remontava ao governo de Jânio Quadros na visita realizada a esse país acompanhado de Francisco Julião, que não teria recebido o apoio financeiro solicitado, mas de lá retornara defendendo o slogan “reforma agrária na lei ou na marra”. Entretanto, Denise Rolemberg relata, no livro *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil*, como esse país apoiou a formação de guerrilheiros, cuja idéia era “exportar a revolução”, estendendo-a para toda a América Latina. A participação de Cuba nos movimentos guerrilheiros e na preparação para a luta armada no Brasil ocorreu, segundo a autora citada, de três formas ou em três momentos: o primeiro aconteceu antes do golpe “civil-militar”, através das Ligas Camponesas, principalmente com o ex-deputado Clodomir de Moraes; o segundo, após o golpe, quando o apoio foi dado ao grupo liderado por Leonel Brizola entre outras lideranças; e, a partir de 1967, em consequência do surgimento da figura de Carlos Mariguella, Cuba treinou, até o início dos anos 1970, os guerrilheiros das organizações da luta armada, principalmente da ALN, VPR, e MR-8.⁴⁵⁴

Estas informações foram comprovadas por Moema São Thiago, ao rememorar a saída clandestina do Brasil, no final de 1972, ocasião em que viajou para Cuba a fim de contratar um “comandante”, aproveitando a estadia nesse país para prestar informações, realizar treinamento político e militar e tratar da saúde. Moema permaneceu em Cuba uns quatro meses e pretendia retornar ao Brasil pelo Chile, embora fosse desaconselhada pelos cubanos que já faziam a previsão do golpe, mas, de acordo com o esquema da organização, preferiu retornar por esse país.

⁴⁵³ Ibidem, p. 95 - 96.

⁴⁵⁴ ROLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001. p. 19 - 20.

Fidel Castro, entretanto, prestava apoio humanitário aos brasileiros envolvidos não só nas lutas políticas como aos camponeses envolvidos com as questões de terra. No livro *Francisco Julião: Luta, Paixão e Morte de um Lutador*, editado pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Vandec Santiago apresenta o apoio humanitário de Fidel Castro aos filhos de Julião, recebendo-os em Cuba com outras duas crianças: “Luiz Albino, filho de um caminhoneiro que era vizinho de Julião; e Isaac Teixeira, filho do líder das Ligas, assassinado na Paraíba, João Pedro Teixeira”. Através da interferência de Fidel, as filhas Anatailde e Anatilde deveriam estudar na União Soviética, mas, como não se adaptassem, a mãe decidiu trazê-las de volta a Cuba, onde permaneceram ao lado dos irmãos Anatólio e Anacleto. Em Cuba, eram sempre visitados por Fidel, o qual lhes proporcionou uma visita ao Brasil para passar o Natal de 1963 com o pai. Alexina, esposa de Julião, dirigiu-se a Cuba para o casamento da filha Anatailde, na segunda quinzena de março de 64, não podendo mais retornar ao Brasil com a eclosão do golpe no dia 31 desse mês, pelo risco de ser presa. E, assim, a família permaneceu em Cuba, onde os filhos cursaram a Universidade e, posteriormente, foram para o Chile.⁴⁵⁵

Chile: “a tempestade que sopra do paraíso”

*Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu.
Essa tempestade é o que chamamos de progresso.

Walter Benjamin

O Chile, ao contrário dos outros países da América Latina, era considerado modelo e "tribuna", conforme pode ser constatado na publicação *Pela União dos Comunistas*

⁴⁵⁵ SANTIAGO, op. cit. p. 91 - 92, 104 - 105.

Brasileiros, editada em Lisboa, e enviada ao Brasil por exilados. Os autores, que na época preferem permanecer no anonimato, declaram nesse documento:

O Chile da Unidade Popular foi, para os revolucionários de toda a América Latina, e nomeadamente para os países sul-americanos submetidos ao fascismo militar, uma grande tribuna que nós, brasileiros, utilizamos largamente. O acolhimento verdadeiramente internacionalista dos camaradas chilenos criou as melhores condições para uma ampla confrontação de pontos de vista entre as diferentes correntes do povo revolucionário do Brasil, duplamente disperso, primeiro pela separação histórica devido às particularidades regionais, em seguida pela vaga repressiva da ditadura” e, “sobretudo no Chile, foram dados os primeiros passos na via da renovação da teoria revolucionária, no seio do movimento socialista do Brasil, durante os três anos da Unidade Popular.⁴⁵⁶

Esses fatos podem ser comprovados através das narrativas de exilados brasileiros e, principalmente, de nordestinos que se dirigiram para o Chile, fugindo à repressão da ditadura. Os exilados que solicitaram asilo a esse país voltaram a estudar e, muitos deles assumiram a verdadeira identidade, como os nordestinos Liana Aureliano, Vando Nogueira, Ednaldo Miranda de Oliveira, João de Paula Monteiro, Rute Cavalcante, Pedro Albuquerque Neto, Paulo Lincoln, Sérgio Buarque e outros. Os que já tinham uma atividade acadêmica eram automaticamente aproveitados em diferentes cargos e ocupações, muitos deles através da intermediação do poeta amazonense Thiago de Mello, conforme o relato de Celso Furtado:

O Chile se constituía em pólo de atração da primeira vaga da diáspora brasileira após o golpe militar de 64. Muitos brasileiros se haviam refugiado nas embaixadas ou haviam cruzado a fronteira do Uruguai sem documentos, e agora começavam a afluir a Santiago. A referência principal na cidade era o poeta Thiago de Melo, que ocupava o cargo de assessor cultural na Embaixada do Brasil e habitava a bela mansão de propriedade de Pablo Neruda, situada na encosta do morro de São Cristóvão, bem no centro da cidade. Thiago dedicava todo seu tempo a receber refugiados brasileiros e a pô-los em contacto com personalidades cubanas que pudessem ser-lhes de alguma utilidade. Ele gozava de extraordinário prestígio no mundo cultural chileno e suas múltiplas relações foram de grande valia para muitos dos que aportavam sem maiores conexões locais. Essa situação ambígua não se prolongou por muito tempo, mas, enquanto durou, Thiago colocou os meios de que dispunha a serviço dos compatriotas que chegavam fugindo do terror instalado no Brasil, onde os presos políticos já se contavam por milhares.⁴⁵⁷

Furtado relata que muitos exilados brasileiros reuniam-se na mansão de Neruda, e, posteriormente, no edifício da CEPAL, contando com a participação ocasional desse poeta,

⁴⁵⁶ PELA união dos comunistas brasileiros. Lisboa: Prelo, 1975. p. 12. O prof. João Quartim de Morais, da UNICAMP, admitiu ser um dos autores da publicação.

⁴⁵⁷ FURTADO, Celso. **Os ares do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 20 - 25.

quando discutiam a conjuntura brasileira e a possibilidade de retornar ao Brasil. Diante da revolta de Furtado em afirmar que jogaria no lixo as condecorações de que fora destituído pelo Governo brasileiro, menos a que recebera como membro da Força Expedicionária Brasileira, Neruda sugeriu-lhe calma e recomendou que aguardasse os militares “voltarem à razão”. Esse tipo de considerações significava para Furtado que Neruda “parecia estar sempre em posição de defesa, guardando-se contra toda improvisação como se em nenhum momento desencarnasse do papel de membro do PC chileno”. Dessas reuniões participavam: Darcy Ribeiro, quando em trânsito para a Europa, o qual acreditava que os militares não se manteriam no poder por mais de seis meses; Francisco Oliveira, Nailton Santos e Samuel Weiner, que desejava “reassumir posições de luta no Brasil a curto prazo”; Fernando Henrique Cardoso, que insistia na necessidade de “encontrar ou abrir espaços para a luta no Brasil”.⁴⁵⁸

Nos meados dos anos 1960, havia no Chile uma tradição de vida partidária e a existência de um quadro institucional que impunha autodisciplina à classe política. A Contadoria-Geral da República era um “poder autônomo”, exercendo “forte vigilância sobre o uso dos dinheiros públicos”, situação diferente em países como a Argentina e o Brasil, diante da “autonomia financeira do Estado vis-à-vis das oligarquias dominantes”. Havia ampla liberdade de imprensa e o campo universitário tinha um “peso considerável na vida política e social” em decorrência da organização de debates e de publicações especializadas. Segundo Furtado, a experiência chilena exercia grande fascínio ao realizar “ensaios de modernização pela direita” durante o governo Alessandri, ocorrendo nesse período o grande projeto de reforma de estruturas da Democracia Cristã de Eduardo Frei, na primeira tentativa, na América Latina, de “uma ampla reforma agrária com base em estudos aprofundados dos distintos aspectos – econômicos, sociais e políticos – do problema”.⁴⁵⁹

Esse também foi o cenário político que Vando Nogueira encontrou ao chegar no Chile, em 1971, considerando a permanência nesse país “uma experiência fabulosa”, pois nele começou “a ter uma outra relação com o mundo da esquerda”. Na ocasião, o socialista Allende já estava no governo, chegando “ao poder pela via pacífica e que era uma espécie

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 20 - 23.

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 23 - 24.

de estudo de caso do mundo inteiro”. Pela primeira vez na América Latina, um país chegara a um governo socialista pelo voto, tinha uma composição ampla de esquerda e também uma esquerda extraparlamentar, à qual Vando preferiu aderir por entender que o governo fazia muitas concessões para “ser governo”, o que para ele não chegaria a lugar nenhum pela via pacífica. Entretanto, Vando não defendia a luta armada, embora achasse que a via pacífica não levava à transformação da sociedade de forma radical, pois já tinha vivido a experiência brasileira e acreditava não ser isso possível também no Chile. Diferentemente do Brasil, os partidos de esquerda nesse país existiam estruturalmente, com décadas atuando na legalidade, com jornais, publicações, emissoras de rádio inclusive, com influência na televisão e tudo. Então, era um meio de muito mais liberdade. Os partidos políticos tinham liberdade para atuar e os militantes se identificavam pelas fardas, como a Juventude Comunista, a Juventude Socialista, a esquerda cristã tinha a sua, como também a direita e os nazi-fascistas. Portanto, os militantes das diferentes tendências políticas podiam ser identificados pelas fardas como os alunos de colégio. Vando entende ser este “um outro universo de liberdade em comparação ao Brasil”. Essas informações podem ser complementadas pelo documento da Prelo Editora, onde os autores informam que, do Chile, foram publicadas por brasileiros, em espanhol, as revistas *Teoria y Prática*, *Temas y Debates*, *Unidad y Luta*, as quais, segundo os autores, criaram as condições para o "desenvolvimento da luta ideológica" e o "reagrupamento dos revolucionários" no Brasil.⁴⁶⁰

Ao Chile chegavam muitas pessoas de outros países da América Latina e, assim, havia “uma estrutura de solidariedade”, pois era necessária uma apresentação e um encaminhamento para a adaptação dos recém-chegados. Paulo Freire chegou ao Chile depois de ter estado um mês na Bolívia. Após ser preso por dois meses no Brasil e de responder constantemente aos inquéritos policiais, Paulo Freire foi aconselhado pelos amigos a conseguir asilo na Embaixada da Bolívia, de onde saiu para La Paz, sendo-lhe assegurado um cargo no Ministério da Educação. Entretanto, teve de sair, também, desse país pela ocorrência de outro golpe de Estado. Por se tratar de profissional qualificado e de renome, ao lhe ser concedido asilo no Chile, passou a exercer o cargo de assessor do Ministério da Educação e consultor da UNESCO, ocasião em que trabalhava, também, na

⁴⁶⁰ PELA união dos comunistas. op. cit. p. 13.

formulação do Plano de Educação em Massa do governo Frey e no programa de alfabetização de adultos do Instituto de Reforma Agrária, presidido por Jacques Chonchol.⁴⁶¹ Ao chegar no Chile com a família, foram recebidos pelos chilenos “como irmãos”, transmitindo-lhes bem-estar e segurança, o que, para Elza, primeira esposa de Paulo Freire, significava “uma troca de afetividade tão grande” que “suavizou” a saída do Brasil. Conseqüentemente, com a família instalada, também passou a prestar ajuda e solidariedade aos recém-chegados, que no momento não tinham trabalho, estavam saudosos dos lares no Brasil, os quais vinham visitá-los e acabavam ficando para o almoço, para o jantar e à noite “esticavam um pouco”. Para Elza, esta situação, em vez de lhe criar problemas, ajudava a compensar a “lacuna do magistério”, do qual teve de se afastar ao sair do Brasil. Portanto, passou a sentir “uma espécie de gratidão” pelo povo que os acolheu primeiro, estando esse sentimento mais voltado para o Chile “pelo fato da vida estar cortada mais recente”. Ao saírem deste país a família já estava “refeita”, sabendo a partir daí que teriam a possibilidade de viver num país que não fosse o Brasil.⁴⁶²

Na adaptação dos que tinham sido presos políticos, por já serem conhecidos, havia mais facilidade, sendo logo integrados à “colônia brasileira de exilados”. Para os estudantes, havia necessidade de orientação para terem acesso aos “mecanismos” do sistema universitário, como solicitação de bolsa de estudo etc. Vando Nogueira, Manoel Messias, Liana Aureliano, Sérgio Buarque, Paulo Lincoln e outros foram assistidos por essa rede de solidariedade, o que lhes propiciou a condição de sobreviver em outro país e longe da família. Esse tipo de solidariedade e assistência facilitou a integração nesse país, pois os exilados chegavam deprimidos, assustados, não tinham amigos, e muitos desconheciam o idioma nativo. A inserção dos estudantes brasileiros no meio acadêmico era facilitada, também, pelos professores das universidades, havendo especial atenção para os que solicitavam asilo, como no caso da primeira estada de Liana Aureliano. Ao chegar ao Chile em 1965, Liana procurou Dom Aníbal Pinto Santa Cruz, professor de Economia, que estivera no Rio de Janeiro proferindo uma conferência, o qual, segundo ela, “era uma figura absolutamente extraordinária, um aristocrata, de esquerda, que morreu há pouco tempo”.

⁴⁶¹ FREIRE, Paulo; BETTO, Frei, op. cit., p. 53; FREIRE, Elza. In: COSTA, Albertina de Oliveira et. al. **Memória (das mulheres) do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 201; CORTELLA, Mário S. “Regius” Paulo Freire. **Revista Universidade**, São Paulo, UNICID, ano II, nº 5, p. 4 - 5, 1977; MELLO, Almeri B. de. **Para Além dos Verdes Mares**. Olinda: ago. 2000. p. 141.

⁴⁶² FREIRE, Elza. In: COSTA, op. cit. p. 201 - 205.

Embora ele não a conhecesse, ao saber que se tratava de asilada política vinda do Brasil, procurou ajudá-la e, ao tomar conhecimento de que não tinha meios para se manter, providenciou para que fizesse seleção para o mestrado na Escola Latino-Americana para Economistas para ter direito à bolsa de estudo, mesmo sem ter concluído o curso de Economia. Liana saiu-se muito bem na prova de Teoria do Desenvolvimento, mas nada conhecia da segunda, a de Microeconomia. Os professores da disciplina, ao perceberem sua dificuldade, passaram-lhe uma “cola” com as questões da prova resolvidas. Ela assim relata o fato:

Era o professor Lúcio Heller, assistente do professor de Microeconomia, que trabalhou na OIT e na CEPAL, que notou que eu não sabia nada e, por saber tratar-se de uma jovem exilada brasileira, quis ajudar. E assim eu tirei nota máxima naquela matéria, o que me permitiu entrar na escola. Mas fiz só o ciclo básico e interrompi. Por isso o meu currículo é completamente louco. Tenho créditos de mestrado antes de ter terminado a graduação.

De igual modo, Paulo Lincoln e Sérgio Buarque conseguiram iniciar o Curso de Mestrado em Economia. O primeiro, após ser libertado, saiu de Fortaleza para o Chile no mês de março de 1971, passando livremente pela fronteira do Brasil com o Uruguai, pois, como a prisão fora recente e os sistemas ainda não estavam integrados, não havia tempo para ter o controle dos militantes sob suspeita de exercerem “atividade subversiva”. Nesse país, onde permaneceu por três anos, começou logo a trabalhar na Corporação da Reforma Agrária (CORA) e estudar, iniciando o curso de mestrado em Economia Política, área de seu interesse não só pelo estudo do marxismo como também por lhe fornecer o embasamento teórico de que necessitava. E, assim, ficou um período à disposição da Universidade, fazendo pesquisa e cursando o mestrado. Sérgio Buarque permaneceu dois anos nesse país, e, como Paulo Lincoln não se envolveu com a militância política ou se envolveu muito pouco, principalmente porque começava a questionar muito fortemente as opções políticas que lhes eram colocadas. Embora Sérgio Buarque continuasse a manter a ligação afetiva com a ideologia trotskista, sobretudo com relação à crítica da União Soviética, mas, assim mesmo, conviveu “intensamente” com os exilados, pois, no Chile, “tinha brasileiro saindo pelo ladrão”, ou seja, nesse país estavam asilados muitos brasileiros. Sua casa transformou-se em uma espécie de *selut* central, o lugar onde as pessoas se encontravam, mas, intencionalmente, ele evitava a participação política direta, especialmente no que se referia ao Chile, mantendo uma participação mais fraterna com os

exilados. As estratégias políticas de resistência à ditadura eram, basicamente, as da luta armada e do PCB, como também as de um trotskismo muito fragmentado, as mesmas idéias defendidas no Brasil, e muitos dos militantes que tinham ido para o Chile voltavam para atuar na clandestinidade, persistindo o romantismo jacobino. Embora o grupo egresso dos trotskistas vindos do Brasil, do qual participavam exilados vindos de outros países, também visitasse muito a casa de Sérgio Buarque, ele optou por não aderir ao movimento.

A entrada de Vando na Universidad de Concepción propiciou o engajamento na vida política chilena, chegando a se tornar dirigente do Movimento Internacional Revolucionário (MIR), um partido de extrema esquerda. Essa Universidade tinha uma referência interessante, só descoberta por Vando após uma longa visita de Fidel Castro, ocasião em que pronunciou várias conferências, tendo este declarado que Che Guevara havia estudado nela e acrescentou: “Finalmente conozco la universidad roja de America”. E, assim, Vando foi percebendo aos poucos se tratar de uma academia de esquerda e diferenciada, o que se tornou para ele uma “experiência fabulosa”, pois, ao ler *O Estado e a Revolução*, apesar de ser um livro sobre a União Soviética, percebia que “estava acontecendo o mesmo no Chile”, sentindo que “estava vivenciando os mesmos acontecimentos”, fato que lhe produziu uma “reação muito forte” na maneira de pensar e ver a realidade. E, assim, Vando explica sua inserção na política estudantil desse país:

Nessa universidade tinha nascido o MIR chileno, que era o partido mais à esquerda dentro da estrutura da esquerda, e havia uma simpatia grande pela linha Guevara. Acreditava na via extra-parlamentar, ou seja, achava que se podia até trabalhar na perspectiva de ocupar espaço político dentro do Estado, mas o fundamental de destruir o Estado, acontecia fora do Estado, fragilizando-o numa tentativa extra pela institucionalidade, forma de organização que tinha de colocar de fato, que a luta tinha de ser armada e que teria de se preparar para a luta armada. Era muito mais parecido com o que eu pensava que acontecia lá. Então fui tendo uma simpatia por esse mundão dessa universidade, onde aluno votava na escolha de reitor, assim como professor e funcionário, coisa que só agora acontece no Brasil.

Entretanto, embora houvesse efervescência política e uma rede de solidariedade de brasileiros e de chilenos para assistir aos asilados, o cearense Pedro Albuquerque Neto foi vítima do radicalismo ou hermetismo de alguns grupos da esquerda chilena. Ao tentar o ingresso na Universidade, chegando ao Chile, apresentou-se a Marco Aurélio Garcia, ex-militante do PCB e que na ocasião dirigia o Centro de Estudos Sociais e Econômicos (CESE), com uma carta do reitor da Universidade Federal do RS, sendo logo encaminhado ao diretor da Faculdade de Economia, através de carta de apresentação. Acompanhado do

pernambucano Manuel Messias, Pedro foi logo atendido, mas o diretor aceitou a solicitação do primeiro e não acatou a do segundo por ter sido encaminhado por Marco Aurélio que pertencia ao MIR, impondo a condição de recebê-lo desde que se apresentasse com uma carta enviada pelo PC chileno. Aborrecido com o fato, Pedro passou a assistir às aulas como ouvinte e não se matriculou como aluno regular do Curso de Economia.

O preconceito racial foi também um dos problemas enfrentados pelo cearense Carlos Timoschenko ao sair do Uruguai, permanecendo “meio clandestino” por dois anos no Chile como militante *tupamaro*, não se envolvendo ou mesmo se encontrando com brasileiros, pois seus companheiros exigiam que falasse bem o espanhol e fosse visto como uruguaio. E, assim, era chamado de “negro cubano” pela direita chilena do grupo *Pátria e Libertad*, pois também “tinham muita raiva de Fidel Castro”, sendo perseguido na rua, ocasião em que teve de correr bastante. Entretanto, foi bem recebido pela esquerda e passou a ter contatos políticos com o MIR, atuando também como clandestino político, embora tenha conseguido a inserção social com o ingresso na atividade profissional, após realizar um curso de decoração de interiores.

Não só a identidade política como a social e individual podiam ser assumidas no Chile para os que viviam na atividade clandestina no Brasil. João de Paula Monteiro e Rute Cavalcante permanecem por um ano nesse país, voltando ao Brasil clandestinamente, tendo de sair novamente diante do recrudescimento da repressão. Nessa oportunidade puderam tornar pública a residência e usar o nome verdadeiro, não ocorrendo dificuldades em conviver com os chilenos e com indivíduos de outros países da América Latina que lá se encontravam antes do golpe do general Pinochet.

O Chile, durante o governo Allende, era o único país democrático da América Latina, exercendo grande atração e interesse para os que faziam oposição aos regimes ditatoriais instalados, e, portanto, foi a opção escolhida pelos seqüestradores do embaixador suíço para os 72 brasileiros banidos do Brasil, que chegaram de avião a esse país, em janeiro de 1971, encontrando-se, entre eles, Frei Tito Alencar. Do grupo, de 103 presos políticos previstos, inicialmente, pela troca do embaixador suíço, após as negociações, os órgãos de repressão acabaram concordando com a saída de 75, entretanto, três deles desistiram na véspera e foram apresentados no programa da Hebe Camargo, na televisão. A reação da família de

Frei Tito, assistindo ao programa, foi de revolta, e Nildes Alencar, sua irmã, acusa a apresentadora de estar “a serviço da ditadura”.

As repercussões do afastamento desses personagens dos familiares são lembradas por Nildes Alencar, explicando que o banimento ou o despatriamento deixa “marcas na pessoa exilada e deixa marcas nos que ficam”, pois é como se a pessoa, repentinamente, não mais existisse, além da humilhação perante a sociedade, não só diante da tradição religiosa da família no caso de Frei Tito, como “do cristianismo que ele estava vivendo, que era a questão política” e, também de pessoas que desconheciam a real situação. Portanto, ela afirma: “era uma vergonha ter meu irmão banido, ter meu irmão expatriado, expulso do país... Era um negócio violento. Violenta a gente”. Entretanto, no período em que permaneceu no Chile, Tito já estava se adaptando, pois convivia bem com a cultura latino-americana e se mantinha ligado à Ordem dos Dominicanos, junto dos quais residia, de onde saiu para a França e depois para Roma.

O golpe de Pinochet e o drama dos exilados brasileiros

Celso Furtado percebeu as alterações do cenário político chileno quando retornou a esse país, em 1972, como membro do Conselho Diretor do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Sussex, da Inglaterra, para participar, em Santiago, do debate sobre “A via chilena para o socialismo”.

...a experiência do governo da Unidade Popular, sob a liderança de Salvador Allende, foi vista por muitos de nós como uma decorrência da virada ideológica para a esquerda que marcou o final dos anos 60 na Europa e nos Estados Unidos... No Chile não ocorreu propriamente uma operação de ‘engenharia social’, como ocorreu em Cuba ou nos países do Leste europeu, e sim, uma tentativa de lançar-se em um reformismo social mais ou menos tumultuado.⁴⁶³

Para Furtado, Allende “não exercia uma autêntica liderança” e se comportava como “um herói de tragédia grega deixando-se arrastar pela força do destino e os demais atores que ocupavam o primeiro plano da cena política desempenhavam papéis sem dar muita atenção ao sentido geral do drama que envolvia a todos eles”. Havia nessa liderança uma confiança generalizada na estabilidade das instituições e no profissionalismo das Forças Armadas. Entretanto, em amplos setores da população, crescia o “sentimento da omissão do governo”, sendo identificado por Furtado “um forte sentimento de insegurança com

⁴⁶³ FURTADO, 1991, op. cit. p. 200.

respeito ao futuro” nos contatos mantidos com o presidente Allende e membros de seu governo, como também com o ex-presidente Eduardo Frei e com Teodoro Tomic, que havia concorrido à Presidência pela Democracia Cristã. Os chilenos estavam apreensivos com os danos que poderiam acarretar ao país as “reformas improvisadas”, a “estatização que parecia logo degenerar em corporativismo, a degradação das instituições universitárias”, orgulho dos latino-americanos, não lhes ocorrendo que o Chile pudesse “regredir à prática do golpe de Estado no mais grosseiro estilo latino-americano”.⁴⁶⁴

Mas para Manuel Messias quando chegou a esse país, em 1973, após uma longa odisséia, o cenário político do Chile indicava que seria o próximo, em decorrência dos golpes que se reproduziam em cadeia na América Latina, quando os exilados brasileiros e de outros países iam deixando a Bolívia, a Argentina, o Uruguai, em conseqüência do desencadeamento das ditaduras. Messias saíra do Brasil depois de ser novamente preso e torturado, tendo permanecido uns seis meses na cadeia, após o que foi solto por estar muito adoentado, mas com a obrigação de se apresentar diariamente no Ministério da Guerra durante um ano. Diante disso, de acordo com a família, resolveu pedir autorização para viajar, pois havia a suspeita do propósito dos militares de matá-lo. Então, no começo de 1973, foi para o Uruguai, onde residia uma irmã, também exilada, casada com Pedro Makowski, um uruguaio trotskista que estivera preso em Pernambuco. Do Uruguai saiu para a Argentina, onde encontrou outros companheiros e engrossaram, no Chile, um contingente de “quase 5.000 brasileiros, numa população de uns 50.000 exilados de toda a América Latina” e, logo ao chegar, matriculou-se numa Escola de Economia.

Nessa mesma época, em maio de 1973, o pernambucano Ednaldo Miranda de Oliveira também conseguiu o asilo político nesse país, tendo saído clandestinamente do Brasil através da fronteira com o Uruguai. Ao chegar, foi logo integrado ao meio universitário, submetendo-se a concurso para professor, após o que foi contratado pela Universidade do Estado, em Concepción. Nesta cidade foi hóspede do pernambucano Renato Rodrigues da Costa, que chegara antes, também engenheiro, amigo de Ednaldo desde a escola e perseguido político no Brasil. Maria Lucila rememora como o companheiro buscava paz e, finalmente, organizar a vida para recebê-la, mas quando

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 200 - 202.

chegou, em 7 de agosto, no dia do aniversário dele, os conflitos já estavam bastante acirrados no Chile:

Eu já cheguei lá num ambiente bastante tumultuado. Foi muito difícil para mim porque eu não tinha nenhum engajamento, eu não tinha nenhuma experiência política, militância, nem coisa nenhuma. Meu envolvimento na verdade era ele. Aí passamos esse tempo. Mas só esse tempo muito perturbado, muito confuso... E eu cheguei em agosto. Eu cheguei com a ilusão de que ia ter meu apartamento, me organizar, ter trabalho. Uma pessoa completamente alienada naquela realidade em que fui jogada... Eu não tinha idéia de que já se estava em estado de guerra. Uma pré-guerra... A coisa dos conflitos de classe muito evidente, muito... Você sentia os grupos... Eles diziam: “Vamos manifestar”. Nós íamos manifestar... Isso de repente... Foi muita coisa num processo de transformação para mim e muita insegurança, medo, vontade de voltar para minha terra, para minha casa, para minha segurança. E ficamos lá. No dia 11 teve o golpe e aí foi só preparar para ver como a gente sairia daquele inferno.

O percurso inverso de Maria Lucila fez Liana Aureliano que iniciara o mestrado no Chile, retornando clandestinamente ao Brasil no início de 66, quando deixou de exercer atividade política, desligando-se do PCB e concluindo o curso de Economia na UFF. Ao tentar retornar ao Chile para concluir o mestrado, em 1971, o Governo brasileiro não lhe concedeu o passaporte, apesar de ter sido absolvida, em 1968, nos processos em que estava indiciada, e retornou a esse país por terra, carregando a filha que lá nascera no primeiro exílio. Ao perceber a proximidade do golpe, voltou ao Brasil em agosto de 1973, rejeitando o convite formal para trabalhar no Chile, pois já ocorria a “movimentação de tanques, várias ameaças” etc. Diante desse quadro, ela volta, mas com a vida profissional assegurada como professora da UNICAMP, permanecendo no Município de Campinas, em São Paulo.

Entretanto, grande parte dos brasileiros ficou retida no Chile pelos acontecimentos políticos. Sérgio Buarque, embora já estivesse se preparando para deixar o País porque tinha certeza de que ocorreria um golpe ou a guerra civil, e, assim, estivera negociando na Colômbia uma bolsa de estudos para concluir o Mestrado, mas o golpe o “pegou” ao retornar para o Chile. Os indícios do desencadeamento do golpe também foram identificados pelos *tupamaros* que estavam no Chile e se mantinham na atividade clandestina, da qual Timoschenko fazia parte, justamente na ocasião em que descobriram, através de aparelhos de “escuta”, um telefonema de Henry Kissinger, Secretário de Estado dos Estados Unidos, marcando com Pinochet o dia do golpe para depois da reunião da *United Nations Trade Agreement Commission* (UNTAC), que estava ocorrendo em Santiago. Timoschenko dirigiu-se com os companheiros ao *Palacio de la Moneda* para

informar o ocorrido ao presidente Allende, entretanto este, como o fizera João Goulart, alegou que “os militares eram muito cumpridores dos deveres e iam respeitar a Constituição e tal...”. Embora os *tupamaros* tenham argumentado ao Presidente que “a História diz o contrário, num momento desses os militares vão se unir...”, mas ele não deu crédito à informação.

Quando começaram os “grandes enfrentamentos”, Vando, que se tornara militante do MIR, envolveu-se a fundo nos conflitos, os quais, para ele, “eram enfrentamentos de lutas de classes mesmo”. Para ele não se tratava de forças de repressão contra grupos políticos organizados, “mas movimento social com pensamento ideológico contrário ao governo contra movimento social com pensamento social a favor do governo, ou movimento social que era também contrário ao governo e contrário àquela outra alternativa do outro movimento”, significando para ele tratar-se de uma luta entre movimentos sociais, na qual o Estado tinha “uma função extremamente complicada nisso”. Esse tipo de interpretação dos fatos por Vando Nogueira é complementada com a explicação de Celso Furtado:

A confrontação ideológica foi menos entre a esquerda e a direita e mais entre a Unidade popular, de raízes marxistas, e a Democracia Cristã, que defendia um reformismo social avançado. A verdadeira direita manteve-se em silêncio, na tocaia, e somente se manifestou para assaltar o poder quando os dois contendores de esquerda haviam exaurido suas energias, combatendo-se mutuamente... Já no final do governo da Unidade Popular, se fazia claro que a tendência à radicalização extremada ia prevalecer.⁴⁶⁵

No momento em que estourou o movimento, Manuel Messias e outros companheiros dirigiram-se ao quartel da cavalaria motomecanizada, um regimento de soldados que manobravam tanques de guerra, para tentar o contato com os militares, quando receberam a informação de um comandante que não havia “a mínima condição de resistência”. Eles deveriam voltar e avisar ao pessoal do Partido Socialista para não esboçar reação por não haver mais condições, pois os militares de esquerda foram todos presos, menos ele, que estava solto por acaso. Os tanques saíam dali para atacar a sede do Partido Socialista e outro grupamento iria reforçar o cerco ao *Palacio de la Moneda*. Manuel Messias, ao lado de Antônio Rangel Bandeira, que era professor da PUC no Rio de Janeiro, Carmem, uma chilena do Partido Socialista, mais alguns brasileiros, encontraram Betinho

⁴⁶⁵ Ibidem, p. 200.

(Herbert de Souza) ao retornarem e se refugiaram num apartamento ocupado recentemente por um brasileiro, não sendo, portanto, “uma residência queimada, conhecida de muita gente”.

A cena trágica da ocupação das tropas golpistas e o bombardeio do *Palácio de la Moneda*, ocasião em que morre o presidente do Chile, é assim narrada por Manuel Messias:

Ficamos lá, e do teto do prédio assistimos ao bombardeio dos aviões sobre o *Palacio de La Moneda*. Até então tinha havido uma resistência feroz ao ataque. A Guarda Palaciana, junto com a Polícia Civil, que estavam do lado de Salvador Allende, resistiram bravamente, cercados pelos tanques. Houve até um momento em que os tanques começaram a recuar, porque o fogo vindo do Palácio era realmente muito forte, mas nesse momento a aviação entrou em ação e bombardeou fulminantemente o palácio, destruindo-o quase todo. Depois disso os defensores se renderam e deixaram o que restava do prédio. Foram então forçados a se deitarem no chão, em fila, na frente aos tanques. Dizem que o propósito era passar por cima deles com os tanques, mas eu não sei se isso ocorreu realmente. Uns dizem que sim, outros que não, mas de lá de cima do prédio ainda dava para ver como eles eram colocados assim.

Do mesmo modo como ocorreu no Brasil, iniciou-se a perseguição dos partidários do governo deposto, de militantes da esquerda chilena, e também, dos asilados políticos, ocasião em que as embaixadas foram cercadas pelo Exército e pelos carabineiros. Inicialmente, grande número de brasileiros buscou asilo nas embaixadas da Argentina e do México, mas depois eram impedidos de se aproximar das Embaixadas para não serem atingidos pelas balas dos militares revoltosos. Após o golpe do general Pinochet, o latino-americano que estivesse no Chile era preso automaticamente, devendo provar a inocência para ser libertado, tendo como alternativa apenas a condição de aceitar a devolução ao país de origem. Os que não podiam ou não queriam retornar para o Brasil, por serem apenados ou terem de responder a inquéritos policiais militares, teriam que provar a “inocência”. Diante do envolvimento com a política chilena, pois fazia parte da liderança do MIR, Vando foi preso mais uma vez, embora exercesse a atividade clandestinamente, e os órgãos da repressão chilena não tivessem informações a seu respeito, sabendo apenas que estava no Chile como estudante matriculado formalmente. Ele era considerado um asilado informal, pois não tinha ainda recebido a resposta ao pedido de asilo e residia em Casa do Estudante, situação que lhe dava algumas facilidades, mas não tinha um documento que comprovasse. E, diante disso, foi preso, pois o único documento que portava era a declaração de que seu processo no Brasil estava em tramitação.

Outros exilados conseguiram escapar da prisão, escondendo-se em apartamentos ou casas e enfrentaram grandes dificuldades para sair do país. Manuel Messias, Rangel Bandeira e a chilena Carmem passaram oito dias trancados no apartamento e, só eventualmente, saíam disfarçados para não serem identificados como estrangeiros pelo sotaque. Estavam sempre acompanhados de Carmem, pois “todo e qualquer estrangeiro era preso” por ordem de Pinochet, e, então, ela descobriu os padres de uma organização religiosa canadense, que haviam trabalhado na conscientização de moradores de favelas nos morros, nos movimentos sindicais e eram ligados ao Movimento Trabalhista Chileno. Ao tomarem conhecimento da situação, sob a liderança do padre Edouard Morin, organizaram um esquema para levá-los para a Embaixada do Canadá, mas já havia vigilância nas proximidades desde muito cedo, pela manhã. Como na casa do embaixador, a uma pequena distância da Embaixada, praticamente, não estava vigiada, para lá se dirigiram e foram aceitos, onde permaneceram escondidos por mais de um mês.

O embaixador Mister Ross, segundo descobriram posteriormente, participara da preparação do golpe no Brasil junto com a CIA. Mesmo sendo canadense, recebeu os brasileiros muito bem, os quais, depois de mais ou menos um mês, foram expulsos do Chile como *persona non grata*. Ainda assim, havia o temor da reação dos órgãos de repressão e eles procuraram o embaixador para explicar que o governo chileno tinha interesse em permitir o afastamento dos cidadãos deste país que lhe faziam oposição, mais ou menos um milhão e meio, mas estava matando e perseguindo os estrangeiros. Preocupados, Messias e Rangel Bandeira colocaram nas mãos do embaixador a responsabilidade de suas vidas no traslado para o aeroporto.

Do aeroporto nós íamos voar para Lima, de Lima para a Argentina e da Argentina direto para Montreal. Então isso requeria a atenção da embaixada. Ele ficou muito nervoso, porque dissemos que já havíamos entrado em contato com a imprensa internacional e com a imprensa do Brasil sobre isso. Então ele se dispôs a nos acompanhar, e realmente cumpriu o que disse. Ele foi conosco para o aeroporto, de carro, na frente, enquanto nós íamos atrás, num furgão. Dezesete pessoas, nós dois e mais 15 chilenos, escoltados pelos carabineiros até o aeroporto. Lá o embaixador foi conosco até a porta do avião.

O desrespeito aos direitos assegurados aos exilados diante dos acordos internacionais tornou o golpe militar desencadeado pelo general Pinochet, no Chile, muito mais forte e violento do que o golpe civil-militar no Brasil. João de Paula, que teve de interromper os

estudos após sete meses do reinício do curso de Medicina, assim compara os acontecimentos:

No Chile houve uma repressão mais brutal do que a daqui. Aqui, no começo a gente era preso. Lá a ordem era matar imediatamente, não era para prender. Como havia um grande número de estrangeiros no Chile, no momento em que os militares assumiram, eles começaram a fazer a campanha: 'chileno, denuncie os estrangeiros que vieram para o Chile para perturbar nosso país'. Ocorreu uma perseguição muito grande aos estrangeiros, e a ONU, alarmada com a situação e por conta dos protestos em vários países, resolveu abrir um campo de refugiados.

Diante da repercussão internacional, a ONU, contando também com a participação da Cruz Vermelha e outras instituições, ao tomar conhecimento da violência instaurada fez um acordo com o governo do Chile, que indicou os locais para abrigar estrangeiros que estavam sendo perseguidos. Ednaldo Miranda de Oliveira e Renato Rodrigues da Costa, após serem libertados da prisão, onde permaneceram por doze dias, aguardaram uma forma de sair com segurança e se dirigiram com Lucila para Quiriquina, um lugar bem perto da cidade de Concepción, onde moravam, e solicitaram proteção da ONU, que os encaminhou a Santiago, onde foram encaminhados para o abrigo de Padre Hurtado, no mesmo local em que também ficaram alojados João de Paula e Rute Cavalcante, Pedro Albuquerque Neto e Tereza Cristina, Paulo Lincoln e Ângela, Sérgio Buarque, Carlos Timoschenko, e outros brasileiros ao lado de grupos de asilados de toda a América Latina: da Bolívia, do Uruguai, da Argentina, do Peru etc. Este abrigo em uma espécie de colégio criado pelas Nações Unidas e o Conselho Mundial de Igrejas e lá permaneceram até dezembro, aguardando que algum país os aceitasse.

Apesar da violência dos golpistas, Pedro Albuquerque Neto comenta a solidariedade prestada pelos chilenos às famílias dos exilados, mesmo os que faziam oposição a Allende, não só no período em que permaneceram escondidos, como também durante os quatro meses nos campos de refugiados. Um fato também confirmado por João de Paula:

Passamos 15 dias escondidos dentro de casa. Escapamos, porque tivemos vizinhos maravilhosos que nos ajudavam, nos davam comida por cima do muro e, quando a polícia vinha procurar pessoas, eles diziam que ali moravam estudantes brasileiros que não tinham nenhuma atividade política. Assim, nós fomos salvos pelos vizinhos que nem eram a favor de Allende, eram a oposição, eram militantes da Democracia Cristã; mas, por uma posição democrática e humanitária, nos apoiaram nesse período... Os vizinhos foram tão fantásticos que juntaram tudo que tínhamos abandonado na fuga e, quando nos localizaram nesse campo, levaram o dinheiro para a gente...

Dos campos de refugiados, os exilados saíram para os países que os acolheram, uns primeiro, outros depois, havendo a preferência pelos países da América Latina, onde buscavam a possibilidade de retornar ao Brasil de forma clandestina ou, mesmo, de continuar a manter contatos políticos e com as famílias. Mas, como os acordos internacionais para concessão do asilo político na América Latina apresentam “efeito constitutivo”, dependendo exclusivamente da decisão do país receptor e, diante da pressão exercida pelo Governo brasileiro para impedir a permanência desses exilados na fronteira, o único país da América Latina e, provavelmente o único país que chegou a receber os refugiados foi a Costa Rica, mas foi posteriormente impedido pelos EEUU, segundo informa Lucila. Em dezembro, às vésperas do Natal, receberam a notícia, no campo de refugiados, de que tanto os países socialistas, quanto os capitalistas, não queriam recebê-los e, assim, discutiram a proposta de realizar uma greve de fome em reação ao fato, segundo a narrativa de Pedro Albuquerque Neto:

Aí, quando chega o Natal, proposta de greve de fome porque os países não nos queriam receber, não queriam. Os capitalistas e os socialistas. Os capitalistas porque diziam que éramos comunistas e tal, e os socialistas porque só recebiam gente indicada pelo Partido Comunista. E eu e o João de Paula, nós tínhamos condições, se nós tivéssemos querido, de ir para Cuba porque o Partido Comunista nos dava essa indicação, mas a gente era contra. Nós éramos, por princípio contra esse tipo de coisa. Nós achávamos que um país socialista devia ser muito mais aberto do que um capitalista, e devia dizer o seguinte: “Estamos de portas abertas para receber todos que queiram vir”. Mas não só aberta para quem era do Partido Comunista e nós queríamos que todos abrissem e aí foi proposta uma greve de fome.

Esses acontecimentos “vividos por tabela”, segundo os caracteriza Pollack, são rememorados pelos exilados e as informações se complementam. Sérgio Buarque explica que a situação no campo de refugiados foi se agravando até o Natal porque só tinham saído poucas pessoas. Portanto, esse foi um período de muita tensão, quando o Refúgio chegou a ter quatrocentas pessoas e os brasileiros tinham menos chance de sair porque os países mais abertos politicamente preferiam dar oportunidade para os chilenos. Mas, a partir da realização da “famosa greve de fome”, que Sérgio Buarque não considera o único fator, embora para ele tenha sido, também, “um capítulo importante, pois os países começaram a receber os refugiados”. No final de dezembro, pelo Natal e Ano Novo, após seleção realizada pelas Nações Unidas, surgiram ofertas da França, Alemanha etc.

O fato relatado por estes personagens reflete a angústia e a instabilidade da situação de exilado e que persiste durante todo o período de afastamento do País. A situação no campo de refugiados chegou a criar “um certo pânico”, diante da vulnerabilidade a que estavam expostos, havendo, predominantemente, o interesse em permanecerem em um país mais próximo do Brasil. Diante da pressão do governo brasileiro junto aos países da América Latina, a outra alternativa era o Canadá que aceitou Pedro, Tereza e Lucila, mas rejeitou Ednaldo. O processo de admissão nos países receptores era assim realizado, conforme o relato de Lucila:

Se quiséssemos ficar na América era só o Canadá. Então nós pleiteamos o Canadá. Tinha um processo demorado, tínhamos que ir à Embaixada, fazer entrevista... Fizemos entrevistas com os policiais brasileiros entrevistando a gente... A gente sabia que não eram da AL. Eram brasileiros, entrevistando e tal. Aí, nesse momento, Ednaldo já estava louco para ir para o Canadá. A gente só não queria a Europa...

Como Lucila e Ednaldo não tinham casado no Brasil para evitar constrangimentos políticos para ela, agora, a união civil era a condição *sine qua non* para conseguirem entrar no Canadá. Então, o casamento foi realizado no convento de Padre Hurtado por um sacerdote de esquerda que concordou em realizá-lo, entretanto esse país também não respeitou os acordos internacionais, aceitando apenas Lucila, não recebendo Ednaldo, embora o Canadá não estivesse preso aos tratados latino-americanos. Entre a opção de ir para a Alemanha ou para a França, eles optaram pela última por já estarem mais familiarizados com a língua desse país, seguindo para lá em fevereiro de 1974. Timoschenko também permaneceu por três meses no campo de refugiados de Padre Hurtado, sendo também recebido pela França como refugiado político, tendo saído do Chile como militante *tupamaro*:

Então nós fomos divididos em vários países da Europa; outros pra Cuba e também pra França. Eu fui com um grupo de 52 refugiados: brasileiros, argentinos, uruguaios, bolivianos. Eu me lembro... No dia 13 de dezembro de 1973 eu saí do Chile. Fiquei lá três meses depois saí para a França, não é? E durante o período que passei no Chile eu não militei como brasileiro. Eu militei como *tupamaro* que era do Uruguai.

A Argentina

Poema Sujo

*O homem está na cidade
Como uma coisa está em outra
E a cidade está no homem
Que está em outra cidade.*

Ferreira Gullar

A Argentina também foi um dos países latino-americanos preferidos pelos exilados nordestinos diante da proximidade com a fronteira do Brasil, de onde era possível conseguir informações sobre os acontecimentos e de retornar clandestinamente. Entretanto, o Governo da ditadura pressionava o Governo argentino para expulsar os chamados “terroristas da Argentina”, o qual passou a alegar a figura do “asilo político em trânsito” que existiria no Direito Internacional. Moema São Thiago explica que essa “era uma figura que os argentinos criaram para garantir o asilo político somente aos chilenos depois do golpe do Chile”, pressionando os venezuelanos, colombianos e brasileiros, os mais numerosos, a optar por outro país, deixando os brasileiros permanecerem na Argentina apenas quarenta e oito horas.

Para Buenos Aires se dirigiram os cearenses Gilvan Rocha, Moema São Thiago e o poeta maranhense Ferreira Gullar (pseudônimo de José Ribamar Ferreira), que tinham antes passado pelo Chile. Gilvan, com passagem anterior pelo Peru e Moema através de Cuba. A melancolia do exílio na Argentina inspirou o maranhense Ferreira Gullar na criação do *Poema Sujo*, no qual retratou a situação de exílio, através do temor da perseguição, da insegurança da situação de clandestinidade, da perda do lar, da saudade da cidade natal e da perda dos amigos desaparecidos etc. Augusto Boal que também se encontrava na Argentina, mostrou o poema a Vinícius de Moraes quando em passagem por Buenos Aires que, emocionado pediu uma cópia e o levou para o Brasil, sendo amplamente lido nos meios intelectuais e políticos de esquerda e, posteriormente, publicado pela editora Civilização Brasileira, de Ênio Silveira.⁴⁶⁶

A saída de Moema São Thiago do Chile ocorreu após a permanência de poucos dias, quando ficou impedida de sair em consequência do golpe, tendo de se refugiar na

⁴⁶⁶ BARROS, André Luis. Ferreira Gullar, escritor movido a vida. **Valor**. Rio de Janeiro, p. 9, 31 ago 2000. (Eu & Cultura, Caderno D); GULLAR, Ferreira. **Toda poesia (1950 – 1980)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 295 – 389.

Embaixada da Argentina, onde esperou mais de um mês para conseguir o salvo-conduto e lá se encontrou com Domingos Fernandes que saiu do Brasil para a Argélia, no grupo dos 40 militantes em troca da liberdade do embaixador da Alemanha. Segundo Moema, havia dificuldades para viver em outros países da América Latina, mas, em Cuba os militantes eram protegidos e treinados “pelo Estado cubano e pelo revolucionário cubano”. Entretanto, no Chile, “embora houvesse integração”, havia muitas dificuldades para sobreviver mesmo antes do golpe:

Lá você tinha toda uma situação de boicote econômico que deixava as pessoas com muitas dificuldades. Até de alimentação. Uma coisa que eu me lembro muito do Chile era a dificuldade da gente ter o que comer. Mas, do ponto de vista cultural, da integração, era uma irmandade. Tinha afinidade, bastante afinidade, e você, nesses locais, vivia sempre dentro dos guetos de sua nacionalidade. Você circulava em certos momentos, em shows, qualquer coisa, mas você, normalmente, estava muito fechado ao grupo dos originais, seja o caso dos chilenos, mas com o pessoal da sua organização, A, B, ou C. Era isso...

Os exilados reivindicaram durante um ano, junto à ONU, a permanência na Argentina, pois sofriam constante pressão para saírem para a Suécia ou para Cuba, mas preferiam lá permanecer diante da proximidade com o Brasil e da facilidade nos contatos com as organizações de resistência. Os familiares podiam visitá-los, podiam ler jornal brasileiro no mesmo dia, às quatro horas da tarde na *Calle Florida*, segundo o relato de Moema São Thiago:

Quando a gente estava em Buenos Aires era mais fácil fazer contato com a própria Organização e a gente tinha sempre o pensamento de voltar. Estávamos lá, dando uma parada “contingenciada” pelos fatos políticos, pelo golpe, mas tínhamos o compromisso com a Organização e com a luta. Então o pensamento da gente era sempre a volta.

Apesar das facilidades gozadas nesse país pelos brasileiros, o cenário político da Argentina também estava conturbado, tendo o general Alessandro Lanusse prorrogado o Estado de Sítio implantado pelo presidente Juan Carlos Onganía, em junho de 1969, em consequência de novos conflitos políticos com a tendência peronista e “ultra-esquerdista”, culminando com o assassinato do contra-almirante Emílio Berisso.⁴⁶⁷

Após a morte de Perón, em 1974, Gilvan Rocha, Moema São Thiago e outros asilados políticos perceberam que não seria mais possível continuar na Argentina, pois a

⁴⁶⁷ O general Alejandro Lanusse prorroga o estado de sítio na Argentina. **O POVO**, Fortaleza, 5 jan. 2003. p. 2. (Caderno Vida e Arte)

retomada do poder pela direita aconteceria inevitavelmente. Como não pudessem retornar ao Brasil, Moema pensou em dirigir-se para a Argélia, mas os acontecimentos do 25 de abril de 1974, que deflagraram a Revolução dos Cravos, em Portugal, fizeram-na mudar o projeto inicial e viajar para Lisboa, como também pelo fato de seu companheiro Domingos Fernandes ser filho de portugueses e militante da mesma Organização, o qual retornara da Argélia para o Brasil, clandestinamente. Esse acontecimento político também atraiu Gilvan Rocha para Portugal.

A busca da identidade perdida na outra América

México

O primeiro exilado brasileiro ou, mais especificamente, o primeiro nordestino a chegar ao México na condição de exilado político foi Francisco Julião. O *habeas-corpus* impetrado em seu favor passou por uma maioria mínima de cinco votos contra quatro no Supremo Tribunal Federal e, embora tivesse assumido o compromisso anterior com o deputado Adauto Lúcio Cardoso de sair do Brasil, pretendia montar um “dispositivo” para permanecer em Mato Grosso. Entretanto não conseguiu o intento por estar constantemente vigiado, sendo obrigado a solicitar asilo, inicialmente na Embaixada da Iugoslávia, depois na do Chile, mas só foi aceito na Embaixada do México, aonde chegou escondido num automóvel dirigido por Antônio Callado, viajando para o exílio em 28 de dezembro de 1965.

Almeri Bezerra de Mello que saíra do Brasil para o exílio na França em 1964, chegou ao México no ano de 1966, onde permaneceu por três meses, lá encontrando, além de Julião, o padre mineiro Francisco Lage, militante das Ligas Camponesas; Agamenon Magalhães, antigo secretário do Serviço Social na Prefeitura do Recife durante a administração de Arraes; e, com uma passagem de curta temporada, a militante paraibana Iza Guerra. Para estes, segundo Almeri, o problema maior era a sobrevivência, percebendo também “a síndrome da CIA”, pois todos o aconselhavam a ter cuidado com todos, embora não relatassem nenhum ato de violência contra eles nesse país. Acompanhado de uma

colega do Centro de Relações Inter-Culturais de Cuernavaca, Almeri visitou Julião, ficando surpreendido com “a simplicidade de sua vida e a extrema frugalidade de sua mesa. Os filhos que lá estavam com ele pareciam subnutridos”. A colega decidiu imediatamente levar as crianças ao médico e juntos procuraram levá-lo para Cuernavaca, arranjando um local onde residiu até quando veio a falecer, em julho de 1999.⁴⁶⁸

O México também recebeu os presos políticos trocados pela libertação do embaixador dos Estados Unidos, mr. Charles Burke Elbrick, seqüestrado pelos militantes da ALN e do MR-8 e que se encontrava sob a guarda de Câmara Ferreira, Jeová Assis Gomes, Virgílio Gomes da Silva, Cláudio Torres Silva e Franklin Martins numa casa em Santa Tereza, bairro da cidade do Rio de Janeiro. Os presos políticos libertados saíram da Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1969, em avião da Força Aérea do Brasil, com uma escala em Recife para receber Gregório Bezerra, e outra em Belém para o embarque de Mário Roberto Zanconatto. A entrada de Gregório Bezerra no avião provocou um impacto entre os companheiros de viagem:

Em silêncio, petrificados, aguardamos um homem alquebrado e quase deixamos de respirar quando o vemos entrar. Ereto e rijo, todo branco como um anjo alvo, ele caminha em nossa direção: cabelo branco, camisa branca, calça branca e alpercatas sertanejas de couro claro. Na mão, um cobertor. Mandam que ele se sente no outro lado do corredor, de frente para mim. Um soldado põe-lhe as algemas e sai, mas Gregório o chama forte, sem gritar, como se lhe desse uma ordem: - Seu cabo, desaperte estas algemas. Estão me machucando! Habitado a cumprir ordens, o cabo volta, faz o que ele manda e lhe indaga se “agora está bem?” – Não, afrouxe um pouco mais! Gregório se ajeita no banquinho de lona, defronte ao meu, me olha e sorri. Respondo-lhe também sorrindo. Sorrindo por vê-lo assim. Seus olhos azuis, daquele límpido azul-claro do céu do sertão nordestino, percorrem toda a fileira, como se ele quisesse identificar, um a um, todos aqueles companheiros aos quais não conhecia.⁴⁶⁹

Os companheiros de viagem de Gregório Bezerra eram: Luis Travassos, presidente da UNE; José Dirceu Oliveira ou da Silva, presidente da União dos Estudantes de São Paulo e do MR-8; José Ibraim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, e Onofre Pinto, ambos da VPR; Ricardo Villasboas e Maria Augusta Carneiro, ambos da Dissidência Estudantil Comunista; Ricardo Zarattini, Rolando Fratti, Leonardo Silva Rocha, o sergipano Agonaldo Pacheco, dirigente sindical em São Paulo, estes da ALN;

⁴⁶⁸ MELLO, op. cit. p. 11 - 14; GURGEL, Márcia. A luta começou com Julião. O POVO, Fortaleza, p. 15, 18 jul. 1999.

⁴⁶⁹ TAVARES, op. cit. p. 126 – 127.; CHILCOTE, op. cit. p. 312, informa que Gregório Bezerra foi deputado federal do PCB de Pernambuco, em 1945. Gregório foi preso no Rio de Janeiro em 1948. Ver jornal **O POVO**, Fortaleza, 17 jan. 1948.

Vladimir Palmeira, presidente da UNE e membro da Dissidência Comunista; Ivens Marchetti, do MR-8 e Flávio Tavares, jornalista, do MNR.⁴⁷⁰

Com a transferência dos presos políticos para o México, o Brasil estava aplicando, pela primeira vez, o “banimento do território nacional”, a que Tavares se refere como uma fórmula jurídica idêntica ao degredo, adotado nos tempos da Colônia Portuguesa, contra os Inconfidentes de Minas Gerais. Estavam livres, mas “desterrados”, em decorrência da promulgação do Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969, no qual a Junta Militar estabeleceu o banimento do território nacional do brasileiro que se tornasse “inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional.”⁴⁷¹

Características diferentes dos outros casos estudados tem o exílio do baiano Fernando Pedrão, que em 1964 era professor da Universidade na Bahia ao lado de Milton Santos, também posteriormente exilado. Fernando Pedrão era professor catedrático interino, ensinando Economia e saiu do Brasil para o México, afastando-se da Universidade com licença sem vencimentos, em agosto de 64, para prestar serviços junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Como a licença não poderia ser renovada por mais de duas vezes, ele retornou ao Brasil, em 1967, para verificar as alternativas de voltar à Universidade, mas foi pressionado verbalmente para se demitir, porque não havia condições de ficar no País.

Eu cometi o gravíssimo erro de ceder às pressões e pedi demissão. Foi um erro grave que eu cometi, não deveria ter aceitado... Nesse momento eu não sabia como as coisas funcionavam. Em vez de assumir a cátedra e deixar que as coisas acontecessem, eu senti as pressões e me demiti. Isso me causou depois, graves dificuldades, inclusive, até para a minha aposentadoria.

Apesar de não trabalhar para o governo Goulart e não ter um engajamento formal em partido de esquerda, ao retornar para o México, onde ministrara um curso como professor convidado das Nações Unidas, foi avisado “que havia qualquer coisa” a seu respeito, entretanto não chegou a ser processado. Diante disso, permaneceu no México, trabalhando no Banco Interamericano durante cinco anos. Do México saiu para os EEUU e, de lá para o Chile, em 1970, ainda no governo do Allende, quando o Governo da ditadura no Brasil lhe tirou o passaporte, ocasião em que passou a trabalhar na assessoria de Raul Prebisch até 1972, após o que retornou para o México como Coordenador Internacional de um projeto

⁴⁷⁰ Ibidem, p. 127 - 129.

⁴⁷¹ Ibidem, p. 141.

de Cooperação Técnica dos EEUU, lá permanecendo sete anos e meio, só recuperando o passaporte em 1977. Nesse período, apesar da atividade em organizações internacionais e da credibilidade que recebia no Exterior, sofria as implicações da instabilidade e da insegurança da situação de exilado, pois não tinha conhecimento do que realmente existia contra ele no Brasil e das informações serem “as mais incertas e variavam numa época em que se sabia que existiam riscos pessoais”. Esses fatos mantiveram Fernando Pedrão fora do País por mais sete anos, situação que também se refletiu na educação dos filhos e na sua vida pessoal ao passar dezessete anos fora do Brasil. Entretanto, afirma que sua identidade não sofreu abalos: ...”eu incorporei nove anos de vida no México e é um país que eu gosto muitíssimo, e aprendi muito com isso, mas não deixei de ser brasileiro”.

Francisco Julião também permaneceu no México pelo longo período em que perdurou a ditadura militar, onde “levou uma vida espartana, premida por dificuldades financeiras”. Escreveu o livro *Cambão, a face oculta do Brasil*, organizou o curso Consciência Social e Ideologia Camponesa, publicou artigos no jornal *El Dia*, conseguiu editar em espanhol *Até Quarta, Isabela!* Recebeu convite para ministrar palestras em universidades norte-americanas, mas rejeitou, pois sua ida aos EEUU, segundo ele, “soaria aos ouvidos da gente humilde do meu país, dos despossuídos e explorados, como uma concessão ao imperialismo ianque”. Com o tempo, aclimatou-se no México e descobriu no “camponês mexicano” os “mesmos problemas, a mesma psicologia, a mesma filosofia, o mesmo mundo” dos “camponeses” do Nordeste. Essa constatação motivou Julião a trabalhar em uma pesquisa, tendo realizado mais de 200 entrevistas sobre Emiliano Zapata, o herói da Revolução Mexicana (1879-1919), cujo material não chegou a transformar em livro.⁴⁷²

Canadá

A proteção dos exilados que estavam sob os cuidados da Embaixada do Canadá, no Chile, estendeu-se, também, ao chegarem em Lima, onde o cônsul canadense os estava esperando, com atenção especial aos brasileiros, procurando identificá-los na chegada, segundo o relato de Manuel Messias:

“Quem são Manuel Messias e Rangel Bandeira? Fiquem comigo que vocês estão sob a proteção da embaixada do Canadá”. E essa mesma coisa ocorreu na Argentina, mas numa situação muito delicada, porque assim que nós desembarcamos no aeroporto

⁴⁷² SANTIAGO, op. cit. p. 175 - 178.

de Ezeiza houve uma grande explosão que apagou todas as luzes do aeroporto. Certamente um atentado, alguma ação dos *motoneros*, de forma que o aeroporto ficou duas horas sem energia. Mas o cônsul canadense já tinha nos identificado e nós ficamos o tempo todo junto com ele. Quando a luz voltou, ele nos levou até dentro do avião. Daí, voamos para o Canadá.

Manuel Messias e os companheiros chegaram em Montreal de manhã cedo e foram recebidos pelo povo canadense com manifestações de carinho dos trabalhadores, dos sindicatos, dos socialistas, da central sindical dirigida por Michel Chartrin, “uma figura espetacular, líder sindical muito importante no Canadá, intelectual, nacionalista”, que, com a filha Suzana Chartrin, mantinha contatos com os trabalhadores cubanos. O Ministro da Imigração, membro do novo Partido Democrático Canadense, ex-Partido Socialista, recebeu os 17 refugiados e lhes deu toda a cobertura para entrarem no país como imigrantes e serem alojados. Depois de alguns dias de descanso, foram recebidos pelo Serviço de Imigração, sendo uns encaminhados para procurar emprego, outros para estudar o idioma do País.

Após a permanência de quatro meses no campo de refugiados do Chile, Pedro Albuquerque Neto também foi aceito pelo Canadá, onde passou a trabalhar como faxineiro em restaurante, em edifícios e depois como auxiliar de enfermagem tendo realizado um curso intensivo para exercer essa função, passando a trabalhar em horário integral durante três anos em um hospital, para ter direito à bolsa para estudar na Universidade, onde cursava Sociologia, cumprindo os créditos do Mestrado. Pedro adaptou-se ao Canadá, conseguindo entrosar-se facilmente com o povo canadense, principalmente com o pessoal quebequense, mostrando-se simpático ao movimento para separação do Quebec, como também se integrou com os estudantes, pois foi eleito representante do seu Departamento na Universidade. Nesse país também nasceram dois filhos, aos quais, inicialmente, foi negada a nacionalidade brasileira pelo Consulado do Brasil, em Toronto. A situação foi resolvida pelo Consulado do Brasil em Montreal, segundo relata Pedro:

O Consulado de Toronto negou, eu até gravei a fita com o cônsul negando. Aí eu telefonei para Montreal porque o cônsul era o Emides, aquele que foi seqüestrado, que participa do filme de Costa Gavras, *Estado de Sítio*. Ele era o cônsul lá. Quando telefonamos para ele e perguntamos se nós poderíamos registrar nossos filhos e dissemos que Toronto não aceitou, aí ele foi e disse: “Venha para cá que eu dou a nacionalidade”. Quer dizer, um homem que foi seqüestrado pela esquerda... Então nós conseguimos a nacionalidade de nossos filhos.

O governo brasileiro também lhes negou o passaporte por ocasião da doença do pai da esposa de Pedro que se encontrava na fase terminal, e, apesar do governo canadense ter tentado contornar a situação junto ao Consulado brasileiro, não lhes foi concedido. Como a alternativa para vir ao Brasil nessa ocasião seria aceitar o passaporte canadense que lhe fora oferecido pelo Governo desse país, o casal desistiu para não perder a cidadania brasileira.

Pedro retornou ao Brasil após a anistia, embora tenha tentado permanecer até o final do curso, mas o retorno da família e seu estado emocional o trouxeram de volta. Ele só retornou ao Canadá, em 1994, para concluir o Mestrado, ocasião em que a Universidade aceitou os créditos, a continuação do trabalho interrompido e não lhe cobrou as despesas dessa etapa final do curso.

Estados Unidos

A chegada de Celso Furtado aos Estados Unidos, após curta permanência no Chile, resultou de uma decisão mais voltada para o interesse acadêmico, pois considerava importante, nesse momento, observar o que se passava no mundo, principalmente nesse país, em cujo “campo gravitacional o Brasil estava inserido”, a fim de evitar o risco de ficar prisioneiro de uma visão exterior, concebida para reforçar a dependência. A decisão de Furtado foi racional e não emotiva, pois considerava a América Latina “uma verdadeira pátria maior” por ter um forte sentimento de identidade com os valores latino-americanos, não mais sabendo a diferença entre o que era latino-americano ou especificamente brasileiro. Entendia, também, nesse momento, a necessidade de serem mantidos contatos com outros países da América Latina quando possível, para “instituir mecanismos de ajuda mútua”. Para Furtado, a decisão de ir para os Estados Unidos não foi simples, tendo de explicar aos amigos o afastamento do continente latino-americano, onde poderia ser imediatamente integrado na Venezuela, na Argentina, no Chile ou no México. Entretanto, nele prevaleceu o desejo de isolar-se, e se envolver numa nova “tarefa intelectual”, ou seja, “produzir idéias que fossem de utilidade para a nova geração”. A partir desse momento, o seu objetivo não era mais estudar o fenômeno do subdesenvolvimento, mas compreender a

situação de dependência a que o Brasil fora arrastado numa fase “relativamente avançada” do processo de industrialização.⁴⁷³

Como supusera Victor Hugo no exílio em *Marine-Terrace*, Furtado entendia que seu “exílio seria longo e que estava fazendo planos para viver no estrangeiro em torno de quinze anos”, mas não se desvincularia de seu mundo para adotar uma nova pátria. Para ele, o golpe não fora improvisado, tendo começado na conspiração que levou Getúlio Vargas ao suicídio, cujos responsáveis levaram dez anos preparando a ação, e receberam, inclusive, ajuda externa. Assim, não concebia a idéia de que a situação seria revertida em curto prazo. Para ele, caberia a cada um fazer o melhor que pudesse no seu setor, importando aos que regressassem “em dez ou vinte anos”, não cometerem “uma vez mais os erros que facilitaram o trabalho dos golpistas”. E, assim, Furtado começou a planejar seu exílio e, mais uma vez, prevaleceu nele a tendência ao isolamento, embora respeitasse os que se organizavam para sobreviver e pensar com independência no Brasil.⁴⁷⁴

Furtado se dirigiu para os Estados Unidos em setembro de 1964, passando a residir em New Haven, na localidade de Woodbridge, próxima da Universidade de Yale, onde se manteve integrado ao Centro de Estudos do Crescimento Econômico. A chegada de Celso Furtado ao meio acadêmico dos Estados Unidos foi recebida com distinção, fato já relatado na entrevista de Moema São Thiago, sendo também homenageado com um jantar por alguns professores de Harvard, o qual foi anfitrião pelo eminente economista Kenneth Galbraith. Na Universidade de Yale, manteve constante intercâmbio com economistas que trabalhavam com assuntos de vanguarda e com o “pensamento latino-americano em matéria de desenvolvimento, como era o caso de Werner Baer, grande especialista em economia brasileira”, mas o assunto não era considerado importante para “as pessoas de maior relevância no meio universitário e inexistia no ensino universitário ministrado no Centro”. E, assim, manteve contato com grandes nomes da Economia e do meio universitário através de seminários e conferências para as quais era constantemente convidado. Por um lado, nas grandes conferências era obrigado a responder questões abertas de um público mal informado pelos meios de comunicação, e que se preocupava com a “ameaça comunista” no Brasil. Por outro lado, em ambientes mais restritos, “onde o nível de informação era

⁴⁷³ FURTADO, 1991, op. cit. p. 21 - 23.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 113 - 115.

elevado”, tornava-se constrangedor para ele o fato de não poder evitar a abordagem do “problema da responsabilidade do governo de Washington, ou das empresas norte-americanas, no processo político latino-americano”.⁴⁷⁵

Celso Furtado levantara a questão de que o estudo do desenvolvimento requeria um enfoque interdisciplinar e mesmo um quadro conceitual dentro da própria Economia, apercebendo-se, inicialmente, que os professores resistiam em aceitar a proposta “temendo uma inevitável desqualificação acadêmica”, diante do “verdadeiro terrorismo” que exercia a escola do “pensamento dominante”. Como o marxismo não era considerado um conhecimento científico, aqueles que tentassem “recuperar o conceito clássico de *excedente*” receberiam “a etiqueta de marxista, com as implicações que isso trazia”, havendo o “dogma implícito” de que “a ciência não era normativa”, prescindindo juízos de valor. Celso Furtado constatou que esse tipo de positivismo impregnava o estudo e o ensino da Economia, sendo alegado pelos professores que, se sássem dele, perderiam “o pouco da consistência científica” que tinham obtido.⁴⁷⁶

Enquanto era difícil para Furtado, nos Estados Unidos, comentar sobre o que se passava no Brasil e na América Latina, por um lado, por outro, dava-lhe muita satisfação “observar e estudar a realidade norte-americana”, não só “na perspectiva histórica como em sua dimensão contemporânea”. Sempre que visitava Nova York, encontrava amigos da época em que trabalhava nas Nações Unidas e outros conhecidos dos meios universitários, pois, nesse período, era possível encontrar a *intelligentsia* européia remanescente dos cataclismos políticos e sociais dos anos 1930 e 1940. Uns conseguiram retornar aos países de origem; outros não voltavam porque haviam conquistado posições vantajosas. Mas Furtado percebeu que em quase todas essas personalidades tinha algo em comum: “a nostalgia de um mundo perdido, uma tendência a sobrevalorizar certa forma de vida que era ao mesmo tempo rica e provinciana”.⁴⁷⁷

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 114 – 115, 119 - 120.

⁴⁷⁶ Ibidem, p. 124.

⁴⁷⁷ Ibidem, p. 131.

Embora encontrasse satisfação nesse ambiente intelectual, os acontecimentos de abril de 1965 transformaram-se num dos motivos que levaram Furtado a reconsiderar a permanência nos Estados Unidos, quando uma força expedicionária americana desembarcou em São Domingos, na República Dominicana, para intervir militarmente na guerra civil. Posteriormente, foi convocada a Organização dos Estados Americanos (OEA) para ratificar a intervenção, e um cearense – coronel Tácito Teófilo Gaspar de Oliveira - assumiu o comando simbólico das tropas de ocupação. Ao mesmo tempo, Furtado tomara conhecimento de que o governo brasileiro fizera *démarches* junto à Universidade de Yale para não renovar seu contrato, embora não acreditasse que tivessem efeito diante da independência das grandes instituições universitárias norte-americanas, mas temia que, se “nova onda de macarthismo”⁴⁷⁸ brotasse, teria dificuldades na obtenção de fundos para pesquisas e outros tipos de pressão. As suspeitas se confirmaram ao viajar para a Inglaterra, onde participou de seminários e outras atividades em Oxford e Cambridge. Ao buscar o visto para retornar aos Estados Unidos, foi informado de que sua situação estava irregular por utilizar “um passaporte diplomático sem desempenhar qualquer missão do governo brasileiro”, e, também, pelo fato de estar “privado de direitos políticos”, o que o inabilitava para exercer função pública no Brasil. Embora soubesse que tais fatos eram do conhecimento do Governo de Washington, Furtado percebeu ser esta uma mudança de atitude não casual, pois era membro do corpo docente da Universidade de Yale e, sem o visto, estaria impedido de exercer a função. Como tinha deixado a família nos Estados Unidos e também um trabalho em andamento em cooperação com outros pesquisadores, informou ao cônsul que comunicaria o fato à Universidade de estar impedido de reassumir as atividades. Diante da solicitação do cônsul para aguardar o resultado de novos contatos com o Governo brasileiro, dois dias depois Furtado foi convidado a comparecer ao Consulado para receber o passaporte com o visto. Ao regressar aos Estados Unidos foi procurado por um funcionário do Consulado do Brasil com a informação de que poderia obter um passaporte ordinário, o qual já se encontrava à sua disposição, devendo devolver o passaporte diplomático. Ao chegar ao Consulado, foi recebido pela consulesa, senhora Dora

⁴⁷⁸ Macarthismo é um termo adotado para identificar a era de terror instaurada nos EEUU pelo Senador MacCarthy, líder de um movimento de tendência fascista, que provocou a perseguição aos comunistas ou supostamente comunistas no período da Guerra Fria.

de Vasconcelos, sua conhecida desde o governo Kubitschek, que, nervosa, se desculpou, alegando necessidade de se ausentar, encaminhando-o ao secretário da Embaixada. Ao receber o passaporte ordinário, Furtado percebeu que era válido apenas para permanecer nos Estados Unidos e retornar ao Brasil, fato que lhe deu a sensação de ter caído numa cilada.⁴⁷⁹ Como fora convidado pela Universidade de Paris e lá pretendia assumir novas funções dentro em poucos meses, Furtado se dirigiu para a França.

O refúgio na Europa

*Mais uma vez na Europa eu busco a vida
que essa bárbara América me rouba.*

Loyola Rodrigues

A *intelligentzia* e os estudantes exilados que buscaram refúgio na Europa passaram a conviver no meio acadêmico e cultural europeu, onde alguns exerceram a atividade docente e outros estudaram nas universidades, buscando a titulação acadêmica, enquanto outros continuaram a atividade política no campo da educação e da cultura, como Paulo Freire. Outros serviram como elementos de contato e de apoio para inserção dos recém-chegados ao Continente.

Na situação de refugiado político, o nordestino que é banido do Brasil, do personagem deste drama barroco, a expressão alegórica por ele adotada é o “desenraizamento”, representando o profundo abalo ao ser arrancado do meio social e cultural e as dificuldades de adaptação a um solo às vezes fecundo, às vezes áspero. A maioria desses indivíduos lança suas raízes num solo adverso às necessidades vitais e elas se tornam frágeis; outros, uns poucos, não resistem às mudanças e morrem e outros lançam raízes tão profundas no novo solo acolhedor que não mais retornam.

Entretanto, há outra imagem, também alegórica, mas uma alegoria não mais barroca e, sim, surrealista e contemporânea: “Em um mundo globalizado o exílio é uma realidade

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 137 - 138.

apenas virtual”, no dizer de Almeri Bezerra de Mello, que se refere ao fato de estar refugiado em Paris e poder tomar um trem para se dirigir a Roma, de lá “ir de *auto-stop* para Atenas”. O exilado nordestino refugiado na Europa teve a oportunidade de “conhecer tanta gente diferente e interessante pelos motivos mais variados que a memória pode se dar ao prazer de *zipar*, na geografia e no tempo, com rapidez e facilidade infinitamente maiores do que qualquer controle remoto”.⁴⁸⁰

Portanto, na Europa, os refugiados políticos conviveram com essas duas situações que refletem as duas faces de uma mesma moeda. De um lado, a situação barroca da melancolia, do mundo em ruínas, muitos, ainda, adotando o discurso alegórico para compreensão da realidade brasileira e, do outro lado, usufruindo as benesses do Primeiro Mundo, do meio acadêmico, da velha tradição histórica e cultural.

A França cartesiana

*Se existe um gênio latino,
não é por certo o francês,
que, por volta do destino,
cartesiano se fez.*

*Ah, ter eu que tolerar
a clareza cartesiana
é para mim um penar
nesta vida parisiense!*

Loyola Rodrigues. Paris, jan. 1974.

Os primeiros exilados do Nordeste brasileiro que chegaram na França após o golpe militar foram Violeta Arraes Gervaiseau e Almeri Bezerra de Mello. Para Violeta, esse é “um período muito tenso, muito forte” para os brasileiros, e, principalmente, para os nordestinos. Para ela, ajudar os refugiados foi “uma questão de um dever cívico”, não tendo dificuldades na França por ter cidadania francesa em decorrência do casamento, e o marido, Pierre Gervaiseau, ser muito bem relacionado na condição de funcionário de um Ministério francês e da atuação destacada no *Centre d'Études et Humanisme*, onde se conheceram. O Centro teve importância fundamental, com grande influência nos meios católicos e não

⁴⁸⁰ MELLO, op. cit. p. 7.

católicos das esquerdas etc. O casal também mantinha ligações com outras áreas culturais como a revista *Esprit*, *Les Temps Modernes*, *Croissance des Jeunes Nations*, o jornal *Le Monde*, e um grande círculo de amigos franceses. Diante disso, passaram a prestar ampla solidariedade aos que chegavam, transformando a residência numa espécie de consulado dos brasileiros na França, conforme é explicado por Violeta:

O meio intelectual francês nos era próximo e eu acho que a partilha na vida é uma coisa fundamental se há motivos e meios econômicos para ajudar... Tínhamos de partilhar o conhecimento do país, o conhecimento dos nossos amigos, das instituições. Eles não conheciam. Então, nós fomos de uma maneira natural, um centro de repouso seguro, porque tivemos uma grande habilidade, junto a várias instituições francesas, católicas, protestantes, leigas e políticas. Eu era conhecida...

E, assim, o casal Gervaiseau foi constantemente citado pelos refugiados brasileiros, não só pelos do Nordeste, como Valdir Pires, Marcos de Castro Guerra e Frei Tito de Alencar, como também pelos que chegavam de outras regiões do País como o biólogo Luiz Hildebrando⁴⁸¹ e tantos outros. A francesa Brigitte Hersant Leoni cita, no livro *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*, o relato de José Almino, filho de Miguel Arraes, sobre a atuação de Violeta na França, através da rede de apoio aos refugiados:

Ela teve um papel muito importante, pois fez com que os franceses tomassem conhecimento da situação brasileira. Tinha contatos em toda parte, principalmente nos movimentos católicos de esquerda. Quando meu pai foi preso, ela conseguiu uma carta de François Muriac pedindo que fosse libertado.⁴⁸²

A atuação de Violeta era respeitada, também, por Roberto Morena⁴⁸³ que, refugiado em Paris, depois do habitual chá-mate, saía para jantar com os amigos, pois não lhe faltavam convites, mas lhe dedicava uma atenção especial, explicando: “Desta vez não posso deixar de ir visitar Dona Violeta”⁴⁸⁴. Valdir Pires relata que sua família também recebeu muita assistência de Violeta Arraes, segundo informou ao ser entrevistado:

⁴⁸¹ O biólogo paulista Luis Hildebrando, militante do PCB, foi preso em 1964, processado e demitido da USP, o que o fez retornar ao Instituto Pasteur, em Paris, onde anteriormente desenvolvia pesquisas com genética molecular. Retornou ao Brasil após a campanha pública pela volta dos cientistas exilados, mas teve curta permanência no País com a promulgação do AI-5, sendo novamente demitido. Cf. HILDEBRANDO, Luiz. **O fio da meada**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

⁴⁸² Apud LEONI, Brigitte Hersant. **Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 136 - 137.

⁴⁸³ O paulista Roberto Morena, militante histórico do PCB desde a fase inicial, foi um dos fundadores da Confederação Latino-Americana dos Trabalhadores, em 1929. Esteve na Ilha Grande como preso político ao lado de Leôncio Basbaum, Secretário Geral do Partido, após a revolução paulista de 1932. Foi eleito deputado federal em 1950 pela legenda do Partido Republicano Trabalhista. Cf. HILDEBRANDO, op. cit. p.132 – 150.

⁴⁸⁴ HILDEBRANDO, op. cit. p. 138.

“Violeta nos deu os primeiros cobertores quando as crianças chegaram, ainda sem termos comprado. Ela nos deu uma assistência assim afetiva muito grande”.

A rede de solidariedade era composta também dos que, tendo chegado um pouco antes, já conheciam os mecanismos para alojar os recém-vindos no grande fluxo de refugiados políticos do Brasil. Através dos padres Almeri e Sena, também refugiados, Marcos de Castro Guerra chegou à França em 25 de dezembro de 1965, ajudado financeiramente pelo *Comité Catholique contre la Faim*, tendo realizado várias tentativas de sair por Salvador e Recife, não conseguindo diante da existência de uma lista com o nome das pessoas impedidas de se ausentarem do País. Com a ajuda de grupos, que trabalhavam na clandestinidade, foi possível sair por São Paulo, no dia de Natal, quando o funcionário responsável pelo controle no aeroporto esqueceu a lista fechada na gaveta, levando as chaves e o colega que o substituiu não conseguiu encontrá-la. Através da solidariedade do Sindicato dos Jornalistas, pois era jornalista profissional na época, conseguiu dividir o valor concedido para a passagem aérea com Laly Carneiro. Embora estivesse sob o controle da Polícia Federal, conseguiu sair com o passaporte autêntico pela intermediação de um professor da Faculdade de Medicina da sua Universidade, o qual providenciou uma entrevista com uma equipe norte-americana, que lhe ofereceu um estágio nos EEUU. Entretanto, Marcos Guerra aproveitou a concessão do passaporte para viajar para a França e não para este país, onde foi recebido pelos padres citados, os quais prepararam a acolhida e uma pequena bolsa de estudos de 500 francos junto ao *Comité*, passando a morar com Carlos Micéias, um amigo de Pernambuco que se encontrava lá estudando e residia em uma *chambre de bonne*, uma água-furtada. Além das dificuldades de adaptação a um país que não o seu, passou a enfrentar o rigoroso inverno europeu, diferente do inverno do Nordeste brasileiro (estação das chuvas), saindo de uma temperatura de 30° a 40° para uma temperatura de -17°. Marcos Guerra relata que, ao chegar, via os blocos de gelo boiarem no rio Sena e o frio era tão intenso no quartinho onde morava que, ao acordar, a respiração “tinha feito estalagmites na janela”.

Posteriormente, foi o próprio Marcos Guerra que prestou ajuda a outros recém-chegados, criando, juntamente com outros refugiados, “uma *amicale*, uma organização não governamental para acolher quem chegava estropiado fisicamente ou mentalmente”, uma associação que prestava apoio, seja para conseguir trabalho ou bolsa de estudos, uma

bengala, uma prótese e até ajuda a pessoas que “chegavam destruídas psicologicamente”, necessitando de ajuda psicológica, psiquiátrica ou psicanalítica. Marcos Guerra recorda-se de que a associação buscava atender o refugiado nas mais diferentes necessidades, como a prestação de cuidados médicos ao líder camponês maranhense Manuel da Conceição, que chegara “com uma perna amputada por causa da repressão, por causa da tortura”.⁴⁸⁵

Ao narrar a fase inicial do exílio, Marcos Guerra relembra que teve o privilégio de ser ajudado, também, “por um exilado importante”, o baiano Heron de Alencar, que foi vice-reitor no período de implantação da UNB com Darcy Ribeiro. Na França, Heron fazia parte da direção do Institut de Recherche Française pour l’Education et le Développement (IRFED) e Formação em Matéria de Educação para o Desenvolvimento Harmônico (IRFED) criado pelo padre Lebret, e que estava procurando um professor brasileiro com experiência no trabalho de Educação Popular para compor o *staff* do Instituto, sendo indicado por Djalma Maranhão, quando de passagem em Paris. Após ter participado, em junho de 1966, de um curso de verão no IRFED, o trabalho de Marcos Guerra para conclusão do curso, versando sobre Educação Popular, o modelo Paulo Freire e a sua aplicação no Nordeste, despertou “enorme interesse” e ele foi contratado como professor, tornando-se, depois, membro da equipe de direção desse Instituto, onde permaneceu até 1971. Para ele, foi essa uma fase privilegiada do exílio:

Eram poucos os exilados em Paris a ter um pé dentro da sociedade francesa, a pagar imposto, ter contrato de trabalho legal. Poder então ter toda a liberdade, isso é muito importante. Nós fomos alguns, raros assim, de militar por um caminho em favor da redemocratização, militar politicamente na denuncia cotidiana do que estava acontecendo aqui. Mais adiante, de militar politicamente na aliança com o Comitê da Anistia, fazer todas as denúncias. Por que? Porque nós pagávamos imposto, estávamos numa situação legal e tudo isso. Com extrema liberdade nós vimos nascer maio 68. Nós acolhemos no IRFED colegas da América Latina, da África e da Ásia, com sua experiência de base, e seguramente, ajudamos a rever situações, repensar modelos teóricos, repensar práticas. O IRFED foi um período muito importante de abertura para o mundo, para as questões mundiais. Nós tínhamos o privilegio de poder chamar para seminários as pessoas mais diversas para entender o que estava se passando. Nós podíamos programar como era que estava a Revolução Cultural na China, para entender e passar uma semana discutindo com os melhores especialistas mundiais. Paulo Freire vinha uma vez por ano realizar seminário; Susan Jorge vinha uma vez por ano fazer seminário sobre toda a problemática da redemocratização; Albert Nemur vinha com uma contribuição sobre o trabalho, sobre a criação da consciência local... Então foi um momento assim muito importante.

⁴⁸⁵ Sobre as conseqüências e implicações emocionais em decorrência da tortura a que foram submetidos os latino-americanos ver VIÑAR, Maren e Marcelo. **Exílio e tortura**. Tradução de Wladimir Barreto Lisboa. São Paulo:Ed.Escuta, 1992.

A experiência vivida nos acontecimentos de maio 68

Os acontecimentos de maio em 68 foram vividos pela primeira leva de brasileiros que chegou à França, acontecimento cuja singularidade, segundo Celso Furtado, “foi que, entre mortos e feridos, não houve vítimas”, pois as barricadas levantadas pelos estudantes eram enfrentadas com mangueiras de bombeiros e bastonadas, “como se tratasse de um conflito familiar em que um pai intolerante tivesse sua autoridade posta em xeque”. O movimento maciço dos trabalhadores resultou em acordo, ocasião em que Georges Pompidou despontava como o sucessor de De Gaulle. E, assim, à luz dos acontecimentos vivenciados no Brasil, Furtado chegou à conclusão de que “a França continuou inovando numa das áreas mais difíceis da prática política” no campo “das mutações estruturais geralmente conhecidas como revoluções”, por saber como disciplinar o uso da violência, o que é uma “arte muito complexa”, pelo risco de acabar “descambando para a tirania”, pois nesses casos “o que está em jogo quase sempre é a sobrevivência da liberdade”. O movimento dos estudantes reivindicava profundas reformas no ensino universitário da França e Furtado se transformou numa testemunha ocular, vivenciando o momento de turbulência política, participando também das discussões e debates que antecederam o projeto de reforma, como membro da congregação da antiga Faculdade de Direito e Ciências Econômicas de Paris, de onde surgiu a primeira universidade de novo estilo, com o nome de *Paris I Panthéon-Sorbonne*.⁴⁸⁶

Para o observador que vivia os acontecimentos de dentro do mundo universitário, a coisa se assemelhava a um filme surrealista: tudo parecia montado expressamente para surpreender. Eu me empenhava em dar aulas conforme o que estava programado. Mas podia chegar ao Anfiteatro e encontrá-lo vazio, ou superlotado de pessoas que eu não conhecia e que exigiam de mim falar sobre matéria fora do meu curso. Eu me dava por desentendido. O Instituto de Altos Estudos da América Latina, cujo nome fora mudado, por iniciativa não sei de quem, para Instituto Che Guevara, transformara-se em um dos principais focos de agitação, sob a liderança de pessoas estranhas ao estabelecimento, provenientes de outros setores da Universidade. Como falar sobre a América Latina era abordar problemas de revoluções agrárias e de lutas contra injustiças sociais flagrantes, não me era difícil reter os alunos, sempre que os consultasse de antemão sobre que tema do programa desejassem trabalhar. O número de meus ouvintes cresceu consideravelmente, enquanto outras salas se esvaziavam. A bem da verdade é que grande parte dos professores não comparecia às salas de aula.⁴⁸⁷

⁴⁸⁶ FURTADO, 1999, op. cit. p. 165.

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 165 - 166.

No livro *O prazer da política*, Daniel Cohn Bendit, líder deste movimento, explica que as revoltas ocorridas nos anos 1960 sinalizavam para a necessidade de reformas profundas, embora os estudantes não estivessem conscientes do fato, pois adotavam um discurso político retrógrado: “utilizávamos sempre conceitos da revolução do século XIX. Mas a nossa sensibilidade, as nossas emoções eram totalmente modernas”. Acrescentava-se a isso a oposição à Guerra do Vietnam, e ao modo de vida vigente, apontando a “contradição completa entre o falar e o vivido”: “reclamava o direito ao prazer e atacava a sociedade do *metrô-boulot-dodo*”.⁴⁸⁸

Não tínhamos um projeto concreto, porque nós mesmos fomos surpreendidos pelos acontecimentos e pelo nosso êxito. Nós queríamos que a França exprimisse uma vontade de mudança. O poder gaullista tinha trazido algumas mudanças. De Gaulle tinha mesmo mostrado muita coragem ao estabelecer a paz na Argélia. Nós queríamos muito mais: queríamos, em particular, uma sociedade onde os confrontos políticos pudessem ter lugar. Mas quando começamos a bater-nos pela reforma universitária e ao mesmo tempo por uma reforma da sociedade, não imaginávamos, ninguém imaginava, que três semanas mais tarde, dez milhões de pessoas estariam em greve. Era um sonho.⁴⁸⁹

Para Furtado, uma reforma tão “ampla e profunda, em um país onde o professorado universitário constituía um verdadeiro mandarinato” só fora possível porque as estruturas do Estado foram abaladas nos alicerces. A compreensão desse fato e o “velho instinto de sobrevivência” dos professores levou-os a aceitar que não haveria “saída honrosa fora da renúncia a muitos privilégios, e em primeiro lugar ao da senioridade”.⁴⁹⁰

Os “acontecimentos de maio” reforçaram a posição dos sindicatos, mas expuseram os comunistas a uma acirrada crítica da esquerda, ao forçá-los a assumir posições de simples defesa de interesses corporativistas. Para Furtado, a confluência do movimento surgido nos anfiteatros da Sorbonne e o da greve geral decorreu da presença de Sartre na Universidade, onde não tinha nenhuma vinculação institucional e nas usinas da *Renault*. O movimento provocou o impacto em vários intelectuais de renome no mundo acadêmico e a desorientação entre professores comunistas era manifesta diante de um acontecimento para o qual não tinham explicação, o que levou Furtado a se decepcionar nas conversas mantidas

⁴⁸⁸ COHN-BENDIT, Daniel. **O prazer da política**: conversas com Lucas Delattre e Guy Herzlich. Lisboa, Portugal: Editorial Notícias, 1999. p. 17 – 18, (cf. nota 1). A expressão *metro-boulot-dodo* (Metrô-trabalho-sono), é usada pelos franceses para resumir a rotina dos dias de trabalho.

⁴⁸⁹ Ibidem, loc. cit.

⁴⁹⁰ FURTADO, 1991, op. cit. p. 166.

com Sartre que parecia sempre “apressado em concordar, como se quisesse encerrar rapidamente o assunto”, não deixando claro se era por “desprezo ao interlocutor ou pelo que ele mesmo disse”.⁴⁹¹

Essas dificuldades da intelectualidade européia para explicar os acontecimentos de maio 68 são apresentadas por Luc Ferry e Alain Renault no livro *Pensamento 68*, embora reconheçam o surgimento de uma nova geração de importantes pensadores a partir desse movimento, como Foucault, Derrida, Lacan, Althusser, Bourdieu e Deleuze. Neste livro, procuram demonstrar como eram irrealis e carregadas de dogmatismo as interpretações do acontecimento feitas por Sartre, Castoriadis e Edgar Morin.⁴⁹²

Furtado, entretanto, entendeu que o impacto do acontecimento provocou o isolamento de Louis Althusser, que para ele era, naquele momento, o teórico marxista de maior prestígio ligado ao PCF, e que se refugiou “em um elevado nível de abstração e numa disciplina escolástica, parecendo um sacerdote que se empenhava em officiar ignorando que o templo estava em chamas”. No desenrolar dos acontecimentos provocados por maio 68, Furtado participou, em Paris, de discussões para a reforma universitária, como também do debate comemorativo dos 150 anos de nascimento de Marx, na UNESCO, ao lado de Sartre, Marcuse e Habermas e de “outros monstros da reflexão descabelada”, sendo por eles considerado “um gênio” ao insistir na colocação do problema social a partir da “identificação das necessidades essenciais do homem”.⁴⁹³

A perplexidade e a amargura de Furtado, como um tipo melancólico, se refletiu depois das discussões, na busca da solidão dos corredores da Universidade e jardins de Luxemburgo, onde se encontrava algumas vezes com colegas e alunos, com os quais repartia as preocupações:

O clima de fantasia que se criara levava as pessoas a se abrirem umas com as outras de forma intempestiva, a desafogarem o peito candidamente... O certo é que, naqueles momentos que tinham algo de orgiásticos, a comunicação entre pessoas desconhecidas se fazia com tanta facilidade como numa noite de terça-feira de carnaval nas ruas do Rio.⁴⁹⁴

⁴⁹¹ Ibidem, p. 167– 169.

⁴⁹² FERRY, Luc; RENAULT, Alain. **Pensamento 68**: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo: Ensaio, 1988. p. 64 - 67.

⁴⁹³ FURTADO, 1991, op. cit. p. 164 - 167.

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 168.

No IRFED, o acontecimento foi vivenciado em estado de greve, como todos os estudantes franceses, segundo o relato de Marcos Guerra, o qual afirma que “nunca os estudantes estiveram presentes 12 horas por dia em sala de aula, como em maio de 68”. Para ele, a greve de 68 foi um momento em que a sociedade se repensou, transformando-se num intenso trabalho “de reflexão, de definição de novos paradigmas, mas de novos pensamentos”, diferentemente de “uma greve em que há os conchavos de cúpula”. O impacto de Maio 68 aconteceu não só na França como na Alemanha, nos EEUU, aqui no Brasil, porque para Marcos Guerra, “nós já tínhamos um mundo globalizado e não sabíamos”, diante da influência das idéias recebidas com o fluxo muito grande de intelectuais e de pessoas do meio acadêmico desses países.

O meio acadêmico

O sistema acadêmico francês também dava oportunidades a professores não renomados internacionalmente, como o ex-procurador da República Valdir Pires, que saiu do exílio no Uruguai e, ao chegar na França, preocupou-se em intensificar o aprendizado e a fluência da língua francesa, alugando uma televisão que assistia diariamente e investindo nas leituras em francês, após o que, ao fim de uns dois meses, estava em condições de dar aulas no Curso de Direito da Universidade de Dijon, como professor de Direito Público Comparado. Ministrava aulas, também, em um Curso de Problemas Políticos Contemporâneos e em um curso do Instituto de Altos Estudos da América Latina, da Universidade de Paris, dando uma aula semanal na cadeira de Instituições Políticas da América Latina e, assim conseguiu assegurar a capacidade de manter a família. Como professor da Universidade de Dijon, Valdir Pires viajava pela Europa para realizar pesquisas nas Nações Unidas, em Genebra, mas o governo militar do Brasil não lhe concedia o passaporte, fato que causou perplexidade entre os professores, sendo a situação contornada quando o Governo francês lhe outorgou um *laissez passer*, um salvo-conduto, possibilitando-lhe viajar não só pela Europa, mas “para todo lugar no mundo, menos o Brasil”, indo clandestinamente, muitas vezes, à Argélia para encontrar-se com Arraes.

A necessidade de se constituir em pequenos guetos foi uma constante na situação dos refugiados como uma forma de manter a identidade social e política. Em Paris, Valdir Pires e Celso Furtado almoçavam juntos diariamente, quando o primeiro ministrava aulas no

Instituto de Altos Estudos da América Latina e o segundo na Faculdade de Direito da Sorbonne, defronte do *Panthéon*, encontrando-se com outros professores exilados:

Então nós nos encontrávamos e ficávamos conversando sobre Paris, sobre o mundo, todas as coisas. E Josué (de Castro) que morava também em Paris; dr. Santos (Milton), também, que era professor associado, em Bordeaux, mais ao sul, mas, de vez em quando ia a Paris. Tinha, também outro companheiro, também exilado, que era professor... Não me lembro bem agora... Em Lion... O professor Max da Costa Santos, que era deputado pelo Rio de Janeiro... E havia naquele instante, muitos exilados... Felizmente, que as Universidades européias abriram essa oportunidade...

Desse grupo, que se reunia semanalmente para discutir a situação da política brasileira, também faziam parte Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins e, algumas vezes, Miguel Arraes, exilado na Argélia, quando de passagem por Paris.⁴⁹⁵

Para os professores de renome, como Celso Furtado, Paris foi um ambiente privilegiado para “difundir idéias” a respeito do Terceiro Mundo diante do prestígio da cultura francesa na América Latina, na África e na Ásia, embora percebesse o reduzido espaço a ser ocupado por um intelectual do Terceiro Mundo na França. Entretanto, nesse período, a situação era atenuada pela presença incômoda dos Estados Unidos na esfera internacional, havendo mais simpatia para a América Latina, em consequência do tipo de dominação exercida sobre seus países. Portanto, Furtado era convidado freqüentemente a participar de simpósios, conferências e bancas examinadoras de “memórias” ou teses por ser o único professor com um conhecimento direto da realidade, sendo “sobremodo exigente”.⁴⁹⁶

O meu comportamento também era ditado pelo desejo de diminuir o número de convites para integrar bancas examinadoras, de modo especial no Instituto de Altos Estudos da América Latina e no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social, cujos diplomas tinham menor validade acadêmica. Isso de usar duas medidas: uma para franceses e outra para *ces gens de là-bas*⁴⁹⁷, me parecia um resquício de paternalismo colonial. Meu propósito era contribuir para que a pesquisa dos latino-americanos fosse do mesmo padrão da dos franceses. Mas eu nadava contra a maré, uma vez que o problema dos latino-americanos quase sempre residia na insuficiência de formação básica, principalmente com respeito à metodologia de pesquisa... A desordem intelectual dos latino-americanos pode ser compensada nas pessoas superdotadas, cuja imaginação supre as lacunas, e nas quais a disciplina opera por

⁴⁹⁵ LEONI, op.cit. p. 137.

⁴⁹⁶ FURTADO, 1991, op. cit. p. 146 - 147.

⁴⁹⁷ A expressão *ces gens de là-bas* é adotada pelos franceses para designar pessoas ou países que estão mais longe ou mais distantes.

vezes como uma camisa-de-força. Mas esses casos não podem ser senão excepcionais.
498

As atividades de Furtado na França voltavam-se não só para o mundo acadêmico, mas, também, envolviam a elaboração de artigos para as revistas *Esprit*, *Thiers Monde*, *Temps Modernes etc.* Embora fosse professor convidado de uma Universidade francesa, sofreu impedimentos do Governo brasileiro para atuar em outros países, não lhe sendo concedido passaporte ou sendo impedido de atender os convites através de outras formas de pressão. Assim aconteceu ao ser convidado para coordenar um programa de pesquisa e treinamento em desenvolvimento regional junto ao Bureau de Assuntos Sociais das Nações Unidas. Apesar da ONU ter tentado contornar a situação oferecendo-lhe um *laissez-passer*, as pressões do governo brasileiro foram tantas que a autorização lhe foi retirada. Furtado cita esta como outra demonstração do desrespeito do Governo da ditadura aos Direitos Humanos, diferentemente de outros países da América Latina que permitiam a Raúl Prebisch, José Antonio Mayobre e a muitos outros latino-americanos prestarem relevantes serviços à comunidade internacional, apesar de terem a liberdade cerceada por motivos políticos em seus respectivos países. Da mesma forma, foi rejeitado o pedido de lhe conceder o passaporte para participar de um congresso em Leningrado a convite de Fernand Braudel, que se entusiasmara com a leitura do livro *Formação Econômica do Brasil*, considerando-o inovador do ponto de vista metodológico. Só em 67, através da manobra política do cientista Claudio Véliz, foi autorizado a viajar para permanecer no Chile por dois meses, diante da iniciativa deste de informar ao Itamaraty a intenção da Universidade do Chile em convidá-lo, pois tivera conhecimento de que o Governo brasileiro desejava que Magalhães Pinto, Ministro das Relações Exteriores na ocasião, visitasse este país “a fim de recuperar respeitabilidade para o Brasil, dado o prestígio de que então gozavam as instituições democráticas chilenas”. Graças a essa manobra dos chilenos, Furtado pôde retornar “à terra latino-americana”, que para ele “foi sempre a pátria maior”.⁴⁹⁹

Durante o exílio Furtado escreveu vários livros como resultado de pesquisas, participação em seminários e debate com colegas sobre a “reconstrução da economia política” e de repensar as próprias idéias “para decifrar alguns dos enigmas” que há algum tempo o incomodavam. Ao regressar a Paris, após esperar três meses para conseguir o visto

⁴⁹⁸ FURTADO, 1991, op. cit. p. 155 - 156.

⁴⁹⁹ Ibidem, p. 157 - 159.

de saída, Furtado escreveu *Análise do Modelo Brasileiro*, publicado em 1972 por Ênio Silveira, o qual, embora já enfrentasse dificuldades financeiras, se comprometeu a editar o livro e, em conseqüência disso, sofreu pressões, tendo a livraria envolvida num processo de desapropriação, fato que lhe causou mais transtornos. De 1973 a 1974, Furtado permaneceu na Inglaterra, na Universidade de Cambridge, após o que escreveu *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), *Prefácio à nova Economia Política* (1976), *Criatividade e dependência* (1978), *Pequena introdução ao desenvolvimento* (1980).⁵⁰⁰

Mesmo tendo a cidadania brasileira cassada, e residindo em Paris, Furtado foi recebido como autoridade brasileira por governantes de vários países, tendo visitado Perón a pedido de João Goulart, em Madri, quando se dirigia para Santiago, durante o governo Allende, em março de 1972, o qual lhe falou a respeito de De Gaulle e de Getúlio. Apesar de falar bem deste último, recriminava-o por não se ter aproximado “no momento decisivo” do presidente Carlos Ibáñez, do Chile, o que levou à perda da “oportunidade de criar a comunidade econômica latino-americana muito antes da européia”. Por ocasião de seminários, discutiu os rumos da América Latina, do qual participaram também os ex-presidentes Eduardo Frei, do Chile, e Carlos Lleras Restrepo, da Colômbia, sendo considerada “pessimista” sua intervenção, talvez por estar “influenciado pela situação do Brasil, que vivia as ambigüidades do seu ‘milagre’ mergulhado numa ditadura que avançava pelo sexto ano”. Manteve contatos com os presidentes do México, da Venezuela e de Portugal no ano de 74, os quais o consultavam sobre as perspectivas políticas e econômicas de seus países.⁵⁰¹

Ainda no exílio, no início dos anos 1980, Furtado foi convidado para compor o Conselho Diretor da Universidade das Nações Unidas, iniciativa do Secretário Geral U Thant, cuja criação em Assembléia Geral a definiu como “uma comunidade internacional de *scholars*” dedicados “à pesquisa e à formação pós-universitária, e também à difusão do saber” e voltada para a “aplicação dos princípios da carta das Nações Unidas”, tendo como prioridade “o estudo dos problemas mundiais ligados à sobrevivência, ao desenvolvimento e ao bem-estar da comunidade”. Apesar de já ter sido aprovada a Lei de Anistia, o Governo brasileiro não apoiou a indicação de Furtado, por duas vezes, para compor a lista final de

⁵⁰⁰ Ibidem, p. 177, 190.

⁵⁰¹ Ibidem, p. 197, 208, 220 - 222.

candidatos a reitor desta Universidade com o apoio de países do Terceiro Mundo e da Europa Ocidental, e, por este motivo não obteve êxito.⁵⁰²

A abertura das universidades francesas também favoreceu a integração social e cultural dos refugiados políticos que buscaram ocupar o período de afastamento do Brasil, investindo na titulação acadêmica. Almeri Bezerra de Mello, ao chegar em Paris, em 1964, retomou os estudos, tendo o currículo reconhecido para ingressar no doutorado em Sociologia na École de Hautes Études, com o professor Gui Rocher, ocasião em que deixou o sacerdócio.

Aí muita coisa mudou na minha vida. Mas eu fiquei muito ligado à minha Igreja aqui. Tomaram a minha Igreja, muita coisa passou e tal.. De modo que, digamos...que há ruptura com o ministério e não com a Igreja; nunca houve como cristão, continuei indo à missa, digamos assim... Minhas convicções não mudaram. Mudou a percepção, sem dúvida nenhuma, mudou. Mas num dado momento eu percebi que a situação estava muito complicada. A bolsa de estudos só depois de dois três anos. Eu já estava com trinta e tantos anos, quarenta. Aí eu aceitei um trabalho em Roma, no Instituto formado logo depois do Concílio.

Esse Instituto tinha a atividade voltada para a problemática dos países considerados “subdesenvolvidos” na época, e tratava de muitos temas que interessavam aos países do Terceiro Mundo como a questão da pobreza na América Latina. Nesse período, Almeri escreveu alguns artigos que foram publicados na Itália, na França, na Alemanha, produzindo, também, um ensaio sobre Camilo Torres⁵⁰³, um tema que o interessava e que foi posteriormente transformado numa peça de teatro na Itália, entretanto, mudou o campo de atuação e passou a trabalhar com os movimentos de libertação na África, após o retorno do México, em 1966.

Apesar da receptividade das universidades francesas, Marcos Guerra enfrentou as dificuldades para continuar os estudos, tendo que refazer todo o curso ao se matricular na Faculdade de Direito da Sorbonne, onde procurou os “ícones” da academia, cuja obra tinha estudado no Brasil, tendo participado do curso ofertado por Maurice Duverger, antes de

⁵⁰² Ibidem, p. 259 - 260.

⁵⁰³ Camilo Torres foi o Mártir da Independência da Colômbia. Exerceu o governo da Nova Granada, reunindo as províncias sobre o sistema federativo. Auxiliou Bolívar na campanha da Venezuela para resistir à reconquista espanhola. Não conseguindo defender a independência entregou o governo em 1816, refugiando-se em Popayan, onde foi preso e levado para Bogotá, sendo fuzilado e esquartejado e os restos mortais expostos numa jaula. (cf. TORRES. In: NOVÍSSIMA Enciclopédia Delta Larousse. São Paulo: Delta, 1982)

maio 68. Entretanto, as dificuldades do estudante brasileiro, apontadas por Celso Furtado, criaram os impedimentos e dificuldades para Marcos Guerra inserir-se no programa de pós-graduação.

Meu primeiro choque foi constatar algo que nós ainda não resolvemos em nossos cursos acadêmicos. Eu pude ver com meus filhos na França, que o jovem francês, o europeu, aprende desde a escola primária a organizar suas idéias, sua escrita, a importância de uma pesquisa, de uma leitura. E eu cheguei lá, diplomado, sem saber fazer pesquisa corretamente, sem saber ler. Ler, interpretar, compreender e agregar meu pensamento, entrar em diálogo com aquilo que está escrito e sem saber fazer um plano correto para escrever.

O seu “primeiro choque” foi saber que a Sorbonne já tinha conhecimento dessa deficiência dos cursos no Brasil e, para fazer qualquer atividade de pós-graduação, teria de se submeter a uma série de cursos e conferências sobre métodos. Para Marcos Guerra, apesar das dificuldades enfrentadas, foi uma ótima experiência que o ajudou nas atividades que assumiu posteriormente, não cursando a pós-graduação, nessa época, por necessitar se manter e aprender melhor a língua francesa.

A França tem tradição histórica na recepção e manutenção de uma estrutura para inserção social de refugiados. Maria Lucila Bezerra e Ednaldo Miranda de Oliveira, ao chegarem a esse país, em fevereiro de 1974, tinham o mesmo objetivo de outros exilados brasileiros, ou seja, estudar, cursar o doutorado. Foram bem recebidos e já encontraram uma comissão de recepção no aeroporto, que os levou para o *foyer*, o lugar onde recepcionavam os refugiados. Após a entrevista, os recém-chegados ao serem informados quanto aos municípios em que poderiam ficar, de acordo com o perfil de cada um, foram enviados para a região de Grenoble, uma cidade tipicamente universitária, onde poderiam conseguir bolsa de estudo. E, assim, Lucila rememora a recepção na França:

Como nós demonstramos logo interesse em fazer mestrado e doutorado, eles, realmente, privilegiavam essas pessoas. E nós fomos, poucos dias depois para essa cidade que era 500 e poucos quilômetros de Paris, uma cidade de esquerda, tradicionalmente uma região de esquerda. Foi uma região onde começou o movimento de 1789. Tudo favorecia muito. A recepção era uma coisa. Convivíamos com pessoas que tinham sintonia com a gente, uma identidade muito grande com os ideais que a gente defendia. Então foi muito importante. Chegando lá a primeira providência foi matricular a gente em um curso de línguas.

Apesar da receptividade, os problemas de saúde que aconteciam na França eram resolvidos de forma mais tensa e dramática do que no país de origem, entretanto os refugiados políticos tinham acesso à rede hospitalar, como aconteceu com Ednaldo, que

teve sangramentos por conta de um cálculo renal, identificado durante o *check-up* na rotina de recepção no País. Submetido a cirurgia, foi descoberto “um melanoma, um câncer de pele já em último grau”, com um diagnóstico inicial de não ter perspectiva de cura. Após longo tratamento, Ednaldo “venceu a doença por ser uma pessoa muito otimista”, segundo Lucila, e, apesar dos prognósticos desfavoráveis, conseguiu se recuperar.

Mesmo durante o período de tratamento de Ednaldo, que durou até o ano de 1974, Lucila fazia o curso de Francês e se preparava para o doutorado em Urbanismo, iniciado em outubro desse ano, enquanto Ednaldo iniciava o doutorado em Engenharia. Como refugiado político ele tinha direito a bolsa de estudos e a uma complementação, entretanto, Lucila, para ter todos os direitos do refugiado, teria de renunciar ao passaporte brasileiro, pois o retinha e viajava sem restrições, podendo voltar ao Brasil quando desejasse para rever os familiares. Por esse motivo ela não quis adotar a condição formal de exilado ou o estatuto de refugiado, e isso criou dificuldades para custear as despesas do curso.

E, assim, o casamento que era a solução para os conchavos políticos nos dramas barrocos, o novo casamento de Lucila e Ednaldo, agora de acordo com as leis francesas foi, novamente, a alternativa encontrada para resolver a questão da permanência fora do Brasil, assegurando à esposa do refugiado os direitos de aluno do ensino superior na França.

Ednaldo concluiu o doutorado, mas Lucila não apresentou a tese porque teve mais dificuldades com o nascimento dos filhos e a necessidade de retornar ao Brasil. Na França, ele fazia pesquisa no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), mas não era do quadro da Universidade. Lucila, entretanto, era professora da Escola de Arquitetura, onde adquiriu excelente experiência, sendo convidada a permanecer no cargo definitivamente, situação que a fez desejar permanecer na França, mas o sonho de Ednaldo era retornar ao Brasil, diferentemente dela, que inicialmente, sentiu rejeição à situação de exilada e dificuldades de adaptação “porque a cabeça estava no Brasil”.

Frei Tito de Alencar também saiu do Chile sem grandes problemas, pois foi enviado pela Ordem Dominicana para a Europa já com a carta de asilo, chegando primeiro na França, mas tentou, como religioso, estudar em Roma, onde começou a enfrentar os problemas do refugiado político. Ao se dirigir ao Colégio Pio Brasileiro, onde eram acolhidos os padres e outros religiosos, não foi recebido. A irmã, Nildes Alencar, entende que ele não foi recebido por ser um religioso banido do Brasil e do fato do Colégio receber

ajuda financeira dos Estados Unidos. Desorientado, Tito pediu ajuda a Frei Domingos, o Prior da Ordem, tendo sido enviado para a Casa dos Dominicanos da França, onde foi acolhido.

Em Paris, Frei Tito passou a residir com os dominicanos, embora fossem todos mais velhos, de uma outra geração, mas, aos poucos foi se adaptando e solicitou à família os documentos para comprovar a “vida escolar”. Diante do temor das perseguições em virtude das denúncias de Tito contra o governo militar, a família tinha muita cautela e enviava a correspondência e o material solicitado através de pessoas insuspeitas, e, assim, ele iniciou o curso de Teologia, conforme explica na carta a Frei Daniel:

Estou estudando firme a teologia. Nas horas vagas, aproveito o tempo para ler os clássicos do marxismo. Esta tarefa parece-me de extrema urgência, tendo em vista a forte influência que ele exerce nos países subdesenvolvidos, particularmente na América Latina. Após meu longo “sejour”⁵⁰⁴ na Europa, penso regressar para os meus, com os quais sinto-me virtualmente comprometido. México está nos planos. Tudo irá depender de vocês ou você. Sei o quanto será difícil este sonho, pois minha situação pessoal é delicada. São poucos os países que aceitam dar asilo político às pessoas trocadas (*canjeadas*) por embaixadores. Estou na França graças ao prestígio dos dominicanos da província de Paris.⁵⁰⁵

Os exilados rememoram as idéias de perseguição e o temor de encontrarem pessoas infiltradas pelo Governo da ditadura nos países de refúgio. As vindas de Fleury à França apavoravam os exilados, fato que aconteceu com Frei Tito, como também com Marcos Guerra.

Em 1971, a presença de Marcos Guerra, na França, se tornou insustentável e ele vai para a África Negra, retornando à França em 1976 para mais dez anos de exílio. A vinda de Sérgio Paranhos Fleury é rememorada por Marcos Guerra como uma reação às atividades de denúncia dos exilados sobre a tortura e a repressão no Brasil, principalmente após o programa de grande repercussão de que participara ao lado do cineasta Louis Malle, a convite de Violeta Arraes. O programa deve ter sido “a gota d’água” que provocou a procura de Fleury nesta segunda vez, ficando “caracterizado que ele tinha alianças suficientes com o Governo francês para não ser ludibriado”, segundo declara Marcos Guerra na entrevista:

Ele veio à França para me procurar e uns poucos, para me eliminar fisicamente ou trazer de volta para o Brasil. Um ano antes ou dois ele já tinha vindo, mas nós

⁵⁰⁴ *Sejour* é um termo francês que serve para designar uma temporada, uma permanência, uma demora.

⁵⁰⁵ In: FREI BETTO, op. cit. p. 276.

tivemos informação muito concreta da própria polícia francesa. A polícia francesa, é normal, tem grupos da oitava sensibilidade política. E chegou a informação, lá onde eu trabalhava, de que ele vinha me buscar. E aí eu mergulhei na *campagne* francesa, no interior francês, durante um mês e meio e voltei com outro nome.

Embora este fato seja considerado “uma aberração” por Marcos Guerra nas questões relativas ao Direito internacional - pois não se pode entrar num país soberano e prender alguém - ele justifica as suposições, afirmando que é comum ocorrerem esses fatos. Diante do temor de ser encontrado por Fleury, ele desapareceu de Paris e depois refez toda a documentação com o nome completo, de Castro Guerra. Embora o primeiro filho tivesse nascido em abril de 1971, do casamento com a argentina Joana Godói, Marcos Guerra não teve outra alternativa senão a de viajar em maio de 1971 para Níger, na África Negra, só retornando em 1976, a Paris. Neste segundo exílio na França, retornou ao *Comité Catholique Contre la Faim*, onde ajudou a montar um escritório de acompanhamento de projetos com o objetivo de apoiar financeiramente os governos de países nascentes, principalmente no Vietnã, na África do Sul, no Laos, na Nicarágua, na América Latina, através de uma sistemática de acompanhamento de verbas destinadas às finalidades propostas. Participou, também, da criação da *Action OEcuménique Pour le Développement* (ACOEDEVE), uma parceria de duas das principais entidades francesas, onde montou um Centro de Documentação para informar o povo francês sobre as questões de desenvolvimento no mundo. Marcos Guerra trabalhou nessa atividade durante os anos de 1976 a praticamente 1980, tendo como “parceira privilegiada” Marian de Chaponai, uma francesa de “grande sensibilidade nessas questões”, membro da família Orléans e Bragança e muito ligada ao Brasil, que se tornou “parceira, desde a primeira hora de brasileiros vindos da repressão”. Ela trabalhava também no IRFED e no Instituto de Pesquisa Aplicada em Métodos de Desenvolvimento (IRAM), que tinha começado o trabalho do Pe. Lebrét, no Marrocos. Outro parceiro desta atividade foi o Secretário Geral do *Comité Catholique Contre la Faim*, o líder sindicalista e antigo membro da JOC, Menotti Botazzi. Como esse trabalho foi, progressivamente, se estruturando, passou a ser assumido pela estrutura oficial do Governo francês.

Naquele momento, ao dispor de mais tempo livre por conta do impedimento do Governo brasileiro de lhe conceder o passaporte, pois ficou impedido de viajar, Marcos

Guerra conseguiu cursar a pós-graduação em Direito Internacional, realizando o “sonho inicial” de quando chegara à França.

Alemanha

A permanência na Alemanha após quatro meses no campo de refugiados de Padre Hurtado, no Chile, segundo Sérgio Buarque, encerrou um capítulo ou uma passagem da sua trajetória de exilado que chegou a esse país com outros nordestinos, os cearenses João de Paula e Rute Cavalcante, Paulo Lincoln e Ângela, indo para Colônia, uma cidade sob a área de controle da social-democracia, onde foram muito bem recebidos: grandes cerimônias e presença do governador, que usou politicamente o fato por se tratar de refugiados.

...recebemos uma doação para instalação da família, recebemos, isso na época em torno de 2.000 marcos, uma coisa no valor de mil dólares, tivemos uma bolsa, fomos reconhecidos como trabalhadores desempregados para receber o seguro desemprego. Foi o meu caso, passei um ano recebendo o seguro desemprego. Ganhei um curso de alemão gratuito, passei praticamente dez meses só estudando alemão e só com o seguro desemprego.

As dificuldades de falar o idioma do país eram muito grandes, principalmente para os latino-americanos, segundo João de Paula, que aproveitou a oportunidade de aprender o “alemão superior” como era falado pela elite nativa do país, pois era uma forma de mostrar que os brasileiros tinham valor. E, diante disso, buscou viver intensamente a situação de refugiado político na Alemanha com o seguinte propósito:

...não me lamentar, não me queixar e só ficar esperando o momento da volta...
Na hora que der para voltar eu vou correndo, mas enquanto eu ficar por aqui eu vou aproveitar o máximo, eu vou penetrar na vida alemã, na vida européia, eu vou fazer relações, vou aprender idiomas, vou apreender essa cultura, vou aprender o máximo...

Ao concluírem o curso de alemão João de Paula e Sérgio Buarque passaram a trabalhar no campo da comunicação. Sérgio trabalhou na Voz da Alemanha, uma emissora que transmitia programas em ondas curtas para outros países em trinta e três idiomas. No início, trabalhava na redação de programas para os países de língua portuguesa e depois na redação brasileira, onde eram produzidos programas de conteúdo jornalístico diversificado, desde o noticiário, programas culturais, havendo certos limites na produção de programas

políticos. Na redação brasileira, ele atuava com outros compatriotas, quase todos por ele considerados “reacionários”:

Principalmente no ano de 76, final de 76, quando a ditadura era muito forte. Mas nós tínhamos algum espaço, era muito pouco. A redação era muito reacionária, mas nós tínhamos duas pessoas mais críticas, mais democratas, eram de esquerda e a gente então conseguiu construir algumas coisas... Um exilado que era o Artur Poerner, já estava lá quando eu cheguei. Estava lá Kuait, o João Masters, que era uma pessoa com quem eu trabalhava, sempre que podia... Eu me lembro que, quando a gente fazia imprensa, pegava rádio Moscou, Rádio Pequim e a gente criou uma seção que era: Retalhos da Imprensa. Então, duas a três vezes por semana, a gente conseguia transmitir flashes para o Brasil: saía o *Le Monde*, *Le Guardian*, *Zidesksait*, que era o jornal do sul da Alemanha, um jornal muito crítico e tinha sempre matéria sobre o Brasil. Esses eram os espaços. O resto era baseado em matérias que saíam nas agências de notícias...

João de Paula concluiu, finalmente, o Curso de Medicina, após ter cursado cinco anos no Brasil e quase um ano no Chile. Entretanto, na Alemanha, só foram reconhecidos dois anos do curso, tendo que permanecer mais quatro anos na Universidade, situação que o deixou inseguro ao concluí-lo: “no Brasil a ditadura militar interrompeu meu curso, no Chile foi o Pinochet, aqui vai ser o Hitler, o Hitler vai voltar... Não voltou e eu terminei”. Apesar de ser “muito bem remunerado” como locutor de uma emissora de rádio que transmitia para o Brasil, fazendo a narração de filmes educativos, após seis anos de permanência na Alemanha, ele e Rute, ao ser aberta a possibilidade de retornar diante da anistia, não tiveram dúvidas e largaram tudo. Abandonaram os pertences que não foram vendidos em tempo e o casal voltou para o Brasil em dezembro de 1979 com a filha Mariana, que nasceu nesse país.

As atividades políticas dos exilados na Alemanha se voltavam, basicamente, para as lutas pela anistia. Enquanto no Chile “havia a caixinha”, que era uma forma de auto-sustentação e ajuda financeira aos asilados, na Alemanha, o movimento se realizava em volta de organizações com ramificações no mundo inteiro que lhes davam apoio, principalmente a Anistia Internacional. Mesmo com as limitações decorrentes da dificuldade em falar o idioma, foi possível a Paulo Lincoln produzir com esforço algumas publicações, algumas denúncias no plano internacional sobre o que continuava ocorrendo na ditadura brasileira até o retorno ao País, permanecendo na Alemanha de janeiro de 1974 até dezembro de 1977.

Entretanto, Sérgio Buarque ainda permaneceu nesse país, e nos anos de 1977 até 1979 atuou na organização do escritório da Anistia Internacional e de grupos de trabalho na cidade de Colônia. Como o Governo brasileiro mantinha as restrições já citadas em relação à concessão de passaporte aos exilados, ele tentou conseguir a prescrição da pena através de processo na Justiça para voltar definitivamente, principalmente porque seu pai adoecera gravemente. Como não conseguiu resolver a situação jurídica, não lhe foi concedido o passaporte brasileiro e viajou para o Brasil com salvo-conduto do Governo alemão, tendo de justificar o motivo da viagem e com prazo para retorno por se afastar com licença de trabalho. Ao chegar no Brasil, em abril de 1979, a Polícia Federal já o estava esperando, sendo detido, mas logo liberado. E, então, já de posse do passaporte brasileiro, retornou à Alemanha, em julho de 1979, reassumindo o trabalho, mas em dezembro do mesmo ano voltou para o Brasil após a aprovação da Lei de Anistia, em agosto de 1979.

Suécia e Suíça

A Suécia foi, prioritariamente, o local de exílio e refúgio de Frank Svensson, cuja saída do Brasil foi facilitada pelo Governo brasileiro como uma estratégia para afastá-lo do País, na qual se identifica outra situação ou tipo de exílio por motivos políticos, como já foi relatado no caso de Fernando Pedrão. Ao viajar para a Europa com o objetivo de manter entendimentos para implantar um futuro mestrado em Planejamento Urbano na UNB, em Brasília, Svensson, quando de passagem por Lisboa, foi avisado pelos arquitetos portugueses para não retornar ao Brasil porque tinha sido “cassado”, sendo por eles ajudado na compra da passagem de volta para a Suécia. Esse foi o começo, segundo afirma, de um “período não brasileiro”, mas “extremamente rico, um referencial muito diversificado de experiência, de conhecimento, mas também bastante doloroso na escala íntima, pessoal e de desenraizamento”.

Nessa ocasião, já estava casado e tinha um filho, o qual, segundo Svensson, foi quem mais sofreu com a situação de exílio. A esposa, uma gaúcha, funcionária da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança, no Piauí, dava assistência à SUDENE, mas não tinha comprometimento político, ao contrário dele que sempre fora membro militante do Partido Comunista, e que, no exílio, tornara-se militante do Partido Comunista Francês. Entretanto, o fato de se tornar refugiado desequilibrou a relação conjugal, pois a esposa não era

clandestina e não tinha militância orgânica em nenhum partido político, situação que contribuiu para a separação definitiva. Através da intermediação de uma contemporânea da Universidade em Minas Gerais, exilada e casada na França, Svensson foi aceito pelo Ministério da Cultura, Des Affaires Culturelles, para ministrar aulas em Estrasburgo e Nancy, passando dois anos na França. Terminado o período para permanecer como professor da Universidade, teria de submeter-se a concurso ou solicitar o enquadramento no quadro de pessoal francês, perdendo a cidadania brasileira. Após um período de permanência na Argélia a convite de Oscar Nyemeier, venceu a validade do passaporte brasileiro e tomou conhecimento de que outros exilados estavam esperando dois, três anos para renovar o passaporte sem conseguir, pois a Embaixada brasileira alegava que ele e outros companheiros estavam a serviço de um governo estrangeiro sem autorização do Governo brasileiro. E, assim, Svensson requereu o passaporte da Suécia, por ter direito à cidadania desse país, sendo aceito na Escola de Gotemburgo para cursar o doutorado, ao mesmo tempo em que recebeu um convite de Agostinho Neto, através de Miguel Arraes, para implantar um Curso de Arquitetura na Universidade de Angola. A partir de setembro de 1979 participou, nesse País, do primeiro Seminário e, até o ano de 1982 lá permaneceu de três a quatro meses, intercalando com outros dois meses na Suécia. A experiência resultou na produção da tese de doutorado, onde se propôs esclarecer conceitualmente “a problemática do arquiteto que trabalha num país e num regime e numa cultura que não a sua, de origem”. A tese foi reescrita em português e publicada pela UNB, com o título de *Arquitetura, Criação e Necessidade*, estando com a edição esgotada.

Durante a permanência no exílio, Svensson procurou conhecer o Leste Europeu, e, através do Partido Comunista Sueco, foi encaminhado para fazer três cursos na Alemanha Oriental; cursou planejamento cultural em Praga, na Escola do Partido Comunista; cursou Zoologia, Política de restauro; esteve na Escola de Arquitetura da Polônia através de um convênio entre uma escola de Gotemburgo e a escola de Gdansk, e visitou algumas cidades; em Moscou, cursou Planejamento e revolução técnico-científica, com duração de 45 meses, o que lhe favoreceu as condições para organizar o Mestrado que coordena atualmente na UNB.

Esta era a alternativa do PCB para preservar os militantes da repressão no Brasil e sobreviver na clandestinidade, enviando-os à Europa, principalmente a Moscou, onde se

encontravam pessoas de todas as nacionalidades que aproveitavam a oportunidade para participar de cursos com diferentes durações e variadas tendências. Para lá foram enviados também Elivan e Nelson Rosas, onde estudaram Economia, Filosofia, Teoria do movimento operário, História do movimento operário, a experiência do partido comunista da União Soviética, a experiência do movimento comunista mundial. Gregório Bezerra, quando se dirigia a Moscou, dava assistência aos exilados na Suécia, hospedando-se por duas vezes na casa de Svensson, em Gotemburgo, pois já se conheciam desde o Nordeste, através da experiência na SUDENE.

Os refugiados brasileiros que chegavam à Europa diretamente do Brasil eram chamados de “autênticos” e os chegados através do Chile eram denominados jocosamente de “chilenos”. Estes últimos tiveram a entrada na Suécia facilitada pelo embaixador Ehre Daut, um social-democrata que abriu as portas da Embaixada desse país no Chile para muitas pessoas, e, em consequência, “sofreu certas reprimendas do governo sueco”, sendo deslocado para a Argélia, onde se encontrou com Svensson. Ao retornar à Suécia, após a estadia na África, Svensson permaneceu ligado à Universidade, submetendo-se a dois concursos para professor catedrático, passando a exercer a cátedra nos três últimos anos, em Lund, após o que abdicou para retornar ao Brasil.

A Suíça foi o país onde Paulo Freire e Vando Nogueira foram recebidos como refugiados. Paulo Freire fixou residência nesse país após ter saído do Chile, passando pelos Estados Unidos em 1969, onde fora ministrar aulas na Universidade de Harvard como professor convidado. Freire teve o nome reconhecido internacionalmente e seus livros foram editados nos principais países do mundo ocidental. Chegou a Genebra, em 1970, para ocupar o cargo de Consultor Especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas, situação intermediada pelo amigo Almeri Bezerra de Mello, que atendera sua carta onde solicitava: “meu amigo, acho que tudo pode me faltar na vida: daria um jeito. Mas o chão, isso não! Quero sair dessa terra”. Almeri, acompanhado do Presidente e do Secretário Executivo do Centro de documentação da Igreja Posconciliar, foi ao Concílio Mundial de Igrejas e conseguiu o envio de uma carta-convite para Freire estudar, trabalhar e aprender inglês ou francês em Genebra, tornando-se, depois, professor da Faculdade de Educação da Universidade desse país. Ao visitá-lo, Almeri constatou que ele e Elza

cultivavam os mesmos hábitos do Nordeste “para que o ambiente do apartamento e o cardápio da mesa dessem a sensação de que a família continuava no Recife”.⁵⁰⁶

No exílio, Paulo Freire juntou-se aos companheiros Rosinska Darcy de Oliveira, Miguel Darcy de Oliveira e Claudius Ceccon, criando o Instituto de Ação Cultural (IDAC), em Genebra, como um “centro de pesquisa e intervenção pedagógica” e uma alternativa ou “um exemplo de busca da identidade, da necessidade de preservação da identidade”. Para esses personagens, tratava-se, também, de “uma tentativa de viver e construir numa situação concreta, uma pedagogia do oprimido”, ou seja, buscavam desenvolver uma prática educativa, partindo dos interesses daqueles com quem trabalhavam, tentando adquirir conhecimentos e instrumentos para aumentar o poder de intervenção sobre a realidade. A reflexão sistemática em torno das experiências educativas desenvolvidas na América Latina transformou-se no ponto de partida do trabalho da equipe. Essa opção correspondia à necessidade de manter o vínculo com a “antiga realidade”, embora houvesse opressão e não apenas a “realidade de empréstimo”, onde também havia necessidade de intervir.⁵⁰⁷

O IDAC foi, para Paulo Freire e seus companheiros, “acima de tudo, uma tentativa de não perder a identidade, de dar um sentido ao exílio”, pois respondia à “necessidade imperiosa” de preservar a saudade do Brasil, “não deixá-la virar nostalgia”. Portanto, assim interpretam a os conflitos do exilado e a necessidade de superá-los, reavendo a identidade social e política:

Todo exilado é confrontado com um dilema. Sua realidade imediata é uma realidade de empréstimo e ele tem que se incorporar a esta realidade sob pena de ficar historicamente esquizofrênico. Mas ele tem que se incorporar à nova realidade até um limite que não faça com que olvide definitivamente a sua realidade anterior. Quem perde as raízes perde a identidade.⁵⁰⁸

Vando Nogueira, ao sair do Chile, foi aceito, simultaneamente, pela Finlândia, pela França e pela Suíça, optando pela última, onde conviveu com uma realidade totalmente diferente da que tivera no Chile, mas que para ele “também teve muita valia”, tratando-se

⁵⁰⁶ MELLO, op. cit. p. 114 - 115.

⁵⁰⁷ FREIRE, Paulo. **Vivendo e Aprendendo**: experiências do IDAC em educação popular. São Paulo: Brasiliense, 10 ed., 1987. p. 10 - 11.

⁵⁰⁸ Ibidem, p. 10.

de um país “radicalmente capitalista”, e sem os confrontos políticos anteriormente por ele vivenciados:

Havia um pacto entre as organizações trabalhadoras e os empresários desde a época da Segunda Guerra Mundial, de não fazer movimento social, mas de tudo negociar. Era a paz no trabalho, o que não acontecia nos países fronteiriços, que eram a Alemanha, a França e a Itália, onde havia muito movimento social. Na Suíça, o partido comunista se chamava Partido do Trabalho, porque durante a Guerra Fria a palavra “comunista” era proibida. E em parte ele era muito mais afinado com a social-democracia do que com o que se chamava de mundo da Internacional Comunista, o bloco soviético.

Segundo Vando, esse país era, e “ainda é”, “muito identificado com a própria ideologia do capital, com a própria concepção burguesa de sociedade”, nele existindo um estereótipo em relação aos exilados “desta parte de cá do mundo”: “exilados de esquerda latino-americanos”. Como a posição de esquerda era “muito malvista”, implicitamente as pessoas desse país achavam que os exilados compreenderiam que essa posição política “não era o melhor caminho”. Na Suíça, não havia movimento social organizado, mas havia “outras formas de contestação”, não havia miséria e havia “pacto” entre trabalhadores e empresários desde a Segunda Guerra Mundial. Essa nova realidade ou “realidade de empréstimo”, como Paulo Freire conceituou o exílio, vai provocar os questionamentos de Vando ao confrontá-la com a realidade anteriormente vivida.

Do mesmo modo que ocorreu com João de Paula e Sérgio Buarque, Vando também teve que recomeçar o curso de Economia, pois não foram consideradas válidas as disciplinas estudadas no Chile, diferentemente de outros exilados que foram para a França, para a Itália, que tiveram a matrícula aceita para o mesmo ano que estavam cursando na faculdade de origem, salvo algumas situações já citadas. Posteriormente, descobriu que os refugiados do Leste Europeu tinham os cursos validados, sendo um contingente maior do que os latino-americanos, e muito mais integrados na sociedade. Mesmo assim, ocorreu um fluxo migratório progressivo, pois a cota inicial de 250 pessoas para receber os latino-americanos depois foi ampliada para 300, e, posteriormente, passou para mil e depois foi ultrapassada. Para a Suíça, fluíram exilados das mais diversas ditaduras, aumentando muito o número de latino-americanos, o que, progressivamente, provocou a mudança na percepção dos nativos do país a respeito deles.

Quando chegaram, os exilados foram, obrigatoriamente, atendidos pelo Serviço Social, que intermediava as relações entre o refugiado e o Estado, cuja preocupação inicial

era aproximar os exilados do Leste Europeu dos latino-americanos. Vando, ao rememorar a chegada e adaptação na Suíça, explica que os exilados, ainda assustados em consequência dos traumas da repressão, tanto no Brasil como no Chile, reuniram-se para discutir o porquê da forma de recepção adotada nesse país, temendo ser um “movimento de cooptação” ou “alguma provocação”.

Se até hoje eu tenho esses traumas, imagine logo que eu saí da América Latina. A gente achava que era um movimento estranho, mas a formulação que a gente conseguia fazer entre nós, latino-americanos, e os exilados do Leste Europeu é que eles eram derrotados estratégicos e nós éramos derrotados táticos, que a qualquer momento a gente voltava e o futuro absolutamente seria socialista na América Latina.

Assim, ao chegarem a outro país, os refugiados mantinham, inicialmente, a forma de ler a realidade de acordo com os princípios ideológicos das anteriores organizações da luta armada, e, também, a crença no futuro socialista da sociedade latino-americana. Entretanto, as autoridades suíças realizavam, de um certo modo, um tipo de cooptação. Visitavam os refugiados, ofereciam curso de francês, organizavam visitas dos exilados às fábricas, projetavam filmes e vídeos e faziam reunião com um grupo de sindicalistas para explicar o motivo por que tinha renegado as idéias de esquerda.

Então eles passaram um filme que falava do sindicalismo aqui no Brasil, mostrando um estereótipo de sindicalista de esquerda, quase que como um caudilho, uma coisa extremamente violenta para a gente, naquele momento. No final houve um debate. Eu não me lembro agora como se chamava, um negócio ligado a Rearmamento Moral, que tem sede na Suíça. Mas aquilo foi uma tremenda provocação.

Vando explica que os latino-americanos assistiam, pacientemente, embora considerassem uma provocação, e evitavam criar um clima de antipatia para não prejudicar o relacionamento, pois queriam que o país recebesse mais refugiados e, ao término do filme, alguns saíram sem fazer comentários. No debate, tomou parte o Chefe da Polícia Suíça, “que não era aquela figura com características que a gente pode imaginar de polícia. Não, era uma pessoa que falava vários idiomas, que dançava em cima da mesa, uma outra figura”. Mas, diante do trauma sofrido, os refugiados viam nele “uma pessoa qualificada para tirar informações da gente”, pois, nesse momento ainda eram “muito fechados, quer dizer, éramos perseguidos, éramos segregados e por isso éramos um tanto quanto impenetráveis” e resistentes às tentativas de aproximação. O silêncio dos refugiados significava que tinham “firmeza de propósito”, que as idéias e convicções “estavam absolutamente inabaladas”. Para eles o exílio significava “uma derrota tática”, porque

tinham a convicção de que iriam retornar. Posteriormente, ao conhecer a sociedade sueca e sua cultura, Vando compreendeu que o debate tivera o objetivo de identificar as idéias do grupo a respeito do exílio, identificar lideranças, propostas etc.

Portugal: o Brasil é aqui

Embora a ditadura militar no Brasil tenha iniciado trinta e seis anos após a ditadura salazarista, em Portugal, os dois países enfrentaram governos fortes num mesmo período, pois o início do governo Salazar também correspondeu ao início do governo de Getúlio Vargas a partir da Revolução de 30 e a instauração do Estado Novo, em 1937. A ditadura salazarista começou em 1928, terminando em 25 de abril de 1974 com a Revolução dos Cravos, enquanto o golpe militar que instaurou a ditadura no Brasil ocorreu em 1º de abril de 1964, iniciando o processo de abertura política em 1975, no governo Geisel, embora tenha perdurado até 15 de março de 1985, com a saída do general Figueiredo.

O desgaste econômico, descontentamento na instituição militar, movimentos grevistas no meio acadêmico e dificuldades internas em Portugal foram agravados com o acirramento das lutas nacionalistas das ex-colônias, que passaram a Províncias Ultramarinas, após a alteração da Constituição em 1951. As lutas nacionalistas começaram em 1961, em Angola, e nos anos seguintes na Guiné Bissau (1962) e em Moçambique (1964). Entretanto, o período de distensão em Portugal só iniciou em 1970, através do funcionamento da Assembleia Nacional, com todos os deputados eleitos pela União Nacional, denominada posteriormente Ação Nacional Popular, ano em que faleceu Salazar acometido de derrame cerebral, sendo substituído por Marcelo Caetano.

O posicionamento político dos militares desses dois países era bastante diferente. Enquanto no Brasil, a partir de 1964, o poder foi assumido pelos militares de tendência à direita, apoiados pelos setores ligados ao mercado internacional, cerceando as liberdades democráticas, em Portugal, no período de 1974 a 75, os militares do Movimento das Forças Armadas (MFA) conduziram o processo de democratização da sociedade, buscando realizar a transição e encontrar a sociedade socialista que os portugueses desejavam.⁵⁰⁹

⁵⁰⁹ FERREIRA, José Maria de Carvalho. **Portugal no contexto da “transição para o socialismo”**: história de um equívoco. Blumenau, Santa Catarina: FURB, 1997. p.174 - 175. Para mais informações sobre a posição política e ação dos militares no Brasil, ver: MORAES, João Quartim de. Op. cit.; idem, Política brasileira. In **FILOSOFIA POLÍTICA** nº3, São Paulo/Rio Grande do Sul, L & PM, 1986; STEPAN, Alfred. Op. cit.;

A Revolução dos Cravos, em abril de 1974, apesar de militar, repercutiu favoravelmente entre exilados brasileiros e portugueses em diferentes partes do mundo e, atendendo ao apelo feito pelo MFA para fazerem parte do Governo provisório, os políticos que se encontravam no exílio retornaram a Portugal. De Paris, os exilados portugueses voltaram ao país de origem em tom de festa, entre os quais Mário Soares, um dos dirigentes da Internacional Socialista, organizador e secretário geral do Partido Socialista Português no exílio, que deixou sua livraria da Rue des Écoles para voltar rapidamente a Lisboa. Joaquim Barradas de Carvalho, historiador português que passara a vida de exilado entre a França e o Brasil, e se tornou “tão brasileiro chegando ao cúmulo de preferir a feijoada ao bacalhau”, também retornou eufórico.⁵¹⁰

A Revolução dos Cravos surgiu como um elemento demarcador da identidade política de brasileiros, de portugueses e demais exilados com origem em diferentes países da América Latina e da África, diante da perspectiva de transformar Portugal num país socialista, acontecimento que desencadeou um clima de euforia. O dia 25 de abril de 1974 foi intensamente comemorado pelos brasileiros refugiados na França, segundo informa Luis Hildebrando:

Em numerosas casas de exilados portugueses, brasileiros e latino-americanos em Paris, como no mundo inteiro, as champanhes espocaram numerosas naquele fim do mês de abril. Para os mais pobres, uma garrafinha de vinho branco. Para nós em particular, os brasileiros, era um bálsamo, uma luz no fundo do longo túnel que atravessávamos. A ditadura militar no Brasil completava dez anos de existência e parecia mais sólida do que nunca. Sete meses antes, Pinochet desencadeara o seu golpe sangrento no Chile. Allende assassinado! Ditadura militar no Uruguai. Os militares argentinos ameaçando novo *pronunciamento*. A América Latina parecia condenada a um longo período de ditaduras militares! E eis que, de repente, aquela bendita Revolução dos Cravos!⁵¹¹

Nesse clima de euforia, Celso Furtado foi convidado a visitar Portugal por seus ex-alunos da Universidade de Paris que assumiram altos postos nas universidades portuguesas. Como sua presença foi descoberta pelos militares do MFA, aproveitaram o momento para realização de amplo debate, ocorrendo o confronto entre correntes doutrinárias. Por ocasião

FURTADO, Celso. Brasil, da república oligárquica ao Estado militar. In: **BRASIL TEMPOS MODERNOS**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968; DREIFUSS, op. cit.; SADER, Eder. **Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Polis, 1982.

⁵¹⁰ FERREIRA, op. cit. p. 197 – 200; HILDEBRANDO, op. cit. p. 46 - 47; NOGUEIRA, Rui. ‘Românticos’ salvaram Portugal do atraso. **Folha de São Paulo**. São Paulo: Mundo, p. 26, 25 nov. 1999.

⁵¹¹ HILDEBRANDO, op. cit. p. 174 - 175.

do banquete que lhe foi oferecido com a presença do novo presidente de Portugal, do Primeiro Ministro e da liderança do MFA, pareceu a Furtado que, nos discursos, buscavam adotar uma maneira implícita de demonstrar apreço ao Brasil sem o comprometimento com “as autoridades brasileiras do momento”.⁵¹²

A partir da Revolução dos Cravos, estreitaram-se os contatos com o grande contingente de exilados brasileiros na Europa por meio de publicações, de programas em emissoras de rádio etc. Entre as publicações, pode ser citada *Pela União dos Comunistas Brasileiros*, com tiragem de 3.200 exemplares, editada em 1975, através da Prelo Editora, de Lisboa. Nesse país foram também editadas *A Questão Nacional* e *A Nova Face da Ditadura*, e outras publicações de caráter restrito, de autoria de Miguel Arraes que, exilado na Argélia, visitava constantemente Lisboa após a queda da ditadura salazarista. A ascensão do coronel Ramalho Iannes ao poder favorecia a permanência dos brasileiros em Portugal, principalmente pelos contatos que mantinham com o MFA e com Melo Antunes, o então chefe do Conselho da Revolução.

Como acontecera com o Chile, Portugal passou a atrair exilados de várias tendências de esquerda dos países da América Latina, entre os quais os nordestinos Moema São Thiago, Gilvan Rocha, Elivan e Nelson Rosas, Manoel Messias e Diógenes Arruda Câmara e Tereza Costa Rêgo. Moema São Thiago e Domingos Fernandes, como tinham o salvo-conduto das Nações Unidas, foram para Portugal vivenciar a Revolução do 25 de Abril. O casamento, também nessa ocasião, foi a alternativa para facilitar o livre trânsito, possibilitando a saída da Argentina, pois, como Domingos era filho de portugueses, casaram-se na Embaixada de Portugal. O casamento tornou-se mais uma vez a forma de conseguir a cidadania, diante das limitações impostas que lhes impedia a liberdade de ir e vir e, assim, comemoraram a Revolução dos Cravos, chegando a Portugal em Junho de 1974, onde permaneceram quatro anos e nove meses, retornando ao Brasil em 29 de agosto de 1979.

Em Portugal, passam a morar com exilados e refugiados de outros países - chilenos, uruguaios, argentinos, bolivianos e espanhóis - em uma colônia de férias de trabalhadores na Costa de Caparica. Nesse local, estavam também concentrados outros refugiados nordestinos, entre eles o pernambucano Gilvan Rocha que, ao tomar conhecimento da

⁵¹² FURTADO, 1991, op. cit. p, 240.

Revolução dos Cravos, também deixou a Argentina, onde se encontrava clandestino, dirigindo-se a Portugal para viver a “experiência muito rica” que lá estava acontecendo, onde, posteriormente, foi escolhido com outros quatro companheiros para representar os refugiados junto à ONU.

Gilvan Rocha, ex-militante do PC do B e das Ligas Camponesas, participou intensamente do processo político de transição, identificando-se na ocasião com a ideologia do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (PRP/BR), de tendência mais à esquerda, mas, posteriormente, passou a considerar esta uma experiência traumática, por ter sido “boicotada” pelos próprios socialistas, conforme narra os acontecimentos:

Então fiquei lá esses anos e foi uma experiência traumática, difícil, muito difícil, muito dolorosa para quem assistiu ao processo português... Passei um tempo em que não podia falar de Portugal, porque eu assisti aquilo tudo. Vi a maioria dos quartéis com bandeiras vermelhas sob o comando dos trabalhadores, os então chamados Conselhos de Operários e de Soldados. A gente ia aos quartéis e participava de reuniões. Vi desfile de militares, passeata de militares bem maiores do que as que se fazem no Brasil, com 20.000 militares fardados com tarja vermelha gritando socialismo sim, capitalismo não. Constatei que a imprensa e as emissoras de rádio estavam sob o controle dos trabalhadores; vi passeata de 300.000 operários; vi um processo avançadíssimo e vi a burguesia recuperar esse processo com a inestimável ajuda do Partido Comunista Português e do Partido Socialista Português. Apesar da Assembléia Nacional Constituinte ter elaborado uma Constituição avançadíssima, inclusive nominalmente socialista, ou seja, garantindo a socialização dos meios de produção, esses Partidos não tiveram força política. Tanto é que a burguesia foi recuperando, adequando o contra-golpe e restabelecendo-se no poder. Então, por isso eu considereei a experiência deveras traumática; porque você assiste um processo muito mais avançado do que foram algumas experiências e depois você vê a burguesia recuperá-lo com a cumplicidade dos organismos de esquerda.

A chegada, a Portugal, de Nelson Rosas coincidiu com o “recesso da Revolução dos Cravos”, nos últimos momentos e, depois o que ele entendeu como retrocesso, ou a “desrevolução”, considerando-se um privilegiado por ter sido expectador de “momentos formidáveis” da política internacional:

Eu vi Cuba revolucionária. Eu tive a idéia do que significa o despertar do potencial das massas – para usar o chavão – diante de uma revolução, a energia criativa que o povo tem quando desperta numa revolução. Eu vi isso. É uma coisa que não dá para mensurar no dia-a-dia. Eu estive num processo desses. Depois eu vi isto pela segundo vez na minha vida em Portugal. A energia criativa que é capaz de se desenvolver. Por isso eu me considero uma pessoa profundamente feliz. Depois eu assisti ao andar para trás. Eu assisti à desrevolução portuguesa, um processo contrário.

Embora o sistema de governo português não tenha retornado ao fascismo, Nelson Rosas afirma que se tornou “uma sociedade bastante conservadora, do tipo social-democrata, mesmo com o atual pessoal que está no poder”, dentre os quais tem muitos amigos “e que estão em Portugal a gerir o capitalismo, como todos os outros fizeram de forma mais ou menos feliz”, mas que conservou o mesmo sistema burocrático, ou, como ele declara: “não conseguiu mudar uma cadeira de lugar nas salas onde se cobra imposto, que é de forma grotesca, mal-educada, desorganizada, brutal, como se cobra imposto em qualquer lugar do mundo. Continuou do mesmo jeito”.

Diógenes Arruda, após sair da prisão em 1972, desenvolveu intensa atividade política no exílio, onde manteve os princípios ideológicos do PC do B, recebendo a incumbência do Comitê Central para fortalecer o Partido no Chile, na Argentina, na França e em Portugal, onde era conhecido como camarada Vinhas. Arruda criou o Partido Comunista Português Revolucionário (PCP (R)), desenvolvendo intensa atividade política no exílio ministrando cursos, proferindo palestras em fábricas, universidades, escolas e no campo, no sentido de fortalecer e organizar a militância dos partidos comunistas, principalmente entre os operários. Segundo artigo publicado no Suplemento do jornal *Bandeira Vermelha*, ele era “intransigente” contra os “desvios oportunistas ao espírito proletário de partido e à ideologia proletária”, aconselhando sempre a utilização da “arma aguçada da luta ideológica para ‘manter o aço do Partido limpo da escória’”.⁵¹³

Moema rememora a experiência vivida em Portugal, relatando como os refugiados se engajaram no processo político português e nos movimentos pela anistia política, formando um comitê muito atuante, o Comitê pró-Anistia do Brasil: “Fizemos sete ou oito números de jornais; fizemos o aniversário do Carlos Mariguela; enchemos Lisboa de cinco mil cartazes com a cor vermelha, com a cara do Mariguela”. Moema buscou organizar-se porque também sabia que o “exílio seria longo”, como já o previra Celso Furtado. Nesse período, ela já estava condenada pela Auditoria Militar do Ceará e de São Paulo, como também pela infração da lei de Exceção nº 477⁵¹⁴ e, diante disso, a Universidade não lhe

⁵¹³ Diógenes Arruda com os operários da Lisnave. **BANDEIRA VERMELHA**. Semanário. Lisboa, Portugal: p. 2, 29 ago. 1979.

⁵¹⁴ O Jornal O POVO, em 6 de março de 1973, divulgou a notícia de que Moema São Thiago fora condenada à revelia após julgamento prolongado, juntamente com outros 14 companheiros, na Auditoria da 10ª Circunscrição Militar, pelo Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, sob a presidência de Euler Porto.

fornecia os documentos para continuar o curso de Direito, do qual já tinha cursado quatro anos no Brasil e, assim, tentativas para voltar aos estudos foram dificultadas porque teria de permanecer na Universidade por mais cinco anos. A situação era agravada, por um lado, porque as universidades portuguesas estavam parcialmente fechadas para reciclagem dos cursos, num processo bastante moroso; por outro lado, havia a necessidade de trabalhar para se manter, embora os refugiados recebessem apoio das Nações Unidas em termos de alojamento e alimentação. Então, Moema passou a trabalhar em cooperativas e educação popular, planejamento familiar, deixando o término do curso para quando fosse possível voltar ao Brasil.

Trata-se de uma característica dessa geração de jovens estudantes, ex-militantes das organizações da luta armada, o interesse em voltar a estudar e aproveitar o período do exílio para conseguir a titulação acadêmica. Manoel Messias, aproveitando as relações de Arraes com o MFA, voltou a estudar, terminando o Curso de Economia em um ano e meio e, de posse do passaporte português, pois o Governo brasileiro não concedia esse documento para os exilados, saiu desse país para cursar doutorado na França. Nelson Rosas, ao chegar a Portugal, em 1976, em decorrência dos cursos realizados no exílio, tornou-se professor de Economia Política da Universidade Técnica de Lisboa, onde montou os cursos sobre Marx. Para ele, nos cursos que criou em Lisboa, ensinou “mais marxismo do que o PCP em toda sua história”, ministrando “aulas sistemáticas de teoria econômica de Marx a mais de quinze mil jovens economistas e gestores”.

A busca da identidade política na África.

Nas lutas pela libertação e reconstrução dos países da África, os exilados que chegaram a esse continente envolveram-se com atividades bastante diversificadas, buscando recuperar a identidade social e política. Uns ocuparam postos estratégicos na organização desses países, envolvendo-se com a reorganização do sistema educacional e

administrativo, outros aproveitaram espaços para a denúncia dos fatos que ocorriam no Brasil, outros se ocuparão da defesa e segurança dos exilados.

Miguel Arraes, após ter sido libertado por meio de *habeas corpus*, provocou uma querela entre os militares e o Poder Judiciário⁵¹⁵, passando a ser chamado, constantemente, a depor no Inquérito Policial Militar do Rio de Janeiro. Após um dia em que saiu para depor e não retornou, a família ficou muito preocupada e teve de apelar para a interferência do próprio Presidente para localizá-lo, através também da pressão de Sobral Pinto e dos outros advogados. Por esse motivo, os advogados, particularmente Sobral Pinto, convocando a família, aconselhou-o a sair do Brasil. Essa alternativa foi dificultada pelo Governo militar em não lhe conceder o visto, como também pelo fato das embaixadas estarem cercadas diante do pedido de asilo por muitas pessoas. Como a Embaixada da Argélia acabava de ser instalada no Brasil, após a recente independência desse país, era a única que estava sem nenhum sinal de vigilância. Arraes, então, refugiou-se nesta Embaixada, lá permanecendo por quase dois meses sem que as autoridades brasileiras lhe concedessem o visto de saída, até que o embaixador comunicou ao Itamarati que, como ia para a Argélia de férias, levaria Arraes, pois não se sentia à vontade em se ausentar, deixando-o. Ao chegarem ao aeroporto, encontraram os adidos do Itamarati, os quais acabaram respeitando o pedido desse país.

Argélia

Miguel Arraes se defrontou com outra crise política quando chegou à Argélia, com o golpe de Estado do coronel Boumediène contra o governo civil de Ben-Bella, ocasião em que o embaixador desse País no Brasil assumiu o Governo da região de Oran. A família de Arraes só teve conhecimento de seu paradeiro alguns dias depois, sendo informada de que ele se encontrava hospedado na residência do Governador. Almeri relata que Arraes passou a residir numa casa dentro dos muros do Palácio Presidencial, cuja alimentação, no início do exílio, era fornecida pela cozinha do próprio Palácio, sendo também colocada uma serviçal à disposição de D. Madalena, sua esposa. Além disso, o governo desse país

⁵¹⁵ No documento cedido à Fundação Joaquim Nabuco por Paulo Cavalcanti, consta o *Habeas corpus* nº 42.108, de Miguel Arraes, o alvará de soltura e telegramas trocados entre o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o então general Figueiredo e o general de divisão Ernesto Geisel, que colocaram dificuldades para libertá-lo.

concedia uma pensão que lhe permitia “comprar as suas sandálias, os seus Gauloises...”⁵¹⁶ e, sobretudo, acolher os que o procuravam.” Entretanto, o FLN (partido único e oficial) era o interlocutor de Arraes como também dos que chegavam ao país, e o governador mantinha-se distanciado das questões políticas.⁵¹⁷

Durante a permanência nesse país, Arraes conheceu vários integrantes dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe; e os que, na ocasião, se encontravam na luta pela descolonização completa da Namíbia e da África do Sul. Para Almeri, as lutas no Continente africano despertaram a liderança de competentes homens públicos na condução do processo de independência de seus países, os quais atuaram “com brilho, competência e coragem” e, por isso, ficaram na memória:

Nasser, Nkruma, Julius Nierere, Leopold Senghor o Keniatta, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Bem-Bella, Kenett Kaunda, Modlane, Houfouët-Boigny, Patrice Lumumba, Bourguiba e, por último, um dos maiores que é Nelson Mandela. Houve os folclóricos, os sanguinários, ou simplesmente senhores de guerra, cujos nomes é melhor esquecer.⁵¹⁸

Arraes seguiu de perto a luta desses movimentos de libertação na África, convivendo com vários dirigentes e líderes políticos, entre eles Amílcar Cabral e Eduardo Modlane, que foram assassinados, sendo por ele considerados “homens de grande estatura, grande cultura, grande inteligência, verdadeiros homens de Estado”. Acompanhou, assim, o crescimento da luta, pois, ao chegar a Argel, em 1965, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), tinha um contingente de 200 homens armados e, ao terminar a guerra, já dispunha de 15 a 20 mil homens, fora os que não participavam das operações por falta de armas.⁵¹⁹

Da Argélia, Arraes desenvolveu intensa atividade política, tornando-se uma liderança respeitada no Terceiro Mundo, tendo colaborado na elaboração da *Declaração Universal dos Direitos dos Povos*, em 4 de julho de 1976, uma iniciativa da Liga Internacional pelos

⁵¹⁶ *Gauloise* é uma famosa marca de cigarros franceses.

⁵¹⁷ MELLO, op. cit. p. 18 - 19. Esses fatos também são relatados na entrevista concedida por Violeta Arraes Gervaiseau.

⁵¹⁸ *Ibidem*, p. 133.

⁵¹⁹ TAVARES E MENDONÇA, op. cit. p. 88 - 89.

Direitos e a Libertação dos Povos, presidida pelo senador italiano Lélío Basso. Diante de sua atuação e liderança, atraiu a esse país vários exilados, principalmente Almeri Bezerra de Mello, Manuel Messias, Aécio Gomes de Matos, Nailton Santos, Frank Svensson e outros. Almeri Bezerra de Mello desenvolvia uma atividade mais política na Argélia ao lado de Miguel Arraes, e, pela habilidade que tinha em falar outros idiomas, como o francês, italiano, espanhol, ajudou-o nos contatos mantidos na Europa, criando também um boletim sobre o que se passava no Brasil, o *Boletim Brasileiro de Informações*, que adquiriu certa credibilidade.⁵²⁰

De igual modo, Aécio Gomes de Matos chegou à Argélia, após curta permanência na Holanda, enviado pela Anistia Internacional, mas, como tinha dificuldades em aprender o idioma, comunicou-se com Arraes explicando a pretensão de continuar engajado na atividade política, no que foi aceito, permanecendo por quase dois anos no país. Inicialmente, tentou realizar um trabalho político com Arraes na organização de um escritório, o qual tinha também um escritório de geração de recursos, um escritório comercial coordenado na época por Sílvio Lins. Na ocasião da chegada de Aécio, “Arraes e Sílvio Lins estavam brigando pela representação política”, reivindicada por ambos, sob a responsabilidade da qual estava “uma estrutura de geração de recursos para intermediação de serviços de engenharia, de vendas de equipamentos e licitações provenientes da França, da Itália”... A empresa tinha ligações com um movimento político no Brasil, o Movimento Popular de Libertação (MPL). Nela trabalhavam Sílvio Lins, Marcos Lins, mais dois ou três funcionários. Tratava-se de um “sistema de ganhar dinheiro para financiar um processo revolucionário no Brasil”, com uma quantidade apreciável de recursos como “se dizia na época”. Aécio declarou que não teve acesso a documentos que comprovassem o fato, mas “sabia que as pessoas viviam muito bem”, como Sílvio Lins, “responsável para faturar essa coisa”, o qual “tinha um padrão de vida muito alto, muito elevado”. Entretanto, afirma: “eu nunca vi esse dinheiro se transformar em revolução, mas vi muitas brigas por conta desse dinheiro”. Diante desse problema, Frank Svensson também vai para a Argélia, a convite de Arraes, não só para resolver a situação, pois, segundo este também informa, “tinha gente

⁵²⁰ Ibidem, Introdução. Fatos também informados por Almeri Bezerra de Mello na entrevista.

metendo a mão no dinheiro, coisas desse tipo”. Svenson também foi convidado por Arraes para planejar e desenvolver projetos, um pouco antes de Oscar Niemeyer chegar a esse país.

Como havia a disputa muito grande, pois quem participava da liderança do MPL tinha fonte de renda que supria esse movimento, mas também supria a própria vida das pessoas que moravam na Argélia e trabalhavam nesse processo, Aécio desiste diante do não-reconhecimento da prioridade de seu projeto para desenvolver uma atividade clandestina, na África, com uma emissora de rádio transmitindo programas para o Brasil.

Na hora em que o projeto ia com Brazzaville, trabalhar com rádio clandestina, transmitindo para o Brasil, já tinha o dia aprazado, inclusive com os próprios companheiros do Congo, mas não tinha condições de ser financiado, não tinha interesse de ser financiado. Então, a alternativa que tinha era ficar um pouco, como funcionário burocrático de um escritório, de uma revolução à distância, “que nem ia, nem vinha”... E aí eu acabei me engajando num trabalho profissional. Já tinha o curso de engenharia e me integrei com a equipe de Niemeyer que já havia chegado naquela época, com quem trabalhei, durante um período.

Nesta atividade, Aécio produziu vários modelos, trabalhando com *silkscreen* em forma de publicações clandestinas, através de telas que podiam ser transportadas sem depender de máquinas, de equipamentos, desenvolvendo modelos de produção bastante simplificados, não havendo necessidade de enviar volumes de papel, mas de enviar telas prontas. Já tinha alguma experiência nesta atividade que aprendera quando ainda residia na casa de Arraes, trabalhando com o pessoal de Angola que tinha experiência nisso, mas era uma atividade ainda muito amadorista. Nessa atividade, permaneceu até retornar ao Brasil no início dos anos 1970, quando chegou à Argélia nova leva de refugiados e “cooperantes”,⁵²¹ diante do momento de “muita abertura” que vivia este país. Svensson assim descreve o cenário político e social da Argélia nesse momento:

O Boumediène era o Presidente, dialogava com uma certa liberdade com Moscou. A primeira impressão era que o árabe dele era clássico. Estudou na Universidade do Cairo. Não era aquele linguajar carregado. Eu me lembro que no dia em que cheguei na Argélia há muito tempo não chovia. O Boumediène apareceu na televisão... Ele exortou a população a se voltar pra Meca e pediu para que ela os beneficiasse com a chuva... E todo mundo saiu pra rua, botou a bunda pra cima e a cabeça voltada pra Meca... Pois não é que choveu! Era um sujeito popular, mas na intimidade ele escutava mais e se entendia bem.

⁵²¹ Idem, *loc cit.* Cooperantes era o termo adotado pelos africanos para designar os estrangeiros, exilados ou não, que chegavam para colaborar na reconstrução após a independência de seus países.

Para os recém-chegados brasileiros, a Argélia era a alternativa para continuar a luta pela “revolução socialista”, em consequência da prática política “alegórica” e, portanto, romântica, diante do descrédito para com o processo de “distensão” política, iniciado no Brasil, quando os militares perceberam o crescimento das forças de oposição. A compreensão da situação política do Continente africano para os exilados militantes das organizações de esquerda e da luta armada, baseava-se nos ensinamentos de Franz Fanon, que se dedicou ao estudo do processo de descolonização desses países. Fanon preocupou-se com o estudo das práticas religiosas em etnias negras e muçulmanas, com uma série de elementos que caracterizam o popular, mas associando-o intimamente a um projeto de libertação nacional. Para ele, a luta contra o colonialismo era, ao mesmo tempo, nacional e popular. Ortiz afirma que, em seus escritos, a África surge “como pano de fundo para a criação de um Estado nacional argelino no interior de uma união pan-africana de nações independentes do Terceiro Mundo”. No embate anticolonialista, ele ressaltava “a vinculação entre identidade nacional e o Estado nacional”, pois só dessa forma poderia libertar-se o homem africano.⁵²²

Entretanto, muitos “cooperantes” chegavam ao país com expectativas além da realidade, buscando a vazão ao romantismo jacobino, ou mesmo tentando encontrar a utopia de um Eldorado, pois a Argélia no início dos anos 1970, segundo Almeri, “era a Meca de tudo quanto fosse refugiado político”: “desde doutor Arraes até Carl Michael, líder dos *Black Panthers*; desde a FRELIMO até o Movimento de Libertação da Suíça”. Ao país chegavam brasileiros (a grande maioria), chilenos, sul-africanos, chadianos, angolanos, egípcios etc. Os refugiados brasileiros, libertados em consequência dos seqüestros no Brasil com origem nas diversas organizações e partidos políticos, atraíam mais militantes que chegavam ao país “com as idéias as mais fantasiosas possíveis”, considerando a Argélia o “santuário” da guerrilha desencadeada no Brasil e, assim, começou a “grande luta de prestígio e poder”. Conforme Almeri relata, a idéia de “santuário” era muito difundida e fazia parte da linguagem corrente na época, identificando “as retaguardas teoricamente intocáveis”.

Era pensando nisto que muitos militantes recebiam das suas direções no Brasil ou “em qualquer parte do mundo”, pedidos os mais extravagantes. Um deles pedia que a Argélia pusesse ao longo da costa brasileira um “navio-hospital” para onde os feridos

⁵²² ORTIZ, op. cit. p. 128.

em combate nas ruas do Rio ou nas brenhas do Araguaia pudessem ser enviados e tratados! Outros traziam “shopping lists”, onde apareciam binóculos infra-vermelhos para enxergar nas trevas o inimigo ou repelentes contra mosquitos que os americanos usavam no Vietnam. Eu não sei como M. Bouabida recebia, lia, encaminhava estes pedidos às autoridades superiores do Partido.⁵²³

Na Argélia, Almeri trabalhou junto ao Ministério de Agricultura e, depois, em uma ONG, onde adotou o método de Paulo Freire na alfabetização de adultos em árabe, adaptando o programa do MEB com uma amiga egípcia, e que deu muitos bons resultados, fato por ele considerado “extraordinário”. Segundo ele, o curso estava indo muito bem e, apesar do descrédito com o sucesso, uma das parcerias envolvidas aceitava a seguinte possibilidade: “pelo menos a gente vai conseguir que os operários aprendam a bater com o punho na mesa, viu? Dito e feito”. E, diante disso, o curso foi suspenso “por conta da tomada de consciência que o pessoal teve no emprego”. Então, ao final das quarenta reuniões de alfabetização o rendimento do curso foi avaliado, obtendo um aproveitamento de quase 100%, enquanto o curso do Instituto Nacional de Alfabetização de Adultos na Argélia, com duração de dois anos, obteve um resultado de 25% de aproveitamento. E, depois dessa atividade, Almeri envolveu-se com um projeto nacional de construção de aldeias, aldeias socialistas, buscando “respeitar a cultura do povo” na forma de educar, de conceber a educação, havendo dificuldades da burocracia da Argélia aceitar as idéias por considerá-las “muito antiquadas, muito reacionárias, eram ‘turbas’”, preferindo o modelo francês. Entretanto, o trabalho foi realizado com o uso do material local, com os mesmos meios de construção da terra etc. O resultado dessa experiência foi publicado pela Universidade de Constantine, onde Almeri desenvolveu um estudo sobre a “relação entre o caminho privado e o público na sociedade tradicional argelina...”

Nesse período, chegam também os brasileiros convidados pelo Governo argelino para realizar a reforma universitária do país. Luis Hildebrando relata no livro *O Fio da Meada* que, em 1967, Oscar Niemeyer foi chamado por Boumediène, o então presidente da Argélia, que estava interessado em aproveitar “a experiência de outros países do Terceiro Mundo, empenhados num projeto de afirmação nacional e modernização da sociedade”, como o fizera o Brasil antes de 1964. Da conversa resultou o projeto da Universidade de Constantine e, para realizá-lo, Oscar Niemeyer envolveu os amigos exilados: Luis

⁵²³ MELLO, op. cit. p. 17 - 18, 25.

Hildebrando, médico paulista e pesquisador do Instituto Pasteur, em Paris; o cearense Heron de Alencar, vice-reitor da UNB até 64; o baiano Ubirajara Brito, engenheiro contratado pelo Instituto de Baixas Energias do 313-314CNRS e “doutor de Estado”, em 1969; e Euvaldo Matos, médico psiquiatra e estagiário do Hospital de Sainte Anne, em Paris.⁵²⁴

O “quartel-general” da equipe era o antigo e luxuoso Hotel São George, que fora constituído pelos franceses para receber homens de negócio e turistas e depois da independência fora nacionalizado, rebatizado com o nome de Hotel El Djaz e era administrado pelos empregados no sistema de cooperativa. Os brasileiros tinham reservadas duas suítes, onde dormiam e trabalhavam, redigindo textos, documentos, projetos e realizavam reuniões com os colegas argelinos.

Da atividade inicial, de construir e implantar a Universidade de Constantine, resultou o convite para elaboração de “um projeto global de organização do ensino e da pesquisa na universidade argelina”. A proposta de Heron de Alencar, que inicialmente gerou insegurança e discussões diante do fato de não terem conseguido realizá-la no Brasil, venceu e o grupo tratou de aliciar os professores brasileiros que tinham sido demitidos das universidades brasileiras e que se encontravam no exílio. Hildebrando relata que havia também os que não tinham perdido o emprego, mas que, “desgostosos com a situação, ficavam pela Europa, em sabáticos intermináveis ou estágios prolongados”. E, assim contaram com a cooperação de matemáticos, médicos, engenheiros, bioquímicos etc, e quando não dispunham de brasileiros, recorriam aos latino-americanos, e, até franceses que se identificavam com a problemática terceiro-mundista.⁵²⁵

Angola

A Independência de Angola foi proclamada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) de Agostinho Neto, em dezembro de 1975, ao derrotar a Frente Nacional de Libertação de Angola (FLNA) e a União Nacional pela Independência Total da África (UNITA), diante da retirada dos portugueses. Com a ajuda dos cubanos, o MPLA derrotou os sul-africanos e instaurou a República Popular de Angola, tendo Luanda como

⁵²⁴ HILDEBRANDO, op. cit. p. 159 - 162.

⁵²⁵ Ibidem, p. 163 - 167.

Capital. Os três grupos envolvidos com a libertação e independência da Angola, o FLNA, de Humberto Holden; a UNITA de Jonas Savimbi e o MPLA de Agostinho Neto, posteriormente passaram a lutar entre si e o MPLA, de Agostinho Neto, assumiu o poder.⁵²⁶

O Brasil, apesar de se encontrar em pleno regime militar, durante o governo do general Ernesto Geisel, foi o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA, não se sujeitando à pressão dos Estados Unidos da América, situação que se deve aos diplomatas brasileiros Ítalo Zappa e Ovídio de Andrade Mello, os quais foram então considerados por esse país como aliados de Cuba. Atualmente, a posição do Brasil é reconhecidamente considerada acertada nos meios internacionais, segundo informações noticiadas no Jornal de Notícias, em Portugal.⁵²⁷

Almeri, que nos últimos anos se voltara mais para o trabalho junto à Universidade da Argélia, vai para Luanda, capital de Angola, onde chega, em 1976, como representante da UNICEF, com estatuto de chefe de representação diplomática, indicado por Frank Svensson, por considerá-lo, além de profissional competente pela experiência e maturidade, e também, por ter sido colega no exílio de alguns dos que eram ministros no novo governo de Angola, como os ministros das Relações Exteriores, colega do exílio, e o do Planejamento. Atendendo ao convite do governo recém-instaurado, permaneceu por dois meses na consultoria do Ministério da Educação, passando depois a exercer o cargo de Administrador Representante de Programas de uma Agência das Nações Unidas. O Governo angolano registrava as principais Agências das Nações Unidas como Representações Diplomáticas no mesmo nível das embaixadas sediadas no país, e, conseqüentemente, Almeri, como representante da UNICEF, era tratado como embaixador.⁵²⁸ Entretanto, apesar de não ter sido banido do Brasil, de portar passaporte, de ter o *status* da representação diplomática, de ser representante da UNICEF, o Governo brasileiro não lhe reconheceu o direito de cidadania. Assim, ele rememora o desconforto da situação ambivalente em que se encontrava, pois, apesar de ser reconhecido como uma autoridade pelos órgãos internacionais, não lhe era respeitado o direito de cidadania no

⁵²⁶ MELLO, op. cit. p. 41, 62 - 64.

⁵²⁷ In jornal O POVO. Fortaleza, 14 abr. 2002.

⁵²⁸ MELLO, op. cit., p. 44.

Brasil, mesmo não sendo apenado judicialmente e de ter saído do país com o conhecimento das autoridades no poder:

...chegou o 7 de Setembro e a Embaixada mandou-me um convite que saiu no boletim do Ministério das Relações Exteriores com meu nome, endereço... E aconteceu uma coisa muito curiosa porque um funcionário disse: “Não pode porque ele está na lista negra do Ministério”. E o embaixador reagiu e disse: “Não. Ele está aqui como eu, em paz comigo, é reconhecido pelo Governo, reconhecido por todo o corpo diplomático, pelo Ministério das Relações Exteriores e é meu convidado...” E eu fui convidado sem saber da história. Pouco depois, quando eu peço um documento, quando eu passo pela embaixada, ele me chama e diz: “Eu não posso dar por isso”. E me mostrou uma lista e disse: “Você lê esta lista e, se disser que leu, eu digo que é mentira” e saiu da sala. Nela estava o nome de Miguel Arraes e de uma porção de gente, entre as quais estava o meu nome...

O novo país atraía as atenções internacionais, recebendo correspondentes estrangeiros para observá-lo e, em 1977, chegou Gabriel García Márquez a Luanda, enviado pela *Prensa Latina* para escrever reportagens sobre Angola, cuja independência era garantida por cerca de 40.000 soldados cubanos “contra a cobiça dos sul-africanos, apoiados e mandados pelos americanos e outros mais”. No jantar oferecido na residência do Representante das Nações Unidas, Almeri teve oportunidade de conversar com esse intelectual, ocasião em que antecipou a previsão do Golpe de Estado, diante do resultado de suas observações, surpreendendo Garcia Marques. Para Almeri, faltavam duas coisas aos angolanos: “experiência de golpe e experiência democrática”. Desse contato, resultou a primeira reportagem de García Márquez sobre Luanda, cujo início refere-se à situação de escassez no país: “Não há fósforos em Luanda”, ou “lume” como lá era chamado.⁵²⁹

Essa foi a situação encontrada por Svensson que esteve por três anos em Angola a serviço do MPLA, não se tornando membro do partido africano, embora fosse convidado a participar. Em Angola via na rua pessoas que tinham enlouquecido na guerra, um fato “muito comum” quando os portugueses abandonaram o país, e “com eles muitos assimilados”⁵³⁰, deixando o terreno minado, não havendo competência para “deminar” (sic) ou limpar a área nos campos minados. Os primeiros psiquiatras angolanos que tinham voltado para clinicar neste país defendiam a política de não enclausurar os loucos, pois ensinavam, através da televisão, que a população deveria ser compreensiva com eles...

⁵²⁹ Ibidem, p. 61 - 66.

⁵³⁰ Assimilados. Termo adotado pelos angolanos para designar estrangeiros ou angolanos que incorporaram a cultura portuguesa.

Muitos mutilados... Muita fila...Quando chegava um navio de sapato, a fila era em tudo que era de sapataria. Quando chegava navio dos frangos, da carne e de ovos era fila... É porque a população negra não tinha tido o direito à cidade do asfalto... De repente, todo mundo ganhou carteira do trabalho... A carteira de trabalho implicava o direito de 5 quilos de proteína por semana, ou peixe ou carne. Não tinha onde estocar gêneros perecíveis.

Os angolanos tinham de começar “tudo do zero, de novo”, pois, na saída do país, os portugueses depredaram o maior Instituto Meteorológico da África; a Biblioteca da Universidade não tinha mais livros; jogaram no mar peças de todos os ônibus, e, assim, tudo isso tinha que ser refeito. Entretanto, “os portugueses mais pobres estavam voltando para Angola, porque também sofreram dificuldades, principalmente, em Portugal e um pouco no Brasil, também”.

Como no processo de rememoração certos “acontecimentos vividos por tabela” favorecem a confirmação de determinados fatos, Svensson, embora não tenha convivido com Almeri, chega à mesma conclusão, ao afirmar que “os choques maiores dos africanos foi ter idealizado um regime que tinha tomado a si um processo de democratização, mas não tinha o desenvolvimento técnico que pudesse veicular isso”. Para Almeri, o clima de euforia após a independência impediu os angolanos de verem a realidade, “particularmente, os luandenses”, que custaram “um pouco em aprender que tudo são flores, sim! Mas só no começo”, pois viviam em festa e, nos fins de semana festivos todos dançavam:

Dançavam os ministros, dançavam os oficiais, divertiam-se os embaixadores, vibravam os *musseques e sanzalas* (pois esta de favela é conversa de carioca). Entre os mais discretos dançavam também os cubanos, em casas suas ou em casas de ‘camaradas seguros’ que eles sabiam perfeitamente identificar.⁵³¹

O grande evento, entretanto, era o comício na praça Primeiro de Maio, onde as autoridades de Angola e dos outros países amigos exaltavam “as virtudes do povo angolano, ponta de lança de todas as forças antiimperialistas em África”, tendo “em frente do palanque o retrato de Lenine, enquadrado por outros de Marx e Engels”, lembrando “que se estava celebrando a vitória da revolução marxista-leninista, iniciada em um longínquo 11 de outubro”.

Desculpado, portanto, o locutor da Rádio de Angola que informava que, no fundo da Praça se via o retrato do Camarada Jacinto (a careca de Lenine permitia a confusão) cercado por dois cooperantes estrangeiros! Sem pensar, fazia a honrosa homenagem aos numerosos cooperantes que, bem ou mal, substituíam os médicos, os

⁵³¹ MELLO, op. cit. p. 77.

professores, os engenheiros, os enfermeiros, os agrônomos, os pedreiros e marceneiros portugueses que se mandaram para Lisboa, Pretória ou Recife.⁵³²

Os portugueses “deixavam um vazio”, mas deixavam para trás fazendas, cafezais, rebanhos, prédios, mansões, hotéis, restaurantes, lojas etc., beneficiando não só o governo, mas também o “primeiro ocupante”, situação da qual Almeri foi um dos beneficiados ao alugar uma casa de praia à Capitania dos Portos, “por não mais de vinte dólares ao ano”.⁵³³

Para Svensson, a atuação dos exilados e dos “cooperantes” que chegavam ao país envolviam diferentes motivações e atitudes. Os “cooperantes” que chegavam ao país vindos de experiências semelhantes, da Alemanha Oriental, da Tchecoslováquia, da Bulgária, buscavam “ganhar os seus pontos na hierarquia do Partido” na ocasião de retornar aos países de origem, o que para Svensson era “oportunismo”, mas “sabiam das implicações cotidianas, da transição, e não eram afetados”. Já os brasileiros, chilenos, uruguaios, portugueses, os “doutorzinhos da revolução” se achavam muito importantes e geraram problemas e dificuldades, pois tinham também os que trocavam “de mulher, de gente que tinha se metido com drogas pra ver se na cooperação em Angola, se recuperava uma nova vida etc.”

Entretanto, em 27 de maio de 1977, o mundo barroco dos exilados e dos angolanos começou a cair novamente em “ruínas”: “Algumas rajadas de metralhadoras e fuzis, no meio da noite do primeiro de maio, foi o início da tempestade que emudeceu a música e dispersou os convivas até os dias de hoje”, numa guerra que envolveu centenas de jovens recrutas, que declaravam ingenuamente: “Os camaradas estão armados para lutar e morrer, se necessário, pelo socialismo que o Presidente Agostinho Neto adquiriu para nós!”⁵³⁴

E, assim, ao lado dos angolanos, os brasileiros, não só os exilados nordestinos como também exilados e cooperantes com origem em diferentes Estados, conviveram com as agruras das conseqüências de outro golpe de Estado.

⁵³² Ibidem, p. 78.

⁵³³ Ibidem, p. 79.

⁵³⁴ Ibidem, p. 77 – 80, 93 - 94.

Guiné Bissau

O Governo da Guiné-Bissau, através do Ministro da Educação Mário Cabral, em 1975, enviou um convite a Paulo Freire e ao grupo do IDAC para contribuírem com o programa de alfabetização de adultos. Nesse período, o país contava, na ocasião, com uma população de 800.000 habitantes, com vinte “povos” ou “etnias”, vivendo num território menor do que a Suíça, uma espécie de enclave na costa ocidental da África, entre o Senegal e a Guiné-Conakry. O povo desse país lutou por 15 anos na guerra de libertação dos povos africanos contra o fascismo em Portugal, sob a liderança de Amílcar Cabral, assassinado em janeiro de 1973, o qual criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Segundo Paulo Freire, enquanto o país sofria a violência do exército colonial, por um lado, procurando matar o povo, destruir plantas e animais, por outro lado, o camponês da Guiné “combatia, produzia e educava-se, criando no fogo dos combates as instituições anunciadoras de uma nova sociedade”.⁵³⁵

O grupo do IDAC, liderado por Paulo Freire, encontrou na Guiné Bissau um novo sistema educativo produzido pelas lutas de libertação e coexistindo com o antigo sistema português. Nessa situação contraditória, buscaram a integração entre a escola e a comunidade camponesa, criando os Centros de Educação Popular Integrada, cujos princípios didáticos repousavam na interdisciplinaridade e na interação de estudo com trabalho. Assim, o grupo desenvolveu uma proposta político-pedagógica por quatro anos nesse país, através da “reestruturação da escola, da alfabetização e educação de adultos dentro do quadro do movimento de libertação no poder”, durante os anos de 1976 a 1979.⁵³⁶

Diante das dificuldades enfrentadas para implantar uma proposta de educação através do aprendizado da língua portuguesa, a linguagem do colonizador, o grupo do IDAC passou a trabalhar com a “leitura” da realidade, “centrada na compreensão crítica da prática social”, favorecendo-lhes a “clarificação”, fato que levou um deles a afirmar: “antes não sabíamos que sabíamos. Agora sabemos que sabíamos e que podemos saber mais”.⁵³⁷

A atividade educacional de Paulo Freire, a serviço do Conselho, estendeu-se a outros países da África, como Angola e Cabo Verde, onde ele atuou, principalmente, nos países

⁵³⁵ FREIRE[et. al], 1987, op. cit. p. 69 - 71.

⁵³⁶ Ibidem, p.9 - 14.

⁵³⁷ Ibidem, p. 97 - 103.

que tinham conquistado a independência política, através da sistematização dos planos de educação, cooperando, ainda, com países da Ásia e da Oceania.⁵³⁸

Niger, Costa do Marfim etc

Para Marcos Guerra, a saída da França, em 1971, para a África Negra, para o Níger, foi um período longo e muito bom para a aprendizagem, permanecendo, depois, de 73 a 76 em Abidjan, retornando a Paris em 1976, onde permaneceu por mais 10 anos.

Níger é um país de colonização francesa, vizinho à Nigéria, a qual ocupa uma imensa região, enquanto o Niger é bem menor. A serviço do IRFED, Marcos Guerra foi enviado a esse país, onde Pe. Lebret, no fim dos anos 1960, tinha ajudado a criar o plano de desenvolvimento, como também de outros países africanos como o Marrocos, Senegal, Costa do Marfim, e de algumas cidades do Brasil, como Belo Horizonte e Recife durante o governo de Arraes. Diante do temor das conseqüências com a chegada de Fleury a Paris, a saída para o Niger “foi um tanto acelerada”, tendo deixado a esposa e o filho recém nascido na incubadora de um hospital francês, até estar em condições para viajar.

O IRFED mantinha uma missão de 29 peritos e consultores junto ao Governo do Niger, atuando em programas de *animation rurale*, quer dizer, trabalho educativo em meio rural, também conhecido como um programa para a criação de cooperativas no meio rural, inclusive, nômade, ou desenvolvimento comunitário em meio nômade, no deserto Saara. No sul do Deserto Saara, o Instituto também desenvolvia uma linha de ação de planejamento regional, com financiamento do Banco Mundial. As outras linhas eram de financiamento bilateral francês. Marcos Guerra foi, então, enviado pelo IRFED para dirigir esta missão de cooperação com 29 famílias e, ao mesmo tempo, assessorar o Ministro de Promoção Humana e o diretor de *Animation Rurale*, dirigindo o Escritório de Formação de Recursos Humanos deste Ministério, ligado à Presidência da República.

O exercício dessas funções, segundo ele, propiciou a aprendizagem sobre a importância dos recursos humanos para o desenvolvimento e ocorreu em um momento privilegiado para conhecer a cultura negra, a cultura muçulmana. Os católicos lá eram menos de 10% da população, pois é um país de predominância muçulmana, cujo bispo declarava que era “um dos raros sacerdotes que tinham o privilégio de conhecer

⁵³⁸ Ibidem, p. 12.

pessoalmente cada um de seus fiéis”. Para Marcos Guerra, foi uma ocasião de especial importância ao abrir a possibilidade para uma aprendizagem inter-cultural, porque o fato de ser branco, ou de outra cultura, ou católico, num mundo predominantemente muçulmano, obriga o indivíduo a “abrir-se” para outro universo cultural. Ao mesmo tempo, a experiência foi de especial relevância pelo fato de conhecer de perto o nascimento de um país e as dificuldades de implantação de uma república com independência recente, cujo presidente, o professor do curso primário Hamani Diori, foi eleito porque dirigiu a independência. Além do trabalho na “animação rural”, Marcos Guerra também se tornou professor de Planejamento Regional na Escola Nacional de Administração, uma escola das Nações Unidas.

Na ocasião em que se encontrava na África, eclodiu a grande seca do Sael e Marcos Guerra procurou conhecer como a comunidade negra se organizava para enfrentar o fenômeno desta região. Atuando junto à Presidência da República, cooperou na organização de uma associação do conjunto das entidades que foram ajudar o país a lutar contra a seca, e posteriormente tomou conhecimento de que essa entidade continuou a existir, como uma espécie de *amicale*, no conjunto das não governamentais que atuam no país por ocasião da seca. Para permitir o diálogo entre as organizações não governamentais e o governo, Marcos Guerra criou, em acordo com o Ministro do Planejamento, uma entidade para tentar articular e coordenar as suas ações, pois cada entidade que vinha prestar ajuda agia como se o país não tivesse soberania. “A lógica da ação dessas entidades era como se nada tivesse a ver com o esforço nacional planejado da luta contra a seca”. E, assim, Marcos Guerra abriu várias frentes de trabalho nesse país, deixando, ao sair, os estudos preliminares para criação de um instituto para o planejamento do desenvolvimento, que era um investimento oneroso, mas importante para o IRFED, e seria um projeto das Nações Unidas.

Apesar das dificuldades econômicas do país, como da África como um todo, Marcos Guerra explica, na entrevista, que não existe fome porque a “política nacional não admite fome, não admite miséria”. É da mentalidade dos dirigentes e é cobrada pela população a existência de “uma política pública que obriga a compartilhar recursos, compartilhar alimentos... Existe vontade política, existe uma política pública que não admite a miséria, convive com a pobreza, mas não admite a miséria, não admite a fome do cidadão”.

Mas, novamente, como no drama barroco, as conseqüências do “mundo em ruínas” afastaram Marcos Guerra do Niger, que interrompeu o trabalho em conseqüência dos cataclismos políticos, diante da transformação do sistema partidário e do regime de governo, o qual deixou de ser presidencial para se transformar em regime parlamentar. Havia no Congresso desse país, dois programas de governo a serem analisados: “um programa seria apresentado pelo ministro à direita e o ministro Mai Mai Magana iria apresentar um programa de esquerda”. O que obtivesse maioria no Congresso seria nomeado Primeiro Ministro e o que perdesse seria preso como traidor. Convidados pelo Ministro Mai, o pessoal do IRFED, intermediado por Marcos Guerra, elaborou seu plano de governo, dele também participando o Pe. Luiz Gonzaga de Sena, sendo Marcos informado de que, se o Ministro perdesse seriam expulsos do país. Antes da redação final, ele foi chamado pelo Presidente da República que ordenou: “o senhor sai de férias amanhã”. Embora tivesse argumentado que tinha tarefas a concluir, o Presidente manteve a decisão: “Não. Eu sou o presidente da República e gostaria de ter a sensação de que ainda mando no meu país”.

Marcos Guerra saiu para a Argentina, ocasião que coincidiu com o retorno de Perón ao governo e, de lá, tomou conhecimento do golpe de Estado em Niamey, com a prisão do presidente desse país e o assassinato da esposa. E, assim, ele rememora os fatos:

Daí porque eu tinha que sair. Na minha casa, atiraram de metralhadora, só simbolicamente, furando a parede, mas sabiam que eu tinha saído. Os colegas que estavam hospedados lá, inclusive o Sena, sofreram um momento de sufoco, mas não foram incomodados e acabaram saindo. E assim eu terminei meu trabalho em Niamey. Minha família ficou na Argentina e eu fui para Paris verificar o que fazer para retirar de lá os 28 colegas e fazer toda essa negociação, ver o que fazer com o governo militar que tinha assumido.

Em 1973, a odisséia de Marcos Guerra o levou para Costa do Marfim, onde o IRFED tinha um contrato para implantar o *Office Nationale de Promotion Rurale* (ONPR), uma autarquia do Ministério do Planejamento para a promoção rural, dirigindo o Departamento de Formação de Recursos Humanos na zona rural. Para Marcos Guerra foi outra experiência de trabalho muito importante porque a Costa do Marfim, nessa época, era considerada o país equivalente ao Brasil como milagre econômico.

Nessa missão, considerada “mais modesta” por Marcos Guerra, participavam “apenas quatro expatriados, e foi um trabalho intensivo e muito importante”. A montagem do

escritório também recebeu a responsabilidade da educação básica das mulheres para a questão de saúde ligada à criança e teve a originalidade de inventar uma linha de financiamento que agregou um centavo por metro cúbico de água consumida nas cidades, como uma forma de financiar essa atividade, ou seja, quem tinha água em casa era privilegiado e estava financiando a promoção rural, a formação básica de mulheres e de outras pessoas que precisavam se qualificar profissionalmente para melhor viver no meio rural.

Segundo Marcos Guerra, a Costa do Marfim era um país com uma cultura muito diferente, um país já com várias religiões, inclusive um importante grupo animista e com alguma presença da Igreja Católica. Enquanto no Níger havia apenas cinco grupos étnicos e uma autenticidade original, pois como a colonização chegou muito tarde, não conseguiu destruir as etnias, as culturas, na Costa do Marfim, a própria multiplicidade de culturas presentes, a briga interna entre essas diferentes culturas, a presença das empresas francesas, porque no país se ganhava muito dinheiro, faziam com que se identificasse uma cultura africana mais frágil, mais influenciada pela colonização francesa. Bem diferente era a situação do Níger, onde o grupo do IRFED tinha parceiros, entretanto, na Costa do Marfim estavam diante de parceiros numa outra relação. Ao mesmo tempo, o país dispunha de uma universidade já com alguma tradição, diferentemente de Niamey, onde simultaneamente ao nascimento do país, nascia a universidade. Abidjan era uma cidade mais cosmopolita, onde o fluxo de exilados, de refugiados de outros países africanos, era uma constante.

Após esse período em países africanos Marcos Guerra retornou à França para dirigir, em Paris, um escritório de acompanhamento dos projetos que o *Comité Catholique* financiava em países em desenvolvimento.

A resistência à ditadura no exílio

A maioria dos refugiados brasileiros enfrentou a melancolia e a nostalgia do exílio, denunciando os problemas da ruptura da democracia no Brasil e alguns poucos buscaram continuar a luta política. Já que não seria mais possível na América Latina, seria na África ou na Europa. Na França, as ligações com esses países são intermediadas por brasileiros

junto ao PCF, como o fez Luiz Hildebrando, militante do PCB, enviando exilados e “cooperantes” para vários países africanos através dos entendimentos com os governos da Angola, de Moçambique e da Argélia. Os grupos de esquerda da tendência socialista, comunista e outros, *le soutien de gauche*, segundo informação de Carlos Timoschenko, eram os grupos de esquerda que discutiam o papel dos brasileiros na França e o posicionamento desse país e da Europa com relação aos exilados que lá estavam.

A preocupação de Violeta Arraes desde a chegada dos primeiros exilados era a de uni-los, reconhecendo as divergências ideológicas e as diferentes versões sobre o motivo do golpe, mas buscando a unidade no sentido de fazer com que o Brasil voltasse à democracia. Assim ela rememora a alternativa adotada:

Nós deveríamos procurar um lado que nos unisse, que era a possibilidade de fazer com que o país (Brasil) voltasse ao Estado de Direito. Que o público aceitasse e buscasse o Estado sólido de Direito, procurando mostrar, justamente, os desastres de várias áreas de exilados, onde havia falta de unidade... E não foi fácil. Posso lhe dizer que não foi fácil, mas não foi impossível. Eu penso que nós conseguimos. Nosso próprio êxito foi deixar uma impressão positiva nas instâncias que nos ajudaram.

Entretanto, alguns não exerceram atividade política, não se engajando em partido político, nem tentando de algum modo interferir na política brasileira, como Fernando Pedrão, pois afirma: “Na realidade, honestamente, eu tomei distância. Tomei distância do Brasil”. Ednaldo Miranda também preferiu afastar-se da luta política, embora desejasse retornar ao Brasil, não se envolvendo com grupos de exilados que estavam na França “para fazer a revolução no Brasil”, entendendo que, se já estavam vivendo num outro país, deveriam inserir-se nessa nova realidade e contribuir para a sociedade que os havia acolhido. Ednaldo deixou a militância partidária, embora se mantivesse sempre muito interessado e participasse de tudo o que ocorria em relação ao Brasil, ou seja, quando os brasileiros organizavam uma programação cultural, quando faziam uma programação de denúncia. Mas ele e Lucila nunca ficavam no comando, não eram ativistas, ou como acentua ela: “não éramos brasileiros fazendo a revolução lá. Isso não”. Embora Ednaldo mantivesse a ligação com o PCF e com o Partido Socialista, nos quais encontrava uma certa identidade, participava das atividades sem o compromisso político em consequência dos fatos que os levaram ao exílio. Lucila explica a posição assumida pelo marido como o resultado da “história que nós carregávamos”, não ocorrendo o envolvimento político, “nem lá com relação à França, nem com relação ao Brasil”.

O tipo de resistência de Celso Furtado no exílio se voltava para a reivindicação do “direito elementar de pensar com independência” e, principalmente, relacionado-o ao estudo da realidade econômica e social do país, como uma forma de reagir e esclarecer a política econômica adotada pela ditadura. Na Universidade de Paris, tinha a responsabilidade de organizar seminários de pós-graduação, desde 1968, em seus diversos estabelecimentos, e aproveitava a oportunidade para debater a situação corrente das economias latino-americanas, empenhando-se em demonstrar que “sem um conhecimento das estruturas e da formação histórica não era possível entender o comportamento presente das economias, em especial os fenômenos de bloqueio do crescimento, de tendências à concentração da renda, de uso extensivo dos solos, de estagnação dos rendimentos agrícolas”.⁵³⁹

Djalma Maranhão, diferentemente de Celso Furtado e de Valdir Pires, utilizou a candura, ou ingenuidade, ou os laços de compadrio da cultura da Região para se tornar o único, na condição de exilado, a receber passaporte brasileiro. Os passaportes, nesse período, eram fornecidos pelas polícias estaduais, e Marcos Maranhão, filho de Djalma, relata como atendeu à solicitação do pai para conseguí-lo:

As coisas do Brasil. Você só pode entender se você morar no Brasil... Se você for alemão ou suíço, você não entende. O Secretário de Segurança daqui, o gen. Aluísio Cavalcanti, colega do general Golbery, era mesmo que ser irmão de minha mãe. As irmãs dele e minha mãe foram criadas juntas. E papai disse: “Marcos eu preciso viajar à Europa, quero realizar exames de saúde, quero manter uns contatos e não quero ir com esse documento de exilado porque você fica permanentemente vigiado. Você se dá muito bem com o Ulisses Cavalcante e vê se você consegue um passaporte para mim lá”. Eu sempre visitava o Ulisses aqui, era quase um tio meu... As coisas do Brasil... E disse: “Ulisses, papai quer viajar para a Europa, precisa fazer exames do coração e precisa de um passaporte”. Aí o Ulisses pegou, na mesma hora, carimbou o passaporte e eu levei o retrato de papai, ele carimbou e tudo, etc. E o papai foi o único exilado brasileiro que teve um passaporte para viajar. Essas coisas do Brasil. Você só entende morando no Brasil. Um general de direita, de ultra-direita... Ele, imediatamente, dá um passaporte para o papai viajar. É o Brasil... Só no Brasil você vai ver essas coisas (risos).

Portanto, tendo o passaporte em seu poder, Djalma Maranhão não se encontrava na condição de refugiado na Europa e fez vários discursos e pronunciamentos contra o regime brasileiro, solicitando à opinião pública internacional exercer pressão para o retorno da democracia no Brasil.

⁵³⁹ FURTADO, 1991, op. cit. p. 160 – 163, 174 – 177.

Aécio Gomes de Matos, que na Argélia trabalhava na produção de publicações clandestinas, decidiu retornar ao Brasil, em 1970, ao tomar conhecimento de que sua situação tinha melhorado porque não mais invadiram seu apartamento, não voltaram a procurá-lo, sendo informado de que o haviam esquecido. Retornando do exílio na Argélia, engajou-se novamente na luta política clandestina no Brasil, com os companheiros que davam suporte aos grupos de resistência e fuga do País, sendo Ednaldo Miranda e Lucila uns dos que por ele foram ajudados:

Isso com um risco muito alto. Altíssimo. Você juntava um profissionalismo com um amadorismo total. Então você entrava num apartamento de alguém tinha fotografia na parede fazendo treinamento de fuzil. Então todo mundo sabia da vida de todo mundo. Então você entrava num processo de ação conjunta e via lá na frente que tinha um caso de amor de duas pessoas se encontrando e tudo fragilizado por causa disso. Aí eu mudei um pouco a minha atividade. Então eu comecei uma atividade legal, em favelas aqui no Recife, organizando as comunidades de bairro, onde fiquei até os anos 80.

Entretanto, outros exilados envolveram-se com os movimentos de resistência no Exterior e voltavam clandestinamente ao Brasil, como Suzana e Bruno Maranhão, militantes do PCBR. Após a saída do Brasil foram para o Chile e lá permaneceram um período, até a queda de Allende, quando voltaram para a Europa. Por duas vezes, nos anos de 1976 e 1978, Bruno entrou clandestinamente no Brasil, retornando com Suzana em 1979, após a anistia política. Embora o PCBR tenha sido esfacelado no Brasil, resistiu no exílio e se reorganizou na França, onde o casal teve “o privilégio de estar permanentemente, cotidianamente com essa direção”, quando se reuniam de forma ampliada. Como na Europa, o Partido transformara-se em um “coletivão”, Suzana participava das reuniões, embora não fosse da direção. A militância de Bruno e Suzana Maranhão no Exterior ocorria, também, através da ativa atuação em grupos ligados à Anistia Internacional, como o Comitê Brasileiro pela Anistia, em Paris, o CBA, participando de suas atividades. Para Suzana e outras exiladas, foi um momento “extremamente rico”, pois o exílio despertou-as para a questão do feminismo, integrando-as ao movimento feminista internacional, ocasião em que participaram da criação do Círculo de Mulheres Brasileiras, em Paris, o qual congregava não só as refugiadas, mas também as brasileiras que se encontravam na França cursando doutorado, mestrado, ou mesmo

trabalhando e que chegou a envolver 150 mulheres.⁵⁴⁰ O Círculo é assim descrito por Suzana Maranhão:

A gente fazia grandes assembléias e reuniões semanais, em grupos de oito, que eram verdadeiras células, onde a gente discutia, lia-se muito, estudava-se. Além disso, tinha a ampliação dos contatos políticos na Europa para apoio à revolução brasileira. A gente editava lá uma revista e um jornal chamado *Revolution Brésilienne*, onde escreviam brasileiros e também franceses e alguns companheiros comunistas e socialistas de outros países. Era um trabalho intenso, um trabalho árduo. Até que voltamos, em 79, com a anistia.

Um intenso trabalho de informação e conscientização da opinião pública francesa sobre o que se passava no Brasil foi realizado por Violeta Arraes, contando com a ajuda de Marcos Guerra e de outros exilados. Em Paris, Marcos Guerra, tanto no começo do exílio, em 1965, como no segundo exílio francês, em 1976, teve a oportunidade de participar no Comité Catholique Contre la Faim e, através dele, realizava uma série de palestras em Paris, na *Campagne* (interior da França), sobre as questões do desenvolvimento, sobre a necessidade da sociedade francesa apoiar o desenvolvimento de países do Terceiro Mundo. Então, o filme *Vidas Secas*, “um filme extraordinário”, foi tomado como base para discutir o Brasil, o qual “suscitava o debate e um diálogo muito bom com a comunidade francesa”. Marcos Guerra afirma “ter visto umas seiscentas, 900 vezes esse filme” e discutido com a comunidade francesa. Outra das muitas atividades dos grupos de resistência no Exterior foi organizada pelo Comitê Brasil de Anistia, recém-criado no ano de 1969 ou 1970, através da realização de um programa “importantíssimo” viabilizado por Violeta Arraes na PROROPAN – Europa 1, uma emissora de rádio de enorme influência na Europa. A convite de Violeta, Marcos Guerra participou como intérprete de Louis Malle, grande cineasta francês, que falou sobre o Brasil no horário nobre, de 10 às 15 horas. E, assim, Marcos Guerra, por falar bem a língua francesa, foi o “âncora” do programa de informação sobre o que estava acontecendo no Brasil. O programa teve também o testemunho de pessoas com a voz deformada para não serem reconhecidas, ocasião em que relataram o que estava acontecendo, a tortura que sofreram, o que sabiam, prestaram informações, confirmaram informações, trouxeram novos dados e, ao mesmo tempo, buscaram algo que

⁵⁴⁰ Sobre as memórias das exiladas, ler COSTA, Albertina de Oliveira (et. al). Op. cit.; CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à Luta Armada**. São Paulo: Globo, 1988; FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

sensibilizasse os franceses no campo da cultura brasileira. Geraldo Vandré, que se encontrava em Paris, na ocasião, aceitou o convite dos brasileiros para cantar durante o programa. Esse tipo de militância e a denúncia permanente geraram problemas para Marcos Guerra, pois o “programa deve ter sido a gota d’água”, e provocou sua procura por Sérgio Paranhos Fleury, que foi à França, não só por sua causa, mas também de uns poucos, para eliminá-los “ou trazer de volta para o Brasil”.

A luta pelo direito de ir e vir portando o passaporte brasileiro foi uma luta constante, conforme o relato de Marcos Guerra, que acusa o governo de dificultar a vida legal dos refugiados, transformando a atividade diplomática do Itamarati em funções de polícia, procurando obrigar os brasileiros no exílio voltar para o país ou a calar-se. O jornalista Elio Gaspari, no artigo *A mão esquerda do general merece ser lembrada*, publicado na Folha de São Paulo, em 8 de agosto de 1999, relata que “as embaixadas mantinham um ‘Fichário de Pessoas com Registro de Atividades Nocivas à Segurança Nacional’”, e as pessoas que estivessem arroladas nessa lista estavam impedidas de receber passaporte e até mesmo de registrar os filhos. Entretanto, em alguns casos, os exilados tinham a situação contornada pelo bom senso e a humanidade de alguns diplomatas e, em outras situações, foram criados por eles sérios problemas. A primeira vez que Marcos Guerra teve de renovar o passaporte, depois de fugir do Fleury, foi em Niamey, onde residia. Como lá não havia Embaixada do Brasil ele foi para Dacar, em 1972, pois os passaportes eram renovados de dois em dois anos.

Encontrei lá uma embaixadora que disse que meu nome estava numa lista e que não podia renovar meu passaporte. Eu tinha uma carta do presidente da República, Douori, pedindo o empenho pessoal do embaixador e a colaboração para que eu fizesse a renovação por causa do trabalho. A embaixadora, diante disso tudo, decide guardar a lista na sua gaveta, e “teve um problema cardíaco”. Chamou o substituto dela, a quem disse: “Eu me encontro agora mal como eu estive a poucos dias e tenho que fazer um *check-up* cardíaco. Cuide deste senhor. Só entregou a ele a carta do presidente e não mostrou a lista confidencial que ela tinha enquanto embaixadora e eu retornei para Niamey. Dois anos depois, precisei renovar em Abidjan, ainda trabalhava em Niamey e fui recebido por um outro, já num comportamento policial, mercador. Eu fui entrevistado longamente sobre opções, o que fazia, sobre quem conhecia, quem denunciava a ditadura e terminaram me entregando o passaporte. Quando me irritei e não aceitei o convite para mudar de lado, e, então ser bem tratado pelo governo. Disse que tinha caminhos para denunciar e então mostrei os caminhos. O rapaz abriu a gaveta e mostrou que toda a conversa tinha sido gravada e disse que seria enviada para Brasília, mas ele tinha autonomia para renovar o passaporte ou não e estava decidindo naquela hora se renovava.

Dois anos depois, Marcos Guerra, ao ter novamente de renovar o passaporte em Abidjam, foi acusado de estar com passaporte falso. A questão chegou ao embaixador na ocasião. Marcos Coimbra, posteriormente Secretário Geral do governo Collor, ouviu suas explicações e lhe pediu desculpas ao resolver a situação e se tornou seu amigo, convidando-o a comparecer às solenidades e reuniões quando chegava uma delegação brasileira, “inclusive uma delegação da Escola Superior de Guerra”.

A luta pelo direito de ir e vir de Marcos Guerra continuou ao retornar a Paris, quando, tendo cumprido o novo período para renovação, em 1977, o passaporte lhe foi tirado pelo consulado brasileiro:

No consulado brasileiro, 122 – Champs Élysée, eles me tiraram... Na hora em que você chega com um passaporte pra renovar, você tem que entregar e eles dizem: “Não vamos mais renovar”. Nessa época o Comitê Brasileiro para a Anistia identificou esta situação para muitos e nós fizemos um mandado de segurança contra o Ministro das Relações Exteriores, o ministro Azeredo da Silveira. E eles chamaram para negociar cada um, dos provavelmente dez mil que se encontravam nessa situação no mundo inteiro, propondo o que nós chamamos, o Comitê para Anistia, de “ficaporte”. O passaporte válido para permanecer no país em que residia, mas proibia de veicular a notícia do que estava acontecendo no Brasil. Eu não aceitei e fiz um mandado de segurança, junto com Sebastião Salgado e nós lutamos até o fim. Ceio que nós fomos os dois únicos que lutamos até o fim. E eu tenho o orgulho de ter um passaporte que marca a mudança da legislação brasileira. O passaporte com o qual eu vim ao Brasil em 79, é um passaporte onde está escrito: “Passaporte emitido *ex-video*, decisão do Supremo Tribunal”. Quer dizer: o Itamarati deu porque o Tribunal mandou dar.

Para a legislação internacional, o passaporte é do cidadão, o qual tem o “direito de ir e vir”, não é uma prerrogativa do governo de um determinado país. Entretanto, a ditadura militar, ao criar uma legislação “extra constitucional” (sic) trabalhava com a hipótese de que o passaporte era do Governo e poderia concedê-lo a quem e quando o desejasse. Portanto, as dificuldades com a perda da cidadania também provocavam a situação de instabilidade e insegurança para a família do refugiado político. As mesmas dificuldades ocorridas com Pedro Albuquerque Neto para registrar o filho no Canadá, também ocorreram com Paulo Lincoln ao tentar o registro civil do filho Adriano, e com Mariana, filha de Marcos Guerra. Adriano nasceu na Alemanha, no final de 1975. Como não tinha nenhuma documentação, a criança não podia ser naturalizada brasileira: “Não podia ser alemão porque não era filho de alemães, e não podia ser brasileiro porque a Embaixada brasileira me negava a nacionalidade dele”. Com Daniela, a primeira filha de Paulo Lincoln e Ângela, nascida em 1972, no Chile, o casal não teve esse problema: “A pessoa que nasce

no Chile é chilena, independentemente de ter pai ou mãe chilena. Não tem a menor importância”, então a criança foi registrada como chilena. Já na Alemanha, como o filho não podia ser registrado como cidadão desse país, Paulo Lincoln teve de recorrer ao Consulado brasileiro, ocasião em que recebeu a informação de que os documentos apresentados não comprovavam nada porque ele, Paulo Lincoln, “não era aceito como brasileiro”. Embora a saída do Brasil não tenha sido em consequência de banimento, pois cumprira pena e saíra livremente, portando carteira de identidade, a qual naquela época e ainda hoje é aceita para percorrer livremente a América Latina sem necessidade de passaporte. O fato abriu um precedente para dar entrada em um mandado de segurança na Justiça brasileira, requerendo os documentos necessários, e só ao cabo de mais de um ano, ou seja, no final de 1977, ele conseguiu o passaporte. Para Paulo Lincoln, talvez esse problema tenha sido “o estopim” da decisão do retorno. O Consulado brasileiro também não aceitava emitir passaporte para a filha de Marcos Guerra que nascera em maio de 1978, pois, na França, os filhos dos exilados poderiam ter as duas nacionalidades. Como essa atitude já era esperada, para conseguí-lo, Marcos Guerra retornou acompanhado de um repórter da televisão francesa:

Esse senhor, agindo como policial disse que recusava o passaporte, mas venha aqui olhar pela janela. Ele foi à janela, 122, Champs Elisée. Ele disse: “o que é aquilo?” “É um carro da TF 1, da Televisão Francesa - F1, que está ali e que vai subir para lhe entrevistar e o senhor terá que explicar que história é essa de democracia no Brasil, porque o senhor, no Ano Internacional da Criança o senhor nega o passaporte à filha de um exilado. Então eu estou querendo o passaporte, vocês não estão querendo dar então vocês vão se explicar diante da opinião pública francesa.” E estava lá o repórter, claro que ele ficou muito furioso e me deu o passaporte.

Diógenes Arruda, ao ser retirado do Brasil pelo PC do B, recebeu a incumbência de realizar o “trabalho internacional do Partido”, tendo Tereza Costa Rego cooperado nesta atividade no Exterior e cujo nome de guerra passou a ser Joana. Essas informações são por ela deduzidas, pois não tinha acesso às decisões do Partido, sendo informada por Diógenes apenas do essencial. O casal foi inicialmente para a Argentina, mas, com o “endurecimento” do regime político, tiveram de ir para o Chile, e, depois, com o golpe de Pinochet, refugiaram-se, inicialmente, na Embaixada da Argentina, mas foram obrigados a fazer outra opção, pois esse país passou a oferecer apenas “asilo político, mas não

territorial”⁵⁴¹. E, assim, foram aceitos pela França, onde passaram a residir num apartamento “muito simples, mas muito agradável”, sem convívio com a vizinhança, fato que, de uma certa forma, os mantinha “clandestinos”, mesmo fora do Brasil.

O exílio do casal também pode ser considerado “virtual”, pois tinha residência na França e em Portugal, em virtude de Diógenes não gostar de residir em Paris, por não conseguir falar francês, situação que o fazia sentir-se isolado da população, e explicava: “Papagaio velho não aprende a falar”. Então, do mesmo modo como Arraes tinha casa em Paris e Argel, Tereza e Diógenes tinham em Paris e Lisboa, deslocando-se constantemente para outros países. Foram muitas vezes para a China, para a Albânia muitas vezes, mas Diógenes trabalhou, prioritariamente, com o Partido Português e com as células do PC do B que havia em vários países, principalmente no Chile, participando de células no Exterior com outros exilados que também eram “pessoas categorizadas” que tinham fugido do Brasil. Diógenes desenvolveu a atividade política no exílio, trabalhando “com os Partidos irmãos da Argentina, Espanha, Itália, França”, partidos que eram próximos da China e da Albânia, fundando, também, o Partido Comunista Português Revolucionário (PCP (R), partidos marxista-leninistas ligados à ala dissidente do PCB.⁵⁴²

Francisco Julião também participou com outros exilados das articulações políticas de brasileiros e latino-americanos para o retorno de seus países à democracia. Participou do movimento liderado por Leonel Brizola para reorganizar o PTB, “aproveitando a força da legenda, à qual pertencera a Getúlio Vargas, e dando-lhe acentuada feição esquerdista”. No *Encontro dos Trabalhistas do Brasil com os Trabalhistas do Exílio*, realizado em Lisboa, de 15 a 17 de junho de 1979, aprovou com o grupo de brasileiros que se encontrava em Portugal a luta pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte.⁵⁴³ Apesar de Miguel Arraes também participar desses movimentos e, segundo Svensson, ter tentado se anunciar social-democrata, Leonel Brizola tinha mais peso político nos países sociais-democratas do que o Arraes.

A passagem de Leonel Brizola na Alemanha foi um momento muito importante segundo a narrativa de Sérgio Buarque, porque, do seu encontro com os refugiados em

⁵⁴¹ O asilo político territorial permitia a permanência na Embaixada, mas não dava o direito de residir na Argentina, devendo o indivíduo asilado fazer uma opção para ir para outro país.

⁵⁴² Sobre o PCP(R) ver Lições das conferências regionais do partido. **BANDEIRA VERMELHA**. Semanário, ano IV. Lisboa: p.3. 29 ago. 1979.

⁵⁴³ TAVARES, op. cit. p. 178.

Colônia, surgiu “um grupo de brizolistas tardios, alguns ex-guerrilheiros, alguns ex-trotskistas”, que passaram a ver nele “uma alternativa de esquerda de massa”, diante da necessidade de aglutinar a esquerda no Brasil.

Já estava consciente de que a gente estava muito isolado e que não era assim que se fazia mudança social... Eu achava que você tinha que ter um movimento social mais lento, mas com raízes sociais. Mas não estava muito claro isso. E Brizola começa a ser o cara que faz essa síntese entre nós que nos intitulávamos na época de nova esquerda, a gente começa a pensar num movimento social mais abrangente, movimento de massa de defesa democrática, então numa proposta de esquerda, uma articulação que nós pensávamos num futuro PTB, mas brizolista, uma proposta de esquerda... Quando eu voltei para o Brasil era essa a proposta. Eu me lembro de ter viajado a Munich, Amsterdã, Paris e encontrei algumas vezes o Brizola. Brizola fez um movimento enorme, muita gente se envolveu, Rui Mauro Marini, pessoa muito conhecida na Alemanha, o dr. Santos, era um time assim de muita gente com história no campo da esquerda.

Na Argélia, Manoel Messias permaneceu um ano trabalhando na divulgação de problemas sociais e econômicos do Brasil, denúncia de torturas etc. Após uma permanência de quase um ano e meio no Canadá, Manuel Messias desejava voltar a estudar e sentia-se atraído pelos acontecimentos em Portugal, com a Revolução dos Cravos, mas foi para a Argélia atendendo o pedido de Miguel Arraes, só chegando à França, em 1975, para cursar o doutorado do *troisième cycle* na Sorbonne I, no Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social (IEDES). Nessa ocasião, surgiram as primeiras idéias, juntamente com Sérgio Buarque, no Café Triumph, em Paris, para criar o *Centro Josué de Castro*. Com esse fim, estabeleceram contatos com os refugiados Clodomir dos Santos Moraes (advogado, assessor das Ligas Camponesas e deputado federal cassado em 1964), Paulo Freire e outros, situação que facilitou o desenvolvimento da idéia ao retornarem ao Brasil.

No Exterior, Manoel Messias retomou o contato com o pessoal do Partido Comunista ligado a Armênio Guedes, que morava perto de sua casa em Paris, e com Prestes, “através de Nilson Miranda, que é dos Miranda, lá de Alagoas”, mas mantinha apenas o papel de colaborador, apesar do Partido estar se refazendo, “voltando a ser importante”, em virtude do fracasso da guerrilha, preparando-se para voltar à legalidade.

Na Europa, os exilados recebiam apoio das organizações de origem, mas ocorria uma “luta ideológica muito intensa”, entretanto, mantinham a luta de frente pela anistia, através da realização de congressos, dos *media*, da organização de comitês. A esquerda refugiada na Suécia era, predominantemente, de estudantes, tendo eventualmente, algum professor.

Eram jovens estudantes e muitos dos quais fizeram parte dos grupos da luta armada, como ALN, PCBR etc., e haviam estado no Chile. O que os unia, de uma certa forma, era a luta pela anistia, através da organização de comitês. Havia a compreensão da esquerda de que esse tipo de organização nos países do Leste Europeu não conseguiria obter nenhuma repercussão no Brasil, sendo mais importante atuar naqueles países onde os *media* pudessem falar deles. A Suécia, onde foram instalados cinco comitês, a Inglaterra e um pouco a Alemanha, nas cidades de Colônia e Munich, eram importantes neste sentido, sendo considerados mais exitosos os Comitês dos governos social-democratas, como o da Suécia que “tinha todo o interesse em apoiar uma terceira linha, não ‘dólar’ e não soviética, como o governo Alfonsin, na Argentina; Allende no Chile, antes de cair...” Os comunistas, segundo Svensson, eram muito ajudados, “mas em silêncio, a preço de silêncio. Não saía notícia nenhuma do Partido, nem coisa e tal... Às vezes, uma notícia quando vinha uma personalidade junto com o Gregório e coisa assim”.

A literatura produzida no exílio foi também uma forma de resistência e denúncia. A Voz Operária, jornal do Partido Comunista, “nunca deixou de circular no exílio”, como também os periódicos da anistia, e outras publicações, que também circulavam no Brasil, embora fossem censuradas e apreendidas. O semanário *Opinião* foi criado no ano de 1971, quando Furtado se encontrava na American University, em Washington, organizando cursos sobre Teoria do Desenvolvimento e Economia Latino-Americana, ao atender a proposta do industrial Fernando Gasparian. Furtado acatou a proposta, que era a de colaborar na edição de um “semanário de idéias” a ser editado no Rio de Janeiro, com o intuito de abrir “um debate sobre a política econômica que vinha sendo seguida no Brasil e era apregoada por poderosos meios de propaganda como um ‘modelo’ a ser seguido nos países do Terceiro Mundo”. O *Opinião* conseguiu sobreviver a todas as formas de perseguição durante cinco anos, inclusive com “detenção ocasional de seus diretores”, conseguindo se manter através de entendimentos com Le Monde, de Paris, e da produção de artigos de Celso Furtado e outras publicações internacionais para a transcrição de matérias. Com a proximidade de expirar a pena de cassação dos direitos políticos, Furtado passou a ter muito cuidado com o que escrevia, adotando uma linguagem técnica e mantendo o controle dos documentos, estando atento à censura, embora tivesse conhecimento de que, no caso de ser aplicada, poderia impetrar recurso judicial, mas,

mesmo assim, um ensaio de sua autoria foi suprimido pela censura. Marcos Guerra também relata que, na chegada em Paris, praticamente dois ou três meses depois, participou com o médico paulista Luiz Hildebrando Pereira da Silva, com o jornalista carioca Raul Riffe e outros, da elaboração de um “jornalzinho mensal”, o CPI – Comitê Brasileiro de Informação. Os responsáveis pela elaboração do jornal reuniam-se na casa de Raul Riffe. O objetivo do jornal era informar o pessoal do exílio sobre o que estava acontecendo e manter a “denúncia permanente”, uma atividade que era facilitada pelos meios de imprensa franceses.⁵⁴⁴

Assim sendo, grande maioria dos exilados continuou a militância fora do País, produzindo material político desde a organização e publicação de revistas como a DEBATE, e livros, artigos, panfletos etc... A revista *Temps Modernes*, da França, dirigida por Jean Paul Sartre, tornou-se um *fórum* internacional aberto aos exilados para a denúncia da repressão e do impedimento do exercício dos direitos políticos, isto é, da perda da identidade política. Apesar dos exilados serem afastados do cenário político brasileiro e de se defrontarem com outra prática política, com outras idéias, permanecendo, entretanto, a ligação com o Brasil e o persistente desejo de interferir, do Exterior, na conjuntura política que era controlada pela ditadura militar.

Questões de identidade cultural e política

Os elementos da identidade cultural e política com os países de cultura ibérica são identificados nas narrativas dos exilados, como também as dificuldades de inserção social e política, vividas no cotidiano do exílio nos países de cultura escandinava e anglo-saxônica. Esses elementos podem ser identificados também nas memórias e relatos de mulheres brasileiras exiladas, cujas experiências políticas e pessoais foram vivenciadas não só nos países da África, como também em outras nações da Europa, principalmente na França, e que foram publicadas no livro *Memórias (das mulheres) do Exílio*, idealizado e escrito por exiladas brasileiras. O livro trata das memórias do Grupo de Mulheres em Lisboa,

⁵⁴⁴ FURTADO, 1991, op. cit. p. 181.

originado do primeiro Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior criado por Zuleika Alembert, no Chile. Nos relatos, há consenso quanto às dificuldades de adaptação ao exílio em países europeus, entretanto, tal não ocorre nos países latino-americanos, em Portugal e na África.⁵⁴⁵

Sérgio Buarque de Holanda, no livro *Raízes do Brasil*, dá indícios para comparar esse tipo de relação entre o latino-americano e o europeu, entendendo que, diferentemente dos indivíduos forjados pelo protestantismo ascético, os indivíduos nascidos no Brasil são avessos a atividades morosas e monótonas. Diferentemente do europeu, influenciado pela doutrina de trabalho do pietismo ascético, a personalidade individual do brasileiro não suporta o comando de um sistema exigente e disciplinador. O trabalho, para o brasileiro ou para o latino-americano, é buscado “em nós mesmos e não na obra”. A ascensão rápida na burocracia exerce forte atração nos brasileiros, ocorrendo uma luta constante para atingir rapidamente aos mais altos postos. Assim, as atividades profissionais tornam-se “meros acidentes” na vida dos brasileiros, uma situação diversa do que sucede com outros povos, pois, segundo Weber, para o europeu, o trabalho tem uma conotação quase religiosa. A cultura européia, com ênfase no significado ascético de uma vocação fixa, formou, segundo a teoria weberiana, uma “justificativa ética para a moderna divisão do trabalho”.⁵⁴⁶

Para alguns exilados, como Ednaldo e Lucila, não ocorreram dificuldades na adaptação, pois a mentalidade européia e a organização do europeu, particularmente da francesa, eram valorizadas por Ednaldo. Lucila relata: “Ele gostava daqueles limites, daquele respeito que os franceses estabelecem. Nunca reclamou dessa coisa que todo brasileiro: hum, os franceses são chatos, que o francês é um chato, que o francês não permite que você...” e, assim, não sentiram a rejeição do francês à condição de refugiado sul-americano. Entretanto, Lucila explica que o fato de residir noutra cidade da França é diferente de residir em Paris, a metrópole, onde é outra a experiência de vida. Para ela o contato com os franceses “foi de muita aceitação, de muito acolhimento, dentro desse distanciamento que eles estabelecem”, mas que, também, são capazes de estabelecer fortes vínculos, pois foram preservadas as amizades feitas no período do exílio até o momento atual.

⁵⁴⁵ COSTA, [et. al]. op. cit.

⁵⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 155-156; WEBER, Max. **WEBER**: Sociologia. Gabriel Cohn (org.) Ed. Ática, SP, 1991. p. 211.

Os que não tinham o interesse imediato em ingressar no sistema universitário ou não portavam um título acadêmico enfrentavam maiores dificuldades de adaptação, como no caso de Carlos Timoschenko, que chega em Paris, como refugiado do Chile, com apoio da ONU e da Cruz Vermelha, mas que também rememora a tradição da França na recepção aos refugiados:

Lá na França se chamava Comité Catholique, que era um grupo que apoiava os exilados, como eles chamavam os exilados do Chile. Aí nós fomos para um castelo que se chamava... Era Manson Sur Roges... Manson a cidade, Sur Roges, quer dizer: sobre o rio Roges ... Depois nós soubemos que esse castelo era uma... tinha uma torre lá no alto, que Luiz XV se encontrava com sua amante e teve essa história... E nós ficamos aí e começou a lei da sobrevivência, não é? ... No Chile não... Na França foi muito diferente porque nesse mesmo castelo, nos finais de semana, algumas mocinhas de colégios da França e da Suíça também se hospedavam lá. Era um tipo castelo para hospedagem. E as meninas nos olhavam assim com indiferença, achavam que nós éramos bichos. Éramos um tipo... Elas chegaram a me perguntar: “Vocês lá passavam o dia todo dançando, não é?”... Porque do Brasil só conheciam Pelé, café, dança, índio e carnaval. Dantes estranhavam a gente, ficavam assim cismadas com a gente, mas com o tempo... Pouco tempo depois nós fomos assistidos pela Cruz Vermelha e pela ONU e pelo Comitê Católico e nós fizemos um curso de francês. Curso intensivo de três meses, e aí começamos a conhecer mais ou menos a França e saímos para conhecer Paris.

Mas a sobrevivência para alguns refugiados é difícil, pois, segundo Timoschenko, “o governo não dava muito apoio”, e precisava ter um emprego legal para permanecer na França como exilado e ter direito a alugar um apartamento. Então, conseguiu um emprego numa multinacional, a *Harvery Instance*, que fabricava peças para caminhão e trator, trabalhando durante dois meses para ter a carteira assinada. Com a ajuda do Governo francês, alugou com um argentino, um uruguaio e um chileno, um apartamento, *gessones*, na *banlieue*, na periferia de Paris, o que faz Timoschenko afirmar: “O que nós tínhamos direito era morar na periferia de Paris”.

Embora a França fosse mais aberta na recepção dos refugiados, para Lucila, quando se tratava da questão de adaptação, o fato “de ser estudante, ser jovem, ter uma formação” era mais fácil para assegurar um espaço na sociedade francesa, diante dos problemas enfrentados “com a mão-de-obra barata, a mão-de-obra desqualificada”, que solicitava refúgio no país, oriunda, dos países da África e, principalmente, da Argélia, em consequência dos resquícios do colonialismo e das lutas políticas internas.

Então eles já tinham esse cuidado e você sentia que era um dos critérios que normalmente favorecia quem tinha uma qualificação. Então quem já era profissional formado tinha mais possibilidades de ser aceito pela França. Mas não era uma coisa

como o Canadá fazia, como outros países faziam. Como se fizesse realmente uma seleção.

Este processo de “captação de cérebros” foi facilitado pelos movimentos de exílio, que ocorreram de forma esporádica, pois tanto os países com governos de direita como os de esquerda aproveitavam os que lhes requeriam refúgio. Não só para Lucila como também Marcos Guerra, os que eram qualificados tinham mais chances do que os menos qualificados. Foi essa a experiência “dramática” enfrentada por Marcos Guerra na *Société Amicale* quando recebia os brasileiros, tanto da liderança estudantil, “extremamente jovem e envolvida na luta armada”, quanto com a “liderança camponesa do tipo de Manoel da Conceição e outros”, cuja reinserção social e cultural era difícil. Entretanto, esse problema também podia acontecer com os originários ou oriundos do país, não se tratando só de discriminação aos brasileiros ou latino-americanos, segundo acrescentou o filho de Marcos Guerra presente à sessão de entrevista.

Com alguns exilados a qualificação não facilitava a inserção no meio profissional, como ocorreu com Laly Carneiro, que saiu do Brasil já diplomada em Medicina e teve de voltar à Faculdade novamente para ser aceita e trabalhar na sociedade francesa. Igualmente, Roberto Lascada, professor da UNB, sociólogo de “altíssimo nível”, segundo Marcos Guerra, cujo trabalho conseguido através da *Société Amicale* para um começo de sobrevivência, foi o de carregador em um mercado de abastecimento, “equivalente ao CEASA”. Entretanto, acrescenta

Só que ele não tinha saúde nem preparo físico para isso. O segundo trabalho para ele foi de dobrar embalagem, numa fábrica de embalagens, onde, inclusive, ele com o nível diferente dos outros imigrantes que trabalhavam ali, estabeleceu uma nova rotina que aumentou a produtividade e o mais antigo dos operários, argelino, imigrante, o chamou e disse: “Não faça isso. Não vamos mudar o método, não diga ao patrão que pode ser diferente. É evidente que nós todos podemos ganhar com isso, mas não vão conservar todos nós e se isso aqui mudar ele vai precisar de novos empregados”. E Roberto Lascada não se contentou e aperfeiçoou a coisa e apresentou como uma vitória. Ele, que foi o último a chegar, foi o primeiro a ficar desempregado.

As dificuldades de adaptação de Timoschenko, como refugiado sem uma profissão definida, foram resolvidas quando descobriu, após alguns meses, que podia dar aulas, pois fora mestre de capoeira no Brasil e poderia também fazer teatro e cinema. Foi “muito bem aceito” pelos franceses e passou a ensinar capoeira como dança e não como luta, organizando, também, com a companheira francesa um grupo de música brasileira. Após

algum tempo, tentou retomar o curso que tivera de abandonar no Brasil, não conseguindo concluí-lo para retornar ao Brasil após a Anistia.

Os exilados, além de sofrerem os problemas de adaptação, passaram a conviver com os problemas de rejeição nos países de refúgio, não só diante da condição de refugiado político, como também diante da diversidade cultural. O relato de João de Paula demonstra uma das principais dificuldades. Ao sair do Chile para a Alemanha, teve grande dificuldade para se adaptar à cultura desse país, “por ser muito eurocêntrica”, sentindo-se rejeitado pelo fato de não dominar a língua alemã ao chegar e pelo preconceito e discriminação ao trabalhador estrangeiro. O mesmo refere Sérgio Buarque, para quem o choque com a diversidade “cultural foi de uma violência muito grande. As pessoas ficaram um pouco desorientadas, muita ansiedade”... A adaptação aos costumes e à vida cultural alemã, do ponto de vista da inserção na sociedade ocorreu de forma muito desigual, pois dependia dos espaços que ocupavam no campo profissional ou estudantil. A integração de Sérgio Buarque à vida cultural alemã foi dificultada pelo fato de trabalhar três a quatro anos, convivendo mais com brasileiros na Alemanha, tanto no ambiente de trabalho, como escrevendo para clientes em português, falando português, o que lhe facilitou a inserção profissional, mas criou dificuldades de adaptação ao meio social. Mas outros refugiados que tiveram atividade profissional através da qual conviviam mais diretamente com alemães conseguiram uma integração maior, como Paulo Lincoln que trabalhou numa empresa de informática, com processamento de dados. As dificuldades enfrentadas diante das diferenças culturais eram sempre um empecilho muito grande para a inserção no meio cultural, como também diante das frustrações da situação de exílio, ocorrendo forte tendência do grupo em se aglomerar e permanecer junto, formando guetos. Sérgio Buarque mantinha constante contato com os brasileiros, especialmente com o grupo dos cearenses João de Paula, Rute Cavalcante, Paulo Lincoln e Ângela, e, também, com o grupo formado por pessoas de outros Estados e alguns franceses.

João de Paula explica que o refugiado, em geral, é discriminado porque os alemães têm uma falsa imagem da figura do trabalhador estrangeiro, e um “preconceito enorme” com as pessoas que não conseguem falar o idioma do país, principalmente os turcos. Assim, a adaptação de João de Paula à cultura alemã se deu pela persistência em romper os desafios, conforme ele rememora como enfrentou as dificuldades:

Eu me lembro que a coisa mais forte que eu tinha era assim: “eu vou aprender esse alemão, eu vou mostrar para esses alemães que eu vou aprender a língua deles que é difícil, que é braba, para mostrar que eu tenho valor e me comunicar com eles a altura”. Então eu colocava isso como desafio: “vou quebrar os preconceitos deles mostrando meu valor”. Isso em relação à Universidade também: “eu vou mostrar que posso entrar nessa coisa”. Eles exigiam um exame de alemão para você entrar na Universidade: “vou mostrar que eu aprendo esse alemão”. Eles deram um curso de um ano: “eu vou passar nesse negócio e mostrar o meu valor”.

As dificuldades de adaptação e de integração à sociedade européia também estavam ligadas ao reconhecimento, ou não, dos cursos de nível superior do Brasil, uma situação que ocorreu com Marcos Guerra, na França; Paulo Lincoln, João de Paula, Sérgio Buarque, na Alemanha; Moema São Thiago, em Portugal etc. Paulo Lincoln, que já se encontrava na fase de conclusão da dissertação do Mestrado iniciado no Chile, só foi aceito na Alemanha após revalidar o diploma de Engenheiro Mecânico, sendo-lhe exigido cursar mais um ano, “só a cadeira de solda” e, posteriormente, começar a fazer uma revalidação de Engenharia Econômica, que era o seu desejo. E, assim, teve que trabalhar numa área na qual não tinha maiores interesses, na área de Computação e Processamento de Dados, porque necessitava manter a família.

O que facilitou a compreensão das relações na sociedade e na cultura da Suíça, para Vando Nogueira, foi a descoberta de que “aquele modelo de sociedade tinha a adesão da população”. Segundo ele afirma:

A Suíça, acho, é um dos poucos países do mundo onde a sociedade vive em armas. Todo suíço, com mais de 18 anos, tem um fuzil em casa com uma caixa de balas. Ele serve nas Forças Armadas primeiro por três meses, e depois, até 46 ou 48 anos, não me lembro bem. Eles vão a treinamento durante três semanas por ano, obrigatoriamente. E pode ser médico, engenheiro, quem quer que seja, tem de fazer treinamento militar. E eu pensava o que aconteceria num país, na própria Itália, na própria França, na própria Alemanha, na América Latina nem se fala, se o povo tivesse armas num momento de enfrentamento social. E aí fui também entendendo essa coisa do que é ganhar a população pelo convencimento ou manter a população pela força. Estava muito claro que a ideologia burguesa tem a capacidade também de convencer, fazer com que os seus valores, a sua ética, e o que mais for, sejam aceitos pela população, e fazê-la se convencer de que aquilo é o melhor para ela.

Portanto, Vando considera a experiência do Chile é válida em certos aspectos e o da Suíça em outros. Primeiro, era uma sociedade absolutamente em *timing*, segundo porque podia se planejar para dez, quinze, vinte anos e cumpri-los. Ele se sentia absolutamente inútil e com a sensação, embora difusa, de que “ali não tinha muito mais o que fazer: A rua era limpa na época em que eu vivia lá – hoje não é mais assim – se podia andar em

qualquer lugar, a qualquer hora, deixar o carro aberto, deixar valores dentro, o que quisesse, porque não tinha nenhum risco”. Essa constatação levou-o a aceitar a possibilidade de “que a população pode ter uma identidade muito grande com a elite”. Essa constatação colocou em xeque os princípios ideológicos que defendia.

Foi a primeira vez que Svensson rememorou o exílio a partir do choque cultural e constatou que, mesmo sendo filho de nativos da Suécia, mesmo sendo cidadão desse país e professor universitário, apesar de ser uma vez ou outra convidado para opinar sobre o projeto chamado Terceiro Mundo e para dirigir equipe de estudantes da Nicarágua, os suecos não lhe confiaram projetos para realizar. Entretanto, aprendeu muitas coisas diferentes sempre no interesse de aplicá-las no Brasil, pois a Suécia não tem problemas com megalópoles e tem “história de um movimento trabalhista”. Durante o exílio, Svensson passou a morar em Gotemburgo, no sul da Suécia, trabalhando nesta cidade, e em Lund, onde também residiam e ainda vivem muitos brasileiros. A diferença entre as práticas culturais dos trópicos ou dos latino-americanos e a cultura dos nórdicos é assim por ele explicada:

A primeira vez que eu lavei roupa na minha vida foi na Suécia. Eu devia ter quase 40 anos de idade. Botei tudo na máquina de lavar. Aí eu já estava morando sozinho...Ela foi morar em outro lugar. Na Suécia, desde a Segunda Guerra que não tem empregada doméstica, não é? Cada um cuida de si. Pois não é que a roupa saiu toda cor de rosa? Claro que eu deduzi que devia escolher...Aí eu passei a comprar roupas de três cores: branca, azul e esse cinza castanho...Só lavava de uma cor e só comprava roupa que não precisava passar, porque dava um trabalho desgraçado. É, quer dizer, foi um aprendizado. No início me pareceu um exercício intelectual como alguém que está aprendendo a jogar xadrez adulto, não é? Então era um pouco isso. Fazia as refeições, eu mesmo, e racionalizava a ponto de quando a refeição tivesse pronta, eu também não tivesse nada pra lavar. ...Podia fazer em uma, uma quantidade de paneladas e de *rizzottos* (risos). Pode parecer um pouco jocoso o que eu estou te dizendo. Mas a vida toda passou a exigir de mim, aquilo que eu não precisava fazer aqui, à custa de serviços.

E, assim, as diferenças se davam em todos os níveis, como: acompanhar as lições do filho que estava na escola no horário integral; conviver com a diferença entre a produtividade do arquiteto sueco, o qual não fazia “muitos projetos ao longo da vida”, mas fazia “tudo no mínimo detalhe” e com domínio completo sobre o projeto, uma situação diferente do Brasil, fato que lhe provocou muita tensão ao recordar-se da produtividade que tinha no Brasil; acatar as diferenças no meio acadêmico em relação à hierarquia da

Universidade, pois na Suécia os professores dificilmente tinham acesso ao Reitor, diferentemente do Brasil.

Aqui: “Oi Reitor, tudo bem...” Falo com ele. Meu colega, não é? ... Lembro-me de um colega egípcio que um dia me disse: “Esse aqui é o país mais democrático do mundo. Aqui se pode dizer o que quiser só que ninguém escuta” (risos).

Havia toda uma ordem social e econômica na Suécia diferente do Brasil. No campo da habitação, ao se alugar um apartamento na Suécia, já nesse período, vinha todo equipado com fogão, geladeira, máquina de lavar, vem tudo pronto. Às quintas-feiras, o correio bibliotecário era gratuito em toda a Suécia, e os livros podiam ser devolvidos ou solicitados à biblioteca que os enviava pelo correio gratuitamente. O ensino também era gratuito, embora Svensson explique que, atualmente, sob a influência da política neoliberal, essas facilidades vêm sendo reduzidas bastante, mas não a ponto de eliminá-las.

As dificuldades de adaptação em países europeus, como a Alemanha, segundo Paulo Lincoln, também foram maiores, entendendo que, no Chile, a integração ocorreu mais facilmente diante da efervescência política. Embora ele não tivesse uma militância engajada, mas, indiretamente, com outros asilados participava das passeatas, participava das discussões na universidade, atividades por ele consideradas “saudáveis” do ponto de vista político, pois era uma prática que os brasileiros não exerciam mais no Brasil.

Sempre a visão de estar na clandestinidade, de não poder falar abertamente sobre as coisas, e que, no Chile, foi possível. Inclusive, manifestações políticas de rua. Foi tudo uma coisa muito nova pra gente a discussão aberta, as negociações políticas que se davam abertamente na época. Então, isso foi muito enriquecedor, no ponto de vista do conhecimento e da prática. Então, no Chile com a proximidade da língua foi bastante fácil a adaptação. Já o mesmo não aconteceu na Alemanha, porque apesar da gente ter todo um respaldo e toda uma aceitação em determinadas camadas da sociedade, pessoas que nos receberam muito bem, mas havia uma limitação da comunicação da língua. Eu cheguei lá sem saber falar absolutamente nada de alemão. Então tivemos um curso de três meses, inicialmente, para que a gente pudesse fazer alguma coisa, falar alguma coisa. E eu comecei a trabalhar muito cedo, com dois meses eu estava trabalhando, falando inglês...

Alguns, como Almeri Bezerra de Mello, por já ter vivido na Europa, não sentiu os problemas de adaptação nos diferentes países de exílio com diferentes culturas. A situação de exílio lhe deu “muita tranquilidade, mesmo deixando o ministério” ao se casar com uma croata, não tendo dificuldades em se adaptar nem na França, nem na África, cujos filhos nasceram em Angola e vieram para o Brasil, onde cursaram a Universidade.

Embora houvesse maior identidade cultural e política com os países da África e de exilados brasileiros ocuparem postos de alta relevância, a participação de uma parcela de brasileiros ou latino-americanos, nesse momento, não era bem aceita, principalmente, a partir das relações culturais e raciais. Frank Svensson, embora fosse branco e filho de suecos, mas também brasileiro, sofreu discriminação:

O problema do mestiço, em Angola, era muito flagrante. Eu não era nem preto nem branco. Eu era visto pelo preto como aquele que o branco usou para controlar o preto. E eu era visto pelo branco como um preto um pouco melhor, mas não branco. E isso despertava uma série de mecanismos psicológicos em todos eles. O mestiço conseguia subir a ser chefe de repartição... Essa coisa toda... Mas não tinha feito a guerra... E foram justamente as camadas intermediárias, os caboverdianos, que eram muito importados na colônia pelos portugueses pra dirigir os pretos. Eram motoristas, essas coisas que os pretos não conseguiam ser. Mas havia a guerra... Eles fizeram a guerra, os pretos. Sofreram todo esse processo e tinham consciência da luta pela independência. E aí chegaram os brasileiros... Queriam resolver os problemas com jeito... “Quem é que é amigo da mulher dele”, e tal... Essas coisas... Eles não podiam aceitar. Vários colegas meus não conseguiam aceitar que aquele pretinho ali era o chefe mesmo e que ele tinha que se entender era com ele. Ele tinha sido comandante na guerra e foi nomeado chefe na repartição do Ministério da Educação. Essa coisa toda... Isso tudo, pra mim, foi compreensivo, mas muito louco.

Nessa época Svensson não enfrentou nenhum fundamentalismo, embora percebesse certos sinais que antecederam um “período de arabização”... Os argelinos tinham muito medo que a implantação das universidades resultasse na perda da cultura, da religião etc., mas convidaram os exilados Darci Ribeiro, Luis Hildebrando, o cearense Heron de Alencar e o comunista embora não exilado, mas que sofreu pressões do governo da ditadura, o arquiteto Oscar Niemeyer, diante da experiência com a implantação da Universidade de Brasília. A inferioridade da posição social da mulher na Argélia também era outro traço cultural que chocava muito Svensson ao perceber situações que lhe pareceram “muito estranhas”...

As mulheres, no local de trabalho... Quando elas se sentiam seguras de que ninguém estava observando, elas praticamente pulavam na gente. Entregavam-se à gente. Impressionante... Mas, fora disso, o policiamento. Geralmente, as secretárias não tinham o direito à janela... Quando nós íamos ao cinema apagavam a luz para que as mulheres entrassem primeiro, depois acendiam a luz para os homens entrarem. A mesma coisa ao sair. Quando eu ia pegar o ônibus, as mulheres esperavam os homens entrarem primeiro. E vez por outra eu chegava na cidade, nos fins de semana, às vezes, eu viajava, não via uma única mulher na cidade. É uma das coisas mais agressivas que se pode imaginar. Entrar numa cidade que não tem uma mulher e os homens todos sentados no café tomando um chazinho... Chá de menta, chá de hortelã e resolvendo os problemas da humanidade, não é... E na hora que o *minarete* chama vão correndo para lá, pra mesquita.

Entretanto o povo desse país é muito solidário e comunicativo, sendo muito aberto às novas amizades, pois, durante quase dois anos de permanência na Argélia, quando Svensson não se hospedava no hotel, era convidado para a casa de argelinos casados com mulheres brasileiras. Os comerciantes também sentiam prazer de conversar com ele: “... *assiez vous...* Traziam lá um tamborete, me serviam vinho *rosé*... Como não bebiam, traziam limonada, a gente conversava sobre Deus e o mundo, e tudo, pra, finalmente, então perguntar o que é que eu queria comprar.”

Fernando Pedrão também não enfrentou dificuldades em nenhuma das culturas latino-americanas por onde passou, afirmando que, pelo contrário, teve “a maior facilidade”, mas, o país em que melhor se integrou e teve maior facilidade de adaptação foi o México. Após ter residido durante cinco anos nos EEUU não conseguiu se adaptar à cultura do país, apesar de ser bem tratado, de viver bem. “Vivi bem nos EEUU, vivi bem no Chile, vivi bem no México. Mas o país que eu mais me identifiquei foi o México”. Para ele o exílio é uma situação em que o exilado desenvolve compartimentos: “É... A sala, o quarto...” E, assim, sua identidade foi mantida, apesar de ter casado com uma uruguaia, tendo dupla, ou tríplice nacionalidade: a chilena, a uruguaia, a brasileira. Ele se sente orgulhoso ao afirmar sua identidade cultural, apesar dos longos anos de trabalho e exílio: “Mas durante todos aqueles anos eu falei português na minha casa, não tinha outro caráter, não fui atingido nesse aspecto”.

A identidade cultural com os países de cultura ibérica, não só com Portugal, como os da América Latina e da África, pode ser constatada nos relatos de Moema São Thiago e Maria de Fátima Dowbor. Para a cearense Moema, há uma “similitude muito grande em termos culturais” em vários aspectos: “... estar em Portugal era como você estar em casa, amigo, a cultura, até um pouco a culinária. Uma coisa que a gente sentia profundamente era sonhar com um pedaço de goiabada com Catupiri, um feijão com farinha, uma couve, um baião de dois, um doce de caju... Coisas impensáveis normalmente no dia...” As declarações da pernambucana Fátima Freire Dowbor, filha de Paulo Freire e esposa de Ladislav Dowbor, também exilados políticos, em cata publicada no livro *Memória (das mulheres) do exílio*, refletem, em grande parte, o sentimento dos exilados com relação à identidade latino-americana. Fátima relata a saída de Recife, a cidade natal, e a vida no Chile no período da adolescência, informando ter lá vivido muito bem e de não se ter

sentido “estrangeira”, porque “no fundo era América Latina”. Com o golpe de Pinochet foi para os Estados Unidos, para a Suíça, para a Argélia, para a Polônia e depois para Portugal. Cita as dificuldades de adaptação à Polônia diante das diferenças culturais e se refere às facilidades de adaptação durante a permanência na Guiné-Bissau, segundo afirma em trecho da carta publicada no livro:

... nunca estive tão feliz na minha vida como aqui. Bissau é uma cidade do interior do nordeste brasileiro. Realmente me sinto em casa, é como se estivesse de volta de uma longa e complicada viagem e finalmente a tranquilidade, a beleza do contato humano puro e direto, enfim, é como se estivesse invadida inteira pela alegria de viver que não consigo curtir sozinha, tenho que reparti-la com os outros.

⁵⁴⁷

O exílio permanente

O retorno ao Brasil era uma aspiração constante dos exilados e o “exílio permanente” algo causador de “absoluto espanto”, segundo expressão de Valdir Pires ao constatar esse fenômeno durante a permanência no Uruguai, onde encontrou exilados espanhóis que já estavam lá desde a ditadura do general Franco, a partir de 1939. Entretanto, alguns nordestinos preferiram permanecer no exílio, vindo esporadicamente ao Brasil, como os expadres Arquimedes Bruno Gambetá, que permaneceu na França; Juarez Barreira, na Alemanha; Maria Laly Meighart, em Paris; e Berenice de Freitas, na Guatemala.

O padre cearense Arquimedes Bruno Gambetá foi recebido como refugiado político na França ao ser libertado da prisão após o golpe militar, diante do envolvimento com o MEB e a defesa das reformas de base. A inserção de Arquimedes Bruno no meio acadêmico francês, onde se tornou professor da Sorbonne, ocorreu com facilidade por ter sido professor da Universidade Federal do Ceará, onde lutou pela fundação da Faculdade de Medicina, do Instituto do Câncer e também por ter criado, ao lado de outros professores, o Instituto de Química. Arquimedes Bruno foi capelão da Polícia Militar do Ceará e da Academia Militar de Agulhas Negras, no Rio de Janeiro, sendo considerado o maior orador sacro do Ceará dos anos 1940 a 1950, entretanto, no exílio, afastou-se da atividade religiosa e casou-se com uma francesa. Após a anistia, vinha ao Brasil quase que anualmente,

⁵⁴⁷ DOWBOR, Apud COSTA, op. cit. p. 110.

retornando à França, onde residiu até a sua morte, em 12 de dezembro de 2002, após ser submetido a uma cirurgia.⁵⁴⁸

Outro nordestino que optou pelo “exílio permanente” foi Juarez Barreira Pinheiro Filho, que recebeu o nome de Frei Valeriano Barreira, na Ordem dos Franciscanos, sendo nomeado, aos 27 anos, no final de 1963, para exercer a função de Capelão da Petrobrás, cuja atividade pastoral deveria estender-se à Refinaria de Mataripe e aos campos adjacentes de petróleo no Estado da Bahia. Não estava ligado a nenhuma organização partidária, mas identificava-se com a AP, influenciado dentre outros pelo “personalismo” de Mounier como um caminho alternativo de cristianismo de esquerda. A leitura do "Brasil Urgente", sob a orientação de Frei Josafá de Oliviera, era para ele a leitura obrigatória. Seguindo a orientação de Dom Valfrido, então bispo auxiliar de Salvador, Frei Valeriano “procurava representar o Evangelho por

presença e atitudes”, o que implicava mais do que “simplesmente administrar sacramentos”. Partindo deste princípio, passou a se envolver com o “forte e pluralista Sindicato dos Petroleiros”, onde era conhecido como o "companheiro capelão". Segundo Márcio Moreira Alves, os sindicatos da Petrobrás da Bahia eram “organizados, reivindicantes e integrados em uma empresa econômica maior que a do próprio Governo estadual” e conseguiam “níveis salariais enormemente superiores aos da média do operariado baiano”.⁵⁴⁹ Antecipando o que posteriormente seria conhecido como a teologia da libertação, Frei Valeriano assumiu também a "opção pelos pobres", tentando ajudar a população carente que morava perto da casa que a Petrobrás lhe havia posto à disposição, o que foi interpretado como “subversão comunista” nos interrogatórios a que foi submetido após o golpe militar, segundo rememora o fato:

No dia 8 de abril de 1964, portanto uma semana depois do golpe, fui detido, de maneira humilhante e ridícula, no convento de S. Francisco do Conde ao qual pertencia juridicamente. Soldados escalaram o muro do convento e me levaram para identificar como católicos a 2 operários presos. Até hoje espero por eles, uma vez que jamais cheguei a vê-los.

Após um “contraditório interrogatório” e uma longa viagem numa fragata, Frei Valeriani chegou com outros prisioneiros ao quartel general de Salvador, sendo levado na mesma noite para o quartel do Cabula, onde permaneceu preso até o fim do mês, quando foi

⁵⁴⁸ Jornal O POVO, 27 dez. 2002; ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do povo**. Ed. Sabiá, s/d. p. 149.

⁵⁴⁹ Ibidem, p. 257, 262 – 263.

liberado para permanecer no convento de Salvador sem permissão de se ausentar sem acompanhante. Juarez Barreira informa que não sofreu torturas corporais, e sim, tortura psicológica, sendo agredido verbalmente: “a baixaria verbal com ‘elogios’ à minha mãezinha repetia-se a cada chamada matinal”. Diante desta situação, a alternativa encontrada pelo Superior Provincial da Ordem, Frei Serafin Prein, foi a de enviá-lo para a Alemanha, onde a Província tinha duas casas, só conseguindo retirá-lo do País depois de muitos esforços junto ao comandante da Região. Premido pelos constantes interrogatórios e a guerra de nervos, estando muito debilitado, aceitou a proposta e conseguiu autorização para viajar acompanhado a Fortaleza, por onze dias, para despedir-se da família. A saída do Brasil criou-lhe muitos transtornos e perdas, tanto no campo pessoal e familiar como social e político, conforme declara:

Meu querido pai eu nunca mais pude ver em vida. Uma causa concreta do exílio, além do que eu acima contei, nunca ficou clara. O superior da casa queria até que eu assinasse um documento apresentado pelo exército declarando jamais voltar ao Brasil. Não assinei. Se o que fiz foi subversão, só o sabe a fantasia perversa de militares daquela época.

O começo do exílio para Juarez Barreira caracterizou-se pela saudade, de um lado, e "fuga", de outro, tentando sublimar as perdas através do interesse em conhecer outros países e da “esperança de retornar em breve”, que se foi esvaecendo aos poucos, já que a Ordem não lhe enviava nenhum sinal. Segundo foi posteriormente informado, “os superiores mesmos tinham receio”, chegando um deles a dizer-lhe: "em caso de volta, vão mandar você para ouvir confissão de idosos lá no Amazonas". No exílio, ao chegar à Alemanha, também foi aconselhado a não contar seu passado “nem mesmo aos melhores amigos”. Tal situação, no decorrer do tempo, provocou um processo de depressão, passando a imaginar que estava seriamente enfermo, sendo questionado pelo médico que consultara se não poderia “pensar em mudar de vida, de profissão”. Apesar da sugestão ele demorou algum tempo para tomar uma decisão, e, só em 1967, quando trabalhava como intérprete em Assis, na Itália, na Assembléia Geral da Ordem, decidiu compartilhá-la com um dos “peritos”, seu amigo particular, “que teve a melhor compreensão” e que, meses depois, ajudou-o nos trâmites do pedido de laicização. Ao retornar à vida secular, em 1969, com todas as dispensas legais, contraiu matrimônio com a alemã Marlies, a qual, segundo declara: “foi sem dúvida nenhuma, a pessoa que me salvou”.

A atuação política de Juarez Barreira Filho no exílio realizou-se de forma indireta, através da Anistia Internacional, do Instituto de Brasilologia, em Mettingen, dos franciscanos do Nordeste brasileiro, no qual permanece como vice-diretor. É membro do Serviço Radiofônico para a América Latina (Serpal), prestando assistência aos chamados operários hóspedes, sobretudo portugueses, e aos africanos de Angola e do Congo que buscam asilo.

Em 1970, Juarez Barreira veio ao Brasil, após 6 anos meio de ausência, depois da família ter verificado as possibilidades de perigo ou conveniência de uma visita, ocasião em que entrou no país ainda “com muito sentimento de medo, depois de um congresso sobre meios de comunicação social na Colômbia”. Para ele, o fato de não ter retornado definitivamente ao Brasil decorreu de motivos pessoais e de família. Com o correr dos anos, tornaram-se mais difíceis as oportunidades para reiniciar a vida profissional, não só para ele, como para a esposa que atua no campo da Pedagogia infantil. Portanto, permaneceu na Alemanha como professor de Teologia e de Línguas junto ao *Comenius-Kolleg* dos franciscanos, com os quais mantém relacionamento cordial e amigo, entretanto, afirma: “o Brasil está sempre presente em nossa família teuto-brasileira”. Os filhos Sérgio e Marisa têm dupla nacionalidade, e o primeiro está cursando doutorado, residindo atualmente em Fortaleza. E, assim, “nos últimos tempos a visita ao torrão natal se tornou mais assídua e mais longa”.

PARA RECIFE O SR. GREGORIO BEZERRA

As autoridades concluíram pela responsabilidade do ex-deputado no incêndio do quartel do 15 R.I. na Paraíba -- Nota do Ministério da Guerra

Rio, 17 — D. B. — Em consequência do incêndio que destruiu o quartel do 15.º Regimento de Infantaria, sediado em J. Pessoa, foi preso, nesta capital, o ex-deputado comunista, Gregório Bezerra, por ordem do ministro da Guerra. Referido ex-parlamentar seguiu para Recife, fortemente escoltado, devendo, naquela capital, responder pelo crime que lhe é imputado. Sobre o assunto, o gabinete do

FOI PRESO QUANDO, EM COMPANHIA DO PARLAMENTAR PEDRO POMAR, DEIXAVA O ESCRITÓRIO EM QUE SE REUNIA A BANCADA DO EXTINTO P. C. B. NO DISTRITO FEDERAL

ministro da Guerra distribuiu a seguinte nota: "Como é do conhecimento público, ante-ontem, 15 do corrente, um grande incêndio destruiu diversas dependências do quartel do 15.º Regimento de Infantaria, em João Pessoa. Pela maneira como se propagou o fogo, pelas circunstâncias que cercaram o fato e pelos pontos do quartel visados, desconfiou-se de origem criminosa do acidente. Ante as energias e imediatas providências do comandante da unidade, juntamente com as das autoridades civis, foram detidos dois indivíduos acusados como autores do atentado. Ambos eram elementos filiados ao extinto Partido Comunista do Brasil. Um deles, ao ser preso, suicidou-se. Outro, confessando o crime que praticara, fez acusações aos dirigentes do mencionado partido, ora na ilegalidade, e indicou os mandantes do atentado, entre os quais o ex-deputado Gregório Bezerra que, recentemente, co-

mo é sabido, viajou por aquela zona."

FALA O CHEFE DE POLÍCIA

Recife, 17 — D. B. — O secretário de Segurança concedeu uma entrevista à imprensa, dizendo: "Já está apurado e definitivamente certo que o ex-deputado comunista, Gregório Bezerra, foi o autor do incêndio atado no quartel do 15.º Regimento de Infantaria, sediado em

João Pessoa. Foram presos dois soldados daquela unidade. Um deles suicidou-se e o outro declarou ter sido o sr. Gregório Bezerra o autor do incêndio e mais que o plano abrangia o incêndio do quartel de Socorro, desta capital. O general Mazza, designado para presidir o Inquérito, regressa com o mesmo já concluído. Gregório, finalmente, cumpriu a sua palavra de bandeira."

Rio, 17 — Asapress — O ex-deputado comunista Gregório Bezerra, cuja prisão já notávamos ontem, foi detido no momento em que saía do prédio em que funcionava o escritório da antiga bancada comunista. Estava em sua companhia o deputado Pedro Pomar, que o acompanhou à polícia. Ali, o sr. Gregório Bezerra foi identificado, pela autoridade policial, de que ele havia sido preso por ordem do general ministro da Guerra. As 16 horas de ontem, num avião, e fortemente escoltado, seguiu o ex-parlamentar comunista com destino a Recife.

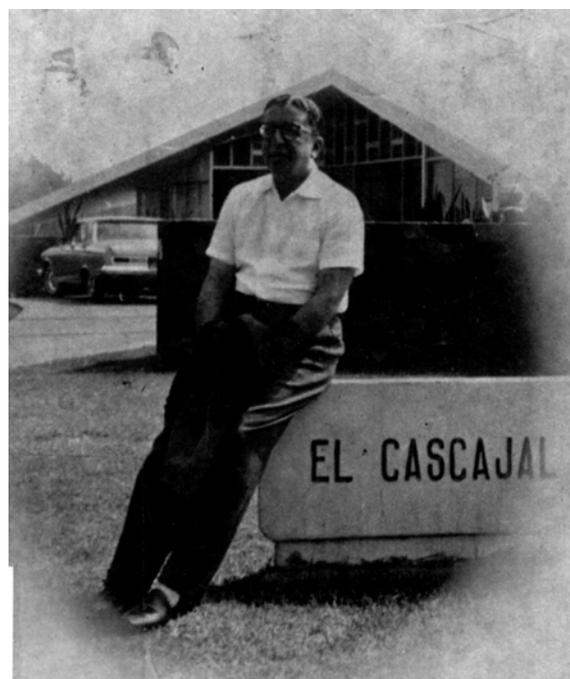
Reportagem publicada no jornal O POVO, em 17 jan. 1948.

Gregório Bezerra preso em Abril de 1964, no pátio do quartel, após ter sido amarrado na traseira de um Jipe e arrastado pelas ruas de Recife. Foto publicada no livro "A Ditadura envergonhada" de Elio Gaspari.



Fotos do livro *Exílio* de Abelardo Jurema

Abelardo Jurema como Ministro da Justiça, ao lado de Virgílio Távora, Leonel Brizola, Presidente João Goulart e Darci Ribeiro.



Abelardo Jurema por ocasião dos afazeres domésticos na Bolívia e como vendedor de charutos brasileiros na Bolívia.

CAPÍTULO 7

O ETERNO RETORNO

*Homem! Tua vida inteira, como uma ampulheta, será sempre desvirada outra vez e sempre se escoará outra vez -, um grande minuto de tempo no intervalo, até que todas as condições, a partir das quais viestes a ser, se reúnam outra vez no curso circular do mundo. E então encontrarás cada dor e cada prazer e cada amigo e inimigo e cada esperança e cada erro e cada folha de grama e cada raio de sol outra vez, a inteira conexão de todas as coisas. Esse anel, em que és um grão, resplandece sempre outra vez. E em cada anel da existência humana em geral há sempre uma hora, em que primeiro para um, depois para muitos, depois para todos, emerge o mais poderoso dos pensamentos, o pensamento do eterno retorno de todas as coisas: - é cada vez, para a humanidade, a hora do **meio dia**.*

Friedrich Nietzsche.

A trajetória do exílio, como um fenômeno universal, é marcada por três momentos: a partida, o exílio e o retorno. Na cultura grega do período clássico, esse era o percurso da aventura mitológica do herói, do indivíduo que era exilado, e que se realizava através dos ritos de “separação-iniciação ou educação-retorno”. Ao regressar das misteriosas façanhas, “ao completar sua aventura circular”, o herói “acumulava energias suficientes para ajudar e outorgar dádivas inesquecíveis a seus irmãos”. Segundo Brandão, tanto no Oriente como no ocidente,

... “o mito do herói segue normalmente o modelo da unidade nuclear exposto acima: a separação do mundo, a penetração em alguma fonte de poder e um regresso à vida, a fim de que todos possam usufruir das energias e dos benefícios outorgados pelas façanhas do herói”.⁵⁵⁰

Esse percurso do herói também é objeto da atenção de Nietzsche, ao explicar que o “curso circular” da trajetória do indivíduo é uma “lei originária” como a “quantidade da força” também o é. Em vez do caos e de um movimento gradativo circular, “tudo é eterno, nada veio a ser: se houve um caos das forças, também o caos era eterno e retorna em cada anel”. Assim, o homem tem a vida “desvirada” como uma “ampulheta”, mas haverá

⁵⁵⁰ BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega**. Vol.III, 3.ed. Petrópolis [RJ], Ed. Vozes, 1990, p. 25.

“sempre uma hora, em que primeiro para um, depois para muitos, depois para todos, emerge o mais poderoso dos pensamentos, o pensamento do eterno retorno de todas as coisas...”⁵⁵¹

Roberto Machado contrapõe-se à idéia de Deleuze, para quem o “tempo nietzscheano, em vez de um círculo, é linha reta, a idéia de que tudo volta, isto é, até mesmo o anão, até mesmo ‘o homem pequeno’, reativo, doente, vingativo...” Em *Zaratustra*, o pensamento do eterno retorno estaria, então, “mal formulado” por ser “um pensamento de anão”, “um pensamento niilista”, o que torna doente o heróico personagem. Para Machado, esta não é a única interpretação possível, pois, “um dos aspectos fundamentais da relação do eterno retorno e do niilismo é que, mesmo sendo enunciado corretamente, o pensamento do eterno retorno também pode ser opressor, causar o nojo e a insuportabilidade da vida. Ele será opressor enquanto não se tiver coragem de suportá-lo, aprová-lo ou, melhor ainda, desejá-lo”. Por esse motivo, Nietzsche insiste na “tristeza de Zaratustra e na sua falta de forças ou de coragem”. Entretanto, para o indivíduo que enfrentar “esse pensamento abissal, a vida se transformará, criando a leveza sobre-humana do riso”.⁵⁵²

A decisão trágica da mordida de Zaratustra, decependo a cabeça da serpente, é o ato “que faz com que o eterno retorno deixe de ser uma idéia opressiva, transformando o homem em super-homem”, tornando-o filósofo, um “filósofo trágico”. Zaratustra, depois de engolir a serpente, torna-se sóbrio e moderado, aceitando as circunstâncias que se apresentam na vida cotidiana: “Um pouco de razão, decerto, uma semente de sabedoria espalhada de estrela em estrela – esse lêvedo está misturado a todas as coisas: por amor à parvoíce há sabedoria misturada a todas as coisas!”⁵⁵³

Esta sobriedade é uma característica dos exilados nordestinos no retorno ao Brasil, após as desventuras e o longo caminho trilhado, onde adquiriram uma visão mais ampla e incorporaram uma consciência histórica e mais filosófica para ver a realidade brasileira. Assim, na trajetória de Zaratustra como uma alegoria, é possível identificar os sentimentos e as expectativas dos exilados. Para os nordestinos, o percurso do “eterno retorno” já faz

⁵⁵¹ NIETZSCHE, Friedrich. O eterno retorno. In: LEBRUN, Gerard (Org.). **Obras incompletas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 441 - 442.

⁵⁵² MACHADO, Roberto. **Zaratustra**: tragédia nietzscheana. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 129 - 130

⁵⁵³ Ibidem, p. 132; NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e ninguém. In: LEBRUN, Gerard (Org.). op. cit. p. 227 - 230.

parte da tradição cultural, em consequência da expulsão periódica da terra nos períodos cíclicos do fenômeno da seca. O exílio como um fenômeno político, apresentado através da memória destes personagens, teve, entretanto, diferentes formas ou características, cujo retorno ocorreu em diferentes momentos, conforme as circunstâncias o permitiram. Há os que só retornaram após a anistia política, aprovada em agosto de 1979; alguns voltaram antes, em decorrência do processo de abertura iniciado no governo do general Geisel, em 1975, e se sujeitaram a ter a vida particular vigiada e sob suspeita; outros retornaram para enfrentar a vida clandestina; outros aguardaram a anistia para retornar à vida política e outros só voltaram para morrer ou, após a morte no exílio, para serem sepultados no Brasil.

A bile negra, a doença do melancólico

Por que razão todos os que foram homens de exceção, no que concerne à filosofia, à ciência do Estado, à poesia ou às artes, são manifestamente melancólicos e alguns a ponto de serem tomados por males dos quais a bile negra é a origem, como contam, entre os relatos relativos aos heróis, os que são consagrados a Hércules?

Aristóteles, Problema XXX, I.

Na Apresentação do *Problema XXX*, de Aristóteles, Jackie Pigeaud explica que o grande mistério dessas obras, embora originárias de uma cultura desaparecida, é que elas transmitem um sentimento de “familiaridade”, pois “nos falam de evidências, ou antes, de idéias que recebemos e não sabemos mais de onde. Elas nos narram lugares-comuns de nossa própria cultura, e nos obrigam a um trabalho de arqueologia do imaginário cultural”. Nesse ensaio, Aristóteles, ao evocar testemunhos da Antigüidade e do mito como argumento, cita elementos que coincidem com questões da contemporaneidade.⁵⁵⁴

Para a autora citada, a pergunta de Aristóteles encerra uma evidência: “todo ser de exceção é melancólico”. Os melancólicos são seres de “exceção” no sentido em que são *perittoí*, ou seja, já que o adjetivo *perittos* designa “aquilo que é em excesso, supérfluo”, e

⁵⁵⁴ PIGEAUD, Jackie. Apresentação. In: ARISTÓTELES. **O homem de gênio e a melancolia: o problema XXX, I.** Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998. p. 7.

que pode ser compreendido também como “excepcional”, no sentido metafórico. Para a autora, já que nesse pensamento “é necessário espreitar todos os jogos”, não se tem “muitos escrúpulos em compreender que o homem excepcional (*perittos*) é o homem do resíduo (*perissoma*) por excelência”, e alerta para se estar sempre atento a esta tensão de compreender o que pode ser denominado a dialética da melancolia, como foi compreendido através dos séculos. Portanto, “é necessário julgar a ligação entre essa matéria supérflua, esse resíduo do cozimento, esse humor estúpido, e a criatividade do gênio, o impulso da imaginação”.⁵⁵⁵

Mas os melancólicos são inclinados, “se com isso não tomam cuidado, às doenças da bile negra, afetando tal ou tal parte do corpo segundo os indivíduos”. Para Aristóteles, dependendo da quantidade da bile negra, ou seja, se a “mistura” da bile negra é “completamente concentrada, eles são melancólicos ao mais alto nível; mas se a concentração é um pouco atenuada, eis os seres de exceção”. Portanto, as conseqüências das alterações quanto à concentração da bile negra são assim explicadas por Aristóteles:

A causa de um tal poder é a mistura, a maneira pela qual ela participa do frio e do quente. Quando, com efeito, está muito frio para a ocasião, ela engendra distímias sem razão. É por isso que os suicidas por enforcamento se encontram, sobretudo entre os jovens, mas encontramos-los também entre os velhos... Porque se a velhice desespera, a juventude, em compensação, é cheia de esperança... Aqueles, portanto, nos quais intervêm as atímias no momento em que o calor é apagado são os mais sujeitos a se enforçar. Porque a velhice apaga o calor, enquanto, entre os jovens, a afecção própria à sua natureza é o calor que se apaga a si próprio. Esses entre os quais ele se apaga brutalmente, a maioria dentre eles se mata, tanto que todo o mundo fica espantado pelo fato de não haver sinal precursor.⁵⁵⁶

O *Problema XXX, I*, de Aristóteles, é aqui apresentado, não no sentido de explicar a morte dos exilados e sim de apresentar uma metáfora, uma alegoria, para algo cuja explicação não é encontrada. E, assim, através dos relatos dos exilados, busca-se, neste capítulo, apresentar as explicações para o retorno ao Brasil, ordenando e estruturando a narrativa no sentido de responder às questões levantadas na pesquisa: Por que alguns personagens enfrentam o exílio e retornam ao Brasil para continuar a luta democrática? Por que os mais velhos, apesar da luta constante, morrem no exílio ou morrem ao chegar? Por

⁵⁵⁵ Idem, p. 17 - 18.

⁵⁵⁶ Ibidem, p. 10, 25, 35, 99, 101, 103.

que um jovem se suicida no exílio? A pergunta de Aristóteles é pertinente ao conteúdo do estudo em questão e ajuda a expor um problema para o qual não é encontrada uma explicação plausível ou objetiva, mas que se insere, também, no tipo de explicação dada por Miguel Arraes para a morte de Djalma Maranhão.

Djalma Maranhão morreu de infarto, no exílio do Uruguai, em 30 de julho de 1971, e seu corpo veio trasladado para o Brasil para ser sepultado no cemitério do Alecrim, em Natal, no Rio Grande do Norte. Em julho de 1965, ocasião em que escreveu *Mensagem ao Povo Brasileiro*, em Montevideu, apresentou suas posições políticas e explicou o porquê da deposição: por lutar contra os “que submetem os interesses econômicos do Brasil à voragem insaciável dos grupos estrangeiros”; por defender “a reforma agrária e a limitação da remessa de lucros dos trustes para o exterior”. Nesse documento, Djalma expressa o temor constante dos exilados de não retornar à terra natal e já faz recomendações sobre a possibilidade de morrer distante do Brasil, reforçando o compromisso com sua luta histórica:

Caso venha a morrer no exílio, peço que meu corpo seja transportado para Natal. O caixão coberto com a bandeira da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, e que, na hora em que o corpo baixar à sepultura, as crianças da minha cidade que se alfabetizaram nos Acampamentos Escolares cobertos de palhas de coqueiros, cantem o nosso hino, o Hino de Pé no Chão.⁵⁵⁷

Miguel Arraes, profundo conhecedor da cultura e do sentimento nativista do povo nordestino, lembra não só o sofrimento de Josué de Castro como também o de Djalma Maranhão, para quem o exílio não significava “estar fora do Brasil, mas longe de Natal”. Arraes explica que a situação de exílio repercute de forma diferente nos indivíduos, provocando diferentes reações, como ocorreu na morte de Djalma Maranhão, uma pessoa emotiva, que “não podia viver fora de sua terra, simplesmente porque procurou servir ao povo de Natal, e ao povo brasileiro, defendendo a independência de nosso país”. Arraes adota a seguinte metáfora para explicar o problema da morte no exílio:

Isso me faz lembrar também uma figura que do sertão é designada como “boi sujeito” – no sentido de sujeição – é o boi transportado de um lugar para outro; (a expressão que vem do fato de que no Nordeste, norte de Goiás e da Bahia, o gado é

⁵⁵⁷ MARANHÃO, D. **Mensagem ao Povo Brasileiro**. Montevideu: jul. 1965. Informações disponíveis em: www.dhnet.org.br/memoria/DJALMA/textos/mensagem.html.

necessário ao abastecimento); no meio do gado havia sempre bois que morriam sem explicação, e o sertanejo lhes dava a designação de “boi sujeito”, isto é, aquele que não podia viver senão no seu pasto, no lugar onde estava, sem se deslocar. Felizmente, não sou “boi sujeito”... Tive até hoje e espero ter sempre, a resistência necessária para viver no exílio, tanto tempo quanto me imponham as circunstâncias e as necessidades da luta que nós travamos para a mudança das condições de vida no nosso país.⁵⁵⁸

Como um melancólico, um homem excepcional (*perittos*), um ser de “exceção”, cuja concentração da bile negra é “um pouco atenuada”, o cearense Heron de Alencar, radicado por muitos anos na Bahia, continuou a atividade acadêmica no exílio, fazendo parte da direção do IRFED, na França, e posteriormente, passando a trabalhar com Oscar Niemeyer e Luiz Hildebrando na reforma universitária da Argélia. Heron de Alencar retornou ao Brasil após a anistia política para realizar uma cirurgia, provavelmente para extirpar um câncer, falecendo no hospital, na cidade do Rio de Janeiro. Ele morreu fisicamente no Brasil, “mas, simbolicamente morreu no exílio como Djalma Maranhão”, conforme relata Marcos de Castro Guerra.

As narrativas da irmã Nildes Alencar e de Frei Betto, no livro *Batismo de Sangue*,⁵⁵⁹ refletem a “atimia” do melancólico, do “estado de aflição”, e do “estado da mistura altamente concentrada” da “bile negra” que provocaram a morte de Frei Tito como “o calor que se apaga a si próprio”, na explicação de Aristóteles.

O exílio no Chile, diante da proximidade do Brasil e do fato de ser um país da América Latina, não lhe criou problemas emocionais, mas, no segundo exílio, na França, surgiram os problemas e a angústia que provocaram a sua morte. As dificuldades de Frei Tito nesse país começam quando toma conhecimento da chegada, a Paris, do delegado Fleury, chefe do Esquadrão da Morte e, posteriormente, das tentativas de dois ingleses para entrevistá-lo sobre a tortura no Brasil, segundo informações prestadas à família por Frei Osvaldo Rezende, um companheiro do convento. A irmã de Frei Tito informa que ele achou estranho ser procurado pelos “prováveis jornalistas ingleses”, os quais insistiram várias vezes diante de sua negativa, pois ficara temeroso e mesmo, “apavorado”, de que estivessem a serviço do SNI do Brasil, após tomar conhecimento da morte, por

⁵⁵⁸ ARRAES, M. In Tavares e Mendonça, cit. p. 99.

⁵⁵⁹ BETTO, Frei. op. cit.

atropelamento, de uma brasileira, cuja versão, divulgada entre os refugiados, era a de que teria sido assassinada. Esses fatos e a insistência dos repórteres ingleses deixaram-no ainda mais assustado, situação confirmada pelo frade franciscano à irmã de Tito. A partir desse momento, voltaram as crises sentidas no Brasil, revivendo as sessões de tortura com o Fleury que o colocava “de castigo a ficar de braços abertos”. Agravada a crise emocional, Tito não mais queria ficar no convento, assustando os frades que não conheciam sua história, não sabiam que era um indivíduo banido do país de origem, nem que tinha sofrido torturas. Ao considerarem que ele enlouquecera, providenciaram um tratamento psiquiátrico sendo aconselhado a residir noutro local, onde ficasse mais à vontade e pudesse voltar a freqüentar a Universidade.

Como não conseguisse se integrar ao grupo de brasileiros e não se adaptasse à casa em que passou a residir, Frei Tito retornou ao convento em Lion. Ao tomar conhecimento da segunda visita do delegado Fleury à França, e que fora “condecorado em Paris”, atemorizando outros exilados, fato já referido por Marcos Guerra, Tito foi acometido por outra crise depressiva mais aguda. Angustiado, pedia notícias do país e da família à irmã: “Nildes, não sei o que se passa. Diga logo o que está acontecendo, seja sincera. Diga a verdade comigo...” Diante do agravamento do estado de saúde, a Ordem dos Capuchinhos o enviou para o Convento de *Eveux* numa região montanhosa, em *Larbrèie*, construído por *Le Corbusier*, mestre de Oscar Niemayer, onde teria mais repouso e conviveria com pessoas mais jovens. Ao rememorar a angústia de que Tito estava acometido, Nildes descreve a insegurança dos familiares e a *acedia* dos refugiados em geral: “Na experiência do exílio você fica pobre, nu, sem pátria... Ele estava no Convento, mas era um solitário...”

Durante a visita ao irmão, Nildes solicitou uma reunião com o Prior da Ordem e descreveu para os dominicanos a força das raízes e das tradições de uma família nordestina interiorana. Relatou as torturas a que ele foi submetido, e que provocaram alterações na memória, pois não conseguia trabalhar, nem podia ministrar um curso porque “misturava a história daqui com a história de lá”, tendo o psiquiatra demonstrado interesse especial pelo caso por se tratar do primeiro paciente que atendia com esse trauma.⁵⁶⁰ Após a visita da irmã ao consultório do psiquiatra, Tito entregou-lhe um texto bíblico sobre a ressurreição

⁵⁶⁰ Sobre a história da tortura, ver ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, op. cit., p. 281 – 290.

de Lázaro, respirando com dificuldade. Ao ser interrogado pela irmã se ficara contrariado com a entrevista, Tito respondeu: “Não, Nildes, você disse o que achava. Só que você tirou a única coisa que me restava.... Nildes essas não são as minhas raízes. Esse não é o meu povo. Meu povo está lá. Eu sinto falta do meu povo. Eu preciso voltar”.

O processo de rememoração produz sofrimento, não só para o exilado como para os componentes familiares que vivem a experiência do exílio, cuja emoção e o choro decorrem da carga emocional reprimida e das dificuldades de expressar os sentimentos. Walter Benjamin afirma que “a morte, o luto e a perda são experiências indescritíveis, por si mesmas e pelas limitações da linguagem”. Para esse autor, no processo da narrativa, “é improvável que qualquer experiência possa ser verdadeiramente expressa” e que “é inquestionável que ninguém pode compartilhar a experiência alheia, dolorosa ou não”, mesmo que sejam formalizadas em narrativas dotadas de “uma forma bastante coerente, estruturada e centrada num tema político”.⁵⁶¹ Entretanto, na experiência da presente pesquisa, o pesquisador também compartilha da experiência dolorosa ao participar do sofrimento do narrador durante o processo de rememoração.

A irmã chora ao narrar o sofrimento de Frei Tito e assim interpreta a sua angústia:

Naqueles momentos do exílio era como se ele quisesse trazer, de repente, toda a pátria num pedaço de rapadura, numa lata de doce, num disco do Roberto Carlos que ele me pediu, numa camisa que o irmão tinha dado, numa foto que o outro tinha mandado, carta de sobrinhos... Era como se eu tivesse levado a pátria. São coisas assim, tanto para quem está exilado como para quem fica. A gente fica querendo dar aquilo que foi arrancado do outro. Pela expressão, pela maneira de pegar uma foto, pela maneira de olhar a rapadura ele não via a rapadura. Esse sentimento, esse interior dele, esse estado de alma dele eu vivi bem. Eu me senti tal e qual.

O sofrimento com a perda da identidade social e política, agravada pelo quadro emocional em que se encontrava, refletia-se na preocupação de Tito pela indefinição da situação profissional, ou seja, de ser um peso para a Ordem dos Capuchinhos, por não conseguir trabalhar e do desejo de ir para Portugal, onde se falava a mesma língua e de ser o país cujas raízes culturais o identificavam com o Brasil. E, assim, escreveu várias cartas com esse intuito para a Ordem dos Dominicanos, para Frei Domingos, solicitando a transferência, mas não foi atendido por acharem “que ele estava bem lá, que lá era o lugar

⁵⁶¹ BENJAMIN, 1987, p. 197 – 208.

próprio para ele, que estava bem assistido”. Após duas recaídas, ele cometeu o suicídio em 10 de agosto de 1974, e, como explica Aristóteles, a morte resultou da alta “concentração da bile negra”, pois a melancolia de Tito atingiu o “mais alto nível”. Foi, inicialmente, sepultado na França e, posteriormente, teve o corpo trasladado para o Brasil, em 25 de março de 1983, ocasião em que foi celebrada missa na Catedral Metropolitana de Fortaleza, seguindo-se o cortejo fúnebre com grande acompanhamento popular para o sepultamento no Cemitério São João Batista.⁵⁶²

Diógenes Arruda faleceu alguns dias depois de chegar ao Brasil quando do retorno do exílio, após a anistia política, chegando a participar de um debate, organizado pela revista *ISTO É*, ao lado de Apolônio de Carvalho e José Salles, ambos do PCB que ainda se encontrava na ilegalidade, para discutir problemas comuns aos partidos e analisar a conjuntura brasileira nesse momento.⁵⁶³ Dias depois, acompanhado de Tereza Rego, passou por Recife, por Salvador, comparecendo no dia 15 de novembro ao II Congresso Nacional pela Anistia Ampla, e dirigiram-se de avião para São Paulo, onde iriam residir. O retorno a São Paulo coincidiu com a chegada de João Amazonas e fora preparada uma grande recepção para os dois numa “assembleia dos metalúrgicos”, ocasião em que estava previsto um ato solene seguido de uma festa. Diógenes faleceu no aeroporto de São Paulo quando despachava a bagagem de Amazonas, e Tereza Rego comenta que a “festa de chegada se transformou num velório”.

A posição assumida por Tereza na morte de Diógenes Arruda e os questionamentos surgidos sobre a organização do funeral lembram a tragédia de Sófocles no mito de Antígona:

ANTÍGONA – Nenhum dos dois é mais forte do que o respeito a um costume sagrado. Enterro meu irmão, que também é o teu. Farei a minha parte se tu te recusares... Poderão me matar, mas não dizes que o traí.

ISMÊNIA – ... Não, temos que lembrar, primeiro que nascemos mulheres, não podemos competir com os homens; segundo, que somos todos dominados pelos que detêm a força e temos que obedecer a eles, não apenas nisso, mas em coisas bem mais

⁵⁶² Eventos lembram data. Jornal **O POVO**, Fortaleza, 8 ago. 1999. p. 17 A; Idem, 10 ago. 1999. p. 7 A; Governo pode admitir culpa pela morte de frei Tito. **O POVO**, Fortaleza, 3 jun. 2000. 3 A. Frei Tito e o futuro do pretérito. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 set. 2002. p. 4 (Cultura).

⁵⁶³ Os PCs sentam à mesa. **ISTO É**. São Paulo, p. 84 – 85, 05 dez. 1979.

humilhantes... Peço perdão aos mortos que só a terra oprime: não tenho como resistir aos poderosos. Constrangida a obedecer, obedeço. Demonstrar uma revolta inútil é pura estupidez.

*ANTÍGONA – Pois obedece então a teus senhores e glória a ti, irmã. Eu vou enterrar nosso irmão. E me parece bela a possibilidade de morrer por isso. Serei amada para sempre pelos que sempre amei e junto deles dormirei em paz. Devo respeitar mais os mortos do que os vivos, pois é com eles que vou morar mais tempo. Mas você é livre para ficar com os vivos e desonrar os mortos. ... A minha loucura e a minha imprudência velam a honra de um morto querido. Me arriscando por ele não corro o risco de uma morte inglória.*⁵⁶⁴

Como no mito de Antígona, Tereza, apesar de se declarar uma pessoa emotiva, conseguiu reprimir as emoções e organizar o funeral com honras de Estado, entendendo que estava interpretando o desejo do companheiro, pois João Amazonas, o dirigente do Partido, ficara muito abalado emocionalmente, não tendo condições de tomar iniciativas e os outros militantes do PC do B e da esquerda estavam temerosos. Como Antígona, a heroína do drama de Sófocles, Tereza Rego enfrenta a possível reação do Governo brasileiro, ao reivindicar as honras de Estado para um militante de esquerda, que se rebelara contra este poder. Ela assim justificava as homenagens devidas a Diógenes:

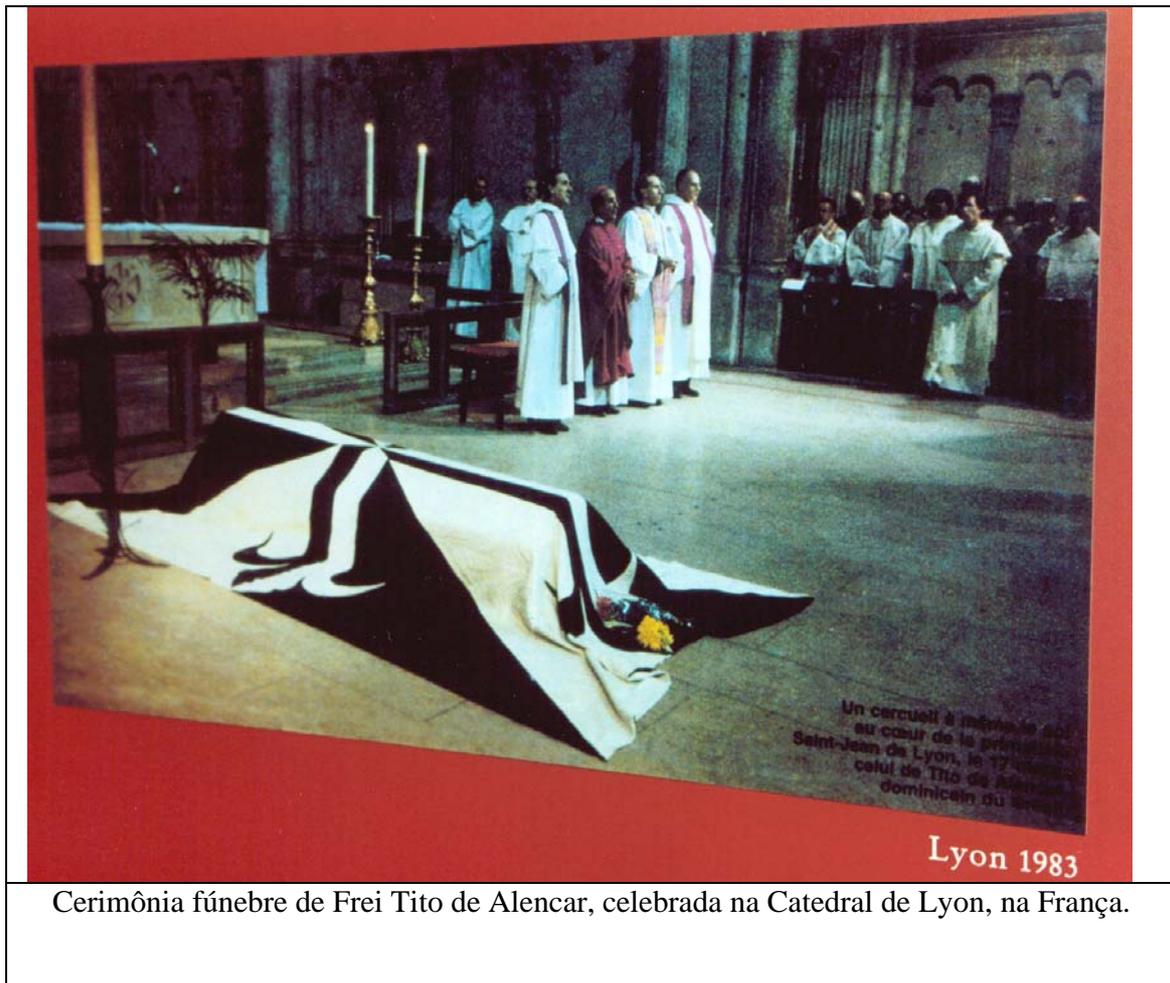
Quando teve a Anistia, ele foi o deputado mais votado no Estado de São Paulo, na época de Getúlio, então ele tem direito a honras parlamentares. Eles me chamavam Joana, era meu nome de guerra. Eu fiquei tanto tempo Joana que eu não tinha nem reflexo como Tereza, não. Aí o pessoal dizia assim: “Joana fica mal. Você não está vendo que Tiago não vai poder ir para a Assembléia”. Tiago, o nome dele é Genoíno. “Está bem. Vocês não querem ir, mas eu vou”. “Então fique e nós vamos”. E eles fizeram contato, foi até com Suplicy que estava numa sessão, suspenderam a sessão e receberam o corpo de Diógenes naquele edifício... Lá no Ibirapuera. Ele foi velado lá e depois foi levado a pé para o cemitério. Foi um enterro muito bonito e eu participei muito, fiz um discurso no cemitério, não sei como arranjei forças, não. Depois eu arriei...

A morte de Diógenes Arruda repercutiu internacionalmente, por ser tratado nos meios políticos como um dirigente do PC do B e também como um dos organizadores do Partido Comunista Português (Reconstruído) – (PCP(R)). Aos funerais compareceram, não só,

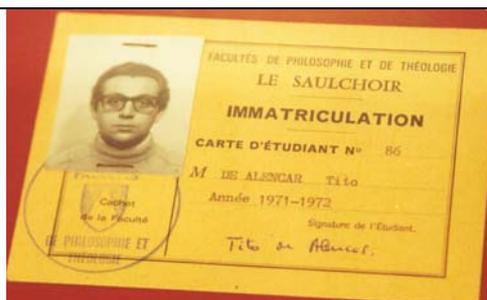
⁵⁶⁴ SÓFOCLES. *Antígona*. Tradução de Millôr Fernandes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura) p. 7 - 9.

militantes da esquerda no Brasil, como membros desses partidos em Portugal e na Espanha, sendo a notícia da morte divulgada em jornais portugueses e brasileiros.⁵⁶⁵

⁵⁶⁵ Honra ao camarada Diógenes Arruda. **BANDEIRA VERMELHA**, Suplemento do Semanário do PCP (R). Lisboa, p. I – IV, 26 nov 1979; Arruda Câmara é sepultado em São Paulo. **O ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, p. 2, 27 nov. 1979. Sepultado Arruda Câmara do PC do B. **FOLHA DA TARDE**, São Paulo, p. 2. 27 nov. 1979. Sepultado ontem líder comunista. **DIÁRIO POPULAR**, São Paulo, 27 nov. 1979; Diógenes Arruda, 1916-1979. **MOVIMENTO**, São Paulo, p. 8 – 9. 3 a 9 dez. 1979; Enterrado ontem Arruda Câmara. **REPÚBLICA**, São Paulo, 27 nov. 1979; Diógenes Arruda morre na chegada de João Amazonas. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 26 nov. 1979; Diógenes arruda morre do coração no Rio de Janeiro. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 26 nov. 1979. José Alves evoca Arruda. **BANDEIRA VERMELHA**, Ano V, Lisboa: p. 11. 26 nov. 1980.



Cerimônia fúnebre de Frei Tito de Alencar, celebrada na Catedral de Lyon, na França.



Cartão de estudante de Frei Tito na Faculdade de Filosofia e Teologia em Paris. Acervo do Museu do Ceará.



Foto publicada no livro Batismo de Sangue de Frei Betto. Frei Tito nas ruas de Paris, em 1973, ao lado de Magno Vilela e Frei Giorgio Callegari, companheiros Maquito Vilela e .



Folha de São Paulo, em 26 nov. 1979, noticia morte de Diógenes Arruda

Diógenes Arruda, 1916-1979

Morre em São Paulo um dos mais conhecidos e importantes líderes comunistas da história do país.

José Carlos Ruy

Em cima do caixão, a bandeira vermelha do Partido Comunista do Brasil

Brasil, e não Partido Comunista Brasileiro, nome adotado pelos comunistas ligados a Luiz Carlos Prestes). Arruda, entretanto, não acompanhou de imediato o grupo de João Amazonas, e apenas depois de 1965 adere ao PC do B.

Quando acontece o golpe militar de 31 de março de 1964, Arruda está em Pernambuco. No dia seguinte, em Recife, encontra-se com Gregório Bezerra na redação da Folha do Povo, jornal do PCB, dizendo: "vim apresentar-me para a luta. Cumprirei qualquer tarefa que o partido me confiar. Disponham de mim para tudo!". Gregório, um dirigente comunista que ficou ao lado de Prestes nas lutas internas do partido, conta em seu livro de Memórias que "tinha o pé atrás com relação a esse companheiro, conforme já contei, mas, diante de sua atitude de homem de partido, passei a respeitá-lo como verdadeiro revolucionário comunista, embora discordando de seus métodos

presentes: muitos choraram, velhos e PSP, Arruda é eleito deputado federal em São Paulo, mandato que cumpriu

Reportagem do Jornal MOVIMENTO, de 03 a 09 dez. 1979, com a divulgação da morte de Diógenes Arruda.



Cristino Villares

O DISCURSO DA AMIGA

Elza Monerrat lê o elogio fúnebre de Arruda Câmara

PC do B

Enterrado ontem Arruda Câmara

VICENTE ALESSI FILHO

O ex-deputado e líder comunista Diógenes A. Câmara, integrante do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PC do B), foi enterrado ontem, pouco antes das 7 da noite, no cemitério São Paulo. Cerca de quatrocentas pessoas, em cortejo a pé, acompanharam o caixão, desde os jardins da Faculdade de Medicina, na avenida Dr. Arnaldo. O velório fora instalado, ainda de madrugada, no salão nobre da Assembléia Legislativa. As 16h15 o carro fúnebre deixou a Assembléia em direção à Faculdade de Medicina, e de lá saiu o cortejo a pé, pouco depois das 16h45.

Arruda Câmara faleceu domingo, logo depois de desembarcar em São Paulo com o secretário-geral do PC do B, João Amazonas, vitimado por um ataque cardíaco. À sua despedida, não compareceu nenhum dirigente do Partido Comunista Brasileiro. De acordo com os militantes presentes, esta seria a demonstração pública de que as posições dos dois PCs continuam irreconciliáveis. João Amazonas, que no sábado chegou do exílio em Paris, não chegou a ir ao cemitério. Também com 67 anos, "foi poupado neste instante de emoção", como afirmou um familiar.

À beira do túmulo, porém, estavam José Duarte e Elza Monnerat, integrantes do Comitê Central do PC do B. Pousada sobre o caixão a bandeira rubra do partido. Militantes do partido se misturavam aos estudantes da tendência Caminhando e a amigos de Arruda Câmara, principalmente ex-presos políticos. Entre eles, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, ex-dirigentes do PCBR.

Apenas um líder sindical, Jacó Bittar, esteve na Assembléia.

Todo o percurso feito a pé — o cortejo demorou cerca de 50 minutos — foi acompanhado pelo coro de palavras de ordem: "Companheiro Arruda, você está presente", "Anistia ampla, geral e irrestrita", "Unidade popular", "Punição a toda a repressão". Na esquina da avenida Dr. Arnaldo com a rua Cardeal Arcoverde, começou-se a cantar a música *Caminhando*, de Geraldo Vandré. Ao lado da emoção que tomava conta de quase quatrocentas pessoas era sensível o constrangimento de muitos amigos de Diógenes Arruda, principalmente ex-presos políticos. Afinal, como lembrou um deles, "estamos aqui para o último adeus ao Arruda, e não para participar de uma manifestação pública do PC do B".

Sete oradores revezaram-se diante do túmulo, desde o representante da UNE até o do Movimento Negro, passando por parlamentares, integrantes do Movimento contra o Custo de Vida e o advogado Luis Eduardo Greenhaig, em nome da comissão executiva nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia. Em nome do Comitê Central do PC do B falou Elza Monnerat, que afirmou ter Arruda Câmara enfrentado "a repressão de duas ditaduras tendo sempre em mente uma frase velha de século e meio: 'Proletários de todos os países, uni-vos'". Elza Monnerat disse, também, que Arruda dedicara 45 anos de sua vida à causa do socialismo e do comunismo e que a sua morte significava, para os que ficavam, "mais um compromisso com a luta e a liberdade".

Tereza Rego no enterro de Diógenes Arruda. Jornal República, 27 nov. 1979.

“O pensamento do eterno retorno de todas as coisas”⁵⁶⁶

No pensamento grego, os exilados são heróis que vivem uma epopéia com uma trajetória constante: partida-exílio-retorno. Esse percurso se repete na história da humanidade, com exceção do exílio permanente ou desterro, ou a morte, pois os personagens nesta condição não mais retornam ao país de origem. O retorno do exílio também pode ser “penoso”, como ocorreu com o grego Ulisses, ou alegre, através do reencontro com os amigos, com a família, com o país que passa a ser visto de forma diferente. Embora os exilados retornem com o desejo de continuar as lutas pelo retorno à democracia, não retornam como Hamlet, o herói de Shakespeare, que desejava vingar a morte do pai, embora, como este personagem, desejem restaurar a moralidade no País. No retorno, o exilado está mais maduro, mais experiente como o herói Zaratustra depois de engolir a serpente que o engasgara, tornando-se mais sábio, mais propenso a conviver com a adversidade na luta pela reconquista dos espaços tomados e a readquirir a confiança perdida.

O desejo de retornar ao Brasil foi sempre uma constante nas aspirações dos brasileiros nordestinos, tanto para a liderança nacionalista como para os românticos jacobinos, e as tentativas de retorno começam desde a “onda de abertura” no Governo Costa e Silva, em 1968. E, assim, alguns entraram clandestinamente no país, enfrentando a possibilidade de serem perseguidos pelos órgãos de repressão, retornando antes da promulgação da Lei de Anistia, e outros retornaram após absolvição nos processos movidos pelo Governo militar, pois desejavam voltar ao Brasil o mais cedo possível para lutar pelo processo de redemocratização do País, como Valdir Pires, quando tomou conhecimento das grandes passeatas e dos movimentos políticos, em 1968, experimentando “grande expectativa” do retorno do país à democracia. Mas, com a instituição do AI-5, compreendeu que haveria “uma longa batalha política, num continente como o nosso, uma espécie de *chasse gardé*”⁵⁶⁷

⁵⁶⁶ Título inspirado em Nietzsche, op. cit., p. 439 - 450

⁵⁶⁷ *Chasse gardé*: expressão adotada pelos franceses para designar um “trunfo” guardado para uma ocasião especial. No Brasil pode ser compreendido por analogia ao uso popular de se ter “uma carta de baralho escondida na manga da camisa”.

política, do império dos EEUU”. O desejo de retornar ao Brasil decorria, também, da preocupação com a identidade cultural dos filhos, pois já tinham dificuldade em falar o português, após residirem no Uruguai e na França.

A decisão de deixar a Universidade na França encontrou resistência entre os professores que não entendiam o porquê de seu afastamento, mas, para Valdir Pires, o retorno ao Brasil era “uma decisão existencial”, pois não se considerava imigrante e preferia realizar a vida profissional no seu país. Os dois processos alusivos à resistência nos dias do golpe tinham sido arquivados antes da decretação do AI-5, pois o Supremo Tribunal Federal, “ainda com a presença de três grandes ministros que eram Hermes Lima, Evandro Lins e Silva, Victor Nunes Leal”, tinha decidido “não ser ilícito, quanto mais criminal” a resistência de alguém, membro do governo, “para fazer cumprir a Constituição”. Não havendo “ilicitude”, os processos não poderiam subsistir. Diante da decisão de voltar ao Brasil, “enfrentando as coisas que fossem possíveis”, Valdir Pires enviou, primeiramente, os filhos para o Brasil, no ano de 1970, na fase aguda da repressão, mas não lhe foi concedido o passaporte para retornar.

Eles não me deram passaporte, negaram meu passaporte, apesar de eu ter insistido eles me negaram a naturalidade de brasileiro: “Passaporte não está ligado à cidadania que os senhores cassaram. O fato de ter nascido no Brasil, de ser brasileiro, nenhum dos senhores tem arbítrio nenhum para me cassar isso. O passaporte não está ligado à cidadania? Meus filhos têm passaporte, minha mulher tem e eu não tenho”.

Esta foi a situação enfrentada pelos nordestinos no exílio, mesmo para os que não estavam envolvidos com a luta armada, cujo passado político representava um perigo para o governo instaurado. E assim, são negados, sistematicamente, os passaportes de Valdir Pires, Celso Furtado, Marcos de Castro Guerra, Manoel Messias, Almeri Bezerra de Mello, Fernando Pedrão, Frank Svensson e muitos outros. A alternativa para a locomoção de um país para outro era facilitada pelo *laissez-passer*, um salvo-conduto, concedido pelos governos dos países para os quais prestavam serviços, ou a credencial da ONU.

Entretanto, para retornar ao Brasil, o *laissez-passer* concedido pelos países de refúgio tinha validade para os exilados se deslocarem “para todo lugar no mundo”, mas só não tinha validade para o Brasil. Revoltado com a situação, Valdir Pires decidiu não entrar no Brasil com este documento, sendo-lhe concedido “um salvo-conduto expresso, com data

certa, com navio certo”. Na chegada, foi aguardado pela Polícia Federal, “no meio da barra”, ou seja, antes do navio atracar no cais, sendo retido por oito a dez horas e depois liberado, após o que se encontrou com a esposa e os filhos que já estavam em Salvador, na Bahia.

Celso Furtado também teve cerceado o direito de “ir e vir” e as atividades controladas quando veio pela primeira vez ao Brasil, em 1968, a convite da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, cujos três pronunciamentos foram transformados no livro *Um projeto para o Brasil*, do qual autografou “mais de mil exemplares no Rio de Janeiro e em São Paulo”. Durante o lançamento do livro, as pessoas que lhe pediam autógrafa eram fotografadas, não sabendo Furtado informar a quem prestavam serviço, mas suspeitava que fosse por ordem dos órgãos de repressão, pois já se estava às vésperas da decretação do AI-5. Em função da curiosidade despertada no Exterior a respeito do “modelo brasileiro” de desenvolvimento, Furtado veio novamente ao Brasil, em 1971, para conhecer essa “realidade nova”, embora soubesse que “era um momento de máxima repressão”, pois o ambiente no Rio de Janeiro o levou a concluir que a ditadura militar causara um dano maior do que havia suposto:

O clima era de neurose coletiva, sendo imprevisível o comportamento das pessoas. Nas praias e em logradouros públicos, eu encontrei indivíduos que tudo faziam para evitar serem por mim abordados. Referi esse fato a uma pessoa amiga e ela me esclareceu: ‘Não é por maldade, é que temem que você esteja sendo seguido’.⁵⁶⁸

A reação do Governo brasileiro em cercear a atividade acadêmica de Celso Furtado, embora não tivesse implicações com a justiça militar, também foi o impedimento de lhe conceder o passaporte, mesmo quando se deslocava a convite de outros países, como ocorreu em 1970, ocasião em que foi convidado pelo Governo do Peru para realizar conferência sobre a integração econômica da “chamada zona andina”, tendo de viajar munido do salvo-conduto desse país. Os impedimentos para viajar, também, para os Estados Unidos só foram contornados depois de Furtado enviar carta a Sergeant Shriver, então embaixador norte-americano na França, na qual explicou as dificuldades para obter o visto do Governo americano, situação que o impedia de freqüentar os grandes centros de estudos da América Latina sediados nesse país. Com a abertura de inquérito para apurar os

⁵⁶⁸ FURTADO, 1991, op. cit. p 160 – 163, 174 - 177.

fatos, Celso Furtado tomou conhecimento das acusações infundadas das autoridades brasileiras, as quais, após serem por ele refutadas, foram arquivadas e teve o caso encerrado com o envio de um documento a Washington pelo embaixador. O significado desse relato para Furtado foi o de testemunhar, para “não haver dúvidas, de que se perseguiram pessoas no Brasil não apenas porque estavam envolvidas com ‘guerrilhas’”.⁵⁶⁹ Outros exilados que se encontravam na mesma situação de Celso Furtado e Valdir Pires no Exterior, principalmente na França, começaram a preparar o retorno progressivo para o Brasil, pois não tinham idéia do tempo em que a ditadura iria perdurar, tendo esse grupo decidido se dirigir a São Paulo, para Brasília etc., para participar e organizar os movimentos sociais que já anteviam. As cidades indicadas para fixar residência eram o Rio de Janeiro e São Paulo por serem cidades brasileiras de maior densidade populacional, onde as perseguições estavam mais diluídas. E, assim, Valdir Pires fixou a residência nesta última: “Eu voltava para a Bahia e encontrava os Carlos Magalhães da vida aí pela frente... Era uma coisa brutal, até para sobreviver, impedindo emprego, impedindo trabalho, etc”. Juntamente com os exilados que iam retornando, Valdir Pires participou dos movimentos pela Constituinte, pela Anistia política, pela derrubada e queda do AI-5 e, só então, retornou à Bahia. Ao rememorar a experiência do exílio, afirma que foi um período “muito rico” para ele, sobretudo no refúgio na França ao conviver com o ambiente universitário, mas a situação de exilado político contribuiu para fortalecer o seguinte propósito:

... conquistar o processo democrático no Brasil, a independência de nosso país, de fazer um país capaz com essa potencialidade econômica, de riquezas inimagináveis para muitos outros povos, não é? De sermos capazes de fazer tudo isso para integrar a população brasileira, para suprimir esses *aparthaids* brutais essas desigualdades que são intoleráveis e ao mesmo tempo estúpidas, não é? Porque é um país que tem todas as condições de ter meios para abrigar todo o seu povo e muito mais do que isso. De modo que tudo isso me fortaleceu, me dava muito a impressão de que um dia nós poderíamos, realmente, conquistar no Brasil. De modo que o exílio é isso. O exílio é uma luta política. Ele só tem força na alma da gente quando você sente que dessa luta pode resultar os objetivos de uma concepção de mundo, da sociedade, da civilização, da idéia.

Fernando Pedrão, como Celso Furtado e outros, fazia “visitas passageiras” ao Brasil, mas só retornou definitivamente em janeiro de 1979, após ter passado sete anos sem passaporte, viajando com o *laissez-passer* concedido pelas Nações Unidas, à qual permaneceu ligado de 1973 até 1978. Diferentemente de Valdir Pires, ele não se sentia,

⁵⁶⁹ Ibidem, p. 160 - 162.

“realmente”, um refugiado ao portar o salvo conduto da OEA, depois o das Nações Unidas, porque nunca ficou sem um contrato nestas instituições e, por isso, sempre teve a vantagem do passaporte internacional. Por volta de 1977, estava se preparando para retornar ao Brasil, quando recebeu a oferta de amigos mexicanos para permanecer no México e “não voltar mais”, ocasião em que receberia documentos deste país e lá permaneceria, esquecendo, como ele afirma irritado, “esse troço aqui”. Entretanto, a volta de Fernando Pedrão ao Brasil resultou de “uma decisão emotiva, afetiva, ideológica”:

Eu voltei para o Brasil contra meus interesses econômicos. Quer dizer... Para voltar para o Brasil eu deixei meu emprego nas Nações Unidas, voltando desempregado. Isso resume tudo. Quando retornei ao Brasil, fiquei praticamente desempregado.

Embora nos casos estudados tenha ocorrido a inserção profissional e cultural nos países de refúgio, o que favoreceu o surgimento de uma identidade multicultural ou universal, a melancolia tornou-se um elemento constante no cotidiano do exílio. Para alguns personagens, a convivência emocional com esse fator favoreceu um processo de adaptação mais rápido; em outros, um processo mais lento, embora não tenham sido acometidos pelo alto grau de “concentração da bile negra”. O fato de ter sido obrigado ou impedido de retornar ao Brasil provocou, em Frank Svensson, a melancolia e insatisfação diante da situação de exílio, que decorreu do “peso de ser involuntário”, significando, para ele, ter sido obrigado a deixar o Brasil.

Eu tentei fazer a melhor limonada do limão disponível, sem dúvida nenhuma. Então, eu fui procurar minhas raízes européias, conhecer o mundo... Não é? Mas sempre com aquilo: “Um dia eu volto, um dia se fará justiça. E acompanhando... Isso, como é interessante... Isso no Brasil, como se diz?... Poderia ser útil ao Brasil?” Essas duas indicações do pensamento eram presentes o tempo todo. No início eu tive muito trauma, tinha pesadelo um atrás do outro. Sonhava que voltava e me pegavam, me prendiam.

Sempre na expectativa de retornar, Svensson dava prioridade à aquisição de livros, tirava cópias xerox de material que pudesse adotar no Brasil. Teve o cuidado de não se envolver com nenhuma mulher estrangeira, nenhum relacionamento que dificultasse a volta para o Brasil, até o reencontro com a cearense Mércia de Vasconcelos Pinto que também havia se desquitado e com quem se casou novamente. Svensson relata que sofreu muito no período do exílio, inclusive, fisicamente, quando, depois do doutorado, ficou desempregado por três meses: “tive ameaça de infarto, colite, o diabo a quatro, fiquei inculcado... Sim,

tudo era feito no sentido de que eu voltaria. E quando a notícia veio, a alegria foi enorme”. Entretanto, teve de retardar a volta diante das dificuldades para arcar com as despesas da mudança.

Para outros, como Almeri Bezerra de Mello, Violeta Arraes Gervaiseau, Miguel Arraes, Marcos Guerra, o fato de considerar o exílio como “uma mudança de trincheira”, segundo expressão do primeiro, permitiu passar o período de afastamento do Brasil sem muitas dificuldades, contornando os problemas e tudo o mais. Para Almeri, apesar de muitos exilados não conseguirem se ajustar a essa situação, o fato de ele ter se tornado leigo e de “ter uma cabeça bem diferente”, de já ter vivido na Europa, mesmo quando ainda estava no ministério, facilitou-lhe a vida no Exterior, considerando-a uma situação “natural”. Em Angola teve a situação facilitada, pois, como chefe da missão da ONU, sua atividade política era discutida diretamente com os governantes desse país, com os quais teve a grande vantagem de conviver em Paris, porque também eram refugiados, antes de seus países se libertarem de Portugal. Diferentemente ocorreu no Senegal, onde tinha a responsabilidade do escritório da UNICEF, ao qual, inicialmente, estavam vinculados 14 países, entre eles a Mauritânia, Guiné Conacri, Uganda, Senegal...

Miguel Arraes, ainda no exílio, comenta a situação através de “duas faces”:

... enriquecedor, se resistirmos à separação, utilizando-o para analisar, estudar e aprofundar o conhecimento de várias questões de interesse de nosso País”. De outro lado, o “mal do exílio”⁵⁷⁰ pode conduzir à alienação, isto é, se nos deixarmos separar do Brasil, não estarmos informados sobre o que ocorre, não estudarmos os problemas que vão surgindo, se não acompanharmos a evolução dos acontecimentos, as mudanças...⁵⁷¹

E assim, procurou se manter informado, manter “contatos com as mais diferentes pessoas das mais diversas origens que vieram ao Brasil, lendo trabalhos novos, acompanhando novos autores literários, lendo e anotando os jornais de modo a estar sempre presente, apesar da distância, politicamente, dentro do Brasil”.⁵⁷² A experiência do exílio na Argélia fez Arraes refletir sobre a prática política, mostrando o lado negativo que é o desenraizamento, o afastamento do meio social, das pessoas e do “povo”, e o isolamento. O termo desenraizamento, uma metáfora para explicar a saída forçada da pátria, da região de

⁵⁷⁰ Citado na Introdução, p. 19. Sobre o assunto ler QUEIROZ, op cit.

⁵⁷¹ Apud TAVARES; MENDONÇA, op. cit. p. 100.

⁵⁷² Ibidem, p. 99 - 100.

origem e das dificuldades de adaptação em outro solo com outras características, é constantemente adotado no discurso dos nordestinos, como o explica Carlos Timoschenko:

A raiz do nordestino é muito forte. Porque para mim, por um tempo eu pensei: “Isso é besteira. Muita gente diz: lugar bom é onde você está ganhando dinheiro, onde você está feliz, não é?” Mas teve essa coisa de... Não é? Passa um tempo noutro lugar, mas a gente quer voltar para o nosso lugar. Isso é coisa de brasileiro, mesmo... Acho que é isso. Eu estava mais ou menos entrosado com os franceses, estava estudando na Universidade... Quer dizer, quando você começa a elevar seu nível cultural não vê esse outro lado de querer voltar porque a vida é muito melhor, o acesso é muito melhor... No Brasil é mais difícil... E, realmente, depois que eu voltei para o Brasil, eu não evolui muito, apesar de ter estudado na França. Mas serviu de experiência, agora...

Tanto Timoschenko como Violeta identificam, nas questões enfrentadas pelo exilado político do Nordeste, as dificuldades com relação à inserção cultural em país estrangeiro diante das questões específicas desta Região, das “nossas raízes”, segundo o primeiro. Violeta lembra a situação do agricultor nordestino ao ser expulso da terra nos períodos de seca, justificando, assim, a existência de uma “sensibilidade muito viva nos que têm necessidade de fugir da terra” e lembra que nós, os brasileiros, “esquecemos muito que no Brasil existem exilados dentro”. Ela compara sua vida de adolescente de uma cidade do sertão nordestino, que saiu para estudar no Rio de Janeiro e, apesar do apoio do irmão Miguel Arraes teve de trabalhar, só conseguindo cursar pedagogia porque obteve uma bolsa de estudos através de Dom Helder Câmara. Diferente era a situação de suas colegas da PUC, uma Universidade freqüentada, predominantemente, por estudantes de classe média alta.

Então, num determinado momento, eu sempre ouvi o que é se ver fora e não ter meios. Eu que tinha o suficiente. Agora, quando você vê o que são os nordestinos no Sul... Isso eu vi quando estudante, quer dizer, as dificuldades visíveis que se passa, é... Não é brincadeira. Eu sempre fui muito sensível. Essa desigualdade regional, realmente, até hoje, isso não foi resolvido. Melhorou, mas está longe de ter a devida atenção. E, isso, no Exterior, é uma coisa muito grave. Porque, de qualquer maneira quando você está no seu país, tem uma amiga, tem um amigo, uma maneira de se comunicar. Mas os brasileiros não estavam preparados para isso. Nós brasileiros não tínhamos nenhuma..., a não ser uma parcela mínima da população, a super elite, que tinha a possibilidade de viajar para o Exterior. Língua, sabia-se muito pouco... O primeiro exílio... Eu vivo o exílio em três épocas. Na época, que foi o de 64, o nosso exílio foi fundamentalmente para o pessoal do Nordeste e certas áreas populares do Sul. Então, essa época foi difícil, mas não tanto quanto depois de 68.

Para Miguel Arraes, há o lado positivo no exílio, que é a possibilidade de “refletir sobre a realidade”, sobre a experiência vivida para “constatar os erros e acertos cometidos”, como também “reavaliar quão complexa é a ação política num país como o nosso...”.

Essa possibilidade de re-análise é um dos aspectos positivos do exílio que permite estudar, aprofundar os conhecimentos de nossa realidade, de outras realidades, que, às vezes nenhuma relação tem com a nossa, mas que, por contrastes ou semelhanças, nos ajudam a compreender a nossa própria terra”.⁵⁷³

Apesar dessas considerações, ao retornar ao Brasil, Arraes manteve os mesmos pressupostos do conteúdo populista do discurso político dos anos 1960, embora voltados para a crítica do cenário dos anos 1980, como a “ilusão do milagre econômico” que redundou em prejuízo para o empresariado nacional, com a desnacionalização da economia e a “distorção gerada pelos interesses das grandes companhias”. Para ele, “crescimento econômico sem a participação política popular é perverso, concentrador, marginalizador, produz mais pobreza e humilha”. E, assim, continuou a defender a participação popular nas decisões; que o Estado esteja a serviço do povo; e que o crescimento econômico seja centrado na melhoria das condições de vida da população. Ao retornar do exílio, no Recife, em setembro de 1979, Arraes manteve o conteúdo romântico revolucionário de toda sua atividade política ao evocar os mesmos versos de Carlos Drummond de Andrade na conclusão do discurso de posse em 1963, no primeiro mandato como governador de Pernambuco:

... Reencontro do povo com seu destino, forjado por ele mesmo. Estou mais moço porque reencontramos a História. E aqui, encruzilhada e confluência, deixo o exílio e me reincorporo como democrata, como homem do povo ao seu destino. As armas que trago são poucas. São as mesmas. Talvez ampliadas pelo conhecimento da luta dos oprimidos de outras terras”.

São aquelas evocadas pelo poeta:

Tenho apenas duas mãos

E o sentimento do mundo.⁵⁷⁴

⁵⁷³ Idem, p. 99 - 100.

⁵⁷⁴ ARRAES, M. **Pensamento e Ação Política**. Pereira, Jair (Org.). Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 179 - 185.

O despertar do sonho

A experiência do exílio para a maioria dos românticos revolucionários e os acontecimentos que ocorreram com a derrocada dos países do Leste Europeu provocaram a desconstrução de alguns princípios baseados nos pressupostos teóricos do marxismo, do stalinismo, do marxismo-leninismo, e do trotskismo, como também da prática política adotada, o que os levou à descoberta de “erros” e “grandes falhas teóricas”, embora, em algumas situações, mantivessem os princípios partidários.

O discurso do socialismo utópico dos românticos engajados nos programas do MEB, e dos MCPs, através da ação da UNE, UEE, JUC, AP etc. significava a tomada de consciência dos estudantes para a necessidade de trabalhar na transformação da realidade do Nordeste brasileiro, diante da convicção de serem uma categoria privilegiada ao constatarem a situação de opressão e miséria da maioria da população, conforme o interpreta Marcos Guerra:

Os números mostravam, se não me engano, de que apenas 1% da população brasileira tinha o privilégio de estar na Universidade. A UNE fez uma campanha importantíssima através do Movimento de Cultura Popular. Nasceu na UNE uma parte grande do cinema novo; no teatro tipo Boal, etc., do próprio Boal... Nasceu, então, um trabalho importante para conscientizar o universitário sobre o privilégio que representava. E nasceu, em consequência, da ação múltipla de devolver à sociedade aquilo que nós recebíamos como privilégio. Então, os estudantes de medicina saíam do banco de aula e iam atuar na periferia; estudantes de engenharia iam atuar na periferia melhorando as condições sanitárias; os estudantes de engenharia e arquitetura, estudantes de odontologia, igualmente; estudantes de direito, de educação, sociologia, etc. Nós criamos aqui (em Natal) o primeiro Centro de Atendimento gratuito à população pobre na nossa Faculdade de Direito.

Nessa febril atividade, os estudantes envolvidos nos programas de educação eram “mais pragmáticos”, segundo Marcos Guerra, pois não havia espaço para outras reflexões teóricas a respeito da política brasileira ou internacional, mas tinham a convicção da necessidade de lutar contra o imperialismo e entendiam, nessa época, “já que o trabalho de educação básica, o trabalho do direito à alfabetização, à cidadania, estava sendo feito”, a ação se justificava.

Entretanto, ocorreu, também, o desencanto com o idealismo, com a defesa do “ideal histórico” conforme a narrativa de Almeri ao analisar o discurso, não só da liderança estudantil engajada nos programas do MEB nos anos 1960, como também dos coordenadores, reconhecendo ter havido “muita ingenuidade”: “A gente se dizia agente da história, agora a gente sabe que é objeto”. Trata-se de uma conclusão baseada, também, na convivência com muitos exilados e cooperantes na Argélia, ao ver o entusiasmo dos que acreditavam estar trabalhando para a construção do socialismo. Assim sendo, Almeri, atualmente, sente-se muito mais consciente da força e do poder da “ideologia do capitalismo”, entretanto, continua lutando para mostrar a necessidade de transformar a realidade, mas vê pouca saída, diante das dificuldades de fazer com que essa idéia seja incorporada pelas “pessoas que têm muito poder”.

A desconstrução do discurso alegórico dos românticos jacobinos engajados nos partidos políticos, nas Ligas Camponesas e nas organizações de esquerda, começou, para uns, no período do exílio, para outros no retorno ao Brasil. No romantismo jacobino de Francisco Julião aconteceu uma mudança com a ampliação da visão utópico-humanista, e ele passou a incluir no discurso, a defesa de outros segmentos do meio rural e da sociedade, segundo declarou ao retornar:

Eu me ative tanto ao problema camponês que cheguei a entrar em choque até com pequenos e médios agricultores – que eram aliados naturais do movimento camponês. Então, os pequenos e médios agricultores, pelo temor de perder os seus pedaços de terra – o que era bastante explorado pela Imprensa burguesa -, buscavam aliança junto ao grande latifúndio. E o latifúndio é inimigo do pequeno e médio agricultor... Hoje, considero que estes pequenos e médios agricultores são aliados incondicionais e necessários para que se lute por uma reforma agrária no País e se melhore a situação do próprio camponês que não tem trabalho.⁵⁷⁵

As críticas em relação à atuação do PCB, principalmente por não ter preparado os militantes para um possível enfrentamento e de ter adotado uma retórica agressiva sem respaldo político e sem o preparo para uma possível reação, também foi objeto do desencanto com a prática política adotada. Embora estivesse convicta dos valores que preservava e da ideologia que defendia, ainda na clandestinidade, Elivan Rosas começou a

⁵⁷⁵ In: SANTIAGO, op. cit. p. 175 - 176.

questionar a atuação dos dirigentes do PCB diante da responsabilidade atribuída aos militantes, principalmente aos mais jovens:

Como é que uma pessoa como eu, como tantas outras pessoas jovens, que não tinham assim grande experiência de nada, não tinham grandes conhecimentos, podiam ficar com a responsabilidade de estar salvando pessoas, abrigando as pessoas, encontrando estímulo para as pessoas? Para mim aquilo foi uma retirada desorganizadíssima. Eu responsabilizo muito a direção do Partido por isso. E outra coisa em que eu também era crítica: era que havia muito sectarismo por parte do Partido, muita discriminação contra pessoas que eram aliados potenciais, que acreditavam no que a gente podia fazer.

O despreparo dos militantes do PCB também começou a ser questionado por Aécio Gomes de Matos, passando a entender “que a resistência ao golpe, no Brasil e fora, foi de muito amadorismo”, como a tentativa de criar uma rádio no Congo, não tratada com seriedade, embora fosse “um projeto de vida muito arriscado”. Encontrou, também, no exílio muitos refugiados, cuja maioria seguia suas vidas normalmente, mas outros “entraram num processo de clandestinidade no Exterior”,⁵⁷⁶ fato constatado quando encontrava amigos na França que trocavam de nome em diferentes ambientes sociais, tratando-se de uma clandestinidade “sem nenhuma função objetiva”. Ao retornar ao Brasil, ainda durante a ditadura, quando ajudava os militantes perseguidos a sair do país, Aécio constatou que os grupos se reduziram a “um bando de garotos brincando de namoricos”, arriscando a própria vida e de outros companheiros. Em determinada ocasião, tentou três vezes acertar com uma jovem a estratégia dos processos que o grupo estava montando na clandestinidade e “ela passava a metade do tempo falando da gravidez dela, do interesse dela por beltrano e por cicrano, essa coisa toda”. Para Aécio, não era admissível o envolvimento com questões pessoais, quando “as pessoas estavam ‘caindo’ e sendo mortas... O próprio sistema de ganhar dinheiro para financiar um processo revolucionário no Brasil aparentemente era uma brincadeira... O MPL nunca teve no Brasil nenhuma expressão política, nenhuma...” Essas constatações davam-lhe a sensação de estar envolvido numa “tremenda brincadeira, que não fazia muito sentido”. Diante disso, decidiu não mais arriscar a vida “por uma brincadeira desse tipo”, encontrando uma alternativa para

⁵⁷⁶ Sobre o assunto, ler GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988, p. 51 – 113.

a militância política no engajamento do trabalho comunitário, buscando a melhoria da qualidade de vida dos moradores de favelas.

O desencanto com as práticas e estratégias adotadas pelas organizações ou partidos políticos também ocorreu no período da clandestinidade. Pedro assim explica o choque dele e da esposa Tereza ao chegarem ao acampamento do PC do B na região do Araguaia:

Havia o machismo. Como eu era do partido e topava qualquer coisa, então a mulher tinha que topar. Éramos anti-foquistas que era a tese defendida por Regis Debray⁵⁷⁷ e Guevara. Mas lá na mata nós verificamos que não era a visão chinesa e era a visão foquista. Era uma mata, mata e sem gente, não tinha povo. A distância de uma base para outra era de duas léguas, três léguas. Então, na verdade, aquilo ali para mim era um foco, mas na época eu já sentia que era foco. Foi uma experiência muito grande e muito importante, mas, ao mesmo tempo trágica pela morte dos companheiros e trágica, também, como se deu a nossa saída. Foi uma espécie de ruptura.

Além da constatação da estratégia do grupo do Araguaia ser diferente da que defendiam, Tereza, a esposa de Pedro, ficou grávida, o que não era permitido, e o Partido decidiu que deveria ser realizado o aborto. O casal não aceitou e ofereceu várias opções para o grupo. Como não houvesse entendimento, decidiram, então, “deixar a mata” e retornar a Fortaleza até a filha nascer. Pedro se emociona e chora ao rememorar a situação: “Porque eu me lembro... Se ela não tivesse nascido... Já pensou... Eu não teria a Isabela, que me deu um neto” e que, “no próximo ano termina Medicina”.

A adoção do “partido único” e a aplicação do “centralismo burocrático” de Stalin, em lugar do “centralismo democrático”⁵⁷⁸ defendido por Lênin, foram outros elementos que contribuíram para a desconstrução do discurso do Partido Comunista no caso de Pedro Albuquerque Neto, mas também por bloquearem o exercício da democracia segundo as narrativas de Nelson Rosas, Liana Aureliano e Vando Nogueira. Embora Nelson Rosas reconhecesse os avanços de uma vida partidária que chegara a ser “bastante democrática” na realização de “grandes modificações”, a volta às práticas stalinistas foi “um desastre” e

⁵⁷⁷ Sobre a concepção chinesa de revolução ler DEBRAY, R. **Revolução na Revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, [197?].

⁵⁷⁸ Para Gramsci, o “centralismo democrático” no partido político favorece o estabelecimento de uma constante relação partido/massas, tornando-o uma expressão viva de seus anseios; a inversão do conteúdo do conceito torna-se, em Gramsci, o “centralismo burocrático”, assemelhando-se a “um pântano estagnado, a uma justaposição mecânica de ‘unidades individuais’, sem vínculo entre si”. Para este autor, a verdade surge do consenso. Há necessidade de tolerância para ouvir posições divergentes e para discuti-las. GRAMSCI, Antônio. A ciência e o príncipe moderno. In: **Obras Escolhidas**, v.1. Lisboa: Estampa, 1974. p. 380 – 384.

ocorreu em consequência da conjuntura política após 68, quando os militantes passaram à “clandestinidade braba”.

A questão do “centralismo burocrático” também transpareceu na narrativa de Nelson Rosas, para quem foi muito desagradável rememorar a história da dissolução do PCB no Exterior, pois resultou de atritos pessoais e “choques violentos” com pessoas que estavam ligadas a essa organização, em consequência da forma stalinista de condução e de demonstração de métodos incompatíveis com sua maneira de ser: “... durante todo o tempo em que eu estive no Partido tentei lutar pela aplicação daquilo que eu considerava os princípios que tiveram origem em Marx e que foram desenvolvidos por Lênin”. E, assim, permaneceu vinculado ao Partido Comunista no exílio, no qual militou durante alguns anos até ser dissolvido, ocasião em que se afastou, e não mais foi procurado.

A luta armada em reação ao golpe também não era defendida por Manoel Messias, não aceitando a possibilidade de uma revolução violenta a partir de um grupo militar, paramilitar ou em processo militar, questões que estudou nos movimentos revolucionários na Bolívia, no Peru, na Colômbia, no México, comparando-os, também, aos movimentos revolucionários nas colônias portuguesas, nos quais constatou a diferença, pois neles existia apoio político e social, e uma “burguesia embrionária” ou nascente.

Por exemplo, você não pode comparar a guerrilha que se tentou fazer no Brasil com a guerrilha em Moçambique, com a guerrilha em Angola. São movimentos armados de libertação nacional. Aqui se confundia libertação nacional com luta pelo socialismo. Então era uma coisa muito confusa, nunca foi clara, para o movimento revolucionário brasileiro, a distinção entre a questão da independência e a questão do socialismo. Independência nós fizemos, que é a independência política, nós já somos independentes desde 1822. Então a luta armada seria a repetição da Revolução Russa para implantar o socialismo ou a guerra de guerrilha estilo cubano para implantar o socialismo.

Esse é um tipo de questionamento também feito por Suzana Maranhão, considerando o momento da entrevista “extremamente importante de prática política, de reflexão política”, mas sem negar o caminho armado que tinha assumido. Ao refletir sobre os erros cometidos, ou seja, “as limitações, o que houve de errado, de correto, de heróico, sem negar o que foi possível”, reconhece o amadurecimento da visão política e que “realmente, as condições subjetivas no Brasil não estavam dadas, naquele momento, para a luta armada. As condições objetivas eram claras, mas não as subjetivas”. Para ela, a militância

de esquerda adotou “um processo vanguardista, espontaneista”, entretanto, reconhece “que foi um caminho que teve também os seus benefícios, com todos os erros e acertos”.

O fracasso da guerrilha no Brasil fortaleceu o PCB por não defender a luta armada, e logo começou a se refazer e se preparar para o retorno à legalidade, o que, para Manoel Messias, significou que o Partidão foi o “vitorioso” no campo da esquerda: “porque, como não fez nada, e também não tinha uma perspectiva do que era que ia fazer, terminou arrebatando para seus quadros aquele pessoal que saiu da guerrilha, que viu que a guerrilha era um fracasso”. Essa é a explicação que dá para os que retornaram aos quadros do PCB, até os do Comitê Central, como Armênio Guedes, Salomão Molina, Prestes e outros, e para os militantes do PCB que eram “mais anti-guerrilha”, os quais, no retorno ao Brasil, foram para o PT.

O “sonho”, outra característica do romântico, é mais um elemento ressaltado na desconstrução do discurso alegórico e na prática política dos estudantes por ocasião do golpe civil-militar, segundo o relato de Sérgio Buarque:

... o primeiro ato público que eu participei foi uma marcha famosa em Recife, em que os estudantes de Engenharia e os bancários se dirigem para o Palácio do governo “para libertar Arraes” que a essa altura estava preso (risos). Então esse jovem sonhador achava que, com uma manifestação e uma bandeira do Brasil tirava Arraes da prisão. E essa foi uma manifestação dramática. O Exército reprimiu e morreram dois jovens.

O despertar do “sonho comunista” também é um dos aspectos da desconstrução do discurso alegórico de João de Paula ao acreditar “que a China era o paraíso” por ser militante do PC do B, mas, quando o governo desse país começou a fazer os mesmos acordos que a União Soviética, fazia com os EUA, fato que levava o Partido a deixar a linha soviética do PCB, o sonho começou a “desmoronar” ainda no Brasil. João de Paula começou a perceber que esses acordos não correspondiam à retórica defendida, fato que o levou a sair do PC do B, concluindo: “Isso não é nada de internacionalismo proletário. Isso não é nada de coisa de socialismo, isso é interesse de países”.

A convivência na Alemanha, na Suécia, na Suíça e noutros países europeus com refugiados procedentes de países do Leste Europeu foi outro fator que concorreu para a descoberta de outras perspectivas, de outra realidade no campo do socialismo que não

correspondia ao ideário defendido pelos partidos comunistas e organizações da esquerda. A convivência com os “dissidentes” dos países socialistas favoreceu a compreensão de que, ao contrário do que lhes era apresentado como indivíduos conservadores e reacionários, na realidade eram “pessoas que tinham ideais de justiça, pessoas que tinham um desejo social”, e que deixaram seus países porque criticavam o que acontecia e mostravam que ocorria “uma ditadura do Partido contra a população, contra os operários”. João de Paula assim relata a mudança da perspectiva anterior, adquirindo outra percepção da realidade através da vivência com esses refugiados:

Quando eu comecei a conviver com essas pessoas, quando eu comecei a ter acesso a informações do que acontecia no leste Europeu, aí eu percebi: “não, esse negócio de partido único, negócio de ditadura do proletariado... Isso é conversa fiada, isso é ditadura de um grupo, isso não é caminho...” Então foi aí quando para mim acabou o sonho do comunismo: “não é isso que eu quero para o Brasil”.

Outro elemento a favorecer a desconstrução do discurso alegórico dos ex-militantes no exílio foi constatar a realidade vivida na Alemanha Oriental, comparada a da Alemanha Ocidental e a de outros países do ocidente europeu. As visitas à Alemanha Oriental contribuíram para “profunda transformação” nas convicções políticas de Sérgio Buarque e João de Paula. Segundo a lembrança desse período, por João de Paula, a primeira impressão que lhe ocorreu foi a de ver num desfile militar as semelhanças com o nazismo e de constatar o atraso do país, fatos comprovados por outros brasileiros refugiados que lhe falavam apavorados: “... rapaz, aquele negócio ali não tem nada a ver; aquilo era uma ilusão nossa; não tem nada a ver. Aquele negócio não é socialismo coisa nenhuma...”

As alternativas políticas da luta armada, do “partidão” e de um “trotskismo muito fragmentado”, que eram colocadas pelos militantes que se encontravam no Chile, começaram também a ser questionadas desde o começo do exílio, tanto por Sérgio Buarque como por Vando Nogueira. O primeiro não se engajou no movimento de resistência, embora continuasse a ter uma “ligação afetiva com a postura trotskista, sobretudo à crítica com relação à União Soviética”, tendo consciência, já nessa ocasião, do isolamento dessas formas de luta e de que não levariam à transformação social, entendendo que deveria ser buscado um movimento social “mais lento, mas com raízes sociais”. O posicionamento político de Vando Nogueira no exílio foi diferente de Sérgio Buarque, pois se envolveu

com a política chilena, chegando a fazer parte da liderança do MIR, entretanto, os questionamentos a respeito da prática política adotada também começaram nessa fase ao perceber a existência de outra relação com o mundo da esquerda, através da experiência socialista de Allende, que chegou ao poder pela “via pacífica”, um caso único no “mundo inteiro”. Por isso, considera essa primeira fase do exílio uma experiência “muito forte” e afirma: “Se alguma coisa do meu pensamento foi mais trabalhada foi nessa experiência do Chile”. A permanência de dois anos no Chile e a vivência de outro golpe de Estado foram os acontecimentos que fizeram Vando repensar se a via pacífica era realmente viável, principalmente, ao ver “o próprio presidente da República, que defendia a linha pacífica, com seu grupo, dentro do Palácio do Governo, resistindo de forma armada. E, assim, a via pacífica teve o seu maior defensor de fuzil na mão, e morreu enfrentando as forças golpistas”. Vando, ao comparar esse acontecimento com o golpe no Brasil, chega à conclusão de que foram situações muito semelhantes, não proporcionalmente, porque no Chile a esquerda também estava despreparada, embora fosse “mais densa, de mais responsabilidade internacional”, mas com o golpe abdicou da reação violenta, mesmo na defesa da democracia.

A posterior experiência do exílio na Suíça, onde se dizia que o socialismo não era necessário, provocou em Vando o trabalho de repensar as contradições nas sociedades: “De onde se tira a riqueza, como a riqueza é distribuída?” A descoberta de que “aquele modelo de sociedade tinha a adesão da população” facilitou-lhe a compreensão das relações desta sociedade e de sua cultura, passando a perceber que se pode “ganhar a população pelo convencimento ou manter a população pela força”, embora também estivesse “muito claro”, para ele, no que também concorda Almeri, que a “ideologia burguesa” também tem a capacidade de convencer a população, de fazer valer “seus valores, a sua ética, e o que mais for.” Para Vando Nogueira, a Suíça é um “fantástico exemplo” disso, levando-o a perceber um outro aspecto dessas questões, ou seja, “a população pode ter uma identidade muito grande com a elite”, o que negava o aprendizado trotskista. O fato de residir na cidade de Genebra concorreu para que essas questões fossem se aclarando, pois é a sede da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, para onde se dirigem pessoas procedentes de várias regiões para depor sobre torturas, desaparecimentos, enfim, para fazer denúncias. Essa foi uma situação que propiciou o encontro com exilados que vinham

de outras regiões do mundo, favorecendo a discussão sobre o futuro de seus países, principalmente com os procedentes da América Latina e do Leste Europeu, facilitando, ainda, o acesso a uma “literatura não viciada”. O acesso amplo ao que se escrevia na Europa e o contato com os exilados, que tinham vivenciado o regime socialista em outros países favoreceu o conhecimento da inconsistência das teorias e da ideologia adotada nos países onde existia Partido Único, o que levava progressivamente a “deformações de ordem burocrática” e à concessão de privilégios para a cúpula partidária.

O preconceito em relação aos homossexuais, ao machismo, autoritarismo e outras questões defendidas no Partido foram revisados pelos exilados diante dos acontecimentos e da vivência com outra realidade no exílio.

Vando identifica o machismo que incorporara com as idéias do Partido na resposta dada, na Suíça, a uma colega que lhe perguntara sobre a existência de homossexuais no MIR, tendo ele respondido: “O meu partido é de homens”. Só depois de algum tempo, Vando reconheceu que o caráter da pergunta tinha o sentido de dizer que na Suíça havia muitos homossexuais, “assumidos”, e que eram pessoas importantes, mas naquele momento, para ele, “um homossexual não era um militante revolucionário, era uma deformação”. Começou, também, a descobrir que o “conceito de revolucionário” tinha de “ser muito amplo” ao participar da vida cotidiana na Suíça, dos movimentos de solidariedade aos refugiados, e outros eventos, descobrindo outras possibilidades de ação no campo da política, através da compreensão da sociedade a partir de uma visão de totalidade.

Não é só revolução nos meios de produção, essa coisa da hegemonia do econômico sobre o social, que é a partir do econômico que você pensa o resto da sociedade. E essa visão da totalidade das coisas multifacetadas, como o movimento feminista, que na Suíça, nos inícios dos anos 70, já tinha uma certa forma, e que não nasceu nos países do Leste Europeu no sentido daquela contestação das relações entre as pessoas, e não só na relação de produção. Como na União Soviética, por conta da Segunda Guerra, onde as mulheres se vincularam à construção civil, às fábricas, e os homens foram para a frente de batalha.

Diante da responsabilidade assumida como dirigente do MIR, Vando foi “construindo uma visão de mundo”, pensando tratar-se de algo seu, até começar a contestar a aproximação do MIR com a União Soviética, em consequência da maior aproximação da Revolução Cubana com o mundo soviético, o que resultou em atritos no relacionamento entre os militantes. Como o MIR passou a cobrar de seus filiados “menos crítica, mais apoio, mais simpatia, menos antipatia”, essas exigências provocaram a percepção das “grandes contradições dentro do grupo político”. Essas recomendações apoiadas no “centralismo” obrigaram Vando a excluir militantes do MIR por questionarem determinados posicionamentos da direção do Partido. Diante da reação de um dos militantes em não divulgar um material por achar que não correspondia à realidade, Vando afastou-o, aplicando as normas impostas, embora fosse “uma pessoa profundamente identificada com o partido”, e apesar dele mesmo já estar convencido, também, de se tratar de propaganda enganosa. Vando Nogueira percebeu que, de repente, não tinha mais explicações para o que estava acontecendo, transformando-se em mentira ou falácia as suas explicações, ao final, fazendo remissão à lenda do “rei nu”, de Andersen:

Eu sabia explicar sobre o Vietnã, sobre Coréia, sobre a luta colonial, eu sabia tudo. Mas na verdade eu era um bom decorador de texto. Então eu comecei a dizer: “Não, aí tem coisa”. Foi uma grande crise. De repente o rei está nu, e o rei era eu mesmo, eu estava completamente nu.

Na tentativa de construir a própria identidade política, apesar de todo o conhecimento incorporado durante tantos anos, Vando considerou oportuna a transformação, tendo deixado o Partido para buscar respostas a partir de “sua própria construção, agarrando todas as idéias, todas as informações, todas as coisas do mundo e quebrar preconceitos”. E, assim, convenceu-se “de que o capitalismo não é resposta para a sociedade, o socialismo que se construiu foi resposta para um momento da sociedade, mas não se provou também como resposta às necessidades, à liberdade, à qualidade de vida” etc.

Outro fator que contribuiu para o desencanto com a prática política da esquerda, no caso de Pedro Albuquerque Neto, foi constatar o sectarismo dos comunistas, dos quais esperava maior solidariedade, quando não foi recebido pelo diretor da Faculdade de Economia, por não ter sido indicado pelo PC chileno, e sim por Marco Aurélio Garcia que era do MIR. Outro fato foi o radicalismo de certas posições assumidas no Chile, ao ser

expulso do colegiado dos brasileiros do campo de refugiados, um companheiro conhecido como Chicão, sendo considerado um elemento infiltrado. Por ocasião da greve de fome em consequência do impasse surgido por não estarem sendo recebidos, nem pelos países socialistas nem pelos capitalistas, os refugiados tiveram de decidir contra que órgão ou país seria dirigida a greve, do que resultou intensa discussão. Uns propunham contra a ACNU, outros contra os países que não os queriam receber, saindo vencedora a primeira proposta para não desgastar os países socialistas, e, entre os que votaram nessa proposta, estava o Chicão, o qual, após a votação, foi readmitido no colegiado. Ao retornar ao Brasil, Pedro descobriu que Chicão fora líder camponês, em Minas Gerais.

Apesar do radicalismo, do machismo e do autoritarismo dos partidos políticos e das organizações da esquerda os exilados também reconheceram a rede de solidariedade que se formou em torno deles além da que era organizada pelos partidos e organizações de origem. Nelson Rosas recorda com satisfação que foi ajudado por muitas pessoas, e que a sua defesa pessoal era cuidada por “uma rede formada talvez por mais de quarenta pessoas, pessoas progressistas, pessoas que nunca tinham tido nada com o comunismo, alguns até militares”. E, assim, saiu clandestinamente do Brasil, não utilizando documentos falsos, e, quando retornou, a prisão preventiva já havia sido revogada. De igual modo, Pedro Albuquerque Neto declara que, embora os militantes sofressem por conta da repressão por um lado, por outro, tinham amigos que os escondiam. Não só nos relatos de Nelson Rosas e Pedro Albuquerque Neto, mas também nos de Marcos Guerra e Paulo Lincoln, são reveladas várias formas em que são ajudados para sair do País escapando ao controle dos meios de repressão. E, assim, Pedro explica como vão se processando as transformações em seu pensamento:

Então nessa trajetória toda aprendi e me tornei mais humano, porque eu encontrei pessoas que não concordavam com as nossas idéias e que foram solidárias a mim, a nós. Meus vizinhos, no Chile, eram contra o Allende, e nós, a favor. Mas, como não podíamos sair de casa, eles nos davam comida por cima do muro”... (Depois, no campo de refugiados) “Toda semana iam levar café e bolacha para a gente”.

A solidariedade dos vizinhos foi completa, pois também venderam os pertences abandonados na fuga e levaram o dinheiro apurado para o campo de refugiados da ONU. Pedro também relata a solidariedade do carcereiro da prisão do Quartel General da Praça

José Bonifácio, em Fortaleza, durante o período em que esteve preso, quando recebia cartas da esposa, nas quais ela combinava o que dizer para o caso de ser presa, porque ele havia declarado que estavam separados e não sabia onde ela se encontrava. Ele deveria se desfazer das cartas que chegavam através das visitas, burlando a vigilância, mas as mantinha e explica: “questão de amor, eu queria guardar aquelas cartas para ficar comigo”. Quando a Polícia Federal foi buscá-lo no quartel, não houve tempo para escondê-las. Então, pensou em colocá-las no vaso sanitário, tentou engoli-las, mas não conseguiu. Como só entrou na cela um soldado do quartel que o estava ajudando a juntar os pertences, decidiu:

...só tem uma saída, eu vou acreditar no ser humano. Eu me encostei assim, perto dele, arrumando as minhas coisas com ele e disse: “Bezerra, eu tenho um grande favor a te pedir. Esse favor que você vai me fazer, você salva a minha vida. Você me faz?” Ele disse: “Faço”. “Sabe o que é Bezerra, é entregar aqui umas cartas que eu tenho aqui da minha mulher que a Polícia Federal não pode saber, não pode conhecer, pois se ela souber pega a minha mulher e me mata. Eu quero que você entregue essas cartas na cela vizinha e peça ou ao Zico ou ao Fabiane que toque fogo nas cartas”. E ele fez isso.

Essas foram experiências de vida, que, segundo Pedro, foram moldando a sua maneira de ser. “Então, na volta ao Brasil, eu voltei com essa visão de espírito democrático, uma visão socialista e democrática”. Pedro Albuquerque Neto afirma que suas idéias políticas são, “fundamentalmente” as mesmas, reconhecendo que o fato de ter sido comunista, significa que fora “humanista”, que é a base de seu pensamento.

O romantismo jacobino passado não é negado pelos exilados. Tanto Moema São Thiago como Rute Cavalcante assumem a atuação política do passado: a primeira, na luta armada e a segunda, na atividade política clandestina. Moema São Thiago alega que, na prática política, “as formas de luta mudaram porque o momento é outro”. Após o golpe militar, ocorreu o “fechamento político” e não restou alternativa a não ser empunhar armas para manter um espaço político como forma de expressão e de comunicação com a sociedade. Como resultou num processo de engajamento político, então, após a abertura política, depois da anistia, “não se justificaria mais uma militância nesse nível político”. Rute Cavalcante afirma que fez “o que deveria fazer naquele momento”, não se sentindo culpada ou omissa, afirmando: “Foi importantíssimo para minha formação como ser humano, para me sentir responsável enquanto pessoa, por mim mesma, pelo meu país, pela minha profissão de educadora. Então eu acho que cumpri o que deveria ser cumprido”... Ela

cita como fatores relevantes a existência de “um companheirismo muito grande” entre os militantes, como também o fato de ter sido apoiada pela família, sentindo, assim, que fez o seu papel de cidadã.

Para Vando Nogueira, no início dos anos 1960, o engajamento político “dependia da capacidade de convencimento de quem estivesse nas proximidades”, como no seu caso, pois não ocorreu um processo espontâneo, de sua “própria cabeça”. Por esse motivo entende que, “se essa geração teve precocidade para o agir na política, essa precocidade não significou maturidade”. Vando admite ter ocorrido “um certo romantismo”⁵⁷⁹, pois não se construiu um pensamento “a partir da própria evidência, do próprio conhecimento, da própria experiência, mas era um estado um tanto quanto inerte”, exemplificando a afirmativa ao citar a discussão com o militante de um Partido, quando chega clandestinamente, em Recife, no ano de 67 ou 68:

Nessa conversa ele defendia Lênin e eu defendia Guevara, e olhando hoje, trinta e um, trinta e dois anos depois, eu acho que nem ele defendia Lênin, mas o ideal do que ele supunha ser Lênin; nem eu defendia Guevara, mas o ideal do que conhecia de Guevara. Era uma discussão entre duas pessoas sobre um assunto que os dois não dominavam coisíssima nenhuma. Era aquela coisa de teimosia: eu era de um lado, ele era de outro. Ele achava, dizia ele, que Lênin era uma pessoa muito mais completa, no sentido dos livros que escreveu, mas que ele não tinha lido, e eu achava o contrário, que Guevara era muito mais atual, estava ali, provando, dizendo e tal, e que isso é que era fundamental, e que um tinha servido para uma época e o outro era resposta a outra época. Hoje eu digo que nenhum dos dois sabia exatamente do que estava falando.

A autocrítica de João de Paula leva-o a concluir que os acontecimentos vivenciados provocaram a transformação de sua visão de mundo, passando a “valorizar verdadeiramente a democracia como objetivo” e a respeitar os “pensamentos diferentes”. Para ele, a “sociedade tem que ser plural”, não mais aceitando a existência de “partido único” e que “a economia não pode ser uma coisa engessada, uma coisa só estatal”. A desconstrução do discurso alegórico e da prática política jacobina se reflete na representação da atividade política desse período na sua memória, que resume o discurso dos depoimentos citados:

⁵⁷⁹ A referência de Vando ao romantismo é por ele adotada de acordo com o senso comum.

Na verdade, hoje, eu compreendo que a grande motivação de toda aquela geração que se opôs à ditadura, mesmo uns dizendo que eram comunistas, outros socialistas, outros cristãos, na verdade, eram duas coisas, independentemente do que cada um achasse qual era a razão. Para mim, era a questão da liberdade, era o desejo da liberdade, e, a outra, era de ver justiça social neste país. Eu acho que esses eram os dois pilares que, de fato, movimentavam os movimentos, mesmo que a gente achasse que queria construir o socialismo, o comunismo. Mas, eu acho que o que tocava a todos era o desejo de liberdade e o desejo de justiça social, o desejo de ver esse país desenvolvido. Ver um paísão enorme como este, com essa miséria, para mim é uma vergonha, não tem nenhuma razão de ser. Então, acreditar que isso vai se transformar, que vai haver oportunidade para todo mundo, condição de vida decente, isso é o meu sonho permanente, que eu acho que não vai acabar nunca.

A desconstrução da teoria no discurso alegórico. Socialismo e keinesianismo

O acirramento das lutas políticas no continente, a posição dos países latino-americanos na periferia da economia internacional, a defesa dos direitos humanos diante da desigualdade social e a perda dos direitos políticos, foram as preocupações dos exilados e que justificaram a adoção do discurso e da prática política alegórica. Esses questionamentos se traduzem no interesse ou objetivo dos melancólicos, uma característica dos filósofos ou intelectuais, pois melancolia e alegoria estão interligadas. Benjamin afirma em *Origem do Drama Barroco Alemão*: “se o objeto se torna alegórico sob o olhar da melancolia, ela o priva de sua vida”, sendo “incapaz, a partir desse momento, de ter uma significação, de irradiar um sentido; ele só dispõe de uma significação, a que lhe é atribuída pelo alegorista”. Portanto, a alegoria “é o único divertimento, de resto muito intenso, que o melancólico se permite.”⁵⁸⁰

Segundo Rouanet, através da interpretação etimológica, “alegoria deriva de *allos*, outro, e *agoreuein*, falar na agora, usar uma linguagem pública. Falar alegoricamente

⁵⁸⁰ BENJAMIN, 1984, op. cit. p. 206 - 207.

significa, pelo uso de uma linguagem literal, acessível a todos, remeter a outro nível de significação: dizer uma coisa para significar outra”. O autor citado toma esta definição como ponto de partida para compreender o sentido dado por Benjamin.⁵⁸¹ No discurso alegórico, “cada pessoa, cada coisa, cada relação pode significar qualquer outra”, como demonstrou Walter Benjamin. Para podermos nos expressar, recorreremos à alegoria: “dizemos uma coisa sabendo que ela significa outra; remetemo-nos com freqüência a outros níveis de significação, distintos daquele em que nos situamos”.⁵⁸²

Enquanto para alguns militantes a desconstrução do discurso alegórico do PCB começou ainda no período da clandestinidade, para outros, começou apenas durante o período do exílio. Os questionamentos teóricos começaram a surgir para Manoel Messias quando identificou as disfunções do sistema socialista em 1960, na primeira vez em que esteve na União Soviética, ocasião em que presenciou, em Berlim, o levantamento do Muro, em agosto de 1961.

Então assisti de frente, vis-à-vis, àquela conturbação toda. Na União Soviética passei um ano e meio estudando em Moscou, na Escola Superior do Partido, que era ligada ao Estado Maior das Forças Armadas... Então eu tive discussões com professores, discussões com alunos, eu tive uma grande discussão com um aluno que escreveu uma tese afirmando que não havia socialismo na União Soviética. Um japonês, muito inteligente. Tive também com um italiano, que, se não me engano, era filho de Togliatti (célebre líder e teórico comunista italiano). Tive também grandes discussões na rua.

Ainda na URSS, a namorada russa de Manuel Messias organizou uma festa no dia de seu aniversário, a qual contou com a presença de técnicos do governo, políticos, jovens. Estes relataram as condições em que se encontravam a economia e a situação política do país; defendiam o pluripartidarismo e a autonomia das Repúblicas incorporadas. Essa discussão nos anos 1962 a 1963 era permitida por Krushev que desejava implementar princípios democráticos.

Saíam no Pravda discussões sobre o socialismo, sobre a economia, sobre o emprego, o pleno emprego, o que era o pleno emprego, a tecnologia moderna, por que ela não entrava na produção. Não entrava na produção porque ela desempregava. Isso

⁵⁸¹ ROUANET, Sérgio P. In: BENJAMIN, 1984, op. cit. p. 37.

⁵⁸² BENJAMIN, op. cit. p. 196 – 197; KONDER, op. cit. p. 28.

começou a mexer em tudo. Então a partir daí eu fui montando uma visão diferenciada do que era o stalinismo, que não discutia, que via a coisa do ponto de vista formal, do ponto de vista do bem e do mal, uma visão maniqueísta, onde não havia debates... “Vai acabar, não tem mais jeito, aquilo ali não tem mais solução, não tem mais para onde se expandir, a economia está paralisada”. As pessoas não sabiam disso, só quem esteve lá é que tinha conhecimento. Era tudo muito fechado, não havia democracia, não havia eleição. Aquilo que nós defendíamos aqui, lá era o contrário. Então chegou a um ponto em que o que os partidos comunistas defendiam na América Latina, quem defendesse lá seria preso. As coisas chegaram a um ponto de ninguém querer mais ficar lá.

Segundo ele, os episódios da queda do Muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da União Soviética, em 1991, confirmaram as antevistas de seus estudos. Antes da derrocada da União Soviética, Manoel Messias, ao retornar do exílio, em 1980, já a preconizava por que não havia condições para manterem o socialismo “só em uma área, sem tecnologia, sem democracia e sem apoio da população”. Mas o que afastou Manoel Messias da militância do Partido Comunista foi a interpretação das teses em desacordo com o pensamento de Marx, pois seu constante interesse era o estudo da obra filosófica desse pensador e dos marxistas”⁵⁸³; como também a leitura das obras de Lênin e de Trotsky, chegando à conclusão de que havia um erro nas interpretações do pensamento marxiano:

Que a construção do socialismo num só país, à qual Trotsky era permanentemente contra, eivava essa idéia de profundas concepções nacionalistas. Então feria os princípios de Marx, que eram princípios gerais, universais. A revolução, para Marx, era universal, partindo talvez de países que tivessem alcançado já um grande desenvolvimento das forças produtivas. Ele falava até na Inglaterra ou na Alemanha, mas não chegou a objetar essas questões. Então, o leninismo, ou melhor dito, o stalinismo, o desdobramento de Stalin nessa questão toda, é a luta pelo socialismo em um só país, é uma luta de cunho nacionalista, que não tinha profundidade na teoria de Marx. Nisso aí, Trotsky tinha razão, quando falava da revolução permanente. Talvez não colocada da maneira em que ele colocava, mas a revolução permanente em Marx é um postulado filosófico. As forças produtivas do capitalismo só poderão ser modificadas com a proposta de uma outra força produtiva, um outro modo de produção. Então a briga está entre modos de produção.

⁵⁸³ O termo marxista foi utilizado pelos partidários de Bakunin de forma pejorativa, para acusar os adversários de “centralizadores”. Na França, a partir de 1880, o termo passou a ser adotado como sinônimo de socialismo científico, ou socialismo alemão. CORTEZ, op. cit., p. 7. Manoel Messias explica que Marx não aceitava a adoção deste termo, o qual depois de sua morte passou a designar as idéias de Marx. Entretanto, para ele, o termo é o desdobramento da Revolução Russa com as teorias de Lênin, ou do leninismo.

Os questionamentos teóricos de Svensson também começaram no exílio, quando esteve na França e se interessou por Garaudy, considerado-o um “autor sério naquela época”, e que ainda estava no PC. Depois, no Leste Europeu Svensson teve “muitas surpresas”, mas, só em Angola, começou a questionar a teoria marxista, ao comparar a pobreza desse país com a do Brasil, pois, para ele, “tanto aqui como lá, a socialização da pobreza não se dá com a vida produtiva”.

Em Brasília, você não aprende a respeitar o uso da máquina do seu colega, não. Na Angola, uma bicicleta, um rádio, uma garrucha, quinhentos tijolos tinham a vantagem de cada transação... E havia duas economias. Havia uma economia contabilizada, o valor do *coins*, a moeda, em relação ao dólar, coisa desse tipo, mas havia economia de fato. Eu tenho tantos cabritos em casa e você tem sabão em pó e eu não tenho sabão em pó. Então, a economia *in natura* minava qualquer proposta teórica em vigor.

As indagações a respeito da validade da aplicação das teorias do socialismo começaram, assim, a partir da vivência dos problemas da África, fazendo com que Svensson voltasse a ter uma “curiosidade muito grande pelo mundo do Leste” que não conhecia, começando a se indagar sobre a defesa do socialismo a partir do capitalismo e “achar que certas coisas estão erradas e outras estão certas, com parâmetros brasileiros” ou “mesmo suecos”, o que lhe parecia insuficiente. Svensson relata ter visto “muita coisa” no Leste europeu, muitos problemas, mas, para ele, houve um “grande reconforto” em Marx pelo fato de ter colocado que “o desenvolvimento social é uma questão de prática, não é uma questão de desejo, uma questão objetiva”... Portanto, afirma:

...a contribuição de Marx foi o fato de ter despertado a atenção para a necessidade de conciliar, de relacionar, de libertar a ciência da sua base puramente física para incluir sua dimensão social. Tornar a ciência objeto de História e a história objeto de ciência, isso nós ainda não abarcamos o significado disso, não é? E de ser um esclarecimento a ser desenvolvido. Não é a de ser tomado dogmaticamente. Isso eu acho muito reconfortante. Nem sempre torna a vida mais fácil.

Para Liana Aureliano, diante dessas questões, Marx “sistematizou o instrumental que melhor critica o capitalismo, que criticou com mais correção” e Lênin, “uma grande figura histórica, mas foi um grande derrotado”. Atualmente, afirma que tem “muita admiração pelo Trotsky, coisa que nós não podíamos ter naquela época”, e, apesar do mundo atual ter “alguma diferença”, mas, no que considera “essencial”, ainda pensa como nos anos sessenta.

Acho que nós vivemos hoje num mundo extremamente injusto. Um mundo sem futuro. E acho o neoliberalismo um crime, responsável pela destruição do Estado brasileiro, pela destruição da Nação. Não existem mais mecanismos de política econômica. Nos anos sessenta nós acreditávamos que o crescimento econômico ia trazer a superação do subdesenvolvimento. Nós acreditávamos, inocentemente, que o subdesenvolvimento era uma etapa do desenvolvimento. Furtado já ensinava que não. O subdesenvolvimento é um processo econômico e social que tende a se perpetuar. Hoje a gente tem São Paulo e tem o Nordeste, tem as desigualdades regionais, há o desequilíbrio da Federação.

Diante dessas questões, Liana explica que, por esse motivo, diz atualmente que não faz política, mas sempre que pode se pronuncia sobre o assunto, defendendo a “construção da Nação” e “o fortalecimento do Estado” para evitar que o quadro fique “cada vez mais negro”. Entretanto, apesar desse prognóstico, continua “achando que o socialismo, embora tenha sido destruído como socialismo real, juntamente com a União Soviética, continua sendo uma grande utopia para os seres humanos”, esperando que ainda se torne possível.

Apesar de também questionar certos pressupostos do materialismo histórico, Bruno Maranhão também continua lutando pelo comunismo, identificando-se como marxista, e também, como Svensson, defende a atualidade do pensamento de Marx, mas o caminho para a sociedade sem classes para ele “não é inevitável”, tratando-se de “uma discussão teórica que se coloca hoje em dia, uma discussão em nível mundial, mas não acha um acontecimento inexorável. Embora admita ser historicamente correta a formulação do Marx de que o proletariado seria “o coveiro da burguesia”, para ele existem outros fatores que podem alterar esse determinismo ou esse prognóstico, como a destruição do planeta “diante da proliferação de armamentos nucleares e outras formas de extermínio” etc.

A tese da “ditadura do proletariado como o momento supremo da democracia do Estado” é outro pressuposto da teoria defendida pelos países socialistas e partidos de esquerda que provocou o questionamento de Vando: “Então, se é a parte mais explorada que passa a ser poder, todos os seus direitos seriam universalizados pela sociedade. Ninguém mais que os oprimidos teriam capacidade de universalizar esse direito. O socialismo era ainda uma transição para isso”. Vando e outros companheiros chegaram à conclusão de que era apenas “discurso” da União Soviética anunciar, desde a década de 1970, “que ali já era o regime de todos”, que não ocorreria mais a transição para o comunismo, que já havia igualdade na sociedade e “que ela já estava acontecendo ali”. Esse

fato foi comprovado pelas denúncias feitas por Soljenitsin, também exilado na Suíça, e que tiveram muito espaço nos *media*, causando grande impacto nos exilados nordestinos, os quais, entretanto, já tinham recebido informações “de dentro desses países, onde se sabia de coisas desrespeitosas”.

O livro de Rudolf Bahro, *A alternativa*, foi o responsável pela desmitificação dos conceitos socialistas ou trotskistas de Vando Nogueira e Sérgio Buarque como uma das leituras que influenciaram a formação de uma nova compreensão sobre o socialismo ou de uma nova visão de mundo. Bahro, que era militante do Partido Comunista Alemão, denuncia no livro citado o que acontecia na Alemanha Oriental, país muito próximo da Alemanha Ocidental, da Suécia e da Suíça, onde se encontravam muitos exilados. O livro, segundo o autor, questiona “o socialismo realmente existente” nesse período, como se apresentava, seus defeitos, as questões do autoritarismo, do centralismo, dos privilégios. Para Bahro, o livro é seu depoimento como exilado, ou seja, do “que o mundo conheceu por alguém que foi logo rejeitado em seu país e que teve de passar para o lado ocidental para poder sustentar suas idéias”.⁵⁸⁴

Além da vivência na Suíça, que provocou em Vando outra visão das relações sociais numa sociedade, as quais passaram a ser vistas não só no campo das relações de trabalho, como também do questionamento das relações inter-pessoais, foi a leitura de *Microfísica do poder* de Foucault, e de outros livros que, inicialmente, o deixaram confuso. As leituras e os acontecimentos levaram-no à descoberta de “mais deformações” nas interpretações dos partidos, e que ele ia percebendo e comprovando. Esses questionamentos são explicados por Luc Ferry e Alain Renaut, no livro *Pensamento 68*, onde os autores apresentam a influência de Foucault, Althusser, Derrida, Lacan e Bourdieu, como os responsáveis por um pensamento que se forma por volta dos anos 60 e que deram novos rumos á compreensão do marxismo.⁵⁸⁵

Apesar do descrédito em relação ao socialismo, Vando entende que ainda existem contradições na sociedade e que, enquanto existir explorado e explorador, haverá uma

⁵⁸⁴ BAHRO, R. **A alternativa**: para uma crítica do socialismo real. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 9 - 16.

⁵⁸⁵ Ferry; Renaut. op. cit.

tendência a revertê-las. E, assim, para ele, a concepção marxista nos seus fundamentos, a partir do materialismo histórico, continua a ter validade. Embora o socialismo não tenha sido a resposta mais adequada, “o marxismo continua sendo o estudo mais consistente para explicar a fragilidade do capitalismo” e que “se caminha para uma superação desse modelo de sociedade de hoje”.

Nelson Rosas defende um conhecimento teórico extra partidário e a liberdade de pensamento dos cientistas. Considera-se um especialista em Marx não identificado com as interpretações dos partidos políticos, o que lhe permite desenvolver mais livremente os conhecimentos sobre a teoria econômica marxista, ficando “livre de qualquer injunção política”. Para ele o stalinismo subverteu as idéias de Marx por não dar liberdade aos cientistas para pensar livremente.

Encomendavam tarefas aos cientistas e queriam que eles arrumassem argumentos ideológicos que justificassem decisões políticas previamente aceitas. Para mim isto é a subversão da ciência, a morte da ciência. Não é a toa que a gente cometeu tanto erro, fez tanta bobagem. A gente estava botando tudo de cabeça para baixo.

Para se ter avanços na Sociologia ou Economia marxistas, Nelson Rosas acredita hoje que é necessário “trabalhar a nível da teoria como cientista absolutamente livre de qualquer compromisso político”, não interessando os resultados das conclusões às quais se chega. “Você tem de chegar às conclusões que a seriedade do seu trabalho, a reflexão puramente científica que você tem, lhe dê”. O pesquisador nesse campo das ciências deve revelar o resultado de suas pesquisas, embora desagrade aos dirigentes, e divulgá-lo a qualquer custo. Ele lamenta que esse tipo de liberdade só seja possível fora das organizações políticas, sendo também uma luta “muito séria dentro das universidades”, além da tendência para diminuir os espaços de reflexão sobre Marx, tanto nas universidades brasileiras como na universidade portuguesa, onde praticamente acabou, num momento “em que a teoria econômica está completamente destruída”.

O fato de não se ter tido uma postura combativa em relação a isso está significando a perda, para a teoria econômica, de uma linha extremamente fértil de investigação que é a linha teórica marxista, ou marxiana, como se chame. Ou seja, são os desenvolvimentos do que eu chamaria, em outros termos, de teoria do valor trabalho. O que a gente está assistindo hoje é precisamente uma crise da teoria econômica, e, no

entanto, a teoria econômica marxista não é apoiada na universidade, não é tratada academicamente.

Portanto, o seu trabalho nos últimos vinte anos tem sido o de tratar de forma acadêmica a teoria do Marx, tendo publicado um livro e encontram-se dois em fase de preparação; e mais um terceiro livro sobre a teoria marxista das crises, também pronto para ser editado.

O capitalismo fundamentado na teoria keynesiana “rompeu com a lógica de Adam Smith”, o qual entrou num processo de disputa ideológica com os socialistas, segundo a análise de Bruno Maranhão. Como o capitalismo era apoiado pelas grandes potências mundiais, progressivamente alterou a correlação de forças a seu favor, conseguindo ter um maior desenvolvimento técnico-científico. Enquanto isso, os soviéticos, que trinta anos antes alcançaram “um grande desenvolvimento técnico-científico”, tiveram os fomentos “de estímulo à ciência progressivamente castrados”, provocando “o declínio da revolução técnico-científica”, juntando-se a esses fatores a crise da burocracia, derrubando a União Soviética.

Este cenário, para Bruno Maranhão, foi exacerbado pelos “ideólogos do imperialismo”, que passaram a “falar do capitalismo como o último regime, a falar no fim da história, que o capitalismo ia continuar até o final e tudo o mais”, convencendo muita gente que passou a achar “que era impossível derrotar o capitalismo”, principalmente por terem colocado o avanço da revolução científica e tecnológica a serviço do capital. Portanto, há necessidade, em primeiro lugar, da “revisão da estratégia”, não no sentido de “negar a revolução”, e sim de “afirmar a revolução”. Em segundo lugar: “se a revolução é internacional e se a formulação de Marx é correta, ‘proletários de todos os países, unidos’”, será mais fácil realizar esta união “agora, em que o mundo ficou mais interdependente”, pois, assim “como a globalização capitalista aproximou os países e criou uma interdependência entre eles, e intensificou a exploração, ela produz também um processo global de resistência e de confronto com o capital”. Portanto, para Bruno Maranhão, “nós estamos vivendo um momento preparatório, digamos assim, de um novo momento histórico”.

Nos anos 1970, este já era o tema discutido entre amigos em Paris, segundo Manoel Messias, que rememora a declaração de um ex-trotskista: “...nós passamos a crise do trotskismo em termos teóricos, e o que nós vivemos hoje é a crise do leninismo”. Essas eram mudanças também observadas por seus professores, na Europa e que alteraram suas perspectivas teóricas desde esse período:

Então eu pude acompanhar, dentro da minha visão, que havia essa grande crise do leninismo, crise que estava desmontando a União Soviética, a China. Enfim, os países que foram chamados de sistema socialista. Esse sistema socialista não tinha uma economia socialista, tinha uma economia de pleno emprego. A base do mundo socialista, em termos de economia, era keynesiana, era a implementação e colocar, em primeiro lugar, o Estado nacional. A partir daí, uma tecnologia de guerra – que só quem a fazia era a União Soviética porque era rica – e então o pleno emprego.

Para Messias, na realidade, “faliram as teorias que não compreenderam a explicação de Marx sobre o capitalismo”, e, atualmente, a compreensão do mundo através do marxismo só pode ser realizada voltando-se “à teoria econômica de Marx, Adam Smith e David Ricardo”, concordando com a visão de Paul Krugman, um estudioso ligado à Igreja Católica. Assim sendo, propõe a necessidade de se retornar “à teoria da mais-valia, a mais-valia relativa em Marx, para tentar compreender o que é que está ocorrendo hoje”. A economia keynesiana, a partir de 1930, era uma economia funcional, que buscava o desenvolvimento através do déficit público, ou seja, “o equilíbrio seria posterior ao desenvolvimento”, mas essa teoria foi “desmontada pelo mercado”. Ao contrário de Bruno Maranhão, que aponta a adoção do keinesianismo apenas pelos países capitalistas, Manoel Messias explica a crise surgida nos países do Leste em decorrência da adoção de um “keynesianismo leninista”, através de uma economia de “pleno emprego”, a qual “criou problemas seríssimos, porque, sem desenvolvimento tecnológico, o custo de produção era alto”, o que provocou a derrocada do mundo socialista, cujo ápice foi a queda do Muro de Berlim, em 1989. Assim, para Manoel Messias, que vem estudando essas questões há mais de dez anos, quem derrubou a União Soviética não foi o exército americano, pois o Governo desse país foi tomado de surpresa, e sim, a revolução “técnico-científica”, a “terceira etapa da revolução industrial, que começou nos anos setenta deste século”. Esse processo é assim por ele entendido:

... a chamada globalização, em termos populares, levou à destruição do modelo soviético keynesiano nacionalista”, erodindo o socialismo, que era “uma mistura de keynesianismo com leninismo, e depois de destruir essa parte passou a destruir as economias periféricas do capitalismo, onde estamos nós colocados. Então nós somos uma mistura também de keynesianismo com leninismo... A ideologia da planificação brasileira é uma mistura de keynesianismo com leninismo. A concepção de empresas estatais na periferia, no caso do Brasil, é uma concepção para-socialista, de construção de uma economia que fosse a ante-sala do socialismo. Esse sistema também faliu. Por quê? Porque a revolução industrial é a competição por mercados com um excedente muito grande de produtos no centro do sistema, e o centro do sistema tem tecnologia. Tendo tecnologia, tem reprodução do capital em alta escala, então tem capital para investir na periferia, que não tem capital, não tem tecnologia e tem bolsões imensos de mercado reprimido, de demanda reprimida. A demanda reprimida nunca foi solucionada pelo processo de substituição de importações na periferia, como é o caso do Brasil. Então há um fracasso muito grande da CEPAL. Essa é que é a grande discussão. Celso Furtado não coloca bem assim, mas dá a entender o que sobrou da CEPAL nesse último livro dele, que é sobre globalização.

Os questionamentos teóricos de Manoel Messias, Vando Nogueira e Liana Aureliano, indiretamente se aproximam da análise de Celso Furtado em um texto elaborado no período em que passou exilado nos EEUU, transcrito no livro *Os Ares do Mundo*, no qual buscava explicar o porquê da estagnação das economias periféricas dos países industrializados, embora a ênfase do texto citado seja a explicação da situação brasileira como um país periférico ao sistema capitalista internacional.

Os companheiros das discussões de Celso Furtado nos EEUU viam com ceticismo a defesa de uma teorização autônoma para compreensão da problemática do subdesenvolvimento e tinham dificuldades em aceitar que esta não é uma “etapa” e sim, “uma configuração que se reproduz a distintos níveis de crescimento...” Para facilitar a enunciação do problema de forma a evitar improvisações e a situação desconfortável a que era exposto nas discussões, Furtado elaborou um documento, no qual procurava explicar que a industrialização nos países da América Latina não ocorreu em virtude de uma decisão política e, sim, foi o “fruto indireto da longa depressão nos mercados internacionais de produtos primários iniciada com a crise de 1929”, buscando explicar como a industrialização latino-americana “assumiu a forma de substituição dinâmica das importações” e que ela ocorreu em uma época em que a tecnologia disponível se orientava “sistematicamente no sentido de poupar mão-de-obra”, em função do tipo de tecnologia adotado, não em razão das disponibilidades destes países. E, assim, mesmo com uma taxa de salário igual a zero, inexistia a possibilidade de absorção da mão-de-obra disponível,

cujas conseqüências no plano da distribuição de renda eram óbvias, ocorrendo um “excedente de mão-de-obra” e o “subemprego manteve-se ou mesmo tendeu a crescer com a industrialização periférica”. Portanto, para Celso Furtado, daí ocorreu a incapacidade dos países latino-americanos alcançarem a “segunda fase do processo de desenvolvimento capitalista”, configurando o subdesenvolvimento atual.⁵⁸⁶

No plano ideológico, Furtado entendia que a industrialização, no quadro do que ele define como capitalismo clássico, gerara as condições para o surgimento do “reformismo social, tanto pela via do liberalismo como pela do socialismo”. Por um lado, “a eficácia do liberalismo dá-se em um contexto social em que o progresso técnico opera no sentido de abrir caminho à solução dos principais problemas sociais surgidos com o desenvolvimento das forças produtivas”, simplificando a ação do Estado ou transferindo-a para mecanismos reguladores “só indiretamente condicionados por critérios políticos”. Por outro lado, “a doutrina socialista contribuiu para acirrar o desafio da classe trabalhadora ao sistema de distribuição da renda, sem, contudo, afetar a forma de organização da produção”. Portanto, Furtado reconhece uma “dinâmica social” baseada em “conflitos entre classes, cuja visão política reflete a forma como estas se integram no processo produtivo”, de onde ele conclui que “o liberalismo e o socialismo se ajam complementado dialeticamente no processo de desenvolvimento econômico e social possibilitado pela industrialização de vanguarda”. Entretanto, tal não ocorre nos países subdesenvolvidos, onde “a penetração do progresso técnico está longe de facilitar a solução dos conflitos sociais de natureza substantiva”, diante do despreparo da mão-de-obra que se aglomera no meio urbano, concluindo Furtado sobre a ineficiência e “escassa aplicabilidade” dos “sistemas ideológicos tradicionais (liberalismo e socialismo)”. E, assim, ele explica que, no processo histórico latino-americano, surgiu o autoritarismo em lugar do liberalismo, uma “ideologia voltada para a preservação do *status quo* social mediante reformas graduais”. O autoritarismo, por um lado, ao sufocar a pressão das forças sociais no sentido de redistribuir a renda, frustrou o desenvolvimento, limitando seus benefícios “a uma minoria social”; e o socialismo, por outro lado, uma “ideologia voltada para a justiça social – transfigurou-se em populismo”, cujo esforço redistributivista “não encontra correspondência no aumento de produtividade,

⁵⁸⁶ FURTADO, 1991, op. cit. p. 127.

dado que a redistribuição não se apóia no desenvolvimento das forças produtivas, sendo mesmo corrente que lhes sirva de obstáculo”.⁵⁸⁷

Através da análise do artigo de Celso Furtado, pode ser percebido um discurso que antecipa as conclusões agora formuladas pelos exilados românticos revolucionários. Como a memória vai se construindo no decorrer do tempo, a compreensão dos fatores que alteraram a visão de mundo nos casos citados revela uma aceitação da explicação de Furtado, não só pela experiência vivida comum, como também por se tratar de um intelectual que já pensava essas contradições sem as lentes ideológicas dos exilados envolvidos com as lutas partidárias. A adoção dos princípios keynesianos, tanto pelos capitalistas como pelos socialistas; a relação entre keynesianismo e leninismo; a ênfase na tecnologia não só pelos países capitalistas como os socialistas; as demandas da classe trabalhadora e a alternativa da classe produtora; e a proposta de uma nova leitura de Marx, sem o controle dos partidos, ou seja, sem o patrulhamento ideológico, são elementos comuns no discurso desses exilados.

No discurso de Furtado, ao analisar o processo de desenvolvimento capitalista e o subdesenvolvimento nos países periféricos ou da América Latina, podem ser identificados tanto elementos da economia clássica, do keynesianismo, como conceitos do materialismo histórico, ao apontar os antagonismos de classe, ao adotar juízos de valor, e também a complementaridade de interesses e de problemas de “racionalidade substantiva” do pensamento weberiano e de Habermas, ou seja, que os conflitos nos países industrializados têm a solução facilitada “pelo avanço da técnica, vale dizer, pela difusão de critérios de racionalidade instrumental”.⁵⁸⁸

⁵⁸⁷ Idem, p. 128 - 129.

⁵⁸⁸ Ibidem, p. 128. Para mais explicações sobre o assunto, ver HABERMAS, J. op. cit., p. 45, passim.

A social democracia é a alternativa?

Os primeiros contatos com a defesa da ideologia dos partidos social-democratas surgiram quando muitos exilados românticos jacobinos ainda se encontravam no Brasil. Embora não lhes desse muito crédito, Sérgio Buarque, ainda em 1968, no Brasil, discutiu essa questão quando recebia doações de simpatizantes do Partido:

Um deles era funcionário da SUDENE, dava dinheiro, a gente se encontrava e um dia eu fui lá... Nós começamos a conversar e aí ele contou que tinha chegado da Europa. Ele começou a me falar que esse negócio de revolução era uma besteira, que a Europa estava muito bem obrigado, que o capitalismo tava muito bem obrigado. Que a revolução, a crise mundial, que a nossa aposta o tempo todo era que o capitalismo ia entrar numa profunda crise, crise no movimento operário com a insurreição que ia mudar a história... Esse cara derrotou todos meus argumentos...

Exilado na Alemanha, Sérgio Buarque constatou que seu amigo tinha “argumentos muito convincentes...” A Europa estava saindo da crise em 1968, e estava em efervescência o movimento de esquerda, através do qual alguns trotskistas faziam uma crítica à União Soviética, entre eles o Cohn Bendi, na França, e outro líder de esquerda na Alemanha, o Rudi Duschke. Supondo ser uma citação de Bahro, Sérgio Buarque declara que “todo trotskista na idade madura se torna social-democrata”, buscando demonstrar que a maturidade e a reflexão sobre as questões políticas anteriormente defendidas não resistiram ao confronto com outra realidade. A esse fato acrescenta, também, a oportunidade de participar de outros círculos de discussões teóricas na Alemanha, levando-o a simpatizar “mais com a proposta social-democrata”. Os fundamentos do pensamento trotskista: “primeiro, a idéia de que uma grande revolução, a chamada revolução permanente” e o segundo, “uma aposta na democracia socialista, no débito da democracia”, forjaram seu posicionamento político. Entretanto, foi percebendo “que essa grande débâcle do capitalismo” não aconteceu e foi ficando cada vez mais distante, enquanto foi se consolidando o “componente democrático”. Ainda no Chile, ele mantinha uma concepção “mais socialista, mais radical”, “mais profunda”, integrando-se facilmente aos colegas comunistas, mas mantinha “uma grande identidade com a proposta democrática”. Ao chegar à Alemanha, o convívio com “uma democracia e um regime com qualidade de vida,

uma social-democracia implantada, uma sociedade desenvolvida”, fez com que, repentinamente, fosse a baixo o primeiro fundamento do trotskismo:

... Primeiro, uma grande insurreição é passada. O processo de mudança não passa por uma grande insurreição e nem passa só por cortes históricos. É muito mais um processo longo, irregular, de avanços e recuos, e, de fato, comecei a conceber a idéia de que o socialismo ou uma eventual nova sociedade é muito mais o resultado de mudanças continuadas e, como diria, incrementadas, que em alguns momentos ocorre pela mudança de qualidade, do que a tomada do Estado pra começar uma mudança profunda no país. Como também, as experiências que partiram de governos que, na verdade, terminaram levando a regimes autoritários, fortemente centralizadores e ditatoriais e houve até catástrofes de cunho social.

E, assim, Sérgio Buarque começou a questionar e comparar outras realidades. Para ele, a constatação de três fatos influenciaram a mudança de sua visão de mundo. O primeiro, como aconteceu com outros exilados, foi o choque da visita à Alemanha Oriental. Apesar de criticar o sistema de governo, o fato de constatar a situação desse país provocou-lhe “um choque muito grande”: “Um desastre. Repressão intensa, marginalidade, passei um dia em Berlim e fui assediado por marginais querendo comprar dolar, ... Essa coisa muito chocante e a repressão”. Entretanto, tal não acontecia com seu amigo comunista e colega de trabalho, o Artur Poerner, também exilado, o qual afirmava continuamente que “o ‘homem novo’ estava sendo construído na República Democrática Alemã, na Alemanha Oriental”. O segundo fato que o influenciou foi a leitura de vários livros, e, entre eles o que considera mais importante, o já citado livro *A Alternativa*, de Rudolf Bahro, lançado em 1978, na Alemanha, através da “crítica muito forte à então chamada União Soviética”, tratando-se de uma proposta positiva, não reacionária. Assim, a Alemanha Oriental foi perdendo muitas personalidades que criticavam esse tipo de sistema de governo, entre aqueles que representavam “um marco” do pensamento da esquerda: “primeiro o Rudolf Bahro... e o segundo, o Wolf Biernan, um artista”. O terceiro momento para sua formação política atual foi a influência de “um dos meus ídolos da juventude, o Rudi Duschke, o famoso *comendi* da Alemanha”, um líder trotskista que sofreu um atentado em 1969, o qual, embora fosse um crítico da social-democracia alemã, tinha “uma visão muito imparcial”. Sérgio Buarque o entrevistou em 78 para a revista *Isto É*, por ocasião dos dez anos do movimento estudantil na Europa.

A passagem de Leonel Brizola pelos países europeus como Alemanha, França, Portugal, também contribuiu para a aceitação da ideologia social-democrata, não só para Sérgio Buarque como para Moema São Thiago, Pedro Albuquerque Neto e outros. Para Sérgio Buarque, os questionamentos surgidos no exílio, em relação à prática política da esquerda, ainda não estavam muito claros no seu pensamento, no início do exílio, até Brizola passar a ser visto como o personagem capaz de realizar “esta síntese” conhecida como “Nova Esquerda” pelos que lá se encontravam e se foi consolidando a proposta de “um movimento social mais abrangente, um movimento de massa de defesa democrática”. Na passagem por Portugal, Leonel Brizola conseguiu também a adesão de exilados, entre eles Moema São Thiago, quando foi organizado o PTB no exílio e que, depois, perdeu a sigla no retorno dos exilados ao Brasil em consequência das disputas com Ivete Vargas, passando, então, a ser registrado como PDT. Como no movimento de resistência dos ingleses no século XVII, que se tornou conhecido como Revolução Gloriosa ⁵⁸⁹, os brasileiros também desejavam retornar ao Brasil para influenciar o retorno à vida democrática.

Apesar de se identificar com a linha social-democrata do PSDB, Manuel Messias admite que encontra nele muitos erros, pois “é um partido muito paulista, vem de uma origem da democracia cristã paulista, que nunca foi lá um partido com muita profundidade na realidade brasileira” e que tem “muito o que aprender”. Teoricamente, aproxima-se de uma terceira via, cujo debate na Inglaterra é conduzido por Tony Blair, na Inglaterra, e Lionel Jospin, na França, posicionando-se politicamente como um social-democrata. Apesar dos questionamentos e da crítica a atuação dos partidos comunistas, Manuel Messias afirma que continua estudando Marx, por ser “o maior analista que já tivemos”, mas não se identifica mais com os marxistas.

Continuo socialista, lutando por uma sociedade igualitária. Isso para o futuro, pois é uma luta teórica. Quer dizer, do ponto de vista filosófico, eu me coloco como socialista, como uma possibilidade, uma utopia. No presente momento eu me coloco numa posição social-democrata, onde nós temos que tirar proveito do desenvolvimento do capitalismo, amarrando a sua parte destruidora às questões políticas. Então se o

⁵⁸⁹ Sobre a Revolução Gloriosa na Inglaterra, ler TREVELYAN, George McCaulay. A revolução inglesa: 1688- 1689. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

desemprego é grande na Europa, quem cuida do desemprego não é o capitalismo, é o Estado. O Estado é quem vai ter que ser responsável por essas questões. Agora, o Estado, no caso do Brasil, em que ainda é o maior empregador, se vê diante de um problema complicado: ele, sendo o maior empregador, sendo o sustentáculo do sistema deficitário da previdência social, não tem mais condição de sustentar isso. Então o Estado tem que diminuir, ao nível necessário, às suas possibilidades, trazer o déficit das contas públicas se não para um patamar de zero, mas para o que for possível, garantir as condições de vida das populações carentes e reestruturar sua visão sobre o emprego e sobre o trabalho. Para isso o Estado tem que se desatrelar da economia, passar a economia ao setor privado e se preocupar com a questão da saúde, da tecnologia, da educação, do saneamento, da habitação, do transporte, para as questões que são normais dentro de uma economia capitalista. Não avançar mais do que aquilo que o capitalismo lhe dá direito. E se as empresas capitalistas obtêm uma reprodução do capital acelerada, que o Estado cobre os impostos em benefício da população, para resolver os problemas da população. Então essa é mais ou menos a equação, que não é fácil de ser resolvida, mas pela qual nós temos que lutar.

Ao contrário de Manoel Messias, a experiência de Nelson Rosas nos países do Leste Europeu como estudante, como cidadão comum, como professor de universidade portuguesa, e os contatos com dirigentes internacionais dos partidos comunistas, propiciaram uma rica experiência do ponto de vista de troca de conhecimentos, o que o levou a desacreditar numa “terceira via” como uma sociedade alternativa ao sistema capitalista atual, ou seja, para ele o desaparecimento do “mundo do Leste” não lhe demonstrou, que o sistema por ele entendido como “sistema alternativo”, seja inviável e que “o sistema capitalista, este sim, é inviável”. Nelson Rosas vem defendendo esta tese e publicando artigos, e afirma que, mesmo com o sistema socialista completamente destruído, o “espectro do comunismo” continuou “a aterrorizar todos os governos dos países capitalistas”. Ele reconhece ter havido falhas na democracia com o fortalecimento do centralismo burocrático, “porque a construção de uma só alternativa altamente desenvolvida não é possível sem um grau altamente desenvolvido de democracia”, ou seja, “a democracia interna, vivida nos países socialistas, deveria ter sido introduzida na década de 60”. Para ele, o sistema funcionou, fato que pode ser comprovado, atingindo “formidáveis sucessos durante muitos anos”. Ao contrário das pessoas que “dizem que o trabalho de Marx hoje perdeu a atualidade” porque hoje há somente “um único sistema” no mundo, Nelson Rosas afirma o contrário:

... hoje sim é que o trabalho de Marx está em plena atualidade. Porque o trabalho de Marx não foi feito para a construção da sociedade socialista. A grande obra econômica de Marx é uma crítica à sociedade capitalista. É para isto que ela serve. Ora,

como atualmente só existe capitalismo, a obra de Marx é mais atual do que nunca. Porque foi precisamente para analisar este tipo de sociedade que ela foi produzida.

E, assim, ele entende que, a partir das condições atuais, a obra de Marx pode ser utilizada “para construir o socialismo, ou um sistema alternativo”, mas esse autor não deve ser responsabilizado por isto, tendo deixado, no máximo, uma série de indicações em oposição e análise do sistema capitalista. Para Nelson Rosas, no livro *O Capital* “não está uma teoria para construção da sociedade socialista, está uma teoria crítica ao modo de produção capitalista”. Essas idéias, segundo ele não são suas, já foram defendidas em Hail Browner, um economista americano. Portanto, Nelson Rosas afirma que “é com Marx, o economista, que o mundo capitalista finalmente vai encontrar as suas dificuldades, porque todas as previsões que ele fez estão infelizmente ocorrendo”. Diante do receio com o quadro que se instalou na sociedade mundial, ele continua a se “alinhar teimosamente na fila daqueles que acham que deve ser buscada uma alternativa”, e que deve ser buscada rapidamente, “porque ela pode chegar tarde demais”. Portanto, não acredita na viabilidade do sistema social-democrata, pois, para ele, a social-democracia no Continente europeu tem sido apenas “gestora do capitalismo”, ocorrendo um revezamento na Europa entre os socialistas e os social-democratas: “Sobem os socialistas, depois os social-democratas, ambos gerindo o capitalismo, e freqüentemente a gestão social-democrata, ou a gestão da direita, é mais democrática do que a gestão socialista...”

Miguel Arraes, ainda no exílio da Argélia, em julho de 1979, também defendia a adoção de um modelo ou sistema de governo para o País. Diferentemente da posição assumida por Brizola, que defendia o modelo social-democrata para o Brasil, Arraes recomendava que não se deveria buscar qualquer sustentação fora para uma ação política no Brasil, devendo ser buscada dentro do nosso País, junto às forças existentes na ocasião e as que fizeram a resistência contra o regime autoritário, quaisquer que fossem elas. Conquistado esse apoio, só assim seria possível conquistar a solidariedade e apoios externos complementares para a ação a ser desenvolvida no Brasil. Portanto, não recomendava que se devesse recorrer “a qualquer modelo europeu” por não se adaptar “de forma nenhuma, às realidades da nossa terra”, tratando-se de um meio “em condições inteiramente diversas daquelas em que vivemos”. Para Arraes, o “objetivo real” colocado para os brasileiros, era o de afirmar a “independência econômica” do País e dar ao povo

“condições para decidir o seu destino”, organizando a sociedade que melhor lhe conviesse.⁵⁹⁰

“Onde está - meu lar?”⁵⁹¹

Por ele pergunto e procuro e procurei, mas foi o que não encontrei. Ó eterno por-toda-parte, ó eterno em-parte-nenhuma, ó eterno – em vão!

Friedrich Nietzsche.

A liderança nacionalista, ao retornar, continuou a confirmar o posicionamento em relação ao papel do Brasil diante da comunidade internacional, em relação à defesa ao direito de cidadania, mantendo vivo o sentimento nativista dos nordestinos. Entretanto, o afastamento do País com o exílio favoreceu outra perspectiva para compreender o indivíduo, o povo e a sociedade brasileira.

Os românticos jacobinos também incorporaram uma dimensão mais crítica, adquirindo a sobriedade de Zaratustra após terem “engolido a serpente”, comparando a situação vivida no exílio e o reencontro com a realidade brasileira. No retorno ao Brasil, Moema São Thiago descobriu que, apesar das transformações em decorrência de um mundo que se tornou globalizado, ocorreu um retrocesso na sociedade brasileira, não só no campo da educação, como também na participação política e nos valores morais e éticos.

O desnível cultural, o atraso cultural, a ignorância política, principalmente se eu comparo com o nível da Argentina. Eu me lembro na época da militância a quantidade de brasileiros alienados no pensamento do “milagre”. Eu digo que a grande supressão que foi feita neste país foi a supressão dos valores, dos valores morais. Colocou-se,

⁵⁹⁰ Cf. TAVARES; MENDONÇA, op. cit. p. 102 - 103.

⁵⁹¹ Título inspirado em NIETZSCHE, 1999, op. cit, p. 243.

quebrou-se a coluna vertebral deste país na questão dos valores morais, na concepção da lei do Gerson, que é você tirar vantagem em tudo, não é? E, então, passa a ser uma sociedade extremamente superficial, consumista, fria, insensível... Então, enquanto o estudante argentino universitário conhecia a sua história, acompanhava a política do seu país, o estudante brasileiro que chegava na Argentina... Uns estudantes brasileiros que foram fazer a viagem de formatura pra Argentina, não sabiam nem quem era o presidente que estava governando o país. Enquanto um porteiro de hospital, um varredor... Eu estava num hospital na Argentina: “Ah! Brasileiro é Getúlio, café, Pelé...” Discutiam o Brasil, o golpe de 64... No entanto, o jovem brasileiro, com o fechamento político conversava sobre sexo, bebida e dinheiro. Não tinha outra coisa... Eu tinha vergonha de ver os brasileiros na época do “milagre”, chegando na Argentina e querendo comprar tudo baratinho: Raito de Sol, Lancaster, cachemir... De uma falta de educação, de uma grosseria tremenda. Diferente da postura do povo da Argentina, um povo culto, educado. Então, essas diferenças existem, não?

As primeiras impressões do Brasil, ao chegar em dezembro de 1979, também deixaram João de Paula chocado. Em primeiro lugar, assustou-se com a miséria: “parece que eu tinha esquecido o que era conviver com a miséria”, com a “discrepância entre a pobreza e a riqueza”. Para ele, após seis anos de Europa, parecia ter-se “esquecido dessa maluquice brasileira de você ver a maior opulência por um lado”, e, por outro, “essa miséria mais louca”. Reavivar esse fato esquecido na memória, para ele, “foi a um negócio apavorante ver a miséria no sinal, no restaurante que você entra...” São situações que não constatou na Alemanha, como também as mansões de Fortaleza em contraste com os casebres, as favelas. O segundo choque foi em relação ao mercado de trabalho. Como concluía o Curso de Medicina, ao chegar, constatou que os médicos trabalhavam em dois, três, quatro e até, cinco locais. Em resposta à sua indagação, justificavam: “É porque se ganha uma miséria em cada lugar, então você tem que fazer isso: ‘faz de conta aqui, faz de conta ali’...” Como essas questões entraram em choque com seus valores e diante, também, de terem caído por terra as “crenças socialistas e comunistas”, João de Paula rejeitou a possibilidade de entrar nesse jogo e passou a se envolver com o campo da psicoterapia, para isso adquirindo a formação de *gestalt* terapeuta, especializando-se depois em Psicologia organizacional, do que resultou sua atividade atual que é a prestação de assessoria e consultoria a empresas etc.

Timoschenko também sofre o impacto sentido por João de Paula ao chegar e, assim, compara a saída no período da ditadura e a chegada num período de liberdades democráticas: “mas a única coisa que eu vi foi um pouco mais de liberdade”. Apesar do

fato surpreendê-lo, percebeu que “o país não tinha mudado muito economicamente, mas havia crescido, havia crescido para grupos, para pouca gente”, e “continuava sendo uma miséria, uma mazela total...” Ao relembrar a fala de um companheiro, ele acrescenta:

Não é uma democracia o Brasil, é uma ditadura branca, não é? Porque só os que estão no poder têm direitos... Eu digo isso porque lutei para conseguir minha anistia. Lutei, passei mais de dez anos e ainda hoje acho que não foi total minha anistia... Essa questão da democracia no Brasil é um aspecto do crescimento econômico, mas para poucos, e a miséria vai continuar.

Olhar o Brasil “a partir de fora” possibilitou a Fernando Pedrão compreender o seu povo, pois a intensidade da vida acadêmica no Brasil e da vida cotidiana provocava a dificuldade de entender a realidade brasileira. À distância passou “a ver melhor a pluralidade do Brasil”, pois, para o brasileiro em geral, é muito difícil percebê-la, não só diante das peculiaridades regionais que são “realmente, muito extremadas”, mas também por conta das desigualdades no acesso aos bens culturais. Para Fernando Pedrão, ao escrever *O povo brasileiro*, Darcy Ribeiro foi o primeiro intelectual que “tentou pôr a mão nessa pluralidade com um mínimo de competência”, desde a produção de Caio Prado Jr. até o momento. Portanto, só conhecia do País apenas “a superfície de alguma coisa muito mais complexa” e, ao regressar descobriu Minas Gerais, passando a perceber “como o mundo mineiro é complexo, não é unitário”. A partir daí, passou a defender uma releitura do Nordeste como um imperativo, por considerar “uma loucura continuar pensando o Nordeste com categorias e referências de 1970”. Portanto, não aceita a competência de professores do sul do Brasil para entender o nordeste, defendendo o acesso a essa “pluralidade a não ser através de uma estrutura metodológica e ontológica que passe pela antropologia, economia política, sociologia política, etc”. A percepção do brasileiro como pessoa, como indivíduo, reflete as conseqüências da experiência do exílio para Fernando Pedrão, o qual também lamenta, como Moema, a perda de certos valores morais e éticos na sociedade:

Eu realmente comecei a ver o povo brasileiro de longe. Quer dizer, são as pessoas. A palavra pessoa é fundamental, porque ela registra outra densidade na individualidade. Eu acho que eu vi pessoa primeiro na forma de um índio mexicano para depois ver na de um brasileiro. Eu acho que o que se chama de exílio, na verdade, é um percurso que a gente tem noutra lugar. Porque quando a gente volta, a gente sente também certa estranheza. Talvez por achar que os comportamentos aqui, no Brasil, tendem a ser muito egoístas, muito individualistas. É... O individualismo tem sido muito promovido, não só pela mídia, mas pela própria luta social, pela sobrevivência.

Então, eu acho que o que o exílio ensina mesmo é a pensar criticamente, mas com afeto sobre o Brasil. É isso.

Embora tenha retornado ao Brasil antes da anistia e permanecido no Exterior por longos períodos, Furtado buscou manter o constante intercâmbio teórico e intelectual através do atendimento de convites que lhe eram feitos pelas universidades americanas e européias, pois os mais importantes centros irradiadores de idéias eram as grandes universidades. Para Furtado, era mais importante “que as idéias circulassem” e questionava as dificuldades enfrentadas com o exílio, defendendo “o direito de pensar com independência, certo de que só a arma do pensamento possibilitaria romper o véu de obscurantismo em que a ditadura estava envolvendo a realidade brasileira”.⁵⁹² Ele assim compara a conjuntura política dos anos 1960 com a posterior aos anos 1980:

Agora, a diferença maior que vejo entre antes e depois do meu exílio é que, comparando com trinta anos atrás, a vida política empobreceu. A política é uma arte muito difícil que só se aprende na prática. Exige um entrosamento com a sociedade, que é quem conduz e controla a política. Na época da ditadura não se fechou o Congresso. Pior: mantiveram-no aberto, mas cassavam todos os que pretendiam ter uma atuação mais crítica, deixando por lá, com raras exceções, apenas o bagaço. Com isso, os melhores foram afastados e não se renovou a classe política. O preço pago até hoje foi muito alto, e estamos precisando de uma reformulação da classe política.

Para Furtado “não há diferença entre os políticos do Nordeste e os políticos do resto do Brasil, pois o que existe é o reflexo de uma estrutura social que no Nordeste é mais anacrônica” do que a do centro-sul do Brasil e parte desses políticos representa a velha estrutura social, exemplificando o fato com o estudo de uma pesquisadora norte-americana que identificou uma família paraibana que se “reproduz e controla o Estado” por quase quatro gerações. Furtado reconhece, entretanto, que o Nordeste tem “uma tradição de personalidades que fazem política de verdade, enquanto no Sul do Brasil muitos fazem política com o pé em outra coisa”. Afirma, ainda, não ter o Nordeste sofrido “uma transformação social no nível de sua estrutura agrária, que é a principal fonte de emprego do setor agrícola”.

Como Violeta Arraes, que lamenta a interrupção dos programas do MCP por conta do golpe, o qual teria erradicado o analfabetismo no Brasil, Furtado também lamenta a não-

⁵⁹² FURTADO, 1991, p. 155 – 162.

aprovação da Lei de Irrigação, proposta há quase quarenta anos, a não-abertura “de uma frente de investimento na agricultura moderna, como em outras partes do mundo se fez”, o que teria mudado o quadro do Nordeste. Entretanto, apesar desses retrocessos, reconhece que “o atraso relativo do Nordeste não o impede de crescer. A Região teve um crescimento importante, mas a sua estrutura social continua anacrônica, o que explica a falta de vontade política”.

Para Furtado, a SUDENE, o Banco do Nordeste e a CHESF desempenharam um papel fundamental na modificação da Região, a qual cresceu mais do que o centro-sul do Brasil num período de vinte anos. Do mesmo modo que defendera a união dos governadores e políticos em função do desenvolvimento regional, na época em que era superintendente da SUDENE, Furtado ainda propõe uma política diferencial para o Nordeste e reafirma que o grande problema da Região “é a falta de consciência de que a união regional é um trunfo político”. Embora a Constituição de 1988 tenha sido descentralizadora, Furtado acentua que os recursos são mal aplicados “porque há uma degradação do setor público”. Como Ministro e, posteriormente, diretor da SUDENE por cinco anos, ele afirma não ter surgido nenhum escândalo ou falcatrua, enquanto que “a ditadura deteriorou o setor público”, o que permitiu “uma renovação política degenerada, com exclusão dos melhores”, transformando a administração “em balcão”. Para ele, “o mais importante para o Nordeste é restaurar o espírito de unidade da Região” na defesa de seus interesses, ao antever a extinção da SUDENE, citando seus temores, em 1997, quando concede a entrevista, fato impensável para ele na ocasião, e que ocorre no governo de Fernando Henrique Cardoso.

É evidente que o mundo vai evoluindo, transformando-se. Uma instituição do tipo SUDENE tem sempre que existir; no fundo é o que sobrevive da unidade do Nordeste; é onde os Governadores podem se reunir; é onde alguém estuda o conjunto da Região. Se acabarem com a SUDENE destrói-se o que ainda existe de entendimento, de consciência nordestina, e é um prejuízo para todo o Nordeste e para o Brasil. Foi um milagre a SUDENE ter escapado da devastação do Governo Collor. Como é tão frágil este país! Chega um doido e liquida tudo!

Celso Furtado tornou-se uma referência para os ex-românticos jacobinos, sendo citado por Liana Aureliano ao lembrar que a solução do problema da desigualdade regional já fora posta por Celso Furtado nos anos 1960, quando defendeu a criação de mecanismos

para carrear recursos para as regiões menos desenvolvidas ou industrializadas por não considerar possível a competição entre os mercados do Sul e da Paraíba ou do Nordeste. Ela reconhece com tristeza que nos “anos sessenta havia uma agenda correta”, entretanto, os problemas permaneceram e até pioraram.

Ao comparar a política brasileira do período da ditadura com a fase em que voltou, Fernando Pedrão ficou confuso até reconstituir o quadro e descobrir “algumas coisas que não estavam muito claras”. Para ele o fato dos militares não gostarem de admitir que se tratava de uma ditadura militar significava na verdade, como já foi citado através de Dreifuss, que “a estrutura militar de poder manteve-se durante vinte anos porque teve o consenso, o apoio, de uma facção importante da sociedade civil brasileira. E era a sociedade civil que estava conduzindo uma etapa superior da acumulação de capital para ter a classe média acomodada”. Portanto, a ditadura resultou de um pacto de poder feito pelos militares com um segmento da sociedade civil e, em consequência dele, “houve uma sucessão de diferentes tonalidades dentro do governo militar”, porque, “ao assumirem os civis de volta o governo”, ocorreu um retrocesso na lei agrária brasileira, o Estatuto da Terra do tempo do Castelo Branco, que “era mais avançada do que a do tempo dos civis”, e ocorreu um retrocesso político em diversos aspectos.

Revelou-se uma enorme contradição entre o que pode ser. Então o que se via, se vê no poder... No bloco de poder há uma alternância de partidos no governo... O alvo verdadeiro do autoritarismo brasileiro ficou um pouco por trás da cortina militar. Passou-se apenas para a verdadeira configuração da estrutura do PSD. É uma estrutura de poder que tem interesses do capital financeiro, internacional, etc. Eu diria que, durante o governo militar, teria sido impossível a violência de ato econômico igual a que o Collor fez quando destruiu a poupança.

Um dos últimos exilados a retornar ao Brasil foi Frank Svensson, só chegando em março de 1989, tendo esperado 16 anos para ser reintegrado à UNB, o que só ocorreu graças à intervenção do então reitor Cristóvam Buarque, que o conhecia desde o tempo em que estudava Engenharia Mecânica, no Recife, quando se reuniam na varanda de Paulo Cavalcanti para discutir política⁵⁹³. Cristóvam empenhou-se para que fosse reintegrado, o

⁵⁹³ Paulo Cavalcanti foi uma figura central do Partido Comunista do Recife. Promotor público, conhecido nacionalmente por sua obra sobre Eça de Queirós.

que ocorreu em 1988, mas Svensson teve de pedir um ano de licença para se organizar por não ter condições de custear o retorno ao Brasil.

Na reintegração à UNB Frank Svensson foi muito bem recebido pelos colegas, sendo posteriormente eleito Diretor da Faculdade de Arquitetura com a promessa de ser apoiado e de contar com a participação dos professores, mas logo descobriu que a Universidade mudara. Começou a perceber os problemas na captação de recursos: “quem captasse mais recursos era mais exitoso e ficava aquela turma sem saber; outros ficavam com inveja”; outro problema difícil de administrar era o regime de Dedicção Exclusiva que estava “totalmente minado” e “todo mundo com um pé lá fora...” E, aos poucos ele percebeu “o clima muito minado do ponto de vista ético”, surpreendendo-se, também, com a força do uso da imagem televisiva “na mudança do pensamento” do brasileiro, o que surpreendeu Svensson, pois vinha de um país onde não havia anúncio comercial na televisão. Entretanto, acabou percebendo que, na Universidade, a resistência à ditadura ocorreu em relação à perda dos direitos civis em consequência “da tortura, da morte, dos desaparecidos, essas coisas”, mas, no “campo do pensamento, o regime militar foi altamente vitorioso”, conforme explica:

Ele conseguiu extirpar da Universidade, pelo menos a Universidade puramente federal, a preocupação com o conhecimento da transformação. A lógica formal ganhou uma força enorme...Todas essas pós-graduações no Primeiro Mundo, importantes, trouxeram uma bagagem teórica desconhecida, nas diferentes áreas, mas quando meus colegas voltaram para o Brasil, e aqui foram centenas e centenas que viraram doutor no estrangeiro, só lhes era dado exercer a prática da teoria, ou um conglomerado de disciplinas pessoais... Ele (o currículo) não é definido a partir da necessidade da pesquisa ou da formação dos alunos, mas dos professores e cada um tem sua disciplina. Disciplinas que raramente se entendem entre si, pelo menos em muitas áreas e quem não ficou desenvolvendo esse tipo de atividade, botou o pé lá fora no mercado e minou a dedicação exclusiva enormemente. Essa Universidade que nasceu com o propósito de reforma universitária e que evitava a estrutura departamental em favor de Centros Interdisciplinares, núcleos temáticos, Institutos que congregassem todas as formas de produção de conhecimentos, virou um conglomerado de departamentos, não é? Os concursos de carta marcada: “Não esse candidato não pensa como nós...” Então, “aquele cara dá...” Então, ficaram muito endógenos e consangüíneos intelectualmente, entende? Essas coisas até hoje não me estão devidamente avaliadas.

Para Svensson tem que haver um “corpo de órgão” que una as diferenças na universidade, não no sentido de igualar as atividades acadêmicas, mas que permita a interação. Segundo ele, as universidades federais perderam essa envolvente maior de

propósitos para desenvolver o país, de saber como transformá-lo, considerando esse fato uma “regressão” em consequência do autoritarismo da ditadura militar.

Liana Aureliano também analisa as perdas da sociedade brasileira, mas situa a responsabilidade sobre o brasileiro em geral: “nós acabamos com todos os mecanismos de política econômica, acabamos com a burocracia do Estado brasileiro”, pois o desenvolvimento de uma região como a do Nordeste depende de uma “burocracia de Estado”. Para ela a responsabilidade em relação à crise do ensino público, da saúde pública, cabe não só aos brasileiros, como também, ao Governo do PSDB (que estava no poder por ocasião da entrevista), que “tem um débito enorme para com o futuro do Brasil”. Como Furtado, Liana também entende que esse débito só poderá ser reconstruído após a passagem de “uma geração inteira”, pois o quadro contra o qual os movimentos sociais organizados lutam, embora reconheça ter havido equívocos, continua o mesmo após 30 anos. Ainda persistem o analfabetismo, saúde pública deficiente, os desequilíbrios regionais, pois os “indicadores sociais do Brasil são similares aos da África, a concentração de renda é esse escândalo, que leva a um consumo absolutamente péssimo e enlouquecido”. Diante desse quadro, ela pergunta:

E agora o que vamos fazer com a revolução da informática. Como é que você pode imaginar que o Brasil vai poder se integrar ao mundo desenvolvido, entrar na terceira revolução industrial com os patamares de educação que nós temos? As indústrias se acabaram também, por conta dessa política neoliberal que desmontou o país inteiro... Há quarenta anos nós tínhamos um atraso histórico muito grande para superar, e esse atraso só fez aumentar. É como se nós fôssemos cada vez nos distanciando mais das sociedades realmente desenvolvidas. A superação disso só vem com movimentos sociais, com o fortalecimento do Estado, com o fortalecimento da Nação... Os meus termos de discussão começam com a afirmação de que a República é filha de Olinda. É aí que nasce a Nação. Então são outros termos, são termos culturais, termos políticos. Assim a gente discute o Brasil.

Sou brasileiro, sou latino-americano, sou um cidadão do mundo

A ampliação da concepção de cidadania dos exilados para uma cidadania com dimensão universal, foi por eles constatada, em alguns casos, mesmo antes do retorno ao Brasil. A convivência dos exilados nos países de refúgio com uma “pluralidade de identidades” em diferentes continentes, como a América Latina, a Europa e a África, favoreceu a formação não só de uma identidade nacional, como também latino-americana e ainda de uma identidade multicultural e intercontinental.

Para Oliven, nas sociedades complexas, ocorre uma “constante negociação de identidades sociais”, e seus membros “partilham de um patrimônio cultural comum, mas têm, por sua vez, inúmeras diferenças derivadas de vivências próprias”. E, assim, há uma convivência com diferentes concepções e visões de mundo, pois nestas sociedades “a noção de indivíduo é central”. Portanto, “na medida em que identidades existem em oposição a outras identidades, elas são sempre construídas a partir de contrastes.”⁵⁹⁴ Ortiz, entretanto, questiona a afirmação de que “toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior”, e que é uma diferença, sendo contrário à busca da identidade do País em oposição aos países industrializados, discordando da colocação do Brasil na situação de país de Terceiro Mundo, por se tratar de “uma imposição estrutural” diante da “posição dominada” em que se encontra no sistema internacional. Esse autor não admite a existência de uma identidade autêntica, mas aceita, como Oliven, “uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos”.⁵⁹⁵

A memória também constitui um fundamento da identidade, segundo Neves, pois “o ato de lembrar insere-se nas possibilidades múltiplas de elaboração das representações e de reafirmação das identidades construídas na dinâmica da história”, pois o ato individual de “lembrar”, “especialmente aquele orientado por uma pessoa histórica – relaciona-se à inserção social e histórica de cada depoente”. E, assim, os lugares da memória “podem ser

⁵⁹⁴ OLIVEN, Ruben George. A democracia e a questão das diferenças culturais. In: AROSA, Maria Susana (Org.). **Os intelectuais nos processos políticos da América Latina**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1985. p. 8 - 16.

⁵⁹⁵ ORTIZ, R. op. cit.. p. 164 - 165.

considerados esteios da identidade social, monumentos que têm, por assim dizer, a função de evitar que o presente se transforme num processo contínuo, desprendido do passado e descomprometido com o futuro”. Portanto, “a memória como substrato da identidade, refere-se aos comportamentos e às mentalidades coletivas, na medida em que o relembrar individual encontra-se relacionado à inserção histórica de cada indivíduo”⁵⁹⁶.

Assim ocorre com a descoberta da identidade latino-americana de Fernando Pedrão no dia em que lhe foi negada a renovação do passaporte brasileiro, quando ainda trabalhava na CEPAL, no Chile. Preocupado com as implicações que enfrentaria ao ser tratado como refugiado político, procurou Raul Prebisch com quem trabalhava, com o intuito de não lhe criar problemas diante da situação em que se encontrava.

Então ele me disse o seguinte: “Você até agora tinha sido apenas um bom técnico. Você agora é um latino-americano. A gente só consegue chegar a ser um bom latino-americano no momento em que passa a ser percebido”. Posteriormente, eu recebi muitas manifestações de carinho de amigos mexicanos que me diziam: “Pátria é o lugar onde você luta pelo povo. E você tem lutado muito pelo povo mexicano. Então porque você não fica conosco?” É... Eu acho que nós brasileiros vemos pouco os outros povos. É, vemos pouco o outro quando são poucos. Nós estamos costumados a achar que os outros somos nós mesmos. Viver fora nos ensina a ver o mundo. Eu acho que a experiência de todo dia saber que se está em outro lugar, ela nos ensina a revalorizar o que é nosso. No mundo exterior, eu aprendi a dar muito mais valor àquelas pessoas humildes do povo que foram as pessoas importantes na minha infância...

Fernando Pedrão passou os anos 1979 a 1980 em consultorias no México e no Equador e, em 1980 foi convidado para iniciar o Instituto Miguel Calmon em Pesquisas, do qual se tornou Superintendente durante um ano e pouco. Conseguiu retornar à Universidade na qualidade de professor bolsista do CNPq para doutores e se tornou “um dos únicos casos” de alguém submetido a dois concursos para entrar na mesma universidade. Já atuando como docente, em 1980, fez concurso para auxiliar de ensino da UFBA, sendo reconduzido ao cargo de professor Adjunto I, através da apresentação dos títulos, pois, desde 1961 era professor Docente Livre desta mesma universidade. E, assim, refez todo o percurso da carreira de professor até ser aposentado.

⁵⁹⁶ Neves, L. de A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, Associação Brasileira de História Oral, vol 3, p. 109 – 113, jun. 2000.

Embora ocorresse o despertar para uma dimensão mais latino-americana em Frank Svensson, a experiência do exílio não provocou mudanças radicais em seu pensamento político, pois permaneceu fiel ao PCB, apesar da reintegração no Partido não ter sido fácil. Ao retornar ao Brasil, numa longa conversa com um dirigente do Partido, Svensson expôs suas idéias e o interesse em retornar à militância, tendo este declarado: “Eu compreendo que você é um comunista histórico e nós já superamos isso...” Entretanto, ficou acertada a realização de uma experiência de seis meses, durante os quais verificariam a possibilidade ou não dele continuar engajado no Partido. Quando surgiu a candidatura de Roberto Freire, seu conhecido do Recife desde o tempo da militância na Juventude Comunista, Svensson foi eleito diretor e passou a ser bastante procurado e consultado. Como o Partido estava muito indefinido, “tinha rompido com a União Soviética, com os partidos do Leste, ... todos aqueles princípios da Internacional”, da luta pelo proletariado, Svensson antevia as dificuldades, pois não era possível “aceitar tudo em qualquer situação” e o fato de “ser um Partido de massas, sem identidade”, não seria possível conduzi-lo seguindo uma diretriz. Após o Congresso em São Paulo, quando ocorreu a cisão no Partido, saindo o grupo que fundou o PPS, Svensson preferiu ficar com o PCB, sendo bem votado como membro do Comitê Central.

Para Marcos Guerra, apesar da situação enfrentada pelos “males da ausência”, principalmente pela distância do País, o enfrentamento de novos desafios em matéria de trabalho, a dificuldade de se comunicar em outra língua, a frustração de não estar “na linha de frente”, mas tinha a certeza, contudo, de que “era melhor estar lá do que estar trancado numa prisão ou correndo o risco de desaparecimento”, enfrentando o medo da família etc. Na França, passou a ser considerado “uma pessoa privilegiada, que no exílio aprendeu muito”, que cresceu no exílio, sentindo-se, portanto, “um cidadão do mundo”:

Eu, seguramente, aproveitei mais nesse período todo de que se tivesse ficado aqui em Natal. Sinto-me sinto hoje um cidadão do mundo. Sei que tenho, pelo menos, três países natal (sic), onde eu me sinto bem: Brasil, França e Cabo Verde. Sei que isso me permitiu conhecer inúmeros países africanos, alguns da América Latina e identificar identidades de problemáticas, identidade de solução; a importância inegável da educação; a importância inegável da organização, o papel insubstituível da direção do movimento político. Sem uma direção, sem uma organização, sem o orgânico e até uma disciplina em cima disso, sem uma visão de futuro, sem uma identificação clara da missão da organização, as coisas não acontecem espontaneamente...

Francisco Julião, ao retornar, também reconheceu ter adquirido uma compreensão internacionalista e uma identidade universal.

Naquele tempo eu via os problemas do Brasil e da América Latina através das Ligas Camponesas, através do Nordeste, através da minha região conflitiva, atrasada e dominada pelas forças oligárquicas mais retrógradas. Hoje, tenho uma visão mais distinta, porque vejo Pernambuco, o Nordeste e o Brasil através do mundo. A minha visão se universalizou. É essa a primeira crítica que faço a mim mesmo: ter tido uma visão local, estreita e regional...⁵⁹⁷

A experiência do exílio também provocou mudanças na visão de mundo de Ednaldo, pois Maria Lucila, ao rememorar os fatos afirma que ele “não foi uma pessoa de pensar pequeno”, pois sempre se preocupou “com a construção de uma sociedade onde tivesse os direitos de cidadania”. Ao se refugiar na França, começou a refletir sobre o Brasil a partir do ponto de vista da sociedade francesa, sobretudo e particularmente, a partir da prática universitária. Quando o casal retornou com os filhos ao Brasil, em 12 de dezembro de 1979, após a anistia, já havia o convite para Ednaldo ingressar como Professor Visitante na Universidade Federal de Pernambuco, em consequência dos contatos mantidos com pessoas ligadas a essa Universidade, desde os prenúncios da possibilidade de seu retorno. E, assim, Ednaldo passou a ensinar no Departamento de Engenharia da UFPE, trazendo a experiência universitária adquirida na França e envolvendo-se com as questões do meio universitário. No desempenho da prática política universitária tornou-se presidente da ANDES, atuou na ADUFEP, o que o levou a estar sempre presente na discussão nacional das universidades. Era freqüentemente consultado pelo Senador Roberto Freire com quem discutia questões político-partidárias, embora não desejasse se envolver com a vida orgânica dos partidos políticos. Para Lucila, a liderança de Ednaldo decorria do fato dele ser “uma pessoa de muito fácil acesso, com grande facilidade para se articular; era muito querido, muito inteligente, então as pessoas o procuravam”. Quando Ednaldo chegou ao Brasil, em 1979, os jornais tentaram resgatar a história do atentado e deram uma cobertura muito grande, o que, para ele, foi como se ocorresse um resgate do seu passado, segundo o relato de Lucila:

⁵⁹⁷ SANTIAGO, op. cit., p. 175.

...porque a sociedade reconheceu, fez com que se sentisse bem, embora a injustiça continuasse. E aí, teve um grande problema, porque, na realidade, uns jornalistas fizeram uma pesquisa e ele descobriu que quem fez o atentado foram pessoas de esquerda e pessoas de esquerda que conviveram com ele... Aí isso foi uma coisa terrível, para ele, para mim, para todos e foi um choque. Enquanto ele achava que era a direita, tudo bem. Sofreu, se lascou, mas foi a direita que fez isso. Mas quando ele soube que foi a esquerda que o deixou sofrer... Ah! Ele tinha provas... Já, lá, ele começou a fazer investigações e tal... Começaram a investigar, investigar, e descobriram essas pessoas, pessoas de esquerda e de partidos políticos.

Esses fatos, no entender de Lucila, em parte, explicam o afastamento de Ednaldo da lide partidária, centrando a energia na atividade universitária que se torna o objeto de seu exercício político. Ele atuou no meio universitário até 1994, quando teve uma recidiva do câncer, obrigando-o a deixar todas as atividades com as quais estava envolvido, conseguindo sobreviver até abril de 1997.

Como a característica dos melancólicos e românticos é a insatisfação diante dos valores e da realidade da sociedade moderna ou capitalista, a atividade política de outros exilados também tem uma nova dimensão, transformando a militância partidária no envolvimento com movimentos sociais e organizações voltadas para a luta na defesa dos ideais de cidadania para dar continuidade à busca do sonho de melhorar a qualidade de vida da maioria da população brasileira. Foi o que ocorreu com Ednaldo e outros pernambucanos como Vando Nogueira, Manoel Messias, Sérgio Buarque, Aécio Gomes de Matos, com o cearense João de Paula, e outros. A participação política passou a ter outra dimensão na vida comunitária dos exilados, adquirindo, em alguns casos, uma dimensão suprapartidária.

Embora ainda ache a luta partidária fundamental, Vando não dá mais a importância “dos velhos tempos” à atividade política, não estando filiado a um Partido, embora tenha mais afinidades com o PC do B e se defina como “absolutamente comprometido com as causas sociais, dos mais explorados, dos mais excluídos sociais”, sendo “intransigentemente a favor” de ações, campanhas, participando sistematicamente de debates públicos em qualquer comunidade. E, assim, tem cooperado com a CUT, com o PT de Olinda, participando de seminários e debates sobre análise de conjuntura, sobre a questão da seca. Para ele “tudo isso é compromisso social. É não esconder as contradições,

é sempre tentar, não necessariamente de forma bem sucedida, a olhar a partir de quem está excluído...”

Esse também foi o tipo de militância do ex-padre Almeri Bezerra de Mello que, ao retornar do exílio, se filiou ao PMDB, e posteriormente se desligou deste Partido, não considerando necessária a filiação partidária. Entretanto, sentiu-se mais inclinado a apoiar o PT, afirmando: “todo mundo sabe a minha posição, sabe me situar sem ser preciso me filiar a um partido”. Almeri também adquiriu uma dimensão internacionalista com a experiência do exílio. Também fez tentativas para retornar e, apesar de não ter sido processado, seu nome ainda constava na lista na primeira vez que veio ao Brasil, sendo recomendado a entrar no País por Alagoas. Retornou definitivamente após a promulgação da Lei de Anistia, passando a trabalhar no Governo de Arraes, por algum tempo, como diretor do Serviço Social; posteriormente foi diretor da FEBEM, e depois passou mais doze meses na SUDENE. A experiência de dez anos de trabalho na UNICEF ajudou-o na criação do Centro Inter Universitário de Estudos da América Latina (CIELA), uma instituição criada com outros exilados e aqueles que, mesmo não sendo exilados, tiveram uma experiência fora do Brasil. Durante a implantação do CIELA, por um lado, constatou um interesse muito grande da África pelo Brasil acerca da alimentação, da informação; por outro lado, na América Latina o País era visto com muita reserva, muita desconfiança. Almeri viu essa desconfiança nos estudantes mexicanos e peruanos que diziam: “Nós não queremos isso. Estamos lutando contra o imperialismo, não queremos cair sob o domínio de outro imperialismo”, pois o Brasil era visto como uma ameaça de dominação da América do Sul. Então o CIELA, como um centro interuniversitário, ao trabalhar com universidades, chegou a ter até dezoito universidades associadas: centros de estudo, universidades da América Latina, da África, do qual também participaram Nailton Santos e Cristóvam Buarque que sugeria incluir a Ásia.

Sérgio Buarque, embora tenha voltado com a pretensão de se engajar no processo político “democrático e formal”, entretanto, ao chegar, decepcionou-se com as posições políticas de Brizola e desistiu da militância partidária para assumir o projeto de uma ONG. Portanto, tem participado do Centro de Cultura Luís Freire, do Centro Josué de Castro, em Recife, uma ONG, uma idéia surgida em Paris com Manoel Messias, a primeira a ser criada

em Pernambuco, com a proposta de se tornar o referencial político dessa “nova esquerda”, “uma esquerda democrática”, “nem comunista, nem insurrecionista”.

O processo de reconstrução de “novas crenças e novos valores”, que para João de Paula se resumiu na questão da cidadania, começou pela criação do Movimento Bárbara de Alencar em cooperação com outras pessoas. Algum tempo depois, ele participou da organização do Movimento Pró-Mudanças junto ao governo de Tasso Jereissati, que surgira em oposição à velha “política dos coronéis”, do qual se desligou por entender que o Governo não estava cumprindo as “promessas de participação” acertadas. Finalmente, criou o Pacto de Cooperação, que, para ele, tornou-se “a forma de expressão” de suas crenças de cidadania, não mais aceitando a ideologia do Partido Comunista, mas também não aceitando a sociedade “como essa que aí está”. Portanto, argumenta:

Acho que o caminho para isso é a cidadania. Reunir as pessoas independentemente da ideologia, não importa de que Partido elas são se elas puderem colocar o interesse da sociedade em primeiro lugar; se elas tiverem consciência de que é preciso desenvolver esse país no aspecto econômico, social, político, cultural e ambiental. Então, hoje, o que me anima é a crença de que a cidadania é a forma de unir a sociedade, os governantes, e a forma de fazer isso hoje é o Pacto de Cooperação, que é uma coisa multipartidária e mirabolante. Vai se construindo na caminhada, vai aprendendo ao fazer... Não quero pertencer a nenhum Partido, mas acho que eles são importantes. Sofri muito com esse negócio de assumir as crenças de um Partido e achar que o meu era a melhor coisa que tinha, melhor do que todos os outros... Eu quero hoje, uma coisa suprapartidária, onde não tenha nenhuma dificuldade em trabalhar com gente que pense diferente de mim.

Para Paulo Lincoln, o exílio causou perdas “muito grandes”, tanto no campo profissional, como financeiro e afetivo. Assim ele exemplifica o fato: “no período inicial da profissão eu saí daqui com duas malas e voltei, sete anos depois, com duas malas. Então, não houve nenhuma acumulação de capital nesse período, enquanto todos os meus colegas estavam exatamente na faixa mais produtiva de suas carreiras”. Com o afastamento do País ocorreu o prejuízo na carreira profissional, sentindo resultados disso, enquanto seus colegas já foram aposentados: “Eu estou, como se diz, sem nenhum emprego, trabalhando como consultor. Não tenho nenhuma aposentadoria à vista e todo dia que eu acordo, eu tenho que buscar o meu trabalho no mesmo barco”. Ao retornar não pode permanecer em Fortaleza, sendo aconselhado por um oficial do Exército a ir para o Recife, diante das “forças que ainda dominavam o país na época”, não podendo se reintegrar aos colegas, às amizades, às

pessoas que com ele conviveram. Nessa cidade, permaneceu até 1980, quando a esposa Ângela faleceu em decorrência de um acidente automobilístico e, assim retornou a Fortaleza “de qualquer maneira”.

Outros, como os cearenses Pedro Albuquerque Neto e Moema São Thiago e os pernambucanos Bruno Maranhão e Manoel Messias, o baiano Valdir Pires, engajaram-se na vida partidária e parlamentar. Apesar das reservas da população aos que aqui chegavam ainda no período da ditadura, pois havia “medo de muita gente”, os exilados foram, aos poucos, retornando à atividade política e profissional. Valdir Pires buscou retornar à atividade na justiça privada, tentando ser uma espécie de consultor, de advogado, mas os prováveis usuários ou clientes tinham muito medo, chegando alguns a solicitar seus pareceres, mas com a ressalva: “Você escreve, mas não assina. Não assine”. E, diante disso, passou a trabalhar no setor privado, mas sempre participando das tentativas de derrubar a ditadura através da organização de movimentos políticos de massa, não acreditando na luta armada por não aceitar essa solução para o retorno à democracia no Brasil. Participou ativamente das lutas pela anistia política e a esposa, Iolanda, tornou-se vice-presidente do Comitê Feminino da Anistia do Brasil. Valdir Pires só retornou para a Bahia após a promulgação da Lei de Anistia e se filiou ao MDB, participando ativamente do movimento político nacional. Tornou-se Ministro da Previdência do “primeiro governo da restauração democrática”, pois o ministério de Tancredo Neves foi mantido pelo sucessor, o presidente José Sarney e, em seguida, candidatou-se a governador da Bahia pelo MDB, sendo eleito pelas oposições, fato que ocorreu pela primeira vez. Em 1989, ainda na legenda deste partido, foi candidato à Vice-Presidência na chapa de Ulisses Guimarães sendo derrotado, passando posteriormente para o PDT. A partir de 1996 filia-se ao PT, onde permanece, cumprindo (por ocasião da entrevista) o mandato de deputado federal, cujas expectativas são as de trabalhar para que o País se transforme numa “sociedade verdadeiramente democrática”, segundo afirma:

A minha confiança é que esse país possa continuar a sua batalha. A minha convicção é que nós derrubamos a ditadura, mas não conseguimos a sociedade democrática... Isso aí é um regime de eleições, indispensável ao processo democrático. O país não se constrói sem um mercado interno, mas não se constrói seu mercado interno se você não faz uma modificação muito profunda, ainda que muito organizada e séria e, portanto planejada, na sua distribuição de renda, para que todos tenham acesso à

renda. Que esse País não seja concentrado desse jeito. Nós não podemos ter essa política de terra excludente, de terras aos milhões de hectares cercadas e sem produzir alimento, sem ter acesso aos que querem produzir, viver e trabalhar a terra. Temos que ter um processo de educação que seja uma educação popular, séria, aberta a todas as famílias... Quer dizer, são os programas essenciais da constituição de um país. Saúde para todos, essas coisas básicas do que é democracia, de que é um regime da igualdade de oportunidades.

Ao retornar do Canadá, Pedro Albuquerque Neto buscou integrar-se no mercado de trabalho, enfrentando as dificuldades de inserção social de um ex-exilado, sem estabilidade financeira, sem casa própria, numa época já de crise econômica e recessão. Pedro retornou para cuidar da família e continuar militando na política, entretanto, não mais no Partido Comunista do Brasil, embora vote em vários de seus candidatos, mas tornou-se militante do PDT, pois retornou do exílio “com o Brizola na cabeça”. Para ele, há necessidade de “retomar” a história, pois “a nossa história não começou em 80 como o PT pensa”, e sim, muito antes. Para ele, devem ser retomadas as “raízes de nossa história contemporânea” a partir dos anos 30 e “levar em conta que há forças externas, econômicas”, que tentam “sufocar” os brasileiros, ou seja, “as perdas nacionais das quais o Brizola falava tanto e a imprensa ridicularizava estão aí provadas”; são as perdas do Brasil para o capitalismo financeiro internacional, pois a questão nacional ainda é “atualíssima”, devendo estar unida à questão social. E assim continua sua luta política:

Luto pela unidade desse Brasil desorganizado, esculhambado, desse povo que não tem sindicato, que não tem partido, que não tem patrão. Por um Brasil moderno com o PT, com o PDT. Meu sonho é unir isso... E continuo militando, militando e trabalhando, militando e levando em conta esses ensinamentos humanos que me dão tolerância para ouvir o adversário, para não transformar o adversário em inimigo pessoal, essas coisas. Todas essas circunstâncias e a tentativa de morte, a proximidade da morte também nos muda muito. Passamos a ver a vida de outra forma e eu acho que foi muito sofrimento, mas foi também muita alegria. Não me arrependo nada do que fiz, voltaria a fazer novamente tudo, menos de ter ido para o Araguaia, mas admiro, acho que é isso mesmo. Acho que devemos retomar nossa história de um movimento social que incorpore as amplas massas não organizadas do nosso povo, junto com aquelas que são organizadas para criar um Brasil diferente, um Brasil sonhado por Darcy Ribeiro. Eu sou muito adepto daquele sonho, daquela utopia de Darcy Ribeiro... O que vai ser o Brasil do futuro eu não sei, mas eu acho que é possível, acredito, continuo acreditando e ali, hoje, o Brizola e o Cristóvam Buarque..., com quem eu coincido muito com as idéias...

O retorno de Moema São Thiago só foi possível com a anistia, enfrentando muitas dificuldades, e por quase um ano tentou retornar à Universidade, chegando até a ameaça de

impetrar mandado de segurança para conseguir. Após a conclusão do Curso de Direito, “com muitas dificuldades”, cursou o Mestrado de Sociologia, apresentando dissertação na área de Sociologia do Desenvolvimento, embora, na ocasião desejasse cursar o Mestrado de Direito, mas desistiu “por causa do professor, notório anticomunista, que era o prof. Fávila Ribeiro”. A partir daí, passou a enfrentar as dificuldades para conseguir emprego, percebendo que o Brasil “tinha mudado bastante”.

O exílio, para Moema São Thiago, como o referem outros exilados, proporcionou-lhe “um enriquecimento pessoal imenso”. É o que ela chama de “doutorado da vida”, que “não tem canudo de Harvard, ou Yale, ou de Sorbonne que valha isso, não é?” Mas, para ela, o que se ganha por um lado, em termos profissionais, em termos de materiais, até pessoais, também se perde por outro lado. Em 1984, foi eleita a deputada federal mais votada no Estado do Ceará pela legenda do PDT, passando posteriormente para o PSDB.

Eu aspirava, como eu aspiro hoje, mudanças totais, profundas, neste país extremamente injusto, excludente. Estive dez anos engajada e, depois que me formei, fui advogada trabalhista do Sindicato dos Médicos, fiz mestrado em Sociologia, engajada formando o partido, dez anos de luta e levo uma luta, uma disputa eleitoral, na qual eu me elejo deputada constituinte com oitenta e três mil votos. Aí sim. Foi minha verdadeira anistia. Foi a anistia do meu povo, aquela votação expressiva que eu tive.

Uma fração do grupo de exilados, além da atividade partidária, ao retornar ingressou no campo acadêmico como professores de universidades brasileiras. Manoel Messias veio ao Brasil após a anistia, chegando em Pernambuco em dezembro de 1979, mas, diante do interesse em concluir os estudos, teve de prestar novo depoimento para voltar à França, onde permaneceu por mais um ano, sendo, atualmente, professor da UNICAP. Manoel Messias participou dos entendimentos entre Brizola e Arraes, mas, logo que chegou ao Brasil, se tornou militante do PMDB e, posteriormente, em consequência dos contatos no exílio com Fernando Henrique Cardoso, em Paris, participou da fundação do PSDB, em Brasília. Atualmente, é militante do PSB por ter sido convidado por Miguel Arraes.

Bruno e Suzana Maranhão, ao retornarem, participaram da fundação do PT. Ele passou a fazer parte da “esquerda revolucionária, o setor mais à esquerda” deste Partido e ela ingressou diretamente no Comitê Brasileiro pela Anistia, o CBA, envolvendo-se com suas atividades, pois já participara dessa entidade em Paris. Suzana, além de ser membro da

direção estadual durante dez anos em que residiu no Recife, tentou fundar “o grupo de mulheres do PT”, desde o retorno ao País, tentando a “junção entre o socialismo e o feminismo”.

É a questão, na minha visão de hoje, de que não se pode trabalhar um novo mundo, uma nova visão de mundo sem integrar a mulher como um novo ator social, mas completamente, despido de todos os preconceitos. E para isso é preciso um novo caminho, porque a gente tem que revolucionar a nós mesmas, nossos companheiros, a sociedade, e estar atuando no dia-a-dia, se tornando feminista a cada dia. Então fazer a junção dessas duas coisas para mim é a minha tarefa principal. Dentro do partido onde eu atuo, dentro dos movimentos sociais de que eu participo, para mim o principal é fazer essa ponte. Daí eu, na revista *Brasil Revolucionário*, coordenar o programa mulher e tentar trazer à discussão experiências de vários tipos diferentes de feminismo. Mas não me interessa só a discussão entre mulheres, mas que essa discussão se dê dentro dos grupos mistos, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais diversos.

Bruno Maranhão candidatou-se a senador em 1982 e, em 1985, a prefeito do Recife. Entretanto, com a mudança de residência para São Paulo, passou a desenvolver a militância política na direção nacional do PT, tendo participado da criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e também do Instituto Mário Alves. Editou a revista *Brasil Revolucionário*.

Liana Aureliano, que chegou no Brasil em 3 de agosto de 1973, pouco antes do golpe de Pinochet, poderia ter permanecido no Chile porque recebeu um convite formal para lá trabalhar, mas preferiu retornar ao receber o convite para ser professora da UNICAMP, em Campinas. Durante o tempo em que morou no Rio de Janeiro, participou de todo o movimento pelo processo de redemocratização, desde o início no MDB até a campanha de 1982 e, depois se distanciou da atividade política *stricto sensu*.

Aécio Gomes de Matos após chegar no Brasil, a partir dos anos 1973, 1974, manteve-se em uma atividade pública, e outra clandestina na perspectiva de apoiar outra estrutura de poder. Mas, a partir de 1975, começou a perceber a existência de “outro tipo de repressão”. Era a repressão a quem estava na favela, “de quem estava fazendo um trabalho, estava organizando a comunidade da favela, tendo em vista não fazer a revolução, tendo em vista resolver o problema delas”. E, assim, em 1976, passou um ano na França cursando o doutorado em Psicologia, tendo a própria atividade profissional reconhecida como créditos do mestrado, concluindo o curso em 1980, “com idas e vindas com maior permanência na

França”. Ao retornar, continuou o trabalho comunitário em favelas, tendo atuado por um período no Ministério da Reforma Agrária, e, depois, voltou para a Universidade, trabalhando há 11 anos, fundamentalmente, com pesquisa e inspeção dessa linha de apoio aos processos de campo, “inclusive com algumas teorias que estão influenciando metodologias de trabalho”. Por conta dessa atividade dirige o Projeto Dom Helder Câmara, que visa apoiar os assentamentos da reforma agrária no sertão nordestino.

A experiência das atividades culturais na França credenciaram Violeta Arraes à realização do Projeto França-Brasil, quando retornou ao País, no período de 1984 a 1986, tendo sido convidada por Tancredo Neves para assumir o posto de Adido Cultural na Embaixada do Brasil, em Paris. A morte de Tancredo impediu a concretização do convite, mas foi convidada pelo então governador Tasso Jereissati a assumir a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e, posteriormente, passou a exercer o reitorado na Universidade Regional do Cariri.⁵⁹⁸

No retorno ao Brasil, Tereza Costa Rego, apesar de ter estado constantemente ao lado de Diógenes Arruda e de ajudá-lo nas atividades a serviço do Partido, não se considera uma militante nos moldes tradicionais ou formais, mesmo tendo sido casada com um Diretor Político do Comitê Central. Apesar de sempre lhe ter dado apoio, tendo participado de acontecimentos para os quais “não tinha nem maturidade para presenciar”, segundo sua interpretação. Entretanto, Diógenes Arruda precisava da companheira, pois nas conferências internacionais, ela o assessorava no papel de intérprete porque ele não aceitava outro tradutor. Nos “momentos mais difíceis”, como no do rompimento de relações do Partido com o PC Chinês, ela esteve presente, traduzindo para ele o francês, o espanhol etc., mesmo com a presença do tradutor oficial. Ao retornar a Pernambuco, onde reside em Olinda com a filha deficiente, embora não atue como militante engajada, continua ligada ao PC do B. A cooperação na atividade política do companheiro ampliou a visão de mundo que se projetou na sua arte, no estilo de sua pintura, cujos temas refletem a influência barroca da sua tragédia. Antes de conhecer Diógenes Arruda, sua pintura como forma de expressão “era lírica, figurativa, não era abstrata” e se tornou mais política a partir da convivência com ele. Ao retornar, durante a campanha política de Miguel Arraes,

⁵⁹⁸ Cf. MERCADOR, op. cit. p. 16. Fatos também relatados durante entrevista concedida em Crato-CE.

começou a pintar os muros e perdeu o medo de trabalhar com os grandes espaços. Esta é a situação vivenciada por Tereza Rego no retorno ao Brasil, através da atuação política projetada na arte, cujos quadros refletem a denúncia da opressão e o desrespeito à liberdade na contínua luta pela democracia. A *Ceia Larga brasileira* ou *Pátria Nua* faz parte da série *Sete Luas de Sangue*, um trabalho sobre a questão da liberdade no Brasil, cujas características políticas e barrocas provocaram o comentário de Ariano Suassuna:

Estas foram as reflexões que me vieram imediatamente ao espírito quando, certa vez, no Recife, vi uma exposição na qual vários artistas pernambucanos expunham recriações dos painéis do século XVIII que, entre nós, foram pintadas para celebrar a Batalha dos Guararapes, acontecida no século XVII. Esses próprios painéis já mostravam aquelas três características barrocas apontadas acima. E o de Tereza Costa Rego, inclusive por uma forma central meio circular e de palco, fazia com que seu quadro entrasse naquela linguagem barroca e brasileira à qual me referi. Pelo que, depois daí, ele passou a ser, para mim, o ponto de referência para o entendimento de toda sua pintura que depois daí, a meus olhos, nunca mais foi a mesma.⁵⁹⁹

Após a morte de Diógenes, a sobrevivência da família se tornou muito difícil e Tereza passou a trabalhar na Prefeitura de Olinda, depois no Estado de Pernambuco, como diretora do Museu, mas com a separação de “armas” de Arraes, foi demitida, vivendo da aposentadoria de um salário mínimo e da venda de seus quadros e, atualmente, presta assessoria à Prefeitura de Olinda.

A explicação de Tereza para o afastamento do País retrata a situação das mulheres, dos homens, dos filhos e outros membros familiares que seguiram os perseguidos políticos, condenados, torturados, banidos etc, cuja motivação política, drama pessoal e odisséia são interpretados como “um exílio por amor”:

Eu me exilei por amor a ele. Eu tinha uma tendência de esquerda, sempre tive, pelas minhas irmãs, pela minha própria formação de artista, eu tinha aquele desejo de liberdade, mas eu não era uma pessoa engajada num partido político. Só fui me engajar depois que conheci Diógenes, mas eu acho que apesar disso eu fui uma boa companheira dele, todo o tempo, até o dia em que ele morreu. Larguei tudo, perdi meus filhos no primeiro momento. Foi muito difícil para mim. Ele ficou muito pobre. Porque eu era de família rica, mas eu fui deserdada. Mas eu estava com ele, ele era funcionário do Partido, então a gente vivia de um modo muito simples, mas tínhamos o essencial.

⁵⁹⁹ MAMAM **Sete luas de sangue**. Recife, 11 mai./11 jun. 2000.(Catálogo). (Ver I Parte, p. 23 desta Tese)

EPÍLOGO

Recitado por um bailarino

Primeiro, meus temores; depois minha cortesia; por último meu discurso. Meus temores são vosso desagrado. Minha cortesia, meu dever. Em meu discurso, pedir vosso perdão. Se esperais agora um bom discurso, me arruinais; porque o que vou dizer é de minha própria colheita e o que devia dizer temo que redundará em meu detrimento. Mas venhamos ao propósito e lancemo-nos a nossos apuros e perigos. Sabendo (e o sabeis muito bem) que eu apareci aqui recentemente ao final de uma obra desagradável, para implorar vossa indulgência e prometer outra melhor. Tinha, em verdade, a intenção de pagar-vos com esta; que se a maneira de uma desgraçada especulação fracassa, eu quebro e vos outros, meus queridos fiadores, perdeis. Eu os havia prometido que estaria aqui, e aqui estou com minha pessoa a vossa disposição. Façam-me uma redução e os pagarei uma parte de vosso crédito; e logo, como é usual na maior parte dos devedores, lhes farei promessas até o infinito... Porém uma consciência reta deseja dar toda a satisfação possível e assim o farei...

SHAKESPEARE, W. El Rei Henrique IV.

Ao encerrar a epopéia dos exilados políticos do Nordeste do Brasil, há de se reconhecer que o drama vivido por estes personagens decorreu das medidas do Estado de Exceção, um retorno à barbárie dos Estados absolutistas do período barroco, em plena vigência do Estado de Direito da Era Moderna. A perda dos direitos políticos, a tortura, a censura da livre expressão, o banimento, o cerceamento do direito de ir e vir são situações características dos Estados do período barroco e objeto das tramas de Shakespeare que dramatizou o cotidiano desse período.

Como o drama dos exilados do Nordeste é uma construção retrospectiva dos acontecimentos através do processo da rememoração, pode apresentar uma versão que não corresponda totalmente ao caráter real dos acontecimentos, estando sujeita à influência de

determinados fatos, causas complexas etc., ou seja, é uma versão culturalmente mediada. O historiador, ao lidar com memória e histórias de vida, se defronta com os “conteúdos míticos” no decorrer das narrativas. Entretanto, essa é uma prática herdada culturalmente e, mesmo nos antigos sistemas explicativos histórico-metodológicos, os elementos míticos eram uma forma de explicar a realidade.

Além disso, o mito da história de vida também é encontrado, em primeiro lugar, na aura que lhe é atribuída pelo historiador, segundo alerta Juergen aos pesquisadores. Embora esta pesquisadora tenha estado atenta à influência da aura projetada pelo conteúdo mítico das histórias de vida na elaboração da trama, a percepção desse fenômeno não escapará ao leitor mais atento. Essa transfiguração tem pouca relação com a quantidade total de verdade que contém uma história de vida, pois o mito contido nesse tipo de história não faz que o relato em si mesmo seja mais certo ou mais falso do que intente o narrador; o mito é simplesmente outro sistema de explicar a experiência do mundo, um sistema diferente dos modelos explicativos científico-rationais, mas que se trata de uma forma de compreender a realidade.⁶⁰⁰

Assim, os relatos aqui apresentados através da memória dos exilados do Nordeste oferecem uma versão do drama por eles vivido, uma perspectiva específica desta realidade, a qual está aqui ampliada com fotografias, outros depoimentos, matérias de jornais etc. O relato da história de vida desses personagens remete a pesquisadora à interpretação de acontecimentos pela “memória oficial”, por uma “memória criada e preservada” pelos militantes, e pelos acontecimentos “vividos por tabela”, os quais se complementam no decorrer da tessitura do texto, por se tratar de uma “memória dividida”, “de uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas”, no dizer de Portelli,⁶⁰¹ mas que possibilitam juntar os fragmentos para formar o mosaico ou o desenho ou a trama, no dizer de Walter Benjamin. E, assim, segundo esse autor, o historiador está lidando com “memórias fragmentadas” e “indícios” que compõem o “mosaico”, a peça ou drama aqui apresentado.⁶⁰²

A exemplo de Shakespeare, que no final da apresentação do drama se expunha ao público para o julgamento da obra, aqui são apresentadas as conclusões da autora sobre a

⁶⁰⁰ JUERGEN, op. cit.

⁶⁰¹ PORTELLI, op. cit. p.105 - 106.

⁶⁰² BENJAMIN, 1984, op. cit. p. 50 – 51.

trajetória política dos exilados do Nordeste, narrada através de elementos do drama barroco, que se descortinou a partir dos acontecimentos políticos antecedentes ao golpe de 1964 e dos momentos resultantes da situação de exílio. Por se tratar de um drama histórico e político, ao mesmo tempo trágico, como na dramaturgia de Shakespeare, não foi possível manter a linha da racionalidade objetiva exigida aos pesquisadores no sentido de deixar de relatar os sentimentos de perda, dor, luto e amor etc, pois as narrativas são “representações do vivido” e o discurso desses personagens reflete as ideologias incorporadas como visão de mundo. Entretanto, fez-se o possível para entendê-las criticamente, seguindo a orientação de Portelli, para quem “o luto, como a memória, não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado (“elaborado”) no tempo histórico”.⁶⁰³

Assim, conclui-se que a perda da identidade política dos exilados nordestinos foi compensada nos países de cultura ibérica e africana diante da proximidade da tradição e da cultura, tais como a língua, hábitos e também a situação de conflito que envolvia esses países, permitindo o engajamento nos diversos movimentos políticos. O envolvimento na organização dos países recém-saídos da dominação colonial na África, principalmente na participação das reformas do ensino médio e superior, foi a alternativa para manter a identidade política e aplicar as experiências quando do retorno ao Brasil. A percepção da identidade latino-americana dos exilados, vista a partir da herança ibérica, foi ampliada com a vivência nos países africanos de colonização não só portuguesa como francesa e inglesa.

A ditadura, como um acontecimento político - não um fenômeno da natureza - provocou a saída do País de um contingente expressivo de nordestinos não mensurável até o atual momento, então expulsos da terra pelo Estado autoritário em reação à política romântica. A primeira leva de exilados que saiu do País logo após o golpe militar, mais especificamente os exilados com maior visibilidade política junto ao governo João Goulart ou mesmo na sociedade, que fugiram ou foram obrigados a sair, no retorno reiniciaram a luta pela democracia e pela cidadania do povo brasileiro, preservaram os valores nacionalistas e humanistas, embora tenham passado a compreender a sociedade brasileira com uma visão mais aberta, mais pluralista. Na segunda leva de exilados, a dos românticos

⁶⁰³ PORTELLI, op. cit. p. 108.

jacobinos, os que saíram, principalmente, após 1968, ocorreu uma transformação nos pressupostos ideológicos anteriormente defendidos. A experiência do exílio favoreceu a desconstrução do discurso alegórico, não só através da constatação *in loco* da inconsistência das teorias difundidas pelos partidos e organizações de esquerda nos países do Leste Europeu, como também diante das alterações da conjuntura internacional.

Entretanto, no decorrer da pesquisa, foram identificadas diferentes situações ou características da condição de exilado. Há os que se tornaram refugiados ou asilados políticos quando saíram do País para fugir às constantes prisões, à tortura e morte nos porões da OBAN; os que se foram para escapar dos constantes inquéritos policiais e da ameaça de desaparecimento; há os que tiveram a saída do Brasil facilitada pelo Governo como uma estratégia para afastá-los do cenário político; há os que, diante do cerceamento da liberdade política, ficaram impossibilitados de trabalhar, saindo livremente do País, mas foram impedidos de retornar, como também de se deslocarem para outros países, perdendo o direito de ir e vir; há os que, como Romeu e Julieta, exilaram-se “por amor”, acompanhando os companheiros, esposas e filhos; há os que se encontram fora do País e não conseguem mais voltar; há o “exílio virtual” dos que saíram e voltaram continuamente; os que deixaram o País em sinal de protesto e os que foram banidos e se tornam apátridas, perdendo a cidadania. Podem ser identificados, ainda, os “exilados permanentes”, os quais, embora tenham se fixado nos países de refúgio, visitavam periodicamente o Brasil.

Os exilados do Nordeste destituídos dos postos na estrutura de poder do Brasil enfrentaram situações totalmente novas diante do padrão social e do tipo de vida estável a que estavam acostumados, passando, em alguns casos, a sofrer riscos e perdas de uma situação tornada marginal. As dificuldades financeiras eram constantes, e muitos dos exilados dependiam da ajuda de pessoas da família, dos partidos políticos, de amigos ou dos proventos de alguma aposentadoria, os quais eram insuficientes, agravando-se a condição de asilado para os que tinham de manter a família.

A alternativa encontrada pelos intelectuais foi a de aprender a língua do país de asilo para atuar no meio acadêmico. Os que já tinham uma atividade acadêmica eram automaticamente aproveitados nas universidades da América Latina, da América do Norte, da Europa e da África como professores. Outros, nos países de refúgio, aplicaram a experiência educacional interrompida no Brasil como “uma tentativa de não perder a

identidade, de dar um sentido ao exílio”, de não perder as raízes. Enquanto no Brasil, esses personagens eram tidos como perigosos para o regime e para a Nação, esses intelectuais, e os que tinham comprovada experiência profissional, foram aproveitados em cargos de relevância nos países que os acolheram, onde contribuíram com a experiência e conhecimento para a solução de problemas, não só no campo da educação, como também da saúde e do desenvolvimento econômico e social.

Os exilados que exerciam atividade clandestina, principalmente os estudantes, enfrentaram também as dificuldades de adaptação ao chegarem aos países de exílio; entretanto, foram diferentes as condições, tanto na continuação da atividade política clandestina no Brasil, como no engajamento no mercado de trabalho no exílio. O conflito do estudante no meio acadêmico da Europa se dava em consequência da cultura barroca do brasileiro, principalmente do nordestino, em oposição ao cartesianismo europeu, o qual já fora uma ruptura com o barroco do século XVII. Os exilados, objeto deste estudo, ao serem recebidos nos países de refúgio, voltaram a estudar e assumiram a verdadeira identidade. Eles eram assistidos por uma rede de solidariedade, o que lhes proporcionava a condição de sobreviver em outro país e longe da família. Esse tipo de solidariedade e assistência facilitava a integração nos países de acolhida, pois os exilados chegavam deprimidos, assustados, não tinham amigos e muitos desconheciam o idioma nativo.

Os exilados mais identificados com a problemática terceiro-mundista, os “cooperantes”, chegavam à África com expectativas além da realidade, buscando a vazão do romantismo jacobino, ou mesmo tentando encontrar a utopia de um eldorado. Esse continente atraía os militantes que lá chegavam com idéias “fantasiosas”, tentando realizar o que não fora possível no Brasil. Durante o período de afastamento do País, os exilados que buscaram a América Latina e a África, diante da crise enfrentada pelos países do Terceiro Mundo, passaram pelas agruras de outros golpes de Estado.

Entretanto, havia os que se afastavam da atividade política, não tentando interferir na política brasileira, preferindo a inserção na nova realidade e contribuir para a sociedade que os havia acolhido, embora se mantivessem interessados com o que ocorria no Brasil. Outro, como Celso Furtado, buscava o direito de “pensar com independência”, dedicando-se ao estudo da realidade econômica e social do País, como uma forma de reagir e esclarecer a

política econômica adotada pela ditadura, aproveitando o fato de se encontrar no Exterior para debater a situação corrente das economias latino-americanas.

Durante o processo de rememoração, os exilados reconheceram que, embora o exílio tenha sido um período “extremamente rico” de experiências diversas, por um lado, também se tornou bastante doloroso na escala íntima e pessoal, por outro lado. Embora houvesse uma rede de solidariedade e receptividade no Chile, os exilados foram vítimas do radicalismo ou hermetismo de alguns grupos da esquerda chilena, como também de preconceito racial contra o negro. Os exilados, além de sofrerem os problemas de adaptação, passaram a conviver com os problemas de rejeição nos países de refúgio da Europa, não só diante da condição de refugiado político, como também ante a diversidade cultural. As dificuldades de adaptação à cultura anglo-saxônica e escandinava resultavam do fato de não dominarem a língua dos países que os recebiam e do preconceito e discriminação ao trabalhador estrangeiro, resultando em desorientação e ansiedade. A adaptação aos costumes, à vida cultural, e a inserção na vida profissional ocorreram de forma muito desigual, dependendo dos espaços que os exilados ocupavam na sociedade que os recebia. As dificuldades de adaptação como refugiado sem uma profissão definida, foram resolvidas com a descoberta de outras opções, com a divulgação da cultura brasileira, da música etc. A tensão e as frustrações da contingência de exílio provocavam a tendência dos exilados em permanecerem juntos, formando guetos. A angústia e a instabilidade da situação de exilado permaneceu durante todo o período de afastamento do Brasil, principalmente “a síndrome da CIA” e o temor da infiltração, entre eles, de indivíduos dos órgãos de repressão do governo militar.

A idéia do sebastianismo era constante e os exilados, apesar de aproveitarem o que lhes era acessível e proveitoso nos países de refúgio, aguardavam o momento em que fosse possível retornar imediatamente ao Brasil. Para os exilados românticos jacobinos, a saída do País com o exílio ou banimento significava, inicialmente, “uma derrota tática”, porque tinham a convicção de que iriam retornar para continuar a luta. Entretanto, após a convivência nos países não só do Ocidente como também do Leste Europeu, ocorreu o despertar do sonho.

A luta constante dos exilados voltava-se para a manutenção do passaporte, que lhes daria o direito de ir e vir, resgatando a cidadania. O indivíduo sem passaporte num país que

não o seu é um indivíduo apátrida, sofrendo um corte na sua identidade social e política, nas suas raízes. Como os passaportes eram negados, sistematicamente, aos exilados, mesmo os que não eram processados, a luta por esse direito se tornou uma constante. A alternativa para a locomoção de um país para outro, menos para o Brasil, era facilitada pelo *laissez-passer*, ou a credencial da ONU, um salvo-conduto, concedido pelos governos dos países para os quais prestavam serviços.

Poucos eram os exilados que não se encontravam na situação de refugiado político, pois pagavam imposto e tinham contrato de trabalho, tendo a liberdade de se deslocar de um país para outro e de fazer denúncias. E, assim, alguns começaram a lutar ainda no exílio em favor da redemocratização do Brasil. A atuação nos comitês da Anistia Internacional era a alternativa política para a maioria dos exilados. Embora não houvesse unanimidade nas posições políticas dos exilados, o que os unia no exílio era a luta pela anistia, através da organização de comitês, buscando atuar nos países onde os *media* tivessem maior penetração no Brasil e em outros países. Os que detinham o passaporte não se encontravam na condição de refugiado e podiam realizar pronunciamentos contra o regime instaurado, informando à opinião pública internacional com o intuito de pressionar o retorno da democracia no Brasil.

A literatura produzida no exílio foi também uma forma de resistência e denúncia com o objetivo de informar os exilados o que estava acontecendo e manter a “denúncia permanente”, uma atividade que era facilitada pelos meios de imprensa internacionais através da televisão, revistas, livros, artigos, panfletos etc, para a denúncia da repressão e do impedimento do exercício dos direitos políticos, isto é, da perda da identidade política.

Apesar de os exilados terem sido afastados do cenário político brasileiro e se defrontado com outra prática política e com outras idéias, permaneceu, entretanto, a ligação com o Brasil e o persistente desejo de interferir, do Exterior, na conjuntura política controlada pela ditadura militar. Há, entretanto, dificuldade em classificar ou separar rigidamente os discursos dos exilados, pois têm características que se interpenetram “como na gama das cores de um espectro”.⁶⁰⁴ Embora os exilados ocupem diferentes posições no campo político, eles têm em comum a defesa dos interesses do Estado e do povo brasileiro, a qual representa uma reação contra as conveniências imperialistas, não só de outros países,

⁶⁰⁴ Sobre o assunto, ver teoria das cores em Goethe. In: ROMANO, Roberto. op. cit.

como também de setores nativos ligados ao capital transnacional. Através da análise do cenário político, chega-se à conclusão de que a crise política que culminou com o exílio da liderança política do Nordeste brasileiro, e as lutas políticas que dela decorreram, foram o resultado da oposição entre a visão de mundo romântica e a óptica iluminista. A defesa do ideário nacionalista, como um tipo de romantismo revolucionário, foi a motivação do movimento reacionário que provocou o exílio da liderança política da Região envolvida com os programas voltados para a transformação da realidade durante o governo de João Goulart. Essa foi a situação identificada no discurso e na ação dos comunistas posteriormente exilados no período anterior ao golpe militar, quando se constatou que a origem da motivação para a atividade política veio de elementos românticos, ou seja, a religião, a tradição familiar, o nacionalismo, os valores defendidos em decorrência da visão de mundo em oposição aos valores quantitativos da sociedade capitalista. Essa atitude é explicada por Löwy e Sayre, quando citam Raymond Aron, ao observar que os filósofos alemães, mesmo se tornando “ímpios, guardavam o sentido da religião como uma forma suprema de aspirações espirituais”.⁶⁰⁵

A experiência nostálgica do exílio nos diferentes segmentos de exilados provocou a reflexão do discurso anterior e da prática política adotada. A visão do Brasil a partir de fora e do confronto com outras culturas levou à reformulação dos conceitos anteriormente adotados, originando diferentes práticas políticas quando do retorno ao País com a anistia política de 1979. A nostalgia sentida com o afastamento do Brasil, através da narrativa dos exilados, confirma que a prática política orientada para a transformação socialista foi um recurso alegórico adotado pelos movimentos de esquerda na defesa dos ideais nacionalistas com o acirramento das lutas políticas no Continente. Walter Benjamin entende que o envolvimento com essas questões é uma característica do melancólico e, para ele, melancolia e alegoria estão interligadas, pois, “se o objeto se torna alegórico sob o olhar da melancolia, ela o priva de sua vida, ele só dispõe de uma significação, a que lhe é atribuída pelo alegorista”. A alegoria, segundo Benjamin, “é o único divertimento, de resto muito intenso, que o melancólico se permite”.⁶⁰⁶

⁶⁰⁵ LÖWY; SAYRE, 1995, op. cit. p.10, nota 10.

⁶⁰⁶ BENJAMIN, W. 1984, op. cit. p. 206 – 207; KONDER, L. **Walter Benjamin: o marxismo da melancolia**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 28.

A vivência dos exilados brasileiros nos países receptores provocou a reflexão sobre o discurso bem como acerca da prática política adotada, resultando em decisões que reforçaram a necessidade de encontrar um “caminho nacional para o socialismo” e o discurso romântico jacobino passou para uma concepção ampliada da visão utópico-humanista. Leandro Konder,⁶⁰⁷ em 1991, já identificava as opções para os problemas do discurso da esquerda, ao identificar em Marx a existência “muito forte” de uma “concepção do homem”, de uma “concepção de história” também “muito forte apesar das críticas que foram feitas”. Mesmo diante da crise do socialismo, Konder já defendia a sobrevivência do “Marx filósofo”.

A forma de adoção dos conceitos do marxismo-leninismo pelos exilados e pela esquerda, sem a devida correspondência na realidade brasileira ou latino-americana, e a influência da tradição da cultura portuguesa, demarcando a identidade social e política dos exilados brasileiros, também podem ser entendidas através de Cruz Costa, que explica as origens do pensamento brasileiro a partir de uma “matriz original”, desse pensamento próprio que se encontra no Brasil-colônia, originadas em consequência de uma cultura política barroca. Segundo Bento Prado Junior, o “ponto de referência” para compreender o pensamento brasileiro na obra de Cruz Costa, as formas pelas quais é entendida a experiência, o governo da vida cotidiana e que “permite explicar as tradições da aventura intelectual neste país tropical”..., “é a matriz original do legado colonial”, cujo pensamento recebe os efeitos “da cultura portuguesa, no momento em que se fecha para a Europa e para a ciência... Uma cultura que se vai separar da ‘modernização européia’ e se confinar no universo da tradição teológica, mas que é combinada de uma maneira esquisita com um certo respeito pelos fatos, com um certo realismo que, aliás, os historiadores verificam”.⁶⁰⁸

Buarque de Holanda identifica essa tendência nos intelectuais brasileiros, ao defenderem o positivismo no fim do século XIX, criticando a aceitação, por esses intelectuais, de um “sistema acabado e complexo de preceitos”, elaborado a partir de outra realidade, de outra cultura, resultando numa deturpação de tais idéias, fato que demonstra

⁶⁰⁷ O professor da Universidade Federal Fluminense Leandro Konder nasceu no Rio de Janeiro e foi militante do PCB. Exilou-se na França e, no período da entrevista, militava no PT.

⁶⁰⁸ PRADO Jr., Bento. CRUZ Costa e a história das idéias no Brasil. In: MORAES, Reginaldo et. al. (orgs) **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 115 – 117.

uma das características da personalidade do brasileiro, ou seja, a crença mágica no poder das idéias, a fuga da realidade.⁶⁰⁹

O diletantismo é outra característica apontada por Holanda naqueles que se presumem intelectuais no Brasil, ou seja, na aceitação, sem discernimento, de doutrinas diferentes, mesmo contraditórias, desde que tenham uma roupagem vistosa e “argumentos sedutores”, como a utilização das alegorias no teatro barroco. O caráter do brasileiro se reveste de uma ânsia de estabilidade sem o empenho pessoal; de “um amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas”. Ao comparar a recepção do positivismo no Brasil com a do Chile e México, Buarque de Holanda identifica a mesma aceitação, sem questionamento e a certeza de que as novas idéias triunfariam, principalmente, por serem racionais, pela certeza que tinham “no triunfo final das novas idéias”. Assim sendo, seus pressupostos não poderiam ser questionados. Entretanto, apesar da crença “no poder milagroso” dessas idéias, ao contrário do sentido positivo atribuído por Comte, os positivistas no Brasil foram sempre “paradoxalmente negadores”. Os positivistas brasileiros viviam “narcotizados por uma crença obstinada na verdade de seus princípios e pela certeza de que o futuro os julgaria, e aos seus contemporâneos, segundo a conduta que adotassem, individual ou coletivamente, com relação a tais princípios” e que acabariam “fatalmente” por aceitar “suas verdades”.⁶¹⁰ Portanto, a adoção do marxismo-leninismo, sem dúvida, reage a essas idéias transplantadas, mas não foge à regra quanto ao estilo de sua recepção.

Finalizando estas considerações, confirma-se o pressuposto da pesquisa, entendendo que o jargão marxista-leninista foi um recurso alegórico adotado pelos movimentos de esquerda, para preservar a concepção nacionalista da sociedade, aqui também entendida como a defesa da identidade política, a qual foi ampliada com o exílio, assumindo uma dimensão intercontinental e multicultural.

E, aqui, encerra-se o drama dos exilados do Nordeste, para o qual pode ser adotada a análise de Freitag sobre o desfecho do drama de *Antígona*, onde Sófocles discute a questão dos valores da sociedade e da moral como um tema universal, apresentando as conseqüências da tragédia, tanto para os governantes, como para os governados:

O expectador aprendeu, no final da peça, que é preciso reconhecer os princípios da ação em conflito, ponderá-los adequadamente e reconhecer a sua

⁶⁰⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 156 – 157.

⁶¹⁰ Idem, p. 158 - 160.

hierarquia implícita. O expectador aprende com os erros e a intolerância de Antígona e Creonte. Ambos tiveram de aprender, a duras penas, que é, preciso ser prudente, agir com temperança, procurando um meio-termo entre os extremos de uma polaridade conflitante.⁶¹¹

⁶¹¹ FREITAG, B. **Itinerários de Antígona**: a questão da moralidade. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1992. p. 17 - 23.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982
- ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (Org.). **Na Contracorrente da história**: documentos da liga comunista internacionalista 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ADORNO, BENJAMIN, HABERMAS, HORHEIMER. **Textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores.
- ADORNO, Sérgio et. al. **Textos escolhidos**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultura, 1983. (Os Pensadores).
- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 266p.
- ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do povo**. Rio de Janeiro: Sabiá, [1969]. 295p.
- ANDRADE, José H. Fishel de. Breve reconstituição da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados. In: ALMEIDA, Guilherme Assis de; ARAÚJO, Nádia de (Coord.). **O Direito internacional dos refugiados**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 445p.
- ANGOULVENT, Anne-Laure. **O Barroco**. Lisboa: Europa América, 1996. 146p. (Coleção Saber, n. 234).
- ARISTÓTELES. **O Homem de gênio e a melancolia**: o problema XXX, I. Rio Janeiro: Lacerda, 1998. 128p.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil**: nunca mais. São Paulo: Vozes, 1986. 312p.
- ARRAES, Miguel. **Pensamento e ação política**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 514p.
- _____. **O Jogo do poder no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- BAHRO, Rudolf. **A Alternativa**: para uma crítica do socialismo real. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 314p. (Pensamento Crítico, v. 42).
- BANN, Stephen. **As Invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Universidade Estadual Paulista/Biblioteca Básica, 1994.
- BARROS, Marcos André de. **História e utopia**: a crítica e a ampliação da concepção de história na modernidade em Walter Benjamin. 1995. 187f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **Magia e arte, técnica e política**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. (Obras Escolhidas, v.1).

_____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1989. 271p. (Obras Escolhidas/Walter Benjamin, v.3).

BERGER, Manfredo. **Educação e dependência.** 3.ed. São Paulo: Difel, 1980. 351p.

BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. **A Idéia do pacto social e o constitucionalismo em Frei Caneca.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. 20 f. (Teoria Política, v. 21).

BESANSON, Alain. O Inconsciente. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos.** 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. 235p. (Ciências Sociais).

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: a luta clandestina contra a ditadura militar.** 12.ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001. Contém dossiês de Carlos Marighella e Frei Tito.

BLOOM, Harold. **Shakespeare: a invenção do humano.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1985.

BOLLE, Willi. As Siglas em cores no trabalho das passagens de W. Benjamin. **Estudos Avançados. São Paulo**, v.10, n.27, p. - , mai./ago. 1996.

_____. Gêneros literários urbanos: Berlim, Paris, São Paulo. **Revista Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, n. 132, p. - , jan./mar. 1998.

BONAVIDES, Anibal. **Diário de um preso político.** Fortaleza: Gráfica O Povo, 1986.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **Las escuelas historicas.** Espanha: Akal, 1992.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega.** Vol.III, 3.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental.** 27.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985.

CALLADO, Antônio. **Tempos de Arraes.** Rio de Janeiro: José Álvaro, 1965.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARONE, Edgard. **PCB (1943 a 1964).** São Paulo: Difel, 1982. v.2.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada.** São Paulo: Globo, 1998.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário.** São Paulo: Hucitec/Sudene, 1987.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: a fome no Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1948.

CAVALCANTE, Berenice. **Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto como o caso foi (da coluna Prestes a queda de Arraes):** memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. **A Luta clandestina:** (O Caso eu conto como o caso foi). Recife: Guararapes, 1985. 289p. (Memórias Políticas, v.4).

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino (Coord.). **Memórias do exílio:** Brasil 1964/1977. Lisboa: Arcádia, 1976.

CHARTIER, Roger. **A História cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. 244p.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido comunista brasileiro:** conflito e integração (1922 – 1972). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COHN-BENDIT, Daniel. **O Prazer da política:** conversas com Lucas Delattre e Guy Herzlich. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

COHN, Gabriel (org). **Weber.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

CORTELLA, Mário Sérgio. “Regius” Paulo Freire. **Revista Universidade.** São Paulo, ano 2, n. 5, 1977.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. **O Pensamento político dos intelectuais marxistas no Brasil:** 1964 – 1984. 1993. 246p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

COSTA, Albertina de Oliveira. et. al. **Memória (das mulheres) do exílio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Gramsci e a América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CRUZ, Denise Rollemberg. **Exílio:** entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CRUZ, Anamaria da Costa; PEROTA, Maria Luiza Loures Rocha; MENDES, Maria Tereza Reis. **Elaboração de Referências** (NBR 6023/2002). 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2002. 89p.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Ana Maria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses** (NBR 14724/2002). São Paulo, Maringá: Dental Press Ed., 2002DARNTON, Robert. **O Grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEBRAY, Régis. **Revolução na revolução.** São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, [197?]. 110p.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O Silêncio dos vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

DIÁRIO da guerrilha do Araguaia: documento oficial das Forças Guerrilheiras do Araguaia. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. 193p.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado**. Petrópolis, Vozes, 1987.

DOSTOIEVSKI, Fiodor. **Memórias escritas num subterrâneo**. Lisboa: Arcádia, 1965. (Obras Completas de Dostoievski).

FALBEL, Nachman. Fundamentos históricos do romantismo. In: GUINSBURG, Jacó. **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife: Editora Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

_____. (Org.). **Frei Caneca: acusação e defesa**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, José Maria de Carvalho. **Portugal no contexto da “transição para o socialismo”**: história de um equívoco. Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau, 1997.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo**. São Paulo: Ensaio, 1988.

FRANZKE, Juergen. El Mito de la historia de vida. **Historia e fuentes orales**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1992.

FREIRE, Ana Maria. **A Voz da esposa: a trajetória de Paulo Freire**. Disponível em: <<http://www.pbpi.com/ipi/bio/esposa.htm>>. Acesso em : 04 mar. 2000.

FREIRE, Paulo. **Vivendo e aprendendo: experiências do IDAC em educação popular**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida: depoimento ao repórter Ricardo Kotscho**. São Paulo: Ática, 2001.

FREITAG, Bárbara. **Itinerários de Antígona: a questão da moralidade**. Campinas (SP): Papirus, 1992.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

- FURET, François et. al. **El hombre romântica**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- FURTADO, Celso. **A Fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. **Os ares do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____ et. al. **Brasil: da república oligárquica ao Estado militar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: aconteceu em abril**. Natal: Clima Artes Gráficas, 1994.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A Ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel. **A Aventura de Miguel Littin clandestino no Chile**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- GINSBURG, Jacó. **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. 2.ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1962.
- GIVONE, Sergio. El Intelectual. In: FURET, François et. al. **El Hombre romântico**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Os Sofrimentos do jovem Werther**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- GÓIS, Moacir de (Org.). **Dois livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Prefeitura Municipal de Natal, 1999.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOMES, Ângela Maria de Castro; PANDOLFI, Dulce (Org.). O Norte: da revolução à constitucionalização. **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 501p.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.
- GOUVEIA, Oserias Ireno de . **Os (des)caminhos da utopia**. 2001. 302f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

- GRAMSCI, Antônio. **A Ciência e o príncipe moderno**. Lisboa: Estampa, 1974. (Obras Escolhidas, v.1)
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GULLAR, Ferreira. **Toda Poesia (1950 – 1980)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1987. 149p. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).
- HILDEBRANDO, Luiz. **O Fio da meada**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. (Org.). O Marxismo hoje: um balanço aberto. In: **Historia do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v.11.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUGO, Victor. **William Shakespeare**. Londrina (PR): Campanário, 2000.
- JACCARD, Roland. **L'Exil intérieur: schzoïdie et civilization**. Paris: Universitaires de France, 1975.
- JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. 5.ed. São Paulo: Global, 1980. 166p.
- JULIÃO, Francisco. **Até quarta, Isabela**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.
- JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.
- JUREMA, Aberlado. **Exílio**. João Pessoa: Acauã, 1978.
- KONDER, Leandro. **Walter Benjamin: o marxismo da melancolia**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- _____. **A Derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campos, 1988.
- KOTHE, Flávio. **Para ler Benjamin**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LACOUTURE, Jean. A História imediata. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A Nova história**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novos objetivos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LEITE, Glacyra L. **A Insurreição pernambucana de 1817**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LE MOS, Francisco de Assis. **Nordeste: o Vietnã que não houve**. João Pessoa: Universidade Estadual de Londrina/Universidade Federal da Paraíba, 1996.

- LÉNINE, V. I. **Que Fazer?** Lisboa: Avante, 1977. (Obras Escolhidas. v.1)
- LEONI, Brigitte Hersant. **Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da ação popular: da JUC ao PCdoB.** São Paulo: Alfa-Omega, 1984. 176p.
- LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lukács (1909-1920).** São Paulo: LECH, 1979.
- _____. (Org.). **O Marxismo na América Latina.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- _____. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.
- _____; SAYRE, Robert. **Romantismo e política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MACHADO, Roberto. **Zaratustra: tragédia nietzscheana.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- MANTEGA, Guido. **A Economia política brasileira.** 6.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1991.
- MARANHÃO, Djalma. **Cartas de um exilado.** Coleção Edições Clima, vol. 35. Natal (RN): Ed. Clima, 1984.
- MARANHÃO, Marcos (Org.). **Djalma Maranhão: pensamento político.** Natal (RN): Imprensa Oficial, 1985. p (Discursos Parlamentares).
- MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira. **História de Portugal: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes.** Lisboa: Palas, 1984.
- MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **A aventura de Miguel Littin clandestino no Chile.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 1986.
- MARTINS, Antônio Colaço. **Metafísica e ética da pessoa: a perspectiva de Emmanuel Mounier.** Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- MATOS, Olgária C. F. **Os Arcanos do inteiramente outro.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **O Iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant.** São Paulo: Brasiliense, 1993.
- MAXWELL, Kenneth. **A construção da democracia em Portugal.** Lisboa:Editorial Presença, 1999.
- MELLO, Almeri Bezerra de. **Para além dos verdes mares.** Olinda (PE): 2000.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o império (1871-1889).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos flamengos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MENDES, Maria Tereza Reis; CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Ana Maria da Costa. Citações: quando, onde e como usar (NBR 10520/2002). Niterói: Intertexto, 2002.

MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Veja, 1979.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste insurgente**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MORAES, João Quartim de. **A Esquerda militar no Brasil**: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Siciliano, 1991.

_____. **Política brasileira**. São Paulo: L & PM, 1986. (Filosofia Política, n.3).

MOREL, Marco. **Frei Caneca**: entre Marília e a pátria. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral e interdisciplinaridade: a invenção do olhar. In: **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas (SP): CMU/UNICAMP, 1997.

_____; FERNANDES, Tânia (Org.). **Memórias revisitadas**: o Instituto Aggeu Magalhães na vida de seus personagens. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa Oswaldo Cruz, 1997. 499p.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O Liberalismo radical de Frei Caneca**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

MORAES, Reginaldo et. al. **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 305p.

MOURÃO, Gonçalo de B. C. e Mello. **A revolução de 1817 e a História do Brasil**. Belo Horizonte (MG): Itatiaia, 1996. 289p (Coleção Reconquista do Brasil, n.182)

NEVES, L. de A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, v.3, jun. 2000.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e ninguém. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

NOBRE, Geraldo. A Revolução de 1817 no Ceará. In: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 2.ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**: revista do programa de pós-graduados em História da PUC- SP. São Paulo: PUC, 1993.

NOVAES, Fernando A. Caio Prado Jr. In: MORAES, Reginaldo et. al. **Inteligência brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

NOVÍSSIMA Enciclopédia Delta Larousse. São Paulo: Delta, 1982.

OLDACK, José; MIRANDA, Fernando. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. 5 ed. Editora Global.

OLIVEIRA JÚNIOR, Franklin. **Paixão e Revolução**: capítulos sobre a história da AP. 2000. 556p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

OLIVEN, Ruben George. A Democracia e a questão das diferenças culturais. In: ARROSA, Maria Susana (Org.). **Os Intelectuais nos processos políticos da América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PALMER, Bryan D. **E. P. Thompson**: objections and oppositions. London: Verso, 1994.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **Ananê**: os camisas verdes no poder. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

_____. **A Fé e a razão na política**: conservadorismo e modernidade das elites cearenses. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Universidade Vale do Acaraú, 2000.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PELA união dos comunistas brasileiros. Lisboa: Prelo, 1975.

PIOVESAN, Flávia. O Direito de asilo e a proteção internacional de refugiados. In: ARAÚJO, Nádia de; ALMEIDA, Guilherme de (Coord.). **O Direito internacional dos refugiados**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

POMAR, Wladimir. **Araguaia**: o partido e a guerrilha. São Paulo: Brasil Debates, 1980. 312p. (Coleção Brasil Estudos, v.2).

PORTANTIERO, Juan Carlos. O Marxismo latino-americano. In: HOBSBAWM, Eric J. (Org.) **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v.11.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho e 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PRADO JÚNIOR, Bento. Cruz Costa e a história das idéias no Brasil. In: MORAES, Reginaldo et al. (Org.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PRESSLER, Günter Karl. **O Sonho toma parte da história**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1996. (Trabalho mimeografado).

QUEIROZ, Maria José de. **Os males da ausência ou a literatura do exílio**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Imagens da revolução**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- _____. **A Revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. et. al. **História do marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RÉMOND, René. Por que a história política. **Estudos Históricos CPDOC 20 Anos**, Rio de Janeiro, n.13, jan.-jun. 1994.
- _____. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos: história da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARTE, 1997.
- RIBEIRO, Maria Eunice de Barros. A Volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN: Tânia Navarro (Org.). **História no plural**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.
- RODRIGUES, Loyola. **Poesia reunida I**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2000.
- ROLLEMBERG, Denise. **O Apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.
- ROMANO, Roberto. **Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- ROSANVALON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, n. 30, 1995.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: a aventura das idéias dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- SADER, Eder. **Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Polis, 1982.
- SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador**. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. (Perfil Parlamentar, v.8).
- SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et. al. **História do Marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SALDANHA, Nelson Nogueira. **História das idéias políticas no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1968.
- SHAKESPEARE, William. **O Rei Lear**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- _____. **Júlio César**. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d. (Obras Completas, v.9)

- _____. **Ricardo III e Henrique VI**: William Shakespeare. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- _____. **Coriolano**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- _____. **Hamleto**: príncipe da Dinamarca. São Paulo: Melhoramentos, s.d. (Obras Completas, v.12).
- _____. **El Rey Enrique IV**. Buenos Aires: Fray Mocho, 1994.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SILVA, Hélio. **1964**: golpe ou contragolpe? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SOARES, Arlindo. **Nacionalismo e crise social**: o caso da frente do Recife (1955/1964). 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SÓFOCLES. **Antígona**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- SOUTO, Eliezer Queiroz de. **O Discurso de Arraes como reflexo de um projeto político**: uma visão retórica e gramisciana. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFPE, Recife.
- SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 2.ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- STEPAN, Alfred C. **Os militares**: da abertura à nova república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. 4.ed. São Paulo: Globo, 1999.
- TOLEDO, Caio N. de. ISEB. In: MORAES, Reginaldo et. al. **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TREVELYAN, George McCaulay. **A Revolução inglesa**: 1688. Brasília: UnB, 1982.
- VENTURA, Zuenir. **O ano que não terminou**: a aventura de uma geração. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988.
- VIEIRA, Antônio. **Escritos históricos e políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 1955.
- VILLARI, Rosário et. al. **El hombre barroco**. Madri: Alianza, 1992.
- VIÑAR, Maren e Marcelo. **Exílio e tortura**. Tradução de Wladimir Barreto Lisboa. São Paulo: Escuta, 1992.
- WEFFORT, Francisco Correia. **O Populismo na política brasileira**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Documentos

- BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 1985.

DEBATE 40. **Último número.** Revista produzida no exílio, ocasião em que os autores permaneceram incógnitos. Apenas um dos artigos é assinado por Fernando Andrade, pseudônimo de João Quartim de Moraes.

Diário da Guerrilha do Araguaia. **Doc. Oficial das Forças Guerrilheiras do Araguaia.** Apresentação de Clóvis Moura. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

HÁBEAS corpus nº 42.108.

JOSUÉ de Castro: cidadão do mundo. Produção de **Bárbaras Produções**. Rio de Janeiro: UERJ Vídeo, 1995.

MARANHÃO, D. **Mensagem ao Povo Brasileiro.** Montevideu: jul. 1965. Informações disponíveis em: www.dhnet.org.br/memoria/DJALMA/textos/mensagem.html.

RÊGO, Tereza Costa. **Sete luas de sangue** (Catálogo). MAMAM. Recife, 11 mai./11 jun, 2000.

Publicações Periódicas:

ADVOGADOS pedem desclassificação de pena de prisão perpétua para terroristas de São Benedito. **O POVO**, Fortaleza, 1º set. 1971.

ARRUDA Câmara é sepultado em São Paulo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo: p. 2, 27 nov. 1979.

ARTE + Comportamento + Cultura + Idéias. **Revista Palavra**. Minas Gerais: Ano 1, Número 7, out. 1999.

AUDITORIA condena subversivos. **O POVO**, Fortaleza, 3 mar. 1973.

AUDITORIA MILITAR já tem autos de inquérito contra Zarattini e Ednaldo. **Diário de Pernambuco**, Primeiro Caderno, 18 dez. 1968, p. 8.

AUTORIDADES reuniram-se para analisar atentado. **Jornal do Comércio**, 29 jul. 1966, p. 7.

AUTORIDADES apertam as diligências em torno do boliviano Coronado para chegar aos terroristas do Aeroporto dos Guararapes. **Diário de Pernambuco**, 27 jul 1966, p. 7;

BARROS, André Luis. Ferreira Gullar, escritor movido a vida. **Valor**. Rio de Janeiro, p. 9, 31 ago 2000. (Eu & Cultura, Caderno D).

BOMBAS molotov, tiros, agressões e cassetetes nas ruas. **Jornal O POVO**, Fortaleza, p. 8, 16 out. 1968.

BRASIL vai receber cópia do 'Arquivo do Terror'. **O Povo**. Fortaleza, 30 mai. 2000.

CARDOSO, Maurício. Ferida Aberta. **Veja**. São Paulo: 17 mai. 2000, p. 42 - 45.

CARVALHO, José Murilo. MEMÓRIA, jornal **O Povo**. Fortaleza: 26 maio 2002.

COSTA E SILVA escapa, mas terroristas matam 2 e ferem 14 nos Guararapes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 jul. 1966, p.1.

COSTA E SILVA: “Responderemos aos assassinos de hoje com uma mensagem de fé na democracia e nos altos destinos do Brasil.” **Diário de Pernambuco**, p. 3.

DIEGUEZ, Consuelo; SOARES, Lucila. Nova história Oficial. **Veja**. São Paulo: 24 mai. 2000, p. 52 – 54.

DIÓGENES Arruda com os operários da Lisnave. **Bandeira Vermelha**. Semanário. Lisboa, Portugal: p. 2, 29 ago. 1979. EVENTOS lembram data. **O Povo**, 8 ago. 1999. p. 17, A.

DIÓGENES Arruda, 1916-1979. **Movimento**. São Paulo: p. 8 – 9. 3 a 9 dez. 1979;

DIÓGENES Arruda morre na chegada de João Amazonas. **Folha de São Paulo**. São Paulo: 26 nov. 1979

DIÓGENES Arruda morre do coração no Rio de Janeiro. **O Globo**. Rio de Janeiro: 26 nov. 1979.

DISSOLVIDO congresso da UNE e presos mais de mil estudantes. **O POVO**, Fortaleza, 14 out. 1968.

2 MORTOS e 14 feridos: o saldo do terrorismo. p. 2. Matar Costa e Silva era meta dos terroristas. p. 2. Polícia tem relação de 14 suspeitos do atentado. **Jornal do Comércio**, Recife, 26 de jul. 1966, p. 7.

ENTERRADO ontem Arruda Câmara. **República**. São Paulo: 27 nov. 1979.

EVENTOS lembram data. **O POVO** 10 ago. 1999. p. 7, A.

FOLHA de São Paulo. Entrevista concedida por Gerald Colby. São Paulo, p.20, 18 ago. 1996.

FREI TITO e o futuro do pretérito. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 set. 2002. p. 4 (Cultura).

GASPARI, Elio. A história do Brasil está liberada, no exterior. **Folha de São Paulo**, Caderno A, 21 mai. 2000, p. 14.

_____. A mão esquerda do general merece ser lembrada. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 08 ago. 1999.

GOVERNO pode admitir culpa pela morte de frei Tito. **O Povo**, 3 jun. 2000. 3 A.

GURGEL, Márcia. A luta com Julião. **O Povo**, Fortaleza, p. 15, 18 jul. 1999.

HONRA ao camarada Diógenes Arruda. **Bandeira Vermelha**. Suplemento do Semanário do PCP ®. Lisboa: p. I – IV, 26 nov 1979.

JOSÉ ALVES evoca Arruda. **Bandeira Vermelha**. Ano V, Lisboa: p. 11. 26 nov. 1980.

JOVEM que fabricou cano da bomba é a última pista do DOPS para acusar ou não engenheiros Zarattini e Ednaldo. **Diário de Pernambuco**, Primeiro Caderno, 15 dez 1968, p. 10.

LIÇÕES das conferências regionais do partido. **Bandeira Vermelha**. Semanário, ano IV. Lisboa: p.3. 29 ago. 1979.

MILITANTE teve fuga espetacular. **O POVO**, Fortaleza, 10 mai. 1998.

MORRE em Paris o padre Arquimedes Bruno Gambetá. **O POVO**, Fortaleza, 27 dez. 2002.

NA CASA de Zarattini polícia encontra detentores de bombas e 1 metralhadora. **Diário de Pernambuco**, Primeiro Caderno, 21 dez. 1968, p. 8.

NOGUEIRA, Rui. 'Românticos' salvaram Portugal do atraso. **Folha de São Paulo**. São Paulo: Mundo, p. 26, 25 nov. 1999.

O GENERAL Alejandro Lanusse prorroga o estado de sítio na Argentina. **O Povo**, Fortaleza, 5 jan. 2003. p. 2. (Caderno Vida e Arte)

OPERAÇÃO Condor. Brasil 'caçou' argentinos no país em 1976. **Folha de São Paulo**, São Paulo: 09 set. 2000.

OPERAÇÃO Condor. Governo não acha ficha de argentinos. **Folha de São Paulo**. Caderno A, 20 mai. 2000, p. 10.

OPERAÇÃO CONDOR. **Folha de São Paulo**. Caderno A, 26 mai. 2000, p. 12.

Os PCs sentam à mesa. **Isto É**. São Paulo: p. 84 – 85. 05 dez. 1979.

PARA Recife o sr. Gregório Bezerra. **O Povo**, Fortaleza, 17 jan. 1948.

POLÍCIA tem relação de 14 suspeitos do atentado. **Jornal do Comércio**, Recife, p. 7, 27 jul. 1966.

PRÉDIOS fiscalizados para evitar ação terrorista. **Jornal do Comércio**, 30 jul. 1966, p. 7.

PROFESSORES de guerrilha presos no Recife seriam terroristas do Aeroporto. **Diário de Pernambuco**. Recife: 12 dez. 1968, p.1.

SEPULTADO Arruda Câmara do PC do B. **Folha Da Tarde**. São Paulo: p. 2. 27 nov. 1979.

SEPULTADO ontem líder comunista. **Diário Popular**. São Paulo: 27 nov. 1979.

Terroristas ainda fora do alcance das autoridades. **Jornal do Comércio**. 27 jul. 1966, p. 7;

Terrorismo repercute na Câmara e deputados vislumbram bolchevismo. **Jornal do Comércio**, 28 jul. 1966, p. 2.

Trabalho de seis dias ainda não revelou terroristas. **Jornal do Comércio**, 31 jul. 1966, p. 12.

Treinados em Cuba. Relação dos terroristas. **O POVO**, Fortaleza, 28 set. 1970;